



Tribunal Superior do Trabalho

Ministro Lelio Bentes Corrêa
Presidente

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Vice-Presidente

Ministra Dora Maria da Costa
Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF
CEP: 70070943

Telefone(s) : (61) 3043-4300

**Presidência
Notificação**

Processo Nº TutCautAnt-1000485-55.2023.5.00.0000

Relator LELIO BENTES CORRÊA
REQUERENTE CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES(OAB: 149207/SP)
REQUERIDO FARLEY DE ABREU SOUSA
REQUERIDO UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-TutCautAnt - 1000485-55.2023.5.00.0000

REQUERENTE: CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO: Dr. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES
REQUERIDO: FARLEY DE ABREU SOUSA

REQUERIDO: UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.

GP/cml

DECISÃO

Preliminarmente, atenda-se ao requerimento formulado na petição inicial, para que as intimações sejam realizadas em nome do Dr. Gustavo Granadeiro Guimarães, OAB/SP n.º 149.207.

Trata-se de pedido de tutela de urgência, em caráter incidental e de natureza cautelar, ajuizada por Claro Nxt Telecomunicações S.A., a fim de atribuir efeito suspensivo ativo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória interposto nos autos do Processo n.º 1002815-44.2018.5.02.0000, em tramitação no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior e, por corolário, obstar o andamento da execução processada nos autos da Reclamação Trabalhista originária (Processo n.º 0003028-70.2012.5.02.0067).

Afirma a requerente que, mediante acórdão prolatado na fase de conhecimento da Reclamação Trabalhista originária, foi reconhecida a responsabilidade solidária da Nextel Telecomunicações Ltda., então segunda reclamada, pelos créditos deferidos ao obreiro, sob o fundamento de que resultou comprovada a sucessão trabalhista. Assevera que não se observou, na ocasião, que inexistiu qualquer mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da Unicel do Brasil Telecomunicações Ltda., então primeira reclamada, muito menos sucessão empresarial, visto que embora a Nextel Telecomunicações Ltda. tivesse, à época, interesse na aquisição da Unicel do Brasil Telecomunicações, a ANATEL não aprovou a conclusão do negócio.

Argumenta que mesmo tendo demonstrado que o acórdão rescindendo se baseou em fato inexistente, qual seja, a efetiva sucessão empresarial, a SBDI-II do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região acabou por julgar improcedente a ação rescisória, o que ensejou a interposição do Recurso Ordinário ao qual se busca conferir efeito suspensivo.

Ressalta, ainda, que a egrégia SBDI-II do TRT da 2ª Região, em sede de embargos de declaração, entendeu por cassar os efeitos da liminar que havia determinado a suspensão parcial da execução processada nos autos da reclamação originária durante o trâmite da

ação rescisória, razão pela qual se faz necessária a concessão do efeito suspensivo ativo ora requerido.

Salienta estar presente o perigo de dano, na medida em que *"impor à ora requerente o prosseguimento da execução dos autos da ação originária (processo nº 0003028-70.2012.5.02.0067) independentemente do trânsito em julgado da ação rescisória (processo nº 1002815-44.2018.5.02.0000), quando se sabe que o julgamento do recurso ordinário demandará algum tempo, inevitavelmente, caracteriza, sem medo de errar, o periculum in mora, na medida em que a empresa está sendo forçada a cumprir uma obrigação de pagar de juridicidade altamente questionável, de caráter eminentemente irreversível, com evidente impossibilidade de retorno ao "status quo ante" na hipótese inegavelmente factível de a ação ser julgada procedente"*.

O feito foi concluso a Presidência desta Corte, nos termos do artigo 41, XXX, do Regimento Interno do TST.

Ao exame.

Destaque-se, inicialmente, a competência desta Presidência para o exame do pedido de tutela de urgência incidental em comento, nos termos dos artigos 299 do CPC, 41, XXX, e 311, § 1º, II, do Regimento Interno do TST, tendo em vista a sua correta distribuição em **18/7/2023**, durante as férias coletivas dos ministros.

Nos termos do referido artigo 41, XXX, do RITST, compete ao Presidente do Tribunal *"decidir, durante o recesso forense, as férias coletivas e os feriados, os pedidos de liminar em mandado de segurança, em tutelas provisórias de urgência e outras medidas que reclamem urgência"*.

No caso dos autos, a requerente formulou o presente pedido de tutela de urgência incidental em **29/6/2023**, não obstante o Recurso Ordinário em Ação Rescisória cujo efeito suspensivo se persegue (ROT-1002815-44.2018.5.02.0000) tenha sido distribuído em **14/2/2023**, no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, figurando como Relator de sorteio o Exmo. Ministro Sergio Pinto Martins.

Nos termos do disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil, *"a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

Portanto, para o exame do pedido de deferimento liminar da medida, sem oitiva da parte contrária, faz-se necessário aferir a presença simultânea dos elementos ensejadores da concessão da tutela de natureza cautelar.

Nesse contexto, não se vislumbra o alegado perigo na demora decorrente do prosseguimento da execução nos autos da ação originária (processo nº 0003028-70.2012.5.02.0067), haja vista a inércia da ora requerente, que postulou a concessão do efeito

suspensivo quase cinco meses após a distribuição do Recurso Ordinário no âmbito desta Corte superior, sem sequer apontar a ocorrência de fato novo a repercutir na presente relação jurídico-processual.

Destaque-se, por oportuno, que após a interposição do Recurso Ordinário em Ação Rescisória não foi protocolizada manifestação ou requerimento algum da reclamada, ora requerente, que justificasse medidas de urgência.

Assim, sem prejuízo do exame da matéria controvertida, em caráter definitivo, quando do julgamento do ROT-1002815-44.2018.5.02.0000, constata-se, do exame dos fatos revelados nos autos, a ausência de evidência dos elementos justificadores da concessão da liminar postulada, em sede de tutela de urgência de natureza cautelar.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de concessão de tutela de urgência deduzido incidentalmente pela requerente, por não divisar, na espécie, o atendimento a um dos requisitos exigidos na norma do artigo 300 do CPC.

Tendo em vista o caráter incidental da tutela de urgência sob exame, protocolizada no sistema PJe com o fim de se atribuir efeito suspensivo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória que tramita no sistema eSIJ (sistema legado), **determino a migração** da Petição Inicial e desta decisão para o sistema eSIJ e sua vinculação ao Processo n.º 1002815-44.2018.5.02.0000.

Após, **arquivem-se** os presentes autos eletrônicos em tramitação no Sistema PJe, certificando-se os procedimentos adotados.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº TutCautAnt-1000485-55.2023.5.00.0000

Relator	LELIO BENTES CORRÊA
REQUERENTE	CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO	GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES(OAB: 149207/SP)
REQUERIDO	FARLEY DE ABREU SOUSA
REQUERIDO	UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FARLEY DE ABREU SOUSA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-TutCautAnt - 1000485-55.2023.5.00.0000

REQUERENTE: **CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A**

ADVOGADO: Dr. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES

REQUERIDO: **FARLEY DE ABREU SOUSA**

REQUERIDO: **UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.**

GP/cml

DECISÃO

Preliminarmente, atenda-se ao requerimento formulado na petição inicial, para que as intimações sejam realizadas em nome do Dr. Gustavo Granadeiro Guimarães, OAB/SP n.º 149.207.

Trata-se de pedido de tutela de urgência, em caráter incidental e de natureza cautelar, ajuizada por Claro Nxt Telecomunicações S.A., a fim de atribuir efeito suspensivo ativo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória interposto nos autos do Processo n.º 1002815-44.2018.5.02.0000, em tramitação no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior e, por corolário, obstar o andamento da execução processada nos autos da Reclamação Trabalhista originária (Processo n.º 0003028-70.2012.5.02.0067).

Afirma a requerente que, mediante acórdão prolatado na fase de conhecimento da Reclamação Trabalhista originária, foi reconhecida a responsabilidade solidária da Nextel Telecomunicações Ltda., então segunda reclamada, pelos créditos deferidos ao obreiro, sob o fundamento de que resultou comprovada a sucessão trabalhista. Assevera que não se observou, na ocasião, que inexistiu qualquer mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da Unicel do Brasil Telecomunicações Ltda., então primeira reclamada, muito menos sucessão empresarial, visto que embora a Nextel Telecomunicações Ltda. tivesse, à época, interesse na aquisição da Unicel do Brasil Telecomunicações, a ANATEL não aprovou a conclusão do negócio.

Argumenta que mesmo tendo demonstrado que o acórdão rescindendo se baseou em fato inexistente, qual seja, a efetiva sucessão empresarial, a SBDI-II do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região acabou por julgar improcedente a ação rescisória, o que ensejou a interposição do Recurso Ordinário ao qual se busca conferir efeito suspensivo.

Ressalta, ainda, que a egrégia SBDI-II do TRT da 2ª Região, em sede de embargos de declaração, entendeu por cassar os efeitos da liminar que havia determinado a suspensão parcial da execução processada nos autos da reclamação originária durante o trâmite da

ação rescisória, razão pela qual se faz necessária a concessão do efeito suspensivo ativo ora requerido.

Salienta estar presente o perigo de dano, na medida em que *"impor à ora requerente o prosseguimento da execução dos autos da ação originária (processo nº 0003028-70.2012.5.02.0067) independentemente do trânsito em julgado da ação rescisória (processo nº 1002815-44.2018.5.02.0000), quando se sabe que o julgamento do recurso ordinário demandará algum tempo, inevitavelmente, caracteriza, sem medo de errar, o periculum in mora, na medida em que a empresa está sendo forçada a cumprir uma obrigação de pagar de juridicidade altamente questionável, de caráter eminentemente irreversível, com evidente impossibilidade de retorno ao "status quo ante" na hipótese inegavelmente factível de a ação ser julgada procedente"*.

O feito foi concluso a Presidência desta Corte, nos termos do artigo 41, XXX, do Regimento Interno do TST.

Ao exame.

Destaque-se, inicialmente, a competência desta Presidência para o exame do pedido de tutela de urgência incidental em comento, nos termos dos artigos 299 do CPC, 41, XXX, e 311, § 1º, II, do Regimento Interno do TST, tendo em vista a sua correta distribuição em **18/7/2023**, durante as férias coletivas dos ministros.

Nos termos do referido artigo 41, XXX, do RITST, compete ao Presidente do Tribunal *"decidir, durante o recesso forense, as férias coletivas e os feriados, os pedidos de liminar em mandado de segurança, em tutelas provisórias de urgência e outras medidas que requeiram urgência"*.

No caso dos autos, a requerente formulou o presente pedido de tutela de urgência incidental em **29/6/2023**, não obstante o Recurso Ordinário em Ação Rescisória cujo efeito suspensivo se persegue (ROT-1002815-44.2018.5.02.0000) tenha sido distribuído em **14/2/2023**, no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, figurando como Relator de sorteio o Exmo. Ministro Sergio Pinto Martins.

Nos termos do disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil, *"a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

Portanto, para o exame do pedido de deferimento liminar da medida, sem oitiva da parte contrária, faz-se necessário aferir a presença simultânea dos elementos ensejadores da concessão da tutela de natureza cautelar.

Nesse contexto, não se vislumbra o alegado perigo na demora decorrente do prosseguimento da execução nos autos da ação originária (processo nº 0003028-70.2012.5.02.0067), haja vista a inércia da ora requerente, que postulou a concessão do efeito

suspensivo quase cinco meses após a distribuição do Recurso Ordinário no âmbito desta Corte superior, sem sequer apontar a ocorrência de fato novo a repercutir na presente relação jurídico-processual.

Destaque-se, por oportuno, que após a interposição do Recurso Ordinário em Ação Rescisória não foi protocolizada manifestação ou requerimento algum da reclamada, ora requerente, que justificasse medidas de urgência.

Assim, sem prejuízo do exame da matéria controvertida, em caráter definitivo, quando do julgamento do ROT-1002815-44.2018.5.02.0000, constata-se, do exame dos fatos revelados nos autos, a ausência de evidência dos elementos justificadores da concessão da liminar postulada, em sede de tutela de urgência de natureza cautelar.

Ante o exposto, **indeferir** o pedido de concessão de tutela de urgência deduzido incidentalmente pela requerente, por não divisar, na espécie, o atendimento a um dos requisitos exigidos na norma do artigo 300 do CPC.

Tendo em vista o caráter incidental da tutela de urgência sob exame, protocolizada no sistema PJe com o fim de se atribuir efeito suspensivo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória que tramita no sistema eSIJ (sistema legado), **determino a migração** da Petição Inicial e desta decisão para o sistema eSIJ e sua vinculação ao Processo n.º 1002815-44.2018.5.02.0000.

Após, **arquivem-se** os presentes autos eletrônicos em tramitação no Sistema PJe, certificando-se os procedimentos adotados.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº TutCautAnt-1000485-55.2023.5.00.0000

Relator	LELIO BENTES CORRÊA
REQUERENTE	CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A
ADVOGADO	GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES(OAB: 149207/SP)
REQUERIDO	FARLEY DE ABREU SOUSA
REQUERIDO	UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-TutCautAnt - 1000485-55.2023.5.00.0000

REQUERENTE: **CLARO NXT TELECOMUNICACOES S/A**

ADVOGADO: Dr. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES

REQUERIDO: **FARLEY DE ABREU SOUSA**

REQUERIDO: **UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.**

GP/cml

DECISÃO

Preliminarmente, atenda-se ao requerimento formulado na petição inicial, para que as intimações sejam realizadas em nome do Dr. Gustavo Granadeiro Guimarães, OAB/SP n.º 149.207.

Trata-se de pedido de tutela de urgência, em caráter incidental e de natureza cautelar, ajuizada por Claro Nxt Telecomunicações S.A., a fim de atribuir efeito suspensivo ativo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória interposto nos autos do Processo n.º 1002815-44.2018.5.02.0000, em tramitação no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior e, por corolário, obstar o andamento da execução processada nos autos da Reclamação Trabalhista originária (Processo n.º 0003028-70.2012.5.02.0067).

Afirma a requerente que, mediante acórdão prolatado na fase de conhecimento da Reclamação Trabalhista originária, foi reconhecida a responsabilidade solidária da Nextel Telecomunicações Ltda., então segunda reclamada, pelos créditos deferidos ao obreiro, sob o fundamento de que resultou comprovada a sucessão trabalhista. Assevera que não se observou, na ocasião, que inexistiu qualquer mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da Unicel do Brasil Telecomunicações Ltda., então primeira reclamada, muito menos sucessão empresarial, visto que embora a Nextel Telecomunicações Ltda. tivesse, à época, interesse na aquisição da Unicel do Brasil Telecomunicações, a ANATEL não aprovou a conclusão do negócio.

Argumenta que mesmo tendo demonstrado que o acórdão rescindendo se baseou em fato inexistente, qual seja, a efetiva sucessão empresarial, a SBDI-II do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região acabou por julgar improcedente a ação rescisória, o que ensejou a interposição do Recurso Ordinário ao qual se busca conferir efeito suspensivo.

Ressalta, ainda, que a egrégia SBDI-II do TRT da 2ª Região, em sede de embargos de declaração, entendeu por cassar os efeitos da liminar que havia determinado a suspensão parcial da execução processada nos autos da reclamação originária durante o trâmite da

ação rescisória, razão pela qual se faz necessária a concessão do efeito suspensivo ativo ora requerido.

Salienta estar presente o perigo de dano, na medida em que *"impor à ora requerente o prosseguimento da execução dos autos da ação originária (processo nº 0003028-70.2012.5.02.0067) independentemente do trânsito em julgado da ação rescisória (processo nº 1002815-44.2018.5.02.0000), quando se sabe que o julgamento do recurso ordinário demandará algum tempo, inevitavelmente, caracteriza, sem medo de errar, o periculum in mora, na medida em que a empresa está sendo forçada a cumprir uma obrigação de pagar de juridicidade altamente questionável, de caráter eminentemente irreversível, com evidente impossibilidade de retorno ao "status quo ante" na hipótese inegavelmente factível de a ação ser julgada procedente"*.

O feito foi concluso a Presidência desta Corte, nos termos do artigo 41, XXX, do Regimento Interno do TST.

Ao exame.

Destaque-se, inicialmente, a competência desta Presidência para o exame do pedido de tutela de urgência incidental em comento, nos termos dos artigos 299 do CPC, 41, XXX, e 311, § 1º, II, do Regimento Interno do TST, tendo em vista a sua correta distribuição em **18/7/2023**, durante as férias coletivas dos ministros.

Nos termos do referido artigo 41, XXX, do RITST, compete ao Presidente do Tribunal *"decidir, durante o recesso forense, as férias coletivas e os feriados, os pedidos de liminar em mandado de segurança, em tutelas provisórias de urgência e outras medidas que reclamem urgência"*.

No caso dos autos, a requerente formulou o presente pedido de tutela de urgência incidental em **29/6/2023**, não obstante o Recurso Ordinário em Ação Rescisória cujo efeito suspensivo se persegue (ROT-1002815-44.2018.5.02.0000) tenha sido distribuído em **14/2/2023**, no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, figurando como Relator de sorteio o Exmo. Ministro Sergio Pinto Martins.

Nos termos do disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil, *"a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

Portanto, para o exame do pedido de deferimento liminar da medida, sem oitiva da parte contrária, faz-se necessário aferir a presença simultânea dos elementos ensejadores da concessão da tutela de natureza cautelar.

Nesse contexto, não se vislumbra o alegado perigo na demora decorrente do prosseguimento da execução nos autos da ação originária (processo nº 0003028-70.2012.5.02.0067), haja vista a inércia da ora requerente, que postulou a concessão do efeito

suspensivo quase cinco meses após a distribuição do Recurso Ordinário no âmbito desta Corte superior, sem sequer apontar a ocorrência de fato novo a repercutir na presente relação jurídico-processual.

Destaque-se, por oportuno, que após a interposição do Recurso Ordinário em Ação Rescisória não foi protocolizada manifestação ou requerimento algum da reclamada, ora requerente, que justificasse medidas de urgência.

Assim, sem prejuízo do exame da matéria controvertida, em caráter definitivo, quando do julgamento do ROT-1002815-44.2018.5.02.0000, constata-se, do exame dos fatos revelados nos autos, a ausência de evidência dos elementos justificadores da concessão da liminar postulada, em sede de tutela de urgência de natureza cautelar.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de concessão de tutela de urgência deduzido incidentalmente pela requerente, por não divisar, na espécie, o atendimento a um dos requisitos exigidos na norma do artigo 300 do CPC.

Tendo em vista o caráter incidental da tutela de urgência sob exame, protocolizada no sistema PJe com o fim de se atribuir efeito suspensivo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória que tramita no sistema eSIJ (sistema legado), **determino a migração** da Petição Inicial e desta decisão para o sistema eSIJ e sua vinculação ao Processo n.º 1002815-44.2018.5.02.0000.

Após, **arquivem-se** os presentes autos eletrônicos em tramitação no Sistema PJe, certificando-se os procedimentos adotados.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho
Decisão Monocrática

Processo Nº CorPar-1000560-94.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	LIBBS FARMACEUTICA LTDA
ADVOGADO	DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: 173117/SP)
REQUERIDO	2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
TERCEIRO INTERESSADO	ROMULO ROCHA DE LIMA
ADVOGADO	MARCUS VINICIUS PEREIRA SILVA(OAB: 8719/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIBBS FARMACEUTICA LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-CorPar - 1000560-94.2023.5.00.0000

REQUERENTE: **LIBBS FARMACEUTICA LTDA**

ADVOGADO: Dr. DANIEL DOMINGUES CHIODE

REQUERIDA: **2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

TERCEIRO INTERESSADO: **ROMULO ROCHA DE LIMA**

GCGDMC/Fr/Dmc/nc

DECISÃO

Trata-se de **Correição Parcial**, com pedido de liminar (fls. 2/18), apresentada por LIBBS Farmacêutica Ltda., em face da decisão proferida pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, de Relatoria do Desembargador James Magno Araújo Farias, que, nos autos do recurso ordinário, processo nº 0016845-32.2019.5.16.0015, negou provimento ao agravo regimental interposto pela empregadora e deu provimento ao agravo regimental interposto pelo empregado para, modificando a decisão monocrática de deferimento da tutela antecipada, determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave (fls. 35/39).

A corrigente sustenta que a corrigida atentou contra a boa ordem processual e causou imensa insegurança jurídica, na medida em que a decisão proferida nos autos do inquérito para apuração de falta grave, mediante a qual se concedeu a tutela antecipada em recurso ordinário para determinar a imediata reintegração ao emprego, a partir da ciência da decisão proferida no agravo regimental, contraria a OJ nº 137 da SDI-2 do TST e o artigo 494 da CLT.

Afirma que a controvérsia se refere à configuração de falta grave cometida por empregado detentor de estabilidade e ao direito do empregador de suspender o empregado até decisão final do inquérito, não havendo que se cogitar em verossimilhança das alegações.

Aduz que o ato de suspensão é legal, mormente porque o inquérito para apuração de falta grave foi ajuizado justamente em razão do reconhecimento da qualidade de estável do empregado, em face de sua eleição para o cargo no sindicato da categoria, nos termos do

art. 853 da CLT. Alega que a dispensa somente se tornará efetiva após o regular processamento do aludido inquérito.

Alega se tratar de situação extrema que permite a atuação desta Corregedoria-Geral para impedir lesão de difícil reparação, assegurando resultado útil do processo, na medida em que não há recurso imediato contra a decisão corrigenda e há indiscutível risco de dano, considerando a determinação de reintegração de empregado suspenso e com apreciação de inquérito para apuração de falta grave.

Postula, assim, *“seja deferida a presente correição parcial, em caráter liminar e de urgência, para cassar o ato reclamado proferido nos autos do IAFG n.º 0016845-32.2019.5.16.0015 e suspender a ordem de reintegração da liminar de antecipação dos efeitos da tutela proferida, até que haja decisão final nos autos do inquérito para apuração de falta grave”* (fl. 18).

É o relatório.

Decido

Para melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessário, inicialmente, realizar uma sinopse da contenda, naquilo que é objeto da presente decisão:

- 1 – LIBBS Farmacêutica Ltda. ajuizou Inquérito para Apuração de Falta Grave em desfavor de Rômulo Rocha de Lima, com alicerce na prática de supostos atos faltosos graves (fls. 53/71);
- 2 – o empregado, na contestação, requereu em sede de tutela de urgência a sua imediata reintegração nos quadros da empresa (fls. 1.728/1.753), o que, inicialmente, foi indeferido pelo juízo de origem (fls. 1.857/1.859);
- 3 – em ato contínuo, ao apreciar o mérito, julgou improcedente o inquérito para apuração de falta grave e determinou a readmissão do empregado, condenando a empresa a pagar os salários atrasados a partir da suspensão daquele até efetiva readmissão (fls. 2.001/2.004);
- 4 – opostos embargos de declaração por ambos os litigantes, os da empregadora foram rejeitados e os do empregado parcialmente acolhidos, com a impressão de efeito modificativo, para *“atribuir a causa o valor de R\$ 87.720,00”* (fls. 2.175/2.177);
- 5 – opostos novos declaratórios, foram acolhidos, com a impressão de efeito modificativo, para *“decidir que são devidas as custas processuais, pelo(a) autor, no importe de R\$1.754,40”* (fls. 2.217/2.218);
- 6 – irrisignados, os litigantes interpuseram recursos ordinários (fls. 2.220/2.223 e 2.238/2.260), ocasião em que o empregado renovou o pedido de tutela antecipada de urgência no sentido de sua imediata reintegração;
- 7 - o Desembargador Relator do recurso ordinário deferiu a tutela antecipada requerida para determinar a reintegração do reclamante

no emprego, com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final desta ação (fls. 2.299/2.302);

8 – a empregadora interpôs agravo (fls. 2.315/2.325) e o empregado opôs embargos de declaração (fls. 2.307/2.310), os quais foram recebidos como agravo (fl. 2.329);

9 – a 2ª Turma do TRT da 16ª Região negou provimento ao agravo regimental interposto pela empregadora e deu provimento ao agravo regimental interposto pelo empregado para, modificando a decisão monocrática de deferimento da tutela antecipada, determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave (fls. 2.357/2.361), *in verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL DO REQUERENTE

O agravante recorre da decisão com base nos fundamentos elencados no relatório.

A decisão agravada foi assim fundamentada:

‘(...)

Cumpre, portanto, aferir se estão presentes os pressupostos autorizadores da medida pretendida, previstos no referido artigo 300 do CPC.

*Sem dúvida, diante de sentença proferida após cognição exauriente, que concluiu por “latente a **incompatibilidade entre o ajuizamento tardio do inquérito para apuração de falta grave e o reconhecimento da gravidade da falta, pela ausência da imediatidade**”, entendo nítidos os pressupostos autorizadores da **tutela antecipada requerida**.*

*Não poderia ser diferente. Como destacado pela magistrada de 1º grau, **os fatos graves imputados ao recorrente remontam aos dias 27/09/2018 e 28/09/2018, e o relatório da ouvidoria da recorrida, à 11/12/2018. A suspensão e o ajuizamento da ação em curso, contudo, datam, respectivamente, de 19/06/2019 e de 01/07/2019.***
*Ora, se da avaliação da prova formou-se convencimento seguro, ainda que num primeiro juízo, de que restou **descaracterizado o princípio da imediatidade com consequente presunção de ocorrência de perdão tácito**, minando o suporte da justa causa, entendo **razoável que a reintegração se faça de imediato, com restabelecimento dos salários e demais vantagens** desde então, sob pena de o sacrifício imposto ao trabalhador ser excessivamente superior àquele exigido da recorrida. Ademais, não se pode olvidar dos dispositivos legais pertinentes (art. 55 da Lei 5.756/71 e art. 659, X, da CLT) e do entendimento sedimentado do TST, ilustrado pela OJ 142 da SDBI-2 e julgados da Corte.*

No confronto de direitos, pois, ainda que não definitiva a decisão, fácil constatar que o sacrifício a ser imposto ao trabalhador de relegar a reintegração no emprego para após o trânsito em julgado

da decisão afigura-se bem maior daquele que possa advir à empresa. O afastamento do emprego retira do trabalhador (e de sua família) a fonte de subsistência, presumindo-se, por óbvio, prejuízo; para a empresa, por outro lado, não há que falar em prejuízo. Os salários e demais vantagens satisfeitos constituem mera contraprestação dos serviços executados, nem mesmo poderão ser objeto de restituição. Em suma, inexistente qualquer prejuízo ou risco de irreversibilidade para a reclamada, a qual, a partir do retorno ao trabalho, contará com a prestação de serviços do recorrente.
Averbe-se, não lhe está sendo subtraído o direito de, ante nova falta reputada grave, ajuizar novo IAFG que venha a ser julgado procedente.

Sobreleva destacar, por fim, o fato de que as medidas de urgência, entre elas a antecipação da tutela, estão em plena consonância com as noções de efetividade e celeridade na prestação jurisdicional.

Por esses fundamentos, pois, defiro a tutela antecipada requerida para fins de determinar a reintegração do reclamante no emprego com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final desta ação.

(...).’

Pois bem. Como admite o requerente na peça inicial, o IAFG é o meio hábil para comprovar a prática de falta grave por parte do empregado, “autorizando-se, por consequência, a rescisão do contrato de trabalho por justa causa”. Nesse contexto, entendo que pretender a retratação de reintegração determinada em curso de processo distinto, de objeto diverso, vindo a ajuizar a ação específica para este fim apenas cerca de 06 (seis) meses depois, descaracteriza a imediatidade e legitima a presunção de perdão tácito.

Isso posto, nego provimento ao agravo.

AGRAVO REGIMENTAL DO REQUERIDO

O requerido pretende a modificação da decisão com vistas à determinação de cumprimento imediato da reintegração, por parte do agravado, a partir da ciência da decisão.

Analiso.

Com efeito, houve pedido expresso nesse sentido. Todavia, tal item não restou apreciado na decisão monocrática que decidiu nos seguintes termos:

‘Por esses fundamentos, pois, defiro a tutela antecipada requerida para determinar a reintegração do reclamante no emprego, com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final desta ação’.

Dito isto, é forçoso reconhecer a procedência do agravo a fim de,

modificando a decisão, determinar ao requerente que procedida à imediata reintegração do requerido, a partir da ciência da decisão, até decisão final desta ação." (fls. 2.358/2.360)

Nos termos do *caput* do art. 13 do RICGJT, "**a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico**" (grifos apostos).

Por sua vez, consoante o parágrafo único do referido dispositivo, "**em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**" (grifos apostos).

Extraí-se, portanto, que os limites de atuação em correição parcial estão adstritos às seguintes hipóteses: **a)** para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual, quando não há recurso ou outro meio processual cabível; e **b)** para impedir lesão de difícil reparação, em situação extrema ou excepcional, em que existe recurso pendente de julgamento pelo órgão jurisdicional competente, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo até o exame de mérito da matéria.

Dito isso, cabe analisar se o pedido se insere nas hipóteses acima indicadas.

No caso, não há recurso ou outro meio processual cabível para impugnar o acórdão que deu provimento ao agravo regimental para, modificando a decisão monocrática de deferimento da tutela antecipada em recurso ordinário, determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave.

Ademais, a corrigida entendeu que a pretendida retratação de reintegração determinada em curso de processo distinto, de objeto diverso, mediante o ajuizamento de ação específica para este fim, apenas seis meses depois, descaracteriza a imediatidade e legítima a presunção de perdão tácito, conforme convencimento firmado em sentença não definitiva que ensejou a conclusão pela possibilidade de deferimento da tutela antecipada em recurso ordinário para determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave, em consonância com as noções de efetividade e celeridade.

Ocorre que, segundo a OJ nº 137 da SDI-2 do TST, "*Constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure a falta grave a ele imputada, na forma do*

art. 494, 'caput' e parágrafo único, da CLT." (grifos apostos).

Nesse sentido, o parágrafo único do artigo 494 da CLT dispõe que "*A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo*".

Trata-se, ademais, de ressalva aposta na OJ nº 65 da SDI-2 ao direito líquido e certo de reintegração de dirigente sindical ("*Ressalvada a hipótese do art. 494 da CLT, não fere direito líquido e certo a determinação liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical, em face da previsão do inciso X do art. 659 da CLT.*" – grifos nossos).

Assim, a suspensão do empregado, dirigente sindical, para instauração de inquérito para apuração de falta grave, até a decisão final, é direito do empregador estabelecido no art. 494 da CLT, tratando-se, pois, de exceção à aplicação da OJ nº 142 da SDI-2, que não abrange esta situação específica.

Pertinentes, a respeito da supracitada OJ nº 137 da SDI-2, os comentários de Raymundo Antonio Carneiro Pinto e Cláudio Mascarenhas Brandão:

"O art. 494, *caput*, da CLT, autoriza o empregador a suspender preventivamente o empregado estável, a fim de apurar o cometimento de falta grave a ele imputada, por meio de inquérito ajuizado no âmbito da Justiça do Trabalho, o que acarreta a suspensão do contrato de trabalho. Durante esse período, fica desobrigado do pagamento dos salários e das demais vantagens decorrentes de execução do contrato, as quais poderão, posteriormente, ser deferidas, caso venha a ser julgado improcedente o inquérito. Não há limite máximo para essa modalidade de paralisação. Dependerá da duração do processo, pois somente com o trânsito em julgado da decisão serão definidos os efeitos: resolução do contrato, reintegração ou readmissão do empregado, de acordo com a solução atribuída pelo julgador."

(PINTO, Raymundo Antonio Carneiro. Orientações jurisprudenciais do TST: comentadas / Raymundo Antonio Carneiro Pinto, Cláudio Mascarenhas Brandão. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 268/269, grifos apostos).

Necessário ressaltar, ainda, que, no caso de confirmação da improcedência do inquérito para apuração da falta grave, o empregado terá resguardado o reconhecimento de todas as parcelas desde a dispensa supostamente nula até a sua efetiva reintegração.

Assim, com fundamento no *caput* do art. 13 do RICGJT, **defiro a liminar** requerida para **revogar a tutela antecipada deferida para fins de determinar a imediata reintegração de Rômulo Rocha de Lima ao emprego com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final do inquérito para apuração de falta grave,**

processo nº 0016845-32.2019.5.16.0015.

Determino, de plano, que seja **retificada a autuação** a fim de constar, como Requerida, **2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO** e, após, **que se dê ciência**, de imediato, do inteiro teor desta decisão (1) à Requerente; (2) à Requerida, na pessoa do Desembargador James Magno Araújo Farias; (3) ao Terceiro Interessado; e (4) ao Juízo de primeiro grau. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

DORA MARIA DA COSTA

Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000560-94.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	LIBBS FARMACEUTICA LTDA
ADVOGADO	DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: 173117/SP)
REQUERIDO	2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
TERCEIRO INTERESSADO	ROMULO ROCHA DE LIMA
ADVOGADO	MARCUS VINICIUS PEREIRA SILVA(OAB: 8719/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROMULO ROCHA DE LIMA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-CorPar - 1000560-94.2023.5.00.0000

REQUERENTE: **LIBBS FARMACEUTICA LTDA**

ADVOGADO: Dr. DANIEL DOMINGUES CHIODE

REQUERIDA: **2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

TERCEIRO INTERESSADO: **ROMULO ROCHA DE LIMA**

GCGDMC/Fr/Dmc/nc

DECISÃO

Trata-se de **Correção Parcial**, com pedido de liminar (fls. 2/18), apresentada por LIBBS Farmacêutica Ltda., em face da decisão proferida pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, de Relatoria do Desembargador James Magno Araújo

Farias, que, nos autos do recurso ordinário, processo nº 0016845-32.2019.5.16.0015, negou provimento ao agravo regimental interposto pela empregadora e deu provimento ao agravo regimental interposto pelo empregado para, modificando a decisão monocrática de deferimento da tutela antecipada, determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave (fls. 35/39).

A corrigente sustenta que a corrigida atentou contra a boa ordem processual e causou imensa insegurança jurídica, na medida em que a decisão proferida nos autos do inquérito para apuração de falta grave, mediante a qual se concedeu a tutela antecipada em recurso ordinário para determinar a imediata reintegração ao emprego, a partir da ciência da decisão proferida no agravo regimental, contraria a OJ nº 137 da SDI-2 do TST e o artigo 494 da CLT.

Afirma que a controvérsia se refere à configuração de falta grave cometida por empregado detentor de estabilidade e ao direito do empregador de suspender o empregado até decisão final do inquérito, não havendo que se cogitar em verossimilhança das alegações.

Aduz que o ato de suspensão é legal, mormente porque o inquérito para apuração de falta grave foi ajuizado justamente em razão do reconhecimento da qualidade de estável do empregado, em face de sua eleição para o cargo no sindicato da categoria, nos termos do art. 853 da CLT. Alega que a dispensa somente se tornará efetiva após o regular processamento do aludido inquérito.

Alega se tratar de situação extrema que permite a atuação desta Corregedoria-Geral para impedir lesão de difícil reparação, assegurando resultado útil do processo, na medida em que não há recurso imediato contra a decisão corrigenda e há indiscutível risco de dano, considerando a determinação de reintegração de empregado suspenso e com apreciação de inquérito para apuração de falta grave.

Postula, assim, *“seja deferida a presente correção parcial, em caráter liminar e de urgência, para cassar o ato reclamado proferido nos autos do IAFG n.º 0016845-32.2019.5.16.0015 e suspender a ordem de reintegração da liminar de antecipação dos efeitos da tutela proferida, até que haja decisão final nos autos do inquérito para apuração de falta grave”* (fl. 18).

É o relatório.

Decido

Para melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessário, inicialmente, realizar uma sinopse da contenda, naquilo que é objeto da presente decisão:

1 – LIBBS Farmacêutica Ltda. ajuizou Inquérito para Apuração de

Falta Grave em desfavor de Rômulo Rocha de Lima, com alicerce na prática de supostos atos faltosos graves (fls. 53/71);

2 – o empregado, na contestação, requereu em sede de tutela de urgência a sua imediata reintegração nos quadros da empresa (fls. 1.728/1.753), o que, inicialmente, foi indeferido pelo juízo de origem (fls. 1.857/1.859);

3 – em ato contínuo, ao apreciar o mérito, julgou improcedente o inquérito para apuração de falta grave e determinou a readmissão do empregado, condenando a empresa a pagar os salários atrasados a partir da suspensão daquele até efetiva readmissão (fls. 2.001/2.004);

4 – opostos embargos de declaração por ambos os litigantes, os da empregadora foram rejeitados e os do empregado parcialmente acolhidos, com a impressão de efeito modificativo, para “atribuir a causa o valor de R\$ 87.720,00” (fls. 2.175/2.177);

5 – opostos novos declaratórios, foram acolhidos, com a impressão de efeito modificativo, para “decidir que são devidas as custas processuais, pelo(a) autor, no importe de R\$1.754,40” (fls. 2.217/2.218);

6 – irrisignados, os litigantes interpuseram recursos ordinários (fls. 2.220/2.223 e 2.238/2.260), ocasião em que o empregado renovou o pedido de tutela antecipada de urgência no sentido de sua imediata reintegração;

7 - o Desembargador Relator do recurso ordinário deferiu a tutela antecipada requerida para determinar a reintegração do reclamante no emprego, com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final desta ação (fls. 2.299/2.302);

8 – a empregadora interpôs agravo (fls. 2.315/2.325) e o empregado opôs embargos de declaração (fls. 2.307/2.310), os quais foram recebidos como agravo (fl. 2.329);

9 – a 2ª Turma do TRT da 16ª Região negou provimento ao agravo regimental interposto pela empregadora e deu provimento ao agravo regimental interposto pelo empregado para, modificando a decisão monocrática de deferimento da tutela antecipada, determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave (fls. 2.357/2.361), *in verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL DO REQUERENTE

O agravante recorre da decisão com base nos fundamentos elencados no relatório.

A decisão agravada foi assim fundamentada:

‘(...)

Cumpre, portanto, aferir se estão presentes os pressupostos autorizadores da medida pretendida, previstos no referido artigo 300 do CPC.

Sem dúvida, diante de sentença proferida após cognição exauriente, que concluiu por “latente a incompatibilidade entre o ajuizamento tardio do inquérito para apuração de falta grave e o reconhecimento da gravidade da falta, pela ausência da imediatidade”, entendo nítidos os pressupostos autorizadores da tutela antecipada requerida.

Não poderia ser diferente. Como destacado pela magistrada de 1º grau, os fatos graves imputados ao recorrente remontam aos dias 27/09/2018 e 28/09/2018, e o relatório da ouvidoria da recorrida, à 11/12/2018. A suspensão e o ajuizamento da ação em curso, contudo, datam, respectivamente, de 19/06/2019 e de 01/07/2019. Ora, se da avaliação da prova formou-se convencimento seguro, ainda que num primeiro juízo, de que restou descaracterizado o princípio da imediatidade com consequente presunção de ocorrência de perdão tácito, minando o suporte da justa causa, entendo razoável que a reintegração se faça de imediato, com restabelecimento dos salários e demais vantagens desde então, sob pena de o sacrifício imposto ao trabalhador ser excessivamente superior àquele exigido da recorrida. Ademais, não se pode olvidar dos dispositivos legais pertinentes (art. 55 da Lei 5.756/71 e art. 659, X, da CLT) e do entendimento sedimentado do TST, ilustrado pela OJ 142 da SDBI-2 e julgados da Corte.

*No confronto de direitos, pois, ainda que não definitiva a decisão, fácil constatar que o sacrifício a ser imposto ao trabalhador de relegar a reintegração no emprego para após o trânsito em julgado da decisão afigura-se bem maior daquele que possa advir à empresa. O afastamento do emprego retira do trabalhador (e de sua família) a fonte de subsistência, presumindo-se, por óbvio, prejuízo; para a empresa, por outro lado, não há que falar em prejuízo. Os salários e demais vantagens satisfeitos constituem mera contraprestação dos serviços executados, nem mesmo poderão ser objeto de restituição. Em suma, inexistente qualquer prejuízo ou risco de irreversibilidade para a reclamada, a qual, a partir do retorno ao trabalho, contará com a prestação de serviços do recorrente. **Averbe-se, não lhe está sendo subtraído o direito de, ante nova falta reputada grave, ajuizar novo IAFG que venha a ser julgado procedente.***

Sobreleva destacar, por fim, o fato de que as medidas de urgência, entre elas a antecipação da tutela, estão em plena consonância com as noções de efetividade e celeridade na prestação jurisdicional.

Por esses fundamentos, pois, defiro a tutela antecipada requerida para fins de determinar a reintegração do reclamante no emprego com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final desta ação.

(...)'.

Pois bem. Como admite o requerente na peça inicial, o IAFG é o meio hábil para comprovar a prática de falta grave por parte do empregado, *"autorizando-se, por consequência, a rescisão do contrato de trabalho por justa causa"*. Nesse contexto, entendo que pretender a retratação de reintegração determinada em curso de processo distinto, de objeto diverso, vindo a ajuizar a ação específica para este fim apenas cerca de 06 (seis) meses depois, descaracteriza a imediatidade e legitima a presunção de perdão tácito.

Isso posto, nego provimento ao agravo.

AGRAVO REGIMENTAL DO REQUERIDO

O requerido pretende a modificação da decisão com vistas à determinação de cumprimento imediato da reintegração, por parte do agravado, a partir da ciência da decisão.

Analiso.

Com efeito, houve pedido expresso nesse sentido. Todavia, tal item não restou apreciado na decisão monocrática que decidiu nos seguintes termos:

'Por esses fundamentos, pois, defiro a tutela antecipada requerida para determinar a reintegração do reclamante no emprego, com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final desta ação'.

Dito isto, é forçoso reconhecer a procedência do agravo a fim de, modificando a decisão, determinar ao requerente que procedida à imediata reintegração do requerido, a partir da ciência da decisão, até decisão final desta ação." (fls. 2.358/2.360)

Nos termos do *caput* do art. 13 do RICGJT, "**a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico**" (grifos apostos).

Por sua vez, consoante o parágrafo único do referido dispositivo, "**em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**" (grifos apostos).

Extraí-se, portanto, que os limites de atuação em correição parcial estão adstritos às seguintes hipóteses: **a)** para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual, quando não há recurso ou outro meio processual cabível; e **b)** para impedir lesão de difícil reparação, em situação extrema ou excepcional, em que existe recurso pendente de julgamento pelo órgão jurisdicional competente, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do

processo até o exame de mérito da matéria.

Dito isso, cabe analisar se o pedido se insere nas hipóteses acima indicadas.

No caso, não há recurso ou outro meio processual cabível para impugnar o acórdão que deu provimento ao agravo regimental para, modificando a decisão monocrática de deferimento da tutela antecipada em recurso ordinário, determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave.

Ademais, a corrigida entendeu que a pretendida retratação de reintegração determinada em curso de processo distinto, de objeto diverso, mediante o ajuizamento de ação específica para este fim, apenas seis meses depois, descaracteriza a imediatidade e legitima a presunção de perdão tácito, conforme convencimento firmado em sentença não definitiva que ensejou a conclusão pela possibilidade de deferimento da tutela antecipada em recurso ordinário para determinar à empregadora que proceda à imediata reintegração do empregado, a partir da ciência da decisão, até decisão final do inquérito para apuração de falta grave, em consonância com as noções de efetividade e celeridade.

Ocorre que, segundo a OJ nº 137 da SDI-2 do TST, "*Constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure a falta grave a ele imputada, na forma do art. 494, 'caput' e parágrafo único, da CLT.*" (grifos apostos).

Nesse sentido, o parágrafo único do artigo 494 da CLT dispõe que "*A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo*".

Trata-se, ademais, de ressalva aposta na OJ nº 65 da SDI-2 ao direito líquido e certo de reintegração de dirigente sindical ("*Ressalvada a hipótese do art. 494 da CLT, não fere direito líquido e certo a determinação liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical, em face da previsão do inciso X do art. 659 da CLT.*" – grifos nossos).

Assim, a suspensão do empregado, dirigente sindical, para instauração de inquérito para apuração de falta grave, até a decisão final, é direito do empregador estabelecido no art. 494 da CLT, tratando-se, pois, de exceção à aplicação da OJ nº 142 da SDI-2, que não abrange esta situação específica.

Pertinentes, a respeito da supracitada OJ nº 137 da SDI-2, os comentários de Raymundo Antonio Carneiro Pinto e Cláudio Mascarenhas Brandão:

"O art. 494, *caput*, da CLT, autoriza o empregador a suspender preventivamente o empregado estável, a fim de apurar o cometimento de falta grave a ele imputada, por meio de inquérito

ajuizado no âmbito da Justiça do Trabalho, o que acarreta a suspensão do contrato de trabalho. Durante esse período, fica desobrigado do pagamento dos salários e das demais vantagens decorrentes de execução do contrato, as quais poderão, posteriormente, ser deferidas, caso venha a ser julgado improcedente o inquérito. Não há limite máximo para essa modalidade de paralisação. Dependerá da duração do processo, pois somente com o trânsito em julgado da decisão serão definidos os efeitos: resolução do contrato, reintegração ou readmissão do empregado, de acordo com a solução atribuída pelo julgador." (PINTO, Raymundo Antonio Carneiro. Orientações jurisprudenciais do TST: comentadas / Raymundo Antonio Carneiro Pinto, Cláudio Mascarenhas Brandão. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 268/269, grifos apostos).

Necessário ressaltar, ainda, que, no caso de confirmação da improcedência do inquérito para apuração da falta grave, o empregado terá resguardado o reconhecimento de todas as parcelas desde a dispensa supostamente nula até a sua efetiva reintegração.

Assim, com fundamento no *caput* do art. 13 do RICGJT, **defiro a liminar** requerida para **revogar a tutela antecipada deferida para fins de determinar a imediata reintegração de Rômulo Rocha de Lima ao emprego com consequente reinclusão de seu nome na folha de pagamento, observadas as vantagens a que fazia jus, até a decisão final do inquérito para apuração de falta grave, processo nº 0016845-32.2019.5.16.0015.**

Determino, de plano, que seja **retificada a autuação** a fim de constar, como Requerida, **2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO** e, após, **que se dê ciência**, de imediato, do inteiro teor desta decisão (1) à Requerente; (2) à Requerida, na pessoa do Desembargador James Magno Araújo Farias; (3) ao Terceiro Interessado; e (4) ao Juízo de primeiro grau. Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

DORA MARIA DA COSTA

Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000553-05.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	VIPLAN VIACAO PLANALTO LIMITADA
ADVOGADO	SARAH HAKIM(OAB: 253028/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
REQUERIDO	DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

TERCEIRO INTERESSADO	LEANDRO RODRIGUES BATISTA
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	QUESTER JUNIOR MARTINS
ADVOGADO	MARKYLLWER NICOLAU GOES(OAB: 53053/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	JOAO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	ORLANDO SILVINO CIPRIANO
ADVOGADO	MARLIANE ALVES DE LIMA SANTOS(OAB: 38240/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	GLEYTON VENANCIO DE ARAUJO
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	AYLON VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: 30391/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	RENATO PEREIRA LOPES
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	GILSON ADRIANO DE ARAUJO
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	EDUARDO GONCALVES DE SOUZA
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO BATISTA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-CorPar-1000553-05.2023.5.00.0000

REQUERENTE: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA

ADVOGADA: Dra. SARAH HAKIM

REQUERIDO: DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

TERCEIROS INTERESSADOS : LEANDRO RODRIGUES BATISTA, QUESTER JUNIOR MARTINS, JOÃO BATISTA DOS SANTOS, ORLANDO SILVINO CIPRIANO, GLEYTON VENÂNCIO DE ARAÚJO, AYLON VIEIRA DE SOUZA, RENATO PEREIRA LOPES, GILSON ADRIANO DE ARAÚJO e EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA.

GCGDMC/Rac/Dmc/tp

DECISÃO

Trata-se de **Correção Parcial**, com pedido de liminar (fls. 2/20), apresentada por **VIPLAN – Viação Planalto Ltda.**, diante da decisão proferida pelo Desembargador **GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nos autos do processo nº MSCiv-0000414-91.2023.5.10.0000, que indeferiu o pedido de reconsideração formulado pela impetrante, ora corrigente, mantendo a decisão proferida pelo Presidente do Tribunal, Desembargador **ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA**, que indeferira a liminar requerida, visando à revogação da ordem de penhora de aluguéis expedida pela 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga, ao fundamento de que não subsiste a condição de empresa em recuperação judicial da impetrante desde a sentença proferida pelo juízo universal e confirmada pelo Tribunal local, consoante decisão do STJ acerca da referida empresa.

A corrigente sustenta, em síntese, que o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga proferiu decisões surpresas e de ofício em diversos processos, determinando a constrição de aluguéis e a expedição de mandado de penhora, em descompasso com decisões proferidas anteriormente, nas quais reconhecia a recuperação judicial da empresa executada, ora corrigente, e, consequentemente, a competência do juízo universal para a adoção de atos executórios.

Assinala que o seu processo de recuperação judicial ainda não transitou em julgado e que houve flagrante negativa dos efeitos da decisão proferida pelo Ministro Amaury Rodrigues Pinto Júnior, em 10/1/2022, nos autos do processo ROMSCiv-1000319-08.2019.5.02.0000, na qual foi reconhecida “a competência do juízo recuperacional para decidir sobre os atos de penhora, até que fosse verificado o trânsito em julgado da sentença que encerra a recuperação judicial, ainda que ultrapassado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias”.

Aduz, ainda, que a decisão corrigenda foi proferida em descompasso com o entendimento consolidado pela integralidade da 2ª Seção Especializada do TRT da 10ª Região, com a jurisprudência pacífica do STJ e com o Tema nº 90 do enunciado de repercussão geral do STF, na medida em que o seu processo de recuperação judicial ainda não transitou em julgado, acarretando violação à segurança jurídica e à ordem legal, além de colocar em risco a manutenção das atividades com o pagamento dos salários correspondentes.

Postula, assim, com fundamento nos artigos 13, parágrafo único, e 20, II, do RICGJT, a concessão liminar da tutela de urgência de natureza cautelar para “**ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO NO MSCiv nº 0000414-91.2023.5.10.0000 até o seu trânsito em julgado, com a consequente suspensão da ordem de penhora e abstenção**

de práticas constritivas ou expropriatórias nos Processos: 0000628-42.2015.5.10.0104; 0001835-76.2015.5.10.0104, 0000306-22.2015.5.10.0104; 0001338-62.2015.5.10.0104; 0001789-87.2015.5.10.0104, 0002037- 53.2015.5.10.0104; 0001501-76.2014.5.10.0104; 0001495-35.2015.5.10.0104 e 0000104-11.2016.5.10.0104, ou, se efetivado o bloqueio, para que se proceda a imediata devolução à corrigente, VIPLAN – Viação Planalto Ltda., com sobrestamento dos autos, até análise jurisdicional final, sob pena de prejuízos irreparáveis”, e, no mérito, a procedência da presente Correção Parcial, com a confirmação da liminar requerida.

É o relatório. **DECIDO.**

Consoante se extrai do inteiro teor do Mandado de Segurança nº MSCiv-0000414-91.2023.5.10.0000, carreado às fls. 207/603, a liminar postulada na ação mandamental foi indeferida por meio da decisão proferida pelo Desembargador Alexandre Nery de Oliveira, em 30/6/2023, alicerçada nos seguintes fundamentos:

“DECISÃO LIMINAR (INDEFERIMENTO)

VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, pretendendo que seja determinada a revogação da ordem de penhora de aluguéis. Apontou como ato coator decisões do Juízo da MM. 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF que foram proferidas nos autos das reclamações trabalhistas 0000628-42.2015.5.10.0104, 1835-76.2015.5.10.0104, 306-22.2015.5.10.0104, 0001338-62.2015.5.10.0104, 1789-87.2015.5.10.0104, 2037-53.2015.5.10.0104, 0001501-76.2014.5.10.0104, 0001495-35.2015.5.10.0104 e 0000104- 11.2016.5.10.0104, determinando que fosse expedido mandado de penhora de aluguéis que a empresa tem a receber de URBI – Mobilidade Urbana – Consórcio HP – ITA, até o limite do respectivo valor que está sendo executado, a ser efetivada no endereço especificado. Defende o cabimento e a tempestividade do mandamus. Em favor da sua tese, sustenta ilegalidade perpetrada pelo Juízo impetrando, tendo em vista os seguintes aspectos: determinação de penhora emanada de ofício e sem qualquer publicação ou intimação das partes, configurando decisão surpresa; modo mais gravoso de prosseguir a execução; inobservância à circunstância de encontrar-se a empresa em recuperação judicial que ainda não foi encerrada, o que só ocorre com o trânsito em julgado da decisão de encerramento, consoante entendimento do Colendo STJ; consequente competência da Justiça do Trabalho, em casos que tais, apenas para a individualização e quantificação do crédito exequendo, sendo os atos expropriatórios próprios do Juízo falimentar; e desrespeito ao

tema de Repercussão Geral RE 583.955 /RJ e aos artigos indicados da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Transcreveu inúmeros julgados, inclusive da 2ª Seção Especializada deste E. Regional, que encampariam suas alegações. Entende configurados o *fumus boni iuris*, face a ofensa a seu direito líquido e certo decorrente das razões declinadas, e o *periculum in mora*, diante do valor vultoso envolvido e do prejuízo à continuidade da atividade empresarial.

Os autos vieram-me conclusos face às férias do Relator sorteado, na forma regimental.

Relatados.

Decido.

Nessa análise inicial, vislumbro não haver campo para concessão da liminar pretendida.

A Recomendação 01 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 18 de fevereiro de 2020, estabelece que:

“()

Art. 1º Recomendar aos Desembargadores e Juízes Convocados a observância aos seguintes procedimentos em relação aos pedidos de liminares em Mandados de Segurança impetrados contra ato judicial decorrente de investigação patrimonial, em especial os praticados nos processos submetidos ao Regime Especial de Execução Forçada - REEF, disciplinado pela Seção X da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho:

§ 1º Sempre que possível, intimar a autoridade judicial coatora antes da apreciação da liminar requerida pela executada impetrante, quando constar da decisão judicial atacada a descrição das técnicas, estratégias ou métodos de engenharia financeira para ocultação de patrimônio e pessoas, requisitando os relatórios que motivaram os atos executados impugnados e que eventualmente estejam em segredo de justiça.

()”

Assim, diante da orientação superior para que não seja determinada a liberação de valores em sede liminar, revela-se prudente aguardar as informações do MM. Juízo Impetrado.

Não bastasse isso, existe também outro aspecto a ser considerado. A situação da VIPLAN, relativo à questão da recuperação judicial, teve recente decisão do c. Superior Tribunal de Justiça esclarecendo não mais poder aquela empresa buscar a condição de empresa em recuperação judicial se não mais subsiste decisão a assim declarar, após sentença proferida pelo MM. Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal afastando o estado de recuperação judicial e a apelação civil desprovida pelo e. TJDF, porque o pedido da parte não serve a resultar no estado de recuperação judicial, mas o decreto judicial apenas.

O acórdão do STJ chega a apontar a atuação indevida da empresa no plano processual, ao buscar atrair a condição de recuperação judicial que não mais subsiste desde a sentença que assim não reconheceu, enaltecendo a decisão superior que o apelo não tem qualificação para alterar o provimento judicial no caso negativo, para ter-se a recuperação como existente.

Percebo que aqueles precedentes anteriores desta egrégia 2ª Seção Especializada, baseada em situação não específica como a que envolve, agora, o acórdão do c. STJ que examinou exatamente a situação da empresa VIPLAN, não mais podem subsistir em razão do entendimento aclarado agora quando do exame do conflito de competência:

“Ementa:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCP. EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA PELO TRIBUNAL LOCAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RAZOABILIDADE NÃO VERIFICADA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NÃO CONHECIDO.

1. A recuperação judicial tem por objetivo tornar efetiva a função social a ser exercida pela empresa e constitui processo ao qual podem se submeter empresários e sociedades empresárias que atravessam situação de crise econômico-financeira, mas cuja viabilidade de soerguimento, considerados os interesses de empregados e credores, se mostre plausível.
2. A extrapolação do prazo previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo relacionado com a empresa recuperando, fazendo-se necessário analisar as circunstâncias subjacentes a cada caso.
3. A hipótese dos autos possui a peculiaridade de que, além do fato de o processo recuperacional ter sido encerrado por sentença, o decreto de encerramento foi mantido pelo Tribunal competente.
4. Destoa da razoabilidade admitir que o credor tenha de suportar o ônus da suspensão pleiteada pelo devedor diante do tempo transcorrido desde o ajuizamento da execução trabalhista (21/10/2015), o que resultaria em afronta ao princípio da efetividade da jurisdição.
5. Conflito de competência não conhecido.”

STJ - 2ª Seção

CC 157022/DF

Relator Ministro Moura Ribeiro

Julgado em 13.05.2020

Publicado em 04.06.2020

O acórdão referido do c. STJ é claro, pois, ao registrar que a

VIPLAN não está sob condição de empresa em recuperação judicial ao instante em que não possui sentença a declarar esse estado especial, além de ter, inclusive, assim sido mantido pelo Egrégio TJDFT ao negar provimento ao apelo empresarial.

E nesse substrato, o próprio c. Superior Tribunal de Justiça enunciou que não cabe atrair a execução para o Juízo das Quebras, no caso tendo persistido como regular a execução promovida no âmbito da Justiça do Trabalho por não haver juízo universal.

O precedente superior, portanto, contrasta com os precedentes da e. 2ª Seção Especializada, que cabem ser revisados agora, eis que os atos de constrição havidos pelo Juízo impetrado se perfilam como regulares ao instante em que o e. STJ não entende subsistir condição de empresas em recuperação judicial à parte Impetrante, desde a sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, inclusive assim confirmada pelo e. Tribunal de Justiça local, sem poder atribuir-se aos eventuais recursos da empresa a qualificadora de tal situação especial impetrante.

Em consequência, **INDEFIRO A LIMINAR.**

Publique-se para ciência ao Impetrante, por seu advogado.

Após, encaminhem-se estes autos ao Gabinete do Relator sorteado para providências e conclusão devidas.

Brasília-DF, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA" (fls. 540/543 – grifos no original)

Inconformada com a referida decisão, a corrigente apresentou pedido de reconsideração, às fls. 554/558, o qual foi rechaçado por meio da decisão ora impugnada, proferida pelo Desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho, relator, com os seguintes fundamentos, *in verbis*:

"DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a impetrante (Viplan Viação Planalto Ltda), na condição de executada nos autos das Reclamações Trabalhistas 0000628-42.2015.5.10.0104, 0001835-76.2015.5.10.0104, 0000306-22.2015.5.10.0104, 0001338-62.2015.5.10.0104, 0001789-87.2015.5.10.0104, 0002037-53.2015.5.10.0104, 0001501-76.2014.5.10.0104, e 0001495-35.2015.5.10.0104, insurgiu-se contra decisões proferidas pela autoridade coatora, que determinou a expedição de mandado com o escopo de penhorar os aluguéis recebidos da empresa HP ITA (URBI). Invocou a tese de que a execução não pode prosseguir na Justiça do Trabalho, porquanto encontra-se submetida a processo de recuperação judicial.

Por meio da decisão de ID. 5a5f3a8, o Desembargador Presidente, durante o plantão judicial, indeferiu o pedido liminar, consoante os fundamentos abaixo:

(...)

Na petição de ID. 742da10, a impetrante apresenta pedido de reconsideração. À análise.

Na recuperação judicial, a suspensão dos atos executivos limita-se ao *stay period* (180 dias), contado do deferimento do processamento recuperacional e prorrogável, uma única vez, em caráter excepcional (Lei 11.101/2005, art. 6º, §4º).

Por certo, não há falar em prorrogação indefinida desse lapso temporal, em manifesto prejuízo aos demais credores, sobretudo aos titulares de créditos alimentares.

In casu, muito embora a egrégia 2ª Seção Especializada possua entendimento no sentido de suspender os atos executivos até o trânsito em julgado da sentença de encerramento da recuperação, percebe-se que a nova decisão do colendo STJ impõe nova compreensão sobre o tema.

Segundo o *decisum* (CC 157022/DF), "*a extrapolação do prazo previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101 /2005 não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo relacionado com a empresa recuperando, fazendo-se necessário analisar as circunstâncias subjacentes a cada caso*".

Portanto, os atos judiciais (ora impugnados) não denotam qualquer ilegalidade a justificar a intervenção deste *mandamus*.

Além disso, como bem ressaltou a decisão do Desembargador Presidente, durante o plantão judicial, e considerando a nova decisão do colendo STJ sobre o tema, afigura-se prudente aguardar a manifestação do Juízo impetrado e dos demais interessados, antes de qualquer decisão liberatória dos valores penhorados.

Outrossim, os precedentes destacados na petição de reconsideração não são suficientes para alterar o entendimento acima, já que apenas denotam a continuidade do processo recuperacional da impetrante, sem nada mencionar sobre a suspensão de execuções ajuizadas em face da devedora.

Por tudo isso, mantenho a decisão de ID. 5a5f3a8. Indefiro o pedido de reconsideração.

Dê-se ciência à impetrante.

Oficie-se à autoridade coatora para que preste as informações no prazo referido no artigo 7º, I, da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a parte litisconsorte, assinando-lhe também o prazo de 10 dias para manifestação.

Brasília-DF, 06 de julho de 2023.

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Desembargador do Trabalho" (fls. 559/566)

Ora, consoante os termos do *caput* do art. 17 do RICGJT, "**o prazo para apresentação da Correição Parcial é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato ou despacho no órgão oficial, ou da ciência inequívoca pela parte dos fatos relativos à impugnação**" (grifos apostos), **prazo** que será em **dobro** para a **Fazenda Pública** e o **Ministério Público do Trabalho**, de acordo com o parágrafo único do referido dispositivo regimental.

Por sua vez, nos termos do art. 20, I, do RICGJT, "*ao despachar a petição inicial da Correição Parcial, o Corregedor-Geral poderá: I) – indeferi-la, desde logo, caso seja incabível, inepta, intempestiva, ou desacompanhada de documento essencial*" (grifos apostos).

In casu, em que pese a corrigente tenha se dirigido à última decisão proferida como objeto da Correição Parcial, o ato que se busca impugnar e que contém a tese objeto da insurgência é a primeira decisão proferida no bojo da aludida ação mandamental, que foi apenas mantida pela decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.

Com efeito, segundo a jurisprudência do Órgão Especial desta Corte Superior Trabalhista, eventual pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo recursal, por aplicação da diretriz da Orientação Jurisprudencial nº 127 da SDI-2 do TST ("*Na contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança, o efetivo ato coator é o primeiro em que se firmou a tese hostilizada e não aquele que a ratificou*"), de modo que deve ser considerada a decisão que efetivamente firmou a tese impugnada para o fim de contagem da tempestividade da Correição Parcial.

A título ilustrativo, os seguintes precedentes:

"AGRAVO. CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Trata-se de Agravo interposto contra decisão proferida em Correição Parcial, mediante a qual o então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho indeferiu a petição inicial, por intempestividade, com fundamento nos artigos 17 e 20, I, do RICGJT. 2. No caso, a insurgência da Requerente foi dirigida contra a decisão que referendou, na íntegra, a decisão anterior então proferida pela Desembargadora Requerida nos autos do Mandado de Segurança nº 0080427-15.2021.5.22.0000. 3. Na oportunidade, entendeu o Corregedor-Geral que, apesar dessa última decisão ter sido publicada no órgão oficial em 2.2.22, não havia como considerar a referida data como marco temporal para a apresentação da Correição Parcial. Isso porque, em verdade, a Requerente buscava corrigir o conteúdo da decisão proferida em 11.01.22, uma vez que nela é que foi primeiramente firmada a tese hostilizada na Correição

Parcial. 4. Assim, com fundamento na diretriz perfilhada na Orientação Jurisprudencial nº 127 da SBDI-2, reputou intempestiva a Correição Parcial, visto que apresentada apenas em 07.02.2022, em inobservância ao quinquídio previsto no artigo 17 do RICGJT.5. Ressalvado entendimento pessoal do atual Corregedor-Geral quanto à matéria, mantém-se inalterada a decisão ora agravada. 6. Agravo a que se nega provimento." (TST-CorPar-1000069-24.2022.5.00.0000, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, Órgão Especial, DEJT de 18/8/2022)

"AGRAVO. CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ANTERIOR PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO. Tendo em vista que o pedido de reconsideração não interrompe ou suspende a fluência do prazo recursal, que se conta a partir da ciência do primeiro ato impugnado, e não do segundo, o qual não passa de simples confirmação do anterior, pelos seus próprios fundamentos, deve ser mantida a decisão que indeferiu a petição inicial da presente Correição Parcial por intempestividade. Agravo desprovido." (TST-CorPar-1000625-94.2020.5.00.0000, Rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Órgão Especial, DEJT de 21/10/2020)

Nessa senda, considerando que a decisão que indeferiu a liminar do mandado de segurança foi proferida em 30/6/2023, sendo certificada a ciência da parte na mesma data (fl. 553) e tendo a corrigente formulado pedido de reconsideração naqueles autos em 4/7/2023, resulta patente a intempestividade da presente Correição Parcial, apresentada somente em 17/7/2023.

Por todo o exposto, com alicerce nos arts. 17 e 20, I, do RICGJT, **indefiro o pedido de Correição Parcial.**

Em tempo, retifique-se a autuação quanto às partes conforme o cabeçalho.

Publique-se.

Após o transcurso *in albis* do prazo recursal, archive-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

DORA MARIA DA COSTA

Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000553-05.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	VIPLAN VIACAO PLANALTO LIMITADA
ADVOGADO	SARAH HAKIM(OAB: 253028/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

REQUERIDO	DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
TERCEIRO INTERESSADO	LEANDRO RODRIGUES BATISTA
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	QUESTER JUNIOR MARTINS
ADVOGADO	MARKYLLWER NICOLAU GOES(OAB: 53053/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	JOAO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	ORLANDO SILVINO CIPRIANO
ADVOGADO	MARLIANE ALVES DE LIMA SANTOS(OAB: 38240/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	GLEYTON VENANCIO DE ARAUJO
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	AYLON VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: 30391/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	RENATO PEREIRA LOPES
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	GILSON ADRIANO DE ARAUJO
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	EDUARDO GONCALVES DE SOUZA
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEYTON VENANCIO DE ARAUJO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-CorPar-1000553-05.2023.5.00.0000

REQUERENTE: **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA**

ADVOGADA: Dra. SARAH HAKIM

REQUERIDO: **DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

REQUERIDO: **DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA**

TERCEIROS INTERESSADOS : **LEANDRO RODRIGUES BATISTA, QUESTER JUNIOR MARTINS, JOÃO BATISTA DOS SANTOS, ORLANDO SILVINO CIPRIANO, GLEYTON VENÂNCIO DE ARAÚJO, AYLON VIEIRA DE SOUZA, RENATO PEREIRA LOPES, GILSON ADRIANO DE ARAÚJO e EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA.**

GCGDMC/Rac/Dmc/tp

DECISÃO

Trata-se de **Correição Parcial**, com pedido de liminar (fls. 2/20), apresentada por **VIPLAN – Viação Planalto Ltda.**, diante da decisão proferida pelo Desembargador **GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nos autos do processo nº MSCiv-0000414-91.2023.5.10.0000, que indeferiu o pedido de reconsideração formulado pela impetrante, ora corrigente, mantendo a decisão proferida pelo Presidente do Tribunal, Desembargador **ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA**, que indeferira a liminar requerida, visando à revogação da ordem de penhora de aluguéis expedida pela 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga, ao fundamento de que não subsiste a condição de empresa em recuperação judicial da impetrante desde a sentença proferida pelo juízo universal e confirmada pelo Tribunal local, consoante decisão do STJ acerca da referida empresa.

A corrigente sustenta, em síntese, que o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga proferiu decisões surpresas e de ofício em diversos processos, determinando a constrição de aluguéis e a expedição de mandado de penhora, em descompasso com decisões proferidas anteriormente, nas quais reconhecia a recuperação judicial da empresa executada, ora corrigente, e, consequentemente, a competência do juízo universal para a adoção de atos executórios.

Assinala que o seu processo de recuperação judicial ainda não transitou em julgado e que houve flagrante negativa dos efeitos da decisão proferida pelo Ministro Amaury Rodrigues Pinto Júnior, em 10/1/2022, nos autos do processo ROMSCiv-1000319-08.2019.5.02.0000, na qual foi reconhecida “a competência do juízo recuperacional para decidir sobre os atos de penhora, até que fosse verificado o trânsito em julgado da sentença que encerra a recuperação judicial, ainda que ultrapassado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias”.

Aduz, ainda, que a decisão corrigenda foi proferida em descompasso com o entendimento consolidado pela integralidade da 2ª Seção Especializada do TRT da 10ª Região, com a jurisprudência pacífica do STJ e com o Tema nº 90 do ementário de repercussão geral do STF, na medida em que o seu processo de recuperação judicial ainda não transitou em julgado, acarretando violação à segurança jurídica e à ordem legal, além de colocar em risco a manutenção das atividades com o pagamento dos salários correspondentes.

Postula, assim, com fundamento nos artigos 13, parágrafo único, e 20, II, do RICGJT, a concessão liminar da tutela de urgência de natureza cautelar para “**ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO NO MSCiv nº 0000414-91.2023.5.10.0000 até o seu trânsito em julgado,**

com a consequente suspensão da ordem de penhora e abstenção de práticas constritivas ou expropriatórias nos Processos: 0000628-42.2015.5.10.0104; 0001835-76.2015.5.10.0104, 0000306-22.2015.5.10.0104; 0001338-62.2015.5.10.0104; 0001789-87.2015.5.10.0104, 0002037- 53.2015.5.10.0104; 0001501-76.2014.5.10.0104; 0001495-35.2015.5.10.0104 e 0000104-11.2016.5.10.0104, ou, se efetivado o bloqueio, para que se proceda a imediata devolução à corrigente, VIPLAN – Viação Planalto Ltda., com sobrestamento dos autos, até análise jurisdicional final, sob pena de prejuízos irreparáveis", e, no mérito, a procedência da presente Correição Parcial, com a confirmação da liminar requerida.

É o relatório. **DECIDO.**

Consoante se extrai do inteiro teor do Mandado de Segurança nº MSCiv-0000414-91.2023.5.10.0000, carreado às fls. 207/603, a liminar postulada na ação mandamental foi indeferida por meio da decisão proferida pelo Desembargador Alexandre Nery de Oliveira, em 30/6/2023, alicerçada nos seguintes fundamentos:

**"DECISÃO LIMINAR
(INDEFERIMENTO)**

VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, pretendendo que seja determinada a revogação da ordem de penhora de aluguéis. Apontou como ato coator decisões do Juízo da MM. 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF que foram proferidas nos autos das reclamações trabalhistas 0000628-42.2015.5.10.0104, 1835-76.2015.5.10.0104, 306-22.2015.5.10.0104, 0001338-62.2015.5.10.0104, 1789-87.2015.5.10.0104, 2037-53.2015.5.10.0104, 0001501-76.2014.5.10.0104, 0001495-35.2015.5.10.0104 e 0000104- 11.2016.5.10.0104, determinando que fosse expedido mandado de penhora de aluguéis que a empresa tem a receber de URBI – Mobilidade Urbana – Consórcio HP – ITA, até o limite do respectivo valor que está sendo executado, a ser efetivada no endereço especificado. Defende o cabimento e a tempestividade do mandamus. Em favor da sua tese, sustenta ilegalidade perpetrada pelo Juízo impetrando, tendo em vista os seguintes aspectos: determinação de penhora emanada de ofício e sem qualquer publicação ou intimação das partes, configurando decisão surpresa; modo mais gravoso de prosseguir a execução; inobservância à circunstância de encontrar-se a empresa em recuperação judicial que ainda não foi encerrada, o que só ocorre com o trânsito em julgado da decisão de encerramento, consoante entendimento do Colendo STJ; consequente competência da Justiça do Trabalho, em casos que tais, apenas para a individualização e quantificação do crédito exequendo, sendo os

atos expropriatórios próprios do Juízo falimentar; e desrespeito ao tema de Repercussão Geral RE 583.955 /RJ e aos artigos indicados da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Transcreveu inúmeros julgados, inclusive da 2ª Seção Especializada deste E. Regional, que encampariam suas alegações. Entende configurados o *fumus boni iuris*, face a ofensa a seu direito líquido e certo decorrente das razões declinadas, e o *periculum in mora*, diante do valor vultoso envolvido e do prejuízo à continuidade da atividade empresarial.

Os autos vieram-me conclusos face às férias do Relator sorteado, na forma regimental.

Relatados.

Decido.

Nessa análise inicial, vislumbro não haver campo para concessão da liminar pretendida.

A Recomendação 01 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 18 de fevereiro de 2020, estabelece que:

"()

Art. 1º Recomendar aos Desembargadores e Juízes Convocados a observância aos seguintes procedimentos em relação aos pedidos de liminares em Mandados de Segurança impetrados contra ato judicial decorrente de investigação patrimonial, em especial os praticados nos processos submetidos ao Regime Especial de Execução Forçada - REEF, disciplinado pela Seção X da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho:

§ 1º Sempre que possível, intimar a autoridade judicial coatora antes da apreciação da liminar requerida pela executada impetrante, quando constar da decisão judicial atacada a descrição das técnicas, estratégias ou métodos de engenharia financeira para ocultação de patrimônio e pessoas, requisitando os relatórios que motivaram os atos executados impugnados e que eventualmente estejam em segredo de justiça.

()"

Assim, diante da orientação superior para que não seja determinada a liberação de valores em sede liminar, revela-se prudente aguardar as informações do MM. Juízo Impetrado.

Não bastasse isso, existe também outro aspecto a ser considerado. A situação da VIPLAN, relativo à questão da recuperação judicial, teve recente decisão do c. Superior Tribunal de Justiça esclarecendo não mais poder aquela empresa buscar a condição de empresa em recuperação judicial se não mais subsiste decisão a assim declarar, após sentença proferida pelo MM. Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal afastando o estado de recuperação judicial e a apelação civil desprovida pelo e. TJDF, porque o pedido da parte não serve a resultar no estado de

recuperação judicial, mas o decreto judicial apenas.

O acórdão do STJ chega a apontar a atuação indevida da empresa no plano processual, ao buscar atrair a condição de recuperação judicial que não mais subsiste desde a sentença que assim não reconheceu, enaltecendo a decisão superior que o apelo não tem qualificação para alterar o provimento judicial no caso negativo, para ter-se a recuperação como existente.

Percebo que aqueles precedentes anteriores desta egrégia 2ª Seção Especializada, baseada em situação não específica como a que envolve, agora, o acórdão do c. STJ que examinou exatamente a situação da empresa VIPLAN, não mais podem subsistir em razão do entendimento aclarado agora quando do exame do conflito de competência:

“Ementa:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCP. EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA PELO TRIBUNAL LOCAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RAZOABILIDADE NÃO VERIFICADA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NÃO CONHECIDO.

1. A recuperação judicial tem por objetivo tornar efetiva a função social a ser exercida pela empresa e constitui processo ao qual podem se submeter empresários e sociedades empresárias que atravessam situação de crise econômico-financeira, mas cuja viabilidade de soerguimento, considerados os interesses de empregados e credores, se mostre plausível.

2. A extrapolação do prazo previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo relacionado com a empresa recuperando, fazendo-se necessário analisar as circunstâncias subjacentes a cada caso.

3. A hipótese dos autos possui a peculiaridade de que, além do fato de o processo recuperacional ter sido encerrado por sentença, o decreto de encerramento foi mantido pelo Tribunal competente.

4. Destoa da razoabilidade admitir que o credor tenha de suportar o ônus da suspensão pleiteada pelo devedor diante do tempo transcorrido desde o ajuizamento da execução trabalhista (21/10/2015), o que resultaria em afronta ao princípio da efetividade da jurisdição.

5. Conflito de competência não conhecido.”

STJ - 2ª Seção

CC 157022/DF

Relator Ministro Moura Ribeiro

Julgado em 13.05.2020

Publicado em 04.06.2020

O acórdão referido do c. STJ é claro, pois, ao registrar que a VIPLAN não está sob condição de empresa em recuperação judicial ao instante em que não possui sentença a declarar esse estado especial, além de ter, inclusive, assim sido mantido pelo Egrégio TJDFT ao negar provimento ao apelo empresarial.

E nesse substrato, o próprio c. Superior Tribunal de Justiça enunciou que não cabe atrair a execução para o Juízo das Quebras, no caso tendo persistido como regular a execução promovida no âmbito da Justiça do Trabalho por não haver juízo universal.

O precedente superior, portanto, contrasta com os precedentes da e. 2ª Seção Especializada, que cabem ser revisados agora, eis que os atos de constrição havidos pelo Juízo impetrado se perfilam como regulares ao instante em que o e. STJ não entende subsistir condição de empresas em recuperação judicial à parte Impetrante, desde a sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, inclusive assim confirmada pelo e. Tribunal de Justiça local, sem poder atribuir-se aos eventuais recursos da empresa a qualificadora de tal situação especial impetrante.

Em consequência, **INDEFIRO A LIMINAR.**

Publique-se para ciência ao Impetrante, por seu advogado.

Após, encaminhem-se estes autos ao Gabinete do Relator sorteado para providências e conclusão devidas.

Brasília-DF, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA (fls. 540/543 – grifos no original)

Inconformada com a referida decisão, a corrigente apresentou pedido de reconsideração, às fls. 554/558, o qual foi rechaçado por meio da decisão ora impugnada, proferida pelo Desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho, relator, com os seguintes fundamentos, *in verbis*:

“DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a impetrante (Viplan Viação Planalto Ltda), na condição de executada nos autos das Reclamações Trabalhistas 0000628-42.2015.5.10.0104, 0001835-76.2015.5.10.0104, 0000306-22.2015.5.10.0104, 0001338-62.2015.5.10.0104, 0001789-87.2015.5.10.0104, 0002037-53.2015.5.10.0104, 0001501-76.2014.5.10.0104, e 0001495-35.2015.5.10.0104, insurgiu-se contra decisões proferidas pela autoridade coatora, que determinou a expedição de mandado com o escopo de penhorar os aluguéis recebidos da empresa HP ITA (URBI). Invocou a tese de que a execução não pode prosseguir na Justiça do Trabalho, porquanto encontra-se submetida a processo

de recuperação judicial.

Por meio da decisão de ID. 5a5f3a8, o Desembargador Presidente, durante o plantão judicial, indeferiu o pedido liminar, consoante os fundamentos abaixo:

(...)

Na petição de ID. 742da10, a impetrante apresenta pedido de reconsideração. À análise.

Na recuperação judicial, a suspensão dos atos executivos limita-se ao *stay period* (180 dias), contado do deferimento do processamento recuperacional e prorrogável, uma única vez, em caráter excepcional (Lei 11.101/2005, art. 6º, §4º).

Por certo, não há falar em prorrogação indefinida desse lapso temporal, em manifesto prejuízo aos demais credores, sobretudo aos titulares de créditos alimentares.

In casu, muito embora a egrégia 2ª Seção Especializada possua entendimento no sentido de suspender os atos executivos até o trânsito em julgado da sentença de encerramento da recuperação, percebe-se que a nova decisão do colendo STJ impõe nova compreensão sobre o tema.

Segundo o *decisum* (CC 157022/DF), “a *extrapolação do prazo previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101 /2005 não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo relacionado com a empresa recuperando, fazendo-se necessário analisar as circunstâncias subjacentes a cada caso*”.

Portanto, os atos judiciais (ora impugnados) não denotam qualquer ilegalidade a justificar a intervenção deste *mandamus*.

Além disso, como bem ressaltou a decisão do Desembargador Presidente, durante o plantão judicial, e considerando a nova decisão do colendo STJ sobre o tema, afigura-se prudente aguardar a manifestação do Juízo impetrado e dos demais interessados, antes de qualquer decisão liberatória dos valores penhorados. Outrossim, os precedentes destacados na petição de reconsideração não são suficientes para alterar o entendimento acima, já que apenas denotam a continuidade do processo recuperacional da impetrante, sem nada mencionar sobre a suspensão de execuções ajuizadas em face da devedora.

Por tudo isso, mantenho a decisão de ID. 5a5f3a8. Indefiro o pedido de reconsideração.

Dê-se ciência à impetrante.

Oficie-se à autoridade coatora para que preste as informações no prazo referido no artigo 7º, I, da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a parte litisconsorte, assinando-lhe também o prazo de 10 dias para manifestação.

Brasília-DF, 06 de julho de 2023.

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Desembargador do Trabalho” (fls. 559/566)

Ora, consoante os termos do *caput* do art. 17 do RICGJT, “**o prazo para *apresentação da Correição Parcial é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato ou despacho no órgão oficial, ou da ciência inequívoca pela parte dos fatos relativos à impugnação***” (grifos apostos), **prazo** que será em **dobro** para a **Fazenda Pública** e o **Ministério Público do Trabalho**, de acordo com o parágrafo único do referido dispositivo regimental.

Por sua vez, nos termos do art. 20, I, do RICGJT, “**ao despachar a petição inicial da Correição Parcial, o Corregedor-Geral poderá: I) – *indeferir-la, desde logo, caso seja incabível, inepta, intempestiva, ou desacompanhada de documento essencial***” (grifos apostos).

In casu, em que pese a corrigente tenha se dirigido à última decisão proferida como objeto da Correição Parcial, o ato que se busca impugnar e que contém a tese objeto da insurgência é a primeira decisão proferida no bojo da aludida ação mandamental, que foi apenas mantida pela decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.

Com efeito, segundo a jurisprudência do Órgão Especial desta Corte Superior Trabalhista, eventual pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo recursal, por aplicação da diretriz da Orientação Jurisprudencial nº 127 da SDI-2 do TST (“*Na contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança, o efetivo ato coator é o primeiro em que se firmou a tese hostilizada e não aquele que a ratificou*”), de modo que deve ser considerada a decisão que efetivamente firmou a tese impugnada para o fim de contagem da tempestividade da Correição Parcial.

A título ilustrativo, os seguintes precedentes:

“AGRAVO. CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Trata-se de Agravo interposto contra decisão proferida em Correição Parcial, mediante a qual o então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho indeferiu a petição inicial, por intempestividade, com fundamento nos artigos 17 e 20, I, do RICGJT. 2. No caso, a insurgência da Requerente foi dirigida contra a decisão que referendou, na íntegra, a decisão anterior então proferida pela Desembargadora Requerida nos autos do Mandado de Segurança nº 0080427-15.2021.5.22.0000. 3. Na oportunidade, entendeu o Corregedor-Geral que, apesar dessa última decisão ter sido publicada no órgão oficial em 2.2.22, não havia como considerar a referida data como marco temporal para a apresentação da Correição Parcial. Isso porque, em verdade, a Requerente buscava corrigir o conteúdo da decisão proferida em 11.01.22, uma vez que

nela é que foi primeiramente firmada a tese hostilizada na Correição Parcial. 4. Assim, com fundamento na diretriz perfilhada na Orientação Jurisprudencial nº 127 da SBDI-2, reputou intempestiva a Correição Parcial, visto que apresentada apenas em 07.02.2022, em inobservância ao quinquídio previsto no artigo 17 do RICGJT.5. Ressalvado entendimento pessoal do atual Corregedor-Geral quanto à matéria, mantém-se inalterada a decisão ora agravada. 6. Agravo a que se nega provimento.” (TST-CorPar-1000069-24.2022.5.00.0000, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, Órgão Especial, DEJT de 18/8/2022)

“AGRAVO. CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ANTERIOR PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO. Tendo em vista que o pedido de reconsideração não interrompe ou suspende a fluência do prazo recursal, que se conta a partir da ciência do primeiro ato impugnado, e não do segundo, o qual não passa de simples confirmação do anterior, pelos seus próprios fundamentos, deve ser mantida a decisão que indeferiu a petição inicial da presente Correição Parcial por intempestividade. Agravo desprovido.” (TST-CorPar-1000625-94.2020.5.00.0000, Rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Órgão Especial, DEJT de 21/10/2020)

Nessa senda, considerando que a decisão que indeferiu a liminar do mandado de segurança foi proferida em 30/6/2023, sendo certificada a ciência da parte na mesma data (fl. 553) e tendo a corrigente formulado pedido de reconsideração naqueles autos em 4/7/2023, resulta patente a intempestividade da presente Correição Parcial, apresentada somente em 17/7/2023.

Por todo o exposto, com alicerce nos arts. 17 e 20, I, do RICGJT, **indefiro o pedido de Correição Parcial.**

Em tempo, retifique-se a autuação quanto às partes conforme o cabeçalho.

Publique-se.

Após o transcurso *in albis* do prazo recursal, archive-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

DORA MARIA DA COSTA

Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000553-05.2023.5.00.0000

Relator	DORA MARIA DA COSTA
REQUERENTE	VIPLAN VIACAO PLANALTO LIMITADA
ADVOGADO	SARAH HAKIM(OAB: 253028/SP)

REQUERIDO	DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
REQUERIDO	DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
TERCEIRO INTERESSADO	LEANDRO RODRIGUES BATISTA
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	QUESTER JUNIOR MARTINS
ADVOGADO	MARKYLLWER NICOLAU GOES(OAB: 53053/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	JOAO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	ORLANDO SILVINO CIPRIANO
ADVOGADO	MARLIANE ALVES DE LIMA SANTOS(OAB: 38240/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	GLEYTON VENANCIO DE ARAUJO
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	AYLON VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	ERALDO NOBRE CAVALCANTE(OAB: 30391/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	RENATO PEREIRA LOPES
ADVOGADO	OSVALDO ELIAS DA SILVA FILHO(OAB: 42618/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	GILSON ADRIANO DE ARAUJO
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)
TERCEIRO INTERESSADO	EDUARDO GONCALVES DE SOUZA
ADVOGADO	ZILDA COSTA LIMA(OAB: 41432/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENATO PEREIRA LOPES

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-CorPar-1000553-05.2023.5.00.0000

REQUERENTE: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA

ADVOGADA: Dra. SARAH HAKIM

REQUERIDO: DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

TERCEIROS INTERESSADOS : LEANDRO RODRIGUES BATISTA, QUESTER JUNIOR MARTINS, JOÃO BATISTA DOS SANTOS, ORLANDO SILVINO CIPRIANO, GLEYTON VENÂNCIO DE ARAÚJO, AYLON VIEIRA DE SOUZA, RENATO PEREIRA LOPES, GILSON ADRIANO DE ARAÚJO e EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA.

GCGDMC/Rac/Dmc/tp

DECISÃO

Trata-se de **Correção Parcial**, com pedido de liminar (fls. 2/20), apresentada por **VIPLAN – Viação Planalto Ltda.**, diante da decisão proferida pelo Desembargador **GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nos autos do processo nº MSCiv-0000414-91.2023.5.10.0000, que indeferiu o pedido de reconsideração formulado pela impetrante, ora corrigente, mantendo a decisão proferida pelo Presidente do Tribunal, Desembargador **ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA**, que indeferira a liminar requerida, visando à revogação da ordem de penhora de aluguéis expedida pela 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga, ao fundamento de que não subsiste a condição de empresa em recuperação judicial da impetrante desde a sentença proferida pelo juízo universal e confirmada pelo Tribunal local, consoante decisão do STJ acerca da referida empresa.

A corrigente sustenta, em síntese, que o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga proferiu decisões surpresas e de ofício em diversos processos, determinando a constrição de aluguéis e a expedição de mandado de penhora, em descompasso com decisões proferidas anteriormente, nas quais reconhecia a recuperação judicial da empresa executada, ora corrigente, e, consequentemente, a competência do juízo universal para a adoção de atos executórios.

Assinala que o seu processo de recuperação judicial ainda não transitou em julgado e que houve flagrante negativa dos efeitos da decisão proferida pelo Ministro Amaury Rodrigues Pinto Júnior, em 10/1/2022, nos autos do processo ROMSCiv-1000319-08.2019.5.02.0000, na qual foi reconhecida “a competência do juízo recuperacional para decidir sobre os atos de penhora, até que fosse verificado o trânsito em julgado da sentença que encerra a recuperação judicial, ainda que ultrapassado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias”.

Aduz, ainda, que a decisão corrigenda foi proferida em descompasso com o entendimento consolidado pela integralidade da 2ª Seção Especializada do TRT da 10ª Região, com a jurisprudência pacífica do STJ e com o Tema nº 90 do e mentário de repercussão geral do STF, na medida em que o seu processo de recuperação judicial ainda não transitou em julgado, acarretando violação à segurança jurídica e à ordem legal, além de colocar em risco a manutenção das atividades com o pagamento dos salários correspondentes.

Postula, assim, com fundamento nos artigos 13, parágrafo único, e 20, II, do RICGJT, a concessão liminar da tutela de urgência de natureza cautelar para “**ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO NO**

MSCiv nº 0000414-91.2023.5.10.0000 até o seu trânsito em julgado, com a consequente suspensão da ordem de penhora e abstenção de práticas constritivas ou expropriatórias nos Processos: 0000628-42.2015.5.10.0104; 0001835-76.2015.5.10.0104, 0000306-22.2015.5.10.0104; 0001338-62.2015.5.10.0104; 0001789-87.2015.5.10.0104, 0002037- 53.2015.5.10.0104; 0001501-76.2014.5.10.0104; 0001495-35.2015.5.10.0104 e 0000104-11.2016.5.10.0104, ou, se efetivado o bloqueio, para que se proceda a imediata devolução à corrigente, VIPLAN – Viação Planalto Ltda., com sobrestamento dos autos, até análise jurisdicional final, sob pena de prejuízos irreparáveis”, e, no mérito, a procedência da presente Correção Parcial, com a confirmação da liminar requerida.

É o relatório. **DECIDO.**

Consoante se extrai do inteiro teor do Mandado de Segurança nº MSCiv-0000414-91.2023.5.10.0000, carreado às fls. 207/603, a liminar postulada na ação mandamental foi indeferida por meio da decisão proferida pelo Desembargador Alexandre Nery de Oliveira, em 30/6/2023, alicerçada nos seguintes fundamentos:

“DECISÃO LIMINAR (INDEFERIMENTO)

VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, pretendendo que seja determinada a revogação da ordem de penhora de aluguéis. Apontou como ato coator decisões do Juízo da MM. 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF que foram proferidas nos autos das reclamações trabalhistas 0000628-42.2015.5.10.0104, 1835-76.2015.5.10.0104, 306-22.2015.5.10.0104, 0001338-62.2015.5.10.0104, 1789-87.2015.5.10.0104, 2037-53.2015.5.10.0104, 0001501-76.2014.5.10.0104, 0001495-35.2015.5.10.0104 e 0000104- 11.2016.5.10.0104, determinando que fosse expedido mandado de penhora de aluguéis que a empresa tem a receber de URBI – Mobilidade Urbana – Consórcio HP – ITA, até o limite do respectivo valor que está sendo executado, a ser efetivada no endereço especificado. Defende o cabimento e a tempestividade do mandamus. Em favor da sua tese, sustenta ilegalidade perpetrada pelo Juízo impetrando, tendo em vista os seguintes aspectos: determinação de penhora emanada de ofício e sem qualquer publicação ou intimação das partes, configurando decisão surpresa; modo mais gravoso de prosseguir a execução; inobservância à circunstância de encontrar-se a empresa em recuperação judicial que ainda não foi encerrada, o que só ocorre com o trânsito em julgado da decisão de encerramento, consoante entendimento do Colendo STJ; consequente competência da Justiça do Trabalho, em casos que tais, apenas para a

individualização e quantificação do crédito exequendo, sendo os atos expropriatórios próprios do Juízo falimentar; e desrespeito ao tema de Repercussão Geral RE 583.955 /RJ e aos artigos indicados da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Transcreveu inúmeros julgados, inclusive da 2ª Seção Especializada deste E. Regional, que encampariam suas alegações. Entende configurados o *fumus boni iuris*, face a ofensa a seu direito líquido e certo decorrente das razões declinadas, e o *periculum in mora*, diante do valor vultoso envolvido e do prejuízo à continuidade da atividade empresarial.

Os autos vieram-me conclusos face às férias do Relator sorteado, na forma regimental.

Relatados.

Decido.

Nessa análise inicial, vislumbro não haver campo para concessão da liminar pretendida.

A Recomendação 01 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 18 de fevereiro de 2020, estabelece que:

“()

Art. 1º Recomendar aos Desembargadores e Juizes Convocados a observância aos seguintes procedimentos em relação aos pedidos de liminares em Mandados de Segurança impetrados contra ato judicial decorrente de investigação patrimonial, em especial os praticados nos processos submetidos ao Regime Especial de Execução Forçada - REEF, disciplinado pela Seção X da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho:

§ 1º Sempre que possível, intimar a autoridade judicial coatora antes da apreciação da liminar requerida pela executada impetrante, quando constar da decisão judicial atacada a descrição das técnicas, estratégias ou métodos de engenharia financeira para ocultação de patrimônio e pessoas, requisitando os relatórios que motivaram os atos executados impugnados e que eventualmente estejam em segredo de justiça.

()”

Assim, diante da orientação superior para que não seja determinada a liberação de valores em sede liminar, revela-se prudente aguardar as informações do MM. Juízo Impetrado.

Não bastasse isso, existe também outro aspecto a ser considerado. A situação da VIPLAN, relativo à questão da recuperação judicial, teve recente decisão do c. Superior Tribunal de Justiça esclarecendo não mais poder aquela empresa buscar a condição de empresa em recuperação judicial se não mais subsiste decisão a assim declarar, após sentença proferida pelo MM. Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal afastando o estado de recuperação judicial e a apelação civil desprovida pelo e.

TJDFT, porque o pedido da parte não serve a resultar no estado de recuperação judicial, mas o decreto judicial apenas.

O acórdão do STJ chega a apontar a atuação indevida da empresa no plano processual, ao buscar atrair a condição de recuperação judicial que não mais subsiste desde a sentença que assim não reconheceu, enaltecendo a decisão superior que o apelo não tem qualificação para alterar o provimento judicial no caso negativo, para ter-se a recuperação como existente.

Percebo que aqueles precedentes anteriores desta egrégia 2ª Seção Especializada, baseada em situação não específica como a que envolve, agora, o acórdão do c. STJ que examinou exatamente a situação da empresa VIPLAN, não mais podem subsistir em razão do entendimento aclarado agora quando do exame do conflito de competência:

“Ementa:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA PELO TRIBUNAL LOCAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RAZOABILIDADE NÃO VERIFICADA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NÃO CONHECIDO.

1. A recuperação judicial tem por objetivo tornar efetiva a função social a ser exercida pela empresa e constitui processo ao qual podem se submeter empresários e sociedades empresárias que atravessam situação de crise econômico-financeira, mas cuja viabilidade de soerguimento, considerados os interesses de empregados e credores, se mostre plausível.

2. A extrapolação do prazo previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo relacionado com a empresa recuperando, fazendo-se necessário analisar as circunstâncias subjacentes a cada caso.

3. A hipótese dos autos possui a peculiaridade de que, além do fato de o processo recuperacional ter sido encerrado por sentença, o decreto de encerramento foi mantido pelo Tribunal competente.

4. Destoa da razoabilidade admitir que o credor tenha de suportar o ônus da suspensão pleiteada pelo devedor diante do tempo transcorrido desde o ajuizamento da execução trabalhista (21/10/2015), o que resultaria em afronta ao princípio da efetividade da jurisdição.

5. Conflito de competência não conhecido.”

STJ - 2ª Seção

CC 157022/DF

Relator Ministro Moura Ribeiro

Julgado em 13.05.2020

Publicado em 04.06.2020

O acórdão referido do c. STJ é claro, pois, ao registrar que a VIPLAN não está sob condição de empresa em recuperação judicial ao instante em que não possui sentença a declarar esse estado especial, além de ter, inclusive, assim sido mantido pelo Egrégio TJDFT ao negar provimento ao apelo empresarial.

E nesse substrato, o próprio c. Superior Tribunal de Justiça enunciou que não cabe atrair a execução para o Juízo das Quebras, no caso tendo persistido como regular a execução promovida no âmbito da Justiça do Trabalho por não haver juízo universal.

O precedente superior, portanto, contrasta com os precedentes da e. 2ª Seção Especializada, que cabem ser revisados agora, eis que os atos de constrição havidos pelo Juízo impetrado se perfilam como regulares ao instante em que o e. STJ não entende subsistir condição de empresas em recuperação judicial à parte Impetrante, desde a sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, inclusive assim confirmada pelo e. Tribunal de Justiça local, sem poder atribuir-se aos eventuais recursos da empresa a qualificadora de tal situação especial impetrante.

Em consequência, **INDEFIRO A LIMINAR.**

Publique-se para ciência ao Impetrante, por seu advogado.

Após, encaminhem-se estes autos ao Gabinete do Relator sorteado para providências e conclusão devidas.

Brasília-DF, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA (fls. 540/543 – grifos no original)

Inconformada com a referida decisão, a corrigente apresentou pedido de reconsideração, às fls. 554/558, o qual foi rechaçado por meio da decisão ora impugnada, proferida pelo Desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho, relator, com os seguintes fundamentos, *in verbis*:

“DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a impetrante (Viplan Viação Planalto Ltda), na condição de executada nos autos das Reclamações Trabalhistas 0000628-42.2015.5.10.0104, 0001835-76.2015.5.10.0104, 0000306-22.2015.5.10.0104, 0001338-62.2015.5.10.0104, 0001789-87.2015.5.10.0104, 0002037-53.2015.5.10.0104, 0001501-76.2014.5.10.0104, e 0001495-35.2015.5.10.0104, insurgiu-se contra decisões proferidas pela autoridade coatora, que determinou a expedição de mandado com o escopo de penhorar os aluguéis recebidos da empresa HP ITA (URBI). Invocou a tese de que a execução não pode prosseguir na

Justiça do Trabalho, porquanto encontra-se submetida a processo de recuperação judicial.

Por meio da decisão de ID. 5a5f3a8, o Desembargador Presidente, durante o plantão judicial, indeferiu o pedido liminar, consoante os fundamentos abaixo:

(...)

Na petição de ID. 742da10, a impetrante apresenta pedido de reconsideração. À análise.

Na recuperação judicial, a suspensão dos atos executivos limita-se ao *stay period* (180 dias), contado do deferimento do processamento recuperacional e prorrogável, uma única vez, em caráter excepcional (Lei 11.101/2005, art. 6º, §4º).

Por certo, não há falar em prorrogação indefinida desse lapso temporal, em manifesto prejuízo aos demais credores, sobretudo aos titulares de créditos alimentares.

In casu, muito embora a egrégia 2ª Seção Especializada possua entendimento no sentido de suspender os atos executivos até o trânsito em julgado da sentença de encerramento da recuperação, percebe-se que a nova decisão do colendo STJ impõe nova compreensão sobre o tema.

Segundo o *decisum* (CC 157022/DF), “a *extrapolação do prazo previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo relacionado com a empresa recuperando, fazendo-se necessário analisar as circunstâncias subjacentes a cada caso*”.

Portanto, os atos judiciais (ora impugnados) não denotam qualquer ilegalidade a justificar a intervenção deste *mandamus*.

Além disso, como bem ressaltou a decisão do Desembargador Presidente, durante o plantão judicial, e considerando a nova decisão do colendo STJ sobre o tema, afigura-se prudente aguardar a manifestação do Juízo impetrado e dos demais interessados, antes de qualquer decisão liberatória dos valores penhorados. Outrossim, os precedentes destacados na petição de reconsideração não são suficientes para alterar o entendimento acima, já que apenas denotam a continuidade do processo recuperacional da impetrante, sem nada mencionar sobre a suspensão de execuções ajuizadas em face da devedora.

Por tudo isso, mantenho a decisão de ID. 5a5f3a8. Indefiro o pedido de reconsideração.

Dê-se ciência à impetrante.

Oficie-se à autoridade coatora para que preste as informações no prazo referido no artigo 7º, I, da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a parte litisconsorte, assinando-lhe também o prazo de 10 dias para manifestação.

Brasília-DF, 06 de julho de 2023.

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Desembargador do Trabalho" (fls. 559/566)

Ora, consoante os termos do *caput* do art. 17 do RICGJT, "**o prazo para apresentação da Correição Parcial é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato ou despacho no órgão oficial, ou da ciência inequívoca pela parte dos fatos relativos à impugnação**" (grifos apostos), **prazo** que será em **dobro** para a **Fazenda Pública e o Ministério Público do Trabalho**, de acordo com o parágrafo único do referido dispositivo regimental.

Por sua vez, nos termos do art. 20, I, do RICGJT, "*ao despachar a petição inicial da Correição Parcial, o Corregedor-Geral poderá: I) – indeferi-la, desde logo, caso seja incabível, inepta, intempestiva, ou desacompanhada de documento essencial*" (grifos apostos).

In casu, em que pese a corrigente tenha se dirigido à última decisão proferida como objeto da Correição Parcial, o ato que se busca impugnar e que contém a tese objeto da insurgência é a primeira decisão proferida no bojo da aludida ação mandamental, que foi apenas mantida pela decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.

Com efeito, segundo a jurisprudência do Órgão Especial desta Corte Superior Trabalhista, eventual pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo recursal, por aplicação da diretriz da Orientação Jurisprudencial nº 127 da SDI-2 do TST ("*Na contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança, o efetivo ato coator é o primeiro em que se firmou a tese hostilizada e não aquele que a ratificou*"), de modo que deve ser considerada a decisão que efetivamente firmou a tese impugnada para o fim de contagem da tempestividade da Correição Parcial.

A título ilustrativo, os seguintes precedentes:

"AGRAVO. CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Trata-se de Agravo interposto contra decisão proferida em Correição Parcial, mediante a qual o então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho indeferiu a petição inicial, por intempestividade, com fundamento nos artigos 17 e 20, I, do RICGJT. 2. No caso, a insurgência da Requerente foi dirigida contra a decisão que referendou, na íntegra, a decisão anterior então proferida pela Desembargadora Requerida nos autos do Mandado de Segurança nº 0080427-15.2021.5.22.0000. 3. Na oportunidade, entendeu o Corregedor-Geral que, apesar dessa última decisão ter sido publicada no órgão oficial em 2.2.22, não havia como considerar a referida data como marco temporal para a apresentação da Correição Parcial. Isso porque, em verdade, a Requerente buscava

corrigir o conteúdo da decisão proferida em 11.01.22, uma vez que nela é que foi primeiramente firmada a tese hostilizada na Correição Parcial. 4. Assim, com fundamento na diretriz perfilhada na Orientação Jurisprudencial nº 127 da SBDI-2, reputou intempestiva a Correição Parcial, visto que apresentada apenas em 07.02.2022, em inobservância ao quinquídio previsto no artigo 17 do RICGJT.5. Ressalvado entendimento pessoal do atual Corregedor-Geral quanto à matéria, mantém-se inalterada a decisão ora agravada. 6. Agravo a que se nega provimento." (TST-CorPar-1000069-24.2022.5.00.0000, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, Órgão Especial, DEJT de 18/8/2022)

"AGRAVO. CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ANTERIOR PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO DO PRAZO. Tendo em vista que o pedido de reconsideração não interrompe ou suspende a fluência do prazo recursal, que se conta a partir da ciência do primeiro ato impugnado, e não do segundo, o qual não passa de simples confirmação do anterior, pelos seus próprios fundamentos, deve ser mantida a decisão que indeferiu a petição inicial da presente Correição Parcial por intempestividade. Agravo desprovido." (TST-CorPar-1000625-94.2020.5.00.0000, Rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Órgão Especial, DEJT de 21/10/2020)

Nessa senda, considerando que a decisão que indeferiu a liminar do mandado de segurança foi proferida em 30/6/2023, sendo certificada a ciência da parte na mesma data (fl. 553) e tendo a corrigente formulado pedido de reconsideração naqueles autos em 4/7/2023, resulta patente a intempestividade da presente Correição Parcial, apresentada somente em 17/7/2023.

Por todo o exposto, com alicerce nos arts. 17 e 20, I, do RICGJT, **indefiro o pedido de Correição Parcial.**

Em tempo, retifique-se a autuação quanto às partes conforme o cabeçalho.

Publique-se.

Após o transcurso *in albis* do prazo recursal, archive-se.

Brasília, 18 de julho de 2023.

DORA MARIA DA COSTA

Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

**Secretaria-Geral Judiciária
Despacho**

Processo Nº AIRR-0000853-40.2021.5.11.0002

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante EDITORA ANA CASSIA LTDA
Advogado Dr. Hamilton Novo Lucena Júnior(OAB: 5488-A/AM)

Agravado JOSIEL PEREIRA BRITO
Advogado Dr. Samuel Martins Freitas(OAB: 11969-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDITORA ANA CASSIA LTDA
- JOSIEL PEREIRA BRITO

Agravante:EDITORA ANA CASSIA LTDA
Advogado: Dr. Hamilton Novo Lucena Júnior
Agravado: JOSIEL PEREIRA BRITO
Advogado: Dr. Samuel Martins Freitas
//epc/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0000701-92.2021.5.11.0001

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
Advogado Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 20283-A/RJ)

Agravado FRANCISCO SIDNEY BARROS DE ALMEIDA
Advogado Dr. Karollyne Acris Melo Galvao(OAB: 14173-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO SIDNEY BARROS DE ALMEIDA
- IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA

Agravante:I.I.P.E.S.L.
Advogado: Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro
Agravado: F.S.B.A.
Advogado: Dr. Karollyne Acris Melo Galvao
//epc/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a

remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0000371-19.2022.5.11.0015

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante FEDERACAO NACIONAL DOS PORTUARIOS
Advogado Dr. Fernando Nascimento Burattini(OAB: 78983-A/SP)

Agravado ORGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS
Agravado ELSO SIMOES DE OLIVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELSO SIMOES DE OLIVEIRA
- FEDERACAO NACIONAL DOS PORTUARIOS
- ORGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS

Agravante:FEDERACAO NACIONAL DOS PORTUARIOS
Advogado: Dr. Fernando Nascimento Burattini
Agravado: ORGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS
Agravado: ELSO SIMOES DE OLIVEIRA
//epc/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0000529-71.2022.5.11.0016

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante JOSE MAGALHAES AMORIM NETO
Advogado Dr. Ricardo Basile de Almeida(OAB: 96352-A/RJ)

Agravado STONE INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A
Advogado Dr. Marcelo Sena Santos(OAB: 30007-A/BA)

Advogado Dr. Leandro Henrique Mosello Lima(OAB: 27586-S/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MAGALHAES AMORIM NETO

- STONE INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A

Agravante:JOSE MAGALHAES AMORIM NETO

Advogado: Dr. Ricardo Basile de Almeida

Agravado: STONE INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A

Advogado: Dr. Marcelo Sena Santos

Advogado: Dr. Leandro Henrique Mosello Lima

//epc/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0000782-48.2022.5.11.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	FRANCISCO SALES DE SOUSA JUNIOR
Advogado	Dr. Rafael Alves Paiva(OAB: 1466-A/RR)
Agravado	MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME
Agravado	MOTRICE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA
Advogado	Dr. Frederico Feitosa da Rosa(OAB: 18928-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO SALES DE SOUSA JUNIOR
- MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME
- MOTRICE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA

Agravante:FRANCISCO SALES DE SOUSA JUNIOR

Advogado: Dr. Rafael Alves Paiva

Agravado: MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME

Agravado: MOTRICE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA

Advogado: Dr. Frederico Feitosa da Rosa

//epc/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0011510-59.2018.5.18.0161

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
Advogada	Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)
Advogado	Dr. Fernanda Aparecida Santos de Melo(OAB: 93042/MG)
Advogada	Dra. Lorena Miranda Centeno Gasel(OAB: 29390-A/GO)
Agravado	HUEBER RIBEIRO DO EGITO
Advogado	Dr. Joao Paulo de Souza Vargas(OAB: 35594-A/GO)
Advogado	Dr. Alício Batista Filho(OAB: 22804-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
- HUEBER RIBEIRO DO EGITO

Agravante:COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE

Advogada: Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral

Advogado: Dr. Fernanda Aparecida Santos de Melo

Advogada: Dra. Lorena Miranda Centeno Gasel

Agravado: HUEBER RIBEIRO DO EGITO

Advogado: Dr. Joao Paulo de Souza Vargas

Advogado: Dr. Alício Batista Filho

//epc/Fr.

O TRT da 18ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante do acordo homologado no Processo n.º CumPrSe-0011335-26.2022.5.18.0161.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, b, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0000930-59.2022.5.11.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
Advogado	Dr. Rafael Alves Porto(OAB: 25565-A/DF)
Agravado	ALEXANDRE MAGNO DAS CHAGAS MARINHO
Advogado	Dr. Ricardo Carvalho dos Santos(OAB: 370-A/PE)
Advogado	Dr. Samuel de Jesus Barbosa(OAB: 25851-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE MAGNO DAS CHAGAS MARINHO
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Agravante:EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Advogado: Dr. Rafael Alves Porto

Agravado: ALEXANDRE MAGNO DAS CHAGAS MARINHO

Advogado: Dr. Ricardo Carvalho dos Santos

Advogado: Dr. Samuel de Jesus Barbosa

//epc/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0010107-46.2019.5.03.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado	A.F.S.
Advogado	Dr. Leonardo Jamel Saliba de Souza(OAB: 115946-A/MG)
Advogada	Dra. Valeria Soares dos Santos(OAB: 143699-A/MG)
Agravante e Agravado	T.T.N.L.
Advogada	Dra. Izabel Cristina Cordeiro Barbosa(OAB: 140002-A/MG)
Advogada	Dra. Amanda Vilarino Espindola Schwanke(OAB: 106751-A/MG)
Advogado	Dr. Gabriel Miranda Cangussu(OAB: 205700-A/MG)
Agravado	T.T.L.
Advogado	Dr. Ederson Oliveira dos Santos(OAB: 76546-A/PR)
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Quadros Domingos(OAB: 45295-A/PR)
Agravado	C.S.E.E.
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Quadros Domingos(OAB: 45295/PR)
Advogado	Dr. Ederson Oliveira dos Santos(OAB: 76546-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.F.S.
- C.S.E.E.
- T.T.L.
- T.T.N.L.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0000094-36.2022.5.11.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	RICARDO CASTRO RIBEIRO

Advogado	Dr. Leonardo Oliveira dos Santos(OAB: 32284-A/SC)
Advogado	Dr. Vitor Teixeira Ferreira(OAB: 39959-A/SC)
Advogado	Dr. Maykon Felipe de Melo(OAB: 20373-A/SC)
Advogada	Dra. Camila Barela Correa(OAB: 40445-A/SC)
Advogado	Dr. Malu Borges Nunes(OAB: 51458-A/SC)
Agravado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RICARDO CASTRO RIBEIRO

Agravante:RICARDO CASTRO RIBEIRO

Advogado: Dr. Leonardo Oliveira dos Santos

Advogado: Dr. Vitor Teixeira Ferreira

Advogado: Dr. Maykon Felipe de Melo

Advogada: Dra. Camila Barela Correa

Advogada: Dra. Malu Borges Nunes

Agravado: BANCO BRADESCO S.A.

Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues

Asd/Fr.

O TRT da 11ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante de sua equivocada remessa ao TST.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, a, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº RRAg-0010742-72.2022.5.03.0077

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante e Recorrente	CELIO MARCOS SANTOS SILVA
Advogado	Dr. Wellington Clayton Queiroz de Castro(OAB: 54431-A/MG)
Advogado	Dr. Marco Tulio Salomao Lanna(OAB: 46130-A/MG)
Advogado	Dr. Antonio de Padua Gomes Ribeiro(OAB: 53633-A/MG)
Agravado e Recorrido	PROJECCEL ENGENHARIA LTDA
Advogado	Dr. Bernardo Menicucci Grossi(OAB: 97774-A/MG)
Agravado e Recorrido	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-D/MG)
Advogado	Dr. Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIO MARCOS SANTOS SILVA
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

- PROJECEL ENGENHARIA LTDA

Agravante e Recorrente: CELIO MARCOS SANTOS SILVA
Advogado: Dr. Wellington Clayton Queiroz de Castro
Advogado: Dr. Marco Tulio Salomao Lanna
Advogado: Dr. Antonio de Padua Gomes Ribeiro
Agravado e Recorrido: PROJECEL ENGENHARIA LTDA
Advogado: Dr. Bernardo Menicucci Grossi
Agravado e Recorrido: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado: Dr. Sérgio Túlio de Barcelos
Advogado: Dr. Alex Campos Barcelos
//epc/Fr.

O TRT da 3ª Região, por meio do ofício de seq., solicita a devolução dos presentes autos, diante do acordo homologado no Processo n.º CumPrSe-0010485-13.2023.5.03.0077.
Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, b, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.
Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0010838-46.2021.5.18.0161

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado ANDRE LUIS ALVES CANEDO
Advogado Dr. Joao Paulo de Souza Vargas(OAB: 35594-A/GO)
Advogado Dr. Alício Batista Filho(OAB: 22804-A/GO)
Agravante e Agravado COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
Advogada Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIS ALVES CANEDO
- COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE

Agravante e Agravado: ANDRÉ LUIS ALVES CANEDO
Advogado: Dr. João Paulo de Souza Vargas
Advogado: Dr. Alício Batista Filho
Agravante e Agravada: COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
Advogada: Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral

Asd/Fr.

A Vara do Trabalho de Caldas Novas - GO solicita a devolução dos presentes autos diante do acordo homologado no Processo n.º CumPrSe-0010121-63.2023.5.18.0161.
Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, b, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.
Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0000509-95.2021.5.20.0006

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante YAZAKI DO BRASIL LTDA.
Advogada Dra. Theresa Rachel Santa Rita Dantas Lima(OAB: 3278-A/SE)
Advogada Dra. Anna Carolina Barros Cabral da Silva(OAB: 26107-A/PE)
Advogado Dr. Bruno Carvalho Rondon(OAB: 1178-A/SE)
Agravado CLEINTON SANTOS RIBEIRO
Advogado Dr. Mayra Gordiano Pinto(OAB: 1163-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEINTON SANTOS RIBEIRO
- YAZAKI DO BRASIL LTDA.

Diante da ausência de manifestação da parte agravada em relação ao pedido apresentado na Petição n.º TST-298778/2023-6 (sequencial 4), prossiga-se no feito.
À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos.
Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RRAg-0000131-02.2022.5.07.0028

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante, Agravado e Recorrente VIA S.A.
Advogada Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)
Agravante, Agravado e Recorrido DIEGO MOREIRA XAVIER
Advogado Dr. Fábio Luiz Seixas Soterio de Oliveira(OAB: 38557-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIEGO MOREIRA XAVIER
- VIA S.A.

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.
Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-375711/2023-8 (sequencial 4).
Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-000015-93.2022.5.07.0028

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado ENDICON - ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogada Dra. Suanan Costa Collere(OAB: 23285-A/PA)
Agravante e Agravado COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
Advogado Dr. Antônio Cleto Gomes(OAB: 5864-A/CE)
Agravado VANESSA BEZERRA DINIZ
Advogada Dra. Patricia Lucas Maia(OAB: 32012-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
- ENDICON - ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
- VANESSA BEZERRA DINIZ

A Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos desta Corte, por meio do expediente juntado à p. 845 do eSIJ, informa que não consta dos autos a petição de Agravado de Instrumento interposto pela segunda reclamada, COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ.

Diante do exposto, determino o encaminhamento dos autos ao Tribunal Regional de origem, para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000569-08.2021.5.09.0028

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado Dr. Rafael Fadel Braz(OAB: 23014-D/PR)
Agravado RAFAEL ROGERIO DE SOUZA
Advogado Dr. Flávio Dionísio Bernartt(OAB: 11363-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RAFAEL ROGERIO DE SOUZA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-377242/2023-0 (sequencial 4).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000290-27.2021.5.08.0003

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante BELÉM RIO TRANSPORTES LTDA.
Advogada Dra. Roberta Menezes Coelho de Souza(OAB: 11307-A/PA)
Advogado Dr. Daniel de Meira Leite(OAB: 12969-A/PA)
Agravado JUSCELINO DE NAZARE SILVA DA SILVA
Advogada Dra. Mônica Barbosa Rabelo(OAB: 22342-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BELÉM RIO TRANSPORTES LTDA.
- JUSCELINO DE NAZARE SILVA DA SILVA

Determino o retorno dos autos à origem, em face da desistência expressa do recurso, formulada por meio da Petição n.º TST-352072/2023-7 (sequenciais 4/5).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000461-96.2021.5.17.0014

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante JAMEF TRANSPORTES LTDA.
Advogado Dr. Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718-A/RJ)
Agravado GLEDSON ZAMPIROLI DESQUIAVANI
Advogado Dr. Kamilla Pesente de Abreu(OAB: 12716-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEDSON ZAMPIROLI DESQUIAVANI
- JAMEF TRANSPORTES LTDA.

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-352079/2023-2 (sequenciais 4/5).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RR-0000642-28.2021.5.09.0012

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Recorrente LARISSA BARBOSA CAVALHEIRO

Advogado Dr. Ademir da Silva(OAB: 25410-A/PR)
Recorrido WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado Dr. Luciano Bauer Wienke(OAB: 67897-A/RS)
Advogada Dra. Aline Rodrigues Leite(OAB: 51719-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LARISSA BARBOSA CAVALHEIRO
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária. Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o alcance do acordo homologado nos autos de cumprimento provisório de sentença nº CumPrSe-0000485-84.2023.5.09.0012, conforme noticiado por meio do expediente registrado nesta Corte sob o n.º TST-380224/2023-1 (sequencial 5). Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000699-53.2022.5.13.0027

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante JULIO CESAR ALVES DA SILVA
Advogada Dra. Giullyana Flávia de Amorim(OAB: 13529-A/PB)
Agravado MAGALU LOG SERVICOS LOGISTICOS LTDA
Advogado Dr. Daniel Sebadelhe Aranha(OAB: 14139-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO CESAR ALVES DA SILVA
- MAGALU LOG SERVICOS LOGISTICOS LTDA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária. Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, para as providências de direito, em razão da homologação de acordo entre as partes. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000879-96.2019.5.09.0088

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante C.S.S.S.
Advogado Dr. Rafael Fadel Braz(OAB: 23014-D/PR)
Agravado L.P.
Advogado Dr. Filipe Alves da Mota(OAB: 22945-A/PR)

Agravado I.-S.P.P.L.
Advogado Dr. Hommer Christian Moreira Silva(OAB: 221217-A/SP)
Advogada Dra. Rayssa Aparecida Leonel Cachoeira(OAB: 370671-D/SP)
Agravado P.F.S.L.
Advogado Dr. Hommer Christian Moreira Silva(OAB: 221217-A/SP)
Advogada Dra. Rayssa Aparecida Leonel Cachoeira(OAB: 370671-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.S.S.S.
- I.-S.P.P.L.
- L.P.
- P.F.S.L.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº RRAg-0001091-98.2018.5.09.0041

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Recorrido ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada Dra. Marissol Jesus Filla(OAB: 17245-A/PR)
Agravado e Recorrente SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado Dr. Mauro José Auache(OAB: 17209-A/PR)
Advogado Dr. Fernando de Bona Moraes(OAB: 30244-A/PR)
Advogado Dr. Nasser Ahmad Allan(OAB: 28820-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária. Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio das Petições de n.os TST-368736/2023-7 (sequenciais 3/4) e TST-368954/2023-0 (sequencial 6). Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000979-91.2019.5.05.0531

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante MICAELA REIS PAIVA
Advogado Dr. Rodrigo Jorge de Brito Antunes(OAB: 15628-A/ES)
Advogada Dra. Sílvia Pérola Teixeira Costa(OAB: 36663-D/DF)
Agravado IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogada Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)

Agravado BANCO BRADESCARD S.A.
Advogado Dr. Álvaro Van Derley Lima Neto(OAB: 15657-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCARD S.A.
- IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
- MICAELA REIS PAIVA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-378965/2023-5 (sequencial 4).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº Ag-AIRR-0000991-88.2022.5.07.0032

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado Dr. Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587/CE)
Agravado EVERTON MARTINS DA SILVA
Advogado Dr. Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVERTON MARTINS DA SILVA
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-369977/2023-6 (sequencial 10).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RR-0000910-84.2021.5.17.0004

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Recorrente TATIANE ESPINOSA OLIVEIRA LEAO
Advogado Dr. Tatiane Espinosa Oliveira Leao(OAB: 16760-A/ES)
Recorrido CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO
Advogado Dr. Roberta Lavagnoli Gazel(OAB: 25765-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO
- TATIANE ESPINOSA OLIVEIRA LEAO

A Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos do TST - CCADP, por meio do expediente juntado à p. 600 do eSIJ, informa que não consta dos autos recurso a ser apreciado por esta Corte.

Diante do exposto, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000912-18.2021.5.06.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante ORGANIZACAO HOSPITALAR DE PERNAMBUCO LTDA
Advogado Dr. Wilson Sales Nóbrega(OAB: 17333-A/PE)
Advogado Dr. Alexandre José da Trindade Meira Henriques(OAB: 17472-A/PE)
Agravado MARIVALDO CANDIDO NICOLAU
Advogado Dr. Murillo Tavares Cordeiro Filho(OAB: 13037-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIVALDO CANDIDO NICOLAU
- ORGANIZACAO HOSPITALAR DE PERNAMBUCO LTDA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-361427/2023-5 (sequencial 4).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0002101-97.2017.5.09.0661

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado Dr. Newton Dorneles Saratt(OAB: 38023-A/PR)
Advogado Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado ROSANGELA MARIA SEGURA MANIERO
Advogado Dr. Carlos Roberto Scalassara(OAB: 12062-A/PR)
Advogado Dr. André César Vaz da Silva(OAB: 39181-A/PR)

Advogado Dr. Marco Aurelio Soares
Goncalves(OAB: 41965-A/PR)

Brasília, 24 de julho de 2023.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- ROSANGELA MARIA SEGURA MANIERO

Ausente o interesse da reclamante (sequencial 9), indefiro o pedido de realização de audiência de conciliação formulado pelo reclamado.

Ante o exposto, à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos para prosseguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0011037-40.2022.5.03.0100

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado	MEDRAL ENERGIA LTDA. E OUTROS
Advogada	Dra. Tatiane De Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 201296-A/SP)
Agravante e Agravado	DRACENA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. E OUTRO
Advogada	Dra. Mariana Dias Capozoli(OAB: 316859-A/SP)
Agravante e Agravado	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Bernardo Ananias Junqueira Ferraz(OAB: 87253-A/MG)
Agravado	ANA CECILIA RIBEIRO VELOSO
Advogado	Dr. Fábio José Tolentino Rodrigues(OAB: 130463-D/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CECILIA RIBEIRO VELOSO
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- DRACENA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. E OUTRO
- MEDRAL ENERGIA LTDA. E OUTROS

Agravante e Agravado:MEDRAL ENERGIA LTDA. E OUTROS

Advogada: Dra. Tatiane De Cicco Nascimbem Chadid

Agravante e Agravado:DRACENA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. E OUTRO

Advogada: Dra. Mariana Dias Capozoli

Agravante e Agravado:CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

Advogado: Dr. Bernardo Ananias Junqueira Ferraz

Agravado: ANA CECILIA RIBEIRO VELOSO

Advogado: Dr. Fábio José Tolentino Rodrigues

//epc

O TRT da 3ª Região, por meio do ofício de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante do acordo homologado no Processo n.º CumSe-0010977-92.2023.5.03.0145.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, b, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0001426-49.2013.5.05.0221

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fabiana Galdino Cotias(OAB: 22164-A/BA)
Agravado	VALMIR MARQUES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Francisco Lacerda Brito(OAB: 14137-A/BA)
Advogado	Dr. Cleriston Piton Bulhões(OAB: 17034-A/BA)
Advogado	Dr. Giovanna de Vasconcelos Antonelli(OAB: 40725-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VALMIR MARQUES DOS SANTOS

A Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos desta Corte, por meio do expediente juntado à p. 885 do eSIJ, informa que não consta dos autos a decisão de admissibilidade dos Recursos de Revista interpostos pelo reclamante e pela reclamada.

Diante do exposto, determino o encaminhamento dos autos ao Tribunal Regional de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0011040-69.2022.5.18.0102

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	PNEUS VIA NOBRE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Jales de Oliveira Melo Júnior(OAB: 24808-A/GO)
Advogado	Dr. Daniel Valadão de Brito Fleury(OAB: 35114-A/GO)
Advogado	Dr. Gelício Garcia de Moraes Júnior(OAB: 27666-A/GO)
Agravado	FRANCISCO LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogada	Dra. Teresa Aparecida Vieira Barros(OAB: 11841-D/GO)
Advogada	Dra. Liliane Alves de Moura(OAB: 30679-A/GO)
Agravado	NOVA VIA NOBRE PNEUS LTDA E OUTROS
Advogado	Dr. Jales de Oliveira Melo Júnior(OAB: 24808-A/GO)
Advogado	Dr. Daniel Valadão de Brito Fleury(OAB: 35114-A/GO)
Advogado	Dr. Gelício Garcia de Moraes Júnior(OAB: 27666-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
- NOVA VIA NOBRE PNEUS LTDA E OUTROS
- PNEUS VIA NOBRE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-370891/2023-8 (sequencial 4).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010162-42.2022.5.03.0077

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORDESTE/JEQUITINHONHA - CISNORJE
Advogado	Dr. Cleidilene Freire Souza(OAB: 102268-A/MG)
Advogado	Dr. Ricardo Wilson Rodrigues Coimbra(OAB: 125825-A/MG)
Agravado	IAMINE TREGA MOTA
Advogado	Dr. Ailton Moreira Lemes(OAB: 134235-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORDESTE/JEQUITINHONHA - CISNORJE
- IAMINE TREGA MOTA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-377567/2023-4 (sequenciais 7/8).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RR-0010317-58.2020.5.18.0122

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Recorrente	ORLANCELIO DE PAULA
Advogado	Dr. Luciane Lilian Dal Santo(OAB: 30369-A/SC)
Advogada	Dra. Angélica Tayse Piccoli(OAB: 32675-A/SC)
Advogado	Dr. Jean Carlos Borges Vieira(OAB: 48455-A/SC)
Recorrido	BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO

Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogada	Dra. Luiz Henrique Vieira(OAB: 55639-S/GO)
Advogado	Dr. Euler de Moura Soares Filho(OAB: 55640-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- ORLANCELIO DE PAULA

Determino o retorno dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, conforme solicitado por meio do expediente registrado nesta Corte sob o nº TST-372658/2023-7 (sequencial 3).

Por tal motivo, reputo prejudicado o exame do pedido formulado por BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO, por meio da petição nº TST-373527/2023-0 (sequenciais 5-7).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010469-66.2019.5.15.0109

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	VIA S.A.
Advogado	Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss(OAB: 63513/MG)
Agravado	JOILSON RICHARD QUEIROZ DE BARROS
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Thiago Martins Rabelo(OAB: 154211-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOILSON RICHARD QUEIROZ DE BARROS
- VIA S.A.

Ausente o interesse do reclamante (sequencial 9), indefiro o pedido de realização de audiência de conciliação perante o CEJUSC JT - 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, formulado pela reclamada.

Ante o exposto, à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos para prosseguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010821-91.2020.5.18.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA QUEIROZ E OUTRA
Advogado	Dr. Henrique Rocha Neto(OAB: 17139-A/GO)

Agravado RUANA SOUZA RIBEIRO
Advogado Dr. Dianari Sales de Oliveira Junior(OAB: 40513-A/GO)
Advogado Dr. Ulisses Silva Rosa Junior(OAB: 41882-A/GO)
Agravado CL FARMA LTDA
Advogado Dr. Esther Sanches Pitaluga(OAB: 46311-A/GO)
Agravado CLINICA MULHER LTDA E OUTRA
Advogado Dr. Cassiano Antônio Lemos Peliz Júnior(OAB: 23511-A/GO)
Agravado CLEUTON PEREIRA MACEDO
Advogado Dr. Dmitry Cerewuta(OAB: 21952/GO)
Advogado Dr. Murillo de Souza(OAB: 48026/GO)
Agravado ELCILENE MARINS BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- CL FARMA LTDA
- CLEUTON PEREIRA MACEDO
- CLINICA MULHER LTDA E OUTRA
- ELCILENE MARINS BARBOSA
- MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA QUEIROZ E OUTRA
- RUANA SOUZA RIBEIRO

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-373353/2023-9 (sequencial 4).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010997-25.2021.5.18.0052

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante ELEZONEIDE SEVERINO DA CRUZ
Advogado Dr. Elsonio Patryck Xavier Fernandes(OAB: 60173-A/GO)
Agravado PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Advogada Dra. Aline Dayane de Carvalho Souza Garcia(OAB: 26420-A/GO)
Advogado Dr. Raisal Conesque(OAB: 33993-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEZONEIDE SEVERINO DA CRUZ
- PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Diante da ausência de manifestação da parte agravante em relação ao pedido apresentado na Petição n.º TST-253658/2023-0 (sequencial 5), prossiga-se no feito.

À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RRAg-0010327-71.2020.5.03.0138

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Recorrente MAGAZINE LUIZA S.A.
Advogado Dr. Regis André(OAB: 83044-A/MG)
Advogado Dr. Carlos Augusto Tortoro Junior(OAB: 247319-A/SP)
Agravado e Recorrido RAPHAEL HENRIQUE GONCALVES SOUZA COSTA
Advogado Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Advogado Dr. Thiago Martins Rabelo(OAB: 154211-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAGAZINE LUIZA S.A.
- RAPHAEL HENRIQUE GONCALVES SOUZA COSTA

Diante da ausência de manifestação do Reclamante em relação ao pedido apresentado pela Reclamada na Petição n.º TST-323020/2023-1 (sequencial 3), prossiga-se no feito.

À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº Ag-AIRR-0001204-31.2021.5.07.0032

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado Dr. Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587-S/CE)
Agravado AMAURILIO FERREIRA SANTOS
Advogado Dr. Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURILIO FERREIRA SANTOS
- M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-361064/2023-0 (sequencial 10).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0020076-79.2022.5.04.0861

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	ANDERSON DE OLIVEIRA RANGEL
Advogado	Dr. Thiago Sebastian Pellenz Silva(OAB: 82659-A/RS)
Advogado	Dr. Carlos Augusto Fagundes de Farias(OAB: 86574-A/RS)
Agravado	MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL
Advogada	Dra. Solange Regina Pereira Silveira(OAB: 82902/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON DE OLIVEIRA RANGEL
- MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL

A Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos do TST - CCADP, por meio do expediente juntado à p. 265 do eSIJ, informa que não consta dos autos recurso a ser apreciado por esta Corte.

Diante do exposto, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0011882-23.2014.5.15.0099

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	AUTO VIAÇÃO OURO VERDE LTDA.
Advogado	Dr. Reinaldo de Francisco Fernandes(OAB: 132532-D/SP)
Advogado	Dr. Dgnane Silva(OAB: 232183-A/SP)
Agravado	ANTONIO APARECIDO DE MAGALHAES
Advogado	Dr. Etevaldo Ferreira Pimentel(OAB: 147411-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO APARECIDO DE MAGALHAES
- AUTO VIAÇÃO OURO VERDE LTDA.

Submeto a análise da Petição n.º TST-310598/2023-3 à consideração do Exmo. Ministro Relator a ser sorteado. À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, para que prossiga no feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0011506-80.2019.5.18.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado	Dr. Fabrício de Melo Barcelos Costa(OAB: 39068-A/GO)
Agravado	ALEXANDRE DE OLIVEIRA ROCHA
Advogado	Dr. Jabner Gonçalves Ferreira Quiareli(OAB: 31540-A/GO)
Agravado	COELGO ENGENHARIA LTDA.
Advogado	Dr. Claudio Jair Schonholzer(OAB: 19105-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE DE OLIVEIRA ROCHA
- COELGO ENGENHARIA LTDA.
- EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine as Petições TST-320624/2023-0 (sequenciais 20/25) e TST-366198/2023-6 (sequenciais 27/32) que noticiam a homologação de acordo.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0020780-84.2021.5.04.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	SEQUENCIAL MILIMETRICA INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ORTOPEDICOS LTDA.
Advogado	Dr. João Pedro de Souza da Motta(OAB: 48828-A/RS)
Advogado	Dr. Marlon Daniel Real(OAB: 65721-A/RS)
Agravado	MAIKE DE MELO BARTOLO
Advogado	Dr. Gilberto Henrique Buza da Cunha(OAB: 75214-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAIKE DE MELO BARTOLO
- SEQUENCIAL MILIMETRICA INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ORTOPEDICOS LTDA.

Agravante: SEQUENCIAL MILIMÉTRICA INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS ORTOPÉDICOS LTDA.

Advogado: Dr. João Pedro de Souza da Motta

Advogado: Dr. Marlon Daniel Real

Agravado: MAIKE DE MELO BARTOLO

Advogado: Dr. Gilberto Henrique Buza da Cunha

asd

O TRT da 4ª Região, por meio do expediente de seq. 4, solicita a devolução dos presentes autos, diante da necessidade de inclusão

de documento.

Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, b, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0016767-17.2019.5.16.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	SA CAVALCANTE PARTICIPACOES SA E OUTRA
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Jansen Cutrim Cardoso(OAB: 7240-A/MA)
Advogado	Dr. Tais Rodrigues Portelada(OAB: 9190-A/MA)
Agravado	GERALDO REIS MAFRA
Advogado	Dr. Jose Guilherme Braga Dieguez Fernandes Filho(OAB: 10028-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERALDO REIS MAFRA
- SA CAVALCANTE PARTICIPACOES SA E OUTRA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-370446/2023-1 (sequenciais 5/7).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0011150-40.2016.5.03.0185

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria de Assis Calsing
Agravante	AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
Advogado	Dr. Henrique Guilherme Rezende Ferreira(OAB: 155040-A/MG)
Advogado	Dr. Ronaldo Fraiha Filho(OAB: 154053-A/MG)
Agravado	ALICE CRISTINA DE ALMEIDA
Advogado	Dr. Diana Claudino Eustaquio(OAB: 156262-A/MG)
Agravado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	Dra. Waldênia Marília Silveira Santana(OAB: 53780-A/MG)
Advogado	Dr. Francisco Antônio Fragata Júnior(OAB: 99853/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALICE CRISTINA DE ALMEIDA
- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Por meio da petição de nº 207394/2023-7, a segunda reclamada, Caixa Econômica Federal - CEF, e a reclamante, Alice Cristina de Almeida, noticiam a composição amigável nos autos, requerendo a homologação do acordo para que surta seus efeitos legais.

Considerando a possibilidade de solução consensual e o disposto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, determino o envio ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Superior do Trabalho (CEJUSC/TST) para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0020921-40.2021.5.04.0411

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	INB TELECOM EIRELI
Advogado	Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 106094-A/RJ)
Agravado	GOMERCINDO BONEBERG PEREIRA NETO
Advogado	Dr. Fabrício Alves da Rosa(OAB: 90862-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOMERCINDO BONEBERG PEREIRA NETO
- INB TELECOM EIRELI

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petições n.os TST-372175/2023-8 (sequencial 4) e TST-381060/2023-0 (sequenciais 7/8).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0092900-79.2009.5.05.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MJM MOVEIS DIFERENCIADOS EIRELI
Advogado	Dr. Ricardo de Almeida Dantas(OAB: 10298-A/BA)
Agravado	MIRIAM HALMENSCHLAGER
Advogado	Dr. João Andrade dos Santos(OAB: 10162-A/BA)
Advogada	Dra. Janete Cerqueira dos Santos(OAB: 12020-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MIRIAM HALMENSCHLAGER
- MJM MOVEIS DIFERENCIADOS EIRELI

A Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de

Processos do TST - CCADP, por meio do expediente juntado à p. 288 do eSIJ, informa que não consta dos autos recurso a ser apreciado por esta Corte.

Diante do exposto, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional de origem.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-1001160-15.2016.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	TAM - LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)
Advogado	Dr. José Carlos Wahle(OAB: 120025/SP)
Advogado	Dr. André Luiz Gonçalves Teixeira(OAB: 22614-A/DF)
Agravado	HELENA BARROS PEDDE
Advogado	Dr. Fábio Aparecido Rapp Porto(OAB: 261001-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELENA BARROS PEDDE
- TAM - LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 15h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000238-22.2020.5.02.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado	LUIS CARLOS PEDRINO JUNIOR
Advogado	Dr. Eyder Lini(OAB: 323661-S/SP)
Agravante e Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Advogado	Dr. Ivan Carlos de Almeida(OAB: 173886-A/SP)
Advogado	Dr. Vanessa Minaguti(OAB: 244371-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- LUIS CARLOS PEDRINO JUNIOR

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária.

Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio das Petições de n.os TST-379724/2023 -9 (sequenciais 4-7) e TST-379822/2023-7 (sequencial).

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº Ag-RRAg-1002204-15.2015.5.02.0706

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Agravante	TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)
Advogado	Dr. André Luiz Gonçalves Teixeira(OAB: 22614-A/DF)
Agravado	SUELEN LARISSA TRISTAO
Advogada	Dra. Márcia Cristina Gemaque Furtado Araújo(OAB: 145072/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SUELEN LARISSA TRISTAO
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 14h40, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000536-16.2018.5.02.0702

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)
Agravado	MARIA NOELY SILVA OLIVEIRA
Advogado	Dr. João Vinicius Manssur(OAB: 200638-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA NOELY SILVA OLIVEIRA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 10 de agosto de 2023, às 10h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnZlRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RRAg-1002115-13.2016.5.02.0720

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	HELIO MARQUES SANTANNA
Advogada	Dra. Márcia Cristina Gemaque Furtado Araújo(OAB: 145072/SP)
Advogada	Dra. Ivy Gabriela Dias Muniz(OAB: 380478-D/SP)
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELIO MARQUES SANTANNA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Por meio da petição n.º 360679/2023-3 HELIO MARQUES SANTANNA requer o prosseguimento do feito, informando que a proposta apresentada pela reclamada não alcança o valor pretendido.

Tendo em vista a rejeição da conciliação no âmbito deste CEJUSC/TST, determino a remessa dos autos à Secretaria da 6ª Turma desta c. Corte para o prosseguimento do feito.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000858-98.2017.5.02.0046

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Agravante e Agravado	VALTER JOSE CAMPOS MARADEI
Advogado	Dr. Sérgio Gonini Benício(OAB: 195470/SP)
Advogada	Dra. Ana Paula Munhoz(OAB: 311810/SP)
Agravante e Agravado	TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAM LINHAS AÉREAS S.A.
- VALTER JOSE CAMPOS MARADEI

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 16h40, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnZlRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-1001265-10.2016.5.02.0315

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Alves Miranda Arantes
Agravante	TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Dr. André Luiz Gonçalves Teixeira(OAB: 22614-A/DF)
Advogado	Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)
Agravado	IVAN ZANOTTO FURTADO
Advogado	Dr. Fábio Aparecido Rapp Porto(OAB: 261001-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVAN ZANOTTO FURTADO
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 15h40, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnZlRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000912-57.2020.5.02.0467

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MAHLE METAL LEVE S.A.
Advogado	Dr. Luiz Vicente de Carvalho(OAB: 39325-A/SP)

Agravado EDSON APARECIDO DE SOUZA
Advogado Dr. Eduardo Luiz Fernandes(OAB: 99321-A/SP)
Advogada Dra. Tânia Regina Medeiros Fernandes(OAB: 275060-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON APARECIDO DE SOUZA
- MAHLE METAL LEVE S.A.

Certificado que o transcurso do prazo para o reclamante se manifestar a respeito do pedido de designação de audiência de conciliação perante o CEJUSC JT - 2º Grau do TRT da 2ª Região, apresentado pela reclamada, determino o prosseguimento do feito. À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RRAg-1001964-68.2016.5.02.0713

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Helena Mallmann
Agravante, Agravado e Recorrente TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado Dr. André Luiz Gonçalves Teixeira(OAB: 22614-A/DF)
Advogado Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)
Agravante, Agravado e Recorrido VANESSA D OLIVEIRA FRACALOSI MARTINES
Advogada Dra. Márcia Cristina Gemaque Furtado Araújo(OAB: 145072/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAM LINHAS AÉREAS S.A.
- VANESSA D OLIVEIRA FRACALOSI MARTINES

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 16h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000405-11.2018.5.02.0712

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Agravante TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Advogado Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)
Agravado TIAGO DE ALCANTARA KITAMURA
Advogada Dra. Karine Maria Haydn Credidio(OAB: 143241-A/SP)
Advogado Dr. Glauber Henrique Lopes(OAB: 361032-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAM LINHAS AÉREAS S.A.
- TIAGO DE ALCANTARA KITAMURA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 10 de agosto de 2023, às 9h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RRAg-1001539-34.2017.5.02.0316

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrente HELOISA HELDT SILVEIRA
Advogada Dra. Karine Maria Haydn Credidio(OAB: 143241-A/SP)
Agravado e Recorrido TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado Dr. Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELOISA HELDT SILVEIRA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 10 de agosto de 2023, às 11h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-Ag-RAg-1002242-15.2017.5.02.0461

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann
Embargante ANDERSON MONTEIRO
Advogado Dr. Paulo Henrique de Oliveira(OAB: 136460-B/SP)
Embargado MAHLE METAL LEVE S.A.
Advogado Dr. Luiz Vicente de Carvalho(OAB: 39325-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON MONTEIRO
- MAHLE METAL LEVE S.A.

Por meio da petição n.º 368272/2023-3, ANDERSON MONTEIRO informa que não há interesse em conciliar e requer o prosseguimento do feito.

Tendo em vista a solicitação do reclamante no âmbito deste CEJUSC/TST, determino a remessa dos autos à Secretaria da SBDI -1 desta c. Corte para o prosseguimento do feito.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000933-91.2017.5.02.0320

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Liana Chaib
Agravante e Agravado CINARA NAVES CARRASCOZA
Advogada Dra. Karine Maria Haydn Credidio(OAB: 143241-A/SP)
Agravante e Agravado TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINARA NAVES CARRASCOZA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 10 de agosto de 2023, às 10h50, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-1001028-27.2017.5.02.0319

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Liana Chaib

Agravante TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado Dr. Luiz Antonio dos Santos Junior(OAB: 121738-A/SP)
Agravado MARCOS KENJI OTANI
Advogada Dra. Karine Maria Haydn Credidio(OAB: 143241-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS KENJI OTANI
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 17h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0024260-87.2022.5.24.0096

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
Advogado Dr. Sergio Gonini Benicio(OAB: 195470-A/SP)
Agravado RODRIGO ALEXANDRE LUIZ
Advogado Dr. Vítor Hugo Nunes Rocha(OAB: 241272-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
- RODRIGO ALEXANDRE LUIZ

Agravante: MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

Advogado: Dr. Sérgio Gonini Benício

Agravado: RODRIGO ALEXANDRE LUIZ

Advogado: Dr. Vítor Hugo Nunes Rocha

asd

A Vara do Trabalho de Bataguassu - MS, por meio do despacho de seq. 7, solicita a devolução dos presentes autos, diante do acordo celebrado no Processo n.º CumPrSe-0024109-87.2023.5.24.0096. Com fundamento na autorização contida no art. 1º, IV, b, do Ato SEGJUD.GP n.º 636, de 14 de outubro de 2022, determina-se a remessa dos autos ao TRT de origem.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-1001337-40.2022.5.02.0071

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado Dr. Tiago de Melo Conti(OAB: 237409-A/SP)
Agravado PRISCILA DA SILVA PINTO
Advogado Dr. Fúlvio Fernandes Furtado(OAB: 41172-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PRISCILA DA SILVA PINTO

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária. Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio da Petição n.º TST-379424/2023-2 (sequencial 4). Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-1001169-76.2021.5.02.0005

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado EMERSON ANICETO PEREIRA
Advogado Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Agravante e Agravado SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A.
Advogado Dr. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON ANICETO PEREIRA
- SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A.

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária. Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio das Petições de n.os TST-365355/2023-1 (sequenciais 4/6) e TST-381746/2023-1 (sequenciais 8/9). Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RRAg-1001008-92.2019.5.02.0019

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Recorrente BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Advogado Dr. Ivan Carlos de Almeida(OAB: 173886-A/SP)
Agravado e Recorrido JESSICA ROCHA BATISTA
Advogada Dra. Ana Cláudia Arantes Grechi(OAB: 244570-A/SP)
Advogado Dr. Eyder Lini(OAB: 323661-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JESSICA ROCHA BATISTA

A composição da lide autoriza inferir a ausência de interesse no prosseguimento do feito nesta instância extraordinária. Baixem os autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que o Juiz natural da causa examine o requerimento de homologação de acordo, formulado por meio das Petições TST-378811/2023-2 (sequenciais 4-7) e TST-379782/2023-9 (sequencial 10). Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-360201/2023-7 [eDOC: 19386188]

Requerente: LATUGGA BAR E LANCHES LTDA

Advogado: Dr. José Coelho Pamplona Neto (134643/SP)

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário Substituto

PETIÇÃO TST-PET-374409/2023-0 [eDOC: 19400898]

Requerente: MÁRCIO DOS SANTOS CHIAPPETTA

Advogada: Dra. Luciana Sanches Cossão (147421/RJ-A)

(Ref. Processo ARR - 1442-13.2010.5.01.0223)

Agravante(s) e Recorrido(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogada: Dra. Maria da Graça Manhães Barreto Iglesias(117448/RJ)

Agravado(s) e Recorrente(s): MÁRCIO DOS SANTOS CHIAPPETTA

Advogado: Dr. Celso Ferrareze(138778/RJ-A)

//epc/Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-374708/2023-2 [eDOC: 19401385]

Requerente: RAFAELLA MACEDO ALMEIDA

Advogada: Dra. Luciana Sanches Cossão (147421/RJ-A)

//epc/Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário Substituto

PETIÇÃO TST-PET-381101/2023-2 [eDOC: 19407969]

Requerente: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Requerente: LIGIANE TRINDADE MORAES

(Ref. Processo AIRR - 20387-03.2019.5.04.0012)

Agravado(s): LIGIANE TRINDADE MORAES

Advogado: Dr. Adriana Simone Piva(45263/RS-A)

Advogado: Dr. Elio Atilio Piva(17458/RS-A)

Advogado: Dr. Laura Bitencourt Piva(93495/RS-A)

Agravante(s): WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogada: Dra. Renata Pereira Zanardi(33819/RS-A)

//epc/Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-381073/2023-6 [eDOC: 19407926]

Requerente: ELISIANE BRITTO BORGES

Requerente: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

(Ref. Processo AIRR - 20224-78.2018.5.04.0005)

Agravante(s) e Agravado(s): WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogado: Dr. Luciano Bauer Wienke(67897/RS-A)

Advogada: Dra. Renata Pereira Zanardi(33819/RS-A)

Agravante(s) e Agravado(s): ELISIANE BRITTO BORGES

Advogado: Dr. Felipe Jose Schnitzer(85965/RS-A)

//epc/Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, os autos do processo indicado pela parte requerente baixaram ao Tribunal Regional do Trabalho de origem.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-381305/2023-8 [eDOC: 19408108]

Requerente: ITAU UNIBANCO S.A.

Advogado: Dr. Antônio Braz da Silva (25998/BA-A)

(Ref. Processo AIRR - 615-07.2012.5.05.0001)
Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado: Dr. Antônio Braz da Silva(25998/BA-A)
Agravado(s): CARDS CONSULTORIA E COBRANÇA LTDA.

Agravante(s): SANDRA SOUZA FIGUEIREDO COSTA
Advogado: Dr. Celso Ferrareze(23625/BA-A)

Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-381111/2023-7 [eDOC: 19408049]
Requerente: INSTITUTO MINEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNI-BH S.A.
Advogado: Dr. Paulo Alfredo Braga (184226/MG-A)

(Ref. Processo AIRR - 10457-30.2020.5.03.0019)
Agravante(s): INSTITUTO MINEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNI-BH S.A. E OUTRA
Advogado: Dr. André Loureiro Silva(85431/MG)
Agravado(s): MURILO MARQUES GONTIJO
Advogado: Dr. Murilo Marques Gontijo(128559/MG-A)
Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-379965/2023-1 [eDOC: 19407069]
Requerente: ROSEMEIRE PAIVA DE OLIVEIRA
Advogada: Dra. Creusa Raimundo Tuan (115239/SP)

//epc/Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-380522/2023-0 [eDOC: 19407278]
Requerente: HOSPITAL DE CLÍNICAS DE JACAREPAGUÁ LTDA.
Advogado: Dr. Bruno de Medeiros Tocantins (92781/RJ)

//epc/Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastramento Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-382633/2023-7 [eDOC: 19409850]
Requerente: NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
Advogada: Dra. Leila Azevedo Sette (22864/MG)

Fr.

Consoante informação prestada pela Coordenadoria de Cadastro Processual, o processo indicado pela parte requerente não tramita perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Por tal motivo, determina-se o arquivamento da presente petição, nos termos do disposto no artigo 1º, VII, do ATO SEGJUD.GP Nº 636, de 14 de outubro de 2022.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0011686-32.2020.5.15.0135

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	CONSÓRCIO SOROCABA
Advogado	Dr. Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)
Agravado	EDMILSON ALVES DE SIQUEIRA
Advogado	Dr. Alberto Hadade(OAB: 106973-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO SOROCABA
- EDMILSON ALVES DE SIQUEIRA

Intime-se o reclamante a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta apresentada pelo reclamado, no sentido do encaminhamento dos autos ao CEJUSC JT - 2º Grau do TRT da 15ª Região (sequencial 4).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010914-53.2015.5.03.0111

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante e Agravado	BANCO BMG S.A.
Advogado	Dr. José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613-A/SP)
Agravante e Agravado	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado	MAISARA SOLEDADE DOS SANTOS SILVA
Advogado	Dr. Clériston Marconi Pinheiro Lima(OAB: 107001-A/MG)
Advogado	Dr. Luiz Rennó Netto(OAB: 108908-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- MAISARA SOLEDADE DOS SANTOS SILVA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 7 de agosto de 2023, às 10h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0011770-72.2016.5.15.0135

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	CONSÓRCIO SOROCABA
Advogado	Dr. Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)
Agravado	MOIZES GALDINO DA SILVA
Advogado	Dr. Alberto Hadade(OAB: 106973-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO SOROCABA
- MOIZES GALDINO DA SILVA

Intime-se o reclamante a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta apresentada pelo reclamado, no sentido do encaminhamento dos autos ao CEJUSC JT - 2º Grau do TRT da 15ª Região (sequencial 4).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0020197-90.2014.5.04.0731

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Nelson Pilla Filho(OAB: 41666-A/RS)
Agravado	GABRIEL BECHERT
Advogado	Dr. Tarcísio Paulo Rabuske(OAB: 62973-A/RS)
Agravado	PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogada Dra. Rita Kássia Neske Unfer(OAB: 89525/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- GABRIEL BECHERT
- PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Por meio da petição n.º 262074/2023-3, GABRIEL BECHERT informa que as tratativas de acordo restaram infrutíferas e requer o prosseguimento do feito.

Tendo em vista a solicitação do reclamante no âmbito deste CEJUSC/TST, determino a remessa dos autos à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários desta c. Corte para o prosseguimento do feito.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0010937-78.2015.5.03.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Recorrente	IZABEL CRISTINA DIAS
Advogado	Dr. Wagner Santos Capanema(OAB: 61737/MG)
Advogado	Dr. Luiz Rennó Netto(OAB: 108908/MG)
Advogado	Dr. Clérison Marconi Pinheiro Lima(OAB: 107001/MG)
Recorrido	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918/SP)
Recorrido	BANCO BMG S.A.
Advogado	Dr. José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Recorrido	BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.
Advogada	Dra. Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.
- IZABEL CRISTINA DIAS

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 7 de agosto de 2023, às 10h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHlJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-Ag-AIRR-0011686-48.2017.5.03.0110

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante	BANCO CITIBANK S.A.
Advogado	Dr. Osmar Paixão Côrtes(OAB: 15553-A/DF)
Agravado	FELIPE LOPES CANCADO GAMBONI PINHEIRO
Advogado	Dr. Clérison Marconi Pinheiro Lima(OAB: 107001-A/MG)
Advogado	Dr. Luiz Rennó Netto(OAB: 108908-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- FELIPE LOPES CANCADO GAMBONI PINHEIRO

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 16 de agosto de 2023, às 14h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHlJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001998-80.2013.5.15.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	Dr. Geraldo Baraldi Junior(OAB: 95246-B/SP)
Agravado	LUIS CLAUDIO GRACIANO SANTOS
Advogada	Dra. Ana Carolina Rocha dos Santos Gomide(OAB: 159444-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS CLAUDIO GRACIANO SANTOS
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 14 de agosto de 2023, às 17h20, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHlJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º

2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000606-83.2015.5.03.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada	Dra. Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178/MG)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado	ALMAVIVA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Advogado	Dr. Lucas Mattar Rios Melo(OAB: 118263-A/MG)
Agravado	MARCELO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Tancredo Vieira da Cunha(OAB: 123598-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- MARCELO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 29 de agosto de 2023, às 10h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJlTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0010574-89.2022.5.03.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	C.S.D.
Advogado	Dr. Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404-A/MG)
Agravado e Recorrido	U.B.T.L.
Advogado	Dr. Rafael Alfredi de Matos(OAB: 23793/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.S.D.

- U.B.T.L.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0011350-39.2022.5.03.0055

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MARCOS ANTONIO MIGUEL
Advogado	Dr. Rafael de Andrade Mendes(OAB: 118170-D/MG)
Advogado	Dr. Renan Bonela Andrade(OAB: 149183-A/MG)
Advogado	Dr. Livia Silva Donato(OAB: 164624-A/MG)
Advogada	Dra. Cristiane Barbosa da Silva Machado(OAB: 169780-A/MG)
Advogado	Dr. Marina Goncalves Valente(OAB: 188498-A/MG)
Agravado	IMM INDUSTRIA METAL MECANICA EIRELI E OUTROS
Advogado	Dr. Guilherme Dias Gontijo(OAB: 122254-A/MG)
Agravado	KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA
Advogada	Dra. Patrícia Maria Costa de Vilhena(OAB: 62015-A/MG)
Advogado	Dr. Daniel Diniz Manucci(OAB: 86414/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- IMM INDUSTRIA METAL MECANICA EIRELI E OUTROS
- KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA
- MARCOS ANTONIO MIGUEL

Por meio da petição nº TST-375900/2023-0 (sequencial 4), MARCOS ANTONIO MIGUEL, reclamante, desiste dos recursos interpostos.

Constato, todavia, que o subscritor do pedido, Dr. Rafael de Andrade Mendes (OAB/MG 118.170), não detém poder especial para desistir, conforme se verifica da procuração juntada à p. 18 do eSIJ.

Ante o exposto, concedo ao reclamante o prazo de 5 (cinco) dias para regularizar a representação processual.

Após, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0011125-36.2021.5.15.0082

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado	ESMERALDO LUCHETTI
Advogado	Dr. Divar Nogueira Junior(OAB: 91714-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ESMERALDO LUCHETTI

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 29 de agosto de 2023, às 9h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RRAg-0010469-75.2020.5.03.0041

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante e Recorrido	MARCOS PAULO BARBOSA
Advogado	Dr. Juliana Maria Prata Borges Silva(OAB: 87487-A/MG)
Advogado	Dr. Fabian Salomão(OAB: 116699-A/MG)
Agravado e Recorrente	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
Advogada	Dra. Rosiris Paula Cerizze Vogas(OAB: 96702-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
- MARCOS PAULO BARBOSA

Intime-se o reclamante a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta de conciliação formulada pela reclamada (sequenciais 4/5).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RR-0020312-83.2020.5.04.0252

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Liana Chaib
Recorrente	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA.
Advogado	Dr. Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Recorrido	TAIS PORTE TEIXEIRA
Advogado	Dr. Regis Konat Varani(OAB: 80059-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA.
- TAIS PORTE TEIXEIRA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 16 de agosto de 2023, às 16h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000037-70.2022.5.11.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	AMAZONAS ENERGIA S.A.
Advogada	Dra. Audrey Martins Magalhães Fortes(OAB: 1231-S/AM)
Agravado	WELLINGTON GLEISSO RODRIGUES MAIA
Advogado	Dr. Nilson Oliveira de Andrade(OAB: 8687-A/AM)
Agravado	ELETROWOLTES LTDA
Advogado	Dr. Priscila Viana Marques(OAB: 735-A/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- ELETROWOLTES LTDA
- WELLINGTON GLEISSO RODRIGUES MAIA

Mediante despacho sequencial de n.º 27, a agravante, AMAZONAS ENERGIA S.A., foi intimada para se manifestar sobre o acordo celebrado entre as partes WELLINGTON GLEISSO RODRIGUES MAIA e ELETROWOLTES LTDA e eventual perda de objeto do seu recurso.

Por meio da petição n.º 357372/2023-5, a agravante, AMAZONAS ENERGIA S.A. informa que não apresenta objeção ao acordo celebrado, desde que conste na minuta do acordo cláusula excluindo-a.

À SEGJUD para que proceda à intimação das partes (WELLINGTON GLEISSO RODRIGUES MAIA e ELETROWOLTES LTDA), para que se manifestem, em 5 (cinco) dias, sobre o pedido da agravante.

Recebida a manifestação ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000049-68.2015.5.03.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa

Agravante BANCO BMG S.A.
Advogado Dr. Paulo Dimas de Araújo(OAB: 55420-A/MG)
Advogado Dr. José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Agravante ATENTO BRASIL S.A.
Advogado Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado KÊNIA ROSALINA RIBEIRO
Advogado Dr. José Carlos Soares da Silva(OAB: 150781-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- KÊNIA ROSALINA RIBEIRO

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 7 de agosto de 2023, às 9h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0001333-38.2011.5.03.0019

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. João Batista Brito Pereira
Recorrente ATENTO BRASIL S.A.
Advogado Dr. Luiz Flávio Valle Bastos(OAB: 52529/MG)
Recorrente BANCO BMG S.A.
Advogado Dr. Bruno Miarelli Duarte(OAB: 93776/MG)
Recorrido RAFAELA LUCAS CAETANO DA ROCHA
Advogado Dr. Juliano Pereira Nepomuceno(OAB: 73683-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- RAFAELA LUCAS CAETANO DA ROCHA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar.

Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 7 de agosto de 2023, às 9h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnlzRTRaOGx0eTIUVHJITWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0100411-30.2020.5.01.0541

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA.
Advogado Dr. Wellington José Pinto de Souza e Silva(OAB: 195622-A/SP)
Agravado EDUARDO WOO
Advogado Dr. Daniel de Leão Pires(OAB: 175262 -A/RJ)
Agravado YUJIN DO BRASIL RAILWAY EQUIPMENT LTDA
Advogado Dr. Edmilson José Cavalcanti da Silva(OAB: 236022-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO WOO
- HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA.
- YUJIN DO BRASIL RAILWAY EQUIPMENT LTDA

Intime-se o reclamante a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta de conciliação formulada pela reclamado HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. (sequencial 4).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-1000384-30.2020.5.02.0012

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante e Agravado DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Advogado Dr. Luiz Vicente de Carvalho(OAB: 39325-A/SP)
Agravante e Agravado PAULO FERNANDO DE LIMA
Advogado Dr. Antônio Sousa da Conceição Mendes(OAB: 149399-A/SP)
Advogado Dr. Fagner Luiz Caetano(OAB: 350419 -A/SP)
Agravado TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.
Advogado Dr. Pedro Ivo Zambo(OAB: 259350-A/SP)
Advogado Dr. Ricardo André Zambo(OAB: 138476-A/SP)
Agravado ESQUADRA - TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA.
Advogado Dr. Adriano Gonçalves Arísio Maciel(OAB: 79417-A/MG)
Advogado Dr. José Ferreira Nicolau(OAB: 141999 -A/MG)

Advogado Dr. Carla de Alcantara Mendes(OAB: 136662-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
- ESQUADRA - TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA.
- PAULO FERNANDO DE LIMA
- TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.

Intimem-se as demais partes, a fim de que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta de conciliação formulada pela reclamada DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. (sequencial 5).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RRAg-0100641-10.2018.5.01.0067

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante, Agravado e Recorrente	WALLACE DE ANDRADE NOGUEIRA
Advogada	Dra. Isabel de Lemos Pereira Belinha Sardas(OAB: 96550-A/RJ)
Agravante, Agravado e Recorrido	VIA S.A.
Advogado	Dr. Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 228213/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIA S.A.
- WALLACE DE ANDRADE NOGUEIRA

Intime-se o reclamante a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta apresentada pela reclamada, no sentido do encaminhamento dos autos ao CEJUSC JT - 2º Grau do TRT da 1ª Região (sequencial 4).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº Ag-AIRR-0020706-27.2017.5.04.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante	LUIS FERNANDO LUCENA DA SILVA
Advogado	Dr. Luan Franciel Silva Barbosa(OAB: 112830-A/RS)
Advogado	Dr. Gilberto da Silva Silveira(OAB: 49412/RS)
Agravado	ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL S.A.
Advogada	Dra. Clarisse de Souza Rozales(OAB: 56479-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS FERNANDO LUCENA DA SILVA
- ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL S.A.

Por meio da petição n.º 324434/2023-9, a reclamada reitera as alegações feitas em audiência de conciliação, informando que não aceita a proposta apresentada pelo reclamante.

Tendo vista a rejeição da conciliação no âmbito deste CEJUSC/TST, determino a remessa dos autos à Secretaria da 6ª Turma desta c. Corte para o prosseguimento do feito.

À SEGJUD para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000355-79.2019.5.02.0443

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	PAULO CESAR SANTOS DA SILVA
Advogado	Dr. José Henrique Coelho(OAB: 132186-D/SP)
Agravado	MARIMEX DESPACHOS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Alexandre Raphael Rosa(OAB: 273056-A/SP)
Advogado	Dr. Oswaldo Sant Anna(OAB: 10905-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIMEX DESPACHOS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.
- PAULO CESAR SANTOS DA SILVA

Intime-se o reclamante a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da proposta de conciliação formulada pela reclamada (sequencial 4).

Transcorrido o prazo fixado, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0020347-11.2017.5.04.0523

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Evandro Pereira Valadão Lopes
Embargante	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
Procurador	Dr. Marcelo Roberto Zeni
Procurador	Dr. Juliano de Angelis
Embargado	MARIO DE MOURA
Advogado	Dr. Tiago Arduíno Beviláqua(OAB: 62373-A/RS)
Advogada	Dra. Andressa Paula Bevilaqua(OAB: 68922-A/RS)
Advogada	Dra. Ariane Miorando(OAB: 86842-A/RS)

Embargado LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.
Advogada Dra. Fernanda de Almeida Guedes Rolim(OAB: 79689-A/MG)
Advogada Dra. Cláudia Carvalho Giesbrecht(OAB: 135387/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
- LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.
- MARIO DE MOURA

Por meio da petição n.º 361797/2023-3, a reclamada, LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A requer a substituição do veículo VW/SAVEIRO CD TL MB - PLACA PWE5084 por outro veículo (Mercedes Benz /L 1620 - Placa HJG6B06) como garantia. Contudo, o acordo celebrado entre as partes (petição n.º 231387/2023-7) prevê expressamente a permanência da restrição sobre o veículo VW/SAVEIRO CD TL MB até o cumprimento integral do acordo, conforme item 9 da petição de acordo (fls. 542). Deste modo, à SEGJUD para que proceda a intimação do reclamante, MARIO DE MOURA, a fim de que se manifeste, em 5 (cinco) dias, sobre a solicitação da reclamada. Recebida a manifestação ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos os autos. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0020419-63.2019.5.04.0511

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Procurador Dr. Adécir José Slongo
Procuradora Dra. Fernanda Bonotto Krebs
Agravado ROGER DE SOUZA DA COSTA
Advogado Dr. Vinicius Augusto Cainelli(OAB: 40715-A/RS)
Advogado Dr. Tanise Fernanda Dóro da Silva(OAB: 75277-A/RS)
Advogada Dra. Fabiola Zago Valente(OAB: 99702-A/RS)
Agravado FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Advogada Dra. Marli Haiduck(OAB: 27879-A/RS)
Advogado Dr. Denise Paula Marcante Giotto(OAB: 70427-A/RS)
Advogado Dr. Karine Centenaro(OAB: 84608-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
- MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
- ROGER DE SOUZA DA COSTA

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar. Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 16 de agosto de 2023, às 15h30, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus->

br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnIzRTRaOGx0eTIUVHIJTWsvZz09, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022. À SEGJUD para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-ARR-0020583-55.2015.5.04.0030

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Agravante TAM - LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado Dr. Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)
Agravado RAQUEL POSTEL BARBOSA
Advogado Dr. Alberto Rodrigues da Silva(OAB: 77872-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAQUEL POSTEL BARBOSA
- TAM - LINHAS AÉREAS S.A.

Trata-se de processo encaminhado ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - CEJUSC/TST, em razão de haver interesse em conciliar. Deste modo, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2023, às 14h, a realizar-se de forma telepresencial, mediante a plataforma Zoom, pelo link de acesso <https://tst-jus-br.zoom.us/j/82384591876?pwd=ek5WTnIzRTRaOGx0eTIUVHIJTWsvZz09>, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 2.398/2022. À SEGJUD para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos
Despacho

Processo Nº Ag-Ag-AIRR-0000106-29.2021.5.08.0017

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante BANCO BTG PACTUAL S.A.
Advogado Dr. Simone Ramalho(OAB: 324813-A/SP)
Advogado Dr. Thereza Cristina Carneiro Gonçalves Bezerra Silva(OAB: 208544-A/SP)
Advogado Dr. Gaudio Ribeiro de Paula(OAB: 49080-A/DF)
Agravado MAURICIO LIMA DE MOURA
Advogada Dra. Caroline Carvalho Oliveira Dias(OAB: 15516-A/PA)

Advogada Dra. Izabela Araujo de Oliveira
Ferreira(OAB: 14048-A/PA)
Agravado MG3 TERMINAIS PORTUARIOS
HOLDING LTDA.
Advogado Dr. Carlos Thadeu Vaz Moreira(OAB:
5927-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BTG PACTUAL S.A.
- MAURICIO LIMA DE MOURA
- MG3 TERMINAIS PORTUARIOS HOLDING LTDA.

Trata-se de agravo interposto pelo BANCO BTG PACTUAL S.A., em face de decisão proferida por esta Vice-Presidência, que negou seguimento ao recurso extraordinário, que versou sobre a matéria "benefício de ordem para redirecionamento da execução contra o devedor subsidiário".

Conforme certidão à fl. 1.500, de 04/05/2023, este processo foi incluído em pauta para julgamento pelo C. Órgão Especial desta Corte Superior.

Por meio da petição nº 269413/2023-9, protocolada em 18/05/2023, o agravado MAURICIO LIMA DE MOURA requereu a desistência da execução provisória, uma vez que houve o trânsito em julgado da ação principal (processo sob o nº 0000203-34.2018.5.08.0017), bem como postulou o retorno destes autos ao juízo de origem, para que a execução definitiva pudesse ser iniciada.

Conforme certidão à fl. 1.503, este processo foi retirado da pauta da sessão presencial do C. Órgão Especial, em 05/06/2023, em virtude da minha ausência justificada.

Os autos retornaram-me conclusos, conforme certidão à fl. 1.501.

Mediante o despacho de fl. 1.505, publicado em 16/06/2023, determinei a intimação do agravante BANCO BTG PACTUAL S.A. para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os pedidos formulados pelo agravado.

Por meio da petição nº 340844/2023-4, o agravante manifesta-se pelo indeferimento dos pedidos formulados pelo reclamante, pugnando pelo regular processamento do feito, reincluindo-se o processo na pauta de julgamento do C. Órgão Especial, tendo em vista que a questão afeta ao benefício de ordem para a execução dos créditos poderá gerar impacto direto na execução definitiva. Mediante a petição nº 344398/2023-0, o agravante requer que seja determinado o sobrestamento do feito até pronunciamento definitivo do STF no Tema 1232 do ementário de repercussão geral.

É o relatório.

Nada a deferir quanto à petição nº 269413/2023-9, uma vez que não é necessário baixar os autos para o fim de eventual execução definitiva, em especial diante da matéria recursal circunscrita ao benefício de ordem para redirecionamento da execução contra o devedor subsidiário.

Em relação à petição nº 344398/2023-0, indefiro também o pedido, na medida em que a parte sequer logra demonstrar a similitude entre a matéria recursal ("benefício de ordem para redirecionamento da execução contra o devedor subsidiário") e o Tema 1232, já que inexistente debate acerca da possibilidade da inclusão, no polo passivo de execução trabalhista, de pessoa jurídica reconhecida como do grupo econômico, sem ter participado da fase de conhecimento. À SETPOESDC, para reinclusão em pauta.

Publique-se.

Brasília, 19 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

**Secretaria do Órgão Especial
Notificação**

Processo Nº MSCiv-1000003-10.2023.5.00.0000

Relator	MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
IMPETRANTE	BANCO CREFISA S.A.
ADVOGADO	JOHNATAN CHRISTIAN MOLITOR(OAB: 180862/SP)
ADVOGADO	DANIEL CHRISTIAN CARDOSO(OAB: 242298/SP)
IMPETRADO	MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA (Autoridade Coatora)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RECORRIDO	HOTELSYS GESTAO HOTELEIRA LTDA
RECORRIDO	ANDREIA VERONICA DOS SANTOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CREFISA S.A.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-Ag-MS Civ - 1000003-10.2023.5.00.0000

AGRAVANTE: **BANCO CREFISA S.A.**

ADVOGADO: Dr. JOHNATAN CHRISTIAN MOLITOR

ADVOGADO: Dr. DANIEL CHRISTIAN CARDOSO

AGRAVADO: **MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
(Autoridade Coatora)**

AGRAVADO: **HOTELSYS GESTAO HOTELEIRA LTDA**

AGRAVADO: **ANDREIA VERONICA DOS SANTOS**

RECORRIDO: **HOTELSYS GESTAO HOTELEIRA LTDA**

RECORRIDO: **ANDREIA VERONICA DOS SANTOS**

CUSTOS LEGIS: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

D E S P A C H O

Declaro-me impedida de exercer funções judicantes neste processo, nos termos do inciso VIII, do art. 144, do Código de Processo Civil.

À SETPOESDC, para as providências.

Publique-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Relatora

Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais
Despacho

Processo Nº EDCiv-ROT-0010501-09.2020.5.03.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Embargante	LORRAINE CRISTINA SILVA
Advogada	Dra. Patrícia Pereira de Almeida(OAB: 76612-B/MG)
Advogada	Dra. Carolina Pereira de Almeida Guimarães(OAB: 144356/MG)
Advogado	Dr. Leonardo César Diniz(OAB: 134429/MG)
Embargado	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada	Dra. Leticia Alves Gomes(OAB: 82053-A/MG)
Embargado	BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogada	Dra. Rosália Maria Lima Soares(OAB: 147987/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- LORRAINE CRISTINA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela ré contra decisão monocrática que não conheceu do recurso ordinário por ela interposto.

A embargante alega, em síntese, a existência de omissão.

É o relatório. Decido.

CONHECIMENTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal atinentes à tempestividade (fls. 1.388 e 1.415) e à representação processual (fl. 1.230), CONHEÇO dos embargos de declaração.

MÉRITO

Este Relator, por decisão monocrática, não conheceu do recurso ordinário interposto pela ré, mediante os seguintes fundamentos (fls. 1.385-1.387):

[...]

Não conheço do recurso ordinário, por incabível.

Ocorre que, do exame do acórdão proferido em agravo regimental, denota-se que o Tribunal Regional o considerou incabível em razão de previsão em norma regimental da própria Corte Regional, senão vejamos (p. 1280-1283):

[...]

Desse modo, não se revela cabível a interposição de recurso ordinário em que discute a ré a nulidade de citação na ação rescisória, matéria não abordada pela corte de origem na decisão recorrida, que se limitou a aferir o cabimento do agravo regimental, ou seja, a situação não se amolda às hipóteses de decisão

terminativa ou definitiva que desafiariam a interposição de recurso ordinário, nos termos dos arts. 895, II, da CLT, e 224 do RITST.

Em casos análogos, tem decidido reiteradamente esta c. SDI-2 do TST, a saber:

[...]

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso ordinário, por incabível.

A embargante alega que a nulidade de citação na ação rescisória foi abordada pelo Tribunal Regional em decisão terminativa. Sustenta que interpôs agravo regimental para levar a matéria para apreciação do colegiado no Tribunal de origem, ao qual foi negado provimento. Entende que a interposição do agravo não afasta o seu direito de interpor recurso ordinário para atacar a decisão que não acolheu o pedido de nulidade em decorrência da ausência de citação. Aduz que também há omissão quanto à suspensão determinada no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0012207-27.2020.5.03.0000. Requer sejam sanados os vícios apontados. Inexistem vícios a sanar.

A decisão embargada possui clara e explícita fundamentação no sentido de que o acórdão proferido em sede de agravo regimental pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região não conheceu do recurso por entendê-lo incabível, não havendo nele pronunciamento acerca da nulidade de citação na ação rescisória, razão pela qual se concluiu que o acórdão não possui natureza terminativa ou definitiva e, conseqüentemente, o recurso ordinário torna-se incabível.

Além disso, a questão atinente à suspensão determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas suscitado nos autos do processo nº 0012207-27.2020.5.03.0000, que trata dos efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 958.252/MG e na ADPF 324, não foi sequer tangenciada, tendo em vista o não conhecimento do agravo pelo Tribunal Regional e o não conhecimento do recurso ordinário por este Relator, ambos por serem incabíveis.

Portanto, não existe omissão a ser suprida, mas apenas o inconformismo da ré em relação ao decidido, não havendo nenhum dos vícios elencados nos arts. 1.022 do CPC e 897-A da CLT.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos de declaração e, no mérito, NEGOU-LHES PROVIMENTO.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Ministro Relator

Secretaria da Terceira Turma
Despacho

Processo Nº Ag-AIRR-1000465-15.2019.5.02.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante	MARCELO DA SILVA CARDOSO
Advogado	Dr. Dejair Passerini da Silva(OAB: 55226-A/SP)
Agravado	ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogado Dr. Emmerson Ornelas Forganés(OAB: 143531-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- MARCELO DA SILVA CARDOSO

(DESISTÊNCIA)

Vistos etc.

Por meio da petição retro, a parte recorrente requer a desistência do recurso pendente de exame.

Subscrita a petição por procurador regularmente habilitado (fls. 38), HOMOLOGO a desistência.

Em virtude do pedido de desistência, fica prejudicado o exame do recurso.

À Secretaria para as providências de praxe.

Publique-se.

Brasília, 09 de junho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Ministro Relator

Processo Nº RR-1000885-10.2020.5.02.0068

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alberto Bastos Balazeiro
Recorrente BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada Dra. Maria Mercedes Oliveira Fernandes de Lima(OAB: 82402/SP)
Advogado Dr. Ivan Carlos de Almeida(OAB: 173886-D/SP)
Advogado Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Recorrido ANA MARIA DOS SANTOS
Advogada Dra. Carla Angélica Moreira(OAB: 125489-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA MARIA DOS SANTOS
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

(DESISTÊNCIA)

Vistos etc.

Por meio da petição retro, a parte recorrente requer a desistência do recurso pendente de exame.

Subscrita a petição por procuradora regularmente habilitada (fls. 260 e 261/270), HOMOLOGO a desistência.

Em virtude do pedido de desistência, fica prejudicado o exame do recurso.

À Secretaria para as providências de praxe.

Publique-se.

Brasília, 04 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0010761-13.2019.5.15.0057

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Advogada Dra. Maria Mercedes Oliveira Fernandes de Lima(OAB: 82402-A/SP)
Agravado CICERO GOMES DIAS
Advogado Dr. Carlos Antunes Martins Júnior(OAB: 123132-A/SP)
Advogado Dr. Wilson Roberto Corral Ozores(OAB: 67940-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CICERO GOMES DIAS

(DESISTÊNCIA)

Vistos etc.

Por meio da petição retro, a parte recorrente requer a desistência do recurso pendente de exame.

Subscrita a petição por procuradora regularmente habilitada (fls. 266 e 267/276), HOMOLOGO a desistência.

Em virtude do pedido de desistência, fica prejudicado o exame do recurso.

À Secretaria para as providências de praxe.

Publique-se.

Brasília, 04 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Ministro Relator

Secretaria da Quarta Turma

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento (processos e-SIJ) da Sexta Sessão Extraordinária da Quarta Turma, a realizar-se no dia 22/8/2023, às 14h00, nas modalidades virtual e presencial.

O julgamento virtual terá início à zero hora do dia 14/8/2023 e encerramento à zero hora do dia 21/8/2023.

Serão automaticamente excluídos do julgamento virtual e remetidos à Sexta Sessão Extraordinária da Quarta Turma (art. 134, § 5º, do RITST), a realizar-se no dia 22/8/2023, às 14h00, na modalidade presencial:

I - os processos com destaque ou pedido de vista por um ou mais integrantes do colegiado;

II - os processos com registro de voto divergente ao do Ministro relator;

III - os destacados pelo membro do Ministério Público do Trabalho até o fim do julgamento virtual;

IV - os processos que tiverem pedido de sustentação oral ou preferência, desde que requerido em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do julgamento virtual, contadas em dias úteis, por meio do link <https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>.

Os pedidos de preferência, as inscrições para sustentação oral e os pedidos de participação virtual deverão ser registrados no sistema Preferência/Sustentação Oral ou de Participação na Sessão Virtual, constante da página eletrônica portal da advocacia do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>). É permitida a participação na sessão presencial, por meio de

videoconferência, de advogado com domicílio profissional fora do Distrito Federal, desde que a requeira até o dia útil anterior ao da sessão, nos termos do art. 937, § 4º, c/c art. 219, ambos do CPC. Para participar da sessão de julgamento de forma remota, o advogado devidamente inscrito deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 54, de 29 de dezembro de 2020, por meio do link <https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr4>.

Considerando-se a participação de forma remota como extensão da sala de sessão da Corte, faz-se necessária a utilização de sistema fixo de comunicação, vedada a utilização de aparelhos móveis, bem como a utilização de indumentária adequada, correspondente ao paletó e gravata pelos senhores advogados e a vestimenta condigna pelas senhoras advogadas.

Somente será admitido o ingresso de advogados previamente inscritos.

Além dos processos constantes da presente pauta, poderão ser julgados na Sexta Sessão Extraordinária da Quarta Turma processos com tramitação no sistema PJe constantes de pauta específica.

PROCESSOS INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL

Processo Nº RR-0000428-38.2013.5.23.0041

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
RECORRENTE(S) DAIANE DE ALMONDES DA SILVA
Advogado DR. WEDERSON FRANCISCO DA SILVA(OAB: 12611/MT)
RECORRIDO(S) JBS S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIANE DE ALMONDES DA SILVA
- JBS S.A.

Processo Nº RRAg-0010400-69.2020.5.03.0097

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) B.S.S.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551/SP)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) S.S.A.J.
Advogado DR. CLÉRISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
Advogado DR. WAGNER SANTOS CAPANEMA(OAB: 61737/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.S.S.
- S.S.A.J.

Processo Nº AIRR-0000543-43.2022.5.13.0002

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS E SERVICOS S.A. E OUTRO
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)
AGRAVADO(S) TONI RAMOS DOS SANTOS SILVA
Advogado DR. VINICIUS NOGUEIRA DA SILVA SANTOS(OAB: 34234/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS E SERVICOS S.A. E OUTRO
- TONI RAMOS DOS SANTOS SILVA

Processo Nº AIRR-0001214-09.2019.5.09.0673

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. GIVALDO DO NASCIMENTO PEREIRA(OAB: 8971/DF)
Advogada DRA. PAULA DE PAIVA SANTOS(OAB: 27275/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 71710/PR)
AGRAVADO(S) ANTONIO MARCOS VERONEIS
Advogado DR. EDER MAURICIO RIGONI(OAB: 30393/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO MARCOS VERONEIS
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº AIRR-0001224-06.2017.5.05.0036

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARIA CAROLINA ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA(OAB: 15283/BA)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) SANDRA PAULA FERREIRA SOUZA SETUVAL
Advogado DR. PABLO DOMINGUES FERREIRA DE CASTRO(OAB: 23985/BA)
Advogado DR. LORENA MATOS GAMA(OAB: 25765/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SANDRA PAULA FERREIRA SOUZA SETUVAL

Processo Nº AIRR-1001292-66.2019.5.02.0386

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado DR. GIVALDO DO NASCIMENTO PEREIRA(OAB: 8971/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. PAULA DE PAIVA SANTOS(OAB: 27275/DF)
Advogada DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)
AGRAVADO(S) CLAUDINEIA BARBOSA DOS SANTOS
Advogado DR. ERICSON CRIVELLI(OAB: 71334/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
- CLAUDINEIA BARBOSA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1001431-71.2020.5.02.0066

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) DROGARIA SÃO PAULO S.A.

Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) THIAGO GARCIA DE GODOY

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DROGARIA SÃO PAULO S.A.
- THIAGO GARCIA DE GODOY

Processo Nº ARR-0010409-91.2016.5.03.0090

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.

Advogado DR. EDUARDO JUNQUEIRA DE OLIVEIRA MARTINS(OAB: 271217/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO MINERAL E DE PESQUISA, PROSPECÇÃO, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO FERRO E METAIS BÁSICOS E DEMAIS MINERAIS METÁLICOS E NÃO-METÁLICOS DE ITABIRA E REGIÃO

Advogado DR. HENRIQUE NERY DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 89095/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO MINERAL E DE PESQUISA, PROSPECÇÃO, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO FERRO E METAIS BÁSICOS E DEMAIS MINERAIS METÁLICOS E NÃO-METÁLICOS DE ITABIRA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0000151-97.2022.5.14.0092

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) JBS S.A.

Advogado DR. SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS(OAB: 1084/RO)

Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA-INTRA

Advogado DR. FELIPE WENDT(OAB: 4590/RO)

Advogado DR. EBER COLONI MEIRA DA SILVA(OAB: 4046/RO)

Advogado DR. ANA PAULA CABRAL DIAS(OAB: 9530/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA-INTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000154-55.2022.5.14.0091

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) JBS S.A.

Advogado DR. SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS(OAB: 1084/RO)

Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA-INTRA

Advogado DR. FELIPE WENDT(OAB: 4590/RO)

Advogado DR. EBER COLONI MEIRA DA SILVA(OAB: 4046/RO)

Advogado DR. ANA PAULA CABRAL DIAS(OAB: 9530/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA-INTRA

Processo Nº Ag-RRAg-0000502-10.2021.5.14.0091

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) JBS S.A.

Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)

Advogada DRA. MAYARA FERREIRA DA SILVA(OAB: 64499/DF)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA - INTRA

Advogado DR. FELIPE WENDT(OAB: 4590/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTRA - INTRA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000558-78.2018.5.09.0029

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

Advogada DRA. JULIANA MORAIS(OAB: 70172/PR)

AGRAVADO(S) ZILO LUCAS DE SOUZA

Advogado DR. MAYKON CRISTIANO JORGE(OAB: 38407/PR)

Advogada DRA. KARINA GISELLI PIMENTA JORGE(OAB: 41069/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- ZILO LUCAS DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0000562-86.2012.5.24.0004

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)

AGRAVADO(S) MARCELO FRANCISCO ASSIS

Advogada DRA. LARISSA MORAIS CANTERO PEREIRA(OAB: 10867/MS)

Advogado DR. FABIANA DE MORAES
CANTERO E OLIVEIRA(OAB:
10656/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCELO FRANCISCO ASSIS

Processo Nº Ag-AIRR-0000600-88.2021.5.23.0076

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) JOAO HENRIQUE CAMARGO
SURIANI
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB:
106623/MG)
Advogada DRA. RAQUEL DE SOUZA DA
SILVA(OAB: 153509/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. LUIZ HENRIQUE VIEIRA(OAB:
26417/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOAO HENRIQUE CAMARGO SURIANI

Processo Nº Ag-AIRR-0000631-31.2012.5.09.0071

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) ROZELI TONETE NAGI
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE
LIMA(OAB: 15782/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ROZELI TONETE NAGI

Processo Nº Ag-RR-0000688-43.2012.5.15.0116

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) MAURICIO DIAS DE FREITAS
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE
FREITAS(OAB: 191191/SP)
Advogada DRA. ANDRÉIA CRISTINA MARTINS
DAROS VARGAS(OAB: 294669/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MAURICIO DIAS DE FREITAS

Processo Nº Ag-RR-0000730-95.2012.5.04.0020

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) LUCAS DA SILVA E SILVA
Advogado DR. MÁRCIO ANDRÉ CANCI
PIEROSAN(OAB: 39496/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUCAS DA SILVA E SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000836-37.2016.5.19.0008

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) MARCOS FONTAO RODRIGUEZ
Advogado DR. CASSIANO BISPO DOS SANTOS
NETO(OAB: 3840/AL)
Advogada DRA. ALINE COELHO DOS
SANTOS(OAB: 14412/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCOS FONTAO RODRIGUEZ

Processo Nº Ag-AIRR-0000838-66.2019.5.09.0012

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ANDREIA NEVES DA ROCHA
Advogada DRA. ELISA LIMA ALONSO(OAB:
18483/DF)
Advogado DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB:
25665/PR)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB:
71710/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA NEVES DA ROCHA
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0000892-79.2018.5.05.0464

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) LETICIA DE JESUS CASTRO
Advogado DR. MOISÉS VIANA DO
NASCIMENTO(OAB: 43129/BA)
Advogado DR. ANTHONNY QUEIROZ
CARNEIRO DA SILVA(OAB:
44149/BA)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. HERMANN JOSÉ STABEN
GOMES(OAB: 11969/BA)
AGRAVADO(S) ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogada DRA. VIVIANE CASTRO NEVES
PASCOAL MALDONADO DAL
MAS(OAB: 136069/SP)
Advogado DR. ARNALDO GASPAR EID(OAB:
259037/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.
- LETICIA DE JESUS CASTRO

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000902-54.2016.5.10.0012

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ELY TALYULI JÚNIOR(OAB:
21236/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) ANTONIO CARLOS NISHIKAWA
SALES JUNIOR

Advogado DR. JOAQUIM JOSÉ PESSOA(OAB: 17693/DF)
Advogado DR. WASHINGTON DE SIQUEIRA COELHO(OAB: 28029/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS NISHIKAWA SALES JUNIOR
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000926-68.2018.5.09.0003

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) SANDRO CEZAR DEGOMAR
Advogado DR. ADEMIR DA SILVA(OAB: 25410/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRO CEZAR DEGOMAR
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000953-85.2019.5.13.0009

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) MONICA ELISANGELA SANTIAGO DE ARAUJO FERREIRA
Advogado DR. MARCOS RODRIGO GURJAO PONTES(OAB: 15389/PB)
Advogado DR. CAIO GRACO COUTINHO SOUSA(OAB: 14887/PB)
Advogado DR. PEDRO COUTINHO MINA COSTA(OAB: 27517/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MONICA ELISANGELA SANTIAGO DE ARAUJO FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0001015-13.2018.5.09.0029

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, FINANCIÁRIOS E EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, FINANCIÁRIOS E EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0001037-29.2013.5.04.0662

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) FABIANO CEZAR ROCHA

Advogado DR. LUÍS ALBERTO ESPOSITO(OAB: 27122/RS)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185/RS)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FABIANO CEZAR ROCHA

Processo Nº Ag-AIRR-0001068-38.2015.5.02.0079

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogada DRA. CLÁUDIA AL-ALAM ELIAS FERNANDES(OAB: 231281/SP)
AGRAVADO(S) DANIEL ANTÔNIO DOS SANTOS
Advogada DRA. MILENA SINATOLLI(OAB: 141236/SP)
AGRAVADO(S) SWISSPORT BRASIL LTDA.
Advogado DR. MAURO TAVARES CERDEIRA(OAB: 117756/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
- DANIEL ANTÔNIO DOS SANTOS
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.
- SWISSPORT BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001271-76.2015.5.09.0411

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) RAFAEL ELIAS DE PAULA
Advogado DR. GUSTAVO MORO SCIREA(OAB: 41488/PR)
Advogado DR. EDSON ANTONIO FLEITH(OAB: 16001/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAFAEL ELIAS DE PAULA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0001462-05.2017.5.17.0161

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MARIA APARECIDA RIBEIRO DAS NEVES
Advogado DR. WESLEY PEREIRA FRAGA(OAB: 6206/ES)
Advogado DR. LEANDRO COLNAGO FRAGA(OAB: 21245/ES)
AGRAVADO(S) BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. E OUTRAS
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. ARMANDO CANALI FILHO(OAB: 37517/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. E OUTRAS
- MARIA APARECIDA RIBEIRO DAS NEVES

Processo Nº Ag-AIRR-0001492-10.2013.5.15.0008

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) AMAURI DE PAULO
Advogada DRA. GABRIELA DA SILVA BTISTELLA SPÍNOLA(OAB: 248864/SP)
Advogada DRA. GISELE APARECIDA FERREIRA DA SILVA(OAB: 292766/SP)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURI DE PAULO
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-0001529-17.2014.5.02.0088

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. E OUTRO
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) ROSANA DE FATIMA ABELINI
Advogado DR. FABYO LUIZ ASSUNÇÃO(OAB: 204585/SP)
Advogado DR. DIEGO NUNES FERREIRA(OAB: 368959/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. E OUTRO
- ROSANA DE FATIMA ABELINI

Processo Nº Ag-AIRR-0001628-02.2019.5.09.0028

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogada DRA. RAQUEL CÂNCIO FENDRICH TESSARI(OAB: 61394/PR)
AGRAVADO(S) ROBISON ANTONIO DE SOUZA
Advogado DR. ARARIPE SERPA G. PEREIRA(OAB: 12162/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- ROBISON ANTONIO DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0003697-02.2010.5.02.0421

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) JBS S.A.
Advogado DR. ADAUTO LUIZ SIQUEIRA(OAB: 103788/SP)
AGRAVADO(S) INDEPENDÊNCIA S.A.
Advogado DR. MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684/SP)
AGRAVADO(S) SEBASTIAO CURSINO DOS SANTOS
Advogado DR. FERNANDO MARTINS CORREIA JUNIOR(OAB: 182910/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDEPENDÊNCIA S.A.
- JBS S.A.
- SEBASTIAO CURSINO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-RR-0010035-55.2018.5.03.0074

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) LELIO DOS REIS CORRÊA FILHO
Advogado DR. RICARDO NUNES DE MENDONÇA(OAB: 35460/PR)
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 167943/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. ROSÁLIA MARIA LIMA SOARES(OAB: 147987/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- LELIO DOS REIS CORRÊA FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0010098-77.2021.5.03.0041

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. ANA CAROLINA MOMENTE ROSA(OAB: 147366/MG)
Advogado DR. ARMANDO CANALI FILHO(OAB: 68339/PR)
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650/MG)
AGRAVADO(S) ELIS REGINA SILVA PAULINO
Advogado DR. FABIANO CORREIA MARTINS(OAB: 74721/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ELIS REGINA SILVA PAULINO

Processo Nº Ag-AIRR-0010225-33.2021.5.15.0024

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) TV STUDIOS DE JAU S A
Advogado DR. NELSON MANNRICH(OAB: 36199/SP)
AGRAVADO(S) JOSE LUIZ THEODORO
Advogada DRA. VILJA MARQUES ASSE(OAB: 152855/SP)
Advogado DR. ROGÉRIO SOMMERHALDER(OAB: 202176/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE LUIZ THEODORO
- TV STUDIOS DE JAU S A

Processo Nº Ag-AIRR-0010348-23.2014.5.01.0038

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) GISELE DOS SANTOS
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)
AGRAVADO(S) BANCO CITIBANK S.A.

Advogada DRA. MAURA VIRGÍNIA BORBA SILVESTRE(OAB: 17864/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- GISELE DOS SANTOS

Processo Nº Ag-RR-0010404-10.2019.5.03.0108

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MARCEL HENRIQUE SIMOES ALEXANDRE DE PAULA
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS IVO METZKER(OAB: 64844/MG)
Advogada DRA. JULIANA DE BARROS METZKER(OAB: 143425/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 162844/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARCEL HENRIQUE SIMOES ALEXANDRE DE PAULA

Processo Nº Ag-AIRR-0010483-42.2016.5.03.0092

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA
Advogado DR. JOSÉ GERALDO AVELINO ESTEVES(OAB: 118762/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº Ag-ARR-0010512-57.2015.5.03.0018

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)
AGRAVADO(S) JULIANA CRUZ DE MATOS
Advogado DR. BRUNO COURA DE MENDONÇA(OAB: 108896/MG)
Advogado DR. ERNANY FERREIRA SANTOS(OAB: 46492/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JULIANA CRUZ DE MATOS

Processo Nº Ag-AIRR-0010718-33.2015.5.03.0160

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Advogada DRA. ELEN CRISTINA GOMES E GOMES(OAB: 91053/MG)
Advogado DR. LUCAS FERREIRA SANTOS(OAB: 113486/MG)
Advogado DR. FERNANDO DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: 89876/MG)
AGRAVADO(S) VELBER ALMEIDA DA SILVA

Advogado DR. VINÍCIUS CARVALHO BRASILEIRO(OAB: 116653/MG)

Advogado DR. DENISON FERNANDES PARREIRA(OAB: 143420/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
- VELBER ALMEIDA DA SILVA

Processo Nº Ag-RRAg-0010726-20.2016.5.15.0102

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) ANA LUCIA DE OLIVEIRA
Advogado DR. ANDRÉ BORSOLAN DE FARIA(OAB: 289631/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUCIA DE OLIVEIRA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0010758-73.2021.5.03.0105

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. MAURÍCIO DE SOUSA PESSOA(OAB: 156805/SP)
AGRAVADO(S) OSCAR MACHADO FILHO
Advogado DR. LEONARDO AUGUSTO ALENCAR RENAULT(OAB: 70425/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- OSCAR MACHADO FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0010866-61.2021.5.03.0054

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
AGRAVADO(S) MAICON ROCHA DOMINGOS
Advogada DRA. RENATA LOURES MOREIRA(OAB: 106885/MG)
Advogado DR. LETICIA ISABELLA CHAVES REZENDE(OAB: 201364/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- MAICON ROCHA DOMINGOS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0010898-84.2016.5.15.0126

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ELIAS SOARES VIEIRA
Advogado DR. PAULO CUNHA DE FIGUEIREDO TORRES(OAB: 101572/SP)
Advogado DR. GABRIEL FURLANI KASSOUF(OAB: 442983/SP)
AGRAVADO(S) ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. WILSON ROBERTO MARTHO(OAB: 112846/SP)
Advogado DR. RODRIGO FERRARO MASCARIN(OAB: 152133/SP)

AGRAVADO(S) ELI LILLY DO BRASIL LTDA
Advogado DR. FÁBIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)
Advogado DR. SOLANO DE CAMARGO(OAB: 149754/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA.
- ELI LILLY DO BRASIL LTDA
- ELIAS SOARES VIEIRA

Processo Nº Ag-ED-ED-RR-0010900-35.2015.5.15.0079

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) LAYON LEONARDO
Advogado DR. LUÍS GUSTAVO BITTENCOURT MASIERO(OAB: 284945/SP)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. CLÁUDIA PEREIRA DIAS(OAB: 231074/SP)
AGRAVADO(S) PROMOT RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA. - EPP
Advogado DR. JESUS ARRIEL CONES JÚNIOR(OAB: 85018/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LAYON LEONARDO
- PROMOT RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA. - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0011237-55.2021.5.15.0033

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. FABRICIO ZIR BOTHOME(OAB: 44277/RS)
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
AGRAVADO(S) AYAKO KOBAYASHI KATO
Advogado DR. TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI(OAB: 71874/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AYAKO KOBAYASHI KATO
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0011373-17.2018.5.15.0014

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) FIDELITY SERVIÇOS E CONTACT CENTER S.A.
Advogada DRA. CAROLINA ALMADA FEGYVERES(OAB: 187744/SP)
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)
Advogado DR. RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES(OAB: 158596/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094/SP)
Advogada DRA. LAÍS FERRARINI RIGONI(OAB: 419437/SP)
Advogado DR. VANESSA REZENDE REGINALDO(OAB: 416958/SP)
AGRAVADO(S) GREICY FRANCA PEREIRA OLIVEIRA
Advogado DR. HÉLIO BRITO PEDROSA LYRA(OAB: 267157/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FIDELITY SERVIÇOS E CONTACT CENTER S.A.
- GREICY FRANCA PEREIRA OLIVEIRA

Processo Nº Ag-RRAg-0011438-16.2016.5.03.0014

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO CITIBANK S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) FABIO TADEU DE SA
Advogada DRA. LUCIANA PAPINI COSTA FURTADO REIS(OAB: 55250/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- FABIO TADEU DE SA

Processo Nº Ag-AIRR-0011500-19.2020.5.15.0067

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) AGLAIR MEN TORRACA
Advogada DRA. IULLY FREIRE GARCIA DE OLIVEIRA(OAB: 245833/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGLAIR MEN TORRACA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0013064-67.2017.5.15.0025

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP
Advogado DR. ISRAEL DE ASSIS FIUSA FILHO(OAB: 308726/SP)
AGRAVADO(S) MARCOS THEODORO GARCIA
Advogado DR. CLÁUDIO BERTINI DOS SANTOS(OAB: 245722/SP)
Advogada DRA. VALÉRIA LETTIERI(OAB: 188646/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP
- MARCOS THEODORO GARCIA

Processo Nº Ag-RRAg-0013080-76.2016.5.15.0018

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. ROSANO DE CAMARGO(OAB: 128688/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SUELLEN CRISTINA FRANCO
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 191191/SP)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SUELLEN CRISTINA FRANCO

Processo Nº Ag-AIRR-0020233-93.2016.5.04.0010

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) ELCI ESTÁCIO DA SILVEIRA
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB: 40251/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELCI ESTÁCIO DA SILVEIRA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020248-09.2017.5.04.0372

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) SX NEGOCIOS LTDA.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) PAMELA GONCALVES DA SILVA
Advogado DR. ADROALDO ALEXANDRO DE ALMEIDA(OAB: 99160/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAMELA GONCALVES DA SILVA
- SX NEGOCIOS LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0020724-83.2019.5.04.0305

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)
AGRAVADO(S) LUCIANE FIGUR DALLA LANA
Advogado DR. ERICO JOSE MARTINS DA SILVA(OAB: 221188/SP)
Advogada DRA. MÔNICA BRUNETTO(OAB: 40823/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUCIANE FIGUR DALLA LANA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020816-66.2016.5.04.0305

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) CINARA GARCIA DREHER
Advogado DR. FABIANA JUSTO ESTANISLAU(OAB: 83528/RS)
Advogado DR. JAIR JOSÉ TATSCH(OAB: 14080/RS)
Advogado DR. DIEGO LEOPOLDINO DE SOUZA(OAB: 73284/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINARA GARCIA DREHER
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0021031-73.2015.5.04.0015

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogada DRA. PRISCILA RODRIGUES BRANDT(OAB: 26156/DF)
AGRAVADO(S) ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA TORRES
Advogada DRA. ADRIANA STAUB(OAB: 60841/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA TORRES
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0021106-45.2015.5.04.0005

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) ALINE DUARTE VENTURA
Advogado DR. ALESSANDRO BATISTA RAU(OAB: 58517/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE DUARTE VENTURA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ARR-0021264-43.2017.5.04.0551

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SINDICATO DOS EMPRE EM ESTAB BANCARIOS DE FRED WEST
Advogado DR. HENRIQUE SCHNEIDER(OAB: 26398/RS)
Advogado DR. MILTON BOZANO PEREIRA FAGUNDES(OAB: 14332/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPRE EM ESTAB BANCARIOS DE FRED WEST

Processo Nº Ag-ARR-0021329-26.2014.5.04.0007

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
AGRAVADO(S) DIRLENE APARECIDA MACIEL DE BARROS REIS

Advogado DR. MARCOS EVALDO
PANDOLFI(OAB: 21000/RS)
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- DIRLENE APARECIDA MACIEL DE BARROS REIS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0021379-42.2016.5.04.0020

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO
BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA
MARTINELLI RAIMUNDI(OAB:
15909/SC)
AGRAVADO(S) SUSETE DE SOUZA MUCHA
Advogado DR. EDUARDO CARINGI
RAUPP(OAB: 53969/RS)
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB:
40251/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SUSETE DE SOUZA MUCHA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0024214-73.2015.5.24.0022

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) EDNO GUEVARA DA SILVA
Advogado DR. CLERISTON YOSHIZAKI(OAB:
14397/MS)
AGRAVADO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. RICARDO FERREIRA DA
SILVA(OAB: 180121/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDNO GUEVARA DA SILVA
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0024741-94.2020.5.24.0007

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA
PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR PAIXÃO CÔRTEZ(OAB:
15553/DF)
AGRAVADO(S) ELISANGELA DA SILVA RINALDO
Advogado DR. OCLÉCIO ASSUNÇÃO
JÚNIOR(OAB: 11727/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ELISANGELA DA SILVA RINALDO

Processo Nº Ag-RR-0044400-91.2008.5.15.0094

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E BANCO BRADESCO S.A.
AGRAVADO (S)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE
REZENDE(OAB: 249094/SP)
AGRAVANTE(S) E GISELE LUCIANA DA SILVA
AGRAVADO (S)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB:
219041/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GISELE LUCIANA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0051600-41.2007.5.05.0005

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB:
22429/DF)
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769/BA)
Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)
AGRAVADO(S) ALFREDO DOS SANTOS E OUTROS
Advogada DRA. SEMÍRAMES ÁUREA LUZ
RECAREY(OAB: 16826/BA)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA
NETO(OAB: 15659/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALFREDO DOS SANTOS E OUTROS
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0096300-12.2006.5.01.0341

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA
NACIONAL - CSN
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO
DIAS(OAB: 92784/RJ)
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO
CORREA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
MECÂNICAS, DE MATERIAL
ELÉTRICO, DE MATERIAL
ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA
DE BARRA MANSA, VOLTA
REDONDA, RESENDE, ITATIAIA,
QUATIS, PORTO REAL E PINHERAL
Advogado DR. MURILO CEZAR REIS
BAPTISTA(OAB: 57446/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE
MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE BARRA
MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS,
PORTO REAL E PINHERAL

Processo Nº Ag-AIRR-0099300-60.2009.5.04.0202

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE
SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
AGRAVADO(S) MOACIR DA SILVA VIEIRA
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO
CORREA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. FERNANDO GOBBO DEGANI(OAB: 57909/RS)
Advogado DR. LUÍS FELIPE DA CUNHA(OAB: 52308/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- MOACIR DA SILVA VIEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0100067-27.2021.5.01.0343

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531/SP)
AGRAVADO(S) SILVIO HIPOLITO OUVENEY
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SILVIO HIPOLITO OUVENEY

Processo Nº Ag-AIRR-0100340-43.2020.5.01.0342

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA
Advogado DR. BRUNO VIEIRA LOPES(OAB: 165563/RJ)
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E DE INFORMATICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

Processo Nº Ag-RR-0100365-53.2020.5.01.0343

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531/SP)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO, DE MATERIAL ELETRONICO E DE INFORMATICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

Processo Nº Ag-AIRR-0100507-91.2019.5.01.0343

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690/RJ)
AGRAVADO(S) WESLEY DA SILVA
Advogado DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(OAB: 205545/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- WESLEY DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0101596-57.2016.5.01.0343

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(OAB: 143531/SP)
AGRAVADO(S) ROBERTO MARIO CARDOSO
Advogada DRA. ÁUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207/RJ)
Advogada DRA. JESSIKA CRYSTINE RAMOS DO AMARAL(OAB: 182996/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- ROBERTO MARIO CARDOSO

Processo Nº Ag-AIRR-0101718-74.2017.5.01.0007

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) LÍDER TÁXI AÉREO S.A. - AIR BRASIL
Advogado DR. HENRIQUE AUGUSTO MOURÃO(OAB: 51900/MG)
Advogada DRA. WALKIRIA LIMA RIBEIRO MACHADO(OAB: 86747/MG)
AGRAVADO(S) FLAVIO CAMPOS NOEL
Advogada DRA. PATRÍCIA MATTOSO DE ALMEIDA SERRANO(OAB: 89232/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIO CAMPOS NOEL
- LÍDER TÁXI AÉREO S.A. - AIR BRASIL

Processo Nº Ag-RRAg-0101763-62.2016.5.01.0541

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ELY TALLYULI JÚNIOR(OAB: 21236/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) QUEMPES AUGUSTO RODRIGUES
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 138807/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- QUEMPES AUGUSTO RODRIGUES

Processo Nº Ag-AIRR-0135400-63.2009.5.01.0342

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. TÚLIO CLÁUDIO IDESES(OAB: 95180/RJ)
AGRAVADO(S) PAULO SÉRGIO CARDOSO DA FONSECA
Advogado DR. AGAMENON MARTINS DE OLIVEIRA(OAB: 99424/SP)
Advogado DR. CLAYTON EDUARDO CASAL SANTOS(OAB: 156081/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- PAULO SÉRGIO CARDOSO DA FONSECA

Processo Nº Ag-AIRR-1000634-14.2016.5.02.0203

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. OSVALDO KEN KUSANO(OAB: 256200/SP)
AGRAVADO(S) JOSÉ RILDO DA SILVA
Advogado DR. ALZIRO CARVALHO JORGE(OAB: 170654/SP)
AGRAVADO(S) SCORPIONS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- JOSÉ RILDO DA SILVA
- SCORPIONS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP

Processo Nº Ag-RRAg-1001633-33.2019.5.02.0050

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) BANCO CITIBANK S.A.
Advogado DR. CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: 10424/DF)
Advogado DR. OSMAR PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) ANTONIO EUDES BATISTA
Advogado DR. PAULO RODRIGO GONÇALVES DE OLIVEIRA(OAB: 359561/SP)
Advogado DR. AXELL NAZÁRIO FERNANDES DE OLIVEIRA(OAB: 366000/SP)
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogada DRA. ANALI CORRÊA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO EUDES BATISTA
- BANCO CITIBANK S.A.
- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1001715-28.2017.5.02.0311

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MARIA DAS GRACAS SANTOS ANJOS

Advogada DRA. JOSELHA ALVES BARBOSA(OAB: 170450/SP)
Advogado DR. JANETE SANTOS SILVA(OAB: 165310/SP)
AGRAVADO(S) AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogada DRA. MARIA MANOELA DE ALBUQUERQUE JACQUES(OAB: 56775/RS)
Advogada DRA. CLAUDIA AL ALAM ELIAS FERNANDES(OAB: 231281/SP)
AGRAVADO(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogada DRA. BEATRIZ MARTINS COSTA(OAB: 33181/DF)
AGRAVADO(S) IMPACTO MANUTENCAO, PINTURA, CONSERVACAO DE AERONAVES E SERVICOS AUXILIARES LTDA
Advogado DR. BRUNO MOREIRA VALENTE(OAB: 317489/SP)
Advogado DR. PAULO CEZAR AZARIAS DE CARVALHO(OAB: 305475/SP)
Advogado DR. THAIS CUNHA TUZI DE OLIVEIRA(OAB: 373898/SP)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de OCEANAIR LINHAS AÉREAS S.A. - AVIANCA
Advogado DR. ADRIANA RIVAROLI(OAB: 196593/SP)
Advogado DR. FELIPE AUGUSTO MORENO(OAB: 286138/SP)
AGRAVADO(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.
- IMPACTO MANUTENCAO, PINTURA, CONSERVACAO DE AERONAVES E SERVICOS AUXILIARES LTDA
- MARIA DAS GRACAS SANTOS ANJOS
- MASSA FALIDA de OCEANAIR LINHAS AÉREAS S.A. - AVIANCA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº ED-ARR-0001485-88.2017.5.12.0031

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
EMBARGANTE SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. TANISE LOPES FURTADO(OAB: 59720/RS)
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 31043/SC)
Advogado DR. ALESSANDRA SIMÃO CASTRO(OAB: 68433/RS)
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGA(OAB: 214918/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100243-46.2020.5.01.0341

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
EMBARGANTE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(S)(OAB: 143531/SP)

EMBARGADO(A) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765/RJ)

Advogado DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(OAB: 205545/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000989-29.2020.5.02.0059

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

EMBARGANTE BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. FÁBIO LIMA QUINTAS(OAB: 17721/DF)

Advogado DR. NORBERTO GONZALEZ ARAÚJO(OAB: 111134/SP)

Advogada DRA. MÔNICA GONÇALVES DA SILVA(OAB: 267029/SP)

Advogado DR. LEONARDO VASCONCELOS LINS FONSECA(OAB: 40094/DF)

Advogado DR. NEVILLE DE OLIVEIRA(OAB: 385487/SP)

Advogada DRA. ROBERTA MOREIRA DE SÁ(OAB: 444647/SP)

EMBARGADO(A) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

Advogada DRA. RENATA SILVEIRA VEIGA CABRAL(OAB: 19939/DF)

Advogado DR. EDUARDO ANTONIO BOSSOLAN(OAB: 308642/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

Processo Nº RR-0020762-33.2016.5.04.0101

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. SERGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)

Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869/RS)

RECORRIDO(S) ANANDA KOHLBACH DA SILVA

Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)

RECORRIDO(S) PROMO 7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ANANDA KOHLBACH DA SILVA

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- PROMO 7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA. - EPP

Processo Nº RRAg-0010018-75.2021.5.03.0183

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) JESSICA ROSA LEITE

Advogado DR. JOSÉ RONALDO BOAVENTURA(OAB: 70841/MG)

Advogado DR. IGOR RENATO BERNARDES SILVA(OAB: 99180/MG)

Advogado DR. ELIEZER DE OLIVEIRA MATTOS JÚNIOR(OAB: 115231/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- JESSICA ROSA LEITE

Processo Nº RRAg-0010055-33.2022.5.03.0033

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FERNANDA ISABELLE OLIVEIRA

Advogado DR. KELLEN REZENDE SALES(OAB: 94408/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- FERNANDA ISABELLE OLIVEIRA

Processo Nº RRAg-0021081-64.2017.5.04.0101

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)

Advogado DR. LUIZ CARLOS TORRES FURTADO(OAB: 93929/RS)

Advogado DR. CAROLINE SANTOS DA MOTTA(OAB: 97579/RS)

Advogado DR. GUNNAR ZIBETTI FAGUNDES(OAB: 56348/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JULIANA STOCKER BALLVERDU

Advogado DR. LETIARES MARTINS PEREIRA(OAB: 62180/RS)

Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)

Advogado DR. CAROLINA MAYER SPINA ZIMMER(OAB: 66389/RS)

Advogado DR. EMILSON CESAR COLETO FERNANDES(OAB: 19486/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- JULIANA STOCKER BALLVERDU

Processo Nº RRAg-1000556-42.2020.5.02.0312

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) DANIEL BARBOZA DA SILVA

Advogado DR. OSWALDO ANTONIO VISMAR(OAB: 253407/SP)

Data da Disponibilização: Segunda-feira, 24 de Julho de 2023

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) INOVAT INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. E OUTRA

Advogado DR. MARCUS DE OLIVEIRA KAUFMANN(OAB: 14750/DF)

Advogado DR. OSMAR PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

Advogado DR. BEATRIZ MARTINS COSTA(OAB: 33181/DF)

Advogado DR. CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR(OAB: 10424/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL BARBOZA DA SILVA
- INOVAT INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. E OUTRA

Processo Nº AIRR-0000767-40.2020.5.12.0014

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. TATIANA RAMLOW DA SILVA COSTA(OAB: 19078/SC)

Advogado DR. DARIEL ELIAS DE SOUZA(OAB: 52084/SC)

AGRAVADO(S) ANTONIO JONAS MADRUGA

Advogado DR. LUIZ EDUARDO MARTINS FLECK(OAB: 33287/SC)

Advogada DRA. SUSAN MARA ZILLI(OAB: 5517/SC)

Advogado DR. PRUDENTE JOSE SILVEIRA MELLO(OAB: 4673/SC)

Advogado DR. GUSTAVO GARBELINI WISCHNESKI(OAB: 30206/SC)

Advogado DR. JULIA MOREIRA SCHWANTES ZAVARIZE(OAB: 25659/SC)

Advogado DR. HERLON TEIXEIRA(OAB: 15247/SC)

Advogado DR. DANIEL COELHO SILVEIRA MELLO(OAB: 34879/SC)

Advogado DR. TARSO ZILLI WAHLHEIM(OAB: 32888/SC)

Advogado DR. VINICIUS GUILHERME BION(OAB: 31131/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO JONAS MADRUGA
- BANCO DO BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-0010335-84.2017.5.18.0122

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) ALEX SILVA LOPES

Advogada DRA. LORENA FIGUEIREDO MENDES(OAB: 28651/GO)

AGRAVADO(S) JBS S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. KLEBER LUDOVICO DE ALMEIDA(OAB: 27748/GO)

Advogado DR. ANA LUISA DE OLIVEIRA SANTANA(OAB: 49517/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX SILVA LOPES
- JBS S.A.

Processo Nº AIRR-0020856-17.2017.5.04.0304

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) RONI MACHADO DE BASTOS

Advogado DR. FABIANA JUSTO ESTANISLAU(OAB: 83528/RS)

Advogado DR. JAIR JOSÉ TATSCH(OAB: 14080/RS)

Advogado DR. DIEGO LEOPOLDINO DE SOUZA(OAB: 73284/RS)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. LUCIANO BAUER WIENKE(OAB: 67897/RS)

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONI MACHADO DE BASTOS
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000018-11.2014.5.09.0016

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)

Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)

AGRAVADO(S) ALCIONE FERRAZ

Advogado DR. EDSON ANTONIO FLEITH(OAB: 1600/PR)

Advogado DR. ANA CAROLINA FLEITH(OAB: 49167/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCIONE FERRAZ
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-RR-0000066-55.2013.5.09.0678

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)

AGRAVADO(S) JOSÉ CLEYTON DE MOURA RICARDO

Advogado DR. USTANE FANCHIN(OAB: 25023/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ CLEYTON DE MOURA RICARDO
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-RRAg-0000148-04.2016.5.12.0030

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) BRUNO PEREIRA

Advogado DR. PAULO FERRAREZE FILHO(OAB: 29996/SC)

Advogado DR. ALEXANDRE MATZENBACHER(OAB: 36703/SC)

AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

AGRAVADO(S) PÓRTICO SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CADASTRAS EIRELI

Advogado DR. JOSE ALBERTO OPITZ(OAB: 48101/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- BRUNO PEREIRA
- PÓRTICO SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS EIRELI

Processo Nº Ag-RR-0000150-32.2014.5.09.0028

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

Advogado DR. ROSALDO JORGE DE ANDRADE(OAB: 12370/PR)

Advogado DR. WALDIR COELHO DE LOIOLA(OAB: 15138/PR)

Advogado DR. MARIANA YURI ARAI(OAB: 51763/PR)

Advogada DRA. RAQUEL CÂNCIO FENDRICH TESSARI(OAB: 61394/PR)

AGRAVADO(S) TEREZA CAMARGO BARBOSA

Advogado DR. ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA(OAB: 12162/PR)

Advogado DR. ROQUE SEBASTIÃO DA CRUZ(OAB: 47294/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- TEREZA CAMARGO BARBOSA

Processo Nº Ag-ED-RR-0000209-98.2019.5.09.0010

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) JAYME ALVES SANT ANA JUNIOR

Advogado DR. JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE NETO(OAB: 15211/PR)

Advogada DRA. SABRINA ZEIN(OAB: 35277/PR)

Advogado DR. MARCOS CÉSAR RAMPAZZO FILHO(OAB: 63832/PR)

Advogado DR. GUILHERME CAVALHEIRO KUSTER(OAB: 59441/PR)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Advogada DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB: 17245/PR)

AGRAVADO(S) BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Advogada DRA. MARIANA ROSA DE ALMEIDA MELLO(OAB: 84961/SP)

Advogada DRA. JAMILLE SOUZA MARTINS E SANTOS(OAB: 323966/SP)

AGRAVADO(S) STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A.

Advogado DR. JOSÉ COELHO PAMPLONA NETO(OAB: 134643/SP)

Advogada DRA. MARIA CRISTINA MATTIOLI(OAB: 365940/SP)

AGRAVADO(S) TIVIT ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS S.A.

Advogado DR. ALEXANDRE PESSOA AFONSO(OAB: 156361/SP)

Advogado DR. MARCELA ARMINDA DE SANTANA(OAB: 374501/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

- JAYME ALVES SANT ANA JUNIOR
- STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A.
- TIVIT ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000225-28.2014.5.09.0010

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

AGRAVADO(S) ANA PAULA PINHEIRO PRETTI

Advogado DR. GABRIEL YARED FORTE(OAB: 42410/PR)

Advogada DRA. KARLA NEMES YARED(OAB: 20830/PR)

AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA PINHEIRO PRETTI
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-0000247-13.2018.5.17.0014

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) VALDECI VICENTE DO NASCIMENTO

Advogado DR. DOMINGOS SALIS DE ARAÚJO(OAB: 7529/ES)

Advogado DR. ÇAIO AUGUSTO GALIMBERTI ARAÚJO(OAB: 17184/ES)

AGRAVADO(S) WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogada DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)

Advogado DR. WAGNER YUKITO KOHATSU(OAB: 198602/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VALDECI VICENTE DO NASCIMENTO
- WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0000262-33.2020.5.09.0014

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) GUSTAVO RIBAS DA SILVA

Advogado DR. JÚLIO CÉSAR AMARO DA SILVA(OAB: 409842/SP)

AGRAVADO(S) PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

Advogado DR. CLÉBER VENDITTI DA SILVA(OAB: 256863/SP)

Advogado DR. KARINA MARIA RIBEIRO ALEIXO(OAB: 109736/MG)

Advogado DR. RODRIGO SILVA FERRAZ DOS PASSOS(OAB: 38438/DF)

Advogado DR. LEONARDO JOSE ISERHARD ZORATTO(OAB: 41464/RS)

Advogada DRA. MAYSA PEREIRA DIAS(OAB: 68160/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUSTAVO RIBAS DA SILVA
- PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000277-11.2019.5.07.0008

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) ALBERTO JORGE OLIVEIRA DA SILVA
Advogado DR. JOSÉ AILSON RÊGO BALTAZAR(OAB: 6353/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO JORGE OLIVEIRA DA SILVA
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000391-04.2013.5.04.0861

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) CLEOCIR MEDIANEIRA LOPES FREITAS
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 16521/RS)
Advogada DRA. DANIELA KURTZ DO NASCIMENTO(OAB: 75599/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CLEOCIR MEDIANEIRA LOPES FREITAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000429-62.2014.5.09.0660

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) JAQUELINE DOS SANTOS BUENO
Advogado DR. LIDIOMAR RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 36536/PR)
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 37515/PR)
Advogado DR. JAQUELINE ASSAD(OAB: 43588/PR)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 37514/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JAQUELINE DOS SANTOS BUENO

Processo Nº Ag-RR-0000497-34.2020.5.11.0017

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) ANDRÉ TEIXEIRA DE ARAUJO
Advogado DR. DIEGO MACIEL BRITTO ARAGÃO(OAB: 32510/DF)
Advogada DRA. MARLUCE MACIEL BRITTO ARAGÃO(OAB: 32148/DF)
Advogado DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO(OAB: 32147/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARIA CAROLINA ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA(OAB: 15283/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉ TEIXEIRA DE ARAUJO
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000533-22.2020.5.06.0371

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) MAYLANE ALVES MONTEIRO
Advogado DR. VALDER RUBENS DE LUCENA PATRIOTA(OAB: 10203/PE)
Advogado DR. ALESSANDRA ANTONIA ALVES MONTEIRO(OAB: 26071/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MAYLANE ALVES MONTEIRO

Processo Nº Ag-ARR-0000543-13.2016.5.06.0143

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) PAULO HENRIQUE DE BARROS ALBUQUERQUE MELO
Advogado DR. JOSÉ FLÁVIO DE LUCENA(OAB: 9026/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PAULO HENRIQUE DE BARROS ALBUQUERQUE MELO

Processo Nº Ag-RR-0000614-98.2013.5.02.0056

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WILLIAN DE SA MARQUES
Advogado DR. RODRIGO DOS SANTOS AMORIM(OAB: 394138/SP)
Advogado DR. LIGIA BUENO POLIDORIO(OAB: 410861/SP)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. SERGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)
AGRAVADO(S) LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- WILLIAN DE SA MARQUES

Processo Nº Ag-AIRR-0000628-75.2018.5.05.0007

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. FERNANDA VELLOSO GUIMARAES CARIBE(OAB: 20089/BA)
Advogado DR. SILVANA NAOMI SAKAI(OAB: 172111/SP)
AGRAVADO(S) CLAUDIO NASCIMENTO SILVA

Advogado DR. ADRIANO FERREIRA DAS
DÔRES(OAB: 29220/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO NASCIMENTO SILVA
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000637-57.2020.5.09.0071

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) LUDIMERI ANTÔNIO RODRIGUES
BARETTA

Advogado DR. LAERCION ANTONIO
WRUBEL(OAB: 18923/PR)

Advogado DR. ROSANGELA APARECIDA DE
OLIVEIRA SORBARA(OAB:
61082/PR)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)

Advogada DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB:
17245/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- LUDIMERI ANTÔNIO RODRIGUES BARETTA

Processo Nº Ag-ARR-0000667-82.2014.5.05.0631

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM ESTABELECIMENTOS
BANCÁRIOS, INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS E DE CRÉDITO DE
VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO

Advogado DR. JOSÉ EYMARD
LOGUERCIO(OAB: 1441/DF)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS E DE CRÉDITO DE VITÓRIA DÂ CONQUISTA E
REGIÃO

Processo Nº Ag-RR-0000680-43.2016.5.08.0012

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS DO
ESTADO DO PARÁ - SEBRAE/PA

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO
CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

Advogado DR. FERNANDO HUGO RABELLO
MIRANDA(OAB: 19246/DF)

AGRAVADO(S) JOSÉ ALEXANDRE RIBEIRO
FERNANDES

Advogado DR. ANDRÉ LUIZ SERRÃO
PINHEIRO(OAB: 11960/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ALEXANDRE RIBEIRO FERNANDES
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DO ESTADO DO PARÁ - SEBRAE/PA

Processo Nº Ag-AIRR-0000682-74.2015.5.05.0030

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)

AGRAVADO(S) FRANCISCO ASSIS CARNEIRO
SANTIAGO

Advogada DRA. MARIA LUISA PINHO
MEDAUAR(OAB: 20292/BA)

Advogado DR. JORGE FRANCISCO MEDAUAR
FILHO(OAB: 6888/DF)

Advogado DR. ELIEL DE JESUS TEIXEIRA(OAB:
12514/BA)

Advogado DR. LEONARDO BISPO
FERREIRA(OAB: 27947/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FRANCISCO ASSIS CARNEIRO SANTIAGO

Processo Nº Ag-AIRR-0000710-78.2021.5.09.0011

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO
PARANÁ - SANEPAR

Advogada DRA. MARINA ELISE COSTA
DAL'LIN(OAB: 57668/PR)

Advogada DRA. RAQUEL CANCIO FENDRICH
TESSARI(OAB: 61394/PR)

AGRAVADO(S) ELCIO ROBERTO PIALARICE
GIORDANO

Advogado DR. MARCELO SILVA
MALVEZZI(OAB: 23815/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- ELCIO ROBERTO PIALARICE GIORDANO

Processo Nº Ag-AIRR-0000740-16.2020.5.09.0863

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) SERGIO ELY TREVISAN JUNIOR

Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA
BARBOSA(OAB: 19769/DF)

Advogada DRA. MARIA EDUARDA DO CARMO
PEREIRA COSTA(OAB: 68559/DF)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO
FINANCIAMENTOS S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. MARINA CARVALHO D AMICO
PEDRIALI(OAB: 17744/PR)

AGRAVADO(S) FULVIO FERNANDES FURTADO

Advogado DR. FÚLVIO FERNANDES
FURTADO(OAB: 41172/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
- FULVIO FERNANDES FURTADO
- SERGIO ELY TREVISAN JUNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0000756-66.2018.5.10.0004

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
RAMOS

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. LEONARDO RAMOS
GONÇALVES(OAB: 28428/DF)

AGRAVADO(S) PEDRO PAULO PEREIRA SANTOS

Advogado DR. LEONARDO HENRIQUE
MACHADO DO NASCIMENTO(OAB:
42419/DF)

Advogada DRA. RAQUEL FREIRE ALVES(OAB: 18963/DF)
Advogado DR. FLAVIA ROBERTA GUIMARAES PIRES(OAB: 21746/DF)
Advogado DR. BRUNO LIMA GONCALVES(OAB: 44434/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PEDRO PAULO PEREIRA SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000782-49.2018.5.09.0018

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO
Advogado DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO

Processo Nº Ag-RRAg-0000784-46.2019.5.17.0152

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) ANTONIO CARLOS ULIANA
Advogada DRA. KELINE RENATA MARTINS DE QUADROS(OAB: 38491/SC)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. KARINA GRAÇA DE VASCONCELLOS RÉGO(OAB: 92896/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS ULIANA
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-RRAg-0000913-73.2020.5.09.0658

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) MARCIA CRISTINA MOTTERLE
Advogado DR. FERNANDO MARCOS GASPERIN(OAB: 22294/SC)
Advogado DR. CRISTIAN LOVATO(OAB: 63042/PR)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LUCIANO GUIMARÃES PIAZZETTA(OAB: 34085/PR)
Advogado DR. JORGE FRANCISCO FAGUNDES D'ÁVILA(OAB: 56519/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCIA CRISTINA MOTTERLE

Processo Nº Ag-ARR-0000920-72.2018.5.12.0037

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) MARISTELA CARDOSO FERNANDES

Advogado DR. EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES(OAB: 21688/DF)
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 31043/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARISTELA CARDOSO FERNANDES

Processo Nº Ag-AIRR-0000921-59.2017.5.09.0010

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) SERGIO MASSAMI YOSHIOKA
Advogado DR. ROBINSON NEVES FILHO(OAB: 8067/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MARINA CARVALHO D AMICO PEDRIALI(OAB: 17744/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SERGIO MASSAMI YOSHIOKA

Processo Nº Ag-AIRR-0000964-36.2021.5.09.0016

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 1553/DF)
AGRAVADO(S) LEANDRO BARBOSA SANTA CLARA F. DA SILVEIRA
Advogado DR. MURILLO CARDOSO QUERINO(OAB: 347211/SP)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LEANDRO BARBOSA SANTA CLARA F. DA SILVEIRA
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-0000984-38.2018.5.09.0014

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0001005-95.2018.5.09.0084

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0001041-87.2010.5.04.0010

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) CLAUDINEI KRAIESKI
Advogado DR. ROBERTO CAPELLA SPRINGER(OAB: 56224/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CLAUDINEI KRAIESKI

Processo Nº Ag-AIRR-0001070-48.2014.5.10.0005

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA
Advogado DR. LÚCIO CÉZAR DA COSTA ARAÚJO(OAB: 4653/DF)
Advogado DR. JULIO CESAR PESSOA ARAÚJO(OAB: 41429/DF)
Advogado DR. CAIO CÉSAR PESSOA ARAÚJO(OAB: 55828/DF)
Advogada DRA. LUANA KELLY PESSOA ARAÚJO(OAB: 57172/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0001079-46.2013.5.04.0026

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) MARCOS RUBENS DAGORT
Advogado DR. DILCEU ANTÔNIO ZATT(OAB: 48265/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCOS RUBENS DAGORT

Processo Nº Ag-RRAg-0001100-07.2018.5.09.0673

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO
Advogado DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681/DF)
Advogada DRA. ROBERTA BARACAT DE GRANDE(OAB: 54282/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0001114-16.2011.5.04.0401

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) TIAGO JOÃO BROLLO
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 35972/RS)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 16521/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- TIAGO JOÃO BROLLO

Processo Nº Ag-ARR-0001133-87.2014.5.04.0701

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) ELEUSA DIFANTE DOS SANTOS VELASQUEZ
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)
Advogado DR. ANDRE NASCIMENTO CABRAL(OAB: 46793/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ELEUSA DIFANTE DOS SANTOS VELASQUEZ

Processo Nº Ag-AIRR-0001154-74.2017.5.09.0004

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
AGRAVADO(S) VIVIANE RICCI ALEXANDRE
Advogado DR. JOSE LUCIO GLOMB(OAB: 6838/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- VIVIANE RICCI ALEXANDRE

Processo Nº Ag-AIRR-0001212-91.2015.5.10.0013

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)
AGRAVADO(S) FERNANDO BRALNE SOUSA
Advogado DR. MARCELO AMÉRICO MARTINS DA SILVA(OAB: 11776/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- FERNANDO BRALNE SOUSA

Processo Nº Ag-AIRR-0001262-82.2017.5.09.0011

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) DANILO DE MORAIS MONTEIRO
Advogada DRA. CLÁUDIA SUSANA HANEL(OAB: 26831/PR)
Advogado DR. JOSÉ PAULO GRANERO PEREIRA(OAB: 17885/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- DANILO DE MORAIS MONTEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0001283-17.2014.5.08.0003

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)
AGRAVADO(S) ANDREZA VIDIGAL BARROSO
Advogada DRA. KAROLINY VITELLI SILVA(OAB: 18100/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREZA VIDIGAL BARROSO
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001285-48.2016.5.09.0242

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO SA
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) LUTTIERRE ONIL DA SILVA GUERBES
Advogado DR. JOSÉ CARLOS TORRECILHAS(OAB: 22083/PR)
Advogado DR. FERNANDA RIBEIRO TORRECILHAS(OAB: 53544/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO SA
- LUTTIERRE ONIL DA SILVA GUERBES

Processo Nº Ag-AIRR-0001303-58.2017.5.20.0006

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
Advogado DR. CLÁUDIO DE ASSIS PEREIRA(OAB: 143259/SP)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE SERGIPE - SEEB
Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155/SE)
Advogada DRA. VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA BORBA(OAB: 3574/SE)
Advogado DR. MARCOS D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 446/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE SERGIPE - SEEB

Processo Nº Ag-ARR-0001356-82.2018.5.12.0020

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) ELTON RODRIGO HELT
Advogado DR. LIDIOMAR RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 11044/SC)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. MARINA CARVALHO D AMICO PEDRIALI(OAB: 17744/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ELTON RODRIGO HELT

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001393-68.2012.5.04.0303

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) SILVANA MARTINS DO AMARAL FURTADO
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB: 40251/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SILVANA MARTINS DO AMARAL FURTADO
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ARR-0001414-36.2017.5.07.0028

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO CARIRI
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO CARIRI

Processo Nº Ag-AIRR-0001496-73.2017.5.09.0008

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
 Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO
 CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
 Advogado DR. FABIANO FREITAS DOS
 SANTOS(OAB: 74085/RS)
 AGRAVADO(S) ANDREIA MARIA MURASKI
 Advogado DR. ÉDER MAURÍCIO RIGONI(OAB:
 30393/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA MARIA MURASKI
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-RR-0001759-20.2016.5.17.0008

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
 Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO
 CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
 AGRAVADO(S) KATIA MARIA MONTEIRO SOARES
 Advogado DR. GABRIEL GOMES
 PIMENTEL(OAB: 17327/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- KATIA MARIA MONTEIRO SOARES

Processo Nº Ag-AIRR-0001790-30.2013.5.03.0139

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
 Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
 NETO(OAB: 29340/DF)
 AGRAVADO(S) JULIANA DE BARROS METZKER
 Advogado DR. RAFAEL DE BARROS
 METZKER(OAB: 143436/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JULIANA DE BARROS METZKER

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001794-77.2017.5.09.0004

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
 Advogado DR. ELY TALYULI JÚNIOR(OAB:
 21236/DF)
 Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
 NETO(OAB: 29340/DF)
 Advogado DR. DANIELA RIBEIRO CORDEIRO
 RUSSOMANO(OAB: 29322/DF)
 AGRAVADO(S) FABIANA DE PAULA COSTIN
 Advogado DR. YOCHIIHIRO GILBERTO
 KUSSABA(OAB: 35890/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FABIANA DE PAULA COSTIN

Processo Nº Ag-ARR-0001795-50.2014.5.02.0202

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) FRANCISCO JOSE DE AZEVEDO
 CENTINI
 Advogado DR. LUÍS CARLOS MORO(OAB:
 109315/SP)
 AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MILTON FLAVIO DE ALMEIDA C.
 LAUTENSCHLAGER(OAB:
 162676/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FRANCISCO JOSE DE AZEVEDO CENTINI

Processo Nº Ag-ARR-0001860-94.2014.5.03.0015

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) GRAZIANE ANDERSON DIAS
 TAVARES
 Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS IVO
 METZKER(OAB: 64844/MG)
 Advogado DR. RAFAEL DE BARROS
 METZKER(OAB: 143436/MG)
 AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
 Advogado DR. JAMES AUGUSTO
 SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)
 Advogada DRA. ELEN CRISTINA GOMES E
 GOMES(OAB: 91053/MG)
 Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB:
 53772/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- GRAZIANE ANDERSON DIAS TAVARES

Processo Nº Ag-AIRR-0010574-89.2019.5.03.0137

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) AMERICAN TOWER DO BRASIL -
 CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS
 LTDA.
 Advogado DR. NELSON MANNRICH(OAB:
 36199/SP)
 AGRAVADO(S) ALAN PATRICK RODRIGUES
 GOMES E OUTROS
 Advogada DRA. LETÍCIA DE ÁVILA CARVALHO
 FERREIRA(OAB: 134344/MG)
 Advogado DR. ANDREA SANTOS SILVA(OAB:
 85697/MG)
 Advogada DRA. ANGELICA APARECIDA DA
 SILVA(OAB: 169809/MG)
 Advogado DR. JEANNE CHRISTIANE
 NASCIMENTO CARVALHO(OAB:
 106254/MG)
 Advogado DR. HENRIQUE DE ÁVILA
 CARVALHO FERREIRA(OAB:
 185469/MG)
 AGRAVADO(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE
 MINAS GERAIS-CEMIG
 Advogada DRA. LOYANNA DE ANDRADE
 MIRANDA(OAB: 111202/MG)
 AGRAVADO(S) VALQUIRIAS SERVIÇOS EIRELI
 Advogado DR. ADRIANA DOS ANJOS
 CARVALHO(OAB: 123978/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN PATRICK RODRIGUES GOMES E OUTROS
- AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS LTDA.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
- VALQUIRIAS SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0011467-79.2020.5.15.0018

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ
 RAMOS
 AGRAVANTE(S) CHAIN SERVIÇOS E CONTACT
 CENTER S.A.

Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466/MG)
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)
AGRAVADO(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. EVANDRO MARDULA(OAB: 258368/SP)
Advogado DR. ROSANO CAMARGO(OAB: 128688/SP)
AGRAVADO(S) THAYLA FRANCINE DA SILVA
Advogada DRA. VIVIANE PIASSI(OAB: 397829/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A.
- CHAIN SERVIÇOS E CONTACT CENTER S.A.
- THAYLA FRANCINE DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0011545-94.2020.5.15.0011

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) SANDRA APARECIDA DA SILVA
Advogado DR. FÁBIO ROBERTO THOMAZELE(OAB: 260130/SP)
Advogado DR. FÁBIO EDUARDO DE LAURENTIZ(OAB: 170930/SP)
AGRAVADO(S) SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.
Advogada DRA. LAURA MARIA ORNELLAS(OAB: 52073/SP)
Advogado DR. CARLOS EDUARDO SOARES DA SILVA(OAB: 284633/SP)
Advogado DR. FERNANDO JOSÉ SERRA PINTO FERRAZ(OAB: 335050/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRA APARECIDA DA SILVA
- SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020086-82.2016.5.04.0005

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) ALEXANDRE DA COSTA FERREIRA JÚNIOR
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB: 40251/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE DA COSTA FERREIRA JÚNIOR
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020178-88.2016.5.04.0028

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)

Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) JUCEMAR WELLIGTON RODRIGUES BIANCHIN
Advogado DR. RAFAEL KLARMANN DA SILVA(OAB: 65367/RS)
Advogado DR. ALESSANDRO BATISTA RAU(OAB: 58517/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JUCEMAR WELLIGTON RODRIGUES BIANCHIN
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020383-31.2017.5.04.0304

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) DOUGLAS KOHLRAUSCH
Advogado DR. DIEGO LEOPOLDINO DE SOUZA(OAB: 73284/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS KOHLRAUSCH
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020594-36.2018.5.04.0303

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) FABIA MARGARIDA FERNANDES
Advogado DR. FABIANA JUSTO ESTANISLAU(OAB: 83528/RS)
Advogado DR. JAIR JOSÉ TATSCH(OAB: 14080/RS)
Advogado DR. DIEGO LEOPOLDINO DE SOUZA(OAB: 73284/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIA MARGARIDA FERNANDES
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020599-80.2019.5.04.0252

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) FABIANO PACHECO FERREIRA
Advogado DR. LUANA GERALDINO PINTO(OAB: 67398/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANO PACHECO FERREIRA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020850-93.2019.5.04.0383

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325/SP)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO VALE DO PARANHANA
Advogado DR. EGÍDIO LUCCA(OAB: 18703/RS)
Advogado DR. CARLOS PAIVA GOLGO(OAB: 66149/RS)
Advogado DR. FELIPE LUCCA(OAB: 85863/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO VALE DO PARANHANA

Processo Nº Ag-AIRR-0020857-20.2017.5.04.0007

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
Advogada DRA. TAÍS LOPES FURTADO DO AMARAL(OAB: 62298/RS)
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
AGRAVADO(S) ROGERIO DOS SANTOS NUNES
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ROGERIO DOS SANTOS NUNES

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0020917-38.2018.5.04.0013

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) ELISA POLI MESSINGER
Advogado DR. LUCIANA DE MENEZES CHAVES(OAB: 81402/RS)
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB: 40251/RS)
AGRAVADO(S) MARCELO KROEFF
Advogado DR. MARCELO KROEFF(OAB: 40251/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISA POLI MESSINGER
- MARCELO KROEFF
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-ED-RR-0021267-59.2016.5.04.0251

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI(OAB: 15909/SC)
AGRAVADO(S) VALNEI EINHARDT IGUINY JUNIOR

Advogado DR. EZIO LUIZ HAINZENREDER(OAB: 28385/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- VALNEI EINHARDT IGUINY JUNIOR
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0024661-39.2020.5.24.0005

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) DARLAN GRACA DA CRUZ
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 103250/SP)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- DARLAN GRACA DA CRUZ

Processo Nº Ag-AIRR-1000032-83.2021.5.02.0385

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) TIAGO MARQUES QUEIROZ
Advogado DR. FÁBYO LUIZ ASSUNÇÃO(OAB: 204585/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARISÉLIA ERMELINA DA SILVA SANTOS(OAB: 85780/SP)
Advogada DRA. JULIANA CARNEVALE ROCHA DE OLIVEIRA(OAB: 164855/SP)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- TIAGO MARQUES QUEIROZ

Processo Nº Ag-AIRR-1000135-25.2021.5.02.0051

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogada DRA. TATTIANY MARTINS OLIVEIRA(OAB: 300178/SP)
AGRAVADO(S) LUCÉLIO MARTINS DE OLIVEIRA
Advogado DR. RODRIGO DA SILVA CAINELI(OAB: 357444/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- LUCÉLIO MARTINS DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-RRAg-1001511-15.2020.5.02.0202

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) MAURO CESAR AURIENI
Advogada DRA. DANIELE SAMPAIO DE ALMEIDA(OAB: 310350/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MAURO CESAR AURIENI

Processo Nº Ag-AIRR-1002207-59.2017.5.02.0201

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogado DR. RENATO MUNUERA BELMONTE(OAB: 235666/SP)
Advogado DR. MAURICIO GALVES MARQUES DE OLIVEIRA(OAB: 273363/SP)
AGRAVADO(S) CRISTIANE DIAS DE CARVALHO DA SILVA
Advogado DR. JURANDY LEÃO PEREIRA(OAB: 229974/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE DIAS DE CARVALHO DA SILVA
- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Processo Nº ED-Ag-ED-RR-0000062-42.2014.5.09.0012

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE RODRIGO RECH
Advogado DR. GELSON BARBIERI(OAB: 17510/PR)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RODRIGO RECH

Processo Nº ED-RR-0001967-72.2014.5.02.0434

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE ELISETE DA SILVA WANDEUR
Advogado DR. DIEGO PELEGRINO PEREZ(OAB: 379885/SP)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. JOSÉ CARLOS GARCIA PEREZ(OAB: 104866/SP)
EMBARGADO(A) PROTEGE S.A. - PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ELISETE DA SILVA WANDEUR
- PROTEGE S.A. - PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

Processo Nº ED-Ag-ED-RR-0012040-68.2015.5.15.0091

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE MARCIA REGINA DA SILVA FIGUEIREDO
Advogado DR. LUIZ RICARDO DIEGUES(OAB: 77454/MG)
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCIA REGINA DA SILVA FIGUEIREDO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0021434-43.2018.5.04.0401

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE BANCO BTG PACTUAL S.A.
Advogado DR. GAUDIO RIBEIRO DE PAULA(OAB: 49080/DF)
EMBARGADO(A) DANIELE CRISTINA SANTOS
Advogada DRA. ROSEMERI BOZZA DE OLIVEIRA MEZZOMO(OAB: 35224/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BTG PACTUAL S.A.
- DANIELE CRISTINA SANTOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100062-08.2021.5.01.0342

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANES(OAB: 143531/SP)
EMBARGADO(A) ALCIMAR NASCIMENTO DE LIMA
Advogado DR. AUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207/RJ)
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCIMAR NASCIMENTO DE LIMA
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100443-53.2020.5.01.0341

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANES(OAB: 143531/SP)
EMBARGADO(A) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL
Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765/RJ)
Advogado DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(OAB: 205545/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100451-30.2020.5.01.0341

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(SOAB: 143531/SP)

EMBARGADO(A) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E DE INFORMÁTICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(SOAB: 126765/RJ)

Advogado DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(SOAB: 205545/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E DE INFORMÁTICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100513-64.2020.5.01.0343

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

EMBARGANTE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado DR. EMMERSON ORNELAS FORGANE(SOAB: 143531/SP)

EMBARGADO(A) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELÉTRICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

Advogada DRA. ANA PAULA MARTINS(SOAB: 126765/RJ)

Advogado DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(SOAB: 205545/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELÉTRICO E DE INFORMÁTICA DE VOLTA REDONDA, BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE, ITATIAIA, QUATIS, PORTO REAL E PINHEIRAL

Processo Nº RR-0001697-59.2012.5.03.0056

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(SOAB: 162844/MG)

RECORRIDO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURVELO E REGIÃO

Advogado DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(SOAB: 55867/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURVELO E REGIÃO

Processo Nº RR-0101028-16.2020.5.01.0015

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(SOAB: 29340/DF)

Advogado DR. ALAN SAMPAIO CAMPOS(SOAB: 148140/RJ)

Advogado DR. LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA(SOAB: 156721/RJ)

Advogado DR. FELIPE D'AGUIAR ROCHA FERREIRA(SOAB: 150735/RJ)

RECORRIDO(S) MILLENA SALES DA ROSA FIALHO

Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ(SOAB: 39529/RJ)

Advogado DR. CLAUDIA DE CARVALHO MONASSA(SOAB: 203365/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

- MILLENA SALES DA ROSA FIALHO

PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO PRESENCIAL

Processo Nº RR-0100327-49.2017.5.01.0342

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

RECORRENTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(SOAB: 21934/DF)

Advogado DR. LUCIANO ANDRADE PINHEIRO(SOAB: 15184/DF)

RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(SOAB: 81690/RJ)

Advogado DR. PAULO HENRIQUE RIBEIRO CARDOSO(SOAB: 172529/RJ)

RECORRIDO(S) MURILO NOGUEIRA GOMES

Advogado DR. TARCISIO XAVIER PEREIRA(SOAB: 144450/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

- FUNDAÇÃO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

- MURILO NOGUEIRA GOMES

Processo Nº RRAg-0020642-91.2019.5.04.0001

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. CRISTIANO GIONGO(SOAB: 51857/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SILVANIA DA SILVA TITO

Advogado DR. GUSTAVO RODRIGUES NUNES(SOAB: 62755/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SILVANIA DA SILVA TITO

- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº RRAg-1000799-32.2021.5.02.0059

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Advogada DRA. TATTIANY MARTINS OLIVEIRA(SOAB: 300178/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOSE SERGIO DE LIRA

Advogado DR. RODRIGO GABRIEL MANSOR(SOAB: 162708/SP)

Advogado DR. JOSÉ DE HARO HERNANDES
JÚNIOR(OAB: 217975/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- JOSE SERGIO DE LIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0024992-35.2017.5.24.0002

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) JOSE DONIZETE DUTRA DA SILVA
Advogado DR. ALEXANDRE MORAIS CANTERO(OAB: 8353/MS)
Advogada DRA. LARISSA MORAIS CANTERO PEREIRA(OAB: 10867/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOSE DONIZETE DUTRA DA SILVA

Processo Nº RR-0000735-09.2018.5.14.0092

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
RECORRIDO(S) STEPHANIE CARLLYSIE MEDEIROS DE BRITO
Advogado DR. DELMAR CECCON JÚNIOR(OAB: 40071/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- STEPHANIE CARLLYSIE MEDEIROS DE BRITO

Processo Nº RR-0010066-66.2014.5.04.0663

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
RECORRENTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. HENRIQUE JOSÉ DA ROCHA(OAB: 36568/RS)
RECORRIDO(S) ALTAIR ZANCAN CASTILHO
Advogado DR. WAGNER SEGALA(OAB: 60699/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALTAIR ZANCAN CASTILHO
- BRF S.A.

Processo Nº RR-0020491-96.2018.5.04.0022

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
RECORRENTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. LUCIANO BAUER WIENKE(OAB: 67897/RS)
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)
RECORRIDO(S) THAYNA MOTTA
Advogado DR. WILSON CARLOS DA CUNHA(OAB: 29990/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- THAYNA MOTTA

- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº RR-0021478-50.2014.5.04.0030

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
RECORRIDO(S) SÔNIA MARA DA SILVA BARBOSA
Advogada DRA. PAULA BARTZ DE ANGELIS(OAB: 65343/RS)
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SÔNIA MARA DA SILVA BARBOSA

Processo Nº RR-1001203-77.2018.5.02.0386

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARIA APARECIDA PELLEGRINA(OAB: 26111/SP)
Advogado DR. FÁBIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 261844/SP)
RECORRIDO(S) GUIOMAR SELMA ARAUJO BORTOLUCCI E OUTROS
Advogado DR. HAROLDO FERNANDO DE ALMEIDA MORAES COSTA(OAB: 198197/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GUIOMAR SELMA ARAUJO BORTOLUCCI E OUTROS

Processo Nº RRAg-0021289-50.2016.5.04.0241

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) GUILHERME LUIS MARQUES SANCHES
Advogado DR. FÚLVIO FERNANDES FURTADO(OAB: 41172/RS)
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)
Advogado DR. ROBESPIERRE ANTÔNIO MARQUES FERNANDES(OAB: 42727/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) PEPSICO DO BRASIL LTDA
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUILHERME LUIS MARQUES SANCHES
- PEPSICO DO BRASIL LTDA

Processo Nº RRAg-0024522-30.2019.5.24.0003

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ADOBE ASSESSORIA DE SERVIÇOS CADASTRAIS S.A. E OUTRA
Advogado DR. ALCIDES NEY JOSE GOMES(OAB: 8659/MS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ELIANA APARECIDA GONCALVES
Advogado DR. ALMIR DIP(OAB: 4118/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADOBE ASSESSORIA DE SERVIÇOS CADASTRAIS S.A. E OUTRA

- ELIANA APARECIDA GONCALVES

ALINE TACIRA DE ARAÚJO CHERULLI EDREIRA
Secretária da 4ª Turma

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento (processos e-SIJ) da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Quarta Turma, a realizar-se no dia 22/8/2023, às 15h00, nas modalidades virtual e presencial.

O julgamento virtual terá início à zero hora do dia 14/8/2023 e encerramento à zero hora do dia 21/8/2023.

Serão automaticamente excluídos do julgamento virtual e remetidos à Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Quarta Turma (art. 134, § 5º, do RITST), a realizar-se no dia 22/8/2023, às 15h00, na modalidade presencial:

I - os processos com destaque ou pedido de vista por um ou mais integrantes do colegiado;

II - os processos com registro de voto divergente ao do Ministro relator;

III - os destacados pelo membro do Ministério Público do Trabalho até o fim do julgamento virtual;

IV - os processos que tiverem pedido de sustentação oral ou preferência, desde que requerido em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do julgamento virtual, contadas em dias úteis, por meio do link <https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>.

Os pedidos de preferência, as inscrições para sustentação oral e os pedidos de participação virtual deverão ser registrados no sistema Preferência/Sustentação Oral ou de Participação na Sessão Virtual, constante da página eletrônica portal da advocacia do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>). É permitida a participação na sessão presencial, por meio de videoconferência, de advogado com domicílio profissional fora do Distrito Federal, desde que a requeira até o dia útil anterior ao da sessão, nos termos do art. 937, § 4º, c/c art. 219, ambos do CPC. Para participar da sessão de julgamento de forma remota, o advogado devidamente inscrito deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 54, de 29 de dezembro de 2020, por meio do link <https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr4>.

Considerando-se a participação de forma remota como extensão da sala de sessão da Corte, faz-se necessária a utilização de sistema fixo de comunicação, vedada a utilização de aparelhos móveis, bem como a utilização de indumentária adequada, correspondente ao paletó e gravata pelos senhores advogados e a vestimenta condigna pelas senhoras advogadas

Somente será admitido o ingresso de advogados previamente inscritos.

Além dos processos constantes da presente pauta, poderão ser julgados na Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Quarta Turma processos com tramitação no sistema PJe constantes de pauta específica.

PROCESSOS INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL

Processo Nº AIRR-000008-60.2021.5.10.0802

Relator	MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procuradora	DRA. TALITA DE CASTRO TOBARUELA

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)

Advogado

AGRAVADO(S)

Advogada

RAQUEL COELHO OLIVEIRA

DR. LEONARDO MENESES MACIEL(OAB: 4221/TO)

TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.

DRA. CYNTHIA MARIA DE POSSÍDIO OLIVEIRA LIMA(OAB: 15654/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- RAQUEL COELHO OLIVEIRA
- TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.

Processo Nº AIRR-000013-25.2018.5.05.0221

Relator	MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
AGRAVADO(S)	INFRANER PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.
Advogado	DR. DAYSE COELHO DE ALMEIDA(OAB: 39655/BA)
Advogado	DR. FRANCES WANDERLEY HORA ARAGÃO(OAB: 6865/SE)
AGRAVADO(S)	PEDRO DE SANTANA
Advogada	DRA. MARIANA PINTO ORNELAS DA SILVA(OAB: 30846/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- INFRANER PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.
- PEDRO DE SANTANA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000511-26.2019.5.05.0015

Relator	MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. LUANDA ALVES VIEIRA CRUZ(OAB: 19161/BA)
AGRAVADO(S)	A2 CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - EPP
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA PÚBLICA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL - SINDILIMP
Advogada	DRA. CAROLINA TORRES DIAS(OAB: 20447/BA)
Advogado	DR. ANNA MARIA LINS CALFA(OAB: 19669/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- A2 CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - EPP
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA PÚBLICA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL - SINDILIMP

Processo Nº AIRR-0000571-65.2020.5.06.0005

Relator	MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH-PE
Procuradora	DRA. KÁTIA GOMES DE ARAÚJO
AGRAVADO(S)	CASA DE FARINHA S.A.

Advogada DRA. THAYNNAN LORYENE BARRETO DE CARVALHO(OAB: 37381/PE)

AGRAVADO(S) GRACIENE BATISTA DE FREITAS

Advogada DRA. DÉBORA FRANÇA DA SILVA(OAB: 34509/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASA DE FARINHA S.A.

- GRACIENE BATISTA DE FREITAS

- INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH-PE

Processo Nº AIRR-0000654-89.2018.5.23.0066

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) ESTADO DE MATO GROSSO

Procuradora DRA. GLÁUCIA ANNE KELLY RODRIGUES DO AMARAL

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

Advogado DR. LARISSA INA GRAMKOW MESQUITA(OAB: 8196/MT)

Advogada DRA. FLÁVIA BERGAMIN DE BARROS PAZ(OAB: 177682/SP)

AGRAVADO(S) LUCELENA DE MARQUES MAIONE

Advogado DR. ALINE IZALDINO FERNANDES(OAB: 17108/MT)

Advogado DR. WARLEY NUNES BORGES(OAB: 12448-O/MT)

Advogada DRA. LUCIANA FERREIRA LEMOS DOS SANTOS(OAB: 19178/MT)

Advogado DR. MARCELO PRATAVIEIRA MACHADO(OAB: 15456/MT)

Advogado DR. DANIEL MELLO DOS SANTOS(OAB: 11386-O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MATO GROSSO

- INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

- LUCELENA DE MARQUES MAIONE

Processo Nº AIRR-0000762-05.2020.5.09.0013

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Advogado DR. WAGNER ROBERTO PEREIRA DE LIMA(OAB: 17766/PR)

Advogado DR. RENATA NÓBREGA FREIRE AIRES(OAB: 182273/SP)

Advogado DR. EDUARDO HENRIQUE PALMEIRA(OAB: 324394/SP)

Advogado DR. JULIANA APARECIDA ARTHUSO(OAB: 349273/SP)

Advogado DR. LUSIA MASSINHAN(OAB: 75228/PR)

AGRAVADO(S) CLAUDIO JOSE AMORIM

Advogado DR. GUILHERME GONCALVES DA MAIA(OAB: 63381/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO JOSE AMORIM

- IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Processo Nº AIRR-0000916-70.2010.5.01.0021

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) GIVALDO BARROS MOREIRA

Advogado DR. DURVAL FERNANDES DA COSTA(OAB: 62000/RJ)

AGRAVADO(S) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO - DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO DE ITAJAI - OGMO

Advogado DR. ATAÍDE MENDES DA SILVA FILHO(OAB: 174174/SP)

Advogada DRA. NICOLE CAPELLO SALERNO(OAB: 408082/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GIVALDO BARROS MOREIRA

- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO - DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO DE ITAJAI - OGMO

Processo Nº AIRR-0001023-16.2012.5.03.0110

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) A&C CENTRO DE CONTATOS S.A.

Advogada DRA. LETÍCIA CARVALHO E FRANCO(OAB: 97546/MG)

AGRAVANTE(S) ELIZANGELA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA

Advogado DR. PEDRO FIGUEIREDO ROCHA(OAB: 123880/MG)

AGRAVANTE(S) TIM CELULAR S.A.

Advogado DR. FÁBIO LOPES VILELA BERBEL(OAB: 139418/MG)

AGRAVADO(S) A&C CENTRO DE CONTATOS S.A.

Advogada DRA. LETÍCIA CARVALHO E FRANCO(OAB: 97546/MG)

AGRAVADO(S) ELIZANGELA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA

Advogado DR. PEDRO FIGUEIREDO ROCHA(OAB: 123880/MG)

AGRAVADO(S) TIM CELULAR S.A.

Advogado DR. FÁBIO LOPES VILELA BERBEL(OAB: 139418/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- A&C CENTRO DE CONTATOS S.A.

- ELIZANGELA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA

- TIM CELULAR S.A.

Processo Nº AIRR-0001343-96.2014.5.05.0027

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada DRA. LUCIANA CARVALHO SANTOS(OAB: 11388/BA)

Advogada DRA. BÁRBARA ALICE SANTOS PRATES(OAB: 22282/BA)

Advogada DRA. ANA ANGÉLICA DOS SANTOS(OAB: 13175/BA)

AGRAVADO(S) REGINA LUCIA COUTINHO

Advogado DR. DILSON DE SOUZA ALVES JUNIOR(OAB: 20525/BA)

Advogado DR. DIEGO FELIPE SILVA SANTOS(OAB: 39541/BA)

Advogado DR. JOSINEI DOS SANTOS SILVA(OAB: 30474/BA)

Advogado DR. MICHELLE FERNANDES SANTOS(OAB: 39203/BA)

AGRAVADO(S) SERCON NORDESTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - ME

Advogado DR. EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA(OAB: 21441/BA)

Advogada DRA. ANA CRISTINA NOGUEIRA(OAB: 41750/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- REGINA LUCIA COUTINHO
- SERCON NORDESTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - ME

Processo Nº AIRR-0001616-42.2010.5.09.0015

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) EUGEN NETH DE GOSS
Advogada DRA. DENISE FILIPPETTO(OAB: 17946/PR)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGU)
Procurador DR. GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT

Intimado(s)/Citado(s):

- EUGEN NETH DE GOSS
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0001673-56.2014.5.03.0025

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)
Advogado DR. FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS(OAB: 1118/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Advogado DR. RAFAEL BEDA GUALDA(OAB: 12019/SC)
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVADO(S) VALDETE GRAZINOLLO ALVES
Advogado DR. MARDEN DRUMOND VIANA(OAB: 62046/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
- VALDETE GRAZINOLLO ALVES

Processo Nº AIRR-0010314-46.2022.5.15.0113

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP
Procuradora DRA. THALITA PINHEIRO MATOS SIQUEIRA
AGRAVADO(S) BRAVSEC - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI
AGRAVADO(S) RAQUEL LOPES DE ALMEIDA
Advogado DR. MARCELO SANDRIN DE BARROS(OAB: 201724/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRAVSEC - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI
- DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP
- RAQUEL LOPES DE ALMEIDA

Processo Nº AIRR-0010681-11.2019.5.15.0102

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO(S) MARCELO CAPELLI JACINTO
Advogado DR. JOÃO GASCH NETO(OAB: 99598/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- MARCELO CAPELLI JACINTO

Processo Nº AIRR-0010801-24.2021.5.03.0068

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Advogado DR. LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO VASCONCELOS(OAB: 118484/MG)
Advogado DR. LUCIANO LUIZ BANDEIRA DE MELO(OAB: 88273/MG)
AGRAVADO(S) LUIS CARLOS DIAS
Advogado DR. MATEUS RODRIGUES OLIVEIRA(OAB: 113416/MG)
Advogado DR. RODRIGO RODRIGUES OLIVEIRA(OAB: 113864/MG)
AGRAVADO(S) OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI
Advogado DR. FRANCISCO CARVALHO CORRÊA(OAB: 99693/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS CARLOS DIAS
- MUNICÍPIO DE MURIAÉ
- OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI

Processo Nº AIRR-0010884-05.2019.5.03.0167

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogada DRA. LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 111202/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SPIN ENERGY SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.
Advogado DR. BERNARDO MENICUCCI GROSSI(OAB: 97774/MG)
AGRAVADO(S) ALAN DRUMOND DA SILVA LAGES
Advogado DR. DOUGLAS RAJAO RUFINO(OAB: 168156/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN DRUMOND DA SILVA LAGES
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- SPIN ENERGY SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010981-40.2021.5.03.0068

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Advogado DR. LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO VASCONCELOS(OAB: 118484/MG)
AGRAVADO(S) OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI
AGRAVADO(S) WANDERLEI JOSE PANTALEAO
Advogado DR. JOSÉ GERALDO ALVARENGA JÚNIOR(OAB: 56658/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE MURIAÉ

- OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI
- WANDERLEI JOSE PANTALEAO

Processo Nº AIRR-0011024-23.2019.5.15.0129

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ANTONIO MARCOS GOMES DO NASCIMENTO
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
AGRAVADO(S) RP MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
Advogado DR. JONATHAS CAMPOS PALMEIRA(OAB: 298050/SP)
Advogado DR. FÁBIO DE SOUSA CAMARGO(OAB: 301081/SP)
AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Procurador DR. MÔNICA LUIZA VIEGAS RODRIGUES

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO MARCOS GOMES DO NASCIMENTO
- RP MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Processo Nº AIRR-0011207-95.2020.5.15.0084

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. CAMILA DE BRITO BRANDÃO
AGRAVADO(S) MIRIAN FERREIRA OLIVEIRA
Advogado DR. PRISCILLA ALVES PASSOS(OAB: 269663/SP)
AGRAVADO(S) STRATEGIC SECURITY CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS
Advogada DRA. ALINE CRISTINA PANZA MAINIERI(OAB: 153176/SP)
Advogada DRA. DANIELA DE FREITAS(OAB: 227788/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MIRIAN FERREIRA OLIVEIRA
- STRATEGIC SECURITY CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS

Processo Nº AIRR-0011297-31.2021.5.15.0032

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada DRA. LUCIANA RIBEIRO VON LASPERG(OAB: 347664/SP)
Advogado DR. ROBERTA TEIXEIRA PINTO DE SAMPAIO MOREIRA(OAB: 246376/SP)
Advogado DR. JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA(OAB: 256958/SP)
AGRAVADO(S) PAULO CESAR PEREIRA
Advogado DR. NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO(OAB: 108720/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- PAULO CESAR PEREIRA

Processo Nº AIRR-0011846-41.2017.5.03.0056

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) DIONES FELIPE DE ASSUNCAO CRUZ
Advogado DR. ALESSANDRA CRISTINA DIAS(OAB: 144802/MG)
Advogado DR. MARCOS ROBERTO DIAS(OAB: 87946/MG)
Advogado DR. DANIELLE CRISTINA VIEIRA DE SOUZA DIAS(OAB: 116893/MG)
Advogado DR. THIAGO MARTINS RABELO(OAB: 154211/MG)
AGRAVADO(S) VIA VAREJO S.A.
Advogada DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE CARVALHO(OAB: 76703/MG)
Advogado DR. FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS(OAB: 1118/MG)
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIONES FELIPE DE ASSUNCAO CRUZ
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-0012374-47.2016.5.15.0001

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) IVAN COELHO TEIXEIRA
Advogada DRA. PRISCILA DE SOUZA E JORGE LEITE(OAB: 168951/SP)
AGRAVADO(S) RPM FACILITIES SERVICE - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- IVAN COELHO TEIXEIRA
- RPM FACILITIES SERVICE - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - EPP

Processo Nº AIRR-0020123-04.2020.5.04.0124

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO RIO GRANDE - OGMO
Advogada DRA. SANDRA APARECIDA LÔSS STOROZ(OAB: 32050/PR)
AGRAVADO(S) RUDINEI CUNHA ALVES
Advogado DR. BERNARDO MADEIRA TRIACA(OAB: 97365/RS)
Advogado DR. GABRIELA ESCALANTE CAVALHEIRO COSTA(OAB: 108355/RS)
Advogado DR. CAMILA LEMOS SILVEIRA(OAB: 109366/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- RUDINEI CUNHA ALVES
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO RIO GRANDE - OGMO

Processo Nº AIRR-0020220-33.2020.5.04.0761

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) BRASKEM S.A.
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)
AGRAVADO(S) SAUL JOSE PEREIRA
Advogado DR. ANDRE NASCIMENTO CABRAL(OAB: 46793/RS)
Advogado DR. PEDRO FERNANDO FRIES(OAB: 60703/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASKEM S.A.
- SAUL JOSE PEREIRA

Processo Nº AIRR-0021850-60.2019.5.04.0341

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI
AGRAVADO(S) GRACIELA BLUME GEORG
Advogado DR. MARCELO DE LA TORRES DIAS(OAB: 58397/RS)
Advogado DR. FELIPE DA SILVA MORALES(OAB: 89173/RS)
Advogado DR. FELIPE OLIVEIRA SCHERER(OAB: 89649/RS)
AGRAVADO(S) INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
Advogado DR. DANIEL ROSSATO RODRIGUES(OAB: 33372/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- GRACIELA BLUME GEORG
- INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
- MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS

Processo Nº AIRR-0100019-75.2020.5.01.0061

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogado DR. FRANCINY TÓFFOLI(OAB: 265123/SP)
Advogado DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912/SP)
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
Advogado DR. MARCEL GUSTAVO FERIGATO(OAB: 250482/SP)
Advogada DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB: 424563/SP)
AGRAVADO(S) JAQUELINE BARRETO RODRIGUES
Advogado DR. GUSTAVO SPONFELDNER BERMUDEZ(OAB: 130899/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JAQUELINE BARRETO RODRIGUES
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0100301-18.2019.5.01.0201

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
Advogada DRA. ANA EUCÁRIA BARBOSA DA SILVA(OAB: 433732/SP)
AGRAVADO(S) MARCIA VIEIRA MELO
Advogado DR. ALEXANDRE PEREIRA RICARDO(OAB: 118908/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARCIA VIEIRA MELO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0100501-55.2021.5.01.0039

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
AGRAVADO(S) ANA PAULA DE MELO SILVA
Advogado DR. JOSÉ AGRIPINO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 146341/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA DE MELO SILVA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0101553-97.2017.5.01.0016

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. INGRID ANDRADE SARMENTO LEAL
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SUNPLUS SISTEMAS DE SERVICOS LTDA - ME
Advogado DR. VIVIAN DE OLIVEIRA TEIXEIRA DIAS(OAB: 144252/RJ)
AGRAVADO(S) ALEXANDRO DA COSTA LIMA
Advogado DR. PEDRO EZIEL CYLLENO NETO(OAB: 145712/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRO DA COSTA LIMA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- SUNPLUS SISTEMAS DE SERVICOS LTDA - ME

Processo Nº AIRR-0102449-06.2017.5.01.0481

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. FERNANDO MORELLI
ALVARENGA(OAB: 86424/RJ)
AGRAVADO(S) FILIPE TONON FERREIRA
Advogado DR. RODRIGO RODRIGUES
SARMANHO(OAB: 131328/RJ)
Advogado DR. LEONARDO LESSA
RABELLO(OAB: 115972/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FILIPE TONON FERREIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-1000222-71.2022.5.02.0042

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. RENAN OLIVEIRA E RAINHO
CUNHA
AGRAVADO(S) SHALOM SERVICOS
TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogada DRA. ADRIANA ALVES DE
MORAIS(OAB: 181691/SP)
AGRAVADO(S) SIMONE SOUZA ABREU
Advogado DR. LEIDIANE DE OLIVEIRA SANTOS
ALVES(OAB: 355865/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI
- SIMONE SOUZA ABREU

Processo Nº AIRR-1000388-19.2022.5.02.0361

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. RENAN OLIVEIRA E RAINHO
CUNHA
AGRAVADO(S) DESTAKE SERVIÇOS
TERCEIRIZADOS EIRELI
AGRAVADO(S) LUCIENE FERREIRA DA PAIXAO
SANTOS
Advogado DR. MARISA GALVANO(OAB:
89805/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUCIENE FERREIRA DA PAIXAO SANTOS

Processo Nº AIRR-1000856-26.2021.5.02.0067

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. SÍLVIO DIAS
AGRAVADO(S) IMA INSTITUTO MANOEL DE
ALENCAR
Advogado DR. RICARDO JOAO(OAB:
328639/SP)
AGRAVADO(S) JANE CLEIDE ARAUJO SOUSA
Advogada DRA. JOSELANE PEDROSA DOS
SANTOS(OAB: 267471/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IMA INSTITUTO MANOEL DE ALENCAR
- JANE CLEIDE ARAUJO SOUSA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1001211-96.2021.5.02.0047

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. SÍLVIO DIAS
AGRAVADO(S) DANILO SANTOS DA SILVA
Advogado DR. CÉSAR AUGUSTO DE
MELLO(OAB: 92187/SP)
Advogado DR. AMÍLCAR ALBIERI
PACHECO(OAB: 119655/SP)
Advogado DR. JORGE DA SILVA LIMA(OAB:
183404/SP)
Advogado DR. CESAR AUGUSTO DE MELLO
FILHO(OAB: 379310/SP)
AGRAVADO(S) RC NUTRY ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado DR. JESUS MARCO CALIXTO DA
ROCHA(OAB: 350447/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANILO SANTOS DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- RC NUTRY ALIMENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000002-69.2022.5.06.0401

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) VIA S.A.
Advogado DR. EULER DE MOURA SOARES
FILHO(OAB: 45429/MG)
Advogada DRA. ROSÁLIA MARIA LIMA
SOARES(OAB: 147987/MG)
AGRAVADO(S) PATRICIA FERNANDES DO
NASCIMENTO
Advogado DR. FÁBIO LUIZ SEIXAS SOTERIO
DE OLIVEIRA(OAB: 38557/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRICIA FERNANDES DO NASCIMENTO
- VIA S.A.

Processo Nº Ag-RRAg-0000113-15.2021.5.20.0008

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL
TELEMARKETING E INFORMATICA
S/A
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE
ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS
MELO(OAB: 105466/MG)
AGRAVADO(S) JOSE CARLOS DA SILVA MONTEIRO
NETO
Advogado DR. IGOR DANTAS MARINHO(OAB:
10283/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA
S/A
- JOSE CARLOS DA SILVA MONTEIRO NETO

Processo Nº Ag-ED-RRAg-0000187-73.2020.5.09.0020

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) IVAICANA AGROPECUARIA LTDA.
Advogado DR. MARCOS PAULO MANTOAN
MARCUSU(OAB: 60677/PR)
Advogado DR. ROSANGELA CRISTINA
BARBOZA SLEDER(OAB: 36441/PR)
AGRAVADO(S) FLAVIO GOMES

Advogada DRA. TEREZINHA MARCOLINO PERIN(OAB: 53622/PR)
Advogada DRA. BIANCA SOARES LEMOS(OAB: 46512/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIO GOMES
- IVAICANA AGROPECUARIA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000277-28.2020.5.09.0652

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ORIVAL MACHADO
Advogado DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509/PR)
AGRAVADO(S) CNH LATIN AMÉRICA LTDA.
Advogado DR. MARCO AURÉLIO GUIMARÃES(OAB: 22181/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CNH LATIN AMÉRICA LTDA.
- ORIVAL MACHADO

Processo Nº Ag-AIRR-0000385-80.2012.5.04.0004

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 44277/RS)
AGRAVADO(S) RUDINEI LINGNER
Advogado DR. ODILON MARQUES GARCIA JÚNIOR(OAB: 40469/RS)
Advogada DRA. IVONE DA FONSECA GARCIA(OAB: 36827/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RUDINEI LINGNER

Processo Nº Ag-AIRR-0000436-22.2022.5.19.0005

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
Advogado DR. FLÁVIA ALMEIDA RIBEIRO(OAB: 76692/MG)
Advogado DR. CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403/MG)
AGRAVADO(S) THALIA ERILAINE LOPES DOS SANTOS SILVA
Advogado DR. MANOEL BASILIO DA SILVA NETO(OAB: 13509/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- THALIA ERILAINE LOPES DOS SANTOS SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000460-28.2020.5.05.0161

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) ADEMILTON GONCALVES
Advogado DR. JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA(OAB: 20541/BA)
Advogado DR. YURI OLIVEIRA ARLEO(OAB: 43522/BA)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE
Advogado DR. ALLAN HABIB TEIXEIRA(OAB: 19452/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMILTON GONCALVES
- MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Processo Nº Ag-AIRR-0000601-88.2019.5.14.0401

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) IBIZA MOTEL LTDA - ME
Advogado DR. ALESSANDRO CALLIL DE CASTRO(OAB: 3131/AC)
Advogado DR. ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA(OAB: 3444/AC)
AGRAVADO(S) LIDIANE RIPARDA DA ROCHA
Advogado DR. ALDO ROBER VIVAN(OAB: 3274/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- IBIZA MOTEL LTDA - ME
- LIDIANE RIPARDA DA ROCHA

Processo Nº Ag-AIRR-0000689-87.2021.5.20.0014

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) CBB COMERCIAL BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA
Advogado DR. PATRICK DIEGO DIAS DA SILVA CAVALCANTE COUTINHO(OAB: 3616/SE)
AGRAVADO(S) DERITON SANTANA NASCIMENTO
Advogado DR. CLODOALDO ANDRADE JÚNIOR(OAB: 2800/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CBB COMERCIAL BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA
- DERITON SANTANA NASCIMENTO

Processo Nº Ag-AIRR-0000742-42.2019.5.05.0342

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) RODRIGUES COMERCIO DE ROUPAS E CIA LTDA
Advogado DR. RIVELINO LIBERALINO ALMEIDA RODRIGUES(OAB: 534/PE)
AGRAVADO(S) PRISCILA EDRIENNE SILVA CARVALHO COSTA
Advogado DR. BRENO ARIEL DE MIRANDA MARTINS(OAB: 36313/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PRISCILA EDRIENNE SILVA CARVALHO COSTA
- RODRIGUES COMERCIO DE ROUPAS E CIA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000756-80.2021.5.14.0091

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU) (SUCESSORA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA)
Procuradora DRA. ESTHER REGINA CORRÊA LEITE PRADO

AGRAVADO(S) MANOEL MESSIAS CARDOSO DA SILVA
Advogado DR. ROBERTO FREITAS
PESSOA(OAB: 33774/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL MESSIAS CARDOSO DA SILVA
- UNIÃO (PGU) (SUCESSORA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA)

Processo Nº Ag-AIRR-0000843-07.2013.5.05.0531

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) SINART - SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIÁRIO E TURÍSTICO LTDA
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO SILVA DIAS(OAB: 18345/BA)
Advogada DRA. EDUARDA SILVA DE MOURA(OAB: 61081/BA)
AGRAVADO(S) WELLINGTON COELHO DOS SANTOS
Advogado DR. SANDRO GOMES FERREIRA(OAB: 800/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINART - SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIÁRIO E TURÍSTICO LTDA
- WELLINGTON COELHO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000930-02.2017.5.05.0311

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogado DR. FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO(OAB: 11707/DF)
AGRAVADO(S) MARCOS CARRILHO BORGES MARQUES
Advogado DR. EDUARDO JOSE GARRIDO TEIXEIRA(OAB: 32748/BA)
AGRAVADO(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS CARRILHO BORGES MARQUES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000968-66.2017.5.08.0202

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAPÁ
Procurador DR. LUIZ CARLOS STARLING PEIXOTO
AGRAVADO(S) CAIXA ESCOLAR IGARAPE NOVO
Advogado DR. JOANA PAULA ARAUJO DOS SANTOS(OAB: 2043/AP)
AGRAVADO(S) MARIA DE NAZARE DE ALMEIDA ALVES PINHEIRO
Advogado DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773/AP)
Advogado DR. GERSON GERALDO DOS SANTOS SOUSA(OAB: 1739/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR IGARAPE NOVO

- ESTADO DO AMAPÁ
- MARIA DE NAZARE DE ALMEIDA ALVES PINHEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0003063-39.2013.5.01.0482

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) GETULIO DA SILVA GUANANDY JUNIOR
Advogado DR. JORGE NORMANDO DE CAMPOS RODRIGUES(OAB: 71545/RJ)
Advogado DR. RODRIGO CAMARGO BARBOSA(OAB: 34718/DF)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GETULIO DA SILVA GUANANDY JUNIOR
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-RRAg-0010356-36.2021.5.15.0047

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) LUIZ AUGUSTO DE MORAES
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)
Advogado DR. PAULO FERNANDO SOUZA(OAB: 20938/PR)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. LUCIANO VON ZASTROW(OAB: 181372/SP)
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO CASTRO SILVEIRA(OAB: 249547/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUIZ AUGUSTO DE MORAES

Processo Nº Ag-ED-RR-0010382-89.2022.5.15.0082

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ENICE LUCIANO DA SILVA
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO INNOCENTI(OAB: 130329/SP)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. PRICILA SABAG NICODEMO(OAB: 233268/SP)
Advogada DRA. FLÁVIA ROBERTA CARVALHO(OAB: 248396/SP)
AGRAVADO(S) CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BRASIL
Advogado DR. RODRIGO DE SÁ QUEIROGA(OAB: 16625/DF)
AGRAVADO(S) ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogada DRA. ISABEL PEIXOTO VIANA(OAB: 310304/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BRASIL
- ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
- ENICE LUCIANO DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-0010843-96.2020.5.03.0007

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) EVALDO SILVA
Advogado DR. WILLIAM FERNANDES SILVA
JUNIOR(OAB: 112830/MG)
Advogado DR. LUIZ CARLOS GONCALVES DE
MEDEIROS(OAB: 122053/MG)
AGRAVADO(S) MRS LOGÍSTICA S.A.
Advogada DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE
CARVALHO(OAB: 76703/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVALDO SILVA
- MRS LOGÍSTICA S.A.

Processo Nº Ag-ED-ED-AIRR-0010946-33.2016.5.03.0011

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE
BELO HORIZONTE
Advogado DR. DAVID ELIÚDE SILVA
JÚNIOR(OAB: 90254/MG)
Advogado DR. LUANA GONÇALVES LEAL(OAB:
139087/MG)
AGRAVADO(S) FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA
S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE
OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogada DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE
CARVALHO(OAB: 76703/MG)
Advogado DR. MARCONE RODRIGUES VIEIRA
DA LUZ(OAB: 104292/MG)
Advogado DR. ALLAN RAPHAEL COSTA
HORTA(OAB: 142369/MG)
Advogado DR. ALEXIS RODRIGUES MOREIRA
DA SILVA(OAB: 134028/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS
FERROVIÁRIAS DE BELO HORIZONTE

Processo Nº Ag-AIRR-0020288-50.2021.5.04.0404

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) ORLI LUIS SALVADOR
Advogada DRA. MARIA EDUARDA GOMES
PEREIRA(OAB: 64474/DF)
AGRAVADO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado DR. RAFAEL NARITA DE BARROS
NUNES(OAB: 15182/DF)
Advogada DRA. DENISE PIRES FINCATO(OAB:
37057/RS)
AGRAVADO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -
CEEE-G E OUTRAS
Advogado DR. RODRIGO SOARES
CARVALHO(OAB: 39510/RS)
Advogada DRA. JOARA CHRISTINA
BALCZAREK MUCELIN TROIS(OAB:
47734/RS)
Advogado DR. ANA LUIZA SALOME
LOURENCETTI(OAB: 334442/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D
- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-G E OUTRAS

- ORLI LUIS SALVADOR

Processo Nº Ag-AIRR-0020358-33.2021.5.04.0771

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) REINALDO GUILHERME STEINHAUS
NETO
Advogado DR. EVERSON LOUZADA(OAB:
76415/RS)
Advogado DR. PAULO LUIZ PEREIRA(OAB:
51771/RS)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. FREDERICO MOLINA
MONTALBAN(OAB: 69289/RS)
AGRAVADO(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO
BRASIL
Advogado DR. FABRICIO ZIR BOTHOME(OAB:
44277/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO
DO BRASIL
- REINALDO GUILHERME STEINHAUS NETO

Processo Nº Ag-RRAg-0020528-18.2017.5.04.0812

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) RUMO MALHA SUL S.A.
Advogado DR. EDUARDO CARINGI
RAUPP(OAB: 53969/RS)
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DOS SANTOS
MOREIRA(OAB: 49521/RS)
AGRAVADO(S) FLAVIO ANTONIO MARTINS
DOMINGUES
Advogado DR. HÉLIO CHAVES PEREIRA(OAB:
18287/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIO ANTONIO MARTINS DOMINGUES
- RUMO MALHA SUL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0021006-22.2017.5.04.0005

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) POSTAL SAÚDE - CAIXA DE
ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS
EMPREGADOS DOS CORREIOS
Advogado DR. FELIPE MUDESTO GOMES(OAB:
126663/MG)
Advogado DR. MÁRCIO DE CAMPOS
CAMPELLO JÚNIOR(OAB:
114566/MG)
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. AUGUSTO BARRILES(OAB:
64143/RS)
AGRAVADO(S) SARA FRAGA CAVALCANTE
Advogado DR. JORGE AIRTON BRANDÃO
YOUNG(OAB: 31684/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
ECT
- POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS
EMPREGADOS DOS CORREIOS
- SARA FRAGA CAVALCANTE

Processo Nº Ag-AIRR-0021023-90.2020.5.04.0025

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) THAYNA GEMERASCA DOS SANTOS

Advogado DR. JADERSON NEVES DOS SANTOS(OAB: 105758/RS)

AGRAVADO(S) LOJAS RENNER S.A.

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

AGRAVADO(S) MANPOWER STAFFING LTDA.

Advogado DR. SERGIO GONINI BENICIO(OAB: 195470/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS RENNER S.A.
- MANPOWER STAFFING LTDA.
- THAYNA GEMERASCA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0021893-91.2017.5.04.0009

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Advogado DR. BENÔNI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)

Advogado DR. RODRIGO MADEIRA NAZÁRIO(OAB: 12931/DF)

Advogada DRA. MÔNICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359/RS)

Advogada DRA. LUCIANA SILVA GRALOUW(OAB: 54774/DF)

AGRAVADO(S) JOAO PEDRO TEDESCO GARCIA

Advogado DR. VÍTOR HUGO LORETO SAYDELLES(OAB: 22985/RS)

Advogado DR. ANTONIO CARLOS PORTO JUNIOR(OAB: 23096/RS)

Advogada DRA. ANNA LUIZA SANTOS MARIMON(OAB: 89930/RS)

Advogado DR. ABRÃO MOREIRA BLUMBERG(OAB: 35778/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- JOAO PEDRO TEDESCO GARCIA

Processo Nº Ag-AIRR-0024506-92.2021.5.24.0072

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) EXPRESSO NEPOMUCENO S/A

Advogado DR. ARNALDO GASPAR EID(OAB: 259037/SP)

Advogada DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)

AGRAVADO(S) RICARDO IRINEU MUNIZ DE SOUZA

Advogado DR. LUIS HENRIQUE MARIANO ALVES DE SOUZA(OAB: 291115/SP)

Advogado DR. JHENIFER LETICIA CHAGAS MIRANDA(OAB: 26280/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO NEPOMUCENO S/A
- RICARDO IRINEU MUNIZ DE SOUZA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000428-16.2021.5.17.0141

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

EMBARGANTE LAURITA LEANDRO LIRIO

Advogado DR. JOÃO PAULO PELISSARI ZANOTELLI(OAB: 22043/ES)

EMBARGADO(A) MADEIREIRA SAO DOMINGOS EIRELI - ME

Advogado DR. SEBASTIAO IVO HELMER(OAB: 4327/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAURITA LEANDRO LIRIO
- MADEIREIRA SAO DOMINGOS EIRELI - ME

Processo Nº ED-AIRR-0010339-86.2016.5.15.0075

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

EMBARGANTE CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS

Procurador DR. ALENA ASSED MARINO SARAN

Procurador DR. FABIANA MELLO MULATO

EMBARGADO(A) ANA MARIA SILVA

Advogado DR. CELSO BOTELHO DOS SANTOS(OAB: 169343/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA MARIA SILVA
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0012554-49.2015.5.15.0114

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

EMBARGANTE SÉRGIO BANDEIRA OLIVEIRA

Advogada DRA. FABIANA MARA MICK ARAÚJO(OAB: 164997/SP)

EMBARGADO(A) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. MÁRCIO SALGADO DE LIMA(OAB: 215467/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- SÉRGIO BANDEIRA OLIVEIRA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0016100-62.2009.5.05.0030

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

EMBARGANTE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL-CAR

Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA(OAB: 12884/BA)

Advogado DR. ANA PAULA GONCALVES LINS(OAB: 45588/BA)

EMBARGADO(A) MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

Procuradora DRA. ADRIANA HOLANDA MAIA CAMPELO

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL-CAR
- MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100420-12.2019.5.01.0481

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

EMBARGANTE SPARROWS BSM ENGENHARIA LTDA

Advogado DR. CRISTIANO VIEIRA DE AGUIAR(OAB: 122983/RJ)
Advogado DR. WENDEL DAMASIO DE MORAIS(OAB: 210944/RJ)
EMBARGADO(A) WAGNER MONSORES HILARIO
Advogado DR. JORGE DAMASCENO COSTA(OAB: 128280/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- SPARROWS BSM ENGENHARIA LTDA
- WAGNER MONSORES HILARIO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0113200-83.2009.5.17.0191

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
EMBARGANTE CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Advogado DR. LUIS FELIPE PINTO VALFRE(OAB: 13852/ES)
Advogada DRA. FERNANDA ROSA SILVA MILWARD CARNEIRO(OAB: 30066/ES)
EMBARGADO(A) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. AILTON ALVES PINTO(OAB: 34501/ES)
EMBARGADO(A) JOÃO REINALDO CANCELLIERI
Advogado DR. HUGO LEITE JERKE(OAB: 107177/RJ)
Advogado DR. DANIEL MARTINHO SECCO DE SANT'ANNA(OAB: 157436/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- JOÃO REINALDO CANCELLIERI

Processo Nº ED-RR-1000295-72.2021.5.02.0464

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
EMBARGANTE KAUE DE SOUZA GOMES
Advogado DR. RONALDO MACHADO PEREIRA(OAB: 119595/SP)
Advogada DRA. SIMONE FERRAZ DE ARRUDA(OAB: 201753/SP)
EMBARGADO(A) DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado DR. ODAIR EDUARDO IVASCO(OAB: 312072/SP)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC
Procurador DR. PAULO ROBERTO DE FIGUEIREDO DANTAS

Intimado(s)/Citado(s):

- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC
- KAUE DE SOUZA GOMES

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000451-14.2020.5.02.0717

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
EMBARGANTE EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA SANTANA(OAB: 28817/DF)
Advogada DRA. DANIELA BORJA RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 17671/DF)
EMBARGADO(A) LUIS FERNANDO FACCHINELLI

Advogado DR. RODRIGO DE MORAIS SOARES(OAB: 34146/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LUIS FERNANDO FACCHINELLI

Processo Nº RRAg-0000802-37.2021.5.09.0664

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) EDUARDO CEZAR BAZANI SANTOS
Advogado DR. FLÁVIO EDUARDO PETRUY SANCHES(OAB: 50551/PR)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509/PR)
Advogada DRA. ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA(OAB: 31090/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA(OAB: 31090/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogado DR. HENRIQUE CUSINATO HERMANN(OAB: 83819/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogada DRA. ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA(OAB: 31090/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO CEZAR BAZANI SANTOS
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Processo Nº RRAg-0010040-68.2019.5.03.0098

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) AGUINALDO MARQUES FERREIRA
Advogado DR. MARCO ANTONIO OLIVEIRA FREITAS(OAB: 101537/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BIOIMAGEM SANTA MONICA LTDA E OUTROS
Advogado DR. ANDRÉ SCHMIDT DE BRITO(OAB: 47248/MG)
Advogada DRA. ALESSANDRA CAMARANO MARTINS(OAB: 13750/DF)
Advogada DRA. VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS(OAB: 29276/DF)
Advogado DR. CLARISSE KELLES FONSECA(OAB: 150828/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FARR SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) L & A IMAGEM S/S
Advogado DR. HUGO LEONARDO TEIXEIRA(OAB: 82451/MG)
Advogado DR. CLARISSE KELLES FONSECA(OAB: 150828/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGUINALDO MARQUES FERREIRA
- BIOIMAGEM SANTA MONICA LTDA E OUTROS
- FARR SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA
- L & A IMAGEM S/S

Processo Nº RRAg-0010150-49.2019.5.15.0093

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) F.J.M.N.

Advogado DR. SÉRGIO QUINTERO(OAB: 135680/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) T.E.L.O.

Advogado DR. DANILO PEREIRA BORGES(OAB: 22811/MG)

Advogado DR. IGOR EMANUEL BICALHO MARTINS(OAB: 124294/MG)

Advogado DR. ELUIZ ANTONIO RIBEIRO MENDES E BISPO(OAB: 102232/MG)

Advogado DR. BRUNO SANTANA BORGES(OAB: 98793/MG)

Advogado DR. BRUNO BARRETO DAVI(OAB: 152398/MG)

Advogado DR. MARCELO HENRIQUE ALENCAR MACIEL(OAB: 180917/MG)

Advogado DR. HENRIQUE SANTANA BORGES(OAB: 112495/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- F.J.M.N.
- T.E.L.O.

Processo Nº RRAg-0010561-46.2013.5.01.0561

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. VERONICA PINHEIRO VIDAL

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LIMITADA

Advogado DR. AFONSO CÉSAR BOABAI BURLAMAQUI(OAB: 15925/RJ)

Advogado DR. MARCO MACIEL DE SOUZA JUNIOR(OAB: 183081/RJ)

Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PATRICIA DOS SANTOS SOUZA

Advogado DR. MARIA ANDREIA DE SOUZA MUNIZ(OAB: 75706/RJ)

Advogado DR. CARLOS ALBERTO DOMINGUES ESCOBAR(OAB: 107502/RJ)

Advogado DR. JULIANA DE CARVALHO AGUIAR ARRUDA(OAB: 158741/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LIMITADA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PATRICIA DOS SANTOS SOUZA

Processo Nº RRAg-0011899-60.2019.5.15.0042

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Advogado DR. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)

Advogada

Advogado

EMERSON DOS SANTOS VIEIRA

DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

DR. RICARDO MIGUEL SOBRAL(OAB: 301187/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- EMERSON DOS SANTOS VIEIRA

Processo Nº RRAg-0021035-38.2019.5.04.0511

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. LEONARDO MARTINS OLIVEIRA CAVALCANTE(OAB: 18554/DF)

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JULIANA ROSSATO MARONNA

Advogada DRA. GRASIELA DE FÁTIMA BERNARDON(OAB: 57698/RS)

Advogada DRA. VANESSA ZINN FERREIRA(OAB: 58256/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- JULIANA ROSSATO MARONNA

Processo Nº RRAg-0021163-91.2015.5.04.0028

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S.A.

Advogada DRA. ANA MARIA FRANCO SILVEIRA SCHERER(OAB: 36540/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) DILSON TAILOR PEREIRA BORGES

Advogado DR. TONNI ANDERSON DOLDAN ANTONELLO(OAB: 65734/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) VIGILÂNCIA ASGARRAS S/S LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DILSON TAILOR PEREIRA BORGES
- EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S.A.
- VIGILÂNCIA ASGARRAS S/S LTDA.

Processo Nº RRAg-0100618-73.2020.5.01.0203

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. AMANDA COLCHETE PINTO

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) HELIDA GARCIA DE AZEVEDO PEREIRA

Advogado DR. ALESSANDRO BAPTISTA DE AMORIM(OAB: 105045/RJ)

Advogado DR. JOSÉ RICARDO RAMALHO(OAB: 134032/RJ)

Advogado DR. RODRIGO MENEZES PEREIRA DA ROCHA(OAB: 173213/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE

Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S. SURRAGE RODRIGUES RIBEIRO(OAB: 132868/RJ)

Advogado DR. LUÍS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615/RJ)

Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
Advogado DR. VIVIANE MARCHESANO FERREIRA(OAB: 160596/RJ)
Advogado DR. MARIANA BUENO DE SOUZA(OAB: 166036/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HELIDA GARCIA DE AZEVEDO PEREIRA
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE

Processo Nº RRAg-0100724-49.2019.5.01.0048

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARCELO MAIO RODRIGUES
Advogado DR. HIGOR GOMES DA SILVA(OAB: 169346/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARCELO MAIO RODRIGUES
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº RRAg-0101067-08.2019.5.01.0222

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. AMANDA COLCHETE PINTO
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
Advogada DRA. SOLANGE FAZION COSTA DANIEL(OAB: 291628/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CATIA REGINA SALES DE SOUZA GARCIA
Advogado DR. JEFERSON BRUNO BARBOZA NASCIMENTO(OAB: 154311/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
- CATIA REGINA SALES DE SOUZA GARCIA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0101909-81.2019.5.01.0482

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.

Advogado DR. ALEXANDRE VIANA SILVA(OAB: 216621/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TAIS MENEZES MACHADO
Advogado DR. ANDREIA SOUZA SILVA DE AZEVEDO(OAB: 204835/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.
- TAIS MENEZES MACHADO

Processo Nº RRAg-1000501-42.2021.5.02.0026

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. RAFAEL MENDES GATTO(OAB: 154106/RJ)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)
Advogado DR. RICARDO FERRAZ LEAO DE BRITO(OAB: 165303/RJ)
Advogado DR. ANDREA FOLEGATTI DE SOUZA MELO(OAB: 102171/RJ)
Advogado DR. JULIA COUTINHO LOPES(OAB: 428603/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SUELDO TAVARES DE SIQUEIRA
Advogado DR. RONALDO DOMINGOS DA SILVA(OAB: 177410/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SUELDO TAVARES DE SIQUEIRA

Processo Nº AIRR-000052-92.2021.5.12.0036

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) BIGUAÇU - TRANSPORTES COLETIVOS, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogado DR. DANIEL SILVA NAPOLEÃO(OAB: 17890/SC)
AGRAVADO(S) LEONARDO BORGES RODRIGUES
Advogado DR. SAIONARA RAQUEL SILVEIRA MORIMOTO(OAB: 9697/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIGUAÇU - TRANSPORTES COLETIVOS, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- LEONARDO BORGES RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0000115-50.2021.5.14.0008

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO FILHO(OAB: 314946/SP)
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650/SP)
AGRAVADO(S) ESPÓLIO de MARIA DE LOURDES MARTINS PEREIRA
Advogado DR. VALDEIR COSTA DO NASCIMENTO(OAB: 9722/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
- ESPÓLIO de MARIA DE LOURDES MARTINS PEREIRA

Processo Nº AIRR-0000157-03.2022.5.08.0018

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) ESTADO DO PARÁ

Procurador DR. SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS

AGRAVADO(S) KLEBER ALBERT FERNANDES DE OLIVEIRA

Advogado DR. WELLINGTON BASTOS DE BRITO(OAB: 16798/PA)

AGRAVADO(S) MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO PARÁ
- KLEBER ALBERT FERNANDES DE OLIVEIRA
- MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME

Processo Nº AIRR-0000177-61.2022.5.09.0019

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH(OAB: 35858/PR)

AGRAVADO(S) SETEC SISTEMAS TELEATENDIMENTO LIMITADA

Advogado DR. DIEGO LAGO TASCHETTO(OAB: 41371/PR)

AGRAVADO(S) VICTOR VIEIRA SOUZA CAMARA

Advogado DR. PAULO HENRIQUE GOMES PERUSSI(OAB: 75627/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- SETEC SISTEMAS TELEATENDIMENTO LIMITADA
- VICTOR VIEIRA SOUZA CAMARA

Processo Nº AIRR-0000275-77.2015.5.04.0812

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)

AGRAVADO(S) JORGE LUIZ PINTO SILVEIRA

Advogado DR. CARLOS ALBERTO DA SILVA(OAB: 48364/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JORGE LUIZ PINTO SILVEIRA
- LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Processo Nº AIRR-0000640-72.2019.5.10.0021

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

AGRAVADO(S) ELLEN PEREIRA MONTEIRO

Advogado DR. LÉO ROCHA MIRANDA(OAB: 10889/DF)

AGRAVADO(S) JLE COMERCIO DE CELULAR EIRELI

AGRAVADO(S) LEC COMERCIO DE CELULAR LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- ELLEN PEREIRA MONTEIRO
- JLE COMERCIO DE CELULAR EIRELI
- LEC COMERCIO DE CELULAR LTDA - ME

Processo Nº AIRR-0000764-14.2013.5.04.0383

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) VULCABRAS/AZALEIA - RS, CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. E OUTROS

Advogado DR. CLÁUDIO OTÁVIO MELCHIADES XAVIER(OAB: 3253/RS)

Advogada DRA. ANA CRISTINA MARQUES CARDOSO QUEVEDO(OAB: 42172/RS)

AGRAVADO(S) ALVARISTO DOS SANTOS SOUZA

Advogado DR. AMILTON PAULO BONALDO(OAB: 29580/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVARISTO DOS SANTOS SOUZA
- VULCABRAS/AZALEIA - RS, CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. E OUTROS

Processo Nº AIRR-0000817-22.2018.5.12.0019

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. SÉRGIO LUIZ DA ROCHA POMBO(OAB: 18933/PR)

AGRAVADO(S) D'AVILA COMERCIO DE ANTENAS PARABOLICAS LTDA - ME

AGRAVADO(S) JOSE GERALDO ALVES FILHO

Advogado DR. MOACIR CESAR SOUZA(OAB: 44986/SC)

Advogado DR. IVONETE FERNANDES DE STEFANI(OAB: 65210/SC)

AGRAVADO(S) M & R COMERCIO E INSTALACOES EIRELI - ME

AGRAVADO(S) SANTA CATARINA SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- D'AVILA COMERCIO DE ANTENAS PARABOLICAS LTDA - ME
- JOSE GERALDO ALVES FILHO
- M & R COMERCIO E INSTALACOES EIRELI - ME
- SANTA CATARINA SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA

Processo Nº AIRR-0000830-72.2011.5.04.0024

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) ATENTO BRASIL S.A.

Advogada DRA. FABIANA CRISTINA MENCARONI GIL(OAB: 208092/SP)

AGRAVADO(S) ALINE HANSEM MACHADO

Advogado DR. GUSTAVO MARQUES(OAB: 81269/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE HANSEM MACHADO
- ATENTO BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-0000900-41.2020.5.09.0863

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

Advogada DRA. ANA LÚCIA CABEL LIMA(OAB: 17978/PR)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) WAGNER APARECIDO GONCALVES

Advogado DR. WAGNER PIROLO(OAB: 40440/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
- WAGNER APARECIDO GONCALVES

Processo Nº AIRR-0000980-05.2019.5.23.0037

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) STEFANY CARLA FERRARI

Advogado DR. ALUISIO FELIPPE BARROS(OAB: 15712/MT)

AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP

Advogado DR. RODRIGO DE FREITAS SARTORI(OAB: 15884-O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP
- STEFANY CARLA FERRARI

Processo Nº AIRR-0000993-77.2020.5.06.0122

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) JOSE ORLANDO XAVIER NETO

Advogada DRA. DANIELA SIQUEIRA VALADARES(OAB: 21290/PE)

AGRAVADO(S) NOSSA ELETRO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ORLANDO XAVIER NETO
- NOSSA ELETRO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0001054-87.2013.5.04.0008

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)

AGRAVADO(S) MILENA RIGOTTI

Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI TENTARDINI(OAB: 57215/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- MILENA RIGOTTI

Processo Nº AIRR-0002087-06.2016.5.12.0002

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) LETICIA MULLER

Advogado DR. RAFAEL FONSECA PIMENTEL(OAB: 19446/SC)

Advogado DR. PAULA VIANNA BOTELHO ZADROZNY(OAB: 33370/SC)

AGRAVADO(S) JEAN KOEPEL

Intimado(s)/Citado(s):

- JEAN KOEPEL
- LETICIA MULLER

Processo Nº AIRR-0005128-36.2015.5.10.0013

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) RENATO STIKAN

Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. LUCIANE BISPO(OAB: 20853/DF)

Advogado DR. WEMERSON PEREIRA DE ANDRADE(OAB: 118629/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- RENATO STIKAN

Processo Nº AIRR-0007400-60.2009.5.04.0019

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE

Advogada DRA. ADRIANA MARIA FONSECA SALERNO(OAB: 16035/RS)

AGRAVADO(S) LIGIA MARIA DA SILVA BAUER

Advogado DR. LEONARDO BARCELLOS MORAES(OAB: 43199/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE
- LIGIA MARIA DA SILVA BAUER

Processo Nº AIRR-0010206-50.2022.5.15.0005

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) SUKEST INDUSTRIA DE ALIMENTOS E FARMA LTDA

Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREITAS(OAB: 102546/SP)

Advogada DRA. FERNANDA PIRES SINATURA(OAB: 461418/SP)

AGRAVADO(S) DANIEL SERRA GIMENES

Advogado DR. ROGER NICOLETTI MARDONADO(OAB: 271843/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL SERRA GIMENES
- SUKEST INDUSTRIA DE ALIMENTOS E FARMA LTDA

Processo Nº AIRR-0010431-56.2016.5.15.0013

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)

AGRAVADO(S) MARCIO JOSE DA SILVA

Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- MARCIO JOSE DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011206-74.2018.5.15.0054

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) ADRIANO FERNANDES BARROSO

Advogado DR. FABIO EDUARDO DE LAURENTIZ(OAB: 170930/SP)

AGRAVADO(S) USINA SÃO FRANCISCO S/A

Advogado DR. FABRÍCIO TRINDADE DE SOUSA(OAB: 17407/DF)

Advogado DR. EDUARDO ANTONIO MODA(OAB: 219327/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO FERNANDES BARROSO
- USINA SÃO FRANCISCO S/A

Processo Nº AIRR-0011277-80.2017.5.03.0075

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA.

Advogada DRA. MÁRCIA MARTINS MIGUEL(OAB: 109676/SP)

AGRAVADO(S) THIAGO COUTINHO DA SILVA

Advogado DR. CARLOS MESSIAS MUNIZ(OAB: 49563/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA.
- THIAGO COUTINHO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011357-37.2021.5.03.0032

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) FABRICIO LEITE CORREIA

Advogado DR. AUGUSTO LYSEI(OAB: 120624/MG)

AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE CONTAGEM

Procurador DR. BERNARDO VASSALLE DE CASTRO

AGRAVADO(S) PRESTAR SERVICE SERVIÇOS EIRELI

Advogado DR. SANDERS ALVES AUGUSTO(OAB: 112898/MG)

Advogado DR. MATHEUS LEÃO DE CARVALHO(OAB: 128556/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIO LEITE CORREIA
- MUNICÍPIO DE CONTAGEM
- PRESTAR SERVICE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0012606-74.2019.5.15.0059

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Advogado DR. MARINÊS PAZOS ALONZO(OAB: 202152/SP)

Advogado DR. MARCELO FILATRO MARTINEZ(OAB: 168297/SP)

AGRAVADO(S) JOAO GONCALO MARTINS DE MORAES

Advogada DRA. ELISÂNGELA RUBACK ALVES FARIA(OAB: 260585/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANÔNIMA
- JOAO GONCALO MARTINS DE MORAES

Processo Nº AIRR-0020261-50.2021.5.04.0733

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) JOAO OSLITO DORNELLES GARCIA

Advogado DR. ALCEU SOMENSI GEHLEN(OAB: 31861/RS)

Advogada DRA. JÚLIA BRAUN BATISTA(OAB: 88451/RS)

Advogada DRA. CARINE MARIA SCHAEFER(OAB: 89889/RS)

AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE RIO PARDO

Procuradora DRA. CAROLINA MARQUES CARVALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO OSLITO DORNELLES GARCIA
- MUNICÍPIO DE RIO PARDO

Processo Nº AIRR-0022540-12.2004.5.12.0012

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) UNIÃO

Procurador DR. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA

AGRAVADO(S) GESEL GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA LTDA.

AGRAVADO(S) NILZA DE LURDES TAUGEN E OUTRAS

Procuradora DRA. MAGALI CRISTINE BISSANI FURLANETTO

Intimado(s)/Citado(s):

- GESEL GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
- NILZA DE LURDES TAUGEN E OUTRAS
- UNIÃO

Processo Nº AIRR-0056700-39.2009.5.04.0003

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) ATENTO BRASIL S.A.

Advogada DRA. FABIANA CRISTINA MENCARONI GIL(OAB: 208092/SP)

AGRAVADO(S) TELEFÔNICA DATA S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

AGRAVADO(S) THAIS MERCEDES PETIZ

Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- TELEFÔNICA DATA S.A.
- THAIS MERCEDES PETIZ

Processo Nº AIRR-0100164-71.2020.5.01.0081

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. JOSÉ FERNANDO XIMENES ROCHA(OAB: 27439/RJ)
Advogado DR. RODRIGO OLIVEIRA MAIA(OAB: 182439/RJ)
Advogado DR. PATRICIA DAYSE CUNHA BARBOSA(OAB: 87137/RJ)
AGRAVADO(S) ALINNE HELENA PESSOA COSTA ARAUJO
Advogada DRA. MÔNICA AROUCA PEREIRA DA SILVA(OAB: 69244/RJ)
Advogado DR. LUCAS PITA SANTIAGO(OAB: 211411/RJ)
AGRAVADO(S) VAHR - CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA
Advogado DR. FELIPE JOSÉ VICARI KELLER(OAB: 59151/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINNE HELENA PESSOA COSTA ARAUJO
- CLARO S.A.
- VAHR - CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA

Processo Nº AIRR-1000162-15.2016.5.02.0461

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ESPÓLIO de JOAQUIM ROZENDO DA SILVA NETO
Advogado DR. DENILSON ALVES DA COSTA(OAB: 142793/SP)
Advogado DR. ELISABETE BERNARDINO P. DOS SANTOS(OAB: 118105/SP)
Advogado DR. FRANCISCO JOSÉ FRANZÉ(OAB: 116265/SP)
Advogado DR. LUCAS BERNARDINO DOS SANTOS(OAB: 423952/SP)
AGRAVADO(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado DR. CÉSAR LUIZ PASOLD JÚNIOR(OAB: 18088/SC)
Advogado DR. LÚCIO SÉRGIO DE LAS CASAS JÚNIOR(OAB: 108176/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO de JOAQUIM ROZENDO DA SILVA NETO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº AIRR-1000696-32.2020.5.02.0068

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ANDRE CERQUEIRA CRESPO
Advogado DR. ARIIVALDO LOPES RIBEIRO(OAB: 283617/SP)
Advogada DRA. CAMILA LIMA RIBEIRO(OAB: 306401/SP)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada DRA. DANIELA CRISTIANE DOS REIS(OAB: 204171/SP)
Advogado DR. LEANDRO GONZALES(OAB: 224244/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE CERQUEIRA CRESPO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Processo Nº AIRR-1001309-40.2018.5.02.0321

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador DR. DANIEL MENDES PEDROSO
AGRAVADO(S) LEONARDO GOMES DA SILVA
Advogado DR. MICHAEL DE ANDRADE(OAB: 395527/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO GOMES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000219-04.2020.5.06.0007

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) D&A DECORACAO E AMBIENTACAO LTDA.
Advogado DR. MÁRCIO MOISÉS SPERB(OAB: 284/PE)
Advogado DR. ARTHUR COELHO SPERB(OAB: 30227/PE)
AGRAVADO(S) HUGO HOMERO RODRIGUES PIMENTEL SILVA
Advogado DR. JEFFERSON LEMOS CALAÇA(OAB: 12873/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- D&A DECORACAO E AMBIENTACAO LTDA.
- HUGO HOMERO RODRIGUES PIMENTEL SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000305-56.2014.5.09.0021

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) FRANCIELLY PODANOSCHI DE CASTRO
Advogado DR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
AGRAVADO(S) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado DR. GENÉSIO FELIPE DE NATIVIDADE(OAB: 10747/PR)
Advogado DR. ANDRÉ HENRIQUE MAUAD(OAB: 53119/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- FRANCIELLY PODANOSCHI DE CASTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0000326-39.2022.5.22.0005

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
Advogada DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)
Advogada DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466/MG)
AGRAVADO(S) FERNNANDA KAMYLLA VIEIRA GONCALVES
Advogada DRA. EDMARA LOPES DA SILVA(OAB: 11292/PI)
Advogado DR. ROSEMARY ARAUJO MACHADO(OAB: 11061/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- FERNNANDA KAMYLLA VIEIRA GONCALVES

Processo Nº Ag-AIRR-0000868-58.2020.5.07.0033

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado DR. GLADSON WESLEY MOTA
PEREIRA(OAB: 10587/CE)
AGRAVADO(S) FRANCISCO SANDRO SOUZA
GALENO
Advogado DR. LIVIA FRANÇA FARIAS(OAB:
20084/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO SANDRO SOUZA GALENO
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
ALIMENTOS

Processo Nº Ag-RRAg-0000914-73.2014.5.02.0008

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) CLARO S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA
MACIEL(OAB: 16760/DF)
AGRAVADO(S) ALISSON SANTIAGO VIANA
Advogado DR. CARLOS ROBERTO
GOMES(OAB: 35718/SP)
Advogado DR. MARCELO ALVES GOMES(OAB:
197445/SP)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de RSVP CONTACT
CENTER LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISSON SANTIAGO VIANA
- CLARO S.A.
- MASSA FALIDA de RSVP CONTACT CENTER LTDA

Processo Nº Ag-RRAg-0001134-37.2014.5.09.0021

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogada DRA. ALESSANDRA MARA SILVEIRA
CORADASSI(OAB: 27137/PR)
AGRAVADO(S) JOÃO LUIZ ROSSETO
Advogado DR. MAXIMILIANO NAGL
GARCEZ(OAB: 20792/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- JOÃO LUIZ ROSSETO

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0002235-11.2015.5.02.0073

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) EMISVAU MOREIRA DOS SANTOS
Advogado DR. ADJAIL NOTENO DE ARAÚJO
HONÓRIO(OAB: 286422/SP)
AGRAVADO(S) BASSO COMPONENTES
AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogada DRA. TAMARA GUEDES
COUTO(OAB: 185085/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BASSO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA.
- EMISVAU MOREIRA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0002611-91.2011.5.02.0087

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO PRINCESA ISABEL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

Advogada DRA. DENISE APARECIDA
MONTEIRO(OAB: 281784/SP)
Advogada DRA. MÁRCIA DOS SANTOS
BARÃO(OAB: 387457/SP)
AGRAVADO(S) CLÁUDIA TEREZINHA KNISS
Advogado DR. WILLIS MARTINS DA
COSTA(OAB: 272782/SP)
Advogado DR. WALTER WILIAM RIPPER(OAB:
149058/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO PRINCESA ISABEL DE EDUCAÇÃO E
CULTURA
- CLÁUDIA TEREZINHA KNISS

Processo Nº Ag-ED-ED-AIRR-0024571-39.2017.5.24.0101

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) BORGES & MACEDO LTDA - ME
Advogado DR. JOSÉ RICARDO DE ASSIS
PERINA(OAB: 12135/MS)
AGRAVADO(S) MARCOS ANTONIO SOUZA DA
SILVA JUNIOR
Advogado DR. ADEMAR ROTILI NUNES
JUNIOR(OAB: 12875/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BORGES & MACEDO LTDA - ME
- MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA JUNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0024833-14.2020.5.24.0091

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ARNALDO PASCHE DOS SANTOS
Advogado DR. FABIANO PEREIRA DOS
SANTOS(OAB: 16377/MS)
AGRAVADO(S) DROGARIA SAO LUCAS LTDA - ME
Advogado DR. SILVIA CRISTINA VIEIRA(OAB:
12024/MS)
Advogado DR. MARCOS TULIO BROCCO(OAB:
16333/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARNALDO PASCHE DOS SANTOS
- DROGARIA SAO LUCAS LTDA - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0025753-58.2014.5.24.0071

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) RUMO MALHA OESTE S.A.
Advogado DR. HERALDO JUBILUT
JUNIOR(OAB: 23812/SP)
AGRAVADO(S) JULIANO PAULO DE OLIVEIRA
QUEIROZ
Advogado DR. ADENILSO DOMINGOS DOS
SANTOS(OAB: 204879/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANO PAULO DE OLIVEIRA QUEIROZ
- RUMO MALHA OESTE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0059900-50.1990.5.10.0004

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU)
Procurador DR. MAX CASADO DE MELO
AGRAVADO(S) SOLANGE FERNANDES DE SOUZA
Advogado DR. CARLOS VICTOR AZEVEDO
SILVA(OAB: 9664/DF)

Advogado DR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: 968/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- SOLANGE FERNANDES DE SOUZA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0060400-54.2006.5.10.0102

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) RENATO MOTA DA SILVA
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DE LIMA SANTOS(OAB: 20605/DF)
AGRAVADO(S) HUGO SOARES DOS SANTOS
Advogado DR. HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO(OAB: 20190/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- HUGO SOARES DOS SANTOS
- RENATO MOTA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0220200-79.2003.5.02.0027

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) J.L.M.L.
Advogado DR. LEONARDO BERNARDES DE MELLO COIMBRA(OAB: 354147/SP)
AGRAVADO(S) G.S.
Advogado DR. ELVIS CLÉBER NARCIZO(OAB: 96823/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- G.S.
- J.L.M.L.

Processo Nº Ag-RR-1000589-57.2020.5.02.0433

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ZULEICA JANAINA DE OLIVEIRA ALVAREZ
Advogado DR. JEFFERSON LEONARDO ALVES NOBILE DE GERARD RECHILLING E BLASMOND(OAB: 315314/SP)
Advogada DRA. ANA CAROLINE FARIAS GOMES(OAB: 61702/DF)
Advogado DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384/DF)
AGRAVADO(S) DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI - EPP
AGRAVADO(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES

Intimado(s)/Citado(s):

- DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI - EPP
- ESTADO DE SÃO PAULO
- ZULEICA JANAINA DE OLIVEIRA ALVAREZ

Processo Nº ED-RR-0001066-09.2017.5.09.0013

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE SERVICES ASSESSORIA E COBRANÇAS EIRELI
Advogado DR. JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT(OAB: 32779/PR)
EMBARGADO(A) KARINE OTÁVIO GERALDO
Advogado DR. ROBSON ZAVADNIAK(OAB: 61927/PR)

EMBARGADO(A) SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.

Advogado DR. EMERSON LUIZ MAZZINI(OAB: 125933/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- KARINE OTÁVIO GERALDO
- SERVICES ASSESSORIA E COBRANÇAS EIRELI
- SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011289-30.2015.5.01.0040

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE DANIELA WITSKI COELHO
Advogada DRA. ANGELA GUIMARÃES DA CUNHA(OAB: 93978/RJ)
Advogada DRA. ANDRÍCIA BEVACE(OAB: 187230/RJ)
EMBARGADO(A) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
Procuradora DRA. DEBORAH ABREU
EMBARGADO(A) RANAEL SERVIÇOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
- DANIELA WITSKI COELHO
- RANAEL SERVIÇOS LTDA. - ME

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011325-16.2016.5.15.0083

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE ANDERSON APARECIDO CORDEIRO
Advogada DRA. PRISCILA CRISTINA DIAS WANDERBROOCK(OAB: 169524/SP)
Advogado DR. DENIS PIZZIGATTI OMETTO(OAB: 67670/SP)
EMBARGADO(A) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 389409/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON APARECIDO CORDEIRO
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

Processo Nº ED-RR-0020629-27.2017.5.04.0304

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE SKO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CALÇADOS, BOLSAS E ACESSÓRIOS LTDA.
Advogado DR. THIAGO SANTOS ALFAMA(OAB: 78446/RS)
Advogado DR. MARIA HELENA BRANGAITES(OAB: 47553/RS)
EMBARGADO(A) AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)
EMBARGADO(A) CRIATIVAR- STUDIO DE MODA LTDA
Advogado DR. DIOVANI AGUSTO COLOMBO(OAB: 78169/RS)
EMBARGADO(A) INDUSTRIA DE CALÇADOS CASTEL EIRELI
Advogado DR. ANGELA MANNESCHI FREITAS(OAB: 77862/RS)
EMBARGADO(A) VALDISNEI VALDIR SCHAFFER
Advogada DRA. ARLETE TERESINHA MARTINI(OAB: 19286/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
- CRIATIVAR- STUDIO DE MODA LTDA
- INDUSTRIA DE CALÇADOS CASTEL EIRELI
- SKO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CALÇADOS, BOLSAS E ACESSÓRIOS LTDA.
- VALDISNEI VALDIR SCHAFFER

Processo Nº ED-RR-0020661-74.2019.5.04.0332

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE AUTO PECAS PASSINI LTDA
Advogado DR. SOLANGE BEATRIS PEREIRA(OAB: 31238/RS)
EMBARGADO(A) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SAO LEOPOLDO
Advogado DR. TELMO ROSA DA SILVA(OAB: 19318/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTO PECAS PASSINI LTDA
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SAO LEOPOLDO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0020853-26.2017.5.04.0025

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO ALEGRE - APAE
Advogado DR. JOSÉ LUÍS ZANCANARO(OAB: 22543/RS)
Advogada DRA. JULIANA SILVA ROCHA(OAB: 75102/RS)
EMBARGADO(A) ALESSANDRA SILVEIRA DA SILVEIRA
Advogada DRA. SUELLEN ROCHA DE CARVALHO(OAB: 86161/RS)
Advogado DR. MÁRCIO JOSÉ POMPÍLIO LOPES(OAB: 105948/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRA SILVEIRA DA SILVEIRA
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO ALEGRE - APAE

Processo Nº ED-Ag-ED-RR-0021047-60.2016.5.04.0122

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE SINDICATO DOS PESCADORES DE RIO GRANDE
Advogado DR. HALLEY LINO DE SOUZA(OAB: 54730/RS)
Advogado DR. DOUGLAS SOUZA DA SILVA(OAB: 107301/RS)
EMBARGADO(A) JEFFERSON CEREZER SANTOS - ME
EMBARGADO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
Procurador DR. MARCELO HORTA SANÁBIO
Procurador DR. JULIANO DE ANGELIS

Intimado(s)/Citado(s):

- JEFFERSON CEREZER SANTOS - ME
- SINDICATO DOS PESCADORES DE RIO GRANDE
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0025041-93.2017.5.24.0061

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

EMBARGANTE TATIANE DIAS DAMA
Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO FUZETTO JÚNIOR(OAB: 171125/SP)
EMBARGADO(A) BELLO ALIMENTOS LTDA
Advogado DR. MATHEUS GOUVEIA(OAB: 21985/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BELLO ALIMENTOS LTDA
- TATIANE DIAS DAMA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000930-26.2019.5.02.0431

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE SILMARA LINO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Advogada DRA. PALOMA MASSUMI HORIIKE(OAB: 263992/SP)
Advogada DRA. SILMARA LINO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA(OAB: 264048/SP)
Advogada DRA. SILMARA LINO RODRIGUES(OAB: 264048/SP)
EMBARGADO(A) INSTITUICAO ASSISTENCIAL NOSSO LAR
Advogada DRA. SILMARA LINO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA(OAB: 264048/SP)
EMBARGADO(A) TATIANE SANTOS RIBEIRO DA SILVA
Advogada DRA. VERÔNICA GUILHERME ANCELMO DE OLIVEIRA(OAB: 246835/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUICAO ASSISTENCIAL NOSSO LAR
- SILMARA LINO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
- TATIANE SANTOS RIBEIRO DA SILVA

Processo Nº RR-0000204-76.2015.5.09.0411

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE E RECORRIDO JUARES DE SOUZA POLETI
Advogado DR. DIEGO FAGUNDES(OAB: 58329/PR)
RECORRENTE E RECORRIDO TRANSPORTES IMEDIATO LTDA
Advogada DRA. BRUNA MELO CARNEIRO(OAB: 66061/PR)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
Advogado DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 211648/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
- JUARES DE SOUZA POLETI
- TRANSPORTES IMEDIATO LTDA

Processo Nº RR-0000983-67.2016.5.09.0129

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
Advogado DR. CARLOS MARÇAL DE LIMA SANTOS(OAB: 16555/PR)
RECORRIDO(S) UNIÃO (PGFN)

Procurador DR. JOSÉ PÉRICLES PEREIRA DE SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
- UNIÃO (PGFN)

Processo Nº RR-0001018-20.2017.5.11.0005

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) RODRIGO SOARES NASCIMENTO
Advogada DRA. MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067/AM)
RECORRIDO(S) ENGECO ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA E OUTRAS
Advogado DR. WELLINGTON DE AMORIM ALVES(OAB: 2993/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENGECO ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA E OUTRAS
- RODRIGO SOARES NASCIMENTO

Processo Nº RR-0001494-34.2017.5.10.0022

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
RECORRIDO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: 7236/DF)
Advogado DR. RAFAEL LEANDRO VIRMOND PERDIGÃO NOGUEIRA(OAB: 19339/DF)
Advogado DR. VANESSA BORGES LIMA(OAB: 30084/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Processo Nº RR-0002736-20.2014.5.03.0057

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
Advogado DR. MARCONE RODRIGUES VIEIRA DA LUZ(OAB: 104292/MG)
Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB: 53772/MG)
RECORRIDO(S) UEVERTON SOARES COSTA
Advogado DR. ANTÔNIO CLARETE RODRIGUES(OAB: 63852/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
- UEVERTON SOARES COSTA

Processo Nº RR-0010142-78.2019.5.03.0102

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Advogado DR. ROSANE MARIA CARNEIRO BRANT(OAB: 64077/MG)

Advogado DR. JOSÉ CALDEIRA BRANT NETO(OAB: 27470/MG)
Advogado DR. MONICA MAJELA DOS SANTOS NOGUEIRA(OAB: 56767/MG)
Advogado DR. ELTON JOSE BAETA BRANT(OAB: 48759/MG)
Advogado DR. MATHEUS CAMPOS CALDEIRA BRANT(OAB: 119063/MG)
Advogado DR. BRUNA SALLES CARNEIRO(OAB: 185245/MG)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE NOVA ERA
Advogado DR. GEAN CARLOS RIBEIRO DA LUZ(OAB: 109391/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE NOVA ERA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Processo Nº RR-0010183-51.2017.5.15.0144

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) ANA APARECIDA COMORA COLOMBARI
Advogado DR. EVANDRO DEMÉTRIO(OAB: 137172/SP)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE BARIRI
Procurador DR. PHELIPE AMÉRICO MAGRON
Procuradora DRA. NAYARA SÔNIA VETTORAZZI
Procurador DR. EDGAR HIDEYUHI KIMURA
Procurador DR. MARCOS ROBERTO DIAS DE LIMA
Procurador DR. MARCUS PIRAGINE

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA APARECIDA COMORA COLOMBARI
- MUNICÍPIO DE BARIRI

Processo Nº RR-1000321-82.2018.5.02.0009

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) GERSON SILVA FERREIRA
Advogado DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996/SP)
RECORRIDO(S) ESISEG - SEGURANÇA PRIVADA EIRELI E OUTRO
Advogado DR. EDUARDO FIGUEIREDO BATISTA(OAB: 154236/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESISEG - SEGURANÇA PRIVADA EIRELI E OUTRO
- GERSON SILVA FERREIRA

Processo Nº RR-1000351-37.2018.5.02.0068

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) INTEGRARE EDITORA E LIVRARIA LTDA - ME
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DIAS YUNIS(OAB: 99490/SP)
RECORRIDO(S) JOSE JULIO PACHECO QUATTRUCCI
Advogado DR. LUCIANE CRISTINA LEARDINE LUIZ DEL ROY(OAB: 150758/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRARE EDITORA E LIVRARIA LTDA - ME
- JOSE JULIO PACHECO QUATTRUCCI

Processo Nº RR-1000363-55.2020.5.02.0432

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

RECORRENTE(S) JOICE DOS SANTOS DA SILVA OLIVEIRA

Advogado DR. LUIZ GUSTAVO PALMA GOMES(OAB: 347754/SP)

RECORRIDO(S) CASACON COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

Advogado DR. IGOR FELLNER FERREIRA(OAB: 324915/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASACON COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

- JOICE DOS SANTOS DA SILVA OLIVEIRA

Processo Nº RR-1000485-71.2017.5.02.0465

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

RECORRENTE(S) MÁRCIO ADRIANO ALVES

Advogada DRA. FÁTIMA REGINA GOVONI DUARTE(OAB: 93963/SP)

RECORRIDO(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Advogado DR. LÚCIO SÉRGIO DE LAS CASAS JÚNIOR(OAB: 108176/MG)

Advogada DRA. ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA(OAB: 335855/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MÁRCIO ADRIANO ALVES

- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº RR-1001859-65.2016.5.02.0463

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

RECORRENTE(S) RICARDO DE OLIVEIRA

Advogada DRA. SÔNIA MARIA ALMEIDA DAMMENHAIN ZANATTA(OAB: 340808/SP)

RECORRIDO(S) INDÚSTRIAS ARTEB S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. ALBERTO MINGARDI FILHO(OAB: 115581/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIAS ARTEB S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- RICARDO DE OLIVEIRA

Processo Nº RR-1001991-49.2017.5.02.0088

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

RECORRENTE(S) RINALDO CESAR BARBOSA MUNIZ

Advogada DRA. JOSIMARA CEREDA DA CRUZ(OAB: 338075/SP)

RECORRIDO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Advogada DRA. DÉBORA NOBRE(OAB: 165077/SP)

Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457/SP)

Advogado DR. EDUARDO CARVALHO SERRA(OAB: 151687/SP)

Advogado DR. MÁRIO JORGE DE SENE JÚNIOR(OAB: 314678/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

- RINALDO CESAR BARBOSA MUNIZ

Processo Nº RRAg-0002174-53.2015.5.02.0073

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MARIA CLEIDE DO NASCIMENTO SILVA

Advogado DR. FELIPE MATHIAS CARDOSO(OAB: 344453/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ARCOLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Advogada DRA. ROSELY CURY SANCHES(OAB: 84504/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCOLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA.

- MARIA CLEIDE DO NASCIMENTO SILVA

Processo Nº RRAg-0010682-25.2019.5.15.0060

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) FERNANDO DE OLIVEIRA

Advogada DRA. AGDA ROBERTA FARIAS FRARE(OAB: 194805/SP)

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE AMPARO

Procurador DR. RENATO PASSOS ORNELAS

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO DE OLIVEIRA

- MUNICÍPIO DE AMPARO

Processo Nº RRAg-1001015-90.2016.5.02.0051

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) HELTON ALVES DA COSTA

Advogado DR. DENNIS OLÍMPIO SILVA(OAB: 182162/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) KNIJNIK SAO PAULO ENGENHARIA INTEGRADA LTDA.

Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)

Advogado DR. FREDERICO ANTONIO OLIVEIRA DE REZENDE(OAB: 195329/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELTON ALVES DA COSTA

- KNIJNIK SAO PAULO ENGENHARIA INTEGRADA LTDA.

Processo Nº RRAg-1001405-24.2018.5.02.0008

Relator MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ANA MARIA DE SOUZA NASCIMENTO

Advogado DR. RODRIGO PETENONI GURGEL DO AMARAL(OAB: 235678/SP)

Advogado DR. RENATA RODRIGUEZ DE SOUZA GURGEL DO AMARAL(OAB: 309564/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) VIA VAREJO S.A.

Advogado DR. THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB: 228213/SP)

Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA MARIA DE SOUZA NASCIMENTO
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº Ag-RR-0000115-25.2022.5.23.0021

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) INDUSTRIA DE PRODUTOS CERAMICOS FAAT LTDA

Advogado DR. LEONARDO SANTOS DE RESENDE(OAB: 6358/MT)

AGRAVADO(S) ALESANDRA SEGAT VILELA FRANCO

Advogado DR. VANESSA CRISLEY GOMES PEREIRA(OAB: 8865/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESANDRA SEGAT VILELA FRANCO
- INDUSTRIA DE PRODUTOS CERAMICOS FAAT LTDA

Processo Nº Ag-RRAg-0000204-67.2019.5.09.0013

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

Advogada DRA. PATRÍCIA DITTRICH FERREIRA DINIZ(OAB: 36481/PR)

Advogado DR. ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER(OAB: 57105/PR)

Advogado DR. LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA(OAB: 33191/PR)

AGRAVANTE(S) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Advogada DRA. PATRÍCIA DITTRICH FERREIRA DINIZ(OAB: 36481/PR)

Advogado DR. ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER(OAB: 57105/PR)

Advogado DR. LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA(OAB: 33191/PR)

AGRAVADO(S) EVALDO SCARVAZZINI DE CARVALHO

Advogado DR. HUGO FRANCISCO GOMES(OAB: 17527/PR)

Advogado DR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES(OAB: 16639/PR)

Advogado DR. MARCOS ROBERTO MENEGHIN(OAB: 19039/PR)

Advogado DR. RUDINEI FRACASSO(OAB: 34147/PR)

Advogada DRA. EDNA REGINA SANTINI MENEGHIN(OAB: 55863/PR)

Advogado DR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)

Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DA SILVA CAPRIOLI(OAB: 70153/PR)

Advogado DR. SILVIO LUIZ JANUARIO(OAB: 15145/PR)

Advogada DRA. ANA IACI GONÇALVES(OAB: 75366/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)
- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- EVALDO SCARVAZZINI DE CARVALHO

Processo Nº Ag-ED-RR-0000506-92.2020.5.20.0001

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

Advogado DR. SÉRGIO LUÍS PORTO(OAB: 253032/SP)

AGRAVADO(S) ANA LUCIA DOS SANTOS

Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155/SE)

Advogado DR. MARCOS D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 446/SE)

Advogada DRA. VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA BORBA(OAB: 3574/SE)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE SERGIPE

Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155/SE)

Advogada DRA. VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA BORBA(OAB: 3574/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUCIA DOS SANTOS
- BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE SERGIPE

Processo Nº Ag-RR-0000538-51.2017.5.10.0011

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)

AGRAVADO(S) LUARA NUNES MARINHO

Advogado DR. JACKSON SARKIS CARMINATI(OAB: 29443/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- LUARA NUNES MARINHO

Processo Nº Ag-ED-RR-0000691-33.2020.5.20.0001

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

Advogado DR. SÉRGIO LUÍS PORTO(OAB: 253032/SP)

AGRAVADO(S) LUCIO ROBERTO BARBOSA DOS SANTOS

Advogado DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155/SE)

Advogado DR. MARCOS D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 446/SE)

Advogada DRA. VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA BORBA(OAB: 3574/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.
- LUCIO ROBERTO BARBOSA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000801-61.2018.5.09.0016

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. ANDRÉ NOGUEIRA DE MIRANDA PEREIRA PINTO(OAB: 34459/DF)

Advogado DR. RAFAEL ARAÚJO VIEIRA(OAB: 29481/DF)

AGRAVADO(S) LUCIANE HELENA WAHLERS

Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LUCIANE HELENA WAHLERS

Processo Nº Ag-RR-0001014-21.2019.5.09.0020

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
AGRAVADO(S) INGRID VIEIRA SCHIAVINATO
Advogado DR. LEANDRO AUGUSTO BUCH(OAB: 60471/PR)
Advogada DRA. FERNANDA LORENZOM(OAB: 60491/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- INGRID VIEIRA SCHIAVINATO
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-RR-0002282-49.2015.5.05.0251

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA
Advogado DR. PABLO DE ARAÚJO OLIVEIRA(OAB: 19199/DF)
Advogado DR. IVO GOMES ARAÚJO(OAB: 25361/BA)
AGRAVADO(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.
Advogado DR. MÁRCIO SANTIAGO PIMENTEL(OAB: 37152/BA)
AGRAVADO(S) VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS
Advogado DR. MANOEL LERCIANO LOPES(OAB: 15232/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.
- VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS

Processo Nº Ag-RR-0010063-61.2017.5.15.0094

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) RAFAEL OLAIO PEREIRA
Advogado DR. GABRIEL ATLAS UCCI(OAB: 195330/SP)
AGRAVADO(S) ORGANIZAÇÃO SOCIAL VITALE SAÚDE
AGRAVADO(S) SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA
Advogado DR. CARLOS CARMELO BALARÓ(OAB: 102778/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ORGANIZAÇÃO SOCIAL VITALE SAÚDE
- RAFAEL OLAIO PEREIRA
- SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0010163-92.2022.5.03.0023

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) PADARIA TRES CORACOES LTDA - EPP
Advogado DR. VALCIR GERALDO PEREIRA(OAB: 77831/MG)
AGRAVADO(S) ANDREZA FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. JOSÉ SEBASTIÃO NOGUEIRA MARQUES(OAB: 51297/MG)
Advogado DR. GUILHERME BICALHO NOGUEIRA MARQUES(OAB: 127650/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREZA FERREIRA DA SILVA
- PADARIA TRES CORACOES LTDA - EPP

Processo Nº Ag-RR-0010262-60.2021.5.15.0024

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) RAÍZEN ENERGIA S.A.
Advogado DR. REINALDO LUÍS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 257220/SP)
AGRAVADO(S) RODRIGO DE AGOSTINI CONESSA
Advogado DR. MARCOS ROBERTO LAUDELINO(OAB: 314671/SP)
Advogado DR. JOÃO MURILO TUSCHI(OAB: 325404/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAÍZEN ENERGIA S.A.
- RODRIGO DE AGOSTINI CONESSA

Processo Nº Ag-RR-0010300-65.2019.5.03.0060

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) VALE S.A.
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DO OURO, PEDRAS PRECIOSAS E EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONTRATADAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS TÉCNICOS E GERAIS ESSENCIAIS À ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO FERRO E METAIS BÁSICOS DE ITABIRA E REGIÃO
Advogado DR. HENRIQUE NERY DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 89095/MG)
Advogada DRA. DAFNE BRAGA LINHARES ANDRADE(OAB: 129461/MG)
Advogado DR. ADRIANO JOSAFÁ DA SILVA(OAB: 109171/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DO OURO, PEDRAS PRECIOSAS E EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONTRATADAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS TÉCNICOS E GERAIS ESSENCIAIS À ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO FERRO E METAIS BÁSICOS DE ITABIRA E REGIÃO
- VALE S.A.

Processo Nº Ag-RR-0010492-66.2019.5.03.0102

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) VALE S.A.

Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DE MARIANA, CATAS ALTAS, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, CAETÉ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, JOÃO MONLEVADE, BELA VISTA DE MINAS, RIO PIRACICABA E MATIPO

Advogado DR. CARLOS ALBERTO CUNHA ALVES(OAB: 49834/MG)

Advogado DR. SANYO ALVES AUGUSTO(OAB: 70029/MG)

Advogada DRA. CIBELLE SCHMID(OAB: 113721/MG)

Advogado DR. MARCELA BOTELHO CUNHA ALVES(OAB: 184666/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DE MARIANA, CATAS ALTAS, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, CAETÉ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, JOÃO MONLEVADE, BELA VISTA DE MINAS, RIO PIRACICABA E MATIPO

- VALE S.A.

Processo Nº Ag-RR-0010721-52.2022.5.03.0027

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) CELIA EVARISTA BARBOSA

Advogada DRA. MARIA EGLAIZE PINHEIRO CARDOZO SILVA(OAB: 86412/MG)

AGRAVADO(S) MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.

Advogado DR. ANTONIO CHAVES ABDALLA(OAB: 66493/MG)

AGRAVADO(S) NEO STEEL S.A.

Advogado DR. LUCAS SEBASTIAO PROENÇA(OAB: 42935/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIA EVARISTA BARBOSA

- MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.

- NEO STEEL S.A.

Processo Nº Ag-RRAg-0010744-37.2018.5.15.0113

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Advogado DR. CÉLIO TIZATTO FILHO(OAB: 226905/SP)

Advogado DR. ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA SANTANA(OAB: 28817/DF)

AGRAVADO(S) DOUGLAS DA SILVA

Advogado DR. LEANDRO DE OLIVEIRA STOCO(OAB: 196492/SP)

Advogado DR. CAMILE ISHIWATARI(OAB: 233630/SP)

Advogado DR. RICARDO MIGUEL SOBRAL(OAB: 301187/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS DA SILVA

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0010753-47.2015.5.01.0063

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) HUMBERTO SOUZA DE MORAES

Advogado DR. AILTON DOS REIS PEREIRA SOARES(OAB: 115971/RJ)

AGRAVADO(S) FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Advogada DRA. FERNANDA MENEZES FERNANDES DE OLIVEIRA VARGAS(OAB: 96370/RJ)

Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)

Advogado DR. JOSÉ FIGUEIREDO DA FONSECA JÚNIOR(OAB: 153094/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

- HUMBERTO SOUZA DE MORAES

Processo Nº Ag-RR-Ag-0011141-21.2020.5.15.0083

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) PAULO RICARDO FERREIRA E SILVA

Advogado DR. GUSTAVO DE PAULA OLIVEIRA(OAB: 206189/SP)

AGRAVADO(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

Advogado DR. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

- PAULO RICARDO FERREIRA E SILVA

Processo Nº Ag-RR-0011395-17.2015.5.15.0132

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) JOÃO CARLOS MOREIRA DA SILVA

Advogado DR. JOSÉ PEDRO ANDREATTA MARCONDES(OAB: 311926/SP)

AGRAVADO(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

- JOÃO CARLOS MOREIRA DA SILVA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0011419-05.2021.5.03.0056

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) FABIO CARLOS BRAGA

Advogado DR. RICHARD PIRES SIMOES DA ROCHA(OAB: 102778/MG)

AGRAVADO(S) GAFOR S.A.

Advogado DR. RODRIGO ANTÔNIO BADAN HERRERA(OAB: 85351/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO CARLOS BRAGA

- GAFOR S.A.

Processo Nº Ag-RR-0011697-78.2018.5.15.0152

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) ANDERSON JOSE DA SILVA

Advogado DR. MATHEUS DE ALMEIDA ALVES(OAB: 292445/SP)

AGRAVADO(S) BELGO BEKAERT ARAMES LTDA.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. SILVANA DAVANZO CESAR(OAB: 125177/SP)

Advogada DRA. REGIANE MARIANI GONZAGA FRANCO(OAB: 213972/SP)

Advogado DR. NATHALIA MACEDO CESAR(OAB: 320193/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON JOSE DA SILVA
- BELGO BEKAERT ARAMES LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0012040-57.2020.5.15.0038

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) JENADIR ANICETO

Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 323661/SP)

AGRAVADO(S) ENERGISA SOLUCOES CONSTRUCOES E SERVICOS EM LINHAS E REDES S.A

Advogado DR. DANIEL SEBADELHE ARANHA(OAB: 14139/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENERGISA SOLUCOES CONSTRUCOES E SERVICOS EM LINHAS E REDES S.A
- JENADIR ANICETO

Processo Nº Ag-RRAg-0012178-66.2017.5.15.0058

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) ANDRE TURRISSI DA SILVA

Advogado DR. FABIO EDUARDO DE LAURENTIZ(OAB: 170930/SP)

AGRAVADO(S) TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA ANDRADE S.A.

Advogado DR. PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS(OAB: 23134/SP)

Advogada DRA. MARIA ELISA PERRONE DOS REIS(OAB: 178060/SP)

Advogada DRA. ARANY MARIA SCARPELLINI PRIOLLI L APICCIRELLA(OAB: 236729/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE TURRISSI DA SILVA
- TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA ANDRADE S.A.

Processo Nº Ag-RR-0012889-79.2016.5.15.0099

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) EBER LUIZ DOS REIS RODRIGUES

Advogado DR. JOSEMAR ESTIGARIBIA(OAB: 96217/SP)

AGRAVADO(S) KSPG AUTOMOTIVE BRAZIL LTDA.

Advogado DR. MARCELO GALVÃO DE MOURA(OAB: 155740/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EBER LUIZ DOS REIS RODRIGUES
- KSPG AUTOMOTIVE BRAZIL LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0013192-44.2017.5.15.0007

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) MARCOS ANTONIO CONSTANTINO

Advogado DR. PAULO CÉSAR DA SILVA CLARO(OAB: 73348/SP)

Advogado DR. GUILHERME TRALDI DA SILVA CLARO(OAB: 275687/SP)

AGRAVADO(S) GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.

Advogada DRA. LOURDES KANE HONMA(OAB: 271416/SP)

Advogada DRA. VANESSA CRISTINA ZIGGIATTI(OAB: 188648/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.
- MARCOS ANTONIO CONSTANTINO

Processo Nº Ag-RRAg-0020093-55.2019.5.04.0721

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) SIRTEC - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA.

Advogado DR. JACQUES ANTUNES SOARES(OAB: 75751/RS)

Advogado DR. LEONARDO TEIXEIRA NIENABER(OAB: 86953/RS)

AGRAVADO(S) DANILO PAIM DIAS

Advogada DRA. FATEN JAMAM EL HINDI(OAB: 84423/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANILO PAIM DIAS
- SIRTEC - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0020409-48.2020.5.04.0781

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) BERNADETE ALVES DO NASCIMENTO

Advogada DRA. LOIRE ADAMI GODINHO(OAB: 52622/RS)

Advogado DR. RAFAEL GODINHO(OAB: 61908/RS)

AGRAVADO(S) CALÇADOS BEIRA RIO S.A.

Advogado DR. ANGELA MARIA RAFFAINER(OAB: 26977/RS)

AGRAVADO(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. TITO LÍVIO CAMERINI(OAB: 19607/RS)

Advogado DR. DOMENICO RAFAEL CAMERINI(OAB: 65948/RS)

AGRAVADO(S) VEREZA-ATELIER DE COSTURAS LTDA - EPP

Advogado DR. JORGE LUIZ GARCEZ DE SOUZA(OAB: 29691/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERNADETE ALVES DO NASCIMENTO
- CALÇADOS BEIRA RIO S.A.
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- VEREZA-ATELIER DE COSTURAS LTDA - EPP

Processo Nº Ag-RRAg-0020431-06.2020.5.04.0782

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) FERNANDA CAUMO TURATTI

Advogada DRA. LOIRE ADAMI GODINHO(OAB: 52622/RS)

Advogado DR. RAFAEL GODINHO(OAB: 61908/RS)
AGRAVADO(S) CALÇADOS BEIRA RIO S.A.
Advogado DR. ANGELA MARIA RAFFAINER(OAB: 26977/RS)
AGRAVADO(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (Em Recuperação Judicial)
Advogado DR. TITO LÍVIO CAMERINI(OAB: 19607/RS)
AGRAVADO(S) VEREZA-ATELIER DE COSTURAS LTDA
Advogado DR. JORGE LUIZ GARCEZ DE SOUZA(OAB: 29691/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CALÇADOS BEIRA RIO S.A.
- FERNANDA CAUMO TURATTI
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (Em Recuperação Judicial)
- VEREZA-ATELIER DE COSTURAS LTDA

Processo Nº Ag-RR-0020934-08.2017.5.04.0402

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) RANDON S.A. - IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)
AGRAVADO(S) ABENOIR ALVES DOS SANTOS
Advogado DR. JOEL DE VARGAS(OAB: 28830/RS)
Advogado DR. SIMONE VARGAS DE BONI(OAB: 53489/RS)
Advogado DR. ANDREIA FABIANA DE VARGAS(OAB: 59058/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABENOIR ALVES DOS SANTOS
- RANDON S.A. - IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0085700-79.1993.5.01.0019

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) TV ÔMEGA LTDA.
Advogada DRA. CARINA DE SOUZA CASTRO JALES(OAB: 109396/RJ)
AGRAVADO(S) Elisabeth Margarida Maduell Nunes
Advogado DR. DAVID DA SILVA JÚNIOR(OAB: 10186/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- Elisabeth Margarida Maduell Nunes
- TV ÔMEGA LTDA.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0100002-44.2020.5.01.0027

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) MERCADINHO 2001 FRIOS E COMESTÍVEIS LTDA.
Advogado DR. EDUARDO GARCIA CAMPOS(OAB: 155787/RJ)
Advogada DRA. BÁRBARA CRISTINA DOS SANTOS PROENÇA(OAB: 174857/RJ)
AGRAVADO(S) MANUEL TEIXEIRA PEREIRA E OUTROS
Advogado DR. EDUARDO GARCIA CAMPOS(OAB: 155787/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANUEL TEIXEIRA PEREIRA E OUTROS

- MERCADINHO 2001 FRIOS E COMESTÍVEIS LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0100426-63.2020.5.01.0067

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) LUIZ RAIMUNDO NONATO SADDY
Advogada DRA. RENATA ARCOVERDE HÉLCIAS(OAB: 38655/DF)
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. RENATO LÔBO GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)
Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429/DF)
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- LUIZ RAIMUNDO NONATO SADDY
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-RR-0100444-75.2018.5.01.0028

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) AMANDA RAMOS
Advogado DR. ARLEN IGOR BATISTA CUNHA(OAB: 203863/SP)
AGRAVADO(S) LOJAS RIACHUELO S.A. E OUTRA
Advogado DR. RODRIGO PAPIAZIAN PINHO(OAB: 133550/RJ)
Advogada DRA. RAÍSSA BRESSANIM TOKUNAGA(OAB: 198286/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMANDA RAMOS
- LOJAS RIACHUELO S.A. E OUTRA

Processo Nº Ag-RR-0101274-95.2018.5.01.0010

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) CLAUDIO JOSE DA SILVA
Advogado DR. JOSÉ SOLON TEPEDINO JAFFÉ(OAB: 128788/RJ)
AGRAVADO(S) JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE
Advogado DR. JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE(OAB: 128788/RJ)
AGRAVADO(S) VIA S.A.
Advogado DR. THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB: 198252/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO JOSE DA SILVA
- JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE
- VIA S.A.

Processo Nº Ag-RR-0101591-19.2016.5.01.0025

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) LARISSA DE AZEREDO DA SILVA
Advogado DR. ROSILANE DE AZEREDO ARAUJO(OAB: 178278/RJ)

AGRAVADO(S) COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016

AGRAVADO(S) CTS EVENTIM BRASIL SISTEMAS E SERVICOS DE INGRESSOS LTDA.

Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)

Advogado DR. VITOR SANTOS DE MENDONÇA(OAB: 182812/RJ)

AGRAVADO(S) RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA.

Advogado DR. CELSO LUIS STEVANATTO(OAB: 160451/RJ)

Advogado DR. RENAN DE BRITO CAPARROZ(OAB: 168548/RJ)

Advogado DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016
- CTS EVENTIM BRASIL SISTEMAS E SERVICOS DE INGRESSOS LTDA.
- LARISSA DE AZEREDO DA SILVA
- RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA.

Processo Nº Ag-ED-RR-0134900-96.2009.5.01.0018

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Advogado DR. LUIZ TAVARES CORRÊA MEYER(OAB: 93969/RJ)

Advogada DRA. JULIANA BRACKS DUARTE(OAB: 102466/RJ)

AGRAVADO(S) PEDRO CARLOS MOREIRA CAMPOS REGAZZI

Advogado DR. DÁRIO MARTINS DE LIMA(OAB: 69016/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.
- PEDRO CARLOS MOREIRA CAMPOS REGAZZI

Processo Nº Ag-RR-1000655-93.2017.5.02.0028

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

Advogada DRA. ANA PAULA PAIVA DE MESQUITA BARROS(OAB: 113793/SP)

AGRAVADO(S) SIMONE PATRICIA SACCOMANI

Advogado DR. MARCELO ORNELLAS(OAB: 277285/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- SIMONE PATRICIA SACCOMANI

Processo Nº Ag-RR-1000669-81.2018.5.02.0371

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

AGRAVADO(S) THAYNA ANDRESSA DE MORAES GONCALVES

Advogada DRA. LILIAN TEIXEIRA(OAB: 191439/SP)

AGRAVADO(S) WINOVER CALL CENTER LTDA.

Advogado DR. GUILHERME MONTORO DE OLIVEIRA LEITE(OAB: 271939/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- THAYNA ANDRESSA DE MORAES GONCALVES
- WINOVER CALL CENTER LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1000734-29.2019.5.02.0052

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) JULIERME ALVES

Advogado DR. FELIPE CARLOS SAMPAIO PEDROSO(OAB: 281804/SP)

Advogado DR. VICTOR HUGO SINFRONIO BRITO(OAB: 410486/SP)

AGRAVADO(S) VELOURS INTERNATIONAL CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

Advogado DR. RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA(OAB: 257273/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIERME ALVES
- VELOURS INTERNATIONAL CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-1000915-53.2016.5.02.0434

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) MARCIA SALES BIAZZUTO (Representante de ESPÓLIO DE ENIO LUCIO BIAZZUTO)

Advogado DR. EDIMAR HIDALGO RUIZ(OAB: 206941/SP)

AGRAVADO(S) BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- MARCIA SALES BIAZZUTO (Representante de ESPÓLIO DE ENIO LUCIO BIAZZUTO)

Processo Nº Ag-ED-RR-1001386-61.2016.5.02.0081

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) ANTONIO CARLOS ALBUQUERQUE

Advogado DR. MÁRIO RANGEL CÂMARA(OAB: 179603/SP)

Advogado DR. MARISILVA ZAVAN(OAB: 228393/SP)

AGRAVADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Advogado DR. SIMONE IZABEL PEREIRA TAMEM(OAB: 246109/SP)

Advogado DR. MÁRIO JORGE DE SENE JUNIOR(OAB: 314678/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS ALBUQUERQUE
- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Processo Nº Ag-RRAg-1001692-10.2019.5.02.0086

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

AGRAVANTE(S) EZEQUIEL BRITO MATEUS

Advogado DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692/SP)

Advogado DR. MANOEL FERREIRA ROSA NETO(OAB: 298653/SP)

Advogado DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665/PR)

AGRAVADO(S) INOVA E-BUSINESS SERVICOS DE INFORMATICA E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

Advogada DRA. IVETE SANTANA DE DEUS(OAB: 109530/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EZEQUIEL BRITO MATEUS

- INOVA E-BUSINESS SERVICOS DE INFORMATICA E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO PRESENCIAL

Processo Nº RR-0024468-52.2019.5.24.0007

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. MARCOS HIDEKI KAMIBAYASHI(OAB: 14580/MS)

Advogado DR. MARCOS HENRIQUE BOZA(OAB: 13041/MS)

RECORRIDO(S) NEDES DE JESUS LOPES DUTRA

Advogado DR. FERNANDO ISA GEABRA(OAB: 5903/MS)

Advogada DRA. REJANE RIBEIRO FAVA GEABRA(OAB: 6966/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

- NEDES DE JESUS LOPES DUTRA

ALINE TACIRA DE ARAÚJO CHERULLI EDREIRA
Secretária da 4ª Turma

Secretaria da Quarta Turma

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento (processos PJe) da Sessão Extraordinária da Quarta Turma, a realizar-se no dia 22/8/2023, às 14h00, na modalidade presencial.

Os pedidos de preferência, as inscrições para sustentação oral e os pedidos de participação virtual deverão ser registrados no sistema Preferência/Sustentação Oral ou de Participação na Sessão Virtual, constante da página eletrônica portal da advocacia do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>). É permitida a participação na sessão presencial, por meio de videoconferência, de advogado com domicílio profissional fora do Distrito Federal, desde que a requeira até o dia útil anterior ao da sessão, nos termos do art. 937, § 4º, c/c art. 219, ambos do CPC. Para participar da sessão de julgamento de forma remota, o advogado devidamente inscrito deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 54, de 29 de dezembro de 2020, por meio do link

<https://tst-jus-br.zoom.us/j/6485485485>.

Considerando-se a participação de forma remota como extensão da sala de sessão da Corte, faz-se necessária a utilização de sistema fixo de comunicação, vedada a utilização de aparelhos móveis, bem como a utilização de indumentária adequada, correspondente ao paletó e gravata pelos senhores advogados e a vestimenta condigna pelas senhoras advogadas.

Somente será admitido o ingresso de advogados previamente inscritos.

Além dos processos constantes da presente pauta, poderão ser julgados na Sessão Extraordinária da Quarta Turma processos com tramitação no sistema e-SIJ constantes de pauta específica.

PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO PRESENCIAL

Processo Nº Ag-RRAg-0021556-84.2017.5.04.0015

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE EDIR NUNES NAZARETH PAIVA

Advogado DR. JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: 103250/SP)

Advogado DR. FERNANDO MORAES XAVIER DA SILVA(OAB: 46595/PR)

AGRAVADO BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869/RS)

Advogada DRA. VANESSA GOULART DE LARA(OAB: 79823/RS)

RECORRENTE BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869/RS)

Advogada DRA. VANESSA GOULART DE LARA(OAB: 79823/RS)

RECORRIDO EDIR NUNES NAZARETH PAIVA

Advogada DRA. VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA(OAB: 7446/PR)

Advogado DR. THIAGO LEMOS SANNA(OAB: 51566/PR)

Advogado DR. FERNANDO MORAES XAVIER DA SILVA(OAB: 46595/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

- EDIR NUNES NAZARETH PAIVA

Processo Nº Ag-RRAg-1000053-29.2022.5.02.0319

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

AGRAVANTE LEANDRO SILVA DE ABREU

Advogado DR. MALAQUIAS DA SILVA FIGUEIREDO(OAB: 315958/SP)

AGRAVANTE INOVAT INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.

AGRAVADO LEANDRO SILVA DE ABREU

AGRAVADO INOVAT INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.

Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXAO CORTES(OAB: 310314/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INOVAT INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.

- LEANDRO SILVA DE ABREU

Processo Nº Ag-AIRR-1001791-29.2017.5.02.0060

Relator MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
AGRAVANTE ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.
Advogada DRA. TATTIANY MARTINS OLIVEIRA(OAB: 300178/SP)
AGRAVADO FRANCISCO DE MESQUITA CRISTALINO
Advogada DRA. VIVIANE PAVAO LIMA(OAB: 178942/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.
- FRANCISCO DE MESQUITA CRISTALINO

Processo Nº Ag-AIRR-0000530-20.2019.5.09.0662

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE ADOBE ASSESSORIA DE SERVICOS CADASTRAIS S.A.
Advogado DR. JOHNNATAN CHRISTIAN MOLITOR(OAB: 180862/SP)
AGRAVADO ADRIANA PAULA MENDES SOUZA
Advogado DR. JOAO PAULO DA SILVA(OAB: 85061/PR)
AGRAVADO CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado DR. RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO(OAB: 162813/SP)
Advogado DR. JOHNNATAN CHRISTIAN MOLITOR(OAB: 180862/SP)
Advogado DR. DANIEL CHRISTIAN CARDOSO(OAB: 242298/SP)
AGRAVADO BANCO CREFISA S.A.
Advogado DR. RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO(OAB: 162813/SP)
Advogado DR. JOHNNATAN CHRISTIAN MOLITOR(OAB: 180862/SP)
Advogado DR. DANIEL CHRISTIAN CARDOSO(OAB: 242298/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADOBE ASSESSORIA DE SERVICOS CADASTRAIS S.A.
- ADRIANA PAULA MENDES SOUZA
- BANCO CREFISA S.A.
- CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Processo Nº Ag-RRAg-0001351-26.2016.5.17.0009

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXAO CORTES(OAB: 310314/SP)
Advogada DRA. TATIANA DE MORAIS HOLLANDA(OAB: 35466/DF)
Advogado DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 241287/SP)
AGRAVADO MARDUQUEU DA SILVA BASTOS
Advogado DR. FABIO LIMA FREIRE(OAB: 9167/ES)
TESTEMUNHA LUCIO MAURO XAVIER MACHADO
TERCEIRO INTERESSADO RODRIGO MACHADO TOTTOLA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUCIO MAURO XAVIER MACHADO
- MARDUQUEU DA SILVA BASTOS
- RODRIGO MACHADO TOTTOLA

Processo Nº Ag-RRAg-0001814-84.2017.5.09.0128

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE ROSE CARMEM DAL PRA GALON
Advogado DR. PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM(OAB: 28247/PR)
Advogada DRA. LETICIA DANIELE SIMM(OAB: 28588/PR)
Advogado DR. LUIZ CARLOS OLEGINI VASCONCELLOS(OAB: 45923/PR)
Advogado DR. JULIO EDUARDO DALMOLIN(OAB: 61344/PR)
AGRAVADO KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 19248/SC)
AGRAVADO BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 19248/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
- ROSE CARMEM DAL PRA GALON

Processo Nº Ag-RRAg-0101275-81.2018.5.01.0042

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE ROSANA CRISTINA BAPTISTA GONCALVES
Advogado DR. ALEXANDRE SIMOES LINDOSO(OAB: 12067/DF)
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogada DRA. FERNANDA DE OLIVEIRA BASTOS(OAB: 123148/RJ)
Advogado DR. FERNANDO QUEIROZ SILVEIRA DA ROCHA(OAB: 82101/RJ)
Advogada DRA. CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO(OAB: 123502/RJ)
Advogado DR. LUIZ LEONARDO DE SABOYA ALFONSO(OAB: 92101/RJ)
Advogada DRA. AMANDA SILVA DOS SANTOS(OAB: 87783/RJ)
AGRAVADO BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. ERIKA LEIBEL RABINOVITSCH(OAB: 81241/RJ)
Advogado DR. ANDRE BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 158083/RJ)
Advogada DRA. MARIANA BORGES DE REZENDE(OAB: 102718/RJ)
RECORRENTE ROSANA CRISTINA BAPTISTA GONCALVES
Advogada DRA. FERNANDA DE OLIVEIRA BASTOS(OAB: 123148/RJ)
Advogado DR. FERNANDO QUEIROZ SILVEIRA DA ROCHA(OAB: 82101/RJ)
Advogada DRA. CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO(OAB: 123502/RJ)
Advogado DR. LUIZ LEONARDO DE SABOYA ALFONSO(OAB: 92101/RJ)

Advogada DRA. AMANDA SILVA DOS SANTOS(OAB: 87783/RJ)
RECORRIDO BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. ERIKA LEIBEL RABINOVITSCH(OAB: 81241/RJ)
Advogado DR. ANDRE BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 158083/RJ)
Advogada DRA. MARIANA BORGES DE REZENDE(OAB: 102718/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ROSANA CRISTINA BAPTISTA GONCALVES

Processo Nº Ag-AIRR-1000688-71.2020.5.02.0386

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE ADOBE ASSESSORIA DE SERVICOS CADASTRAIS S.A.
Advogado DR. JOSE RICARDO SANT ANNA(OAB: 132995/SP)
AGRAVANTE CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogada DRA. MARIA LUIZA ROMANO(OAB: 68089/SP)
Advogada DRA. SONIA YAYOI YABE(OAB: 85571/SP)
AGRAVADO JANAINA ROSA DE SOUZA
Advogado DR. LUCAS EDUARDO SIMOES CARDIAL(OAB: 378811/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADOBE ASSESSORIA DE SERVICOS CADASTRAIS S.A.
- CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
- JANAINA ROSA DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-1001185-82.2021.5.02.0602

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE EUCLERIS DA CUNHA RIBEIRO SILVA
Advogado DR. MARCELO BENEDITO PARISOTO SENATORI(OAB: 132339/SP)
Advogado DR. SIDENILSON SANTOS FONTES(OAB: 321320/SP)
AGRAVADO BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. CLEBER PINHEIRO(OAB: 94092/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- EUCLERIS DA CUNHA RIBEIRO SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001608-93.2017.5.02.0016

Relator MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE RICARDO MARQUES DA SILVA
Advogado DR. FABYO LUIZ ASSUNCAO(OAB: 204585/SP)
AGRAVADO BANCO CREFISA S.A.
Advogado DR. JOHNATAN CHRISTIAN MOLITOR(OAB: 180862/SP)
Advogada DRA. JULIANA LASMAR DE LIMA(OAB: 156829/SP)
AGRAVADO CREFIPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Advogado DR. JOHNATAN CHRISTIAN MOLITOR(OAB: 180862/SP)
Advogada DRA. JULIANA LASMAR DE LIMA(OAB: 156829/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CREFISA S.A.
- CREFIPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.
- RICARDO MARQUES DA SILVA

ALINE TACIRA DE ARAÚJO CHERULLI EDREIRA
Secretária da 4ª Turma

**Secretaria da Quinta Turma
Despacho**

Processo Nº RRAg-0011067-58.2018.5.15.0043

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s) CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.
Advogado Gilson Garcia Júnior(OAB: 111699-D/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) ROGELIO CARVALHO GUILHERME
Advogada Paula Cristina Couso(OAB: 167832-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROGELIO CARVALHO GUILHERME

As partes se conciliaram, não mais subsistindo o interesse recursal.

Encaminhem-se os autos ao MM. Juízo de primeiro grau para, se assim entender (Súmula 418), homologar o acordo.

Providencie a Secretaria a baixa no acervo.

Publique-se.

Brasília, 7 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0000197-94.2019.5.17.0161

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s) JSL S/A.
Advogada Elisabete Maria Cani Ravani Gaspar(OAB: 6523/ES)

Agravado(s) e Recorrido(s) JEFERSON VIEIRA MOREIRA
Advogado Lucas Fernandes de Souza(OAB: 17500-A/ES)
Agravante(s) SUZANO S.A.
Advogada Carla Gusman Zouain(OAB: 7582/ES)
Advogada Bárbara Braun Rizk(OAB: 13843/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEFERSON VIEIRA MOREIRA
- JSL S/A.
- SUZANO S.A.

Homologo a desistência do recurso.

Providencie a Secretaria a devolução dos autos à origem,
com baixa no acervo.

Publique-se.

Brasília, 7 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-Ag-AIRR-0010238-40.2020.5.03.0173

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.
Advogado Marcus Vinicius de Carvalho Rezende Reis(OAB: 130124-A/SP)
Advogado Valton Doria Pessoa(OAB: 161664-A/MG)
Agravado(s) ADIAYNE MOURA CAMPOS
Advogada Aparecida Jesus Ferreira(OAB: 99604-A/MG)
Advogado Marcos Vinicius Gomes Rodrigues(OAB: 165545-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADIAYNE MOURA CAMPOS
- CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.

Homologo a desistência do recurso.

Providencie a Secretaria a devolução dos autos à origem,
com baixa no acervo.

Publique-se.

Brasília, 7 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

**Secretaria da Quinta Turma
Decisão Monocrática**

Processo Nº RR-1000487-28.2022.5.02.0445

Relator MORGANA DE ALMEIDA RICHIA
RECORRENTE HIDROVIAS DO BRASIL ADMINISTRACAO PORTUARIA SANTOS S.A.
ADVOGADO OTAVIO PINTO E SILVA(OAB: 93542/SP)
RECORRIDO METODO ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO DEBORA FERNANDA FARIA(OAB: 181547/SP)
RECORRIDO JUANEZ HENRIQUES DO NASCIMENTO
ADVOGADO JULIE MAGALHAES PAULA(OAB: 206394/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JUANEZ HENRIQUES DO NASCIMENTO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

DECISÃO

Alegando omissão a parte opõe embargos de declaração à decisão monocrática que deu provimento ao recurso de revista da segunda reclamada.

É o relatório.

DECIDO:

I – CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conhecimento dos embargos de declaração.

II – MÉRITO

O autor opõe embargos de declaração, sob o argumento de que há omissão quanto aos fundamentos apresentados nas contrarrazões do recurso de revista, onde restou demonstrado que a segunda ré tem passando por crises financeiras desde o ano de 2014, “*não podendo se falar que o embargado desconhecia a idoneidade econômico-financeira da empresa contratada*”.

Passo à análise.

Os embargos de declaração têm por finalidade provocar a complementação do julgado a fim de sanar vícios, com hipóteses taxativamente previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do CPC.

Assim, as partes podem fazer uso dos embargos de declaração quando constatarem a existência de erro material, omissão, contradição, obscuridade no julgado, bem como para prequestionar tese (art. 1.025 do CPC c/c Súmula nº 297 do C. TST), inclusive para provocar complementação de fundamentação deficiente (art. 489, § 1º, do CPC).

Todavia, a medida não impõe ao julgador a obrigação de se manifestar sobre a integralidade de argumentos formulados pelas partes, um a um, mas somente a respeito daqueles suficientes para fundamentar seu convencimento.

Afinal, *“havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este”* (OJ nº 118 da SBDI-1 do C. TST). Insta salientar também ser despidendo o prequestionamento quando a alegada violação emergir da própria decisão recorrida (OJ nº 119 da SBDI-1 do C. TST).

No caso, haverá omissão quando o julgado deixar de apreciar um pedido, enquanto o prequestionamento evidencia apenas a necessidade de manifestação adicional sobre questões jurídicas a tornar conhecida a matéria que será remetida, eventualmente, mediante recurso. Obscura é a decisão que padece de perspicuidade, enquanto a contradição diz respeito ao antagonismo endógeno entre premissas silogísticas e a subsunção ou entre o fundamento e a conclusão do provimento.

Pois bem.

Extraí-se da decisão embargada que *“a recorrente, que não é empresa construtora ou incorporadora, firmou com a primeira reclamada contrato de empreitada para execução de obra certa, consistente na ‘execução de obras nas dependências da 2ª ré e, com período de vigência claro e definido’”, e que “não há notícia no acórdão regional acerca da inidoneidade econômico-financeira da contratada”*.

Decidir de maneira diversa demandaria o reexame do acervo probatório, vedado nesta instância extraordinária (Súmula 126/TST).

Na realidade, depreende-se da transcrição do acórdão, em cotejo com as razões de embargos de declaração, o nítido intento de reanálise das matérias.

O reexame do mérito e da aplicação do direito é vedado em sede de embargos de declaração. Se a parte entende que o acórdão não julgou corretamente a questão (*error in judicando*), ou que tal entendimento destoa dos meios probatórios produzidos ou do posicionamento preponderante sobre a matéria, deve expor seu inconformismo por meio de medida recursal adequada.

Por fim, a oposição de embargos de declaração com o objetivo de obter o prequestionamento da matéria tem como pressuposto a

demonstração de vícios no julgado embargado (art. 1.022 da CLT e 897-A da CLT), o que não ocorreu.

Nestes termos, nego provimento.

III – CONCLUSÃO

Por tudo quanto dito, conheço dos embargos de declaração e, no mérito, nego-lhes provimento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

MORGANA DE ALMEIDA RICHA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000241-37.2021.5.05.0013

Relator	MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE	DELICATESSEN DULCE LTDA
ADVOGADO	PEDRO MASCARENHAS LIMA JUNIOR(OAB: 10415/BA)
AGRAVADO	STEPHANIE SANTANA DOMINGOS
ADVOGADO	RAFAELA DE JESUS CERQUEIRA(OAB: 50197/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELICATESSEN DULCE LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

DECISÃO

Alegando omissão a parte opõe embargos de declaração à decisão monocrática que negou provimento ao seu agravo de instrumento. É o relatório.

DECIDO:

I – CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

II – MÉRITO

Alega a parte embargante omissão no julgado, pois a insurgência possui transcendência hábil para processar o apelo.

Passo à análise.

Os embargos de declaração têm por finalidade provocar a complementação do julgado a fim de sanar vícios, com hipóteses taxativamente previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do

CPC.

Assim, as partes podem fazer uso dos embargos de declaração quando constatarem a existência de erro material, omissão, contradição, obscuridade no julgado, bem como para prequestionar tese (art. 1.025 do CPC c/c Súmula nº 297 do C. TST), inclusive para provocar complementação de fundamentação deficiente (art. 489, § 1º, do CPC).

Todavia, a medida não impõe ao julgador a obrigação de se manifestar sobre a integralidade de argumentos formulados pelas partes, um a um, mas somente a respeito daqueles suficientes para fundamentar seu convencimento.

Afinal, *“havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este”* (OJ nº 118 da SBDI-1 do C. TST). Insta salientar também ser despidendo o prequestionamento quando a alegada violação emergir da própria decisão recorrida (OJ nº 119 da SBDI-1 do C. TST).

No caso, haverá omissão quando o julgado deixar de apreciar um pedido, enquanto o prequestionamento evidencia apenas a necessidade de manifestação adicional sobre questões jurídicas a tornar conhecida a matéria que será remetida, eventualmente, mediante recurso. Obscura é a decisão que padece de perspicuidade, enquanto a contradição diz respeito ao antagonismo endógeno entre premissas silogísticas e a subsunção ou entre o fundamento e a conclusão do provimento.

Pois bem.

Extrai-se da decisão embargada:

“Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegera como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, §§ 1º-A, I, e 9º, da CLT, bem como óbice da Súmula 297, I, do TST. Limita-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.

Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.

A existência de óbice legal ao processamento da revista acaba por contaminar a própria transcendência da matéria, uma vez que obstaculiza a intervenção desta Corte Superior no caso concreto e impede a produção de reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, tal como fixado no art. 896-A, “caput” e § 1º, da CLT.”

Na realidade, depreende-se da transcrição da decisão recorrida, em cotejo com as razões de embargos de declaração, o nítido intento

de reanálise das matérias.

Isso porque, além de a embargantesequalegar a existência de qualquer vício, a decisão é clara no sentido de que o agravo estava desfundamentado, e, em razão desse óbice processual, que inviabiliza o exame da questão de fundo, resta evidenciada a ausência de transcendência do recurso de revista.

O reexame do mérito e da aplicação do direito é vedado em sede de embargos de declaração. Se a parte entende que o acórdão não julgou corretamente a questão (*error in iudicando*), ou que tal entendimento destoa dos meios probatórios produzidos ou do posicionamento preponderante sobre a matéria, deve expor seu inconformismo por meio de medida recursal adequada.

III – CONCLUSÃO

Por tudo quanto dito, conheço dos embargos de declaração e, no mérito, nego-lhes provimento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001537-23.2013.5.03.0113

Relator	MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ
AGRAVANTE	MARCELO RODRIGUES VIEIRA CHRISTO
ADVOGADO	CLERISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
ADVOGADO	LUIZ RENNO NETTO(OAB: 108908/MG)
AGRAVANTE	BANCO FIBRA SA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO	CREDIFIBRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO	BANCO FIBRA SA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO	MARCELO RODRIGUES VIEIRA CHRISTO
ADVOGADO	CLERISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
ADVOGADO	LUIZ RENNO NETTO(OAB: 108908/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO RODRIGUES VIEIRA CHRISTO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

DECISÃO

Alegando omissão a parte opõe embargos de declaração à decisão monocrática que negou provimento ao seu agravo de instrumento. É o relatório.

DECIDO:

I – CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

II – MÉRITO

O reclamado opõe embargos de declaração, sob o argumento de que há omissão no que diz respeito à citação das matérias recorridas, em especial no que tange aos temas “nulidade por negativa de prestação jurisdicional”, “jornada externa”, “integração de PLR” e “restituição de despesas pelo uso de automóvel particular”.

Pois bem.

De plano, verifico erro material no parágrafo citado pelo recorrente, de modo que, onde se lê:

“Na minuta de agravo de instrumento, a parte renova a sua insurgência quanto aos temas “horas extras – jornada de trabalho”, “pré-contratação de horas extras”, “intervalo intrajornada”, “dobra dos domingos trabalhados”, “reconhecimento dos sábados como DSR”, “equiparação salarial”, “gratuidade de justiça” e “integração das comissões”.

Leia-se:

“Na minuta de agravo de instrumento, a parte renova a sua insurgência quanto aos temas “nulidade por negativa de prestação jurisdicional”, “jornada externa”, “integração de PLR”, “restituição de despesas pelo uso de automóvel particular”, “horas extras – jornada de trabalho”, “pré-contratação de horas extras”, “intervalo intrajornada”, “dobra dos domingos trabalhados”, “reconhecimento dos sábados como DSR”, “equiparação salarial”, “gratuidade de justiça” e “integração das comissões”.

III – CONCLUSÃO

Por tudo quanto dito, **conheço e dou provimento** aos embargos de declaração, **para corrigir erro material**, nos termos da fundamentação, sem efeitos modificativos.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001537-23.2013.5.03.0113

Relator	MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ
AGRAVANTE	MARCELO RODRIGUES VIEIRA CHRISTO
ADVOGADO	CLERISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
ADVOGADO	LUIZ RENNO NETTO(OAB: 108908/MG)
AGRAVANTE	BANCO FIBRA SA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO	CREDIFIBRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO	BANCO FIBRA SA
ADVOGADO	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO	MARCELO RODRIGUES VIEIRA CHRISTO
ADVOGADO	CLERISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
ADVOGADO	LUIZ RENNO NETTO(OAB: 108908/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CREDIFIBRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

DECISÃO

Alegando omissão a parte opõe embargos de declaração à decisão monocrática que negou provimento ao seu agravo de instrumento. É o relatório.

DECIDO:

I – CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

II – MÉRITO

O reclamado opõe embargos de declaração, sob o argumento de que há omissão no que diz respeito à citação das matérias recorridas, em especial no que tange aos temas “nulidade por negativa de prestação jurisdicional”, “jornada externa”, “integração de PLR” e “restituição de despesas pelo uso de automóvel particular”.

particular".

Pois bem.

De plano, verifico erro material no parágrafo citado pelo recorrente, de modo que, onde se lê:

"Na minuta de agravo de instrumento, a parte renova a sua insurgência quanto aos temas "horas extras – jornada de trabalho", "pré-contratação de horas extras", "intervalo intrajornada", "dobra dos domingos trabalhados", "reconhecimento dos sábados como DSR", "equiparação salarial", "gratuidade de justiça" e "integração das comissões".

Leia-se:

"Na minuta de agravo de instrumento, a parte renova a sua insurgência quanto aos temas "nulidade por negativa de prestação jurisdicional", "jornada externa", "integração de PLR", "restituição de despesas pelo uso de automóvel particular", "horas extras – jornada de trabalho", "pré-contratação de horas extras", "intervalo intrajornada", "dobra dos domingos trabalhados", "reconhecimento dos sábados como DSR", "equiparação salarial", "gratuidade de justiça" e "integração das comissões"."

III – CONCLUSÃO

Por tudo quanto dito, **conheço e dou provimento** aos embargos de declaração, **para corrigir erro material**, nos termos da fundamentação, sem efeitos modificativos.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ministra Relatora

Despacho

Processo Nº RRAg-1001067-40.2020.5.02.0603

Relator	DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE	EDINALDO MENEZES DOS SANTOS
ADVOGADO	RAFAEL MARQUES CORREA(OAB: 225057/SP)
AGRAVADO	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO	RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
RECORRIDO	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO	RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
RECORRENTE	EDINALDO MENEZES DOS SANTOS
ADVOGADO	RAFAEL MARQUES CORREA(OAB: 225057/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDINALDO MENEZES DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

DESPACHO

Vistos etc.

Em respeito ao direito à ampla defesa e ao contraditório, constitucionalmente assegurados, bem como em atenção ao artigo 1.023, § 2º, do CPC/2015 e à Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 do TST, concedo o prazo de 5 (cinco) dias ao Embargado para, querendo, impugnar os embargos de declaração opostos.

Após, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 29 de junho de 2023.

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Secretaria da Sexta Turma

Despacho

Processo Nº Ag-AIRR-0011303-96.2015.5.15.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante	CONSÓRCIO SOROCABA
Advogado	Dr. Luiz Rosati(OAB: 43556/SP)
Advogado	Dr. Marcelo Horie(OAB: 174576-A/SP)
Agravado	CLAUDIO MARCIO DA SILVA
Advogado	Dr. Alberto Hadade(OAB: 106973-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO MARCIO DA SILVA
- CONSÓRCIO SOROCABA

Intimadas as partes, não há concordância acerca da realização de audiência de tentativa de conciliação. Assim, deixa-se de remeter os autos ao CEJUSC TST e determina-se o prosseguimento regular do feito.

Publique-se.

Brasília, 29 de junho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0003404-11.2012.5.15.0062

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Relator Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante JBS S.A.
Advogado Dr. Ricardo Ferreira da Silva(OAB: 180121-A/SP)
Advogada Dra. Luiza Karla Maximino Anastácio(OAB: 211810/SP)
Advogado Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado MARIA LÚCIA DOS SANTOS
Advogado Dr. Edmo Carvalho do Nascimento(OAB: 204781-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- MARIA LÚCIA DOS SANTOS

Junte-se a petição 290406/2023-0.

A reclamada desiste do agravo de instrumento.

Nos termos do art. 998 do Código de Processo Civil, a desistência do recurso independe da anuência do recorrido ou dos litisconsortes para que produza os efeitos jurídicos. Assim, homologo a desistência. Fica prejudicado o apelo.

Baixem os autos.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Secretaria da Sexta Turma

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento (processos PJe) da Sessão Ordinária da Sexta Turma, a realizar-se no dia 16/8/2023, às 9h00, na modalidade presencial.

Os pedidos de preferência, as inscrições para sustentação oral e os pedidos de participação virtual deverão ser registrados no sistema Preferência/Sustentação Oral ou de Participação na Sessão Virtual, constante da página eletrônica portal da advocacia do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>). É permitida a participação na sessão presencial, por meio de videoconferência, de advogado com domicílio profissional fora do Distrito Federal, desde que a requeira até o dia útil anterior ao da sessão, nos termos do art. 937, § 4º, c/c art. 219, ambos do CPC. Para participar da sessão de julgamento de forma remota, o advogado devidamente inscrito deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 54, de 29 de dezembro de 2020, por meio do link <https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr6>.

Somente será admitido o ingresso de advogados previamente inscritos.

Além dos processos constantes da presente pauta, poderão ser julgados na Sessão Ordinária da Sexta Turma processos com tramitação no sistema e-SIJ constantes de pauta específica.

PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO PRESENCIAL

Processo Nº AIRR-0000527-68.2019.5.05.0018

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE BANCO DO BRASIL SA
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)
AGRAVADO CARLA REIS SILVA CERQUEIRA
Advogado DR. RICARDO CALDAS PINHEIRO(OAB: 24945/BA)
Advogado DR. WELITON ESTRELA COSTA MENEZES(OAB: 29949/BA)
AGRAVADO BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogado DR. RAIMUNDO FEITOSA CARVALHO GOMES(OAB: 13398/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL SA
- BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
- CARLA REIS SILVA CERQUEIRA

Processo Nº AIRR-0001567-08.2017.5.05.0131

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE MUNICIPIO DE CAMACARI
AGRAVADO ELIANA DAS NEVES
Advogada DRA. GRASIELLY BARBOSA SAEZ AMADOR(OAB: 25229/BA)
Advogado DR. LINDOMAR PINTO SILVA SAEZ AMADOR(OAB: 25226/BA)
AGRAVADO ACMV ADMINISTRACAO DE SERVICOS EIRELI
Advogado DR. ANTONIO LUIZ CALMON NAVARRO TEIXEIRA DA SILVA FILHO(OAB: 14589/BA)
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ACMV ADMINISTRACAO DE SERVICOS EIRELI
- ELIANA DAS NEVES
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICIPIO DE CAMACARI

Processo Nº AIRR-0020063-64.2019.5.04.0771

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO LOURDES SAGGIN BENIN MARMITT
Advogada DRA. MIRCEIA STEIN(OAB: 72721/RS)
AGRAVADO TRADICAO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Advogado DR. MARIO ANTONIO HUBENTHAL PELLEGRINI FILHO(OAB: 76108/RS)
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LOURDES SAGGIN BENIN MARMITT
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- TRADICAO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

Processo Nº AIRR-0020314-30.2020.5.04.0001

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGRAVADO ROSIMELIA APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA
Advogada DRA. ROSALIA DO CARMO NASCIMENTO ALDROVANDI(OAB: 60047/RS)
AGRAVADO CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogado DR. JONATHAN HECK MUNHOZ(OAB: 101977/RS)
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- ROSIMELIA APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0020508-83.2018.5.04.0006

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE ACAA SOCIAL DA PAROQUIA DE IPANEMA
Advogado DR. ADALBERTO BUENO JUNIOR(OAB: 70659/RS)
AGRAVANTE MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE
AGRAVADO DANIELA VIEIRA DA SILVA
Advogado DR. PAULO RICARDO DIAS DE MORAES(OAB: 100913/RS)
Advogado DR. DIEGO PAIM MENDES(OAB: 97927/RS)
AGRAVADO ACAA SOCIAL DA PAROQUIA DE IPANEMA
Advogado DR. ADALBERTO BUENO JUNIOR(OAB: 70659/RS)
AGRAVADO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE

Intimado(s)/Citado(s):

- ACAA SOCIAL DA PAROQUIA DE IPANEMA
- DANIELA VIEIRA DA SILVA
- MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE

Processo Nº AIRR-0020541-12.2019.5.04.0403

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL
AGRAVADO LEONICE STOPASSOLA
Advogado DR. LEONIR JOSE TAUFÉ(OAB: 37575/RS)
AGRAVADO JOB RECURSOS HUMANOS LTDA
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOB RECURSOS HUMANOS LTDA
- LEONICE STOPASSOLA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL

Processo Nº AIRR-0020902-84.2018.5.04.0202

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogada DRA. PAULA FERREIRA KRIEGER(OAB: 57189/RS)
AGRAVADO IVONE FERREIRA DE MELLO

Advogada DRA. CAMILA SANTOS DA SILVA FLORIANO(OAB: 82187/RS)
Advogada DRA. AMANDA SALVINI DALLAGNOL(OAB: 91063/RS)
AGRAVADO PRISMASERV SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- IVONE FERREIRA DE MELLO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- PRISMASERV SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI

Processo Nº AIRR-0021563-07.2016.5.04.0017

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO MARIA DELFINO QUIRINO
Advogado DR. FERNANDA CARDOSO(OAB: 78243/RS)
AGRAVADO LABORAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogada DRA. LUCIANE LOVATO FARACO(OAB: 33818/RS)
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LABORAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- MARIA DELFINO QUIRINO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Processo Nº AIRR-0100414-94.2021.5.01.0461

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Advogada DRA. LIGIA NOLASCO(OAB: 136345/MG)
Advogado DR. HELIO SIQUEIRA JUNIOR(OAB: 62929/RJ)
Advogado DR. FABIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
AGRAVADO IGOR PAVAO SCODINO
Advogado DR. LUIS AMAVEL DUBOURCQ MALDONADO(OAB: 67073/RJ)
AGRAVADO LDM MANUTENCAO E MONTAGEM INDUSTRIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- IGOR PAVAO SCODINO
- LDM MANUTENCAO E MONTAGEM INDUSTRIAL EIRELI
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Processo Nº AIRR-1001793-71.2021.5.02.0605

Relator DESEMBARGADOR CONVOCADO JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVANTE MUNICIPIO DE SAO PAULO
Advogado DR. FABIO FERNANDO JACOB(OAB: 352420/SP)
Advogado DR. RENATO SPAGGIARI(OAB: 202317/SP)
AGRAVADO MUCIA IRENE CAMILO DIAS

Advogada DRA. PRISCILA DE CARVALHO
SANTOS SILVA(OAB: 254120/SP)
AGRAVADO ASSOCIACAO NOVA ESPERANCA
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO NOVA ESPERANCA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUCIA IRENE CAMILO DIAS
- MUNICIPIO DE SAO PAULO

EDILEUZA MARIA COSTA CUNHA
Secretária da 6ª Turma

**Secretaria da Sétima Turma
Decisão Monocrática**

Processo Nº AIRR-0000409-51.2022.5.06.0312

Relator ALEXANDRE DE SOUZA AGRA
BELMONTE
AGRAVANTE IMAX DIAGNOSTICO LTDA
ADVOGADO SALOMAO FRANCISCO ALVES
FILHO(OAB: 27989/PE)
AGRAVADO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE TECNOLOGIA EM IMAGEM
DIAGNOSTICA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
ADVOGADO KHAYTO KRAMER SANTOS(OAB:
43144/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- IMAX DIAGNOSTICO LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000409-51.2022.5.06.0312

AGRAVANTE: **IMAX DIAGNOSTICO LTDA**
ADVOGADO: Dr. SALOMAO FRANCISCO ALVES FILHO
AGRAVADO: **SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE
TECNOLOGIA EM IMAGEM DIAGNOSTICA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**
ADVOGADO: Dr. KHAYTO KRAMER SANTOS

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da
Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a

Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento
ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m)
que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o
trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de
revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 27/03/2023,
conforme se pode ver da aba de expedientes do PJE; recurso
apresentado em 11/04
/2023 - Id 295e947).

Representação processual regular (Id a203f9e, 37eecd6).

Preparo satisfeito (Id 4a482d7 , 2c9a7d4 e 72c558a).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DESCUMPRIMENTO CLÁUSULA CONVENCIONAL / MULTA

Alegação(ões):

- violação da(o) incisos I e II do artigo 818 da Consolidação das
Leis do Trabalho; incisos I e II do artigo 373 do Código de Processo
Civil de 2015; artigo
371 do Código de Processo Civil de 2015.

Fundamentos do acórdão recorrido:

"Em análise à documentada juntada aos
autos pela reclamada (ID 5560b33), constato que, apesar de
comprovar o fornecimento dos uniformes aos técnicos de
radiologia, não comprova que a entrega se deu de acordo com a
cláusula convencional, a qual prevê que "as empresas fornecerão,
gratuitamente, aos seus empregados, no mínimo 2 (dois)
uniformes por ano".

Já a obrigação de fornecimento ao Sindicato
da relação de empregados está estabelecida na norma coletiva da
categoria, a exemplo da CCT 2018/2019, com o seguinte teor:

"CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA: DA
INFORMAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO DE EMPREGADOS.

A partir da efetiva implantação do Conselho
Regional dos Radiologistas em Pernambuco, o Empregador fica
obrigado a fornecer ao final do 1.º trimestre de cada ano a Relação
dos seus Empregados que integram a base de representação do
Sindicato Profissional com o respectivo número de registro no
Conselho dos Técnicos em Radiologia, para fins de resguardar o
cumprimento das exigências previstas na Lei nº 7394/85 e Decreto
92.790/86. Estas informações podem ser enviadas por meio
correio eletrônico (e-mail) ou ser entregues na sede do

SINPROTIDEPE, devendo este emitir recibo comprovando o recebimento.".

No caso dos autos, verifica-se que, embora a ré tenha juntado o documento de ID e42e818, onde consta o registro dos funcionários ativos da Associação, não comprovou ter enviado a documentação para o Sindicato ao final do 1º trimestre de cada ano.

Inclusive, às fls. 271 vê-se que o e-mail referente ao ano de 2019, com a relação de funcionários, apenas foi enviado em 05.03.2020.

Em relação ao ano de 2021, vê-se (fls. 273 e 274) que foi enviado por e-mail o pagamento de mensalidade sindical específico de um funcionário (FAGNER GOMES DA SILVA) e apenas em fevereiro de 2021, não tendo sido enviada neste e-mail a relação de funcionários da IMAX DIAGNÓSTICO LTDA, tal qual previsto em CCT.

De igual modo, não se comprovou que a relação de empregados do ano de 2017 tenha sido enviada ao Sindicato. Outrossim, na referida documentação, não consta o número de registro no Conselho dos Técnicos em Radiologia, exigência expressa da cláusula normativa.

A reclamada, portanto, não se desincumbiu do seu ônus de demonstrar nos autos o cumprimento de sua obrigação de enviar, ao final de cada trimestre, à base de representação do Sindicato Profissional, a listagem dos técnicos em radiologia que trabalham nas hostes da empresa.

Patente, pois, a violação à cláusula convencional das CCTs que estipulava a entrega gratuita pela empregadora recorrida de, no mínimo, 02 uniformes por ano, aos profissionais abrangidos pela norma coletiva, bem como à cláusula convencional que previa a obrigatoriedade de fornecimento de relação de empregados, no final do 1º trimestre de cada ano, com o respectivo número de registro no Conselho dos Técnicos em Radiologia.

Pelo exposto, forçoso é reformar a r. sentença, no particular, para condenar a IMAX DIAGNÓSTICO LTDA ao pagamento de uma multa por descumprimento de cada CCT, em valor equivalente ao piso salarial da categoria profissional, conforme cláusulas 61ª, da CCT 2016/2017, 62ª da CCT 2017/2018, 59ª das CCTs 2018/2019 e 2019/2020 e 58ª da CCT 2020/2021." Confrontando os argumentos da parte recorrente com os fundamentos do acórdão, tenho que a revista não comporta processamento, pois a

Turma decidiu as questões veiculadas no presente apelo com base no conjunto

probatório contido nos autos e na legislação pertinente à matéria, não se vislumbrando

as violações e as contrariedades invocadas. Na verdade, verifico que o insurgimento da

recorrente consiste, tão somente, no inconformismo com a solução dada à lide ou,

quando muito, interpretação diversa daquela conferida pelo Regional.

Além disso, as alegações lançadas pela parte nas razões recursais, em sentido contrário, somente seriam aferíveis por meio de reexame fático,

o que não é possível por esta via recursal (Súmula nº 126 do TST).

CONCLUSÃO

Denego seguimento

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a

transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho

denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000409-51.2022.5.06.0312

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	IMAX DIAGNOSTICO LTDA
ADVOGADO	SALOMAO FRANCISCO ALVES FILHO(OAB: 27989/PE)
AGRAVADO	SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA EM IMAGEM DIAGNOSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO	KHAYTO KRAMER SANTOS(OAB: 43144/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA EM IMAGEM DIAGNOSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000409-51.2022.5.06.0312

AGRAVANTE: **IMAX DIAGNOSTICO LTDA**

ADVOGADO: Dr. SALOMAO FRANCISCO ALVES FILHO

AGRAVADO: **SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA EM IMAGEM DIAGNOSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

ADVOGADO: Dr. KHAYTO KRAMER SANTOS

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 27/03/2023, conforme se pode ver da aba de expedientes do PJE; recurso apresentado em 11/04 /2023 - Id 295e947).

Representação processual regular (Id a203f9e, 37eecd6).

Preparo satisfeito (Id 4a482d7 , 2c9a7d4 e 72c558a).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DESCUMPRIMENTO CLÁUSULA CONVENCIONAL / MULTA

Alegação(ões):

- violação da(o) incisos I e II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; incisos I e II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; artigo 371 do Código de Processo Civil de 2015.

Fundamentos do acórdão recorrido:

"Em análise à documentada juntada aos autos pela reclamada (ID 5560b33), constato que, apesar de comprovar o fornecimento dos uniformes aos técnicos de radiologia, não comprova que a entrega se deu de acordo com a cláusula convencional, a qual prevê que "as empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados, no mínimo 2 (dois) uniformes por ano".

Já a obrigação de fornecimento ao Sindicato da relação de empregados está estabelecida na norma coletiva da categoria, a exemplo da CCT 2018/2019, com o seguinte teor:

"CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA: DA

INFORMAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO DE EMPREGADOS.

A partir da efetiva implantação do Conselho Regional dos Radiologistas em Pernambuco, o Empregador fica obrigado a fornecer ao final do 1.º trimestre de cada ano a Relação dos seus Empregados que integram a base de representação do

Sindicato Profissional com o respectivo número de registro no Conselho dos Técnicos em Radiologia, para fins de resguardar o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 7394/85 e Decreto 92.790/86. Estas informações podem ser enviadas por meio correio eletrônico (e-mail) ou ser entregues na sede do SINPROTIDEPE, devendo este emitir recibo comprovando o recebimento."

No caso dos autos, verifica-se que, embora a ré tenha juntado o documento de ID e42e818, onde consta o registro dos funcionários ativos da Associação, não comprovou ter enviado a documentação para o Sindicato ao final do 1º trimestre de cada ano.

Inclusive, às fls. 271 vê-se que o e-mail referente ao ano de 2019, com a relação de funcionários, apenas foi enviado em 05.03.2020.

Em relação ao ano de 2021, vê-se (fls. 273 e 274) que foi enviado por e-mail o pagamento de mensalidade sindical específico de um funcionário (FAGNER GOMES DA SILVA) e apenas em fevereiro de 2021, não tendo sido enviada neste e-mail a relação de funcionários da IMAX DIAGNÓSTICO LTDA, tal qual previsto em CCT.

De igual modo, não se comprovou que a relação de empregados do ano de 2017 tenha sido enviada ao Sindicato. Outrossim, na referida documentação, não consta o número de registro no Conselho dos Técnicos em Radiologia, exigência expressa da cláusula normativa.

A reclamada, portanto, não se desincumbiu do seu ônus de demonstrar nos autos o cumprimento de sua obrigação de enviar, ao final de cada trimestre, à base de representação do Sindicato Profissional, a listagem dos técnicos em radiologia que trabalham nas hostes da empresa.

Patente, pois, a violação à cláusula convencional das CCTs que estipulava a entrega gratuita pela empregadora recorrida de, no mínimo, 02 uniformes por ano, aos profissionais abrangidos pela norma coletiva, bem como à cláusula convencional que previa a obrigatoriedade de fornecimento de relação de empregados, no final do 1º trimestre de cada ano, com o respectivo número de registro no Conselho dos Técnicos em Radiologia.

Pelo exposto, forçoso é reformar a r. sentença, no particular, para condenar a IMAX DIAGNÓSTICO LTDA ao pagamento de uma multa por descumprimento de cada CCT, em valor equivalente ao piso salarial da categoria profissional,

conforme cláusulas 61ª, da CCT 2016/2017, 62ª da CCT 2017/2018, 59ª das CCTs 2018/2019 e 2019/2020 e 58ª da CCT 2020/2021."

Confrontando os argumentos da parte recorrente com os fundamentos do acórdão, tenho que a revista não comporta processamento, pois a

Turma decidiu as questões veiculadas no presente apelo com base no conjunto

probatório contido nos autos e na legislação pertinente à matéria, não se vislumbrando

as violações e as contrariedades invocadas. Na verdade, verifico que o insurgimento da

recorrente consiste, tão somente, no inconformismo com a solução dada à lide ou,

quando muito, interpretação diversa daquela conferida pelo Regional.

Além disso, as alegações lançadas pela parte nas razões recursais, em sentido contrário, somente seriam aferíveis por meio de reexame fático,

o que não é possível por esta via recursal (Súmula nº 126 do TST).

CONCLUSÃO

Denego seguimento

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício

exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000683-09.2022.5.02.0603

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	LOJAS RENNER S.A.
ADVOGADO	THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB: 228213/SP)
AGRAVADO	PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO	RUBENS RODRIGUES ALVES DE MATOS(OAB: 372446/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS RENNER S.A.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000683-09.2022.5.02.0603

AGRAVANTE : **LOJAS RENNER S.A.**

ADVOGADO : Dr. THIAGO MAHFUZ VEZZI

AGRAVADO : **PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA**

ADVOGADO : Dr. RUBENS RODRIGUES ALVES DE MATOS

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000683-09.2022.5.02.0603

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000683-09.2022.5.02.0603 - Turma 10

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

LOJAS RENNER S.A.

Advogado(a)(s):

THIAGO MAHFUZ VEZZI (SP - 228213)

Recorrido(a)(s):

PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA

Advogado(a)(s):

RUBENS RODRIGUES ALVES DE MATOS (SP - 372446)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 02/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 14/03/2023 - id. d0253f4).

Regular a representação processual, id. b996144.

Satisfeito o preparo (id(s). a377f78 e fdd0dbe).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Duração do Trabalho / Compensação de Jornada.

Nos termos do art. 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema

debatido.

Como se depreende das razões recursais, a reclamada apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do Tribunal Superior do Trabalho: "RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaque acrescido).

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR-60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Waldir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR-10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR-69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/ce

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada

dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000683-09.2022.5.02.0603

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	LOJAS RENNER S.A.
ADVOGADO	THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB: 228213/SP)
AGRAVADO	PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO	RUBENS RODRIGUES ALVES DE MATOS(OAB: 372446/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000683-09.2022.5.02.0603

AGRAVANTE : **LOJAS RENNER S.A.**

ADVOGADO : Dr. THIAGO MAHFUZ VEZZI

AGRAVADO : **PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA**

ADVOGADO : Dr. RUBENS RODRIGUES ALVES DE MATOS

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000683-09.2022.5.02.0603

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000683-09.2022.5.02.0603 - Turma 10

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

LOJAS RENNER S.A.

Advogado(a)(s):

THIAGO MAHFUZ VEZZI (SP - 228213)

Recorrido(a)(s):

PALOMA CAMILA DA SILVA MOREIRA

Advogado(a)(s):

RUBENS RODRIGUES ALVES DE MATOS (SP - 372446)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 02/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 14/03/2023 - id. d0253f4).

Regular a representação processual, id. b996144.

Satisfeito o preparo (id(s). a377f78 e fdd0dbe).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Duração do Trabalho / Compensação de Jornada.

Nos termos do art. 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

Como se depreende das razões recursais, a reclamada apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do Tribunal Superior do Trabalho: "RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO

À APRECIÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaque acrescido).

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR-60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Waldir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR-10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR-69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/ce

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a

existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante

certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001141-60.2020.5.09.0654

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SILVIO NEY DE SOUZA
ADVOGADO	JULIANO CASTELHANO LEMOS(OAB: 50531/PR)
AGRAVADO	TFP VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FABIO LUIZ AGNOLETTI(OAB: 24074/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SILVIO NEY DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0001141-60.2020.5.09.0654

AGRAVANTE: **SILVIO NEY DE SOUZA**

ADVOGADO: Dr. JULIANO CASTELHANO LEMOS

AGRAVADO: **TFP VEICULOS LTDA**

ADVOGADO: Dr. FABIO LUIZ AGNOLETTI

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

RECURSO DE: SILVIO NEY DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OJ DE ANÁLISE DE RECURSO

AP 0001141-60.2020.5.09.0654

AGRAVANTE: SILVIO NEY DE SOUZA

AGRAVADO: PRL LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI

Recorrente(s): 1. SILVIO NEY DE SOUZA

Recorrido(a)(s): 1. PRL LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI

RECURSO DE: SILVIO NEY DE SOUZA

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 24/02/2023 - Id 8046381; recurso apresentado em 03/03/2023 - Id 61dce31).

Representação processual regular (Id 9aa6d12).

Preparo inexigível.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na somente tem fase de execução

cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / PARTES E PROCURADORES (8842)

/ SUCUMBÊNCIA (8874) / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / PARTES E PROCURADORES (8842)

/ ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem

cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, o

que não foi observado pela parte Recorrente, tornando inviável o processamento do

recurso de revista.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal

Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na

hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001141-60.2020.5.09.0654

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SILVIO NEY DE SOUZA
ADVOGADO	JULIANO CASTELHANO LEMOS(OAB: 50531/PR)
AGRAVADO	TFP VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FABIO LUIZ AGNOLETTI(OAB: 24074/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- TFP VEICULOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0001141-60.2020.5.09.0654

AGRAVANTE: **SILVIO NEY DE SOUZA**
ADVOGADO: Dr. JULIANO CASTELHANO LEMOS
AGRAVADO: **TFP VEICULOS LTDA**
ADVOGADO: Dr. FABIO LUIZ AGNOLETTI

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

RECURSO DE: SILVIO NEY DE SOUZA
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
OJ DE ANÁLISE DE RECURSO
AP 0001141-60.2020.5.09.0654
AGRAVANTE: SILVIO NEY DE SOUZA
AGRAVADO: PRL LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI
Recorrente(s): 1. SILVIO NEY DE SOUZA
Recorrido(a)(s): 1. PRL LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI

RECURSO DE: SILVIO NEY DE SOUZA

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 24/02/2023 - Id 8046381; recurso apresentado em 03/03/2023 - Id 61dce31).

Representação processual regular (Id 9aa6d12).

Preparo inexigível.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na somente tem fase de execução cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / PARTES E PROCURADORES (8842)

/ SUCUMBÊNCIA (8874) / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / PARTES E PROCURADORES (8842)

/ ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, o que não foi observado pela parte Recorrente, tornando inviável o processamento do recurso de revista.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência

sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010908-09.2022.5.03.0044

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	ELBERT MAGALHAES MENESES JUNIOR
ADVOGADO	ALINE DE OLIVEIRA E SILVA(OAB: 138085/RJ)
ADVOGADO	PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA(OAB: 124974/MG)
ADVOGADO	PEDRO ZATTAR EUGENIO(OAB: 128404/MG)

AGRAVADO RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE
NEGOCIOS LTDA
ADVOGADO SIDNEY RUIZ BERNARDO
JUNIOR(OAB: 255832/SP)
ADVOGADO AMANDA CATANANTE(OAB:
421540/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELBERT MAGALHAES MENESES JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0010908-09.2022.5.03.0044

AGRAVANTE : **ELBERT MAGALHAES MENESES JUNIOR**

ADVOGADA : Dra. ALINE DE OLIVEIRA E SILVA

ADVOGADO : Dr. PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E
ALMEIDA

ADVOGADO : Dr. PEDRO ZATTAR EUGENIO

AGRAVADO : **RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS
LTDA**

ADVOGADO : Dr. SIDNEY RUIZ BERNARDO JUNIOR

ADVOGADA : Dra. AMANDA CATANANTE

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 17/02/2023 ; recurso de revista interposto em 26/02/2023), dispensado o preparo (Idaf6e7b8), sendo regular a representação processual.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º da CLT, cabe ao Tribunal Superior

do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT (incluído pela Lei nº 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Ressalte-se que a transcrição do inteiro teor do acórdão (Id d1e40d3 - fls. 5/8), sem qualquer destaque dos trechos controversos ou indicação posterior apenas dos excertos que demonstram a controvérsia, não atende à exigência legal supracitada, uma vez que é ônus da recorrente trazer a tese central objeto da controvérsia.

Nesse sentido, aliás, é a iterativa e notória jurisprudência do TST, que entende ser inválida a transcrição do inteiro teor ou quase inteiro teor da decisão recorrida, conforme se depreende dos seguintes precedentes, dentre vários: (AIRR-112300-13.2010.5.21.0011, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 21.9.2018); (E-ED-RR - 1720-69.2012.5.15.0153, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 22.9.2017) ; (AIRR - 461-94.2014.5.04.0211, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT 16.3.2018); (RR-11027-95.2014.5.15.0082, Ac. 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 26.5.2017).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação

trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou

credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGÓ SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010908-09.2022.5.03.0044

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	ELBERT MAGALHAES MENESES JUNIOR
ADVOGADO	ALINE DE OLIVEIRA E SILVA(OAB: 138085/RJ)
ADVOGADO	PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA(OAB: 124974/MG)
ADVOGADO	PEDRO ZATTAR EUGENIO(OAB: 128404/MG)
AGRAVADO	RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA
ADVOGADO	SIDNEY RUIZ BERNARDO JUNIOR(OAB: 255832/SP)
ADVOGADO	AMANDA CATANANTE(OAB: 421540/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0010908-09.2022.5.03.0044

AGRAVANTE : ELBERT MAGALHAES MENESES JUNIOR

ADVOGADA : Dra. ALINE DE OLIVEIRA E SILVA

ADVOGADO : Dr. PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E
ALMEIDA

ADVOGADO : Dr. PEDRO ZATTAR EUGENIO

**AGRAVADO : RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS
LTDA**

ADVOGADO : Dr. SIDNEY RUIZ BERNARDO JUNIOR

ADVOGADA : Dra. AMANDA CATANANTE

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 17/02/2023 ; recurso de revista interposto em 26/02/2023), dispensado o preparo (Idaf6e7b8), sendo regular a representação processual.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º da CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT (incluído pela Lei nº 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Ressalte-se que a transcrição do inteiro teor do acórdão (Id d1e40d3 - fls. 5/8), sem qualquer destaque dos trechos controversos ou indicação posterior apenas dos excertos que demonstram a controvérsia, não atende à exigência legal supracitada, uma vez que é ônus da recorrente trazer a tese central objeto da controvérsia.

Nesse sentido, aliás, é a iterativa e notória jurisprudência do TST, que entende ser inválida a transcrição do inteiro teor ou quase inteiro teor da decisão recorrida, conforme se depreende dos seguintes precedentes, dentre vários: (AIRR-112300-13.2010.5.21.0011, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 21.9.2018); (E-ED-RR - 1720-69.2012.5.15.0153, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 22.9.2017) ; (AIRR - 461-94.2014.5.04.0211, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT 16.3.2018); (RR-11027-95.2014.5.15.0082, Ac. 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 26.5.2017).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da

decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST.

Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000466-85.2022.5.02.0434

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO	ANA PAULA VIESI(OAB: 119451/SP)
ADVOGADO	CRISTIANO BUGANZA(OAB: 210466/SP)
AGRAVADO	FLEURY S.A.
ADVOGADO	OTAVIO PINTO E SILVA(OAB: 93542/SP)
AGRAVADO	LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA
ADVOGADO	HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR(OAB: 222892/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000466-85.2022.5.02.0434

AGRAVANTE : SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

ADVOGADA : Dra. ANA PAULA VIESI

ADVOGADO : Dr. CRISTIANO BUGANZA

AGRAVADO : LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA

ADVOGADO : Dr. HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR

AGRAVADO : FLEURY S.A.

ADVOGADO : Dr. OTAVIO PINTO E SILVA

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000466-85.2022.5.02.0434

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000466-85.2022.5.02.0434 - Turma 8

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

1.SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

Advogado(a)(s):

1.CRISTIANO BUGANZA (SP - 210466)

1.ANA PAULA VIESI (SP - 119451)

Recorrido(a)(s):

1.LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA

2.FLEURY S.A.

Advogado(a)(s):

1.HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR (SP - 222892)

2.OTAVIO PINTO E SILVA (SP - 93542)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 04/04/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 17/04/2023 - id. ba7df6d).

Regular a representação processual, id. cbf3292.

Satisfeito o preparo (id(s). 4dda5a8, aaa8dce e 8a64de6, 2a730cd).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Gestante.

A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 244, III, do TST.

O reexame pretendido encontra óbice no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333, do TST, pois, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência da Corte Superior, já foi atingido o fim precípua do recurso de revista, que é a uniformização da jurisprudência.

Nesse sentido:

"[...] DECISÃO EM CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO PACIFICADO DESTA CORTE SUPERIOR. ÓBICE DO ART. 896, § 7º, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Tendo em vista a finalidade precípua desta instância extraordinária na uniformização de teses jurídicas, a existência de entendimento sumulado ou representativo de iterativa e notória jurisprudência, em consonância com a decisão recorrida, configura impeditivo ao processamento do recurso de revista, por imperativo legal. Tal diretriz, antes contida no art. 896, "a", parte final, da CLT e na Súmula 333/TST, está, hoje, consagrada pelo mesmo art. 896, § 7º, do Texto Consolidado [...]. Mantém-se a decisão recorrida. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-11204-31.2017.5.03.0036, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 10/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/jug

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente

a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000466-85.2022.5.02.0434

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO	ANA PAULA VIESI(OAB: 119451/SP)

ADVOGADO CRISTIANO BUGANZA(OAB: 210466/SP)
AGRAVADO FLEURY S.A.
ADVOGADO OTAVIO PINTO E SILVA(OAB: 93542/SP)
AGRAVADO LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA
ADVOGADO HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR(OAB: 222892/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000466-85.2022.5.02.0434

AGRAVANTE : SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

ADVOGADA : Dra. ANA PAULA VIESI

ADVOGADO : Dr. CRISTIANO BUGANZA

AGRAVADO : **LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA**

ADVOGADO : Dr. HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR

AGRAVADO : **FLEURY S.A.**

ADVOGADO : Dr. OTAVIO PINTO E SILVA

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000466-85.2022.5.02.0434

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000466-85.2022.5.02.0434 - Turma 8

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

1.SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

Advogado(a)(s):

1.CRISTIANO BUGANZA (SP - 210466)

1.ANA PAULA VIESI (SP - 119451)

Recorrido(a)(s):

1.LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA

2.FLEURY S.A.

Advogado(a)(s):

1.HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR (SP - 222892)

2.OTAVIO PINTO E SILVA (SP - 93542)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 04/04/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 17/04/2023 - id. ba7df6d).

Regular a representação processual,id. cbf3292.

Satisfeito o preparo (id(s). 4dda5a8, aaa8dce e 8a64de6, 2a730cd).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Gestante.

A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 244, III, do TST.

O reexame pretendido encontra óbice no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333, do TST, pois, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência da Corte Superior, já foi atingido o fim precípua do recurso de revista, que é a uniformização da jurisprudência.

Nesse sentido:

"[...] DECISÃO EM CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO PACIFICADO DESTA CORTE SUPERIOR. ÓBICE DO ART. 896, § 7º, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Tendo em vista a finalidade precípua desta instância extraordinária na uniformização de teses jurídicas, a existência de entendimento simulado ou representativo de iterativa e notória jurisprudência, em consonância com a decisão recorrida, configura impeditivo ao processamento do recurso de revista, por imperativo legal. Tal diretriz, antes contida no art. 896, "a", parte final, da CLT e na Súmula 333/TST, está, hoje, consagrada pelo mesmo art. 896, § 7º, do Texto Consolidado [...]. Mantém-se a decisão recorrida. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-11204-31.2017.5.03.0036, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT

10/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/jug

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de

reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, “...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados”, grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGÓ

SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000466-85.2022.5.02.0434

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO	ANA PAULA VIESI(OAB: 119451/SP)
ADVOGADO	CRISTIANO BUGANZA(OAB: 210466/SP)
AGRAVADO	FLEURY S.A.
ADVOGADO	OTAVIO PINTO E SILVA(OAB: 93542/SP)
AGRAVADO	LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA
ADVOGADO	HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR(OAB: 222892/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLEURY S.A.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000466-85.2022.5.02.0434

AGRAVANTE : SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

ADVOGADA : Dra. ANA PAULA VIESI

ADVOGADO : Dr. CRISTIANO BUGANZA

AGRAVADO : **LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA**

ADVOGADO : Dr. HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR

AGRAVADO : **FLEURY S.A.**

ADVOGADO : Dr. OTAVIO PINTO E SILVA

D E C I S Ã O

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento

ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000466-85.2022.5.02.0434

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000466-85.2022.5.02.0434 - Turma 8

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

1.SRM - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA

Advogado(a)(s):

1.CRISTIANO BUGANZA (SP - 210466)

1.ANA PAULA VIESI (SP - 119451)

Recorrido(a)(s):

1.LARISSA JENNIFER DA COSTA SILVA

2.FLEURY S.A.

Advogado(a)(s):

1.HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR (SP - 222892)

2.OTAVIO PINTO E SILVA (SP - 93542)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 04/04/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 17/04/2023 - id. ba7df6d).

Regular a representação processual,id. cbf3292.

Satisfeito o preparo (id(s). 4dda5a8, aaa8dce e 8a64de6, 2a730cd).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Gestante.

A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 244, III, do TST.

O reexame pretendido encontra óbice no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333, do TST, pois, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência da Corte Superior, já foi atingido o fim precípua do recurso de revista, que é a uniformização da jurisprudência.

Nesse sentido:

"[...] DECISÃO EM CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO PACIFICADO DESTA CORTE SUPERIOR. ÓBICE DO ART. 896, § 7º, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. 1. Tendo em vista a finalidade precípua desta instância extraordinária na uniformização de teses jurídicas, a existência de entendimento sumulado ou representativo de iterativa e notória jurisprudência, em consonância com a decisão recorrida, configura impeditivo ao processamento do recurso de revista, por imperativo legal. Tal diretriz, antes contida no art. 896, "a", parte final, da CLT e na Súmula 333/TST, está, hoje, consagrada pelo mesmo art. 896, § 7º, do Texto Consolidado [...]. Mantém-se a decisão recorrida. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-11204-31.2017.5.03.0036, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 10/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/jug

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a

dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000566-19.2022.5.02.0053

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	LAZARO SOUZA MACEDO
ADVOGADO	PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA(OAB: 124974/MG)
ADVOGADO	PEDRO ZATTAR EUGENIO(OAB: 128404/MG)
AGRAVADO	AIQFOME LTDA
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAZARO SOUZA MACEDO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000566-19.2022.5.02.0053

AGRAVANTE : **LAZARO SOUZA MACEDO**
ADVOGADO : Dr. PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA
ADVOGADO : Dr. PEDRO ZATTAR EUGENIO
AGRAVADO : **AIQFOME LTDA**
ADVOGADO : Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000566-19.2022.5.02.0053

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000566-19.2022.5.02.0053 - Turma 17

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

LAZARO SOUZA MACEDO

Advogado(a)(s):

PEDRO ZATTAR EUGENIO (MG - 128404)

PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA (MG - 124974)

Recorrido(a)(s):

AIQFOME LTDA

Advogado(a)(s):

RODRIGO SEIZO TAKANO (SP - 162343)

MARCELO DANTAS LOPES (PR - 25726)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 20/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 26/03/2023 - id. 147ac71).

Regular a representação processual, id. 5c63576.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Entendeu o Regional que o recorrente não estava sujeito a um

efetivo poder diretivo exercido pela reclamada, desempenhando suas atividades com autonomia e conforme sua conveniência.

As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, do TST.

Nesse sentido:

"[...] REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 126 DO TST. 2.1. A finalidade precípua desta Corte Superior, na uniformização de teses jurídicas, não autoriza a revisão do conjunto fático-probatório já analisado pelo Tribunal Regional, na esteira do entendimento consolidado pela Súmula 126/TST. 2.2. Na hipótese dos autos, não se trata de mero reenquadramento jurídico dos fatos, tendo em vista a efetiva necessidade de revolver o acervo probatório para adotar conclusão diversa daquela obtida pelo TRT. 2.3. As alegações recursais da parte contrariam frontalmente o quadro fático delineado no acórdão regional. Desse modo, o acolhimento de suas pretensões demandaria necessariamente o reexame do acervo probatório, procedimento vedado nesta esfera extraordinária. [...]" (Ag-ARR-1148-96.2015.5.21.0006, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 16/12/2022).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/fra

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da

decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST.

Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000566-19.2022.5.02.0053

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	LAZARO SOUZA MACEDO
ADVOGADO	PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA(OAB: 124974/MG)
ADVOGADO	PEDRO ZATTAR EUGENIO(OAB: 128404/MG)
AGRAVADO	AIQFOME LTDA
ADVOGADO	RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIQFOME LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000566-19.2022.5.02.0053

AGRAVANTE : **LAZARO SOUZA MACEDO**

ADVOGADO : Dr. PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA

ADVOGADO : Dr. PEDRO ZATTAR EUGENIO

AGRAVADO : **AIQFOME LTDA**

ADVOGADO : Dr. RODRIGO SEIZO TAKANO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000566-19.2022.5.02.0053

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RORSum-1000566-19.2022.5.02.0053 - Turma 17

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

LAZARO SOUZA MACEDO

Advogado(a)(s):

PEDRO ZATTAR EUGENIO (MG - 128404)

PEDRO PAULO POLASTRI DE CASTRO E ALMEIDA (MG - 124974)

Recorrido(a)(s):

AIQFOME LTDA

Advogado(a)(s):

RODRIGO SEIZO TAKANO (SP - 162343)

MARCELO DANTAS LOPES (PR - 25726)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 20/03/2023 -

Aba de Movimentações; recurso apresentado em 26/03/2023 - id. 147ac71).

Regular a representação processual, id. 5c63576.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Entendeu o Regional que o recorrente não estava sujeito a um efetivo poder diretivo exercido pela reclamada, desempenhando suas atividades com autonomia e conforme sua conveniência.

As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, do TST.

Nesse sentido:

"[...] REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 126 DO TST. 2.1. A finalidade precípua desta Corte Superior, na uniformização de teses jurídicas, não autoriza a revisão do conjunto fático-probatório já analisado pelo Tribunal Regional, na esteira do entendimento consolidado pela Súmula 126/TST. 2.2. Na hipótese dos autos, não se trata de mero reenquadramento jurídico dos fatos, tendo em vista a efetiva necessidade de revolver o acervo probatório para adotar conclusão diversa daquela obtida pelo TRT. 2.3. As alegações recursais da parte contrariam frontalmente o quadro fático delineado no acórdão regional. Desse modo, o acolhimento de suas pretensões demandaria necessariamente o reexame do acervo probatório, procedimento vedado nesta esfera extraordinária. [...]" (Ag-ARR-1148-96.2015.5.21.0006, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 16/12/2022).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/fra

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal

Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na

hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000217-60.2022.5.12.0051

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	LUCAS GUSTAVO PAGELKOPF
ADVOGADO	LARYSSA LAYS DUTRA CORREA DE SOUZA(OAB: 57345/SC)
AGRAVADO	UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADO	LUIZ AFRANIO ARAUJO(OAB: 58477/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCAS GUSTAVO PAGELKOPF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000217-60.2022.5.12.0051

AGRAVANTE : **LUCAS GUSTAVO PAGELKOPF**

ADVOGADA : Dra. LARYSSA LAYS DUTRA CORREA DE SOUZA

AGRAVADO : **UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.**

ADVOGADO : Dr. LUIZ AFRANIO ARAUJO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual.

Dispensado o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Consigno, inicialmente, que, o cabimento de recurso de revista nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo restringe-se às hipóteses de contrariedade à súmula do TST e à súmula vinculante do STF e violação direta de norma da Constituição Federal, consoante o disposto no § 9º do art. 896 da CLT.

Por essa razão, serão desconsideradas, na análise dos pressupostos intrínsecos, eventuais alegações de contrariedade a verbetes jurisprudenciais distintos dos previstos, de violação à legislação infraconstitucional ou de divergência jurisprudencial. Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Alegação(ões):

- violação dos arts. 1º, III e IV, 5º, II e LV, 7º, I e XXXIV, 93, IX, 193,

da Constituição Federal.

A parte recorrente busca o reconhecimento de vínculo empregatício.

Consta do acórdão:

"Vínculo empregatício

[...]

De fato, conforme reconhecido pela jurisprudência do Colendo TST, as condições de trabalho dos motoristas da UBER são notórias e executadas com autonomia, situação decorrente das próprias atividades desenvolvidas e do modo de contraprestação, sem qualquer exigência de trabalho subordinado (TST, 5ª T., Ag-AIRR - 1001160-73.2018.5.02.0473, Rel. Min. BRENO MEDEIROS, DEJT 20/08/2021; TST, 4ª T., RR-10555-54.2019.5.03.0179, Rel. Min. IVES GANDRA MARTINS FILHO, DEJT 05/03/2021; TST, 8ª T., AIRR-11199-47.2017.5.03.0185, Rel.ª Min.ª DORA MARIA DA COSTA, DEJT 31/01 /2019).

Primeiro, há total liberdade de horários e de dias trabalhados, não havendo nem sequer convocação da empresa, cabendo ao motorista estabelecer os dias, horários e forma de trabalho, podendo, inclusive, desligar o aplicativo a qualquer momento e pelo tempo que julgar necessário, demonstrando a autonomia na realização das atividades.

Segundo, todos os custos são assumidos pelo motorista, de modo que este escolhe entre comprar/financiar/alugar o veículo, escolhe dividir (ou não) o veículo com outro motorista, escolhe entre veículo mais confortável ou mais econômico, escolhe investir (ou não) em converter o combustível para GNV, decisões que afastam a alteridade dos serviços e denotam o exercício de atividade econômica própria e autônoma.

Terceiro, o aplicativo não impõe corrida ao motorista nem mesmo quando está logado, mas tão somente apresenta uma proposta de corrida, com valor e distância, tendo este plena liberdade e condições de avaliar o custo /benefício para aceitar (ou não).

Quarto, o motorista tem liberdade para trabalhar para outras empresas concorrentes, bem como para clientes particulares, sempre optando pelas melhores oportunidades.

Quinto, o próprio valor recebido pelo motorista pelos serviços prestados (75-80% do valor total da corrida) demonstra a inexistência de heterodireção na prestação de serviços, na medida em que o faturamento destinado à empresa mal seria capaz de suportar as contribuições previdenciárias diretas (20%+8%), férias+1/3 (11,11%), 13º salário (8,33%) e FGTS (8%+3,2%), isso tudo sem cogitar dos outros tributos e custos da empresa.

Sexto, a jurisprudência do Colendo TST reconhece a autonomia na prestação de serviços:

"RECURSO DE REVISTA OBREIRO - VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE O MOTORISTA DE APLICATIVO E A EMPRESA

PROVEDORA DA PLATAFORMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (UBER) - IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DIANTE DA AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - RECURSO DESPROVIDO. (...) 2. Ademais, deixa-se de aplicar o óbice previsto na Súmula 126 desta Corte, uma vez que os atuais modelos de contratação firmados entre as empresas detentoras da plataforma de tecnologia (Uber) e os motoristas que delas se utilizam são de conhecimento público e notório (art. 374, I, do CPC) e consona com o quadro fático delineado pelo Regional. 3. Em relação às novas formas de trabalho e à incorporação de tecnologias digitais no trato das relações interpessoais - que estão provocando uma transformação profunda no Direito do Trabalho, mas carentes ainda de regulamentação legislativa específica - deve o Estado-Juiz, atento a essas mudanças, distinguir os novos formatos de trabalho daqueles em que se está diante de uma típica fraude à relação de emprego, de modo a não frear o desenvolvimento socioeconômico do país no afã de aplicar regras protetivas do direito laboral a toda e qualquer forma de trabalho. 4. Nesse contexto, analisando, à luz dos arts. 2º e 3º da CLT, a relação existente entre a Uber e os motoristas que se utilizam desse aplicativo para o para obterem clientes dos seus serviços de transporte, tem-se que: a) quanto à habitualidade, inexistente a obrigação de uma frequência predeterminada ou mínima de labor pelo motorista para o uso do aplicativo, estando a cargo do profissional definir os dias e a constância em que irá trabalhar; b) quanto à subordinação jurídica, a par da ampla autonomia do motorista em escolher os dias, horários e forma de labor, podendo desligar o aplicativo a qualquer momento e pelo tempo que entender necessário, sem nenhuma vinculação a metas determinadas pela Uber ou sanções decorrentes de suas escolhas, a necessidade de observância de cláusulas contratuais (v.g., valores a serem cobrados, código de conduta, instruções de comportamento, avaliação do motorista pelos clientes), com as correspondentes sanções no caso de descumprimento (para que se preserve a confiabilidade e a manutenção do aplicativo no mercado concorrencial), não significa que haja ingerência no modo de trabalho prestado pelo motorista, reforçando a convicção quanto ao trabalho autônomo a inclusão da categoria de motorista de aplicativo independente, como o motorista da Uber, no rol de atividades permitidas para inscrição como Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Resolução 148 /2019 do Comitê Gestor do Simples Nacional; c) quanto à remuneração, o caráter autônomo da prestação de serviços se caracteriza por arcar, o motorista, com os custos da prestação do serviço (manutenção do carro, combustível, IPVA), caber a ele a responsabilidade por

eventuais sinistros, multas, atos ilícitos ocorridos, dentre outros (ainda que a empresa provedora da plataforma possa vir a ser responsabilizada solidariamente em alguns casos), além de os percentuais fixados pela Uber, de cota parte do motorista, entre 75% e 80% do preço pago pelo usuário, serem superiores ao que este Tribunal vem admitindo como suficientes a caracterizar a relação de parceria entre os envolvidos. 5. Já quanto à alegada subordinação estrutural, não cabe ao Poder Judiciário ampliar conceitos jurídicos a fim de reconhecer o vínculo empregatício de profissionais que atuam em novas formas de trabalho, emergentes da dinâmica do mercado concorrencial atual e, principalmente, de desenvolvimentos tecnológicos, nas situações em que não se constata nenhuma fraude, como é o caso das empresas provedoras de aplicativos de tecnologia, que têm como finalidade conectar quem necessita da condução com o motorista credenciado, sendo o serviço prestado de motorista, em si, competência do profissional e apenas uma consequência inerente ao que propõe o dispositivo. (...) (RR-10555- 54.2019.5.03.0179, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 05/03/2021).

Desse modo, à falta dos elementos fático-jurídicos do vínculo empregatício (CLT, arts. 2º e 3º), não prospera o almejado reconhecimento de contrato de trabalho."

Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal invocados.

Ademais, eventual alteração do decidido implicaria o inequívoco reexame de fatos e provas, prática defesa nesta instância recursal (Súmula nº 126 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido

publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados”, grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnem de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000217-60.2022.5.12.0051

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	LUCAS GUSTAVO PAGELKOPF
ADVOGADO	LARYSSA LAYS DUTRA CORREA DE SOUZA(OAB: 57345/SC)
AGRAVADO	UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADO	LUIZ AFRANIO ARAUJO(OAB: 58477/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000217-60.2022.5.12.0051

AGRAVANTE : **LUCAS GUSTAVO PAGELKOPF**

ADVOGADA : Dra. LARYSSA LAYS DUTRA CORREA DE SOUZA

AGRAVADO : **UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.**

ADVOGADO : Dr. LUIZ AFRANIO ARAUJO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual.

Dispensado o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Consigno, inicialmente, que, o cabimento de recurso de revista nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo restringe-se às hipóteses de contrariedade à súmula do TST e à súmula vinculante do STF e violação direta de norma da Constituição Federal, consoante o disposto no § 9º do art. 896 da CLT.

Por essa razão, serão desconsideradas, na análise dos pressupostos intrínsecos, eventuais alegações de contrariedade a verbetes jurisprudenciais distintos dos previstos, de violação à legislação infraconstitucional ou de divergência jurisprudencial. Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Alegação(ões):

- violação dos arts. 1º, III e IV, 5º, II e LV, 7º, I e XXXIV, 93, IX, 193, da Constituição Federal.

A parte recorrente busca o reconhecimento de vínculo empregatício.

Consta do acórdão:

"Vínculo empregatício

[...]

De fato, conforme reconhecido pela jurisprudência do Colendo TST, as condições de trabalho dos motoristas da UBER são notórias e executadas com autonomia, situação decorrente das próprias atividades desenvolvidas e do modo de contraprestação, sem qualquer exigência de trabalho subordinado (TST, 5ª T., Ag-AIRR - 1001160-73.2018.5.02.0473, Rel. Min. BRENO MEDEIROS, DEJT 20/08/2021; TST, 4ª T., RR-10555-54.2019.5.03.0179, Rel. Min. IVES GANDRA MARTINS FILHO, DEJT 05/03/2021; TST, 8ª T., AIRR-11199-47.2017.5.03.0185, Rel.ª Min.ª DORA MARIA DA COSTA, DEJT 31/01 /2019).

Primeiro, há total liberdade de horários e de dias trabalhados, não havendo nem sequer convocação da empresa, cabendo ao motorista estabelecer os dias, horários e forma de trabalho, podendo, inclusive, desligar o aplicativo a qualquer momento e pelo tempo que julgar necessário, demonstrando a autonomia na realização das atividades.

Segundo, todos os custos são assumidos pelo motorista, de modo que este escolhe entre comprar/financiar/alugar o veículo, escolhe dividir (ou não) o veículo com outro motorista, escolhe entre veículo mais confortável ou mais econômico, escolhe investir (ou não) em converter o combustível para GNV, decisões que afastam a alteridade dos serviços e denotam o exercício de atividade econômica própria e autônoma.

Terceiro, o aplicativo não impõe corrida ao motorista nem mesmo quando está logado, mas tão somente apresenta uma proposta de corrida, com valor e distância, tendo este plena liberdade e condições de avaliar o custo /benefício para aceitar (ou não). Quarto, o motorista tem liberdade para trabalhar para outras empresas concorrentes, bem como para clientes particulares, sempre optando pelas melhores oportunidades.

Quinto, o próprio valor recebido pelo motorista pelos serviços prestados (75-80% do valor total da corrida) demonstra a inexistência de heterodireção na prestação de serviços, na medida em que o faturamento destinado à empresa mal seria capaz de suportar as contribuições previdenciárias diretas (20%+8%), férias+1/3 (11,11%), 13º salário (8,33%) e FGTS (8%+3,2%), isso tudo sem cogitar dos outros tributos e custos da empresa.

Sexto, a jurisprudência do Colendo TST reconhece a autonomia na prestação de serviços:

"RECURSO DE REVISTA OBREIRO - VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE O MOTORISTA DE APLICATIVO E A EMPRESA PROVEDORA DA PLATAFORMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (UBER) - IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DIANTE DA AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA

RECONHECIDA - RECURSO DESPROVIDO. (...) 2. Ademais, deixa-se de aplicar o óbice previsto na Súmula 126 desta Corte, uma vez que os atuais modelos de contratação firmados entre as empresas detentoras da plataforma de tecnologia (Uber) e os motoristas que delas se utilizam são de conhecimento público e notório (art. 374, I, do CPC) e consona com o quadro fático delineado pelo Regional. 3. Em relação às novas formas de trabalho e à incorporação de tecnologias digitais no trato das relações interpessoais - que estão provocando uma transformação profunda no Direito do Trabalho, mas carentes ainda de regulamentação legislativa específica - deve o Estado-Juiz, atento a essas mudanças, distinguir os novos formatos de trabalho daqueles em que se está diante de uma típica fraude à relação de emprego, de modo a não frear o desenvolvimento socioeconômico do país no afã de aplicar regras protetivas do direito laboral a toda e qualquer forma de trabalho. 4. Nesse contexto, analisando, à luz dos arts. 2º e 3º da CLT, a relação existente entre a Uber e os motoristas que se utilizam desse aplicativo para o para obterem clientes dos seus serviços de transporte, tem-se que: a) quanto à habitualidade, inexistente a obrigação de uma frequência predeterminada ou mínima de labor pelo motorista para o uso do aplicativo, estando a cargo do profissional definir os dias e a constância em que irá trabalhar; b) quanto à subordinação jurídica, a par da ampla autonomia do motorista em escolher os dias, horários e forma de labor, podendo desligar o aplicativo a qualquer momento e pelo tempo que entender necessário, sem nenhuma vinculação a metas determinadas pela Uber ou sanções decorrentes de suas escolhas, a necessidade de observância de cláusulas contratuais (v.g., valores a serem cobrados, código de conduta, instruções de comportamento, avaliação do motorista pelos clientes), com as correspondentes sanções no caso de descumprimento (para que se preserve a confiabilidade e a manutenção do aplicativo no mercado concorrencial), não significa que haja ingerência no modo de trabalho prestado pelo motorista, reforçando a convicção quanto ao trabalho autônomo a inclusão da categoria de motorista de aplicativo independente, como o motorista da Uber, no rol de atividades permitidas para inscrição como Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Resolução 148 /2019 do Comitê Gestor do Simples Nacional; c) quanto à remuneração, o caráter autônomo da prestação de serviços se caracteriza por arcar, o motorista, com os custos da prestação do serviço (manutenção do carro, combustível, IPVA), caber a ele a responsabilidade por eventuais sinistros, multas, atos ilícitos ocorridos, dentre outros (ainda que a empresa provedora da plataforma possa vir a ser responsabilizada solidariamente em alguns casos), além de os percentuais fixados pela Uber, de cota parte do motorista, entre

75% e 80% do preço pago pelo usuário, serem superiores ao que este Tribunal vem admitindo como suficientes a caracterizar a relação de parceria entre os envolvidos. 5. Já quanto à alegada subordinação estrutural, não cabe ao Poder Judiciário ampliar conceitos jurídicos a fim de reconhecer o vínculo empregatício de profissionais que atuam em novas formas de trabalho, emergentes da dinâmica do mercado concorrencial atual e, principalmente, de desenvolvimentos tecnológicos, nas situações em que não se constata nenhuma fraude, como é o caso das empresas provedoras de aplicativos de tecnologia, que têm como finalidade conectar quem necessita da condução com o motorista credenciado, sendo o serviço prestado de motorista, em si, competência do profissional e apenas uma consequência inerente ao que propõe o dispositivo. (...) (RR-10555- 54.2019.5.03.0179, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 05/03/2021).

Desse modo, à falta dos elementos fático-jurídicos do vínculo empregatício (CLT, arts. 2º e 3º), não prospera o almejado reconhecimento de contrato de trabalho."

Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal invocados.

Ademais, eventual alteração do decidido implicaria o inequívoco reexame de fatos e provas, prática defesa nesta instância recursal (Súmula nº 126 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da

decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST.

Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnem de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000557-36.2020.5.05.0029

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	WS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA
ADVOGADO	JOSE ROBERTO BURGOS FREIRE(OAB: 13538/BA)
AGRAVADO	JACKSON RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	ISOLINO MOREIRA DOS SANTOS FILHO(OAB: 6586/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- WS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000557-36.2020.5.05.0029

AGRAVANTE : **WS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA**

ADVOGADO : Dr. JOSE ROBERTO BURGOS FREIRE

AGRAVADO : **JACKSON RIBEIRO DOS SANTOS**

ADVOGADO : Dr. ISOLINO MOREIRA DOS SANTOS FILHO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o Recurso (Decisão publicada em 21/03/2023 - fl./Seq./Id., protocolado em 31/03/2023 - fl./Seq./Id.252d066). Regular a representação processual, fl./Seq./Id. 2406116. Satisfeito o preparo - fls./Seqs./Ids. 0a7f842, 1a7ad7b, d07065d - Pág. 2 e bad486b, e0b45d7, a teor do disposto no art. 899, §11, da CLT e art. 3º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 01/2019.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

Trata-se de recurso interposto em face de acórdão proferido em processo de rito sumaríssimo. Assim, a revista só logra admissibilidade nas hipóteses de contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, contrariedade à Súmula Vinculante do STFe de violação direta e literal a preceito constitucional (art. 896, § 9º, da CLT).

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Aviso Prévio.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.

Inicialmente cabe assinalar que em face de acórdão proferido em

processo de rito sumaríssimo a revista só logra admissibilidade nas hipóteses de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, contrariedade à súmula vinculante do STFe de violação direta e literal a preceito constitucional (art. 896, § 9º, da CLT).

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.

Registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.

Uma vez dirimida a controvérsia mediante aplicação da solução que melhor se ajusta ao caso concreto, não se observa possível contrariedade à jurisprudência uniformizada do TST, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, “...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados”, grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício

exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000557-36.2020.5.05.0029

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	WS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA
ADVOGADO	JOSE ROBERTO BURGOS FREIRE(OAB: 13538/BA)
AGRAVADO	JACKSON RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	ISOLINO MOREIRA DOS SANTOS FILHO(OAB: 6586/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JACKSON RIBEIRO DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000557-36.2020.5.05.0029

AGRAVANTE : **WS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA**
ADVOGADO : Dr. JOSE ROBERTO BURGOS FREIRE
AGRAVADO : **JACKSON RIBEIRO DOS SANTOS**
ADVOGADO : Dr. ISOLINO MOREIRA DOS SANTOS FILHO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o Recurso (Decisão publicada em 21/03/2023 - fl./Seq./Id., protocolado em 31/03/2023 - fl./Seq./Id.252d066). Regular a representação processual, fl./Seq./Id. 2406116. Satisfeito o preparo - fls./Seqs./Ids. 0a7f842, 1a7ad7b, d07065d - Pág. 2 e bad486b, e0b45d7, a teor do disposto no art. 899, §11, da CLT e art. 3º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 01/2019.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

Trata-se de recurso interposto em face de acórdão proferido em processo de rito sumaríssimo. Assim, a revista só logra admissibilidade nas hipóteses de contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, contrariedade à Súmula Vinculante do STFe de violação direta e literal a preceito constitucional (art. 896, § 9º, da CLT).

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Aviso Prévio.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.

Inicialmente cabe assinalar que em face de acórdão proferido em processo de rito sumaríssimo a revista só logra admissibilidade nas hipóteses de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, contrariedade à súmula vinculante do STFe de violação direta e literal a preceito constitucional (art. 896, § 9º, da CLT).

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional /

Adicional de Insalubridade.

Registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.

Uma vez dirimida a controvérsia mediante aplicação da solução que melhor se ajusta ao caso concreto, não se observa possível contrariedade à jurisprudência uniformizada do TST, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por

empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se

que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010048-89.2022.5.15.0103

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP
AGRAVADO	EGLAIR RODRIGUES TEIXEIRA
ADVOGADO	LUIZ GUSTAVO BOIAM PANCOTTI(OAB: 173969/SP)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- EGLAIR RODRIGUES TEIXEIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0010048-89.2022.5.15.0103

AGRAVANTE : FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP

AGRAVADO : EGLAIR RODRIGUES TEIXEIRA

ADVOGADO : Dr. LUIZ GUSTAVO BOIAM PANCOTTI

CUSTOS LEGIS : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436, item I/TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Sexta Parte.

ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

Ao considerar devida a sexta parte ao reclamante - servidor público celetista - o v. acórdão decidiu em consonância com a Orientação Jurisprudencial Transitória 75 da SDI-1 do C. TST, o que inviabiliza o recurso, de acordo com o art. 896, § 7º, da CLT, c/c a Súmula 333 do C. TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da

decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST.

Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100532-74.2021.5.01.0201

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	RAIA DROGASIL S/A
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 2255/RJ)
ADVOGADO	ANDRE MASSARA VIGGIANO(OAB: 185818/RJ)
ADVOGADO	CARLOS HENRIQUE DA SILVA ZANGRANDO(OAB: 69863/RJ)
AGRAVADO	LEANDRO SOARES BRANDAO
ADVOGADO	JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE(OAB: 128788/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIA DROGASIL S/A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0100532-74.2021.5.01.0201

AGRAVANTE : **RAIA DROGASIL S/A**

ADVOGADO : Dr. DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE

ADVOGADO : Dr. ANDRE MASSARA VIGGIANO

ADVOGADO : Dr. CARLOS HENRIQUE DA SILVA ZANGRANDO

AGRAVADO : **LEANDRO SOARES BRANDAO**

ADVOGADO : Dr. JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/12/2022 - Id. af5b576; recurso interposto em 06/02/2023 - Id. dfb0ac9).

Regular a representação processual (Id. d986f22 e 39884fb).

Satisfeito o preparo (Id. 9ce8171 e b5f268d).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho / Controle de jornada.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Moral / Assédio Moral.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV; artigo 5º, inciso LV; artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

- violação d(a,o)(s) Código de Processo Civil, artigo 389; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 832; Código Civil, artigo 927.

O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST. Com relação ao valor da indenização arbitrado a título de dano

moral, ressalta-se que o Colegiado, ao fixar o quantum, expressamente deixou consignados os parâmetros levados em consideração, não se vislumbrando vulneração à literalidade dos dispositivos apontados, tampouco ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou

orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100532-74.2021.5.01.0201

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	RAIA DROGASIL S/A
ADVOGADO	DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB: 2255/RJ)
ADVOGADO	ANDRE MASSARA VIGGIANO(OAB: 185818/RJ)
ADVOGADO	CARLOS HENRIQUE DA SILVA ZANGRANDO(OAB: 69863/RJ)
AGRAVADO	LEANDRO SOARES BRANDAO
ADVOGADO	JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE(OAB: 128788/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO SOARES BRANDAO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0100532-74.2021.5.01.0201

AGRAVANTE : **RAIA DROGASIL S/A**

ADVOGADO : Dr. DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE

ADVOGADO : Dr. ANDRE MASSARA VIGGIANO

ADVOGADO : Dr. CARLOS HENRIQUE DA SILVA ZANGRANDO

AGRAVADO : **LEANDRO SOARES BRANDAO**

ADVOGADO : Dr. JOSE SOLON TEPEDINO JAFFE

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o

trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/12/2022 - Id. af5b576; recurso interposto em 06/02/2023 - Id. dfb0ac9).

Regular a representação processual (Id. d986f22 e 39884fb).

Satisfeito o preparo (Id. 9ce8171 e b5f268d).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho / Controle de jornada.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Moral / Assédio Moral.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV; artigo 5º, inciso LV; artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

- violação d(a,o)(s) Código de Processo Civil, artigo 389; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 832; Código Civil, artigo 927.

O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST. Com relação ao valor da indenização arbitrado a título de dano moral, ressalta-se que o Colegiado, ao fixar o quantum, expressamente deixou consignados os parâmetros levados em consideração, não se vislumbrando vulneração à literalidade dos dispositivos apontados, tampouco ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento aorecurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal

Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na

hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0024264-18.2022.5.24.0002

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS, TELEGRAFOS E SIMILARES DE MS.
ADVOGADO	FERNANDO ISA GEABRA(OAB: 5903/MS)
ADVOGADO	REJANE RIBEIRO FAVA GEABRA(OAB: 6966/MS)
AGRAVADO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO	MARCOS HIDEKI KAMIBAYASHI(OAB: 14580/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS ,TELEGRAFOS E SIMILARES DE MS.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0024264-18.2022.5.24.0002

AGRAVANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS ,TELEGRAFOS E SIMILARES DE MS.

ADVOGADO: Dr. FERNANDO ISA GEABRA

ADVOGADA: Dra. REJANE RIBEIRO FAVA GEABRA

AGRAVADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ADVOGADO: Dr. MARCOS HIDEKI KAMIBAYASHI

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso. Acórdão publicado em 17.2.2023 (f.

1.849). Recurso interposto em 3.3.2023 (f. 1.798-1.832).

Regular a representação processual (f. 23).

Custas dispensadas.

Depósito recursal inexistente.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS - ADICIONAL COMPLEMENTAR -

SUPRESSÃO

Alegações:

- violação ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal;

- violação aos artigos 9º e 468 da CLT;

- contrariedade à Súmula 51, I, do TST;

- divergência jurisprudencial.

O sindicato recorrente sustenta que o direito ao adicional complementar de férias já estava incorporado definitivamente ao pacto laboral dos substituídos que tiveram contratos de trabalho firmados anteriormente a 1º.8.2020, data do início da vigência da sentença normativa proferida no Dissídio de Greve 2020 /2021.

Alega que o benefício foi instituído e é amparado pelo regulamento interno da empresa (Manual de Pessoal – MANPES), não se encontrando vinculado à norma coletiva com vigência expirada em 31.7.2020. Pretende a reforma da decisão.

Sem razão.

O acórdão recorrido manteve a sentença que indeferiu o pagamento do adicional total de férias de 70%, a incidência do benefício sobre o abono pecuniário de férias e seus reflexos.

O Tribunal Pleno entendeu que a partir do Dissídio Coletivo de Greve 2020/2021 – TST-DCG-1001203-57.2020.5.00.0000 – as cláusulas econômicas foram excluídas, a exemplo da 59 que tratava da gratificação de férias e, em decorrência, a partir de 1º.8.2020, deixou de existir previsão normativa de pagamento de gratificação de férias com adicional de 70%, não havendo, por consequência, base normativa para pagamento do adicional complementar (f. 1.766).

Consta no acórdão que o benefício foi concedido por norma coletiva e os instrumentos coletivos possuem aplicação limitada ao tempo de vigência.

Utilizando como razões de decidir a fundamentação da sentença, concluiu-se que não há nos autos documento que permita admitir a constituição do direito desatrelada da norma coletiva da categoria e que não se verifica irregularidade no cálculo do abono de férias advindo do Memorando Circular 2.316/16 GPAR/CEGEP (f. 1.765).

A Turma entendeu, ainda, que não há falar em adesão do benefício ao patrimônio dos substituídos ou alteração contratual lesiva, pois se trata de

regulamentação de direito previsto anteriormente em norma coletiva, suprimida por meio de sentença normativa (f. 1.766-1.767).

Neste contexto, estando o acórdão recorrido lastreado nas provas dos autos, é incabível o recurso de revista para reexame do quadro fático, nos termos da Súmula 126 do C. TST.

Além disso, a Corte Regional proferiu acórdão em conformidade com a jurisprudência do C. TST, que já se manifestou sobre o tema:

"[...] B) AGRAVO DE INSTRUMENTO PATRONAL - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - PROVIMENTO.

Diante da transcendência jurídica da causa e de possível violação do art. 7º, XVII, da CF, dá-se provimento ao agravo de instrumento da Demandada para determinar o

processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. C) RECURSO DE REVISTA PATRONAL - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - ALTERAÇÃO NA FORMA DE PAGAMENTO - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - VIOLAÇÃO DO ART.

7º, XVII, da CF - RECURSO PROVIDO. 1. Nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT, constitui transcendência jurídica da causa a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. 2. O debate jurídico que emerge do presente processo diz respeito à legalidade da alteração na forma de cálculo da gratificação de férias dos empregados públicos da ECT, implementada pelo Memorando Circular 2.316/16 GPAR/CEGEP, à luz dos arts. 143 da CLT e 7º, XVII, da CF, questão que exige fixação de entendimento pelo TST. 3. In casu, o TRT da 3ª Região registrou que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por meio de ACT, ampliou o terço constitucional previsto no art. 7º, XVII, da CF, para 70%, e que, inicialmente, fazia incidir a referida gratificação sobre os 30 dias de férias, bem como sobre o abono pecuniário de 10 dias, se fosse o caso. Contudo, por entender que houve equívoco na metodologia de cálculo da gratificação, a ECT editou o Memorando Circular 2.316/16 GPAR /CEGEP, passando a fazer incidir a gratificação

de 70% apenas sobre os 30 dias de repouso ou sobre os 20 dias de férias e 10 dias de abono pecuniário, no caso de exercício do direito previsto no art. 143 da CLT, e não mais sobre 40 dias, razão pela qual o Regional concluiu que restou configurada alteração unilateral lesiva. 4. Contudo, conforme já se pronunciou esta 4ª Turma (RR-16369-59.2017.5.16.0016, Rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT 18/12 /20), a adequação de cálculo efetuada pela ECT não constituiu prejuízo aos seus empregados, que passaram efetivamente a perceber a gratificação de 70% prevista na negociação coletiva, tendo em vista que a medida visou expungir apenas o pagamento em duplicidade,

que resultaria, inclusive, em percentual superior ao acordado, no caso de exercício do direito previsto no art. 143 da CLT. 5.

Outrossim, não é possível concluir que o pagamento equivocado da verba, ainda que de forma reiterada, constituiu direito adquirido dos empregados, uma vez que a ECT, na condição de empresa pública, deve observância aos princípios que regem a administração pública, em especial ao da legalidade, com a prerrogativa, inclusive, de anular seus atos administrativos, sem que reste configurada alteração lesiva. 6. Com isso, a adequação da forma de pagamento para cumprir o percentual fixado por meio de acordo coletivo foi feita em consonância com os princípios que regem a administração pública e com a atual jurisprudência desta Corte Superior, consubstanciada no entendimento de que a garantia constitucional do art. 7º, XVII, da CF é em relação ao pagamento da gratificação mínima de 1/3 sobre o total de 30 dias de férias, gozados ou não (Súmula 328 do TST). 7. Portanto, a reforma da decisão recorrida é medida que se impõe, para reconhecer a validade da alteração realizada pela ECT, que não constitui alteração lesiva, e excluir da condenação o pagamento do adicional de 70% sobre o período de férias convertido em pecúnia

cumulado com o pagamento do adicional sobre os 30 dias de férias, nos termos da fundamentação. Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-AIRR-10048-97.2021.5.15.0144, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT 09/12 /2022).

Assim, ao trânsito da revista incide o óbice da Súmula 333 do TST, inclusive por dissenso jurisprudencial (artigo 896, § 7º, da CLT).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima

descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010450-80.2022.5.03.0047

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP
ADVOGADO	GUILHERME FREDERICO MATOS PACHECO DE ANDRADE(OAB: 108448/MG)
AGRAVADO	BRUNO DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO	GILBERTO AUGUSTO SCHMALTZ NETO(OAB: 176612/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0010450-80.2022.5.03.0047

AGRAVANTE : SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP

ADVOGADO : Dr. GUILHERME FREDERICO MATOS PACHECO DE ANDRADE

AGRAVADO : BRUNO DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO : Dr. GILBERTO AUGUSTO SCHMALTZ NETO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 13/03/2023; decisão dos embargos de declaração opostos pela reclamada publicada em 04/04/2023; recurso de revista interposto em 19/04/2023, considerando que não houve funcionamento desta Justiça do Trabalho nos dias 05, 06 e 07/04/2023, feriado da Semana Santa, conforme a Resolução Administrativa nº 103, de 09 de setembro de 2022, do TRT da 3ª Região), sendo regular a representação processual.

DESERÇÃO - Custas Processuais.

A sentença (ID. f46c03f) fixou. "...Custas, pela parte ré, no importe de R\$ 39,00 calculadas sobre R\$ 1.950,00 valor arbitrado à condenação"

Amas as partes recorreram ordinariamente, sendo que a Turma, no acórdão (ID. f5ff9fe), majorou o valor da condenação para R\$ 10.000,00, com custas de R\$ 200,00, pela reclamada.

Quando da interposição do recurso de revista, a Recorrentes deixou de efetuar o preparo afirmando que "(...) Sobre o preparo recursal, é fato que já praticado o depósito para total garantia da condenação (R\$1.950,00) quando da interposição do Recurso Ordinário (comprovante de Id 14da4e0). De toda forma, dispensado o depósito recursal como autoriza o § 10 do artigo 899 da CLT e a considerar decisão de Id 0c64980. Inclusive as custas processuais foram recolhidas (R\$39,00) e acostadas ao Id 9d3d47f, sem que majorada a condenação por este Regional"

Ocorre que, conforme já registrado acima a condenação foi majorada pela Turma, cumprindo salientar que o fato de a reclamada se encontrar em recuperação judicial, por si só, não a isenta das custas do processo, mas apenas do depósito recursal (art. 899, §10º, da CLT).

Cumprido ressaltar, ainda, que a concessão de prazo de 5 (cinco) dias para que a parte comprove o correto preparo do recurso concerne somente à INSUFICIÊNCIA do depósito recursal e das custas, nos termos do art. 1.007, § 2º, do CPC e da OJ 140 da SBDI -I do C. TST, o que não é a hipótese dos autos, já que nada foi recolhido à título de custas complementares, quando da

interposição do recurso de revista.

Ante o exposto e tendo em vista a ausência de comprovação da realização do preparo, o recurso não pode ser admitido, porquanto deserto, nos termos da Súmula 128, I, do C. TST e do art. 789, § 1º, da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do C. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou

orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010450-80.2022.5.03.0047

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP
ADVOGADO	GUILHERME FREDERICO MATOS PACHECO DE ANDRADE(OAB: 108448/MG)
AGRAVADO	BRUNO DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO	GILBERTO AUGUSTO SCHMALTZ NETO(OAB: 176612/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO DA SILVA FERREIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0010450-80.2022.5.03.0047

AGRAVANTE : SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP

ADVOGADO : Dr. GUILHERME FREDERICO MATOS PACHECO DE ANDRADE

AGRAVADO : BRUNO DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO : Dr. GILBERTO AUGUSTO SCHMALTZ NETO

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 13/03/2023; decisão dos embargos de declaração opostos pela reclamada publicada em 04/04/2023; recurso de revista interposto em 19/04/2023, considerando que não houve funcionamento desta Justiça do Trabalho nos dias 05, 06 e 07/04/2023, feriado da Semana Santa, conforme a Resolução Administrativa nº 103, de 09 de setembro de 2022, do TRT da 3ª Região), sendo regular a representação processual.

DESERÇÃO - Custas Processuais.

A sentença (ID. f46c03f) fixou. "...Custas, pela parte ré, no importe de R\$ 39,00 calculadas sobre R\$ 1.950,00 valor arbitrado à condenação"

Amas as partes recorreram ordinariamente, sendo que a Turma, no acórdão (ID. f5ff9fe), majorou o valor da condenação para R\$ 10.000,00, com custas de R\$ 200,00, pela reclamada.

Quando da interposição do recurso de revista, a Recorrentes deixou de efetuar o preparo afirmando que "(...) Sobre o preparo recursal, é fato que já praticado o depósito para total garantia da condenação (R\$1.950,00) quando da interposição do Recurso Ordinário (comprovante de Id 14da4e0). De toda forma, dispensado o depósito recursal como autoriza o § 10 do artigo 899 da CLT e a considerar decisão de Id 0c64980. Inclusive as custas processuais foram recolhidas (R\$39,00) e acostadas ao Id 9d3d47f, sem que majorada a condenação por este Regional"

Ocorre que, conforme já registrado acima a condenação foi majorada pela Turma, cumprindo salientar que o fato de a reclamada se encontrar em recuperação judicial, por si só, não a isenta das custas do processo, mas apenas do depósito recursal (art. 899, §10º, da CLT).

Cumprido ressaltar, ainda, que a concessão de prazo de 5 (cinco) dias para que a parte comprove o correto preparo do recurso concerne somente à INSUFICIÊNCIA do depósito recursal e das custas, nos termos do art. 1.007, § 2º, do CPC e da OJ 140 da SBDI -I do C. TST, o que não é a hipótese dos autos, já que nada foi recolhido à título de custas complementares, quando da interposição do recurso de revista.

Ante o exposto e tendo em vista a ausência de comprovação da realização do preparo, o recurso não pode ser admitido, porquanto deserto, nos termos da Súmula 128, I, do C. TST e do art. 789, § 1º, da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do C. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000980-50.2021.5.02.0603

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA
ADVOGADO	MAURICIO GRECA CONSENTINO(OAB: 180608/SP)
AGRAVADO	LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA
ADVOGADO	JORGE LAURIANO DE OLIVEIRA FERNANDES(OAB: 165621/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000980-50.2021.5.02.0603

AGRAVANTE : **CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA**

ADVOGADO : Dr. MAURICIO GRECA CONSENTINO

AGRAVADO : **LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA**

ADVOGADO : Dr. JORGE LAURIANO DE OLIVEIRA FERNANDES

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000980-50.2021.5.02.0603

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

ROT-1000980-50.2021.5.02.0603 - Turma 6

Recurso de Revista

Recorrente(s):

CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA

Advogado(a)(s):

MAURICIO GRECA CONSENTINO (SP - 180608)

Recorrido(a)(s):

LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA

Advogado(a)(s):

JORGE LAURIANO DE OLIVEIRA FERNANDES (SP - 165621)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 15/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 27/03/2023 - id. eedcd4f).

Regular a representação processual, id. 5c4aecc cf8e0e6 .

Satisfeito o preparo (id(s). 55f580f e 6aac775).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Insiste a recorrente que a autora era autônoma, sem subordinação, que poderia se fazer substituir, bem como juntou relatório de plantões que demonstram períodos não trabalhados.

As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, do TST.

Nesse sentido:

"[...] REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 126 DO TST. 2.1. A finalidade precípua desta Corte Superior, na uniformização de teses jurídicas, não autoriza a revisão do conjunto fático-probatório já analisado pelo Tribunal Regional, na esteira do entendimento consolidado pela Súmula 126/TST. 2.2. Na hipótese dos autos, não se trata de mero reenquadramento jurídico dos fatos, tendo em vista a efetiva necessidade de revolver o acervo probatório para adotar conclusão diversa daquela obtida pelo TRT. 2.3. As alegações recursais da parte contrariam frontalmente o quadro fático delineado no acórdão regional. Desse modo, o acolhimento de suas pretensões demandaria necessariamente o reexame do acervo probatório, procedimento vedado nesta esfera extraordinária. [...]" (Ag-ARR-

1148-96.2015.5.21.0006, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 16/12/2022).

DENEGO seguimento.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

A controvérsia foi solucionada com base nas provas produzidas e valoradas (CPC, art. 371), e não sob o enfoque do ônus da prova, razão pela qual não se configura ofensa aos arts. 818 da CLT e 373, do CPC.

DENEGO seguimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

A recorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST ou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.

Nesse sentido:

"[...] RECURSO DESFUNDAMENTADO. NÃO CONHECIMENTO. Revela-se desfundamentado o recurso, pois a parte não indica afronta a dispositivo de lei e/ou da Constituição Federal, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme desta Corte e divergência jurisprudencial para amparar o pleito de revisão, desatendendo às hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, insertas no artigo 896 da CLT, alíneas "a" e "c", da CLT. Recurso de revista de que não se conhece. [...]" (RR-119400-48.2002.5.03.0060, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 03/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/mlf

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de

direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados,

“...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados”, grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000980-50.2021.5.02.0603

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA
ADVOGADO	MAURICIO GRECA CONSENTINO(OAB: 180608/SP)
AGRAVADO	LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA
ADVOGADO	JORGE LAURIANO DE OLIVEIRA FERNANDES(OAB: 165621/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1000980-50.2021.5.02.0603

AGRAVANTE : CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA

ADVOGADO : Dr. MAURICIO GRECA CONSENTINO

AGRAVADO : LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA

ADVOGADO : Dr. JORGE LAURIANO DE OLIVEIRA FERNANDES

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1000980-50.2021.5.02.0603

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

ROT-1000980-50.2021.5.02.0603 - Turma 6

Recurso de Revista

Recorrente(s):

CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLINICO GERAL LTDA

Advogado(a)(s):

MAURICIO GRECA CONSENTINO (SP - 180608)

Recorrido(a)(s):

LAIANE MAIARA ALENCAR SOUZA

Advogado(a)(s):

JORGE LAURIANO DE OLIVEIRA FERNANDES (SP - 165621)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 15/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 27/03/2023 - id. eedcd4f).

Regular a representação processual, id. 5c4aecc cf8e0e6 .

Satisfeito o preparo (id(s). 55f580f e 6aac775).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Insiste a recorrente que a autora era autônoma, sem subordinação, que poderia se fazer substituir, bem como juntou relatório de plantões que demonstram períodos não trabalhados.

As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, do TST.

Nesse sentido:

"[...] REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 126 DO TST. 2.1. A finalidade precípua desta Corte Superior, na uniformização de teses jurídicas, não autoriza a revisão do conjunto fático-probatório já analisado pelo Tribunal Regional, na esteira do entendimento consolidado pela Súmula 126/TST. 2.2. Na hipótese dos autos, não se trata de mero reenquadramento jurídico dos fatos, tendo em vista a efetiva necessidade de revolver o acervo probatório para adotar conclusão diversa daquela obtida pelo TRT. 2.3. As alegações recursais da parte contrariam frontalmente o quadro fático delineado no acórdão regional. Desse modo, o acolhimento de suas pretensões demandaria necessariamente o reexame do acervo probatório, procedimento vedado nesta esfera extraordinária. [...]" (Ag-ARR-1148-96.2015.5.21.0006, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 16/12/2022).

DENEGO seguimento.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

A controvérsia foi solucionada com base nas provas produzidas e valoradas (CPC, art. 371), e não sob o enfoque do ônus da prova, razão pela qual não se configura ofensa aos arts. 818 da CLT e 373, do CPC.

DENEGO seguimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

A recorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou

contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TSTou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.

Nesse sentido:

"[...] RECURSO DESFUNDAMENTADO. NÃO CONHECIMENTO. Revela-se desfundamentado o recurso, pois a parte não indica afronta a dispositivo de lei e/ou da Constituição Federal, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme desta Corte e divergência jurisprudencial para amparar o pleito de revisão, desatendendo às hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, insertas no artigo 896 da CLT, alíneas "a" e "c", da CLT. Recurso de revista de que não se conhece. [...]" (RR-119400-48.2002.5.03.0060, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 03/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/mlf

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto

de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados",_grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação

formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000190-23.2022.5.08.0008

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	COMPANHIA DOCAS DO PARA
ADVOGADO	JOSIAS FERREIRA BOTELHO(OAB: 10333/PA)
ADVOGADO	LUCAS RODRIGUES VIEIRA(OAB: 20003/PA)
ADVOGADO	CARLOS EDUARDO AZEVEDO MOURA(OAB: 16166/PA)
ADVOGADO	EMILE KAZUE MARUOKA NUNES(OAB: 19256/PA)
AGRAVADO	GESIVALDO ALONSO DA CONCEICAO
ADVOGADO	ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO(OAB: 5717/PA)
ADVOGADO	ADRIANA LUCIA GUALBERTO BERNARDES(OAB: 6445/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO PARA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000190-23.2022.5.08.0008

AGRAVANTE : **COMPANHIA DOCAS DO PARA**

ADVOGADO : Dr. JOSIAS FERREIRA BOTELHO

ADVOGADO : Dr. LUCAS RODRIGUES VIEIRA

ADVOGADO : Dr. CARLOS EDUARDO AZEVEDO MOURA

ADVOGADA : Dra. EMILE KAZUE MARUOKA NUNES

AGRAVADO : **GESIVALDO ALONSO DA CONCEICAO**

ADVOGADO : Dr. ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO

ADVOGADA : Dra. ADRIANA LUCIA GUALBERTO BERNARDES

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é tempestivo (ente público intimado em/decisão publicada em 01/03/2023 - ID F802B7E ; recurso apresentado em 13/03/2023 - ID bc29a31).

Satisfeito o preparo (ID. 9649b2a, 66eb894 e 66eb894)

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.

Alegação(ões):

A transcendência é matéria de exclusiva competência do TST, nos termos do § 6º do art. 896-A da CLT.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário por Equiparação / Isonomia.

Alegação(ões):

- contrariedade à(as) : item VI da Súmula nº 6 do Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) parágrafos 2º e 5º do artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

A recorrenteinconforma-se com oacórdão que reformou a sentença paradederir diferenças salariais decorrentes da equiparação entre reclamante e paradigma.

Apona as violações em epígrafe, porque "o reclamante pretende

seja reconhecido o direito à equiparação salarial relativamente ao sr. Luiz Palheta da Silva, que, por sua vez, foi equiparado ao sr. José Maria Ferreira, por força de decisão judicial. Tratando-se, pois, flagrantemente, de pedido de equiparação em cadeia, expressamente vedado pela legislação trabalhista aplicável ao caso".

Aduz que "em razão das disposições inseridas pela Lei nº 13.467/2017, restou inviabilizada a possibilidade de equiparação em cadeia, com paradigmas remotos ou que tenham obtido o disparate salarial por meio de ação judicial."

Acrescenta que "foi devidamente comprovado nos autos que a reclamada conta com plano de cargos e salários aprovado por norma interna da empresa, com a devida comprovação da implementação dos critérios de promoção através dos documentos anexados aos autos (Id 91a39bf)".

Suscita divergência jurisprudencial.

Transcreveu o seguinte trecho da decisão:

Observa-se que, anteriormente à implantação do PES, o reclamante era auxiliar de serviços gerais (ID. 91a39bf), enquanto o paradigma era contínuo (ID. 659ab0c), ocupando funções diferentes, passando a ocupar a mesma função após o enquadramento, tendo sido o reclamante enquadrado no PES como auxiliar portuário: assistente de operação em 3.4.2014, com a remuneração de R\$ 1.289,75 (ID. 192f190) e o paradigma, enquadrado na mesma data e função, porém, com remuneração superior, de R\$ 1.376,27 (ID. d8d7ea4). No caso presente, apesar de a reclamada possuir trabalhadores organizados em quadro de carreira, com previsão de promoções pelos critérios de antiguidade e de merecimento, o que veda a equiparação salarial requerida, nos termos do artigo 461, § 2.º, da CLT, entendo que a equiparação é devida, pois não restara comprovada a implementação dos critérios de promoção pela reclamada.

Faz-se ver que restou incontroverso que o paradigma recebe salário diferente daquele que é pago ao reclamante, o que não se justifica em razão de terem aderido ao mesmo Plano, no mesmo momento, trabalharem no mesmo local e desempenharem as mesmas funções.

Com relação ao argumento da impossibilidade de equiparação advinda de decisão judicial, esclareço ser irrelevante, pois a Súmula n. 6 do TST, com o acréscimo de redação proposto no PROCESSO N. TST-E-ED-RR-160100-88.2009.5.03.0038, no recurso de embargos. Matéria Afetada Ao Tribunal Pleno Para Que Seja Proferida Decisão Uniformizadora De Sua Jurisprudência, Com Efeitos Extraprocessuais. Lei n. 13.015/2014. Artigos 896, § 13.º, da CLT e 7.º do ATO n. 491/SEGJUD.GP, de 23 de setembro de 2014, assim prevê:

SÚMULA Nº 6. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT. (...) VI - Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, suscitada em defesa, se o empregador produzir prova do alegado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito à equiparação salarial em relação ao paradigma remoto, sendo irrelevante, para esse efeito, a existência de diferença de tempo de serviço na função superior a dois anos entre o reclamante e todos os demais empregados componentes da cadeia equiparatória que não sejam os seus paradigmas imediatos. (destaquei) Assim, como restou comprovado que o reclamante e o paradigma desempenhavam as mesmas funções, há de se reconhecer a equiparação salarial pleiteada.

A E. Turma já julgou processos semelhantes, in verbis: EQUIPARAÇÃO SALARIAL EM CADEIA. SÚMULA 6 DO C. TST. Comprovados nos autos os requisitos previstos no art. 461 da CLT, mantém-se a sentença que deferiu as diferenças salariais decorrentes da equiparação, uma vez que o tempo de serviço na função não superior a 2 (dois) anos, deve ser analisado em face do paradigma imediato. (RO n. 00000522-12.2016.5.08.0004. Relator Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, publicada em 24.04.2017)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IDENTIDADE DE ATRIBUIÇÕES. CABIMENTO. Tendo o preposto, em depoimento, reconhecido que o reclamante e o paradigma desempenhavam a mesma função, restou provada a identidade de atribuições, pelo que deve ser reconhecido o direito a equiparação salarial, mormente porque a reclamada não se desincumbiu do encargo de provar a existência de qualquer fato impeditivo a tal direito. Dispõe, o art. 461 da CLT: Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá, igual salário, sem distinção de sexo. (Relatora Desembargadora Ida Selene Sirotheau Correa Braga, julgado em 19.02.2019).

Por assim ser, dou provimento ao recurso do reclamante para deferir a equiparação salarial, condenando a reclamada ao pagamento de diferenças salariais em relação ao paradigma indicado, no período imprescrito, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos nas parcelas de 13.º salário, férias + 1/3, depósitos do FGTS e repouso semanal remunerado, além das parcelas integrantes da remuneração do autor, de horas extras a 50% e 100% (noturnas e diurnas) e reflexos, adicional noturno a 50% e reflexos, adicional de risco a 40%, adicional de tempo de serviço, pagas de forma habitual e mensalmente. Recurso provido.

Examino.

O cotejo das razões recursais com o trecho transcrito evidencia que, para que se possa avaliar se houve a alegada violação, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que não é possível em sede de recurso de revista, nos termos do art. 896 a CLT e Súmula 126 do C. TST.

Denego seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do C. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão

recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição

Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000190-23.2022.5.08.0008

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	COMPANHIA DOCAS DO PARA
ADVOGADO	JOSIAS FERREIRA BOTELHO(OAB: 10333/PA)
ADVOGADO	LUCAS RODRIGUES VIEIRA(OAB: 20003/PA)
ADVOGADO	CARLOS EDUARDO AZEVEDO MOURA(OAB: 16166/PA)
ADVOGADO	EMILE KAZUE MARUOKA NUNES(OAB: 19256/PA)
AGRAVADO	GESIVALDO ALONSO DA CONCEICAO
ADVOGADO	ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO(OAB: 5717/PA)
ADVOGADO	ADRIANA LUCIA GUALBERTO BERNARDES(OAB: 6445/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- GESIVALDO ALONSO DA CONCEICAO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000190-23.2022.5.08.0008

AGRAVANTE : **COMPANHIA DOCAS DO PARA**
ADVOGADO : Dr. JOSIAS FERREIRA BOTELHO
ADVOGADO : Dr. LUCAS RODRIGUES VIEIRA
ADVOGADO : Dr. CARLOS EDUARDO AZEVEDO MOURA
ADVOGADA : Dra. EMILE KAZUE MARUOKA NUNES
AGRAVADO : **GESIVALDO ALONSO DA CONCEICAO**
ADVOGADO : Dr. ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO
ADVOGADA : Dra. ADRIANA LUCIA GUALBERTO BERNARDES

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é tempestivo (ente público intimado em/decisão publicada em 01/03/2023 - ID F802B7E ; recurso apresentado em 13/03/2023 - ID bc29a31).

Satisfeito o preparo (ID. 9649b2a, 66eb894 e 66eb894)

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.

Alegação(ões):

A transcendência é matéria de exclusiva competência do TST, nos termos do § 6º do art. 896-A da CLT.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário por Equiparação / Isonomia.

Alegação(ões):

- contrariedade à(as) : item VI da Súmula nº 6 do Tribunal Superior do Trabalho.

- violação do(s) parágrafos 2º e 5º do artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

A recorrenteinconforma-se com oacórdão que reformou a sentença paradeferirdiferenças salariais decorrentes da equiparação entre reclamante e paradigma.

Aponta as violações em epígrafe, porque "o reclamante pretende seja reconhecido o direito à equiparação salarial relativamente ao sr. Luiz Palheta da Silva, que, por sua vez, foi equiparado ao sr. José Maria Ferreira, por força de decisão judicial. Tratando-se, pois, flagrantemente, de pedido de equiparação em cadeia, expressamente vedado pela legislação trabalhista aplicável ao caso".

Aduz que "em razão das disposições inseridas pela Lei nº 13.467/2017, restou inviabilizada a possibilidade de equiparação em cadeia, com paradigmas remotos ou que tenham obtido o disparate

salarial por meio de ação judicial."

Acréscita que "foi devidamente comprovado nos autos que a reclamada conta com plano de cargos e salários aprovado por norma interna da empresa, com a devida comprovação da implementação dos critérios de promoção através dos documentos anexados aos autos (Id 91a39bf)".

Suscita divergência jurisprudencial.

Transcreveu o seguinte trecho da decisão:

Observa-se que, anteriormente à implantação do PES, o reclamante era auxiliar de serviços gerais (ID. 91a39bf), enquanto o paradigma era contínuo (ID. 659ab0c), ocupando funções diferentes, passando a ocupar a mesma função após o enquadramento, tendo sido o reclamante enquadrado no PES como auxiliar portuário: assistente de operação em 3.4.2014, com a remuneração de R\$ 1.289,75 (ID. 192f190) e o paradigma, enquadrado na mesma data e função, porém, com remuneração superior, de R\$ 1.376,27 (ID. d8d7ea4). No caso presente, apesar de a reclamada possuir trabalhadores organizados em quadro de carreira, com previsão de promoções pelos critérios de antiguidade e de merecimento, o que veda a equiparação salarial requerida, nos termos do artigo 461, § 2.º, da CLT, entendo que a equiparação é devida, pois não restara comprovada a implementação dos critérios de promoção pela reclamada.

Faz-se ver que restou incontroverso que o paradigma recebe salário diferente daquele que é pago ao reclamante, o que não se justifica em razão de terem aderido ao mesmo Plano, no mesmo momento, trabalharem no mesmo local e desempenharem as mesmas funções.

Com relação ao argumento da impossibilidade de equiparação advinda de decisão judicial, esclareço ser irrelevante, pois a Súmula n. 6 do TST, com o acréscimo de redação proposto no PROCESSO N. TST-E-ED-RR-160100-88.2009.5.03.0038, no recurso de embargos. Matéria Afetada Ao Tribunal Pleno Para Que Seja Proferida Decisão Uniformizadora De Sua Jurisprudência, Com Efeitos Extraprocessuais. Lei n. 13.015/2014. Artigos 896, § 13.º, da CLT e 7.º do ATO n. 491/SEGJUD.GP, de 23 de setembro de 2014, assim prevê:

SÚMULA Nº 6. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT. (...) VI - Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, suscitada em defesa, se o empregador produzir prova do alegado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito à equiparação salarial em relação ao paradigma remoto, sendo irrelevante, para

esse efeito, a existência de diferença de tempo de serviço na função superior a dois anos entre o reclamante e todos os demais empregados componentes da cadeia equiparatória que não sejam os seus paradigmas imediatos. (destaquei) Assim, como restou comprovado que o reclamante e o paradigma desempenhavam as mesmas funções, há de se reconhecer a equiparação salarial pleiteada.

A E. Turma já julgou processos semelhantes, in verbis: EQUIPARAÇÃO SALARIAL EM CADEIA. SÚMULA 6 DO C. TST. Comprovados nos autos os requisitos previstos no art. 461 da CLT, mantém-se a sentença que deferiu as diferenças salariais decorrentes da equiparação, uma vez que o tempo de serviço na função não superior a 2 (dois) anos, deve ser analisado em face do paradigma imediato. (RO n. 00000522-12.2016.5.08.0004. Relator Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, publicada em 24.04.2017)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IDENTIDADE DE ATRIBUIÇÕES. CABIMENTO. Tendo o preposto, em depoimento, reconhecido que o reclamante e o paradigma desempenhavam a mesma função, restou provada a identidade de atribuições, pelo que deve ser reconhecido o direito a equiparação salarial, mormente porque a reclamada não se desincumbiu do encargo de provar a existência de qualquer fato impeditivo a tal direito. Dispõe, o art. 461 da CLT: Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá, igual salário, sem distinção de sexo. (Relatora Desembargadora Ida Selene Sirotheau Correa Braga, julgado em 19.02.2019).

Por assim ser, dou provimento ao recurso do reclamante para deferir a equiparação salarial, condenando a reclamada ao pagamento de diferenças salariais em relação ao paradigma indicado, no período imprescrito, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos nas parcelas de 13.º salário, férias + 1/3, depósitos do FGTS e repouso semanal remunerado, além das parcelas integrantes da remuneração do autor, de horas extras a 50% e 100% (noturnas e diurnas) e reflexos, adicional noturno a 50% e reflexos, adicional de risco a 40%, adicional de tempo de serviço, pagas de forma habitual e mensalmente. Recurso provido.

Examinado.

Ocotejo das razões recursais com o trecho transcrito evidencia que, para que se possa avaliar se houve a alegada violação, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que não é possível em sede de recurso de revista, nos termos do art. 896 a CLT e Súmula 126 do C. TST.

Denego seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100482-03.2019.5.01.0077

Relator ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE EDERSON SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO PETRUSCHKA MOURA ECA DA COSTA(OAB: 85475/RJ)
ADVOGADO DIEGO MOURA ECA DA COSTA(OAB: 152170/RJ)
ADVOGADO JOSE CLAUDIO PAES DA COSTA(OAB: 14124/RJ)
AGRAVADO COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO VICTOR GARCIA VAN ERVEN(OAB: 161856/RJ)
ADVOGADO RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDERSON SOARES DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0100482-03.2019.5.01.0077

AGRAVANTE : **EDERSON SOARES DOS SANTOS**
ADVOGADA : Dra. PETRUSCHKA MOURA ECA DA COSTA
ADVOGADO : Dr. DIEGO MOURA ECA DA COSTA
ADVOGADO : Dr. JOSE CLAUDIO PAES DA COSTA
AGRAVADO : **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**
ADVOGADO : Dr. VICTOR GARCIA VAN ERVEN
ADVOGADO : Dr. RICARDO LOPES GODOY

D E C I S Ã O

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de

revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 17/11/2022 - Id. 5437388; recurso interposto em 29/11/2022 - Id. 0794b01).

Regular a representação processual (Id. 9808e46).

Satisfeito o preparo (Id. 6cc08b6).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Julgamento Extra/Ultra/Citra Petita.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades

Processuais / Multa por ED Protelatórios.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

- violação do(s) artigos 141, 492 do CPC.

- divergência jurisprudencial .

Nos termos em que prolatada a decisão, não se verificam as violações apontadas. Na verdade, trata-se de mera interpretação dos mencionados dispositivos, o que não permite o processamento do recurso.

A jurisprudência transcrita para o confronto de teses não se presta ao fim colimado, por se revelar inservível, porquanto não contemplada na alínea "a" do art. 896 da CLT.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário/Diferença Salarial / Diferenças por Desvio de Função. Categoria Profissional Especial / Jornalista.

Alegação(ões):

- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 302, §1º; artigo 303.

- divergência jurisprudencial .

O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST.

O aresto transcrito para o confronto de teses não se presta ao fim colimado, por se revelar inservível, porquanto não contemplado na alínea "a" do art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento aorecurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela

parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente

consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100482-03.2019.5.01.0077

Relator

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA
BELMONTE

AGRAVANTE

EDERSON SOARES DOS SANTOS

ADVOGADO PETRUSCHKA MOURA ECA DA COSTA(OAB: 85475/RJ)
ADVOGADO DIEGO MOURA ECA DA COSTA(OAB: 152170/RJ)
ADVOGADO JOSE CLAUDIO PAES DA COSTA(OAB: 14124/RJ)
AGRAVADO COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO VICTOR GARCIA VAN ERVEN(OAB: 161856/RJ)
ADVOGADO RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0100482-03.2019.5.01.0077

AGRAVANTE : **EDERSON SOARES DOS SANTOS**

ADVOGADA : Dra. PETRUSCHKA MOURA ECA DA COSTA

ADVOGADO : Dr. DIEGO MOURA ECA DA COSTA

ADVOGADO : Dr. JOSE CLAUDIO PAES DA COSTA

AGRAVADO : **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

ADVOGADO : Dr. VICTOR GARCIA VAN ERVEN

ADVOGADO : Dr. RICARDO LOPES GODOY

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 17/11/2022 - Id. 5437388; recurso interposto em 29/11/2022 - Id. 0794b01).

Regular a representação processual (Id. 9808e46).

Satisfeito o preparo (Id. 6cc08b6).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos

Processuais / Nulidade / Julgamento Extra/Ultra/Citra Petita.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades

Processuais / Multa por ED Protelatórios.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

- violação do(s) artigos 141, 492 do CPC.

- divergência jurisprudencial .

Nos termos em que prolatada a decisão, não se verificam as violações apontadas. Na verdade, trata-se de mera interpretação dos mencionados dispositivos, o que não permite o processamento do recurso.

A jurisprudência transcrita para o confronto de teses não se presta ao fim colimado, por se revelar inservível, porquanto não contemplada na alínea "a" do art. 896 da CLT.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário/Diferença Salarial / Diferenças por Desvio de Função. Categoria Profissional Especial / Jornalista.

Alegação(ões):

- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 302, §1º; artigo 303.

- divergência jurisprudencial .

O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST.

O aresto transcrito para o confronto de teses não se presta ao fim colimado, por se revelar inservível, porquanto não contemplado na alínea "a" do art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento aorecurso de revista.

Publique-se e

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência:I - econômica, o elevado valor da causa;II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de

direito social constitucionalmente assegurado;IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados,

“...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados”,_grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001200-18.2020.5.02.0010

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	GERSON VILHENA PEREIRA FILHO
ADVOGADO	JOSE RICARDO SANT ANNA(OAB: 132995/SP)
AGRAVADO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO S.A.
ADVOGADO	ALINE POSSETTI MATTIAZZO(OAB: 345925/SP)
ADVOGADO	JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA(OAB: 21695/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERSON VILHENA PEREIRA FILHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1001200-18.2020.5.02.0010

AGRAVANTE : **GERSON VILHENA PEREIRA FILHO**
ADVOGADO : Dr. JOSE RICARDO SANT ANNA
AGRAVADO : **SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE
SAO PAULO S.A.**
ADVOGADA : Dra. ALINE POSSETTI MATTIAZZO
ADVOGADO : Dr. JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1001200-18.2020.5.02.0010

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT 2ª Região
ROT-1001200-18.2020.5.02.0010 - Turma 1
Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

GERSON VILHENA PEREIRA FILHO

Advogado(a)(s):

JOSE RICARDO SANT ANNA (SP - 132995)

Recorrido(a)(s):

SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO
S.A.

Advogado(a)(s):

JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA (DF - 21695)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 21/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 31/03/2023 - id. ce74909).

Regular a representação processual, id. d6e588f.

Satisfeito o preparo (id(s). . da3e33f).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Documental.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Orecorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST ou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.

Nesse sentido:

"[...] RECURSO DESFUNDAMENTADO. NÃO CONHECIMENTO. Revela-se desfundamentado o recurso, pois a parte não indica afronta a dispositivo de lei e/ou da Constituição Federal, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme desta Corte e divergência jurisprudencial para amparar o pleito de revisão, desatendendo às hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, insertas no artigo 896 da CLT, alíneas "a" e "c", da CLT. Recurso de revista de que não se conhece. [...]" (RR-119400-48.2002.5.03.0060, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 03/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/pd

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal

Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impõe ao recorrente, na

hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001200-18.2020.5.02.0010

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	GERSON VILHENA PEREIRA FILHO
ADVOGADO	JOSE RICARDO SANT ANNA(OAB: 132995/SP)
AGRAVADO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO S.A.
ADVOGADO	ALINE POSSETTI MATTIAZZO(OAB: 345925/SP)
ADVOGADO	JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA(OAB: 21695/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO S.A.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 1001200-18.2020.5.02.0010

AGRAVANTE : **GERSON VILHENA PEREIRA FILHO**

ADVOGADO : Dr. JOSE RICARDO SANT ANNA

AGRAVADO : **SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO S.A.**

ADVOGADA : Dra. ALINE POSSETTI MATTIAZZO

ADVOGADO : Dr. JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA

DECISÃO

RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

Processo: 1001200-18.2020.5.02.0010

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

ROT-1001200-18.2020.5.02.0010 - Turma 1

Tramitação Preferencial

Recurso de Revista

Recorrente(s):

GERSON VILHENA PEREIRA FILHO

Advogado(a)(s):

JOSE RICARDO SANT ANNA (SP - 132995)

Recorrido(a)(s):

SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO

S.A.

Advogado(a)(s):

JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA (DF - 21695)

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 21/03/2023 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 31/03/2023 - id. ce74909).

Regular a representação processual, id. d6e588f.

Satisfeito o preparo (id(s). . da3e33f).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Documental.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Orecorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST ou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.

Nesse sentido:

"[...] RECURSO DESFUNDAMENTADO. NÃO CONHECIMENTO. Revela-se desfundamentado o recurso, pois a parte não indica afronta a dispositivo de lei e/ou da Constituição Federal, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme desta Corte e divergência jurisprudencial para amparar o pleito de revisão, desatendendo às hipóteses de admissibilidade do recurso de revista, insertas no artigo 896 da CLT, alíneas "a" e "c", da CLT. Recurso de revista de que não se conhece. [...]" (RR-119400-48.2002.5.03.0060, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 03/02/2023).

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/pd

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada de ofício e previamente, independentemente de alegação pela parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II -

política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos

fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGOU SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000897-88.2021.5.06.0005

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	VALMIR JOSE DA SILVA
ADVOGADO	THIAGO CYSNEIROS PESSOA(OAB: 31469/PE)
AGRAVADO	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO	RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- VALMIR JOSE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000897-88.2021.5.06.0005

AGRAVANTE: **VALMIR JOSE DA SILVA**

ADVOGADO: Dr. THIAGO CYSNEIROS PESSOA

AGRAVADO: **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

ADVOGADO: Dr. RICARDO LOPES GODOY

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OJ DE ANÁLISE DE RECURSO

ROT 0000897-88.2021.5.06.0005

RECORRENTE: **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

RECORRIDO: **VALMIR JOSE DA SILVA**

RECURSO DE **VALMIR JOSE DA SILVA**

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 30/03/2023, conforme aba de expedientes do PJE; recurso apresentado em 14/4/2023 - Id 5c2cfe0).

Considere-se a suspensão dos prazos nos dias 5, 6 e 7/04/2023 (quarta a sexta-feira -

Semana Santa - feriado regimental - Lei nº 5.010/66, art. 62, inc. II, Ordem de Serviço

TRT6 GP nº 203/2022.

Representação processual regular (id 4cd56a9).

Preparo dispensado (id. 56951b7).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Tema/violações:

Das diferenças salariais decorrentes da promoção por antiguidade

Divergência jurisprudencial.

Da Ofensa aos Artigos. 37, caput, e 169, § 1º, da Carta Magna 131 460 no NCP, 122 e 129 do CC e 461, §2º, CLT.

Não obstante o inconformismo apresentado, o apelo não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal.

É que a Lei nº 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao art. 896 da CLT, introduzindo novos requisitos formais ao processamento dos Recursos de Revista,

que impuseram à parte, sob pena de não conhecimento do seu apelo, o dever de: 1)

indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que exato

; 2) apresentar tese explícita e substanciada o prequestionamento da controvérsia

fundamentada de violação legal, de contrariedade à Súmula de jurisprudência da C.

Corte Revisora e à Súmula vinculante do E. STF ou de dissenso pretoriano que entenda

existir; 3) expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos

jurídicos da decisão recorrida, inclusive de cada mediante demonstração analítica

dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja

e 4) transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar contrariedade aponte;

de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos

declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão

veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos

quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

(Incluído pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017).

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o exato (fração

específica)

que pretende ver transferida à cognição doprequestionamento da controvérsia

Tribunal Superior do Trabalho.

A exigência consiste em apontar o prequestionamento e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A

jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o

pressuposto legal não se atende com a transcrição do inteiro teor (ou quase integral)

. Nesse sentido, osdo capítulo do acórdão recorrido que pretende ver reformado

seguintes arestos, verbis:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. PRESCRIÇÃO

TOTAL. COMISSÕES. DANO MORAL. NÃO CUMPRIMENTO

DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 896, § 1º-A, DA

CLT. A transcrição pela parte, em recurso de revista, do

inteiro teor ou quase integral dos capítulos do acórdão

, sem qualquer destaque, não atende aorecorrido

disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não

há, nesse caso, da tese regionaldeterminação precisa

Precedentes. 2. HORAS EXTRAS. Acombatida no apelo.

brandir matéria alheia ao universo da sucumbência, a

parte faz decair seu interesse de recorrer. Agravo de

instrumento conhecido e desprovido (AIRR-10378-

80.2019.5.03.0150, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto

Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM

RECURSO DE REVISTA - CORREÇÃO MONETÁRIA -

APLICAÇÃO - IPCA-E - REGRAMENTO - ART. 896, § 1º-A, I,

DA CLT - ENTENDIMENTO DA SBDI-1 DO TST. A SBDI-1

, interpretando o alcance da previsão contidadesta Corte

no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015

/2014, firmou jurisprudência no sentido de ser

imprescindível a transcrição da dafração específica

que consubstancie ofundamentação regional

prequestionamento da matéria contida nas razões

recursais. Assim, não se admite, para efeitos de

cumprimento do comando previsto, a transcrição

integral do acórdão ou do capítulo referente ao tema

recorrido, pois não viabiliza o confronto analítico entre a

fundamentação do acórdão regional e a tese jurídica

. Agravo de instrumentosuscitada pela parte no recurso

desprovido" (AIRR-904-52.2010.5.10.0006, 2ª Turma,

Relatora Desembargadora Convocada Margareth

Rodrigues Costa, DEJT 18/03/2022).

RESPONSABILIDADE CIVIL.

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANO

MORAL E ESTÉTICO. , interpretandoA SBDI-1 desta Corte

o alcance da previsão contida no art. 896, §1º-A, da CLT,

incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmou jurisprudência

no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração

da fundamentação regional queespecífica

consubstancie o prequestionamento da matéria contida

, " não se admitindo, para tanto, anas razões recursais

mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase,

sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do

relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-

ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min . José Roberto

Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018). Dessa forma, tendo a

parte indicado, nas razões de revista, o inteiro teor da

fundamentação relativa à matéria trazida no recurso,

sem ao menos destacar o trecho específico que

consubstancia o prequestionamento da questão, inviável

se torna o seu prosseguimento, uma vez que não estão

satisfeitos os requisitos contidos no art.896, § 1º-A, I e III,

(...) (Ag-ARR-628-91.2014.5.15.0054, 5ª Turma,da CLT.

Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 26/11/2021).

Assim, é inviável o conhecimento do recurso de revista, pois a

parte recorrente não atendeu os incisos I e III do § 1º-A do artigo

896 da Consolidação

das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na

vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista

submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada

de ofício e previamente, independentemente de alegação pela

parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência

a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores

de transcendência:I - econômica, o elevado valor da causa;II -

política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência

sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal

Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de

direito social constitucionalmente assegurado;IV - jurídica, a

existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante

certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000897-88.2021.5.06.0005

Relator	ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
AGRAVANTE	VALMIR JOSE DA SILVA
ADVOGADO	THIAGO CYSNEIROS PESSOA(OAB: 31469/PE)
AGRAVADO	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO	RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR - 0000897-88.2021.5.06.0005

AGRAVANTE: **VALMIR JOSE DA SILVA**

ADVOGADO: Dr. THIAGO CYSNEIROS PESSOA

AGRAVADO: **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

ADVOGADO: Dr. RICARDO LOPES GODOY

DECISÃO

**RECURSO(S) DE REVISTA INTERPOSTO(S) NA VIGÊNCIA DA
LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECURSAL**

Trata-se de agravo(s) de instrumento interposto(s) sob a égide da Lei nº 13.467/2017, contra o r. despacho por meio do qual a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho negou seguimento ao(s) recurso(s) de revista. A(s) parte(s) agravante(s) sustenta(m) que o aludido despacho deve ser modificado para possibilitar o trânsito respectivo.

Examinados. Decido.

O Tribunal Regional denegou seguimento ao(s) recurso(s) de revista com base nos seguintes fundamentos:

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OJ DE ANÁLISE DE RECURSO

ROT 0000897-88.2021.5.06.0005

RECORRENTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

RECORRIDO: VALMIR JOSE DA SILVA

RECURSO DE VALMIR JOSE DA SILVA

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 30/03/2023, conforme aba de expedientes do PJE; recurso apresentado em 14/4/2023 - Id 5c2cfe0).

Considere-se a suspensão dos prazos nos dias 5, 6 e 7/04/2023 (quarta a sexta-feira -

Semana Santa - feriado regimental - Lei nº 5.010/66, art. 62, inc. II, Ordem de Serviço

TRT6 GP nº 203/2022.

Representação processual regular (id 4cd56a9).

Preparo dispensado (id. 56951b7).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Tema/violações:

Das diferenças salariais decorrentes da promoção por antiguidade

Divergência jurisprudencial.

Da Ofensa aos Artigos. 37, caput, e 169, § 1º, da Carta Magna 131 460 no NCPC, 122 e 129 do CC e 461, §2º, CLT.

Não obstante o inconformismo apresentado, o apelo não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal.

É que a Lei nº 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao art. 896 da CLT, introduzindo novos requisitos formais ao processamento dos Recursos de Revista,

que impuseram à parte, sob pena de não conhecimento do seu apelo, o dever de: 1)

indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que exato

; 2) apresentar tese explícita e consubstancia o prequestionamento da controvérsia

fundamentada de violação legal, de contrariedade à Súmula de jurisprudência da C.

Corte Revisora e à Súmula vinculante do E. STF ou de dissenso pretoriano que entenda

existir; 3) expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos

jurídicos da decisão recorrida, inclusive de cada mediante demonstração analítica

dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja

e 4) transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar contrariedade aponte;

de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos

declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão

veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos

quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

(Incluído pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017).

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o exato (fração específica)

que pretende ver transferida à cognição do prequestionamento da controvérsia

Tribunal Superior do Trabalho.

A exigência consiste em apontar o prequestionamento e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A

jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o

pressuposto legal não se atende com a transcrição do inteiro teor (ou quase integral)

. Nesse sentido, os do capítulo do acórdão recorrido que pretende ver reformado

seguintes arestos, verbis:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. PRESCRIÇÃO

TOTAL. COMISSÕES. DANO MORAL. NÃO CUMPRIMENTO

DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 896, § 1º-A, DA

CLT. A transcrição pela parte, em recurso de revista, do

inteiro teor ou quase integral dos capítulos do acórdão

, sem qualquer destaque, não atende ao recorrido

disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não

há, nesse caso, da tese regional determinação precisa

Precedentes. 2. HORAS EXTRAS. A combatida no apelo.

brandir matéria alheia ao universo da sucumbência, a

parte faz decair seu interesse de recorrer. Agravo de

instrumento conhecido e desprovido (AIRR-10378-

80.2019.5.03.0150, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto

Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM

RECURSO DE REVISTA - CORREÇÃO MONETÁRIA -

APLICAÇÃO - IPCA-E - REGRAMENTO - ART. 896, § 1º-A, I,

DA CLT - ENTENDIMENTO DA SBDI-1 DO TST. A SBDI-1

, interpretando o alcance da previsão contida desta Corte

no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015

/2014, firmou jurisprudência no sentido de ser

imprescindível a transcrição da da fração específica

que consubstancie o fundamentação regional

prequestionamento da matéria contida nas razões

recursais. Assim, não se admite, para efeitos de

cumprimento do comando previsto, a transcrição

integral do acórdão ou do capítulo referente ao tema

recorrido, pois não viabiliza o confronto analítico entre a

fundamentação do acórdão regional e a tese jurídica

. Agravo de instrumento suscitado pela parte no recurso

desprovido" (AIRR-904-52.2010.5.10.0006, 2ª Turma,

Relatora Desembargadora Convocada Margareth

Rodrigues Costa, DEJT 18/03/2022).

RESPONSABILIDADE CIVIL.

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANO

MORAL E ESTÉTICO. , interpretando a SBDI-1 desta Corte

o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, da CLT,

incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmou jurisprudência

no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração

da fundamentação regional que especifica

consubstancie o prequestionamento da matéria contida

, " não se admitindo, para tanto, as razões recursais

mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase,

sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do

relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-

ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto

Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018). Dessa forma, tendo a

parte indicado, nas razões de revista, o inteiro teor da

fundamentação relativa à matéria trazida no recurso,

sem ao menos destacar o trecho específico que

consubstancia o prequestionamento da questão, inviável

se torna o seu prosseguimento, uma vez que não estão

satisfeitos os requisitos contidos no art. 896, § 1º-A, I e III,

(...) (Ag-ARR-628-91.2014.5.15.0054, 5ª Turma, da CLT.

Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 26/11/2021).

Assim, é inviável o conhecimento do recurso de revista, pois a

parte recorrente não atendeu os incisos I e III do § 1º-A do artigo

896 da Consolidação

das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

Considerando que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado na

vigência da Lei nº 13.467/2017, o(s) recurso(s) de revista

submete(m)-se ao crivo da transcendência, que deve ser analisada

de ofício e previamente, independentemente de alegação pela

parte.

O art. 896-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, com vigência

a partir de 11/11/2017, estabelece em seu § 1º, como indicadores

de transcendência: I - econômica, o elevado valor da causa; II -

política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência

sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal

Federal; III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de

direito social constitucionalmente assegurado; IV - jurídica, a

existência de questão nova em torno da interpretação da legislação

trabalhista.

No tocante à transcendência política e jurídica, a decisão do

Tribunal Regional, além de estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, não trata de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. Por outro lado, a reforma da decisão esbarraria no óbice das Súmulas nº 126 ou 333 do c. TST. Com relação à transcendência econômica, destaque-se que o valor arbitrado à condenação deve se revelar desproporcional ao(s) pedido(s) deferido(s) na instância ordinária, e é destinado à proteção da atividade produtiva, não devendo ser aplicada isoladamente em favor do trabalhador.

Já quanto à transcendência social, observe-se que é pressuposto de admissibilidade recursal a invocação expressa de violação a dispositivo da Constituição Federal que contenha direito social assegurado, especialmente aqueles elencados no Capítulo II do Título II da Carta de 1988 (Dos Direitos Sociais). Por outro lado, a transcendência social não se aplica aos recursos interpostos por empresa-reclamada.

Além disso, com o advento da Lei 13.015/2014, o § 1º-A do artigo 896 da CLT passou a atribuir ao recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, o ônus de: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Assim, fundamentalmente, não se conhece de recurso de revista que não transcreve o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição dos trechos do acórdão regional no início do recurso de revista, de forma preliminar e totalmente dissociada das razões de reforma; que transcreve o inteiro teor do acórdão regional ou do capítulo impugnado, sem destaque do trecho que efetivamente consubstancia o prequestionamento da controvérsia; que apresente a transcrição apenas da ementa ou do dispositivo da decisão recorrida; e que contenha transcrição de trecho insuficiente, ou seja, de trecho da decisão que não contempla a delimitação precisa dos fundamentos adotados pelo TRT.

De igual forma, o § 8º do artigo 896 da CLT impôs ao recorrente, na hipótese de o recurso de revista fundar-se em dissenso de julgados, "...o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de

julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", grifamos.

A alteração legislativa nesses aspectos constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar, em todos os casos, a identificação precisa da contrariedade à Lei ou à Jurisprudência, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo.

No presente caso, diante da análise de ofício dos pressupostos de adequação formal de admissibilidade, do exame prévio dos indicadores de transcendência, além do cotejo do despacho denegatório com as razões de agravo de instrumento, verifica-se que a(s) parte(s) não atendeu(ram) a todos requisitos acima descritos, devendo ser mantida a denegação de seguimento de seu(s) recurso(s) de revista.

Assim, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza o princípio da duração razoável do processo, não prospera(m) o(s) presente(s) agravo(s) de instrumento.

Diante do exposto, com base nos artigos 489, § 1º, 932, III e IV, do CPC, 896-A, §§ 1º e 2º, da CLT, e 247, § 2º, do RITST, NEGO SEGUIMENTO ao(s) agravo(s) de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2023.

ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000279-80.2022.5.10.0011

Relator	CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
AGRAVANTE	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO	VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS(OAB: 29276/DF)
ADVOGADO	ERICK GONCALVES AFONSO MAUES(OAB: 60127/DF)
AGRAVADO	EPAMINONDAS LINO DE JESUS
ADVOGADO	ALTIVO AQUINO MENEZES(OAB: 25416/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº AIRR-0000279-80.2022.5.10.0011

AGRAVANTE: **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA
DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL**

Advogados: ERICK GONCALVES AFONSO MAUES, VANESSA
DUMONT BONFIM SANTOS

AGRAVADO: **EPAMINONDAS LINO DE JESUS**

Advogado: ALTIVO AQUINO MENEZES

CMB/pje/bh

DECISÃO

1. RELATÓRIO

A parte, não se conformando com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que negou seguimento ao recurso de revista, interpõe o presente agravo de instrumento. Sustenta que foram preenchidos todos os pressupostos legais para o regular processamento daquele recurso.

Contraminuta apresentadas e contrarrazões ausentes.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95, § 2º, II, do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

MARCOS PROCESSUAIS E NORMAS GERAIS APLICÁVEIS

Considerando que o acórdão regional foi publicado em **2022**, incidem as disposições processuais da Lei nº 13.467/2017.

Registre-se, ainda, que os presentes autos foram remetidos a esta Corte Superior em **05/05/2023**.

CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

MÉRITO

**RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO
PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - INCABÍVEL -
SÚMULA Nº 218 DO TST**

Nos termos do artigo 896 da CLT, o recurso de revista é cabível contra decisões proferidas em recurso ordinário ou agravo de petição, excluindo-se as em agravo de instrumento.

Essa é a diretriz da Súmula nº 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.É incabível recurso de revista interposto de acórdão

regional prolatado em agravo de instrumento."

Inviável, assim, o processamento do recurso de revista intentado pela ré.

Reafirma-se, pois, o acerto do juízo regional de admissibilidade em denegar seguimento ao apelo com esteio na referida Súmula.

Ressalte-se que as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa concretizam-se nos termos da legislação infraconstitucional que disciplina o processo judicial. Assim, denegar seguimento a recurso que não atenda aos requisitos previstos em lei não importa em violação das referidas garantias.

Nego seguimento.

3. DISPOSITIVO

Com base nos artigos 932, III, do CPC/2015, 896, § 14, da CLT e 255, III, "a", do Regimento Interno desta Corte, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília-DF, 01 de junho de 2023.

CLÁUDIO BRANDÃO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000279-80.2022.5.10.0011

Relator	CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
AGRAVANTE	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO	VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS(OAB: 29276/DF)
ADVOGADO	ERICK GONCALVES AFONSO MAUES(OAB: 60127/DF)
AGRAVADO	EPAMINONDAS LINO DE JESUS
ADVOGADO	ALTIVO AQUINO MENEZES(OAB: 25416/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EPAMINONDAS LINO DE JESUS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº AIRR-0000279-80.2022.5.10.0011

AGRAVANTE: **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA
DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL**

Advogados: ERICK GONCALVES AFONSO MAUES, VANESSA
DUMONT BONFIM SANTOS

AGRAVADO: **EPAMINONDAS LINO DE JESUS**

Advogado: ALTIVO AQUINO MENEZES

CMB/pje/bh

DECISÃO

1. RELATÓRIO

A parte, não se conformando com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que negou seguimento ao recurso de revista, interpõe o presente agravo de instrumento. Sustenta que foram preenchidos todos os pressupostos legais para o regular processamento daquele recurso.

Contraminuta apresentadas e contrarrazões ausentes.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95, § 2º, II, do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

MARCOS PROCESSUAIS E NORMAS GERAIS APLICÁVEIS

Considerando que o acórdão regional foi publicado em 2022, incidem as disposições processuais da Lei nº 13.467/2017.

Registre-se, ainda, que os presentes autos foram remetidos a esta Corte Superior em 05/05/2023.

CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

MÉRITO

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - INCABÍVEL - SÚMULA Nº 218 DO TST

Nos termos do artigo 896 da CLT, o recurso de revista é cabível contra decisões proferidas em recurso ordinário ou agravo de petição, excluindo-se as em agravo de instrumento.

Essa é a diretriz da Súmula nº 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

Inviável, assim, o processamento do recurso de revista intentado pela ré.

Reafirma-se, pois, o acerto do juízo regional de admissibilidade em denegar seguimento ao apelo com esteio na referida Súmula.

Ressalte-se que as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa concretizam-se nos termos da legislação infraconstitucional que disciplina o processo judicial. Assim, denegar seguimento a recurso que não atenda aos requisitos previstos em lei não importa em violação das referidas garantias.

Nego seguimento.

3. DISPOSITIVO

Com base nos artigos 932, III, do CPC/2015, 896, § 14, da CLT e 255, III, "a", do Regimento Interno desta Corte, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília-DF, 01 de junho de 2023.

CLÁUDIO BRANDÃO

Ministro Relator

Secretaria da Oitava Turma

Despacho

Processo Nº AIRR-0100201-79.2020.5.01.0055

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA
Procurador	Ricardo Levy Sadicoff
Agravante(s) e Agravado(s)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Cristovao Tavares Macedo Soares Guimaraes(OAB: 77988-A/RJ)
Agravado(s)	GERSON JOSE LADEIRA
Advogado	Gary de Oliveira Bon-Ali(OAB: 4474-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA
- GERSON JOSE LADEIRA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravante e agravado Itaú Unibanco S.A. requer a desistência do recurso de revista e do agravo de instrumento em recurso de revista.

HOMOLOGO a desistência do recurso de revista e do agravo de instrumento em recurso de revista interpostos pelo Itaú Unibanco S.A., nos termos dos arts. 200, *caput* e parágrafo único, e 998 do CPC de 2015 (arts. 158, *caput* e parágrafo único, e 501 do CPC de 1973), a qual independe de anuência da parte contrária e produz efeitos desde logo.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravante Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência e agravados Itaú Unibanco S.A. e Gerson José Ladeira.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para o trâmite regular do processo.

Publique-se.
Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0101462-42.2017.5.01.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	Luiz Antônio dos Santos Júnior(OAB: 121738/SP)
Recorrido(s)	GERSU ANTÔNIO GABRIEL DE CARVALHO
Advogado	Carlos Douglas Martins Pinheiro(OAB: 141056-D/RJ)
Advogado	Gabriela Gomes da Silva de Assis Toledo(OAB: 145741-A/RJ)
Advogado	Maurício de Mello Bacim(OAB: 196794 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERSU ANTÔNIO GABRIEL DE CARVALHO
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho Aloysio Corrêa da Veiga encaminha o Ofício TST.SEGVP.Nº 117/2023, no qual submete à apreciação desta Relatora o pedido de realização de audiência de conciliação formulado nos autos. Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pela parte interessada.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para apreciar o pedido, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-1001528-27.2018.5.02.0071

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.Á.

Advogado	Nelson Mannrich(OAB: 36199-A/SP)
Advogado	Sandfredy Tavares Gurgel(OAB: 113650-A/RJ)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	RENATA PITANGA DE ASSIS
Advogado	Alessandro José Silva Lodi(OAB: 138321/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
- RENATA PITANGA DE ASSIS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pela advogada Maria Carolina Garcia Lopes (OAB/SP 211.375) e, fisicamente, pelo advogado da reclamante, Dr. Alessandro José Silva Lodi (OAB/SP 138.321), sendo eu este última se encontra regularmente habilitado nos autos. (pdf. integral, p. 27)

REGISTRO que não foi identificado instrumento de procuração outorgando poderes ao Dr. Sandfredy Tavares Gurgel (OAB/RJ 113.650) o qual substabeleceu poderes à Dra. Maria Carolina Garcia Lopes (OAB/SP 211.375), subscritora da petição. Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010689-43.2016.5.03.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	TELEMONTE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)

Advogado Décio Flávio Gonçalves Torres Freire(OAB: 56543-S/MG)
Agravado(s) DEIVID MIGUEL FIDELIS FERREIRA
Advogado Rogério Antunes Guimarães(OAB: 67002-A/MG)
Advogado Andréia Gomes de Souza(OAB: 105607-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEIVID MIGUEL FIDELIS FERREIRA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp. 973/975). Anexos, apólice nº 0306920199907750307936000 (Endosso 001), certidões de administradores, de regularidade e de livre movimentação de ativos e instrumento de procuração.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator,

competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, caput, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a

fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juízo de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, caput, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se tratar de apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, caput, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto

decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário. (...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 357978/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos e dos depósitos recursais, a fim de que examine o pedido como entender de direito. (pdf. integral, pp. 973/975 e seq. 178/184) Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001733-98.2014.5.03.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)
Agravado(s)	DENILSON EUSTAQUIO DA SILVA
Advogado	Ramiro Marques Alcântara(OAB: 95276-D/MG)
Agravado(s)	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
Advogada	Clíssia Pena Alves de Carvalho(OAB: 76703/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENILSON EUSTAQUIO DA SILVA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A agravante Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp. 1.673/1.675). Anexos, apólice nº 0306920199907750320540000 (Endosso 002), certidões de administradores, de regularidade e de livre movimentação de ativos e instrumento de procuração.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, caput, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecuratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte

recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juiz de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, caput, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando sequer a apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a

execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário. (...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 358090/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos e dos depósitos recursais, a fim de que examine o pedido como entender de direito. (pdf. integral, pp. 1.673/1.675 e seq. 14/20) Considerando que o feito tramita via PJE na instância

ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010484-56.2017.5.03.0168

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Luciano Benigno Cesca(OAB: 91240-A/MG)
Advogado	Rogério Netto Andrade(OAB: 80107-A/MG)
Advogada	Luciana Mano Oliveira(OAB: 103231/MG)
Agravado(s)	ARIANE SANTANA SANCHEZ
Advogado	Renato Bretas Ribeiro(OAB: 98425-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIANE SANTANA SANCHEZ
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes notificam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Maronne Soares Rego (OAB/MG 98.393) e, fisicamente, pelo advogado da reclamante, Dr. Renato Bretas Ribeiro (OAB/MG 98.425), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 57 e 1.722)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-1001112-63.2019.5.02.0608

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	VALMIR DA SILVA
Advogada	Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-D/SP)
Advogado	Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)
Agravado(s) e Recorrido(s)	TIM S.A.
Advogado	Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- TIM S.A.
- VALMIR DA SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta endosso de seguro garantia judicial para renovar a apólice constante nos autos (pp. 322/324). Anexos, apólice nº 0306920199907750324321000 (Endosso 001), certidões de administradores, de regularidade e de livre movimentação de ativos e instrumento de procuração.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada

poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, *caput*, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL POR SEGURO GARANTIA. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecuratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido

ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juiz de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, *caput*, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito.**" (AIRR-11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a

substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando sequer a apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário. (...) (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 26/6/2020 - grifos nossos)

Diante do exposto, **DETERMINO** o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 360793/2023 e seus anexos, inclusive a apólice de seguro garantia constante nos autos

e dos depósitos recursais, a fim de que examine o pedido como entender de direito. (pdf. integral, pp. 322/324 e seq. 28/34)

Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0010226-82.2020.5.03.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	IRINEU DE SOUZA MATOS
Advogado	Felipe Maurício Saliba de Souza(OAB: 108211-A/MG)
Agravado(s) e Recorrido(s)	MONARCA TRANSPORTES LTDA.
Advogada	Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRINEU DE SOUZA MATOS
- MONARCA TRANSPORTES LTDA.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Trata-se de despacho proferido pelo Desembargador César Pereira da Silva Machado Júnior, 1º Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o qual informa que foi homologado acordo entre as partes no processo CumPrSe nº 0010613-29.2022.5.03.0025 referente aos autos principais nº 0010226-82.2020.5.03.0025. Requer a baixa dos autos.

DEFIRO o pedido.

DETERMINO a remessa dos autos à Vara do Trabalho de origem para as providências que entender cabíveis.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000078-09.2022.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M. DIAS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587-S/CE)
Agravado(s)	ANTONIO CLAUDIO DE OLIVEIRA SILVA
Advogado	Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CLAUDIO DE OLIVEIRA SILVA
- M. DIAS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes notificam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pelo reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20.084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 16, 29/30 e 38)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0001018-08.2021.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587/CE)
Agravado(s)	ELIANE SANTOS FERREIRA
Advogado	Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE SANTOS FERREIRA
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes notificam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pela reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20.084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 15, 44/45 e 86)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0100201-94.2020.5.01.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	INTALOG LOGISTICA TRANSPORTES LTDA
Advogada	Luciana Pamplona Barcelos Nahid(OAB: 133688-A/RJ)
Agravado(s)	ADILSON BARCELO
Advogado	Anderson Ernesto Caroli(OAB: 217769 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON BARCELO
- INTALOG LOGISTICA TRANSPORTES LTDA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por meio do Ofício nº 83/2023, expedido pelo Diretor da Secretaria de Recurso

de Revista - SER, encaminha, para ciência, o Ofício Eletrônico nº 9677/2023 expedido pelo Supremo Tribunal Federal, no qual foi anexada decisão proferida pelo Ministro André Mendonça na Reclamação nº 59.198/RJ.

De acordo com o referido documento o Ministro André Mendonça julgou procedente a reclamação constitucional para cassar a decisão reclamada e determinar a remessa dos autos à Justiça Comum.

DETERMINO à Secretaria da 8ª Turma que proceda a remessa dos autos à origem para adotar as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000863-05.2021.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587/CE)
Agravado(s)	JOAO VICTOR RODRIGUES DOS SANTOS
Advogada	Livia França Farias(OAB: 20084/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO VICTOR RODRIGUES DOS SANTOS
- M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pelo reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20.084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 16 e 36/38)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000838-89.2021.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M. DIAS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587/CE)
Agravado(s)	ROGERIO MOREIRA LIMA
Advogado	Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- M. DIAS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
- ROGERIO MOREIRA LIMA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pelo reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 15, 33/34 e 40)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000477-72.2021.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Advogado Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587-S/CE)
Agravado(s) JOSE AMARILDO NUNES DA SILVA
Advogado Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE AMARILDO NUNES DA SILVA
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pelo reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20.084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 15, 35/36 e 76)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0000270-71.2021.5.06.0171

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s) AMCOR DO NORDESTE - INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA E OUTRAS
Advogado Eduardo Alcântara Lopes(OAB: 296735-D/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) RIDOALDO ARAUJO DA SILVA
Advogada Ana Carolina Martins de Vasconcelos Bezerra(OAB: 16383-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMCOR DO NORDESTE - INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA E OUTRAS
- RIDOALDO ARAUJO DA SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se a Petição nº 367120/2023.

A reclamada Emplal Nordeste Embalagens Plásticas Ltda. requer, nos termos do art. 899, § 11, da CLT, a autorização para substituir o depósito recursal referentes efetuado à época da interposição do recurso ordinário por apólice de seguro garantia judicial. Anexos, apólice nº 986016116, relatório Susep e certidão de regularidade.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, *caput*, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de

regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO

RECURSAL POR SEGURO GARANTIA . ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecuratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juiz de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como

de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, *caput*, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito**". (AIRR - 11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se trata de apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com

essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário. (...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT26/6/2020 - grifos nossos)

Em consequência, **DETERMINO** a adoção das seguintes providências:

i) o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 367120/2023 e da guia de recolhimento, a fim de que examine o pedido de substituição do depósito recursal por apólice de seguro garantia judicial como entender de direito. (pdf. integral, pp. 864/865 e seq. 6/10);

ii) a reatuação do feito para constar como agravante e recorrente Amcor do Nordeste - Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., agravada e recorrida Emplal Nordeste Embalagens Plásticas Ltda. e agravado e recorrido Ridoaldo Araújo da Silva; e

iii) o desentranhamento da Petição nº 367122/2023 para evitar tumulto processual, tendo em vista que se trata de documentos apresentados em duplicidade.

Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguir o regular trâmite do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000835-37.2021.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587-S/CE)
Agravado(s)	LUCIVANDA DE SOUZA PEREIRA
Advogado	Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIVANDA DE SOUZA PEREIRA
- M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 367128/2023 e 367126/2023.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

As petições vêm assinadas digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pela reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 17, 34/35 e 46)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-1000393-45.2020.5.02.0447

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO
Advogada	Aparecida Gislaine da Silva Herédia(OAB: 183304-A/SP)

Advogado Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Agravado(s) ALFREDO LUIZ DA SILVA CHICOLET
Advogado Elias do Amaral(OAB: 51659-D/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALFREDO LUIZ DA SILVA CHICOLET
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO
PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado do reclamado, Dr. Marcel Cavalcanti Marquesi (OAB/SP 162.311) e, pelo advogado do reclamante, Dr. Elias do Amaral (OAB/PR 51.659), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf.integral, pp. 18 e 2.213)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pela reclamante.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000232-36.2016.5.05.0018

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente e Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 25998-A/BA)
Recorrente e Recorrido ATENTO BRASIL S.A.
Advogado André Luís Torres Pessoa(OAB: 19503/BA)
Advogado Rafael Alfredi de Matos(OAB: 296620/SP)
Recorrido(s) JESSICA LIMA DE ARAUJO
Advogado Rogério Moskalenko Montenegro Gomes(OAB: 20696-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- JESSICA LIMA DE ARAUJO

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 369037/2023 e 369044/2023.

O recorrente e recorrido Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reatuação do feito para constar como recorrente e recorrido Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0001189-76.2017.5.09.0863

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) DIRECTINFO TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. E OUTRO
Advogado Alberto de Paula Machado(OAB: 11553-A/PR)
Advogado Osvaldo Alencar Silva(OAB: 23705/PR)
Advogado Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado Clovis Viveiros Neto(OAB: 102242-A/PR)
Agravado(s) ROBERTO SAMPAIO DE ALMEIDA
Advogado Rui Aurélio Kauche Amaral(OAB: 43357-A/RJ)
Agravado(s) SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES
Advogada Renata Myazi Martins(OAB: 55414-A/PR)
Advogado João Victor Lagustera Rigoldi(OAB: 75615-A/PR)
Agravado(s) INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS SB LTDA.
Advogado Sérgio Vulpini(OAB: 10085-A/PR)
Advogado Kelly Regina Pavani Vulpini(OAB: 23271-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRECTINFO TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. E OUTRO
- INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS SB LTDA.

- ROBERTO SAMPAIO DE ALMEIDA
- SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Itaú Unibanco S.A. requer a habilitação no presente feito e indica novo patrono.

CONCEDO o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o peticionante esclareça a que título vem aos autos, pois não apresenta documentos que comprovem a sua participação na lide.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000067-14.2021.5.07.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	Gladson Wesley Mota Pereira(OAB: 10587-S/CE)
Agravado(s)	MARIA ALINE DOS SANTOS FREITAS
Advogado	Livia França Farias(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
- MARIA ALINE DOS SANTOS FREITAS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Gladson Wesley Mota Pereira (OAB/CE 10.587) e, fisicamente, pelo reclamante e sua advogada, Dra. Livia França Farias (OAB/CE 20.084), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 15, 31/32 e 72)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0100027-62.2020.5.01.0284

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ASSOCIACAO FLUMINENSE DE ASSISTENCIA A MULHER A CRIANCA E AO IDOSO
Advogado	Paulo Guilherme Luna Venâncio(OAB: 68213-A/RJ)
Agravado(s)	PRISCILA MANHAES ALVES DA SILVA RIBEIRO
Advogado	Carlos Augusto da Silva Nunes(OAB: 82204-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO FLUMINENSE DE ASSISTENCIA A MULHER A CRIANCA E AO IDOSO
- PRISCILA MANHAES ALVES DA SILVA RIBEIRO

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pela reclamada e seu advogado, Dr. Paulo Guilherme Luna Venâncio (OAB/RJ 68.213) e, fisicamente, pela reclamante e seus advogados, Dr. Carlos Augusto da Silva Nunes (OAB/RJ 82.204) e Dr. Leonardo dos Santos Henrique (OAB/RJ 172.680), os quais se encontram habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 22 e 66)

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0011835-90.2015.5.01.0491

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e CLAUDIO DA SILVA FIGUEIREDO
Recorrente(s)
Advogado Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB:
138807-A/RJ)
Advogada Luciana Sanches Cossão(OAB:
147421-A/RJ)
Agravado(s) e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Recorrido(s)
Advogada Paula Brezinski Torráo(OAB:
133891/RJ)
Advogada Vanessa Grenier Ferreira da
Motta(OAB: 81172-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CLAUDIO DA SILVA FIGUEIREDO

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 367807/2023 e 370479/2023.

Na Petição nº. 367807/2023, a Coordenadoria de Apoio ao NUPEMEC e aos CEJUSCs do TRT da 1ª Região encaminha, por meio de malote digital, o Ofício CNUP nº 103/2023, expedido em 10/7/2023, no qual solicita a remessa dos autos, tendo em vista o interesse das partes em conciliar.

Na Petição nº. 370479/2023, as partes apresentam minuta de proposta de acordo e requerem a homologação para pôr fim à demanda.

DEFIRO o pedido formulado na Petição nº. 367807/2023.

Nos termos do art. 8º do Ato Conjunto CSJT.GP.GVP.CGJT nº 34/2021 "A contar da data da baixa do processo, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 2º Grau deverá realizar os atos processuais necessários à conciliação no prazo de 90 dias, salvo motivo excepcional certificado nos autos".

No caso de frustrada a tentativa de conciliação, os autos deverão ser restituídos ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme estabelece o art. 9º, parágrafo único, do referido Ato.

DETERMINO a baixa dos autos à Coordenadoria de Apoio ao NUPEMEC e aos CEJUSCs do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para a adoção das providências que entender cabíveis.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000452-33.2018.5.05.0028

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) CLEDSON PEREIRA SANTOS
Advogado Manoel Luiz de Paiva Pereira(OAB:
37388-A/BA)
Agravado(s) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL)
Advogado Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-
A/SP)
Agravado(s) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 25998-
A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CLEDSON PEREIRA SANTOS
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0001325-23.2014.5.05.0012

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e DANIELE DOS SANTOS PARANHOS
Recorrido(s) SILVA
Advogado João Alves do Amaral(OAB: 5869-
A/BA)
Advogada Viviane do Amaral Vilela(OAB: 20195-
A/BA)

Agravado(a)(s),
Recorrente(s) e
Recorrido(a)(s) BANCO ITAUCARD S.A.

Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 25998-A/BA)

Agravado(a)(s),
Recorrente(s) e
Recorrido(a)(s) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)

Administrador Judicial CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.

Advogado Luís Cláudio Montoro Mendes(OAB: 150485-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- DANIELE DOS SANTOS PARANHOS SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado, recorrente e recorrido Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravado, recorrente e recorrido Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.
Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.
Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000598-13.2013.5.05.0008

Complemento Processo Eletrônico

Agravante(s) ATENTO BRASIL S.A.

Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)

Agravado(s) GILVONICE ANDRADE DOS SANTOS

Advogada Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903/BA)

Agravado(s) BANCO ITAUCARD S.A.

Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 25998/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- GILVONICE ANDRADE DOS SANTOS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.
Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.
Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000632-26.2020.5.06.0004

Complemento Processo Eletrônico

Agravante(s) PALOMA MICHELLE DA SILVA

Advogado Arthur Coelho Sperb(OAB: 30227/PE)

Agravado(s) BANCO ITAUCARD S.A.

Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 12450-A/PE)

Agravado(s) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PALOMA MICHELLE DA SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão

social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000197-37.2020.5.06.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	CLAUDIO VERISSIMO DE LIMA JUNIOR
Advogado	Márcio Moisés Sperb(OAB: 284-B/PE)
Advogado	Arthur Coelho Sperb(OAB: 30227-A/PE)
Advogado	Felipe Henrique dos Santos Vasconcelos(OAB: 35898-A/PE)
Advogado	Fernanda de Araujo Gomes(OAB: 49969-A/PE)
Agravado(s)	CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Maria Emília Gonçalves de Rueda(OAB: 23748-A/PE)
Advogado	Anna Luiza de Oliveira Moraes(OAB: 40048-A/PE)
Advogado	Antonio Eduardo Goncalves de Rueda(OAB: 16983-A/PE)
Advogado	Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-D/PE)
Agravado(s)	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Christiane de Souza Silva(OAB: 11425/PE)
Advogado	Antônio Braz da Silva(OAB: 12450-A/PE)
Administrador Judicial	CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
Advogado	Luís Cláudio Montoro Mendes(OAB: 150485/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
- CLAUDIO VERISSIMO DE LIMA JUNIOR
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010306-09.2013.5.05.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	INGRID MANUELE MOTA BURGOS
Advogada	Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903/BA)
Agravado(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogada	Cyntia Maria de Possídio Oliveira Lima(OAB: 15654-D/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- INGRID MANUELE MOTA BURGOS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Banco Itaucard S.A. requer a habilitação no presente feito e indica novo patrono.

CONCEDO o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o peticionante esclareça a que título vem aos autos, pois não apresenta documentos que comprovem a sua participação na lide.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0001197-13.2017.5.05.0007

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ALONE MAXIMIANO DE LIMA
Advogado Mayer Chagas Flores(OAB: 22951-A/BA)
Agravado(s) CONTAX S.A.
Advogado Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado(s) INOVACAO CONTACT CENTER SERVICOS DE CONTATOS TELEFONICOS LTDA.
Advogada Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)
Advogada Vanessa Ferreira de Souza(OAB: 24185-A/BA)
Agravado(s) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 25998-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALONE MAXIMIANO DE LIMA
- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A.
- INOVACAO CONTACT CENTER SERVICOS DE CONTATOS TELEFONICOS LTDA.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reatuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000703-13.2020.5.06.0009

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) MARIA GILSSARA LOPES DA SILVA
Advogado Márcio Moisés Sperb(OAB: 284-B/PE)
Advogado Arthur Coelho Sperb(OAB: 30227-A/PE)
Agravado(s) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-A/PE)
Advogada Maria Emília Gonçalves de Rueda(OAB: 23748-A/PE)
Advogado Antonio Eduardo Goncalves de Rueda(OAB: 16983-A/PE)
Agravado(s) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 12450-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MARIA GILSSARA LOPES DA SILVA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reatuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000358-14.2015.5.05.0021

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ATENTO BRASIL S.A.
Advogado Rafael Alfredo de Matos(OAB: 23739-A/BA)
Agravado(s) CÁTIA SANTOS PESTANA SANTANA

Advogada Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903-A/BA)
Agravado(s) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado Alvaro Van Der Ley Lima Neto(OAB: 15657/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- CÁTIA SANTOS PESTANA SANTANA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reatuação do feito para constar como agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RR-0001484-21.2014.5.05.0026

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente e Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada Ana Luíza Sobral Soares(OAB: 840-B/PE)
Advogado Antônio Braz da Silva(OAB: 25998-A/BA)
Recorrente e Recorrido CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado Ítalo Scaramussa Luz(OAB: 9173-A/ES)
Advogado Lucas Colombi Montibeler(OAB: 25636-A/ES)
Recorrente e Recorrido LIQ CORP S.A.
Advogado Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Recorrido(s) SHEILA ALICE PRAZERES MORAES
Advogado Filipe Luz Pinto(OAB: 29708/BA)
Advogado Ricardo Raimundo de Mello Paranaguá(OAB: 25982/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- LIQ CORP S.A.
- SHEILA ALICE PRAZERES MORAES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O recorrente e recorrido Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e instrumento de procuração.

DETERMINO a reatuação do feito para constar como recorrente e recorrido Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-1000429-47.2021.5.02.0255

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) VIBRA ENERGIA S.A.
Advogado Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718/RJ)
Agravado(s) REGINALDO MESQUITA
Advogado Dárcio Velicka Lopes(OAB: 288189-A/SP)
Agravado(s) LITORAL PLAZA ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.
Advogado Horacio Perdiz Pinheiro Neto(OAB: 157407-A/SP)
Agravado(s) DALLAS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
Agravado(s) MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- DALLAS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
- LITORAL PLAZA ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.
- MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI
- REGINALDO MESQUITA
- VIBRA ENERGIA S.A.

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes notificam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada digitalmente pelo advogado da reclamada, Dr. Bruno de Medeiros Lopes Tocantins (OAB/SP 143.415) e, fisicamente, pelo reclamante e seu patrono, Dr. Dárcio Velicka Lopes (OAB/SP 288.189), os quais se encontram regularmente habilitados nos autos. (pdf. integral, pp. 20 e 3.255/3.263)

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001299-73.2015.5.05.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Antônio Braz da Silva(OAB: 25998-A/BA)
Agravante(s) e Agravado(s)	ATENTO BRASIL S/A
Advogado	Rafael Alfredi de Matos(OAB: 23739-A/BA)
Agravado(s)	JACIARA CONCEICAO DE JESUS
Advogada	Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S/A
- BANCO ITAUCARD S.A.
- JACIARA CONCEICAO DE JESUS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

O agravante e agravado Banco Itaucard S.A. informa a alteração da razão social para Itaú Unibanco Holding S.A. e requer a habilitação do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), em nome do qual serão feitas exclusivamente as intimações e notificações, sob pena de nulidade. Anexos, atos constitutivos que comprovam a alteração da razão social e

instrumento de procuração.

DETERMINO a reautuação do feito para constar como agravante e agravado Itaú Unibanco Holding S.A. e a inclusão do nome do novo patrono Dr. Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12.450), o qual receberá exclusivamente as comunicações dos atos processuais, sob pena de nulidade.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010036-46.2022.5.03.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	JHONATAS DE SOUZA
Advogado	Sebastião Bessa Damasceno(OAB: 142049-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	DPARK SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Daniel Maximo Lima(OAB: 108727-A/MG)
Agravado(s)	MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
Advogado	André Myssior(OAB: 91357-A/MG)
Advogado	Lazaro Macedo Barbosa(OAB: 164294-A/MG)
Advogado	Pedro Henrique Britto May Valadares de Castro(OAB: 165721-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DPARK SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS LTDA.
- JHONATAS DE SOUZA
- MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Por meio de malote digital, a 1ª Vara do Trabalho de Governador Valadares encaminha cópia da decisão que homologou o acordo na ação de cumprimento de sentença nº 0010080-31.2023.5.03.0059. Requer a baixa do presente feito.

DEFIRO o pedido.

DETERMINO a remessa dos autos à Vara do Trabalho de origem para as providências que entender cabíveis.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010281-78.2020.5.03.0010

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SERGIO RODRIGUES DIAS
Advogado Gabriel Möller Malheiros(OAB: 127852/MG)
Agravado(s) GAVEA TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado Tomas Levi Moreira Alves(OAB: 140896-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GAVEA TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
- SERGIO RODRIGUES DIAS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

Por meio de malote digital, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região encaminha cópia da decisão que homologou o acordo na ação de cumprimento de sentença nº 0010989-60.2022.5.03.0010.

Extraí-se da decisão homologatória "Diante da renúncia dos recursos pendentes oficie-se ao TRT/MG para que fique ciente da perda do objeto dos recursos havidos no feito, ante o acordo ora entabulado, devendo o ofício ser acompanhado de cópia desta ata, para os devidos fins. Processo Principal 0010281-78.2020.5.03.0010".

DETERMINO a baixa dos autos à Vara do Trabalho de origem para as providências que entender cabíveis.
À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.
Publique-se.
Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021296-15.2018.5.04.0001

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado Yuri Grossi Magadan(OAB: 36844-A/RS)
Agravado(s) VERA LUCIA LOUREIRO SANTANA

Advogada Mônica Andrea Bertéli Slomp(OAB: 44851-A/RS)
Advogado Régis Eleno Fontana(OAB: 27389-A/RS)
Advogado Felipe Hoffmann Muñhoz(OAB: 74715-A/RS)
Advogado Fernando Monti Chrusciel(OAB: 84146-A/RS)
Advogado Vagner Von Diemen(OAB: 88146-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- VERA LUCIA LOUREIRO SANTANA

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

As partes noticiam composição amigável e requerem a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

A petição vem assinada fisicamente pela reclamante e, digitalmente, pelo seu advogado Dr. Vagner Von Diemen (OAB/RS 88.146), o qual se encontra habilitado nos autos. (pdf. integral, pp. 13/14)

Registro que não consta assinatura da parte reclamada na minuta de acordo.

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0010332-25.2018.5.15.0043

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado Sergio Carneiro Rosi(OAB: 312471-S/SP)
Agravado(s) JULIO MOREIRA DE MATOS
Advogado Matheus de Almeida Alves(OAB: 292445-A/SP)
Agravado(s) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)

Advogado Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Advogado Nelson Wilians Fraton
Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO MOREIRA DE MATOS
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

(GMDMA/EAR)

Juntem-se.

A agravante Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. apresenta renovação da apólice de garantia recursal. Anexos, apólice nº. 0306920209907750431244000, certidões de administradores, de livre movimentação de ativos e de regularidade e instrumento de procuração.

Observa-se que a apólice apresentada se refere à constante nos autos (pp. 994/996), com prazo de vigência 14/10/2020 a 14/10/2023.

INTIME-SE a agravante Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, se manifestar sobre a apólice apresentada e, no caso, reapresentar nova apólice com prazo de vigência atualizado.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0011705-07.2020.5.15.0016

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s) JOSE RUBENS MOREIRA FARRAPO
Advogado Gustavo Pessoa Cruz(OAB: 292769-A/SP)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s) CONSÓRCIO SOROCABA
Advogado Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)
Advogado Marcelo Horie(OAB: 174576-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO SOROCABA
- JOSE RUBENS MOREIRA FARRAPO

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 368010/2023 e 380233/2023.

Na Petição nº. 368010/2023 as partes manifestam o interesse de conciliar para pôr fim à demanda.

E, na Petição nº. 380233/2023, por meio de malote digital, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 2ª Instância (CEJUSC) do TRT da 15ª Região encaminha o OFÍCIO CEJUSC-JT/2º GRAU Nº 74/2023, expedido em 7/6/2023, no qual solicita a remessa dos autos, tendo em vista o interesse das partes em conciliar.

DEFIRO o pedido.

Nos termos do art. 8º do Ato Conjunto CSJT.GP.GVP.CGJT nº 34/2021 "A contar da data da baixa do processo, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 2º Grau deverá realizar os atos processuais necessários à conciliação no prazo de 90 dias, salvo motivo excepcional certificado nos autos".

No caso de frustrada a tentativa de conciliação, os autos deverão ser restituídos ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme estabelece o art. 9º, parágrafo único, do referido Ato.

DETERMINO a baixa dos autos ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para a adoção das providências que entender cabíveis.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010750-11.2018.5.03.0135

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) BRUNO BARBOSA HERINGER
Advogado Felipe Valadares Moura(OAB: 150011-A/MG)
Agravado(s) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTRO
Advogada Adriana Gonçalves Furtado(OAB: 72106-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO BARBOSA HERINGER
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTRO

(GMDMA/EAR)

Juntem-se as Petições nºs. 380256/2023 e 365689/2023.

Na Petição nº. 380256/2023, a reclamada Caixa Econômica Federal noticia composição amigável e requer a homologação do acordo para pôr fim à demanda.

Por meio da Petição nº. 365689/2023, o reclamante Bruno Barbosa Heringer ratifica os termos do acordo e requer a sua homologação.

Diante do demonstrado interesse na conciliação e sendo este o escopo final do processo trabalhista, a signatária manifesta a sua concordância no que se refere ao procedimento solicitado pelas partes.

DETERMINOa remessa dos autos ao CEJUSC/TST para as providências cabíveis, por delegação desta Relatora.

À Secretaria da 8ª Turma para as anotações necessárias.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0020831-85.2018.5.04.0104

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante	NELSON MAURENTE DIAS
Advogado	Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Advogado	Dr. Lúcio Fernandes Furtado(OAB: 65084/RS)
Advogada	Dra. Rafaela Posserra Rodrigues(OAB: 33191-A/DF)
Advogada	Dra. Cecília de Araújo Costa(OAB: 2190-A/RS)
Advogado	Dr. Pedro Teixeira Mesquita da Costa(OAB: 72811-A/RS)
Advogada	Dra. Jennyfer Carolina Ferreira Fonseca(OAB: 73613/DF)
Agravado	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado	Dr. Rafael Narita de Barros Nunes(OAB: 15182/DF)
Advogada	Dra. Denise Pires Fincato(OAB: 37057/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- NELSON MAURENTE DIAS

Junte-se a petição nº 191929/2023-5.

Determino à secretaria da Oitava Turma para que proceda à reautuação do feito, passando a constar como agravadas: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D, tendo como patrono o Dr. Rafael Narita De Barros Nunes - OAB/DF 15.182; COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR, tendo como patrona a Dra. Joara Christina B. Mucelin Trois - OAB/RS 47.734 e

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT, tendo como patrono o Dr. Rodrigo Soares Carvalho - OAB/RS 39.510 na capa dos autos e nos demais registros processuais.

Determino, ainda, que figure como advogado do agravante NELSON MAURENTE DIAS o Dr. Mauro de Azevedo Menezes, conforme requer às fls. 1.776.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CAPUTO BASTOS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0020291-20.2018.5.04.0821

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado	Dr. Rodrigo Soares Carvalho(OAB: 39510-D/RS)
Advogado	Dr. Rafael Narita de Barros Nunes(OAB: 15182/DF)
Advogada	Dra. Gabriela Lucas de Olivera Guattini(OAB: 88079-A/RS)
Advogada	Dra. Denise Pires Fincato(OAB: 37057/RS)
Agravado	IZONE MARIA TRICOT SANCHEZ
Advogado	Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Advogado	Dr. Pedro Teixeira Mesquita da Costa(OAB: 72811/RS)
Advogado	Dr. Hugo Sampaio de Moraes(OAB: 38040/DF)
Advogada	Dra. Nicolle Wagner da Silva Gonçalves(OAB: 61688/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- IZONE MARIA TRICOT SANCHEZ

Junte-se a petição nº 196289/2023-6.

Determino à secretaria da Oitava Turma para que proceda à reautuação do feito, passando a constar como agravante COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D, tendo como patrono o Dr. Rafael Narita De Barros Nunes - OAB/DF 15.182, e como agravados: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR, tendo como patrona a Dra. Joara Christina B. Mucelin Trois - OAB/RS 47.734; COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT, tendo como patrono o Dr. Rodrigo Soares Carvalho - OAB/RS 39.510, e IZONE MARIA TRICOT SANCHEZ tendo como patrono Dr. Mauro de Azevedo Menezes, na capa dos autos e nos demais registros processuais.

À Secretaria da 8ª Turma para as providências cabíveis.

Após, à pauta.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
CAPUTO BASTOS
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000783-57.2016.5.02.0252

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	SIDNEI LEITE DE PAULA
Advogado	Manoel Rodrigues Guino(OAB: 33693/SP)
Advogada	Marina Esteves Martins Nogueira Cobre(OAB: 333491-A/SP)
Agravante(s) e Agravado(s)	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS
Advogado	Marco Antônio Goulart Lanes(OAB: 41977-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- SIDNEI LEITE DE PAULA
- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS

(GMDMA/EAR)

Junte-se.

A reclamada Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas requer, nos termos do art. 899, § 11, da CLT, a autorização para substituir os depósitos recursais referentes efetuados à época da interposição do recurso ordinário e do recurso de revista por apólices de seguro garantia judicial.

Dispõe o art. 899, § 11, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que "O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial".

Com o objetivo de regular o uso do seguro garantia judicial e da fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho assinaram o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019, o qual sofreu alterações pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020.

Os arts. 7º e 8º, com a nova redação conferida pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 29/5/2020, estabelecem:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança

bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal".

Desse modo, o art. 899, § 11, da CLT só pode ser aplicado considerando o disposto nos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020 e nos demais dispositivos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos requisitos do art. 3º, I ao X, §§ 1º e 2º, ao previsto nos arts. 4º, parágrafo único, 10, *caput*, I, "a" e "b", II, "a" e "b", e parágrafo único, e 11, e à apresentação dos comprovantes do registro e da certidão de regularidade da seguradora perante a Susep exigidos pelo art. 5º, II e III.

Ocorre que, revendo posicionamento anterior, entendo que a apreciação dos requisitos da apólice de seguro garantia judicial extrapola os limites de um recurso de natureza extraordinária, como no caso em exame, pois o depósito recursal tem as funções de satisfazer o preparo e a garantia da execução.

Assim, é o juízo da execução o apropriado para analisar o pedido de substituição do depósito recursal, a quem principalmente se dirigem os dispositivos legais alusivos à penhora e à execução. Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes do TST:

"I - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL POR SEGURO GARANTIA . ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.A parte reclamada, na PET - 245283-08/2020, requer seja deferida a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial. De modo a preservar o caráter assecuratório do depósito recursal, instituto jurídico cuja essência foi ratificada na Lei nº 13.467/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editou o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 16 de outubro de 2019. O CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do referido ato. Posteriormente, este foi alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020, ficando disciplinada a prerrogativa do art. 899, §11, da CLT, assegurada à parte recorrente, sem comprometer uma provável execução contra esta. No entanto, a substituição só é possível se o depósito for realizado após a vigência da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), conforme previsto no art. 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/20 c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 41/2018, o qual

estabelece que a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial só tem aplicação aos recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11/11/2017. Verifica-se do regramento referido que, para a aferição do cumprimento dos requisitos da apólice do seguro garantia judicial, a fim de que seja possível a substituição do depósito recursal, faz-se necessário o exame de fatos e provas, pois se exige a análise de vários aspectos, inclusive insertos na fase de execução, podendo-se demandar, também, diligências que estão ligadas ao juízo de primeiro grau, como a realização de perícia contábil. Tais procedimentos excedem a análise das peças atinentes a esta instância recursal extraordinária. Ademais, salienta-se que, muitas vezes, a apólice ainda não consta dos autos quando do pedido da substituição. De outra parte, há de ser frisado que o depósito recursal tem natureza híbrida, possuindo as funções tanto de requisito extrínseco (de preparo) para admissão do recurso, como de garantia do juízo, devendo ser ressaltado, também, que a penhora e a execução possuem regramentos próprios que devem ser observados, inclusive quanto à substituição do bem, nos termos do art. 829, § 2º, e 847, *caput*, do CPC. Além disso, relevante pontuar a questão sobre a vigência da apólice, que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que pode fazer com que perca sua efetividade e finalidade. Assim, considerando o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 16 de outubro de 2019, com as alterações dadas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1 de 29 de maio de 2020, no tocante à possibilidade de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial, **determina-se, imediatamente após exaurir-se o provimento jurisdicional no âmbito desta Turma, o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido como entender de direito**". (AIRR - 11910-14.2017.5.03.0036, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT6/5/2022 - grifos nossos)

"ANÁLISE DA PET - 139015-02/2020. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ART. 899, § 11, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Requer-se seja deferida a substituição do depósito recursal, realizado em dinheiro, por seguro-garantia. Em que pese a previsão legal para a substituição, o deferimento não é incondicionado, sobretudo quando se quer a apólice correspondente reside nos autos. O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do devedor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, com esteio no art. 829 do

Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, nos moldes do art. 847, *caput*, do Código de Processo Civil. Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil. Conforme previsto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, é de se verificar, entre o mais, se a seguradora está credenciada pela SUSEP e se a apólice contempla vigência compatível e renovação automática. Essas questões, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir à sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência. Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida [...] não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado pela parte para indeferir o pedido formulado.

Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019 e no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, a petição deve ser encaminhada, via malote digital, ao juízo da execução, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, imediatamente após ser publicado o acórdão que exaurirá o provimento jurisdicional deste órgão fracionário. (...)" (Ag-AIRR-1000352-94.2014.5.02.0251, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT6/6/2020 - grifos nossos)

Em consequência, **DETERMINO** o encaminhamento de Ofício, via malote digital, ao juízo da execução, acompanhado de cópia do presente despacho, da Petição nº. 374205/2023 e das guias de recolhimento, a fim de que examine o pedido de substituição do depósito recursal por apólice de seguro garantia judicial como entender de direito. (pdf. integral, pp. 805/806, 1.020/1.021 e seq. 14/15).

Considerando que o feito tramita via PJE na instância ordinária, faculta-se ao juízo *a quo*, a abertura de autos suplementares ou carta de ordem, bem como a utilização de qualquer outro meio que entender pertinente, inclusive os sistemas SIF2 e PEC e outras soluções, e caso julgue necessário, o exercício

do contraditório e a determinação de juntada de outras peças pelas partes.

À Secretaria da 8ª Turma para cumprimento.

Após, voltem-me conclusos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DELAÍDE MIRANDA ARANTES

Ministra Relatora

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento (processos e-SIJ) da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Oitava Turma, a realizar-se exclusivamente em ambiente eletrônico (sessão virtual).

A sessão virtual terá início à zero hora do dia 15/8/2023 e encerramento à zero hora do dia 22/8/2023.

Serão automaticamente excluídos do julgamento virtual e automaticamente retirados de pauta nos termos do art. 14, § 4º, c/c art. 20, parágrafo único, do Ato Conjunto TST GP.GVP.CGJT nº 173/2020, para oportuna inclusão em pauta de sessão na modalidade presencial ou híbrida:

I - os processos com destaque ou pedido de vista por um ou mais integrantes do colegiado;

II - os processos com registro de voto divergente ao do Ministro relator;

III - os destacados pelo membro do Ministério Público do Trabalho até o fim do julgamento virtual;

IV - os processos que tiverem pedido de sustentação oral ou preferência, desde que requerido em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do julgamento virtual, contadas em dias úteis, por meio do link <https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>.

Os pedidos de preferência, as inscrições para sustentação oral e os pedidos de participação virtual deverão ser registrados no sistema Preferência/Sustentação Oral ou de Participação na Sessão Virtual, constante da página eletrônica portal da advocacia do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/portal-da-advocacia>). É permitida a participação na sessão virtual, por meio de videoconferência, de advogado com domicílio profissional fora do Distrito Federal, desde que a requeira até o dia útil anterior ao da sessão, nos termos do art. 937, § 4º, c/c art. 219, ambos do CPC. Para participar da sessão de julgamento de forma remota, o advogado devidamente inscrito deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 54, de 29 de dezembro de 2020, por meio do link <https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr8>.

Somente será admitido o ingresso de advogados previamente inscritos.

Além dos processos constantes da presente pauta, poderão ser julgados na Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Oitava Turma processos com tramitação no sistema PJe constantes de pauta específica.

PROCESSOS INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL

Processo Nº AIRR-000005-16.2020.5.05.0015

Relator	MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	VIA S.A.
Advogado	DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)
AGRAVADO(S)	JACICLEBERSON MELLO MORAES
Advogada	DRA. ANA PAULA MUNHOZ(OAB: 311810/SP)
AGRAVADO(S)	TRANSCORREIA TRANSPORTES LTDA - EPP
Advogado	DR. FRANCISCO TADEU CARNEIRO FILHO(OAB: 19796/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JACICLEBERSON MELLO MORAES
- TRANSCORREIA TRANSPORTES LTDA - EPP
- VIA S.A.

Processo Nº AIRR-000019-04.2021.5.11.0013

Relator	MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE
Procurador	DR. LUIS CARLOS DE PAULA E SOUSA
AGRAVADO(S)	DIONE GREICE DOS REIS PEREIRA
Advogada	DRA. JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547/AM)
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
AGRAVADO(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. ALDENOR DE SOUZA RABELO
AGRAVADO(S)	NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado	DR. SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIONE GREICE DOS REIS PEREIRA
- ESTADO DO AMAZONAS
- FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE
- NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.

Processo Nº AIRR-000040-28.2022.5.11.0018

Relator	MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	FRANCISCO DE ASSIS BULCAO DE SOUZA E OUTRO
Advogado	DR. MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO(OAB: 8938/AM)
AGRAVADO(S)	SAMEA ALVES DA COSTA
Advogado	DR. SOLBEI KARINA FERREIRA MORAES(OAB: 15964/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO DE ASSIS BULCAO DE SOUZA E OUTRO
- SAMEA ALVES DA COSTA

Processo Nº AIRR-000047-98.2022.5.06.0231

Relator	MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	ESCAVE BAHIA ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA
Advogado	DR. DANILO VALOIS VILASBOAS(OAB: 26639/BA)
AGRAVADO(S)	BRK AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE / GOIANA SPE S.A.
Advogada	DRA. JULIANA ERBS(OAB: 32783/PE)

Advogado DR. GISELLE COELHO CAMARGO(OAB: 4789/TO)

AGRAVADO(S) COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Advogado DR. ANDRÉ LUÍS TORRES PESSOA(OAB: 47688/PE)

AGRAVADO(S) LAUDEMIR ROSENO JOAQUIM

Advogada DRA. THELMA MARIA MOURA MARQUES(OAB: 16886/PE)

Advogado DR. EMANUEL JAIRO FONSECA DE SENA(OAB: 14677/PE)

Advogado DR. GLAUCO RODOLFO FONSECA DE SENA(OAB: 13167/PE)

Advogado DR. ALCIDES JOSE DE SENA TAVARES(OAB: 43672/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRK AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE / GOIANA SPE S.A.

- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

- ESCAVE BAHIA ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

- LAUDEMIR ROSENO JOAQUIM

Processo Nº AIRR-0000055-46.2022.5.21.0041

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Advogado DR. DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)

Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

AGRAVADO(S) LUIZ EDUARDO QUEIROZ

Advogado DR. CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO(OAB: 17510/DF)

Advogado DR. GEORGE BURLAMAQUE RODRIGUES(OAB: 26449/DF)

AGRAVADO(S) SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Advogado DR. MARCELO PEIXOTO DA SILVA(OAB: 93631/RJ)

Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO MARTINS(OAB: 114760/RJ)

Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

- LUIZ EDUARDO QUEIROZ

- SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº AIRR-0000085-67.2021.5.05.0492

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Procurador DR. GABRIEL SANTANA MÔNACO

AGRAVADO(S) CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - EPP

AGRAVADO(S) NATANAEL FERNANDES DUARTE E OUTRAS

Advogado DR. DIRAN OLIVEIRA SANTOS FILHO(OAB: 28721/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - EPP

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

- NATANAEL FERNANDES DUARTE E OUTRAS

Processo Nº AIRR-0000124-07.2022.5.08.0117

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

Advogado DR. BEATRIZ DEL VALLE ECEIZA NUNES(OAB: 2697/MA)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARABÁ E SUL DO PARÁ SINDECOMAR

Advogado DR. JADER KAHWAGE DAVID(OAB: 6503/PA)

Advogado DR. PAULO SÉRGIO WEYL ALBUQUERQUE COSTA(OAB: 6146/PA)

Advogado DR. MÊNILLY LÓSS GUERRA(OAB: 14831/PA)

Advogado DR. PAULO HENRIQUE DA SILVA BRITO(OAB: 25519/PA)

Advogado DR. RODRIGO ALBUQUERQUE BOTELHO DA COSTA(OAB: 19463/PA)

Advogado DR. MYLENA GUERRA DENGGO(OAB: 31995/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARABÁ E SUL DO PARÁ SINDECOMAR

Processo Nº AIRR-0000145-77.2021.5.09.0670

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 71710/PR)

AGRAVADO(S) MOIRA MADALENA FOGGIATTO

Advogada DRA. MARIANA SILVA MARQUEZANI(OAB: 26564/PR)

Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 15782/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

- MOIRA MADALENA FOGGIATTO

Processo Nº AIRR-0000169-88.2021.5.21.0018

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE TAIPU

Advogado DR. GILDO PINHEIRO MARTINS(OAB: 18403/RN)

Advogado DR. DONNIE ALLISON DOS SANTOS MORAIS(OAB: 7215/RN)

AGRAVADO(S) A. D. EMPREEDIMENTOS & CONSTRUÇOES EIRELI

Advogado DR. MARIANA TALITA DE OLIVEIRA MELO(OAB: 18446/RN)

AGRAVADO(S) JOSE MARIA DE ARAUJO VIEIRA

Advogado DR. JOSUE JORDAO MENDES JUNIOR(OAB: 7604/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- A. D. EMPREEDIMENTOS & CONSTRUÇOES EIRELI

- JOSE MARIA DE ARAUJO VIEIRA

- MUNICÍPIO DE TAIPU

Processo Nº AIRR-0000189-51.2020.5.07.0003

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) E.C.
Procurador DR. FILIPE SILVEIRA AGUIAR
AGRAVADO(S) A.P.A.S.
Advogado DR. JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS(OAB: 15721/CE)
AGRAVADO(S) E.L.S.E.

Intimado(s)/Citado(s):

- A.P.A.S.
- E.C.
- E.L.S.E.

Processo Nº AIRR-0000201-96.2021.5.23.0096

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA
Advogado DR. DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA(OAB: 14696-O/MT)
Advogado DR. MARCELO VON GROLL(OAB: 25938-O/MT)
AGRAVADO(S) ELVERTON MURTINHO MAIA
Advogado DR. CÁSSIA ADRIANA SILVA FORTALEZA(OAB: 12908-O/MT)
AGRAVADO(S) VALEO CONSTRUÇOES E ENGENHARIA LTDA
Advogada DRA. SARA GRAZIELA PINTO FERNANDES DE OLIVEIRA(OAB: 13680/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELVERTON MURTINHO MAIA
- MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA
- VALEO CONSTRUÇOES E ENGENHARIA LTDA

Processo Nº AIRR-0000230-24.2021.5.07.0022

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM
Advogado DR. CAMILO GONDIM SANTIAGO(OAB: 28001/CE)
AGRAVADO(S) INSTITUTO COMPARTILHA
Advogado DR. MARIA ERIVÂNIA PEREIRA BURITI(OAB: 23261/CE)
Advogado DR. JULIANA PEREIRA(OAB: 26713/CE)
AGRAVADO(S) MATHEUS FERREIRA COUTINHO
Advogado DR. REGIANE FERREIRA DA SILVA(OAB: 43607/CE)
Advogado DR. MAYRA MARTINS MATOS PINTO(OAB: 40971/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO COMPARTILHA
- MATHEUS FERREIRA COUTINHO
- MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

Processo Nº AIRR-0000231-88.2022.5.11.0013

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAZONAS
Procurador DR. LUIS CARLOS DE PAULA E SOUSA
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada DRA. MARIA IZABEL DA SILVA ALVES(OAB: 12029/PA)

Advogado DR. PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS(OAB: 7199/AM)
AGRAVADO(S) JEFFERSON LEAO DA CUNHA
Advogada DRA. LUMA LINHARES MARINHO(OAB: 8523/AM)
AGRAVADO(S) MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- ESTADO DO AMAZONAS
- JEFFERSON LEAO DA CUNHA
- MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME

Processo Nº AIRR-0000253-59.2021.5.17.0161

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE LINHARES
Procuradora DRA. LÍVIA OTTONI PASSOS
AGRAVADO(S) MARIZA SILVA DOS SANTOS E OUTRO
Advogado DR. EDSON FERREIRA DE PAULA(OAB: 4809/ES)
Advogado DR. VANUZA PEDRO MARGOTTO(OAB: 25450/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIZA SILVA DOS SANTOS E OUTRO
- MUNICIPIO DE LINHARES

Processo Nº AIRR-0000267-81.2020.5.09.0749

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) BR F S.A.
Advogado DR. JOSÉ GÜNTHER MENZ(OAB: 35763/PR)
Advogado DR. MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI(OAB: 40851/PR)
Advogado DR. PEDRO PROVIN JUNIOR(OAB: 43505/PR)
AGRAVADO(S) ROSENILDE ALVES DOS SANTOS BERTI
Advogado DR. GELSON HIPOLITO MACHADO(OAB: 58981/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BR F S.A.
- ROSENILDE ALVES DOS SANTOS BERTI

Processo Nº AIRR-0000376-18.2022.5.14.0416

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO ACRE
Procurador DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
AGRAVADO(S) GEOVÂNIO NEGREIROS GUIMARAES
Advogado DR. PAULO GERMANDES COELHO MOURA(OAB: 4359/AC)
AGRAVADO(S) RED PONTES LTDA - EPP
Advogado DR. MARIA FABIANY DOS SANTOS ANDRADE(OAB: 4650/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ACRE
- GEOVÂNIO NEGREIROS GUIMARAES
- RED PONTES LTDA - EPP

Processo Nº AIRR-0000399-82.2022.5.13.0030

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR

Advogado DR. EGÍDIO DE OLIVEIRA LIMA NETO(OAB: 21457/PB)

AGRAVADO(S) BETA AMBIENTAL LTDA.

Advogada DRA. MIRIAN GOMES(OAB: 149593/SP)

AGRAVADO(S) CARLOS CESAR DO NASCIMENTO MELO

Advogado DR. ANSELMO CARLOS LOUREIRO(OAB: 16260/PB)

AGRAVADO(S) LIMA UZEDA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Advogado DR. GUSTAVO GONÇALVES GARCEZ(OAB: 270217/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR

- BETA AMBIENTAL LTDA.

- CARLOS CESAR DO NASCIMENTO MELO

- LIMA UZEDA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000410-57.2022.5.05.0023

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. VANESSA BRITO DE MOURA(OAB: 29455/BA)

AGRAVADO(S) BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA

Advogado DR. CHRISTIANNA LÚCIA GONDIM SOARES LOPES(OAB: 5945/CE)

Advogado DR. BRUNO LUIZ MALVESE(OAB: 326142/SP)

Advogado DR. JANDER DAURICIO FILHO(OAB: 289767/SP)

AGRAVADO(S) ROSIANE SANTOS CERQUEIRA SILVA

Advogado DR. LEONARDO GALVÃO PEDREIRA(OAB: 32854/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.

- BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA

- ROSIANE SANTOS CERQUEIRA SILVA

Processo Nº AIRR-0000447-11.2020.5.11.0016

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAZONAS

Procurador DR. EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS

AGRAVADO(S) DORALICE RIBEIRO PIRANHA

Advogada DRA. SEILA MARIA PENNAFORT GARCIA(OAB: 3611/AM)

AGRAVADO(S) SOCIEDADE DE ENFERMEIROS OBSTETRAS E NEONATOLOGISTAS S/S LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- DORALICE RIBEIRO PIRANHA

- ESTADO DO AMAZONAS

- SOCIEDADE DE ENFERMEIROS OBSTETRAS E NEONATOLOGISTAS S/S LTDA

Processo Nº AIRR-0000467-77.2018.5.05.0003

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

Procurador DR. GABRIEL SANTANA MÔNACO

AGRAVADO(S) ATIVA SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA

Advogado DR. JOÃO CLÁUDIO SILVA GONÇALVES(OAB: 20210/BA)

Advogado DR. ELIEZER QUEIROZ DOURADO(OAB: 20272/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATIVA SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

- SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

Processo Nº AIRR-0000501-03.2019.5.05.0493

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) AUREA CRISTINA DE ALMEIDA MENEZES TOMAS

Advogado DR. IRUMAN RAMOS CONTREIRAS(OAB: 10889/BA)

AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Procuradora DRA. LÚCIA MARGARIDA PASSOS DÓREA

Intimado(s)/Citado(s):

- AUREA CRISTINA DE ALMEIDA MENEZES TOMAS

- MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Processo Nº AIRR-0000558-32.2022.5.08.0202

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAPÁ

Procurador DR. JIMMY NEGRÃO

AGRAVADO(S) BERNACOM LTDA.

AGRAVADO(S) ELZA MARIA COELHO MACIEL

Intimado(s)/Citado(s):

- BERNACOM LTDA.

- ELZA MARIA COELHO MACIEL

- ESTADO DO AMAPÁ

Processo Nº AIRR-0000676-21.2019.5.14.0404

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) M.R.B.

Procuradora DRA. AURY MARIA BARROS SILVA PINTO MARQUES

AGRAVADO(S) C.T.A.S.G.C.

Advogado DR. LUCAS VIEIRA CARVALHO(OAB: 3456/AC)

Advogado DR. KARINA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 5375/AC)

AGRAVADO(S) E.A.

Procurador DR. DANIEL GURGEL LINARD

AGRAVADO(S) J.S.F.

Advogado DR. ANDRE FERREIRA MARQUES(OAB: 3319/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.T.A.S.G.C.

- E.A.
- J.S.F.
- M.R.B.

Processo Nº AIRR-0000681-89.2019.5.09.0660

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) ARAUCO INDÚSTRIA DE PAINÉIS S.A.
Advogado DR. CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO(OAB: 6405/PR)
Advogado DR. GIOVANNA PIRES MADER SUNYE(OAB: 50570/PR)
AGRAVADO(S) RUBIA MARIA ALVES DA SILVA NEVES
Advogado DR. MATHEUS SCHIER BROCK(OAB: 52500/PR)
Advogado DR. EDUARDO RUTHES BILOBRAM(OAB: 79625/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARAUCO INDÚSTRIA DE PAINÉIS S.A.
- RUBIA MARIA ALVES DA SILVA NEVES

Processo Nº AIRR-0000702-10.2022.5.11.0012

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) LEONARDO PAULO CUNHA DA SILVA
Advogado DR. ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS(OAB: 6652/AM)
AGRAVADO(S) SUPERMERCADOS DB LTDA.
Advogada DRA. VERA LÚCIA DA SILVA MATOS(OAB: 3758/AM)
Advogado DR. TATIANA DO NASCIMENTO VELASCO(OAB: 12889/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO PAULO CUNHA DA SILVA
- SUPERMERCADOS DB LTDA.

Processo Nº AIRR-0000798-62.2021.5.11.0011

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ESTADO DO AMAZONAS
Procurador DR. LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE
Procurador DR. LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA
AGRAVADO(S) MARIA DO ROZARIO KENESSE DE OLIVEIRA
Advogada DRA. JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547/AM)
Advogado DR. LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
AGRAVADO(S) NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE
- MARIA DO ROZARIO KENESSE DE OLIVEIRA
- NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000829-54.2021.5.20.0004

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
Advogado DR. DANIEL CIDRÃO FROTA(OAB: 19976/CE)
AGRAVADO(S) LARYSSA DOS SANTOS ANDRADE
Advogada DRA. MARIA DO CARMO DEDA CHAGAS DE MELO(OAB: 1970/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
- LARYSSA DOS SANTOS ANDRADE

Processo Nº AIRR-0000942-25.2021.5.13.0029

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) ESTADO DA PARAÍBA
Procurador DR. RICARDO RUIZ ARIAS NUNES
AGRAVADO(S) INSTITUTO DE PSICOL CLÍNICA EDUCACIONAL E PROFISSIONAL
Advogado DR. EDUARDO GOMES DE CARVALHO(OAB: 182720/RJ)
AGRAVADO(S) IVONE NASCIMENTO DA SILVA
Advogado DR. MARTINHO CUNHA MELO FILHO(OAB: 11086/PB)
Advogado DR. ANYELLE CIRNE ARAGAO(OAB: 23787/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA PARAÍBA
- INSTITUTO DE PSICOL CLÍNICA EDUCACIONAL E PROFISSIONAL
- IVONE NASCIMENTO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0001086-21.2019.5.09.0242

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 38023/PR)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado DR. EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA(OAB: 22759/PR)
AGRAVADO(S) CÂNDIDA DE FÁTIMA FARIA
Advogada DRA. ADRIANA JOSÉ MECCHI(OAB: 44524/PR)
AGRAVADO(S) HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A.
Advogada DRA. EVELYN FABRÍCIA DE ARRUDA(OAB: 28224/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CÂNDIDA DE FÁTIMA FARIA
- HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A.

Processo Nº AIRR-0001106-43.2020.5.05.0612

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE BARRA DO CHOÇA
Advogado DR. MAGNO ISRAEL MIRANDA SILVA(OAB: 32898/DF)
AGRAVADO(S) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DO OESTE DA BAHIA - COOTRASEOBA
AGRAVADO(S) LUCIENE SOUSA OLIVEIRA

Advogado DR. DANIEL CHARLES FERREIRA
DE ALMEIDA(OAB: 27423/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DO OESTE DA BAHIA - COOTRASEOBA
- LUCIENE SOUSA OLIVEIRA
- MUNICIPIO DE BARRA DO CHOÇA

Processo Nº AIRR-0001185-76.2017.5.09.0010

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) BARIGUI VEICULOS LTDA

Advogado DR. CARLOS EDUARDO
GRISARD(OAB: 16733/PR)

AGRAVADO(S) DIEGO DELLALIBERA GONZALEZ

Advogado DR. MARCELO RICARDO DE SOUZA
MARCELINO(OAB: 24686/PR)

Advogado DR. CHARLES MIGUEL DOS
SANTOS TAVARES(OAB: 27146/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BARIGUI VEICULOS LTDA
- DIEGO DELLALIBERA GONZALEZ

Processo Nº AIRR-0001424-31.2018.5.10.0103

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) VALOR AMBIENTAL LTDA.

Advogada DRA. CARLA LOUZADA MARQUES
CARMO(OAB: 20422/DF)

Advogado DR. CAROLINA LOUZADA
PETRARCA(OAB: 16535/DF)

AGRAVADO(S) LUCAS TADEU DAVID DE LIMA

Advogado DR. WERLEY GRANADO
JUNQUEIRA(OAB: 45504/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCAS TADEU DAVID DE LIMA
- VALOR AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº AIRR-0010104-14.2022.5.18.0015

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) SINDICATO DO COMÉRCIO
VAREJISTA DE FEIRANTES E
VENDEDORES AMBULANTES NO
ESTADO DE GOIÁS

Advogado DR. DANILLO TELES CANDINE(OAB:
39785/GO)

AGRAVADO(S) OSIMARIA DE SOUSA LIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- OSIMARIA DE SOUSA LIMA
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Processo Nº AIRR-0010266-22.2021.5.15.0049

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) SIDMAR SANTOS SANTANA

Advogado DR. FABIO EDUARDO DE
LAURENTIZ(OAB: 170930/SP)

AGRAVADO(S) TEXTIL H. CARVALHO EIRELI

Advogado DR. TIAGO DOMINGUES DA
SILVA(OAB: 267354/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SIDMAR SANTOS SANTANA

- TEXTIL H. CARVALHO EIRELI

Processo Nº AIRR-0010287-37.2020.5.15.0015

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) CAMILA DE LIMA MOLINA

Advogada DRA. KATIA TEIXEIRA VIEGAS(OAB:
321448/SP)

AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE FRANCA

Advogado DR. DARCY DE SOUZA LAGO
JÚNIOR(OAB: 118618/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA DE LIMA MOLINA
- MUNICÍPIO DE FRANCA

Processo Nº AIRR-0010302-81.2022.5.18.0005

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) OGNALDO DA SILVA DIAS

Advogado DR. ALAN KARDEC MEDEIROS DA
SILVA(OAB: 17675/GO)

AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO DE APOIO AO
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Advogado DR. RODRIGO LUDOVICO
MARTINS(OAB: 21280/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
- OGNALDO DA SILVA DIAS

Processo Nº AIRR-0010394-69.2021.5.18.0013

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) CLARO S.A.

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513/DF)

Advogado DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE
OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Advogado DR. DENNER DE BARROS E
MASCARENHAS BARBOSA(OAB:
6835/MS)

AGRAVADO(S) MURILLO HENRIQUE BORGES DE
OLIVEIRA

Advogado DR. THIAGO DE ALMEIDA
SILVA(OAB: 48796/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- MURILLO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0010437-60.2017.5.18.0008

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE
GOIÁS

Advogado DR. ALECSSANDRO REGAL
DUTRA(OAB: 40586/GO)

Advogado DR. ALMIR FERNANDES DE SOUZA
NETO(OAB: 43254/GO)

AGRAVADO(S) DALIANE DOS SANTOS OLIVEIRA

Advogada DRA. SUÉLLEN OLIVEIRA DE
SOUZA(OAB: 41292/GO)

Advogada DRA. DAYANE CRISTINA PÓVOA
NASCIMENTO ROCHA(OAB:
43421/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- DALIANE DOS SANTOS OLIVEIRA
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE GOIÁS

Processo Nº AIRR-0010775-16.2021.5.03.0039

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) ESTADO DE MINAS GERAIS
Procurador DR. RODOLPHO BARRETO SAMPAIO JÚNIOR
AGRAVADO(S) FALCAO ALIMENTOS LTDA - ME
AGRAVADO(S) FORTE NUTRICAÇÃO EIRELI
Advogado DR. MATHEUS PEREIRA TOU(OAB: 187293/MG)
Advogado DR. MATHEUS DOMINICK MONTEIRO(OAB: 168797/MG)
AGRAVADO(S) RITA WANDERLEIA TEIXEIRA
Advogado DR. CLÁUDIO FONSECA DUTRA(OAB: 71694/MG)
AGRAVADO(S) SABOR DO CAMPO EIRELI
AGRAVADO(S) VALDO PEREIRA PARDINHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MINAS GERAIS
- FALCAO ALIMENTOS LTDA - ME
- FORTE NUTRICAÇÃO EIRELI
- RITA WANDERLEIA TEIXEIRA
- SABOR DO CAMPO EIRELI
- VALDO PEREIRA PARDINHO

Processo Nº AIRR-0011723-92.2014.5.15.0095

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) RAFAEL DE JESUS SOUZA MORAES
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
AGRAVADO(S) NOWA CONSTRUTORA & SERVIÇOS EIRELI - EPP
Advogado DR. AMAURY GOMES BARACHO(OAB: 100687/SP)
AGRAVADO(S) SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A. - SANASA CAMPINAS
Advogado DR. GILBERTO JACOBUECCI JÚNIOR(OAB: 135763/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- NOWA CONSTRUTORA & SERVIÇOS EIRELI - EPP
- RAFAEL DE JESUS SOUZA MORAES
- SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A. - SANASA CAMPINAS

Processo Nº AIRR-0020100-78.2018.5.04.0334

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO
Procurador DR. MATEUS TIAGO FÜHR MÜLLER
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) URBAN SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Advogado DR. RAFAEL MASTROGIACOMO KARAN(OAB: 64486/RS)
AGRAVADO(S) RUDINEI PORTES
Advogado DR. GUILHERME BACKES(OAB: 43382/RS)
Advogado DR. FABIANO NONNEMACHER DE ALMEIDA(OAB: 70847/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO
- RUDINEI PORTES
- URBAN SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

Processo Nº AIRR-0020319-66.2022.5.04.0782

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) LOJAS QUERO-QUERO S.A.
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)
AGRAVADO(S) RAFAEL SCHNEIDER
Advogado DR. JESUS AUGUSTO DE MATTOS(OAB: 22560/RS)
Advogado DR. SILVIA LOPES BURMEISTER(OAB: 29353/RS)
Advogado DR. THOMAS BURMEISTER SILVA(OAB: 95853/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS QUERO-QUERO S.A.
- RAFAEL SCHNEIDER

Processo Nº AIRR-0021347-67.2016.5.04.0010

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS BANCARIOS DE PORTO ALEGRE E REGIAO
Advogado DR. ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA MARTINS(OAB: 21328/RS)
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS BANCARIOS DE PORTO ALEGRE E REGIAO

Processo Nº AIRR-0024515-64.2021.5.24.0101

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) LUIZ PEREIRA DUARTE
Advogado DR. REZÚ COSTA RIBEIRO FILHO(OAB: 18178/MS)
AGRAVADO(S) CERRADINHO BIOENERGIA S.A.
Advogado DR. BENTO ADRIANO MONTEIRO DUALIBI(OAB: 5452/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CERRADINHO BIOENERGIA S.A.
- LUIZ PEREIRA DUARTE

Processo Nº AIRR-1000028-81.2022.5.02.0362

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) TEREZA DAYANA DA SILVA
Advogado DR. ARIDES DE CAMPOS JÚNIOR(OAB: 315195/SP)
Advogada DRA. DANIELA SILVA LOPES(OAB: 316426/SP)
AGRAVADO(S) DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogado DR. LEONARDO MARTINS CARNEIRO(OAB: 261923/SP)
AGRAVADO(S) ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradora DRA. THALITA PINHEIRO MATOS
SIQUEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- TEREZA DAYANA DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000462-48.2021.5.02.0607

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. SÍLVIO DIAS
Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AGRAVADO(S) LIMPADORA CALIFÓRNIA LTDA.
Advogado DR. ANDRÉ HAN(OAB: 261262/SP)
AGRAVADO(S) VIVIANE SALOMAO GOMES DE
ARAUJO
Advogado DR. WAGNER ALBUQUERQUE(OAB:
211708/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIMPADORA CALIFÓRNIA LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- VIVIANE SALOMAO GOMES DE ARAUJO

Processo Nº AIRR-1000670-77.2021.5.02.0301

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Procurador DR. MÔNICA DERRA DIB DAUD
AGRAVADO(S) AM DA SILVA SERVICOS
ADMINISTRATIVOS LTDA
AGRAVADO(S) SIDNEI GOMES DOS SANTOS
JUNIOR
Advogado DR. WILLIAN DE SANT'ANA
LOPES(OAB: 368788/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AM DA SILVA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
- MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
- SIDNEI GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Processo Nº AIRR-1002081-40.2017.5.02.0029

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. SIDNEI SOUZA BUENO(OAB:
182678/SP)
Advogado DR. ANDRÉ PRETO MAGRI(OAB:
403326/SP)
AGRAVADO(S) FELIPE OLIVEIRA TEIXEIRA
Advogada DRA. LUCIANE ADAM DE
OLIVEIRA(OAB: 201596/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FELIPE OLIVEIRA TEIXEIRA

Processo Nº ARR-0100169-28.2016.5.01.0051

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
AGRAVADO(S) E BRASTURINVEST INVESTIMENTOS
RECORRENTE(S) TURISTICOS S/A
Advogado DR. MARCELO GOMES DA
SILVA(OAB: 137510/RJ)

AGRAVANTE(S) E
RECORRIDO(S)

Advogado

MARCONI PERES DE SOUSA

DR. GUSTAVO SPONFELDNER
BERMUDES(OAB: 130899/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURISTICOS S/A
- MARCONI PERES DE SOUSA

Processo Nº ARR-1000558-79.2015.5.02.0411

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) E MARCOS ANTONIO DA SILVA
RECORRENTE(S)
Advogado DR. ALVARO LIMA SARDINHA(OAB:
305770/SP)
AGRAVADO(S) E COMPANHIA BRASILEIRA DE
RECORRIDO(S) DISTRIBUIÇÃO
Advogada DRA. REGINA APARECIDA VEGA
SEVILHA(OAB: 147738/SP)
Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO
QUEIROZ(OAB: 163613/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- MARCOS ANTONIO DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000351-16.2015.5.05.0023

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) LUDMILLA COSTA SOUSA
Advogada DRA. ELIANA RIBEIRO DA
COSTA(OAB: 4300/BA)
Advogado DR. PAULO CEZAR RIBEIRO DA
COSTA(OAB: 37552/BA)
Advogado DR. CLARISSA GOES
MASCARENHAS ALVES(OAB:
32932/BA)
Advogado DR. LEONARDO GOMES DOS
SANTOS(OAB: 37824/BA)
AGRAVADO(S) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado DR. WILSON SALES
BELCHIOR(OAB: 17314/CE)
Advogada DRA. JULIANA NETO DE
MENDONÇA MAFRA(OAB: 1135/PE)
Advogado DR. ALVARO VAN DER LEY LIMA
NETO(OAB: 15657/PE)
AGRAVADO(S) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA
FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB:
18855/PE)
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO
NETO(OAB: 17700/PE)
Advogado DR. EDSON DOS REIS SILVA
JÚNIOR(OAB: 22130/BA)
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA
SGAI(OAB: 214918/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- LUDMILLA COSTA SOUSA

Processo Nº RR-0000136-43.2021.5.07.0033

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS CONTRA AS SECAS -
DNOCS
Procurador DR. NELSON TENÓRIO DE LIMA

RECORRIDO(S) JOAO BATISTA DOS SANTOS SILVA
Advogado DR. ÉDER CAVALCANTE RODRIGUES(OAB: 18999/CE)
Advogado DR. FABIO DA COSTA ALVES(OAB: 20134/CE)
Advogada DRA. SABRINA LAGO FALCÃO(OAB: 22228/CE)
Advogada DRA. IOHANA TORRES FREIRE(OAB: 40965/CE)
Advogado DR. JULIO ALBUQUERQUE FORTE AGUIAR(OAB: 43554/CE)
Advogado DR. SHIRLEY DANIELLE DE BOTELHO MORAES(OAB: 43213/CE)
RECORRIDO(S) VIP SERVICE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
- JOAO BATISTA DOS SANTOS SILVA
- VIP SERVICE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME

Processo Nº RR-0000343-96.2015.5.05.0004

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Procurador DR. OSLON DO REGO BARROS
RECORRIDO(S) AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA.
RECORRIDO(S) VAGNER VIDAL DOREA
Advogada DRA. ELBA CERQUEIRA LIMA MURITIBA(OAB: 22061/BA)
Advogado DR. MAIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA(OAB: 25190/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- VAGNER VIDAL DOREA

Processo Nº RR-0000377-80.2021.5.05.0612

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICIPIO DE BARRA DO CHOÇA
Advogado DR. MAGNO ISRAEL MIRANDA SILVA(OAB: 32898/DF)
RECORRIDO(S) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DO OESTE DA BAHIA - COOTRASEOBA
RECORRIDO(S) PAULO ALVES DE SOUZA
Advogado DR. DANIEL CHARLES FERREIRA DE ALMEIDA(OAB: 27423/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DO OESTE DA BAHIA - COOTRASEOBA
- MUNICIPIO DE BARRA DO CHOÇA
- PAULO ALVES DE SOUZA

Processo Nº RR-0000464-53.2021.5.21.0042

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) JAIRO LOPES DO NASCIMENTO

Advogado DR. ROBERTO FERNANDO DE AMORIM JÚNIOR(OAB: 7235/RN)
RECORRIDO(S) TRANSLOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.
Advogado DR. KLEVELANDO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS(OAB: 4867/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIRO LOPES DO NASCIMENTO
- TRANSLOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº RR-0000717-94.2021.5.08.0206

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) ESTADO DO AMAPÁ
Advogado DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL(OAB: 1590/AP)
RECORRIDO(S) ALDECI VIANA ROCHA
Advogado DR. MARJORYE DOS SANTOS FERREIRA(OAB: 4666/AP)
Advogado DR. KAROLYNE AZEVEDO COSTA(OAB: 27228/PA)
RECORRIDO(S) BERNACOM LTDA.
Advogado DR. RAMON BATISTA DO REGO(OAB: 1453/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDECI VIANA ROCHA
- BERNACOM LTDA.
- ESTADO DO AMAPÁ

Processo Nº RR-0000721-50.2019.5.05.0024

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procuradora DRA. ANA PAULA TOMAZ MARTINS
RECORRIDO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO(S) SUSANA SILVA FERREIRA
Advogado DR. JOEVANDRO FERREIRA DA SILVA(OAB: 2917/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- SUSANA SILVA FERREIRA

Processo Nº RR-0000723-87.2019.5.23.0066

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) ESTADO DE MATO GROSSO
Procuradora DRA. GLÁUCIA ANNE KELLY RODRIGUES DO AMARAL
RECORRIDO(S) COLTRIN RODRIGUES NEVES
Advogado DR. JORGE YASSUDA(OAB: 8875/MT)
Advogado DR. GABRIELA DE LOURDES PINTO DE OLIVEIRA(OAB: 24851/MT)
RECORRIDO(S) INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
Advogada DRA. FLÁVIA BERGAMIN DE BARROS PAZ(OAB: 177682/SP)
Advogado DR. VERONICA CORDEIRO DA ROCHA MESQUITA(OAB: 142685/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COLTRIN RODRIGUES NEVES
- ESTADO DE MATO GROSSO
- INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

Processo Nº RR-0000746-06.2020.5.09.0028

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procurador DR. LUIS FELIPE PIMENTEL DAS NEVES REIS
RECORRIDO(S) JULIA INACIA DA SILVA
Advogado DR. RAUL ANIZ ASSAD(OAB: 15388/PR)
RECORRIDO(S) PRODUSERV SERVIÇOS - EIRELI - ME
Advogada DRA. JOSIANE DALLA COSTA(OAB: 31556/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIA INACIA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE CURITIBA
- PRODUSERV SERVIÇOS - EIRELI - ME

Processo Nº RR-0000765-18.2020.5.11.0008

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) ESTADO DO AMAZONAS
Procurador DR. JANILSON DA COSTA BARROS
RECORRIDO(S) CRISTIANE RODRIGUES FERREIRA
Advogado DR. CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA(OAB: 7019/AM)
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES
Advogado DR. CIBELLE DELL' ARMELINA ROCHA(OAB: 35232/DF)
RECORRIDO(S) NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA. - EIRELI
Advogado DR. SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)
Advogada DRA. RAPHAELA RODRIGUES COSTA(OAB: 11676/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE RODRIGUES FERREIRA
- ESTADO DO AMAZONAS
- FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES
- NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA. - EIRELI

Processo Nº RR-0001217-64.2018.5.09.0069

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. MARILAN DE SOUZA(OAB: 29733/PR)
Advogado DR. FRANCIELLE CRISTIANE DA SILVA(OAB: 32342/PR)
RECORRIDO(S) THIAGO DA SILVA ANDRADE
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO GARCIA DA FONSECA(OAB: 54108/PR)
Advogado DR. KLEBER ROUGLAS DE MELLO(OAB: 54109/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- THIAGO DA SILVA ANDRADE

Processo Nº RR-0001220-96.2019.5.12.0005

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
Procurador DR. FÁBIO CADÓ DE QUEVEDO
RECORRIDO(S) KATIA REGINA VIEIRA RODRIGUES
Advogado DR. JAIME MATHIOLA JÚNIOR(OAB: 35588/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- KATIA REGINA VIEIRA RODRIGUES
- MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Processo Nº RR-0010076-82.2022.5.03.0041

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE UBERABA
Advogada DRA. JULIANA COSTA CARVALHÃES RIBEIRO(OAB: 94053/MG)
Advogado DR. JULIANA COSTA CARVALHAES RIBEIRO(OAB: 94053/MG)
RECORRIDO(S) LUCIANA CRISTINA SENE NEIVA
Advogado DR. EUSELI DOS SANTOS(OAB: 64700/MG)
RECORRIDO(S) NUTRIPLUS ALIMENTACAO E TECNOLOGIA LTDA.
Advogado DR. JOSE ANTONIO DA SILVA(OAB: 109777/SP)
Advogado DR. CLOVISLEY FERMINO CARVALHO(OAB: 450382/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANA CRISTINA SENE NEIVA
- MUNICÍPIO DE UBERABA
- NUTRIPLUS ALIMENTACAO E TECNOLOGIA LTDA.

Processo Nº RR-0010314-87.2021.5.15.0143

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE IPAUSSU
Procurador DR. HERNANDA HELENA PONTELLO SALVADOR
RECORRIDO(S) IRMANDADE DA SANTA CASA DE IPAUCU
Advogado DR. GUSTAVO COSTILHAS(OAB: 181103/SP)
Advogado DR. ALVARO JOSE DE MORAES JUNIOR(OAB: 145781/SP)
RECORRIDO(S) MARCELA PAULINO SANFELICE CARDIN
Advogado DR. CLEBER BIONDI(OAB: 360921/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRMANDADE DA SANTA CASA DE IPAUCU
- MARCELA PAULINO SANFELICE CARDIN
- MUNICÍPIO DE IPAUSSU

Processo Nº RR-0010365-31.2022.5.03.0068

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Advogado DR. LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO VASCONCELOS(OAB: 118484/MG)
Advogado DR. LEONARDO SPENCER OLIVEIRA FREITAS(OAB: 97653/MG)
RECORRIDO(S) ANTONIO PAULA DA SILVA

Advogado DR. GABRIELLA MORAIS ALVES(OAB: 121161/MG)
RECORRIDO(S) OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO PAULA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE MURIAÉ
- OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI

Processo Nº RR-0011019-64.2020.5.15.0032

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE CAMPINAS
Procuradora DRA. MARINA MEIRELLES LEITE FORMICA
RECORRIDO(S) ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. JANAÍNA CRISTINA DE CASTRO E BARROS(OAB: 164553/SP)
RECORRIDO(S) MARIA DE FATIMA DA COSTA ABREU SILVA
Advogada DRA. RAISSA ALVES ROCHA(OAB: 381720/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MARIA DE FATIMA DA COSTA ABREU SILVA
- MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Processo Nº RR-0011055-94.2021.5.03.0068

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Advogado DR. LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO VASCONCELOS(OAB: 118484/MG)
Advogado DR. LUCIANO LUIZ BANDEIRA DE MELO(OAB: 88273/MG)
RECORRIDO(S) JOSE JANIO PESTANA
Advogado DR. GABRIELLA MORAIS ALVES(OAB: 121161/MG)
Advogado DR. MÁRCIO CASTRO GOMES DA SILVA JÚNIOR(OAB: 169818/MG)
Advogado DR. FELIPE LIMA GOMES DA SILVA(OAB: 207549/MG)
RECORRIDO(S) OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE JANIO PESTANA
- MUNICÍPIO DE MURIAÉ
- OMEGA SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI

Processo Nº RR-0020415-07.2020.5.04.0021

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador DR. JOSÉ LUIS BOLZAN DE MORAIS
RECORRIDO(S) MEGASUL-GESTÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
RECORRIDO(S) NADIA ANGELA CENTENARO
Advogada DRA. CARLA TATIANE VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 82025/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- MEGASUL-GESTÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- NADIA ANGELA CENTENARO

Processo Nº RR-0020535-95.2021.5.04.0124

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora DRA. ARIANE COPETTI BARTZ
RECORRIDO(S) ELIZABETH DE PINHO DUARTE
Advogado DR. EVARISTO LUIZ HEIS(OAB: 28154/RS)
RECORRIDO(S) MULTICLEAN - LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA
Advogado DR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO OLSON(OAB: 46721/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZABETH DE PINHO DUARTE
- MULTICLEAN - LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA
- MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Processo Nº RR-0024744-21.2021.5.24.0005

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICIPIO DE TEREOS
Advogado DR. BENTO ADRIANO MONTEIRO DUAILIBI(OAB: 5452/MS)
RECORRIDO(S) CM LOGISTICA AMBIENTAL EIRELI - ME
Advogado DR. NATÃ LOBATO MAGIONI(OAB: 15017/MS)
RECORRIDO(S) MOYSES GUIMARAES DE AZAMBUJA
Advogado DR. ESTEFANO RINALDI(OAB: 227453/SP)
Advogado DR. PRISCILA DE OLIVEIRA CAMARGO(OAB: 13392/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CM LOGISTICA AMBIENTAL EIRELI - ME
- MOYSES GUIMARAES DE AZAMBUJA
- MUNICIPIO DE TEREOS

Processo Nº RR-0100229-67.2021.5.01.0522

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE PORTO REAL
Procuradora DRA. MELANIE DE PAULA
RECORRIDO(S) KARINA RODRIGUES TICON ANTONELLI
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS PINHEIRO GOMES(OAB: 154950/RJ)
RECORRIDO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- KARINA RODRIGUES TICON ANTONELLI
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DE PORTO REAL

Processo Nº RR-1000556-35.2021.5.02.0303

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Procurador DR. MÔNICA DERRA DIB DAUD
RECORRIDO(S) CAMILA FERNANDES
Advogado DR. WASHINGTON FERNANDO DA SILVA(OAB: 358617/SP)

RECORRIDO(S) ORGANIZACAO SOCIAL PRO VIDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA FERNANDES
- MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
- ORGANIZACAO SOCIAL PRO VIDA

Processo Nº RR-1000772-03.2018.5.02.0076

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) FRANCISCARLA DOS SANTOS PEREIRA
Advogado DR. DENNIS OLÍMPIO SILVA(OAB: 182162/SP)
RECORRIDO(S) THE STEAK IBIRAPUERA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP
Advogado DR. RENATA FERNANDES MALAQUIAS GALO(OAB: 200723/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCARLA DOS SANTOS PEREIRA
- THE STEAK IBIRAPUERA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Processo Nº RR-1000993-13.2020.5.02.0012

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador DR. ANDRÉ APARECIDO DO PRADO NÓBREGA
Procuradora DRA. RAQUEL EDLAINE PRATES
RECORRIDO(S) JOSE ANTONIO PINA DE OLIVEIRA
Advogado DR. SIMONE ALVES DA SILVA(OAB: 256009/SP)
RECORRIDO(S) NT FAST ALIMENTACAO EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- JOSE ANTONIO PINA DE OLIVEIRA
- NT FAST ALIMENTACAO EIRELI - ME

Processo Nº RRAg-0000700-47.2018.5.09.0655

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA(OAB: 33191/PR)
Advogado DR. RONALDO JOSE E SILVA(OAB: 31486/PR)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) GRABIN OBRAS E SERVICOS URBANOS - EIRELI
Advogado DR. ISRAEL BOGO(OAB: 40917/PR)
Advogada DRA. JAMILA DEBASTIANI(OAB: 78815/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TEREZA DE OLIVEIRA
Advogado DR. RAPHAEL LUIZ JACOBUCCI(OAB: 44644/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- GRABIN OBRAS E SERVICOS URBANOS - EIRELI
- TEREZA DE OLIVEIRA

Processo Nº RRAg-0001207-70.2017.5.08.0202

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA CEA
Advogado DR. RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES(OAB: 15182/DF)
Advogado DR. DÉCIO FREIRE(OAB: 2961/AP)
Advogado DR. FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVAO DAS NEVES(OAB: 4965/AP)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) EDUARDO DIAS DE SOUZA
Advogada DRA. MONIQUE LOBATO ABDON(OAB: 1654/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA CEA
- EDUARDO DIAS DE SOUZA

Processo Nº RRAg-0001738-34.2016.5.23.0022

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) RUMO MALHA NORTE S.A
Advogado DR. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 106094/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JESUINO FRANCO MELGAR
Advogado DR. RINALDO DO AMARAL LEAL(OAB: 15854/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- JESUINO FRANCO MELGAR
- RUMO MALHA NORTE S.A

Processo Nº RRAg-0013089-28.2017.5.15.0010

Relator MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMES PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918/SP)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE RIO CLARO E REGIAO
Advogado DR. NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO(OAB: 108720/SP)
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441/DF)
Advogado DR. FERNANDO JOSE HIRSCH(OAB: 164164/SP)
Advogada DRA. DANIELA COSTA GERELLI(OAB: 288180/SP)
Advogado DR. LEANDRO THOMAZ DA SILVA SOUTO MAIOR(OAB: 302778/SP)
Advogada DRA. TALITA HARUMI MORITA(OAB: 301750/SP)
Advogada DRA. LUCIANA LUCENA BAPTISTA BARRETTO(OAB: 229762/SP)
Advogado DR. THIAGO SABBAG MENDES(OAB: 273920/SP)

Advogado DR. ALINE CARLA LOPES BELLOTI(OAB: 329455/SP)
Advogado DR. EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES(OAB: 21688/DF)
Advogado DR. VITOR SANTOS DE GODOI(OAB: 31656/DF)
Advogado DR. LOUISE HELENE DE AZEVEDO TEIXEIRA(OAB: 375105/SP)
Advogado DR. PEDRO HENRIQUE DE LIMA MACHADO(OAB: 390945/SP)
Advogado DR. FERNANDA TEODORA SALES DE CARVALHO(OAB: 173070/MG)
Advogado DR. ODAILTON ALMEIDA PIMENTEL(OAB: 391725/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE RIO CLARO E REGIAO

Processo Nº AIRR-000041-67.2021.5.05.0421

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
Advogada DRA. ARIANA FREIRE PINHO(OAB: 25923/BA)
AGRAVADO(S) PROJECON-PROJETOS, REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. E OUTROS
Advogado DR. LUCIANO DE ALMEIDA E ALMEIDA(OAB: 25166/BA)
AGRAVADO(S) WILDISON RAMOS DE SOUZA
Advogado DR. ADRIANO ROCHA LEAL(OAB: 11222/BA)
Advogado DR. MARCELLE LIMA MEDEIROS(OAB: 27871/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
- PROJECON-PROJETOS, REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. E OUTROS
- WILDISON RAMOS DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0000361-27.2015.5.08.0007

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MAYCO LÚCIO SANTOS DA SILVA
Advogado DR. KRISTÓFFERSON DE ANDRADE SILVA(OAB: 11493/PA)
AGRAVADO(S) AUGUSTO LAPA VIANA
Advogada DRA. JAMYLLE SHYSLENNY SOARES GOMES(OAB: 29663/PA)
AGRAVADO(S) EXPRESSO MARAJOARA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. - ME E OUTRA
Advogada DRA. CAMILA GÓES VIANA(OAB: 20192/PA)
AGRAVADO(S) RAFAEL REIS VIANA
AGRAVADO(S) VIAÇÃO PRINCESA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. E OUTRA
Advogado DR. MARCO AURÉLIO DE MELO NOGUEIRA(OAB: 19769/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUGUSTO LAPA VIANA
- EXPRESSO MARAJOARA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. - ME E OUTRA
- MAYCO LÚCIO SANTOS DA SILVA
- RAFAEL REIS VIANA

- VIAÇÃO PRINCESA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. E OUTRA

Processo Nº AIRR-0000411-82.2017.5.08.0007

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) ALEXANDRE MAGNO ALVES DE SOUZA
Advogado DR. AUGUSTO NASSER BORGES(OAB: 21844/BA)
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO DE CERQUEIRA ALMEIDA FILHO(OAB: 22262/BA)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) FINAUSTRIA ASSESSORIA, ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE CRÉDITO E PARTICIPAÇÕES LTDA. E OUTROS
Advogada DRA. MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL(OAB: 64029/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE MAGNO ALVES DE SOUZA
- FINAUSTRIA ASSESSORIA, ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE CRÉDITO E PARTICIPAÇÕES LTDA. E OUTROS

Processo Nº AIRR-0000477-71.2021.5.05.0018

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E.B.S.S.
Advogado DR. SÉRGIO SANTOS SILVA(OAB: 9993/BA)
Advogada DRA. ÉRICA FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 30348/BA)
Advogado DR. DERYCK COSTA DUARTE(OAB: 30354/BA)
AGRAVADO(S) E.B.S.
Advogada DRA. ALESSANDRA DANTAS CAMILO CORREIA(OAB: 29062/BA)
AGRAVADO(S) C.S.L.
Advogado DR. PAULA CRISTIANE DE CASTRO(OAB: 37998/BA)
Advogado DR. DANIELA ALMEIDA MODESTO SILVA(OAB: 57435/BA)
Advogada DRA. LUANA DE SOUSA DOS SANTOS(OAB: 54759/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.S.L.
- E.B.S.
- E.B.S.S.

Processo Nº AIRR-0000576-64.2022.5.14.0403

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DO ACRE
Procurador DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
AGRAVADO(S) EVANDIRA FEITOSA DE SOUZA
Advogado DR. GEORGE CARLOS BARROS CLAROS(OAB: 2018/AC)
Advogado DR. GABRIEL BRAGA DE OLIVEIRA CLAROS(OAB: 4387/AC)
AGRAVADO(S) RED PONTES LTDA - EPP E OUTRO
Advogado DR. JOAO RODOLFO WERTZ DOS SANTOS(OAB: 3066/AC)
Advogado DR. MARIA FABIANY DOS SANTOS ANDRADE(OAB: 4650/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ACRE
- EVANDIRA FEITOSA DE SOUZA

- RED PONTES LTDA - EPP E OUTRO		AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO
Processo Nº AIRR-0000630-75.2014.5.01.0531		Advogado	DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155/SE)
Relator	MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES	Advogado	DR. MARCOS D'ÁVILA FERNANDES(OAB: 24952/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	Advogado	DR. EDUARDO ALENCAR DA SILVA(OAB: 9244/MT)
Advogado	DR. RICARDO CESAR RODRIGUES PEREIRA(OAB: 62321/RJ)	AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	PAULO CESAR SOUZA DE MATOS	Advogado	DR. MARCELO PESSÔA(OAB: 6734-O/MT)
Advogado	DR. JOÃO ALBERTO GUERRA(OAB: 93429/RJ)	Intimado(s)/Citado(s):	
AGRAVADO(S)	CET ENGENHARIA LTDA.	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
Advogado	DR. EDUARDO SOUSA LIMA CERQUEIRA(OAB: 84700/MG)	- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO	
AGRAVADO(S)	COMPEL CONSTRUÇÕES MONTAGENS E PROJETOS ELÉTRICOS LTDA.	Processo Nº AIRR-0000803-06.2014.5.09.0005	
Advogado	DR. BRUNO JOSÉ SERAFIM VERBICÁRIO DOS SANTOS(OAB: 91063/RJ)	Relator	MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVADO(S)	MEDRAL SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA LTDA.	AGRAVANTE(S)	VANDERCI SCHIAVON GIMENES
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)	Advogado	DR. SÉRGIO MORÉS(OAB: 29072/PR)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296/SP)	AGRAVADO(S)	CURITIBA SERVICE LTDA - EPP
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)	Advogada	DRA. CIRLENE CRISTINA DELGADO(OAB: 154099/SP)
Intimado(s)/Citado(s):		AGRAVADO(S)	JOSE RUBENS TONETTI
- AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.		AGRAVADO(S)	REBECA DE CASSIA VALENTIM
- CET ENGENHARIA LTDA.		Intimado(s)/Citado(s):	
- COMPEL CONSTRUÇÕES MONTAGENS E PROJETOS ELÉTRICOS LTDA.		- CURITIBA SERVICE LTDA - EPP	
- MEDRAL SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA LTDA.		- JOSE RUBENS TONETTI	
- PAULO CESAR SOUZA DE MATOS		- REBECA DE CASSIA VALENTIM	
- VANDERCI SCHIAVON GIMENES		Processo Nº AIRR-0000877-43.2018.5.09.0127	
Processo Nº AIRR-0000707-02.2020.5.19.0005		Relator	MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
Relator	MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES	AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO
AGRAVANTE(S)	VIBRA ENERGIA S.A.	Advogado	DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681/DF)
Advogado	DR. JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA(OAB: 17023/BA)	Advogada	DRA. ROBERTA BARACAT DE GRANDE(OAB: 54282/PR)
AGRAVADO(S)	ALEXSANDRO LEITAO DA COSTA	AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. RAFAEL ACIOLI PEREIRA(OAB: 8775/AL)	Advogado	DR. MAURÍCIO PIOLI(OAB: 19335/PR)
Advogado	DR. LEONARDO JORGE PEREIRA DOS SANTOS(OAB: 12451/AL)	Intimado(s)/Citado(s):	
Advogado	DR. JOSE ARNALDO VASCONCELOS PACHECO(OAB: 10063/AL)	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
AGRAVADO(S)	CONSÓRCIO TÉCNICO FERROSTAAL E OUTROS	- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO	
Advogado	DR. HEITOR PEDROSO MARTINS(OAB: 54682/RJ)	Processo Nº AIRR-0000893-33.2010.5.02.0010	
Advogado	DR. FELIPE VILHENA PEREIRA(OAB: 158914/RJ)	Relator	MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
Intimado(s)/Citado(s):		AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ALEXSANDRO LEITAO DA COSTA		Advogado	DR. SÉRGIO SOARES BARBOSA(OAB: 79345/SP)
- CONSÓRCIO TÉCNICO FERROSTAAL E OUTROS		AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	MÁRCIA MATIKO MARUTANI NAKA
- VIBRA ENERGIA S.A.		Advogado	DR. RICARDO LAMEIRÃO CINTRA(OAB: 139805/SP)
Processo Nº AIRR-0000761-32.2021.5.23.0001			
Relator	MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES		

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MÁRCIA MATIKO MARUTANI NAKA

Processo Nº AIRR-0000921-79.2017.5.05.0492

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) EDNAGILIA PINHEIRO DE OLIVEIRA

Advogado DR. IRUMAN RAMOS CONTREIRAS(OAB: 10889/BA)

AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Advogada DRA. CRYSTÃO BERNARDO VELOSO(OAB: 45349/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDNAGILIA PINHEIRO DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Processo Nº AIRR-0000946-55.2020.5.10.0005

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU)

Procuradora DRA. SANDRA LUZIA PESSOA

AGRAVADO(S) CITY SERVICE SEGURANCA LTDA

Advogado DR. NATHANIEL VICTOR MONTEIRO DE LIMA(OAB: 39473/DF)

Advogado DR. ANDRE OLIVEIRA LUCENA(OAB: 59632/DF)

Advogado DR. ADLER LUIS DA NOBREGA CARNEIRO E SILVA(OAB: 49692/DF)

Advogado DR. GUILHERME SOUSA ELMOKDISI(OAB: 61065/DF)

AGRAVADO(S) CLEIMAR MONTEIRO PEREIRA

Advogado DR. JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA(OAB: 6083/DF)

Advogado DR. WANDA MIRANDA SILVA(OAB: 40291/DF)

Advogado DR. VERONICA MENDES DO NASCIMENTO(OAB: 16430/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CITY SERVICE SEGURANCA LTDA
- CLEIMAR MONTEIRO PEREIRA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0000956-30.2015.5.22.0106

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado DR. FABRÍCIO TRINDADE DE SOUSA(OAB: 17407/DF)

Advogado DR. RAFAEL LOPES PROCÓPIO(OAB: 7647/PI)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) LUIZ RODRIGUES NOGUEIRA

Advogado DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665/PR)

Advogado DR. RAFAEL ALVES GÓES(OAB: 216750/SP)

AGRAVADO(S) CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
- EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

- LUIZ RODRIGUES NOGUEIRA

Processo Nº AIRR-0000965-85.2019.5.06.0012

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) B.S.S.

Advogado DR. ÁLVARO VAN DERLEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)

Advogada DRA. MAURA VIRGINIA BORBA SILVESTRE(OAB: 17864/PE)

Advogado DR. JACQUELINE LIMA DE SOUZA ALBUQUERQUE(OAB: 34990/PE)

AGRAVADO(S) C.A.S.M.J.

Advogado DR. RENATA LEITE DE MEDEIROS MELO(OAB: 49718/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.S.S.
- C.A.S.M.J.

Processo Nº AIRR-0000974-22.2016.5.06.0022

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DA CIDADE DO RECIFE - SINDSEPPE

Advogada DRA. GISELE LUCY MONTEIRO DE MENEZES CABREIRA(OAB: 17242/PE)

AGRAVADO(S) AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB

Advogado DR. CÉSAR ANDRÉ PEREIRA DA SILVA(OAB: 19825/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB
- SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DA CIDADE DO RECIFE - SINDSEPPE

Processo Nº AIRR-0000999-57.2018.5.12.0035

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) DIEGO DA SILVA ANDRADE

Advogado DR. EDUARDO CARLIN KILIAN(OAB: 13890/SC)

AGRAVADO(S) ALMIRO DOS SANTOS FERREIRA

AGRAVADO(S) EDECAR MECANICA MULTIMARCAS LTDA - ME

Advogada DRA. ALINE MARTINS CORREIA(OAB: 42132/SC)

AGRAVADO(S) EDUARDO CAMEU

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMIRO DOS SANTOS FERREIRA
- DIEGO DA SILVA ANDRADE
- EDECAR MECANICA MULTIMARCAS LTDA - ME
- EDUARDO CAMEU

Processo Nº AIRR-0001123-08.2018.5.09.0008

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

AGRAVADO(S) BANCO RCI BRASIL S.A
Advogada DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB: 17245/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO RCI BRASIL S.A
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0001204-24.2017.5.05.0421

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada DRA. MARIA SAMPAIO DAS MERCÊS BARROSO(OAB: 6853/BA)
Advogado DR. GEORGE A. N. JÚNIOR(OAB: 17633/BA)
Advogado DR. DANIELA FERREIRA QUADROS COUTO(OAB: 12007/BA)
Advogado DR. MÁRCIO RICARDO PIRES SANTANA(OAB: 16979/BA)
Advogado DR. VITOR MACEDO PIRES(OAB: 26979/BA)
AGRAVADO(S) ROSEDALVA SANTOS MERCES
Advogado DR. ANTÔNIO JOSÉ SPOSITO LEÃO NEVES(OAB: 30687/BA)
Advogado DR. VITOR BARRETO BITTENCOURT(OAB: 34132/BA)
Advogado DR. FERNANDA DE JESUS SILVA(OAB: 46472/BA)
AGRAVADO(S) SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- ROSEDALVA SANTOS MERCES
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0001240-88.2015.5.02.0431

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MARELLI COFAP DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
Advogado DR. GUILHERME NEUENSCHWANDER FIGUEIREDO(OAB: 195028/SP)
AGRAVADO(S) COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogado DR. DANIELA MESQUITA GIRÃO BARROSO(OAB: 172742/SP)
AGRAVADO(S) MARCO ANTONIO SEREZINO NAJDEK
Advogado DR. JAIRO GERALDO GUIMARÃES(OAB: 238659/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- MARCO ANTONIO SEREZINO NAJDEK
- MARELLI COFAP DO BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0001283-27.2018.5.05.0531

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S) DULCE PEREIRA GUIMARAES CARVALHO
Advogado DR. WESLEY CAMPOS RONCONI(OAB: 21268/BA)

Advogado DR. DANILO SOUSA ARAÚJO(OAB: 35821/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DULCE PEREIRA GUIMARAES CARVALHO
- ESTADO DA BAHIA

Processo Nº AIRR-0001414-41.2015.5.09.0322

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) JORANDIR BRANCO
Advogado DR. MARCELO PAES(OAB: 35533/PR)
Advogada DRA. ELISÂNGELA SOARES(OAB: 38437/PR)
AGRAVADO(S) ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Advogado DR. ROGER DE OLIVEIRA FRANCO(OAB: 84805/PR)
Advogado DR. LUCIANO SCHLUMBERGER(OAB: 43252/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
- JORANDIR BRANCO

Processo Nº AIRR-0001468-67.2015.5.02.0074

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) JOEL PAVANELLI
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 191191/SP)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)
AGRAVADO(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogada DRA. LUCIANA MOREIRA AGUIAR DE TOLEDO(OAB: 163048/SP)
Advogado DR. JOSÉ FERNANDO XIMENES ROCHA(OAB: 119354/SP)
Advogada DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- JOEL PAVANELLI

Processo Nº AIRR-0001801-16.2016.5.09.0130

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ARTECOLA TERMOPLÁSTICOS LTDA.
Advogado DR. JOAO CARLOS GROSS DE ALMEIDA(OAB: 9724/RS)
Advogado DR. CLÓVIS COIMBRA CHARÃO FILHO(OAB: 76310/RS)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MARCOPOLLO S.A.
Advogado DR. RENATO DOMINGOS ZUCO(OAB: 10578/RS)
Advogado DR. VOLMIR ANDRÉ PAZA(OAB: 45534/RS)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
Advogado DR. MANUEL ANTÔNIO TEIXEIRA NETO(OAB: 29032/PR)

Advogado DR. WILLIAM FERREIRA(OAB: 37061/PR)
Advogado DR. GORDANI ISMAEL FRITZEN(OAB: 98392/RS)
AGRAVADO(S) GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S.A.
Advogado DR. ALYSSON ANDRÉ DONANSKI(OAB: 78542/PR)
AGRAVADO(S) MÁRCIO COSTA
Advogado DR. ALYSSON ANDRÉ DONANSKI(OAB: 78542/PR)
AGRAVADO(S) RODRIGO BRUSCATO COSTA
Advogado DR. DANIEL PAULO KNIELING(OAB: 49109/RS)
AGRAVADO(S) SILMARA APARECIDA NARDI
Advogado DR. LUIZ EDUARDO AMARAL DE MENDONÇA(OAB: 187146/SP)
Advogada DRA. BEATRIZ MARIA PERES ZANI(OAB: 362039/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARTECOLA TERMOPLÁSTICOS LTDA.
- GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S.A.
- MARCOPOLO S.A.
- MÁRCIO COSTA
- RODRIGO BRUSCATO COSTA
- SILMARA APARECIDA NARDI

Processo Nº AIRR-0002283-30.2015.5.09.0669

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO
Advogado DR. CARLOS ROBERTO SCALASSARA(OAB: 12062/PR)
Advogado DR. JORGE WILLIANS TAUIL(OAB: 17418/PR)
Advogado DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681/DF)
Advogada DRA. ROBERTA BARACAT DE GRANDE(OAB: 54282/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0010029-06.2021.5.15.0043

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Advogado DR. BEATRIZ FERRAZ CHIOZZINI DAVID(OAB: 149011/SP)
Advogada DRA. JOANA SOARES CARVALHO(OAB: 427217/SP)
AGRAVADO(S) ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. ALINE CRISTINA PANZA MAINIERI(OAB: 153176/SP)
Advogada DRA. DANIELA DE FREITAS(OAB: 227788/SP)
AGRAVADO(S) MARLENE RODRIGUES DE ALMEIDA

Advogada DRA. PRISCILA DE SOUZA E JORGE LEITE(OAB: 168951/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MARLENE RODRIGUES DE ALMEIDA
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Processo Nº AIRR-0010088-66.2022.5.03.0051

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
Advogada DRA. FLÁVIA CHADID DE OLIVEIRA(OAB: 125580/MG)
Advogado DR. FLAVIO SANTOS FRANCO DE AGUIAR(OAB: 143566/MG)
Advogado DR. MARIA CECILIA BATISTA BAETA CONDESSA(OAB: 95347/MG)
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA IMPACTO 6 EIRELI
AGRAVADO(S) JOAO BATISTA NOGUEIRA
Advogado DR. VERONICA WON RONDOW LUCAS ALMEIDA(OAB: 174861/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
- CONSTRUTORA IMPACTO 6 EIRELI
- JOAO BATISTA NOGUEIRA

Processo Nº AIRR-0010203-65.2021.5.15.0091

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. CAMILA DE BRITO BRANDÃO
AGRAVADO(S) ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
AGRAVADO(S) GABRIELA RUDOKAS DE MELLO
Advogado DR. ANTÔNIO GOULART SOARES(OAB: 91041/SP)
Advogado DR. WAGNER APARECIDO SANTINO(OAB: 91190/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- GABRIELA RUDOKAS DE MELLO

Processo Nº AIRR-0010284-92.2021.5.15.0065

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. ALEXANDER SILVA GUIMARÃES PEREIRA
AGRAVADO(S) AMARILDO MANOEL LAURENTINO
Advogado DR. PAULA CRISTINA SILVA BRAZ(OAB: 301372/SP)
AGRAVADO(S) VIRTUDE SEGURANCA PRIVADA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- AMARILDO MANOEL LAURENTINO
- ESTADO DE SÃO PAULO
- VIRTUDE SEGURANCA PRIVADA EIRELI

Processo Nº AIRR-0010297-50.2013.5.01.0069

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB: 63440/MG)

Advogado DR. FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA(OAB: 108112/MG)

AGRAVADO(S) PAULO NOVAES DE SOUZA

Advogado DR. ALEXANDRE JORGE NOBRE QUESADA(OAB: 90058/RJ)

Advogada DRA. DANIELLE DO CARMO VERTICCHIO(OAB: 128850/RJ)

Advogado DR. BRUNO ROZENBAUM(OAB: 121060/RJ)

Advogada DRA. BIBIANA ROZENBAUM QUESADA(OAB: 162350/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PAULO NOVAES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0010505-74.2015.5.01.0033

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) JOAQUIM GONCALVES DE FARIAS NETO

Advogado DR. LUIZ FERNANDO BASTO ARAGAO(OAB: 44466/RJ)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) OMNI TÁXI AÉREO S.A.

Advogada DRA. MARIA EUGÊNIA MURO(OAB: 127899/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAQUIM GONCALVES DE FARIAS NETO
- OMNI TÁXI AÉREO S.A.

Processo Nº AIRR-0010567-56.2022.5.03.0149

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S.A.

Advogado DR. MÁRCIA ROBERTA DOS REIS(OAB: 92916/MG)

AGRAVADO(S) FABIANE ALVARES

Advogado DR. FERNANDO FRISON GENEROSO(OAB: 78245/MG)

Advogado DR. CHARLES DE OLIVEIRA GONCALVES(OAB: 168209/MG)

AGRAVADO(S) MTK SERVICOS GERAIS LTDA

Advogado DR. ROGÉRIO SACRAMENTO DOS SANTOS(OAB: 261457/SP)

Advogado DR. RENATO JANUÁRIO NALDI JÚNIOR(OAB: 429476/SP)

AGRAVADO(S) UP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Advogado DR. GABRIEL BERNARD(OAB: 279560/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANE ALVARES
- MTK SERVICOS GERAIS LTDA
- PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S.A.
- UP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Processo Nº AIRR-0010584-83.2021.5.15.0023

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador DR. GUILHERME SILVEIRA DA ROSA WURCH DUARTE

Procurador DR. MÁRCIO MARTINS MUNIZ RODRIGUES

AGRAVADO(S) ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA

Advogado DR. AUGUSTO CESAR BAPTISTA DOS REIS(OAB: 122022/SP)

Advogado DR. ORLANDO DE ARAÚJO FERRAZ(OAB: 49636/SP)

Advogado DR. DANILO IDALGO DE MIRANDA(OAB: 351100/SP)

Advogado DR. FABIANE RESTANI(OAB: 302373/SP)

Advogado DR. EDUARDO PIRES ANDRE(OAB: 360966/SP)

Advogado DR. LUIS CÉSAR DE ARAÚJO FERRAZ(OAB: 183574/SP)

AGRAVADO(S) MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Processo Nº AIRR-0010634-96.2015.5.03.0171

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) EDMILSON APARECIDO DE OLIVEIRA

Advogado DR. ÉLDER GUERRA MAGALHÃES(OAB: 50326/MG)

AGRAVADO(S) JOSÉ FERNANDES BATISTA DE ASSIS E OUTROS

Advogado DR. OSVALDO DE MOURA MORAIS(OAB: 53989/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMILSON APARECIDO DE OLIVEIRA
- JOSÉ FERNANDES BATISTA DE ASSIS E OUTROS

Processo Nº AIRR-0010650-82.2020.5.15.0125

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Procurador DR. LUIZ FELIPE DENADAI DOS SANTOS

AGRAVADO(S) ADALBERTO MORO

AGRAVADO(S) ADRIANA LUCAS

Advogado DR. ANDRÉ CESÁRIO DA COSTA(OAB: 300216/SP)

AGRAVADO(S) PREST SERV SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ADALBERTO MORO
- ADRIANA LUCAS
- MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO
- PREST SERV SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - ME

Processo Nº AIRR-0010668-44.2020.5.15.0080

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) JOSE RIBAMAR LINDOSO

Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO FUZETTO JÚNIOR(OAB: 171125/SP)

AGRAVADO(S) COLOMBO AGROINDUSTRIA S.A
Advogado DR. VINICIUS APARECIDO DA
GRAÇA SILVA(OAB: 195280/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COLOMBO AGROINDUSTRIA S.A
- JOSE RIBAMAR LINDOSO

Processo Nº AIRR-0010755-82.2021.5.15.0106

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES
MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO
CASA - SP
Procuradora DRA. ANGÉLICA RAMOS VITORELI
AGRAVADO(S) EMAX - SEGURANÇA PATRIMONIAL
EIRELI
AGRAVADO(S) SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. EDUARDO AUGUSTO DE
OLIVEIRA(OAB: 139954/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMAX - SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010819-32.2020.5.15.0008

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES
MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE IBATE
Procuradora DRA. FLÁVIA FERNANDES
CASTILHO
AGRAVADO(S) L F PRESTACAO DE SERVICOS
LTDA
Advogado DR. FLAVIO ROGERIO DE
OLIVEIRA(OAB: 210633/SP)
AGRAVADO(S) MAISA MARIA MARQUES
Advogado DR. CÉSAR SAMMARCO(OAB:
264426/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- L F PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
- MAISA MARIA MARQUES
- MUNICIPIO DE IBATE

Processo Nº AIRR-0010820-89.2021.5.03.0113

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES
MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Procurador DR. ADEMAR BORGES DE SOUSA
FILHO
AGRAVADO(S) ANA PAULA SILVA SANTOS
Advogado DR. LEONARDO GOUVEIA DOS
SANTOS(OAB: 128408/MG)
Advogado DR. TARCISIO DUARTE MOREIRA
JUNIOR(OAB: 108350/MG)
AGRAVADO(S) APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E
EFETIVOS LTDA.
Advogado DR. JOSÉ ROBERTO ZAGO(OAB:
98053/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA SILVA SANTOS
- APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Processo Nº AIRR-0010939-94.2020.5.15.0131

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES
MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CAMPINAS
Procuradora DRA. MARINA MEIRELLES LEITE
FORMICA
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de ALTERNATIVA
SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM
GERAL LTDA.
Advogado DR. MAURÍCIO DELLOVA DE
CAMPOS(OAB: 183917/SP)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
EMPRESAS DE ASSEIO E
CONSERVAÇÃO DE CAMPINAS E
REGIÃO - SIEMACO
Advogado DR. LUCIANO MARCOS DA
SILVA(OAB: 272146/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA de ALTERNATIVA SERVIÇOS E
TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.
- MUNICÍPIO DE CAMPINAS
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO
E CONSERVAÇÃO DE CAMPINAS E REGIÃO - SIEMACO

Processo Nº AIRR-0010947-68.2021.5.03.0067

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES
MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DE
MINAS GERAIS - CEMIG
Advogado DR. BERNARDO ANANIAS
JUNQUEIRA FERRAZ(OAB:
87253/MG)
AGRAVADO(S) RDX EMPREENDEMENTOS LTDA -
ME
AGRAVADO(S) ROMILSON ALVES MACHADO
Advogado DR. FELIPE BATISTA CAMBUI(OAB:
158048/MG)
Advogado DR. LEONARDO MAIA
BORBOREMA(OAB: 138485/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
- RDX EMPREENDEMENTOS LTDA - ME
- ROMILSON ALVES MACHADO

Processo Nº AIRR-0011014-87.2021.5.03.0049

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES
MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
DE BARBACENA E REGIÃO
Advogado DR. HUMBERTO MARCIAL
FONSECA(OAB: 55867/MG)
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB:
28820/PR)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARCOS ELOY DA SILVA(OAB:
89173/MG)
Advogado DR. MARCUS FERREIRA
CAMPOS(OAB: 98418/MG)
Advogada DRA. THAIS DE SOUZA AROUCA
NETTO(OAB: 158175/MG)
Advogada DRA. TALITA EMILY MALTA(OAB:
153543/MG)
Advogado DR. WESLEY MAGALHÃES
JÚNIOR(OAB: 127101/MG)
Advogado DR. ALINE DOS SANTOS FERREIRA
RIBEIRO(OAB: 183178/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BARBACENA E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0011055-87.2017.5.03.0051

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CARATINGA E REGIÃO

Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Advogado DR. RICARDO NUNES DE MENDONÇA(OAB: 35460/PR)

AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado DR. WÁLLACE ELLER MIRANDA(OAB: 56780/MG)

Advogada DRA. LUCIANA MANO OLIVEIRA(OAB: 103231/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CARATINGA E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0011183-46.2018.5.15.0146

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA CLIMATICA DE NUPORANGA

Advogada DRA. MARCELLA PEREIRA MACEDO RUZZENE(OAB: 224975/SP)

Advogada DRA. LAIS GONZALES DE OLIVEIRA(OAB: 383058/SP)

AGRAVADO(S) ARMANDO BORGES DA SILVA JUNIOR

Advogada DRA. MARINA GERA DE AZEVEDO CADELCA(OAB: 285182/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMANDO BORGES DA SILVA JUNIOR

- PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA CLIMATICA DE NUPORANGA

Processo Nº AIRR-0011280-18.2021.5.15.0089

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Procuradora DRA. ALINE KARINA DA SILVA CALADO

AGRAVADO(S) GODOY & ARAUJO SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

AGRAVADO(S) SILVANA APARECIDA MARQUES

Advogado DR. RODRIGO ALONSO SANCHEZ(OAB: 152430/SP)

Advogado DR. ERIVAN ROBERTO CUNHA(OAB: 257630/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

- GODOY & ARAUJO SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI

- SILVANA APARECIDA MARQUES

Processo Nº AIRR-0011284-17.2021.5.15.0037

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradora DRA. MARCELA GONÇALVES GODOI

AGRAVADO(S) MARA EDNEIA DOS SANTOS SCABORA

Advogado DR. LUCAS ANTONIO DO PRADO(OAB: 255189/SP)

AGRAVADO(S) STCL SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL EIRELI

Advogada DRA. ÉKETI DA COSTA TASCA(OAB: 265288/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO

- MARA EDNEIA DOS SANTOS SCABORA

- STCL SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL EIRELI

Processo Nº AIRR-0011311-91.2016.5.18.0101

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) BR F S.A.

Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331/GO)

AGRAVADO(S) FRANCIVALDO SANTOS XAVIER

Advogado DR. AIRES SILVA LIMA(OAB: 34235/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BR F S.A.

- FRANCIVALDO SANTOS XAVIER

Processo Nº AIRR-0011574-51.2019.5.03.0032

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E MUNICÍPIO DE CONTAGEM

Advogado DR. BERNARDO VASSALLE DE CASTRO(OAB: 102051/MG)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SONIA MARIA DOS SANTOS LOURENCO

Advogado DR. GABRIEL MÖLLER MALHEIROS(OAB: 127852/MG)

AGRAVADO(S) CAIXA ESCOLAR PROFESSOR GERALDO BASILIO RAMOS

AGRAVADO(S) UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR PROFESSOR GERALDO BASILIO RAMOS

- MUNICÍPIO DE CONTAGEM

- SONIA MARIA DOS SANTOS LOURENCO

- UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - EPP

Processo Nº AIRR-0012135-43.2014.5.03.0164

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E.S.

Advogado DR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA(OAB: 109810/MG)

AGRAVADO(S) I.A.P.L.

Advogado DR. VINICIUS MUNIZ RIBEIRO(OAB: 105544/MG)

AGRAVADO(S) L.A.O.S.

AGRAVADO(S) M.B.Q.O.

Intimado(s)/Citado(s):

- E.S.

- I.A.P.L.

- L.A.O.S.
- M.B.Q.O.

Processo Nº AIRR-0020008-46.2021.5.04.0027

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Advogado DR. MARLON NUNES MENDES(OAB: 19199/SC)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
Procurador DR. JULIANO DE ANGELIS
AGRAVADO(S) JADERSON MINEIRO FERREIRA
Advogado DR. PAULO DE FREITAS SOLLER(OAB: 31309/RS)
Advogada DRA. JÉSSICA RADTKE SOLLER(OAB: 96229/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JADERSON MINEIRO FERREIRA
- LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

Processo Nº AIRR-0020034-66.2022.5.04.0461

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora DRA. REBECA SANTOS MACHADO
AGRAVADO(S) IVONE SOUZA PEGORARO
Advogada DRA. TATIANE MACIEL GIL PASQUETTI(OAB: 66700/RS)
AGRAVADO(S) OPUS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- IVONE SOUZA PEGORARO
- OPUS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Processo Nº AIRR-0020042-04.2022.5.04.0571

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora DRA. ADRIANA MENEZES DE SIMÃO KUHN
AGRAVADO(S) ELISIANE JANDRES MARQUES
Advogada DRA. ELISA MARIA ZENI(OAB: 60717/RS)
AGRAVADO(S) WORK SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISIANE JANDRES MARQUES
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- WORK SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Processo Nº AIRR-0020334-15.2021.5.04.0121

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
Procuradora DRA. LUCÍLIA FURTADO
AGRAVADO(S) BH PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S) CLAUDIO DA ROSA LISBOA
Advogado DR. VANESSA ENDERLE BOHNS(OAB: 73510/RS)

Advogado DR. FLAVIO VELEDA MACIEL(OAB: 103685/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BH PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- CLAUDIO DA ROSA LISBOA
- MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Processo Nº AIRR-0020337-71.2014.5.04.0781

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) CONSÓRCIO UNIVIAS E OUTROS
Advogado DR. GUILHERME GUIMARAES(OAB: 37672/RS)
AGRAVADO(S) EQUIPAV S.A. - PAVIMENTAÇÃO, ENGENHARIA E COMÉRCIO E OUTROS
Advogado DR. GUILHERME GUIMARAES(OAB: 37672/RS)
AGRAVADO(S) JOEL DA SILVA SANTOS
Advogada DRA. VANILDE DE BOVI PERES(OAB: 21413/RS)
AGRAVADO(S) TBPAR - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. E OUTROS
Advogado DR. JULIO CESAR CAPELA(OAB: 86305/RS)
AGRAVADO(S) TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES
Advogado DR. JULIO CESAR CAPELA(OAB: 86305/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO UNIVIAS E OUTROS
- EQUIPAV S.A. - PAVIMENTAÇÃO, ENGENHARIA E COMÉRCIO E OUTROS
- JOEL DA SILVA SANTOS
- TBPAR - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. E OUTROS
- TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES

Processo Nº AIRR-0020458-98.2021.5.04.0702

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora DRA. CAMILA BOABAID SOBROSA
AGRAVADO(S) MARGARET APARECIDA LOPES FOGACA
Advogado DR. MARCIA ROSANE MORAES(OAB: 82088/RS)
AGRAVADO(S) YC SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MARGARET APARECIDA LOPES FOGACA
- YC SERVICOS LTDA

Processo Nº AIRR-0020498-14.2020.5.04.0121

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora DRA. MARIA HELENA PIERDONA FONSECA
AGRAVADO(S) RENATO GOULART ROCHA
Advogado DR. PABLO GILNEI SIMOR(OAB: 87247/RS)
Advogado DR. VIVIAN DE FELIPE ROCHA(OAB: 93450/RS)
AGRAVADO(S) SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG

Procurador DR. FÁBIO MACEDO BAINY

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- RENATO GOULART ROCHA
- SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG

Processo Nº AIRR-0020501-16.2017.5.04.0301

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO
Procurador DR. VINÍCIUS CORRÊA ARAÚJO
AGRAVADO(S) ANA PAULA PIRES SOUZA
Advogado DR. MÔNICA RUTH HÜBNER(OAB: 52740/RS)
Advogado DR. BEATRIZ BUHLER(OAB: 81671/RS)
AGRAVADO(S) COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO
Advogado DR. FÁBIO TOMASIAK(OAB: 50755/RS)
Advogado DR. JOICE ALINE SCHMITT(OAB: 105160/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA PIRES SOUZA
- COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO
- MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

Processo Nº AIRR-0020529-97.2021.5.04.0121

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora DRA. LUCÍLIA FURTADO
Procuradora DRA. ARIANE COPETTI BARTZ
AGRAVADO(S) MULTICLEAN - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
Advogado DR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO OLSON(OAB: 46721/RS)
AGRAVADO(S) OLGA ROSANE LINK BETEMPS
Advogado DR. EVARISTO LUIZ HEIS(OAB: 28154/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MULTICLEAN - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
- MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
- OLGA ROSANE LINK BETEMPS

Processo Nº AIRR-0020646-98.2019.5.04.0011

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
Advogada DRA. JULIANA SILVA ROCHA(OAB: 75102/RS)
Advogada DRA. ROSÂNGELA ERNESTINA BALDASSO(OAB: 27372/RS)
AGRAVADO(S) JOÃO CARLOS PRETTO BUSS
Advogado DR. LÉO CARLOS VARGAS(OAB: 14883/RS)
Advogado DR. ELISA GOMES TORRES(OAB: 30942/RS)
Advogado DR. LETIELLE GOMES DA SILVA(OAB: 95572/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
- JOÃO CARLOS PRETTO BUSS

Processo Nº AIRR-0020787-14.2015.5.04.0026

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procuradora DRA. MÁRCIA MOURA LAMEIRA
AGRAVADO(S) LEONARDO MARQUES FISCHER
Advogada DRA. MARISE HELENA LAUX(OAB: 26003/RS)
AGRAVADO(S) SANATÓRIO BELÉM - HOSPITAL PARQUE BELÉM
Advogado DR. JESSICA DAMASCENO MULLER(OAB: 108818/RS)
Advogado DR. ALEXANDRE TEIXEIRA GUIMARÃES DE CASTILHOS RODRIGUES(OAB: 41651/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO MARQUES FISCHER
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- SANATÓRIO BELÉM - HOSPITAL PARQUE BELÉM

Processo Nº AIRR-0020806-83.2020.5.04.0013

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BRUNA COSTA RIBEIRO
Advogada DRA. ANA VALERIA PINTO CASTIGLIONE(OAB: 83867/RS)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador DR. CARLOS ROBERTO DA COSTA AQUINES
AGRAVADO(S) MULTICLEAN - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI
Advogado DR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO OLSON(OAB: 46721/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA COSTA RIBEIRO
- MULTICLEAN - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Processo Nº AIRR-0021100-72.2015.5.04.0511

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
Advogado DR. GONÇALO CASSINI PETER(OAB: 79049/RS)
Advogado DR. JOSÉ SEBASTIÃO PEREIRA JÚNIOR(OAB: 85402/RS)
AGRAVADO(S) CLEVER JOSE BALDISSERA
Advogado DR. LÉO CARLOS VARGAS(OAB: 14883/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
- CLEVER JOSE BALDISSERA

Processo Nº AIRR-0021143-67.2014.5.04.0018

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

Procurador DR. JORGE LUÍS TERRA DA SILVA
AGRAVADO(S) LUIZ DANIEL DA COSTA DE OLIVEIRA
Advogado DR. AFONSO CELSO BANDEIRA MARTHA(OAB: 17006/RS)
Advogado DR. THIAGO LEAL BANDEIRA MARTHA(OAB: 85816/RS)
Advogado DR. GUSTAVO FELLER MARTHA(OAB: 53932/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL
- LUIZ DANIEL DA COSTA DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0021485-03.2017.5.04.0009

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL MÃE DE DEUS
Advogado DR. RODRIGO PAIM CAON(OAB: 64242/RS)
Advogado DR. FABIANO PANTOJA DA SILVA(OAB: 60315/RS)
AGRAVADO(S) ROSANI DA CONCEICAO BRAZ
Advogado DR. JOÃO BATISTA GULLES(OAB: 84806/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL MÃE DE DEUS
- ROSANI DA CONCEICAO BRAZ

Processo Nº AIRR-0021522-76.2016.5.04.0102

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084/RS)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado DR. RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES(OAB: 15182/DF)
Advogada DRA. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D

Processo Nº AIRR-0022051-05.2015.5.04.0402

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. TIAGO DE FREITAS LIMA LOPES(OAB: 56990/RS)
Advogada DRA. BIANCA ZOEHLER BAUMGART CRESTANI(OAB: 65698/RS)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO
Advogado DR. MILTON BOZANO PEREIRA FAGUNDES(OAB: 14332/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0100150-20.2019.5.01.0341

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) SMA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS
Advogado DR. RODRIGO OTÁVIO CARVALHO MOREIRA(OAB: 137551/RJ)
AGRAVADO(S) DAYANE APARECIDA LOURENCO SOUTO
Advogada DRA. JÚNIA TEREZA SANTANA DOS SANTOS SILVA(OAB: 195687/RJ)
Advogado DR. VICTOR JÁCOMO DA SILVA(OAB: 146899/RJ)
AGRAVADO(S) HOSPITAL VITA VOLTA REDONDA S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- DAYANE APARECIDA LOURENCO SOUTO
- HOSPITAL VITA VOLTA REDONDA S.A.
- SMA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS

Processo Nº AIRR-0100228-82.2021.5.01.0522

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE PORTO REAL
Procuradora DRA. MELANIE DE PAULA
AGRAVADO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
AGRAVADO(S) THAYS APARECIDA DOS SANTOS
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS PINHEIRO GOMES(OAB: 154950/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DE PORTO REAL
- THAYS APARECIDA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0100232-44.2021.5.01.0062

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) VERZANI & SANDRINI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Advogado DR. RAFAEL GUIMARÃES VIEITES NOVAES(OAB: 121527/RJ)
Advogado DR. JOANA VIEIRA DO NASCIMENTO(OAB: 226121/RJ)
AGRAVADO(S) PAULO ROBERTO DA SILVA
Advogado DR. RODRIGO DE MELLO VIDAL(OAB: 180382/RJ)
Advogado DR. LUIS GUILHERME MAGALHAES MUZITANO(OAB: 181500/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO ROBERTO DA SILVA
- VERZANI & SANDRINI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

Processo Nº AIRR-0100254-22.2021.5.01.0024

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MARIA DEUCY COELHO
Advogado DR. RODRIGO AVELINO DA SILVA(OAB: 187093/RJ)
Advogado DR. CHARLES ALVES PASSOS DA COSTA(OAB: 195608/RJ)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. FERNANDA TABOADA

AGRAVADO(S) HB MULTISERVIÇOS LTDA.

Advogado DR. RODRIGO FERNANDES MARTINS(OAB: 156732/RJ)

Advogado DR. JOSUEL THOMAZ(OAB: 209396/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HB MULTISERVIÇOS LTDA.
- MARIA DEUCY COELHO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0100378-38.2021.5.01.0401

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Procurador DR. RODRIGO LARROSA ROCHA

AGRAVADO(S) ALAN SANTOS FEITOZA

Advogada DRA. KAROLINE CARVALHO HAASIS COELHO(OAB: 158815/RJ)

AGRAVADO(S) IAGES - INSTITUTO DE APOIO E GESTÃO À SAÚDE

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN SANTOS FEITOZA
- IAGES - INSTITUTO DE APOIO E GESTÃO À SAÚDE
- MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Processo Nº AIRR-0100687-93.2020.5.01.0401

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Procurador DR. RODRIGO LARROSA ROCHA

AGRAVADO(S) IAGES - INSTITUTO DE APOIO E GESTÃO À SAÚDE

AGRAVADO(S) SOLANGE GOMES PINHEIRO

Advogado DR. JULIANO CÂMARA SOARES(OAB: 128023/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IAGES - INSTITUTO DE APOIO E GESTÃO À SAÚDE
- MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
- SOLANGE GOMES PINHEIRO

Processo Nº AIRR-0100762-32.2021.5.01.0035

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MARCELO RODRIGUES DA SILVA

Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ(OAB: 39529/RJ)

Advogado DR. MARCUS VARÃO MONTEIRO(OAB: 60121/RJ)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. ROBSON UCHÔA PIRES(OAB: 123233/RJ)

Advogada DRA. KARINA GRAÇA DE VASCONCELLOS RÉGO(OAB: 92896/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARCELO RODRIGUES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0100845-18.2019.5.01.0003

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 190275/RJ)

Advogado DR. GUSTAVO OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 207440/RJ)

AGRAVADO(S) ELTON CONCEICAO DA SILVA

Advogado DR. LEANDRO SCOTELARO SANTARÉM(OAB: 97602/RJ)

Advogado DR. LUCIMAR BATISTA SANTAREM(OAB: 35780/RJ)

AGRAVADO(S) EMISSAO S/A

Advogado DR. ELTON LUIZ ALVES DA SILVA(OAB: 109441/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- ELTON CONCEICAO DA SILVA
- EMISSAO S/A

Processo Nº AIRR-0100891-44.2020.5.01.0432

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. PAULA BAHENSE DE ALBUQUERQUE E SILVA

AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE

Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S. SURRAGE RODRIGUES RIBEIRO(OAB: 132868/RJ)

Advogado DR. VIVIANE MARCHESANO FERREIRA(OAB: 160596/RJ)

AGRAVADO(S) KARLA RENATA DE MATTOS DIAS

Advogado DR. DANIEL FRANCISCO VIEIRA DA SILVA(OAB: 183987/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- KARLA RENATA DE MATTOS DIAS

Processo Nº AIRR-0100898-87.2019.5.01.0006

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA

AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE

Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)

AGRAVADO(S) MEGADUTOS SERVICOS TECNICOS LTDA - ME

Advogado DR. JOSEMAR DE ALMEIDA MUSSAUER JUNIOR(OAB: 128597/RJ)

Advogado DR. LUIZ PAULO FREITAS DE BARROS(OAB: 168241/RJ)

AGRAVADO(S) THIAGO DE MENEZES SOUZA VENTURA

Advogada DRA. ZELÂNDIA DE CARVALHO(OAB: 153265/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- MEGADUTOS SERVICOS TECNICOS LTDA - ME
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- THIAGO DE MENEZES SOUZA VENTURA

Processo Nº AIRR-0101125-92.2019.5.01.0001

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ

Procurador DR. CLÁUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) VP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Advogado DR. DANIEL PEREIRA DA COSTA(OAB: 120745/RJ)

AGRAVADO(S) DIEGO RODRIGUES FRANCA

Advogado DR. LEANDRO BOTELHO SILVEIRA(OAB: 161364/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIEGO RODRIGUES FRANCA
- FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ
- VP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0101236-70.2019.5.01.0003

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

Advogado DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429/DF)

Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517/DF)

Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)

AGRAVADO(S) VANDA ELOISA MARTINS RAMIRO

Advogado DR. WALTER FELIPE DOS SANTOS MARTINS(OAB: 107203/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- VANDA ELOISA MARTINS RAMIRO

Processo Nº AIRR-0101469-36.2016.5.01.0015

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MARIA CHRISTINA BRAGA BAZZETTI

Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 138807/RJ)

Advogada DRA. LUCIANA SANCHES COSSÃO(OAB: 147421/RJ)

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)

AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. BÁRBARA GOMES NAVARRO PONTES(OAB: 158165/RJ)

Advogado DR. ALAN LUIS CAMPOS DA COSTA(OAB: 100166/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARIA CHRISTINA BRAGA BAZZETTI

Processo Nº AIRR-1000073-19.2022.5.02.0481

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Procuradora DRA. MAGALI VENTILII MARQUES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)

AGRAVADO(S) ANDREA DE MORAIS ANDRADE CAVALCANTI

Advogada DRA. VIVIAN LOPES DE MELLO(OAB: 303830/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA DE MORAIS ANDRADE CAVALCANTI
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Processo Nº AIRR-1000095-95.2022.5.02.0087

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Procurador DR. FLÁVIO CÉSAR DAMASCO

AGRAVADO(S) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGRAVADO(S) UILLIAN FERRAZ DE ARAUJO

Advogado DR. RAFAEL MONTEIRO PREZIA(OAB: 197157/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- UILLIAN FERRAZ DE ARAUJO

Processo Nº AIRR-1000144-47.2022.5.02.0052

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Procurador DR. FLÁVIA CHRISTINA MARTINS SILVA LAZZARINI

AGRAVADO(S) MARIA POLIANA PEREIRA DA SILVA

Advogado DR. ELIEZER TREVISAN THEODORO(OAB: 374304/SP)

AGRAVADO(S) SHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Advogado DR. ARIADNE ABRAO DA SILVA ESTEVES(OAB: 197603/SP)

Advogado DR. EVERTON VICENTINI COSTA(OAB: 364086/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA POLIANA PEREIRA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- SHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Processo Nº AIRR-1000318-07.2022.5.02.0715

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador DR. FLÁVIA CHRISTINA MARTINS SILVA LAZZARINI

AGRAVADO(S) CAROLINA BARROS DE AZEVEDO

Advogado DR. ADEVILSON CESAR BARBOSA PRATES(OAB: 416244/SP)

AGRAVADO(S) SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CAROLINA BARROS DE AZEVEDO
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

- SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA

Processo Nº AIRR-1000323-41.2020.5.02.0281

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. MARCELA GONÇALVES GODOI
AGRAVADO(S) MARIA DA CONCEICAO ALVES STABILE
Advogado DR. GILBERTO BERNARDINO(OAB: 391050/SP)
AGRAVADO(S) STCL SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL EIRELI
Advogada DRA. ÉKETI DA COSTA TASCA(OAB: 265288/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA DA CONCEICAO ALVES STABILE
- STCL SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL EIRELI

Processo Nº AIRR-1000387-12.2021.5.02.0024

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. SÍLVIO DIAS
AGRAVADO(S) ALPHA SECURE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME
Advogado DR. EDSON LUIZ VITORELLO MARIANO DA SILVA(OAB: 162263/SP)
AGRAVADO(S) RAFAEL GIMENES MACEDO
Advogado DR. VINICIUS FERNANDES(OAB: 335522/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPHA SECURE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- RAFAEL GIMENES MACEDO

Processo Nº AIRR-1000469-75.2021.5.02.0078

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. FLÁVIO CÉSAR DAMASCO
Procurador DR. FÁBIO FERNANDO JACOB
AGRAVADO(S) ARCOLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogada DRA. ROSELY CURY SANCHES(OAB: 84504/SP)
AGRAVADO(S) CRISTINA PAULA DA SILVA
Advogado DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCOLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- CRISTINA PAULA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1000549-35.2020.5.02.0026

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. RENATO SPAGGIARI
Procurador DR. FABIO FERNANDO JACOB

AGRAVADO(S) CLEANMAX SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. GUILHERME BRITO RODRIGUES FILHO(OAB: 178328/SP)
Advogado DR. FERNANDO RUDGE LEITE NETO(OAB: 84786/SP)
Advogado DR. ARIEL SANTOS CIPRIANO(OAB: 387239/SP)
AGRAVADO(S) LEONARDO BARBOSA
Advogado DR. VIVIANE MARIA BRAGA PEREIRA(OAB: 372563/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEANMAX SERVIÇOS LTDA.
- LEONARDO BARBOSA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1000870-64.2019.5.02.0201

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) TATIANE SOARES DE JESUS OLIVEIRA
Advogado DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094/SP)
ADMINISTRADOR JUDICIAL TRUST SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
Advogado DR. KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI(OAB: 211495/SP)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA de ULTRACENTER SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E CONTACT CENTER LTDA.
Advogado DR. JOSÉ FERNANDO GOBBI FINZZETO(OAB: 154084/SP)
Advogada DRA. JÉSSICA DA SILVA PIRES(OAB: 325197/SP)
AGRAVADO(S) SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA de ULTRACENTER SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E CONTACT CENTER LTDA.
- SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.
- TATIANE SOARES DE JESUS OLIVEIRA
- TRUST SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Processo Nº AIRR-1000892-07.2015.5.02.0608

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO
Advogada DRA. ROSELI FERREIRA DE MELO VALENTE(OAB: 236632/SP)
Advogado DR. VANESSA RODRIGUES MARTINS(OAB: 292353/SP)
AGRAVADO(S) Q B DA SILVA SOUZA PIZZARIA - ME E OUTRA
Advogado DR. JOSÉ RONALDO DA SILVA(OAB: 148492/SP)
Advogado DR. TIAGO VALERO BRAIT(OAB: 314454/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- Q B DA SILVA SOUZA PIZZARIA - ME E OUTRA
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1000949-08.2019.5.02.0051

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MARIA APARECIDA DOS SANTOS ARAUJO FELIX E OUTROS
Advogado DR. FERNANDO TEIXEIRA BARBOSA(OAB: 303965/SP)
AGRAVADO(S) VIAÇÃO SANTA BRÍGIDA LTDA.
Advogado DR. LUÍS OTÁVIO CAMARGO PINTO(OAB: 86906/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA APARECIDA DOS SANTOS ARAUJO FELIX E OUTROS
- VIAÇÃO SANTA BRÍGIDA LTDA.

Processo Nº AIRR-1001269-14.2020.5.02.0022

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO
Advogada DRA. ROBERTA DE GIUSSIO OLIVEIRA(OAB: 187160/SP)
Advogado DR. DANIELA DOS SANTOS(OAB: 209178/SP)
Advogada DRA. JULIANA COSTA PERA VITALINO(OAB: 261351/SP)
Advogado DR. RENATA DANTAS DE JESUS(OAB: 274390/SP)
Advogada DRA. VERÔNICA ANDRADE CANESSO(OAB: 255570/SP)
Advogada DRA. MARIANA GARCIA DA SILVA(OAB: 263663/SP)
Advogada DRA. CRISTIANE DE OLIVEIRA GAMBETTA(OAB: 261889/SP)
Advogada DRA. CRISTIANE DE OLIVEIRA(OAB: 295640/SP)
Advogada DRA. VALDETE DOS SANTOS CAMILO(OAB: 367039/SP)
Advogado DR. LEANDRO APARECIDO DE SOUSA(OAB: 429923/SP)
Advogada DRA. YASMIN FERREIRA EL KADRI(OAB: 377551/SP)
Advogada DRA. NATHALIA LÉ PEREIRA RIBEIRO(OAB: 444674/SP)
Advogado DR. DAYANA DO CARMO LOPES PERA(OAB: 356654/SP)
Advogado DR. FERNANDO DE JESUS NUNES(OAB: 378087/SP)
Advogado DR. LAIS SANTANA(OAB: 445861/SP)
Advogada DRA. ETHEL MARCHIORI REMORINI PANTUZO(OAB: 149404/SP)
AGRAVADO(S) AFERFI - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.
Advogado DR. HERALDO JUBILUT JUNIOR(OAB: 23812/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AFERFI - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1001350-15.2020.5.02.0716

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. FLÁVIO CÉSAR DAMASCO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) REGINALDO SANTOS FERREIRA

Advogado DR. ANTÔNIO SOUSA DA CONCEIÇÃO MENDES(OAB: 149399/SP)
AGRAVADO(S) ATENTO SÃO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
Advogada DRA. SUSMA CAVALCANTE SILVA(OAB: 363848/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO SÃO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- REGINALDO SANTOS FERREIRA

Processo Nº AIRR-1001373-15.2020.5.02.0601

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. FLÁVIA CHRISTINA MARTINS SILVA LAZZARINI
AGRAVADO(S) ASSOCIACAO QUIALTERAS CULTURAIS - A.Q.C.
AGRAVADO(S) MARIZA ARAUJO DA SILVA
Advogada DRA. JOSELANE PEDROSA DOS SANTOS(OAB: 267471/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO QUIALTERAS CULTURAIS - A.Q.C.
- MARIZA ARAUJO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1001431-12.2021.5.02.0042

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. FLÁVIA CHRISTINA MARTINS SILVA LAZZARINI
AGRAVADO(S) SANDRA REGINA AGUIAR DOS SANTOS SILVA
Advogado DR. MARIA APARECIDA LEITE DE SIQUEIRA OLIVEIRA(OAB: 200685/SP)
AGRAVADO(S) SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- SANDRA REGINA AGUIAR DOS SANTOS SILVA
- SHALOM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Processo Nº AIRR-1001573-12.2015.5.02.0467

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) ANDERSON RODRIGUES
Advogado DR. ADEMAR NYIKOS(OAB: 85809/SP)
AGRAVADO(S) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON RODRIGUES
- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-1001655-26.2016.5.02.0041

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU(OAB: 117417/SP)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SITEL DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)

AGRAVADO(S) CLEVISON OLIVEIRA PEREIRA ROSARIO

Advogado DR. TIAGO PINHEIRO DE JESUS(OAB: 343901/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEVISON OLIVEIRA PEREIRA ROSARIO
- DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.
- SITEL DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ARR-0000575-39.2011.5.20.0002

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. DIEGO AUGUSTO SANTOS DE JESUS(OAB: 453/SE)

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) MARIA ANTÔNIA DA SILVA DANTAS

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 23625/BA)

Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 23626/BA)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI

Advogado DR. TASSO BATALHA BARROCA(OAB: 51556/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- MARIA ANTÔNIA DA SILVA DANTAS

Processo Nº ARR-0001654-16.2010.5.03.0114

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogado DR. LEANDRO DA SILVA SOARES(OAB: 14499/DF)

Advogada DRA. ANA CECÍLIA COSTA PONCIANO(OAB: 22260/DF)

Advogado DR. FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) GERSON SEBASTIÃO DOS SANTOS FILHO

Advogado DR. LUÍS FELIPE SILVA FREIRE(OAB: 102244/MG)

Advogado DR. MIGUEL MORAIS NETO(OAB: 97550/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- GERSON SEBASTIÃO DOS SANTOS FILHO

Processo Nº ARR-0010111-19.2011.5.04.0811

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogado DR. LUCIANO FERREIRA PEIXOTO(OAB: 49675/RS)

Advogado DR. GILBERTO ANTÔNIO PANIZZI FILHO(OAB: 47284/RS)

AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) DIRLEI FERNANDES MOREIRA

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 16521/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- DIRLEI FERNANDES MOREIRA

Processo Nº ARR-0012336-80.2015.5.15.0062

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

Advogado DR. SÉRGIO GONINI BENÍCIO(OAB: 195470/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CARLOS ALBERTO PAVANELLI

Advogado DR. ROMOALDO JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 224044/SP)

Advogado DR. DANILO ALBUQUERQUE DE CARVALHO(OAB: 17567/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO PAVANELLI
- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

Processo Nº ARR-0020111-90.2015.5.04.0406

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) AGRAL S.A.

Advogada DRA. CAMILA SONDA SCARIOT(OAB: 57615/RS)

Advogada DRA. VIVIANE MARA CARMEZELLA(OAB: 59658/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ADEMIR ANTÔNIO BIZOTTO

Advogado DR. HORÁCIO BENJAMIN BASSO(OAB: 42767/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMIR ANTÔNIO BIZOTTO
- AGRAL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000455-58.2018.5.08.0107

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

AGRAVANTE(S) ESTRE SPI AMBIENTAL S.A. E OUTRAS

Advogado DR. GILSON GARCIA JÚNIOR(OAB: 111699/SP)

Advogado DR. TADEU ALVES SENA GOMES(OAB: 15188/PA)

AGRAVADO(S) ANTONIO ANDRE DA SILVA

Advogada DRA. GABRIELA MONTEIRO CARLOS COSTA(OAB: 18194/PA)

Advogado DR. ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 224044/SP)

AGRAVADO(S) ATTEND AMBIENTAL S.A.

Advogado DR. CÍCERO BOMFIM DO NASCIMENTO(OAB: 247616/SP)
AGRAVADO(S) AZALEIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTRA
Advogado DR. PEDRO DEL MONTE MARCUSSI(OAB: 318108/SP)
AGRAVADO(S) INFRANER PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.
Advogado DR. DENIS CAMARGO PASSEROTTI(OAB: 178362/SP)
AGRAVADO(S) LCF PARTICIPAÇÕES S.A.
AGRAVADO(S) LUIZ CLAUDIO FERREIRA LEAO
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE MARABÁ
Advogada DRA. LENA CRISTINE DE ALBUQUERQUE NUNES(OAB: 9979/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO ANDRE DA SILVA
- ATTEND AMBIENTAL S.A.
- AZALEIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTRA
- ESTRE SPI AMBIENTAL S.A. E OUTRAS
- INFRANER PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.
- LCF PARTICIPAÇÕES S.A.
- LUIZ CLAUDIO FERREIRA LEAO
- MUNICÍPIO DE MARABÁ

Processo Nº ED-RR-0000025-82.2020.5.14.0006

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
Advogada DRA. ANA PAULA SILVA DE ALENCAR MAGALHÃES(OAB: 2784/RO)
Advogado DR. MERIEN AMANTEA FERNANDES(OAB: 2695/RO)
Advogado DR. ALEX JESUS AUGUSTO FILHO(OAB: 314946/SP)
Advogado DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650/SP)
Advogado DR. MUDROVITSCH ADVOGADOS(OAB: 2037/DF)
EMBARGADO(A) ELSON FERNANDES FEIJO
Advogado DR. JOSÉ VÁLTER NUNES JÚNIOR(OAB: 5653/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
- ELSON FERNANDES FEIJO

Processo Nº ED-Ag-RR-0000185-66.2021.5.22.0001

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE ADRIANO FERNANDO DOS SANTOS SILVA
Advogado DR. DANIEL FELIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
EMBARGADO(A) EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado DR. JOÃO CARLOS FORTES CARVALHO DE OLIVEIRA(OAB: 3890/PI)
Advogado DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307/DF)
Advogado DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO FERNANDO DOS SANTOS SILVA

- EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Processo Nº ED-Ag-RR-0001081-45.2010.5.09.0652

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO(OAB: 750/DF)
Advogada DRA. ANNA CAROLINA DE BARROS(OAB: 41368/PR)
Advogado DR. DIEGO TORRES SILVEIRA(OAB: 87905/PR)
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431/DF)
Advogada DRA. MARILANE TON RAMOS(OAB: 23002/PR)
Advogado DR. MANOELA GAIO PACHECO VERSETTI(OAB: 38268/PR)
EMBARGADO(A) LUCIMERIS FATIMA MULLER
Advogado DR. NELSON RAMOS KÜSTER(OAB: 7598/PR)
Advogada DRA. ELISETE MARY SALLES STEFANI(OAB: 36765/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- LUCIMERIS FATIMA MULLER

Processo Nº ED-ED-Ag-AIRR-0001180-54.2012.5.04.0241

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE ROJAIR SOARES COELHO
Advogado DR. DEIVTI DIMITRIOS PORTO DOS SANTOS(OAB: 48951/RS)
EMBARGADO(A) METALURGICA UNIVERSO LTDA
Advogado DR. MANOEL TARRIO GANDARA(OAB: 32951/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- METALURGICA UNIVERSO LTDA
- ROJAIR SOARES COELHO

Processo Nº ED-RR-0001204-91.2018.5.10.0019

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada DRA. MARIANA VIANA FRAGA(OAB: 30759/DF)
Advogado DR. WEIQUER DÉLCIO GUEDES JÚNIOR(OAB: 50080/DF)
EMBARGADO(A) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Processo Nº ED-ARR-0001318-94.2010.5.04.0013

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE IARA LUCI FERRUGEM VELASQUES

Advogada DRA. RAQUEL PAESE(OAB: 15663/RS)
Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogada DRA. DENISE ARANTES SANTOS VASCONCELOS(OAB: 19552/DF)
Advogado DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)
Advogado DR. HUGO SOUSA DA FONSECA(OAB: 54271/DF)
Advogada DRA. BRUNA SANTOS COSTA(OAB: 44884/DF)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM
Procurador DR. GUSTAVO ALESSANDRO KRONBAUER

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM
- IARA LUCI FERRUGEM VELASQUES

Processo Nº ED-ED-Ag-ARR-0001383-49.2016.5.17.0003

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE PIANNA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Advogado DR. ÍMERO DEVENS JÚNIOR(OAB: 5234/ES)
Advogado DR. RUDNER SILVA NASCIMENTO(OAB: 27875/ES)
EMBARGADO(A) ADRIANA MATIAS DE OLIVEIRA E OUTROS
Advogado DR. JOSÉ TORRES DAS NEVES(OAB: 943/DF)
Advogado DR. JOAQUIM FERREIRA SILVA FILHO(OAB: 2814/ES)
Advogada DRA. ISABELLE LYSIANE CICATELLI SILVA(OAB: 5402/ES)
Advogado DR. CAIO ANTÔNIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: 14962/DF)
Advogado DR. ÂNGELO RICARDO LATORRACA(OAB: 6243/ES)
EMBARGADO(A) PAG S.A - MEIOS DE PAGAMENTO
Advogado DR. JOSÉ HILDO SARCINELLI GARCIA(OAB: 1174/ES)
Advogada DRA. MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA(OAB: 14974/DF)
Advogada DRA. JULIANA VIEIRA MACHADO GARCIA(OAB: 9692/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA MATIAS DE OLIVEIRA E OUTROS
- PAG S.A - MEIOS DE PAGAMENTO
- PIANNA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-0001439-05.2010.5.09.0007

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogado DR. CHRISTIANO DE LARA PAMPLONA(OAB: 43902/PR)
Advogado DR. EDUARDO ALEXANDRE PIVA(OAB: 62853/PR)
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS RODRIGUES DA SILVA(OAB: 59547/PR)
EMBARGADO(A) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI

Advogado DR. JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA(OAB: 11985/SC)
EMBARGADO(A) SIRINEU DÂNDALO
Advogado DR. LIDIOMAR RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 11044/SC)
Advogado DR. ANA CAROLINA MAINGUÉ MEYER CLEMENTE(OAB: 34650/PR)
Advogado DR. FRANCIELLE STEFANELLO NICOLETTI(OAB: 43622/PR)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 37514/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- SIRINEU DÂNDALO

Processo Nº ED-Ag-ED-ARR-0001603-36.2016.5.10.0005

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
Advogado DR. ERIC DA SILVA ANDRADE MENDES(OAB: 19467/DF)
Advogado DR. SAMUEL RUBEM CASTELLO UCHÔA(OAB: 20656/DF)
Advogado DR. CARLOS EDUARDO DE ANDRADE(OAB: 238224/SP)
EMBARGADO(A) ANA CRISTINA SIQUEIRA LEITAO
Advogada DRA. PATRÍCIA ELIZA ALVES MOREIRA(OAB: 12562/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA SIQUEIRA LEITAO
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

Processo Nº ED-Ag-RRAg-0010184-32.2017.5.15.0016

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado DR. LEANDRO BIONDI(OAB: 181110/SP)
Advogada DRA. LYA RACHEL BASSETTO VIEIRA(OAB: 167555/SP)
Advogado DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431/DF)
Advogado DR. FLÁVIO SCOVIOLI SANTOS(OAB: 297202/SP)
Advogado DR. JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA(OAB: 99779/PR)
EMBARGADO(A) WLADMIR PADILHA JUNIOR
Advogada DRA. ANA MARIA GOMES DE OLIVEIRA LINDGREN(OAB: 335905/SP)
Advogada DRA. JULIANE GARCIA(OAB: 291416/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- WLADMIR PADILHA JUNIOR

Processo Nº ED-RR-0010425-59.2020.5.03.0137

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE JEAN PIERRE DE PAULA EVANGELISTA
Advogado DR. ETELVANI DA ROCHA NASCIMENTO(OAB: 109097/MG)

Advogado DR. PALLOMA HELEN TORRES(OAB: 174380/MG)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado DR. ROSANO CAMARGO(OAB: 128688/SP)
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)
Advogado DR. BERNARDO BUOSI(OAB: 227541/SP)
EMBARGADO(A) ESQUADRA - TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA.
Advogado DR. JOSÉ FERREIRA NICOLAU(OAB: 141999/MG)
Advogado DR. PAULO FRANCISCO REGIO(OAB: 162073/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- ESQUADRA - TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA.
- JEAN PIERRE DE PAULA EVANGELISTA

Processo Nº ED-RR-0010731-47.2018.5.15.0013

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE BRUNA CAROLINE SILVA DE MELO
Advogado DR. RICARDO SOMERA(OAB: 181332/SP)
Advogado DR. FÁBIO ANTUNES FRANÇA DE FREITAS(OAB: 333006/SP)
EMBARGADO(A) CENTRO DE PREVENCAO E REABILITACAO DE DEFICIENCIA DA VISAO
Advogado DR. GABRIEL DA SILVA REGO BETTONI(OAB: 428110/SP)
EMBARGADO(A) MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Procuradora DRA. ANAMARIA BARBOSA EBRAM FERNANDES

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA CAROLINE SILVA DE MELO
- CENTRO DE PREVENCAO E REABILITACAO DE DEFICIENCIA DA VISAO
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Processo Nº ED-RR-0011237-22.2019.5.15.0099

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE ROBERTO BATISTA
Advogada DRA. AUDREY MALHEIROS(OAB: 82585/SP)
Advogado DR. ETEVALDO FERREIRA PIMENTEL(OAB: 147411/SP)
EMBARGADO(A) CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procurador DR. CLÁUDIA HELENA D. DE LACERDA
Procurador DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
EMBARGADO(A) S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- ROBERTO BATISTA
- S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA.

Processo Nº ED-RR-0011712-56.2017.5.03.0042

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

EMBARGANTE SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE UBERABA
Advogado DR. MURIEL VIEIRA(OAB: 54877/MG)
Advogada DRA. GIOVANA CAMARGOS MEIRELES(OAB: 76902/MG)
Advogado DR. JUSSARA APARECIDA VIEIRA DIEGUEZ(OAB: 54036/MG)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431/DF)
Advogado DR. LEANDRO AUGUSTO(OAB: 72841/MG)
Advogado DR. TIAGO NEDER BARROCA(OAB: 107415/MG)
Advogado DR. ANTÔNIO HENRIQUE MOURA SANTOS(OAB: 103221/MG)
Advogada DRA. LUCIANA MANO OLIVEIRA(OAB: 103231/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE UBERABA

Processo Nº ED-ED-AIRR-0012970-17.2017.5.15.0059

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE R 2 A DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. ESTÊVÃO MALLETT(OAB: 109014/SP)
Advogado DR. RENATO NORIYUKI DOTE(OAB: 162696/SP)
EMBARGADO(A) BMG AUTOPECAS DO VALE EIRELI
Advogado DR. LUIZ GUSTAVO BUENO(OAB: 197837/SP)
EMBARGADO(A) CELI PEREIRA DA SILVA
Advogada DRA. ELISÂNGELA RUBACK ALVES FARIA(OAB: 260585/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BMG AUTOPECAS DO VALE EIRELI
- CELI PEREIRA DA SILVA
- R 2 A DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0020294-83.2013.5.04.0001

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE MARCO AURÉLIO MONTENEGRO BRAZIL
Advogado DR. ARTUR DA FONSECA ALVIM(OAB: 44028/RS)
EMBARGADO(A) BANCO SAFRA S.A.
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930/DF)
Advogado DR. GUNNAR ZIBETTI FAGUNDES(OAB: 31053/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SAFRA S.A.
- MARCO AURÉLIO MONTENEGRO BRAZIL

Processo Nº ED-RR-0020395-29.2018.5.04.0201

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE IGOR GOMES SOUZA
Advogado DR. ALEXANDRE MACIEL LINS PASTL(OAB: 93153/RS)
Advogado DR. ALCEMAR JUNIOR LEMES(OAB: 93578/RS)

EMBARGADO(A) CENTRO INTEGRADO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA
EMBARGADO(A) GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PÚBLICA
EMBARGADO(A) MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador DR. JONATHAN FERNANDES URBAN

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO INTEGRADO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA
- GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PÚBLICA
- IGOR GOMES SOUZA
- MUNICÍPIO DE CANOAS

Processo Nº ED-ED-Ag-ED-ED-AIRR-0021360-88.2018.5.04.0271

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE FORTECOM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
Advogado DR. NELTON HENRIQUE MONTEIRO LEDUR(OAB: 82498/RS)
Advogado DR. DIOGO LEDUR SANTOS(OAB: 95178/RS)
Advogado DR. GERSON LEDUR SANTOS(OAB: 89936/RS)
EMBARGADO(A) JEFERSON ESCARCEL NUNES
Advogado DR. VERA LUCIA DE VASCONCELLOS BOLZAN(OAB: 21823/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTECOM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
- JEFERSON ESCARCEL NUNES

Processo Nº ED-Ag-RR-0100573-19.2019.5.01.0522

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE FUNDACAO OSORIO
Procurador DR. RAFAEL MAIA GUANAES
EMBARGADO(A) FENIX CONSULTORIA ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI - EPP
EMBARGADO(A) WILLIAM SOARES MOTA
Advogado DR. FELIPE TAVARES LABUTO(OAB: 145727/RJ)
Advogado DR. LEONARDO DAVID MOREIRA DE SOUZA(OAB: 155295/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FENIX CONSULTORIA ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI - EPP
- FUNDACAO OSORIO
- WILLIAM SOARES MOTA

Processo Nº ED-RRAg-0100955-65.2020.5.01.0202

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE LEIDIANE DA SILVA SANTOS
Advogado DR. ALESSANDRO BAPTISTA DE AMORIM(OAB: 105045/RJ)
Advogado DR. ROSENEIDE BERNADO DE ALMEIDA PAULINO(OAB: 118592/RJ)
Advogado DR. PAULO VICTOR ASSUMPÇÃO MOREIRA DE SOUZA(OAB: 150491/RJ)

Advogado DR. JOSÉ RICARDO RAMALHO(OAB: 134032/RJ)
EMBARGADO(A) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S. SURRAGE RODRIGUES RIBEIRO(OAB: 132868/RJ)
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO SIERRA PAULUCCI(OAB: 300715/SP)
Advogado DR. VIVIANE MARCHESANO FERREIRA(OAB: 160596/RJ)
Advogado DR. MARIANA BUENO DE SOUZA(OAB: 166036/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- LEIDIANE DA SILVA SANTOS

Processo Nº ED-RR-0101190-74.2019.5.01.0264

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE CARLA MARIA DA SILVA SANTOS
Advogado DR. RICARDO BOCKORNY MENEZES DA FONSECA(OAB: 179368/RJ)
Advogado DR. CASSIANO RICARDO DOS SANTOS NUNES DURVAL(OAB: 181516/RJ)
Advogado DR. CAROLINA TEIXEIRA COSTA(OAB: 187797/RJ)
EMBARGADO(A) INSTITUTO SOCIAL SONIA GOUVEA FARIA
Advogado DR. ROGÉRIO DA SILVEIRA HOTZ(OAB: 106750/RJ)
EMBARGADO(A) MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO
Procurador DR. FERNANDO HENRIQUE SPINELLI

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLA MARIA DA SILVA SANTOS
- INSTITUTO SOCIAL SONIA GOUVEA FARIA
- MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO

Processo Nº ED-Ag-RR-0101578-32.2017.5.01.0042

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
EMBARGANTE ABRAAO JEFERSON DOS SANTOS DA ROCHA
Advogado DR. MARCOS DA PAZ PERDIGÃO(OAB: 114103/RJ)
Advogado DR. VICTOR HUGO ALVES DA SILVA(OAB: 165594/RJ)
EMBARGADO(A) RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado DR. CLAUDIA MARIA ZALUSKI DA SILVA(OAB: 61143/RJ)
EMBARGADO(A) TERNIUM BRASIL LTDA.
Advogada DRA. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 169760/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRAAO JEFERSON DOS SANTOS DA ROCHA
- RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
- TERNIUM BRASIL LTDA.

Processo Nº ED-RR-0122000-29.2007.5.02.0049

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. GABRIELE MUTTI CAPIOTTO(OAB: 239876/SP)

Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)

EMBARGADO(A) ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Advogado DR. CÉSAR EDUARDO ANDRADE FURUE(OAB: 246651/SP)

EMBARGADO(A) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradora DRA. LEYDSLAYNE ISRAEL LACERDA

EMBARGADO(A) VICENCIA RUOCO E OUTROS

Advogado DR. MARCO ANTÔNIO INNOCENTI(OAB: 130329/SP)

Advogada DRA. VIVIAN CAVALCANTI DE CAMILIS(OAB: 252505/SP)

Advogada DRA. ANA REGINA GALLI INNOCENTI(OAB: 71068/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- VICENCIA RUOCO E OUTROS

Processo Nº ED-AIRR-0170700-14.2003.5.01.0046

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

EMBARGANTE CLAUDIA OEST QUARESMA

Advogado DR. JOSÉ LUIZ DOS SANTOS(OAB: 53718/RJ)

EMBARGADO(A) CARLA PEDRO EVANGELISTA PINHEIRO

Advogado DR. PAULO RENATO VILHENA PEREIRA(OAB: 14431/RJ)

Advogado DR. PEDRO IVO LEÃO RIBEIRO AGRA BELMONTE(OAB: 155433/RJ)

EMBARGADO(A) CLINICA RADIOLOGICA LAURINDO QUARESMA LTDA

Advogado DR. HERMES BEZERRA NEVES FILHO(OAB: 71431/RJ)

EMBARGADO(A) LAURI PEREIRA QUARESMA

Advogado DR. JOSÉ LUIZ DOS SANTOS(OAB: 53718/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLA PEDRO EVANGELISTA PINHEIRO
- CLAUDIA OEST QUARESMA
- CLINICA RADIOLOGICA LAURINDO QUARESMA LTDA
- LAURI PEREIRA QUARESMA

Processo Nº ED-RR-0231200-42.2008.5.02.0014

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)

Advogada DRA. GABRIELE MUTTI CAPIOTTO(OAB: 239876/SP)

EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) CARMEM CÉLIA MORAES MARQUES E OUTROS

Advogado DR. MARCO ANTÔNIO INNOCENTI(OAB: 130329/SP)

Advogada DRA. ANA REGINA GALLI INNOCENTI(OAB: 71068/SP)

Advogada DRA. LÍBIA ALVARENGA DE OLIVEIRA(OAB: 267195/SP)

EMBARGADO(A) ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Advogada DRA. JANETE SANCHES MORALES DOS SANTOS(OAB: 86568/SP)

EMBARGADO(A) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador DR. GUSTAVO BEZERRA MUNIZ DE ANDRADE

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CARMEM CÉLIA MORAES MARQUES E OUTROS
- ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-1000495-15.2017.5.02.0466

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

EMBARGANTE DANIEL RISO

Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460/SP)

EMBARGADO(A) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL RISO
- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Processo Nº RR-0000170-83.2022.5.14.0131

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

RECORRENTE(S) ASSOCIACAO EMPRESARIAL DE ROLIM DE MOURA E OUTRO

Advogado DR. MARCELO ESTEBANEZ MARTINS(OAB: 3208/RO)

RECORRIDO(S) PAULA ADRIANA SOARES TELO

Advogado DR. LUCIANA SILVEIRA PINTO(OAB: 3759/RO)

Advogado DR. EZEQUIEL CRUZ DE SOUZA(OAB: 1280/RO)

Advogado DR. SABRYNA LAIS ALMEIDA DE OLIVEIRA CRUZ(OAB: 12356/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO EMPRESARIAL DE ROLIM DE MOURA E OUTRO
- PAULA ADRIANA SOARES TELO

Processo Nº RR-0000212-66.2022.5.08.0207

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

RECORRENTE(S) ESTADO DO AMAPÁ

Procurador DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL

RECORRIDO(S) BERNACOM LTDA.

Advogado DR. RAMON BATISTA DO REGO(OAB: 1453/AP)

RECORRIDO(S) REGINALDO CALDAS DA SILVA

Advogado DR. FELIPE ANDRÉ SOUZA DE CASTRO(OAB: 647/AP)

Advogado DR. WESLEY WENDELL UCHÔA LORENÇATO(OAB: 2006/AP)

Advogado DR. ISABEL CRISTINA GONCALVES SILVA(OAB: 1668/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERNACOM LTDA.
- ESTADO DO AMAPÁ
- REGINALDO CALDAS DA SILVA

Processo Nº RR-0000332-86.2021.5.22.0003

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE TERESINA
Procuradora DRA. MARIA DO CARMO FERNANDES FROTA
RECORRIDO(S) EDIVAN DOS SANTOS
Advogada DRA. POLLYANA SILVA SANCHES(OAB: 17748/PI)
RECORRIDO(S) J. J. BASILIO DA SILVA CONSTRUTORA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVAN DOS SANTOS
- J. J. BASILIO DA SILVA CONSTRUTORA - EPP
- MUNICÍPIO DE TERESINA

Processo Nº RR-0000369-06.2021.5.09.0673

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA(OAB: 33191/PR)
RECORRIDO(S) CTREKY PAISAGISMO EIRELI - ME
RECORRIDO(S) JOSE AIRTON RIBEIRO
Advogado DR. JULIANO MASSAHIRO NISHI(OAB: 73615/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CTREKY PAISAGISMO EIRELI - ME
- JOSE AIRTON RIBEIRO

Processo Nº RR-0001047-02.2019.5.05.0641

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB
Advogada DRA. MARIA RAMONA ALMEIDA BRITO(OAB: 22850/BA)
RECORRIDO(S) JAMP MINERACAO LTDA
Advogado DR. JOÃO PAULO SILVEIRA DE OLIVEIRA(OAB: 18986/BA)
RECORRIDO(S) VALDECI ALVES CARDOSO
Advogado DR. ANSELMO ALVES BATISTA(OAB: 57109/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB
- JAMP MINERACAO LTDA
- VALDECI ALVES CARDOSO

Processo Nº RR-0001052-51.2017.5.05.0493

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) MARCILEA MELO ALVES
Advogado DR. IRUMAN RAMOS CONTREIRAS(OAB: 10889/BA)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE ILHÉUS
Procuradora DRA. JÚLIA GOMES DE AZEVEDO

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCILEA MELO ALVES
- MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Processo Nº RR-0010337-45.2022.5.15.0063

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA
Advogado DR. DORIVAL DE PAULA JÚNIOR(OAB: 159408/SP)
RECORRIDO(S) CONVIDA REFEICOES LTDA
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DE ANDRADE(OAB: 312823/SP)
RECORRIDO(S) MARIA RAIMUNDA LIMA DA SILVA
Advogado DR. ELAINE CRISTINA CAMARGO(OAB: 103115/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONVIDA REFEICOES LTDA
- MARIA RAIMUNDA LIMA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA

Processo Nº RR-0010451-40.2021.5.03.0002

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698/MG)
Advogado DR. ALEX CAMPOS BARCELOS(OAB: 117084/MG)
RECORRIDO(S) NARAYANA TELES ARAUJO SANT ANNA
Advogada DRA. THAÍS FIGUEIREDO BARBOSA(OAB: 166694/MG)
Advogado DR. CARLOS ALEXANDRE GOMES BRANDAO(OAB: 222878/MG)
RECORRIDO(S) PRimos EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
Advogado DR. JOSÉ BEZERRA VIEIRA JÚNIOR(OAB: 9817/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- NARAYANA TELES ARAUJO SANT ANNA
- PRimos EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

Processo Nº RR-0010503-69.2020.5.15.0153

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogada DRA. MAGNA APARECIDA DA SILVA(OAB: 278800/SP)
RECORRIDO(S) CASSIA GOMES CANDIDO
Advogado DR. IZILDO INÁCIO DE SOUZA(OAB: 264502/SP)
RECORRIDO(S) K & F SEGURANCA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CASSIA GOMES CANDIDO
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- K & F SEGURANCA EIRELI

Processo Nº RR-0010646-66.2019.5.15.0097

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

RECORRENTE(S) CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
 Procurador DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
 RECORRIDO(S) ADRIANO SANTOS DA SILVA
 Advogada DRA. LUCIANA DOS SANTOS GARRIDO SOLIM(OAB: 261070/SP)
 RECORRIDO(S) S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO SANTOS DA SILVA
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA.

Processo Nº RR-0011250-49.2019.5.15.0122

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
 RECORRENTE(S) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 Procurador DR. TATIANA TASCHETTO PORTO
 RECORRIDO(S) AGUINALDO CORREA LIMA
 Advogada DRA. AMANDA MOREIRA JOAQUIM(OAB: 173729/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGUINALDO CORREA LIMA
- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Processo Nº RR-0100540-41.2020.5.01.0054

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
 RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Procuradora DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
 RECORRIDO(S) NATALIA SUZAN LINS SILVA
 Advogado DR. CARLOS ALBERTO SOUZA DA SILVA(OAB: 204293/RJ)
 Advogada DRA. ALDILENE DE SOUZA GUEDES(OAB: 204658/RJ)
 Advogado DR. DANIELE FLORINDO MORAES(OAB: 220071/RJ)
 RECORRIDO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
 Advogado DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912/SP)
 Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
 Advogado DR. MARCEL GUSTAVO FERIGATO(OAB: 250482/SP)
 Advogada DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB: 424563/SP)
 Advogada DRA. ANA EUCÁRIA BARBOSA DA SILVA(OAB: 433732/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- NATALIA SUZAN LINS SILVA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº RR-0100947-71.2020.5.01.0046

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
 RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Procurador DR. GABRIEL JAVOSKI BALTASAR DE OLIVEIRA

RECORRIDO(S) DANIELE FIGUEIREDO DA SILVA
 Advogado DR. GUSTAVO EUGENIO DE BRITO SOUZA(OAB: 163823/RJ)
 Advogado DR. GUSTAVO EUGENIO DE BRITO SOUZA(OAB: 163823/RJ)
 RECORRIDO(S) GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
 Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIUM NUNES(OAB: 100008/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELE FIGUEIREDO DA SILVA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº RR-0100949-86.2019.5.01.0010

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
 RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Procurador DR. HENRIQUE BASTOS ROCHA
 RECORRIDO(S) MARCIA SUELI DOS SANTOS RODRIGUES
 Advogada DRA. JANE MAEY LIMA(OAB: 63820/RJ)
 Advogada DRA. ANDRESSA LIMA DE MATOS(OAB: 198370/RJ)
 RECORRIDO(S) NUTRINDO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
 Advogado DR. LEONARDO JOSÉ PALMIER AMORIM(OAB: 171185/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARCIA SUELI DOS SANTOS RODRIGUES
- NUTRINDO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº RR-0101278-92.2017.5.01.0261

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
 RECORRENTE(S) SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
 Advogada DRA. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 50943/GO)
 RECORRIDO(S) CRISTIANO EDUARDO COSTA MARCIANO
 Advogado DR. JOSÉ MARIA CAMPÊLO DOS SANTOS(OAB: 100883/RJ)
 Advogada DRA. ÉRICA MOTTA DA COSTA(OAB: 183000/RJ)
 Advogado DR. JEFFERSON SILVA SANTOS(OAB: 184116/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANO EDUARDO COSTA MARCIANO
- SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº RR-0194800-12.2007.5.15.0011

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
 RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER BRASIL S/A
 Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551/SP)
 RECORRIDO(S) DANIEL CANDIDO DE OLIVEIRA CASTRO
 Advogado DR. EDNIR APARECIDO VIEIRA(OAB: 168906/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER BRASIL S/A

- DANIEL CANDIDO DE OLIVEIRA CASTRO

Processo Nº RR-1000078-37.2022.5.02.0062

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 321781/SP)
RECORRIDO(S) A.TONANNI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
RECORRIDO(S) DANILO ALVES TEMOTEO
Advogado DR. LEANDRO ROCHA DE SOUSA(OAB: 407304/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.TONANNI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DANILO ALVES TEMOTEO

Processo Nº RR-1001693-47.2020.5.02.0607

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. SÍLVIO DIAS
Procurador DR. FÁBIO FERNANDO JACOB
RECORRIDO(S) ROSINALVA ALVES DE FRANCA
Advogado DR. EDIMAR HIDALGO RUIZ(OAB: 206941/SP)
RECORRIDO(S) TB SERVICOS , TRANSPORTE , LIMPEZA , GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado DR. INAMARA RUDOF VIEIRA BONI(OAB: 267158/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- ROSINALVA ALVES DE FRANCA
- TB SERVICOS , TRANSPORTE , LIMPEZA , GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS LTDA.

Processo Nº RRAg-0020293-92.2018.5.04.0205

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.
Advogado DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707/RJ)
Advogado DR. RODRIGO MAIA RIBEIRO ESTRELLA ROLDAN(OAB: 103789/RJ)
Advogado DR. MARCUS VINICIUS CORDEIRO(OAB: 58042/RJ)
Advogado DR. JOSE GUILHERME GOMES VIEIRA(OAB: 171581/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SERGIO LUIZ AROZI
Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI TENTARDINI(OAB: 57215/RS)
Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI TENTARDINI(OAB: 57215/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERGIO LUIZ AROZI
- SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.

Processo Nº RRAg-0100741-77.2020.5.01.0201

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARCIA SOARES DINIZ FERREIRA
Advogado DR. ROBERTO CARLOS ALVES DE MELO(OAB: 161114/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- MARCIA SOARES DINIZ FERREIRA

Processo Nº RRAg-0218100-09.1989.5.17.0001

Relator MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDAEMA
Advogada DRA. JULIANA VIEIRA MACHADO GARCIA(OAB: 9692/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDAEMA

Processo Nº AIRR-0000031-38.2022.5.05.0631

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) M.E.C.
Advogado DR. MARCELO PATRÍCIO COSTA SANTOS(OAB: 30591/BA)
AGRAVADO(S) J.A.S.
Advogado DR. JAIR CHARLES PEREIRA AZEVEDO(OAB: 26213/BA)
Advogado DR. KAIQUE PEREIRA AZEVEDO(OAB: 68908/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- J.A.S.
- M.E.C.

Processo Nº AIRR-0000031-90.2022.5.22.0105

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO PIAUÍ
Procurador DR. FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA VIANA FILHO
AGRAVADO(S) MARIA LUCIENE SILVA SOUSA
Advogado DR. CAROLINA DE CARVALHO BEZERRA(OAB: 14806/PI)
Advogado DR. KELYEL FORTES DE RESENDE MELO(OAB: 15400/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO PIAUÍ
- MARIA LUCIENE SILVA SOUSA

Processo Nº AIRR-0000068-16.2018.5.05.0531

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. ADRIANO FERRARI SANTANA
AGRAVADO(S) MARIA JOSE PEREIRA DA ASSUNCAO
Advogado DR. FELIPE RAFAEL GUIMARÃES SANTOS(OAB: 25645/ES)
AGRAVADO(S) SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- MARIA JOSE PEREIRA DA ASSUNCAO
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0000118-59.2021.5.21.0024

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MACAU
Advogado DR. IZAAC DA SILVA PORTELA(OAB: 16363/RN)
AGRAVADO(S) TALITA CARMEN XAVIER PEREIRA
Advogado DR. ANDRÉ LUÍS FERNANDES XIMENES(OAB: 5363/RN)
AGRAVADO(S) UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE MACAU
- TALITA CARMEN XAVIER PEREIRA
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Processo Nº AIRR-0000145-47.2015.5.05.0008

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado DR. AURÉLIO FRANCO PETRICCIONE(OAB: 217468/SP)
Advogado DR. LUCIANA CRISTINA FERREIRA DE FREITAS(OAB: 137978/SP)
Advogado DR. MARCELLE GAGLIARDI PETRICCIONE(OAB: 217234/SP)
AGRAVADO(S) VETINHO ALVES DA SILVA
Advogado DR. MARCELO JOSÉ SILVA(OAB: 29011/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
- VETINHO ALVES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000150-07.2020.5.11.0015

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E ANNY CARLA CALDAS DE SOUZA
AGRAVADO (S)
Advogado DR. DIEGO CID VIEIRA PRESTES(OAB: 7805/AM)
AGRAVANTE(S) E ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO (S)
Procurador DR. LUIS CARLOS DE PAULA E SOUSA
AGRAVADO(S) SEGEAM - SERVICOS DE ENFERMAGEM E GESTAO EM SAUDE DO AMAZONAS LTDA - EPP
Advogada DRA. GABRIELA DE BRITO COIMBRA(OAB: 8889/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANNY CARLA CALDAS DE SOUZA
- ESTADO DO AMAZONAS
- SEGEAM - SERVICOS DE ENFERMAGEM E GESTAO EM SAUDE DO AMAZONAS LTDA - EPP

Processo Nº AIRR-0000170-91.2022.5.12.0017

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SANTA CATARINA
Procuradora DRA. ISABEL PARENTE MENDES GOMES
AGRAVADO(S) OZZ SAUDE - EIRELI
Advogado DR. GLAUBER GUIMARÃES DE OLIVEIRA(OAB: 197734/SP)
Advogado DR. CRISTIANE LOSSO FERNANDES(OAB: 54018/PR)
AGRAVADO(S) VERA ROSANE CARPILOVSKY REVOREDO ALVES
Advogado DR. NEI LUIS MARQUES(OAB: 10613/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SANTA CATARINA
- OZZ SAUDE - EIRELI
- VERA ROSANE CARPILOVSKY REVOREDO ALVES

Processo Nº AIRR-0000185-61.2021.5.19.0062

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS
Advogado DR. ÁBDON ALMEIDA MOREIRA(OAB: 5903/AL)
Advogado DR. JESSICA AMELIA PIMENTEL LEITE(OAB: 12735/AL)
AGRAVADO(S) ELO SOCIAL DE GESTAO PUBLICA
AGRAVADO(S) ZENAIDE AMARO DOS SANTOS
Advogado DR. LUIZ PHILIP FERNANDES FRAZÃO(OAB: 15256/AL)
Advogado DR. BRUNO AMARO DOS SANTOS(OAB: 15115/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELO SOCIAL DE GESTAO PUBLICA
- MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS
- ZENAIDE AMARO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000203-45.2021.5.21.0024

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E MUNICÍPIO DE MACAU
AGRAVADO(S)
Procurador DR. IZAAC DA SILVA PORTELA
AGRAVANTE(S) E UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
AGRAVADO(S)
Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)
Advogada DRA. JANE KETTY MARIANO RIBEIRO(OAB: 314823/SP)
Advogado DR. BRUNO TERRA DO NASCIMENTO BARBOSA(OAB: 13330/RN)
AGRAVADO(S) MICARLA ROSSELI LAURENTINO DA SILVA
Advogado DR. ANDRÉ LUÍS FERNANDES XIMENES(OAB: 5363/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICARLA ROSSELI LAURENTINO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE MACAU

- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Processo Nº AIRR-0000216-07.2021.5.05.0342

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procuradora DRA. ANA PAULA TOMAZ MARTINS
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA SOBRINHO(OAB: 28491/BA)
Advogado DR. MARCIO TEIXEIRA BARRETTO(OAB: 31319/BA)
AGRAVADO(S) MICHELLE SANTANA BRAGA DA SILVA
Advogada DRA. LUDIMILA COELHO LOIOLA(OAB: 27713/BA)
Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA SOARES(OAB: 27621/BA)
Advogado DR. CARLA EMANUELY CARDOSO DANTAS(OAB: 51100/BA)
Advogado DR. JOAO GILBERTO SILVA BANDEIRA(OAB: 55963/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
- ESTADO DA BAHIA
- MICHELLE SANTANA BRAGA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000242-27.2020.5.17.0141

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Procurador DR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S) DEJANIRA BORGHI DIAS
Advogado DR. GERLIS PRATA SURLO(OAB: 17647/ES)
Advogado DR. ODILIO GONCALVES DIAS NETO(OAB: 19519/ES)
Advogado DR. POLIANA FIRME DE OLIVEIRA(OAB: 16886/ES)
AGRAVADO(S) FLEX ADMINISTRADORA E PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI
Advogado DR. ERIK JANSON VIEIRA COELHO(OAB: 19910/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEJANIRA BORGHI DIAS
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- FLEX ADMINISTRADORA E PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0000262-13.2022.5.07.0016

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
ADMINISTRADOR CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
Advogado DR. LUÍS CLÁUDIO MONTORO MENDES(OAB: 150485/SP)
AGRAVANTE(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)
AGRAVADO(S) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850/PE)
AGRAVADO(S) THIAGO MONTEIRO ASSUNCAO
Advogado DR. LEONARDO DE ARAÚJO LANDIM NOGUEIRA ALVES(OAB: 24395/CE)
Advogado DR. MARCIO TORRES DE OLIVEIRA(OAB: 36629/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.
- THIAGO MONTEIRO ASSUNCAO

Processo Nº AIRR-0000309-24.2022.5.20.0016

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) F.H.S.
Advogado DR. RENATA PRADO MENIGHIN(OAB: 3436/SE)
Advogada DRA. MARTA SUELI ANDRADE DE OLIVEIRA(OAB: 10478/SE)
AGRAVADO(S) M.H.S.S.
Advogado DR. JONATHA ALISSON TORRES SILVA(OAB: 14112/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- F.H.S.
- M.H.S.S.

Processo Nº AIRR-0000357-41.2022.5.22.0108

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA
Advogada DRA. LUANNA GOMES PORTELA(OAB: 10959/PI)
AGRAVADO(S) MARIA DIVINA FIGUEIREDO GUERRA OSORIO
Advogado DR. JESSICA DE SOUZA LIMA(OAB: 11790/PI)
Advogado DR. JOEL CARLOS RODRIGUES BARBOSA(OAB: 16671/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DIVINA FIGUEIREDO GUERRA OSORIO
- MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA

Processo Nº AIRR-0000388-85.2021.5.19.0009

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DE ALAGOAS
Procuradora DRA. ALANA MARTINS MOTA
AGRAVADO(S) GERAILTON PONTES DE ALMEIDA
Advogada DRA. MARIA JOSÉ VASCONCELOS TORRES(OAB: 5543/AL)
AGRAVADO(S) PSE SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME
Advogado DR. ANTÔNIO JACKSON DE MELO SÁ CAVALCANTI(OAB: 7028/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE ALAGOAS
- GERAILTON PONTES DE ALMEIDA
- PSE SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0000398-90.2020.5.05.0612

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA
Advogado DR. GUSTAVO MAZZEI PEREIRA(OAB: 17397/BA)
Advogado DR. ANTÔNIO LUIZ CALMON NAVARRO TEIXEIRA DA SILVA FILHO(OAB: 14589/BA)
AGRAVADO(S) A & M TRANSPORTES E TURISMO LTDA
AGRAVADO(S) LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS

Advogado DR. THALMUS RODRIGUES AZEVEDO(OAB: 47444/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- A & M TRANSPORTES E TURISMO LTDA
- LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS
- MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA

Processo Nº AIRR-0000415-11.2022.5.13.0006

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR
Advogado DR. SAMUEL RIBEIRO CARNEIRO DE BARROS(OAB: 18769/PB)
Advogado DR. EGÍDIO DE OLIVEIRA LIMA NETO(OAB: 21457/PB)
AGRAVADO(S) BETA AMBIENTAL LTDA.
Advogada DRA. MIRIAN GOMES(OAB: 149593/SP)
AGRAVADO(S) EDIMILZA LEODEGARIO DE FARIAS
Advogado DR. ANSELMO CARLOS LOUREIRO(OAB: 16260/PB)
AGRAVADO(S) LIMA UZEDA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Advogado DR. GUSTAVO GONÇALVES GARCEZ(OAB: 270217/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR
- BETA AMBIENTAL LTDA.
- EDIMILZA LEODEGARIO DE FARIAS
- LIMA UZEDA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000451-33.2018.5.05.0033

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) MUNICÍPIO DE SALVADOR
Procurador DR. TÉRCIO ROBERTO PEIXOTO SOUZA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) TERRA PROJETOS, TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Advogado DR. ISAAC SILVA DE LIMA(OAB: 31461/BA)
Advogado DR. ELIZEU BARRETO MOREIRA(OAB: 62819/BA)
AGRAVADO(S) JOEL DE PAULA COSTA
Advogado DR. WALTER MOURA FILHO(OAB: 5566/BA)
Advogado DR. LUIZ FLÁVIO GALVÃO SOUZA(OAB: 9528/BA)
Advogado DR. SÉRVIO EMANUEL FERREIRA LIMA DE MOURA(OAB: 26245/BA)
Advogado DR. YURI MOURA RIBEIRO DE SA(OAB: 45299/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL DE PAULA COSTA
- MUNICÍPIO DE SALVADOR
- TERRA PROJETOS, TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Processo Nº AIRR-0000474-18.2019.5.09.0005

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) TRANSDOTTI TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA. E OUTRA
Advogada DRA. LUCIMAR STANZIOLA(OAB: 51065/PR)

Advogado DR. GABRIEL HENRIQUE SILVA EGGER RODRIGUES(OAB: 66393/PR)

Advogado DR. YURI RAMOS SCHEIDT(OAB: 68198/PR)

AGRAVADO(S) PAULO SERGIO FELICIANO

Advogado DR. WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES(OAB: 14166/PR)

Advogado DR. MARCELO MACIOSKI(OAB: 17214/PR)

Advogada DRA. FERNANDA MACIOSKI(OAB: 34623/PR)

Advogada DRA. ANA SÍLVIA VOSS DE AZEVEDO(OAB: 36369/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO SERGIO FELICIANO
- TRANSDOTTI TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA. E OUTRA

Processo Nº AIRR-0000483-34.2021.5.11.0011

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora DRA. ALTIZA PEREIRA DE SOUZA
AGRAVADO(S) MONICA BRINDEIRO DUARTE
Advogado DR. LUCIANO DA SILVA MOURAO(OAB: 6498/AM)
AGRAVADO(S) NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado DR. SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- MONICA BRINDEIRO DUARTE
- NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000486-45.2019.5.23.0101

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. DANIEL MARZARI(OAB: 15507/MT)
Advogada DRA. DANUSA SERENA ONEDA(OAB: 13124/MT)
AGRAVADO(S) ANTONINA SILVA DOS SANTOS
Advogada DRA. IVANIA LUCIA ORSO PESAMOSCA(OAB: 22113/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONINA SILVA DOS SANTOS
- BRF S.A.

Processo Nº AIRR-0000495-72.2021.5.05.0251

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO COITE
Procurador DR. BRUNO XAVIER GOMES
Procurador DR. JOSÉ JUAREZ VINHAS JUNIOR
AGRAVADO(S) HIAGO ALMEIDA SILVA
Advogado DR. PEDRO AUGUSTO NONATO COSTA FILHO(OAB: 49933/BA)
Advogado DR. IGOR OLIVEIRA LIMA(OAB: 52352/BA)
AGRAVADO(S) M.PINHEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Advogado DR. ALEXANDRE JATOBÁ GOMES(OAB: 32481/BA)
Advogada DRA. FERNANDA CARDOSO DO NASCIMENTO(OAB: 23622/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- HIAGO ALMEIDA SILVA
- M.PINHEIRO CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - ME
- MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO COITE

Processo Nº AIRR-0000506-22.2021.5.05.0342

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA SOBRINHO(OAB: 28491/BA)
AGRAVADO(S) JOAO BATISTA DA SILVA
Advogado DR. SANDRO LUIZ DIAS BISPO(OAB: 29126/BA)
Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA SOARES(OAB: 27621/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
- ESTADO DA BAHIA
- JOAO BATISTA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000533-35.2022.5.22.0103

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE MONSENHOR HIPOLITO
Advogado DR. JANNICE MARIA DE JESUS(OAB: 6301/PI)
Advogado DR. LUIS FELLIPE MARTINS RODRIGUES DE ARAUJO(OAB: 16009/PI)
AGRAVADO(S) LEIDIANA DE JESUS SOUSA
Advogado DR. VIRGÍLIO DE SÁ BEZERRA NETO(OAB: 6988/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEIDIANA DE JESUS SOUSA
- MUNICIPIO DE MONSENHOR HIPOLITO

Processo Nº AIRR-0000550-56.2021.5.07.0028

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) INSTITUTO MEDICO DE GESTAO INTEGRADA
Advogado DR. LÁZARO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA(OAB: 31354/BA)
AGRAVADO(S) ARIOSVALDO FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. CAMILA BRASILEIRO BEZERRA PEREIRA(OAB: 20731/CE)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Advogado DR. LYS RIBEIRO BOMFIM(OAB: 34299/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIOSVALDO FERREIRA DA SILVA
- INSTITUTO MEDICO DE GESTAO INTEGRADA
- MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº AIRR-0000595-75.2022.5.22.0103

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE MONSENHOR HIPOLITO
Advogado DR. JANNICE MARIA DE JESUS(OAB: 6301/PI)

Advogado

DR. LUIS FELLIPE MARTINS RODRIGUES DE ARAUJO(OAB: 16009/PI)

AGRAVADO(S)

RAICE RAQUEL DE SA

Advogado

DR. VIRGÍLIO DE SÁ BEZERRA NETO(OAB: 6988/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE MONSENHOR HIPOLITO
- RAICE RAQUEL DE SA

Processo Nº AIRR-0000610-38.2021.5.07.0025

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA
Advogado DR. JOAO PAULO AVELINO ALVES DE SOUSA(OAB: 41057/CE)
AGRAVADO(S) ANTONIO JOVANE FEIJAO BRAGA
Advogado DR. LÍVIO WESLEY VASCONCELOS DE ALMEIDA(OAB: 26094/CE)
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA LA ZIO EIRELI
Advogado DR. BRUNO VIANA GARRIDO(OAB: 23937/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO JOVANE FEIJAO BRAGA
- CONSTRUTORA LA ZIO EIRELI
- MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA

Processo Nº AIRR-0000618-13.2022.5.13.0025

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)
AGRAVADO(S) CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850/PE)
AGRAVADO(S) VANESSA SILVA CARNEIRO
Advogado DR. RAFAEL PONTES VITAL(OAB: 15534/PB)
Advogado DR. GABRIEL PONTES VITAL(OAB: 13694/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.
- VANESSA SILVA CARNEIRO

Processo Nº AIRR-0000800-91.2019.5.09.0129

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB: 17245/PR)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) HERNANI GIANNINI BUSIQUIA
Advogada DRA. VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA(OAB: 7446/PR)
Advogado DR. THIAGO LEMOS SANNA(OAB: 51566/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- HERNANI GIANNINI BUSIQUIA

Processo Nº AIRR-0000801-11.2020.5.07.0028

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) INSTITUTO MEDICO DE GESTAO INTEGRADA
Advogado DR. LÁZARO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA(OAB: 31354/BA)
Advogado DR. GRACYELE SIQUEIRA NUNES NOGUEIRA(OAB: 45626/CE)
AGRAVADO(S) LUANA RIBEIRO DE SOUSA MONTEZUMA ROCHA
Advogado DR. ELIAS DA SILVA FELIX(OAB: 42798/CE)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Advogado DR. WILLIAM MARDEN PEREIRA MACHADO(OAB: 11405/CE)
Advogado DR. LYS RIBEIRO BOMFIM(OAB: 34299/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO MEDICO DE GESTAO INTEGRADA
- LUANA RIBEIRO DE SOUSA MONTEZUMA ROCHA
- MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº AIRR-0000864-64.2017.5.05.0006

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. ADRIANO OLIVEIRA PESSOA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA
Advogado DR. MARAIVAN GONÇALVES ROCHA(OAB: 4678/BA)
Advogada DRA. ANDREA CHAGAS DE SENA CARVALHO(OAB: 58896/BA)
AGRAVADO(S) AMADO NIZARALA DE AVILA
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ CRUZ SILVA(OAB: 42911/BA)
Advogado DR. ANTONIO ALVARO LOBO JUNIOR(OAB: 45014/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMADO NIZARALA DE AVILA
- ESTADO DA BAHIA
- SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA

Processo Nº AIRR-0000909-85.2021.5.07.0034

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO CEARÁ
Procurador DR. FILIPE SILVEIRA AGUIAR
AGRAVADO(S) ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA
Advogado DR. FRANCISCO ABRAAO FREIRE DE SOUSA(OAB: 7851/CE)
AGRAVADO(S) ESPÓLIO de FRANCISCO ALEXANDRE BARROS DE OLIVEIRA
Advogado DR. DAVID VALENTE FACÓ(OAB: 17071/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA
- ESPÓLIO de FRANCISCO ALEXANDRE BARROS DE OLIVEIRA
- ESTADO DO CEARÁ

Processo Nº AIRR-0001016-84.2020.5.07.0028

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) INSTITUTO MEDICO DE GESTAO INTEGRADA
Advogado DR. LÁZARO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA(OAB: 31354/BA)

Advogado DR. GRACYELE SIQUEIRA NUNES NOGUEIRA(OAB: 45626/CE)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Procuradora DRA. ANA CAROLINE BARBOSA LOPES
AGRAVADO(S) SOCORRO SAMARA PINHEIRO RODRIGUES
Advogado DR. FRANCISCO AURELIANO DE ALENCAR SOUSA(OAB: 22975/CE)
Advogado DR. LOWSTAEU LEMOS FIGUEIREDO(OAB: 25032/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO MEDICO DE GESTAO INTEGRADA
- MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
- SOCORRO SAMARA PINHEIRO RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0001213-13.2017.5.05.0121

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CANDEIAS
Procuradora DRA. SANDRA MARIA SOUSA TELES
AGRAVADO(S) ROSANGELA APARECIDA NASCIMENTO DANTAS DE SOUZA
Advogado DR. JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA(OAB: 20541/BA)
Advogado DR. YURI OLIVEIRA ARLEO(OAB: 43522/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CANDEIAS
- ROSANGELA APARECIDA NASCIMENTO DANTAS DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0001268-38.2017.5.05.0161

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SANTO AMARO
Procurador DR. HENRIQUE VALOIS
AGRAVADO(S) DIOGO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado DR. ROBERTO SCHITINI(OAB: 14081/BA)
AGRAVADO(S) M R C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - EPP
Advogada DRA. DANIELA FRANCA DE LEMOS AZEVEDO(OAB: 22808/BA)
Advogado DR. JOAO PEDRO FRANCA TEIXEIRA(OAB: 417252/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO FERREIRA DOS SANTOS
- M R C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - EPP
- MUNICÍPIO DE SANTO AMARO

Processo Nº AIRR-0001344-02.2013.5.01.0521

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) EDUARDO CARVALHO IZIDIO
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
AGRAVADO(S) PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.
Advogado DR. IVO NICOLETTI JÚNIOR(OAB: 111254/SP)
Advogado DR. RAPHAEL MOREIRA DE SOUZA(OAB: 177264/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO CARVALHO IZIDIO
- PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001349-96.2016.5.05.0039

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) C & C MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI
Advogado DR. WASHINGTON LUIZ DIAS PIMENTEL JUNIOR(OAB: 32788/BA)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S) FERNANDA MARIA EVANGELISTA DOS SANTOS
Advogada DRA. JULIANA CABRAL DE OLIVEIRA(OAB: 13694/BA)
Advogado DR. GUSTAVO COSTA PINTO DE PAULA(OAB: 16093/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- C & C MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- FERNANDA MARIA EVANGELISTA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0001376-74.2019.5.05.0621

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ITAPETINGA
Advogado DR. MARCONE SODRÉ MACÊDO(OAB: 15060/BA)
Advogado DR. MÁRCIO MOREIRA FERREIRA(OAB: 18711/BA)
AGRAVADO(S) NAJLA SAMAR FERREIRA DE SOUZA
Advogado DR. TADEU CINCURÁ DE ANDRADE SILVA SAMPAIO(OAB: 22936/BA)
Advogado DR. GABRIEL GONCALVES MACHADO(OAB: 49267/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE ITAPETINGA
- NAJLA SAMAR FERREIRA DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0001703-08.2014.5.09.0128

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. SANDRA REGINA PRADO(OAB: 14857/PR)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB: 17245/PR)
AGRAVADO(S) CLAUDEMIR MACHADO MOREIRA
Advogado DR. LUIZ CARLOS OLEGINI VASCONCELLOS(OAB: 45923/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CLAUDEMIR MACHADO MOREIRA

Processo Nº AIRR-0002117-08.2017.5.05.0291

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) NEURAMI BARRETO GOMES
Advogado DR. SAULO ALVES MATOS(OAB: 26183/BA)
Advogada DRA. RACHEL MONFERDINI DOURADO LIMA(OAB: 19774/BA)
AGRAVADO(S) MUNICIPIO DE IBIPEBA
Advogado DR. TÂMARA COSTA MEDINA DA SILVA(OAB: 15776/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE IBIPEBA
- NEURAMI BARRETO GOMES

Processo Nº AIRR-0002195-33.2014.5.11.0002

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA
Procurador DR. ALBINO LUCIANO GOGGIN ZARZAR
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁLISE, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - FUCAPI
Advogado DR. MÁRCIO LUIZ SORDI(OAB: 134/AM)
Advogado DR. PORFIRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)
AGRAVADO(S) JOEVAN JORGE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
Advogado DR. WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA(OAB: 2924/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁLISE, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - FUCAPI
- JOEVAN JORGE VASCONCELOS DE OLIVEIRA
- SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Processo Nº AIRR-0010019-52.2022.5.18.0007

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado DR. DANILLO TELES CANDINE(OAB: 39785/GO)
AGRAVADO(S) ELIANA ALVES PIMENTA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA ALVES PIMENTA
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Processo Nº AIRR-0010054-77.2014.5.15.0006

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) CELSO CARLOS DA SILVA
Advogado DR. CLAUDIA BATISTA DA ROCHA(OAB: 104458/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador DR. NAZÁRIO CLEODON DE MEDEIROS
Procuradora DRA. GIRLENE RODRIGUES FARIAS

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO CARLOS DA SILVA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Processo Nº AIRR-0010108-10.2022.5.15.0088

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) REGINA MAURA GODOY SILVA SAMPAIO
Advogado DR. FELIPE DA SILVA BARROS CAPUCHO(OAB: 355706/SP)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA

Procurador DR. TATIANA FERREIRA LEITE
AQUINO

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
- REGINA MAURA GODOY SILVA SAMPAIO

Processo Nº AIRR-0010359-55.2015.5.15.0029

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) JOSE EDIVALDO PETINATTI
Advogado DR. FABIO EDUARDO DE
LAURENTIZ(OAB: 170930/SP)
AGRAVADO(S) RAÍZEN ENERGIA S.A.
Advogado DR. LEONARDO AUGUSTO PADILHA
BERTANHA(OAB: 178037/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE EDIVALDO PETINATTI
- RAÍZEN ENERGIA S.A.

Processo Nº AIRR-0010377-24.2022.5.15.0064

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO
CASA - SP
Advogado DR. HALSE MICHELLINE TAVARES
COELHO(OAB: 212552/SP)
Advogado DR. FAUSTO LANDI(OAB:
134114/SP)
AGRAVADO(S) WILLIANS LIMA TEIXEIRA
DOMINGUES
Advogado DR. VERA LUCIA BARRIO
DOMINGUEZ(OAB: 126171/SP)
Advogado DR. JEFERSON ALISON SILVA DE
JESUS(OAB: 426371/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- WILLIANS LIMA TEIXEIRA DOMINGUES

Processo Nº AIRR-0010681-86.2013.5.15.0145

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ITATIBA
Advogado DR. ROBERTO FRANCO DE
CAMARGO JÚNIOR(OAB: 196589/SP)
Advogado DR. FÁBIO GONÇALVES
PACHECO(OAB: 384045/SP)
AGRAVADO(S) JOSE DONIZETE PIRES
Advogado DR. RODRIGO FRANCISCO
SILVA(OAB: 300846/SP)
Advogado DR. RAPHAEL BARROS ANDRADE
LIMA(OAB: 306529/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE DONIZETE PIRES
- MUNICÍPIO DE ITATIBA

Processo Nº AIRR-0010722-72.2021.5.15.0048

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE DESCALVADO
Procurador DR. LAÉRCIO JOSÉ LOUREIRO DOS
SANTOS
AGRAVADO(S) JOSE ALVES DOS SANTOS
Advogado DR. NATANAEL GONÇALVES
XAVIER(OAB: 343840/SP)
AGRAVADO(S) VALENTIM APARECIDO PATRACAO
E OUTRO

Advogado DR. MARCOS ROBERTO
COSTA(OAB: 239708/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ALVES DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE DESCALVADO
- VALENTIM APARECIDO PATRACAO E OUTRO

Processo Nº AIRR-0010824-11.2016.5.15.0003

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procurador DR. RENATA ELOISA DA SILVA
HADDAD
AGRAVADO(S) FRANCINE APARECIDA DOS
SANTOS
Advogado DR. ANTÔNIO HERNANDES
MORENO(OAB: 14884/SP)
AGRAVADO(S) PARTNER MANUTENÇÃO E
TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
Advogada DRA. PATRÍCIA ROGÉRIO DIAS
ROSA(OAB: 223162/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINE APARECIDA DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE SOROCABA
- PARTNER MANUTENÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-0010942-07.2014.5.15.0019

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE
AÇÚCAR E ÁLCOOL
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE
SANTANA(OAB: 11705/MS)
AGRAVADO(S) VALDEVINO SIMONETE
Advogado DR. JOSÉ SOARES DE SOUSA(OAB:
78737/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL
- VALDEVINO SIMONETE

Processo Nº AIRR-0011328-75.2017.5.18.0010

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E LCSC PARTICIPAÇÕES LTDA. E
AGRAVADO(S) OUTROS
Advogado DR. THALES ANTIQUEIRA DINI(OAB:
324998/SP)
AGRAVANTE(S) E RMC FINANCE ADMINISTRAÇÃO DE
AGRAVADO(S) BENS E SERVIÇOS LTDA. - ME
Advogado DR. RAFAEL DO CARMO ARAGÃO
SILVA(OAB: 370670/SP)
AGRAVANTE(S) E SCHNOR PARTICIPAÇÕES LTDA. E
AGRAVADO(S) OUTROS
Advogado DR. CIRO LOPES DIAS(OAB:
158707/SP)
AGRAVADO(S) ATHENA LOGISTICA E
TRANSPORTE LTDA - ME
AGRAVADO(S) AUGUSTO GRANDO EIRELI
AGRAVADO(S) IVAPAR ADMINISTRAÇÃO E
PARTICIPAÇÕES EIRELI
AGRAVADO(S) RÁPIDO TRANSPAULO LTDA.
Advogada DRA. NATHALIA CAMEL
BARBOSA(OAB: 373071/SP)
AGRAVADO(S) RODRIGO CAIXETA DE OLIVEIRA
Advogado DR. ADRIANO LOPES DA
SILVA(OAB: 28023/GO)
AGRAVADO(S) SAL DA TERRA PIRACICABA
RESTAURANTE LTDA.

AGRAVADO(S) SUPRICEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
AGRAVADO(S) SUPRICEL LOGÍSTICA LTDA.
Advogada DRA. NATHALIA CARMEL BARBOSA(OAB: 373071/SP)
AGRAVADO(S) SUPRICEL PARTICIPAÇÕES LTDA. E OUTRA
Advogado DR. VÍTOR CAMARGO SAMPAIO(OAB: 385092/SP)
AGRAVADO(S) TRANSPAULO LOGISTICA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ATHENA LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - ME
- AUGUSTO GRANDO EIRELI
- IVAPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI
- LCSC PARTICIPAÇÕES LTDA. E OUTROS
- RMC FINANCE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS LTDA. - ME
- RODRIGO CAIXETA DE OLIVEIRA
- RÁPIDO TRANSPAULO LTDA.
- SAL DA TERRA PIRACICABA RESTAURANTE LTDA.
- SCHNOR PARTICIPAÇÕES LTDA. E OUTROS
- SUPRICEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
- SUPRICEL LOGÍSTICA LTDA.
- SUPRICEL PARTICIPAÇÕES LTDA. E OUTRA
- TRANSPAULO LOGISTICA LTDA

Processo Nº AIRR-0011584-86.2021.5.15.0066

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora DRA. KARINA PIMONT FERRAZ COUTINHO
AGRAVADO(S) RENER ELIAS GOMES DA SILVA
Advogado DR. SAAD JAAFAR BARAKAT(OAB: 284315/SP)
Advogada DRA. SORAYA JAAFAR BARAKAT(OAB: 335665/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- RENER ELIAS GOMES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0012077-40.2017.5.15.0022

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) INDUSTRIA ELETRICA MARANGONI MARETTI LTDA
Advogado DR. ANTÔNIO LUIZ BUENO DE MACEDO(OAB: 40355/SP)
Advogado DR. JEFERSON ANDRÉ DORIN(OAB: 220405/SP)
AGRAVADO(S) MARCOS OLIMPIO
Advogado DR. MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA(OAB: 150570/SP)
Advogado DR. JONATHAS ROSSI BAPTISTA(OAB: 221854/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDUSTRIA ELETRICA MARANGONI MARETTI LTDA
- MARCOS OLIMPIO

Processo Nº AIRR-0012642-85.2017.5.15.0092

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) LUIS CARLOS RIBEIRO DA SILVA
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)

AGRAVADO(S) VB TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado DR. DGNANE SILVA(OAB: 232183/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS CARLOS RIBEIRO DA SILVA
- VB TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

Processo Nº AIRR-0016496-05.2019.5.16.0023

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO MARANHÃO
Procurador DR. DENÍLSON SOUZA DOS REIS ALMEIDA
AGRAVADO(S) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO A CIDADANIA - IDAC
AGRAVADO(S) MARIA DOMINGAS RODRIGUES MASCIEL
Advogado DR. WILLKERSON ROMEU LOPES(OAB: 11174/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO A CIDADANIA - IDAC
- MARIA DOMINGAS RODRIGUES MASCIEL

Processo Nº AIRR-0020266-79.2020.5.04.0451

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A.
Advogado DR. GUILHERME GUIMARAES(OAB: 37672/RS)
AGRAVADO(S) FF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
Advogada DRA. MARIA NAZARETE LEITE DOS SANTOS(OAB: 50076/RS)
AGRAVADO(S) GILBERTO MARCHANT DA SILVA
Advogada DRA. SIMARA ROSANE CORREA ANDRIOTTI(OAB: 19546/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
- GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A.
- GILBERTO MARCHANT DA SILVA

Processo Nº AIRR-0020637-83.2020.5.04.0664

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
Advogado DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510/RS)
Advogado DR. RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES(OAB: 15182/DF)
Advogada DRA. LUCIANA SOARES KLOECKNER(OAB: 96423/RS)
Advogada DRA. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057/RS)
Advogado DR. ANA LUIZA SALOME LOURENCETTI(OAB: 334442/SP)
Advogada DRA. JOARA CHRISTINA BALCZAREK MUCELIN TROIS(OAB: 47734/RS)
AGRAVADO(S) JOCELIA AMARAL DE MELLO
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084/RS)
Advogado DR. DYRCEU COSTA DIAS ANDRIOTTI(OAB: 67920/RS)
Advogada DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO COSTA(OAB: 2190/RS)

Advogado DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA
DA COSTA(OAB: 72811/RS)
Advogado DR. ANDRÉ LUIS SOARES
ABREU(OAB: 73190/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- JOCELIA AMARAL DE MELLO

Processo Nº AIRR-0020648-90.2019.5.04.0812

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado DR. RAFAEL NARITA DE BARROS
NUNES(OAB: 15182/DF)
Advogada DRA. DENISE PIRES FINCATO(OAB:
37057/RS)
AGRAVADO(S) ENGSERVICE EMPREENDIMENTOS
DE ENGENHARIA LTDA.
AGRAVADO(S) RONIE ACENDINO MOURA DA CRUZ
Advogado DR. VINÍCIUS PASCHOA
MARIMON(OAB: 94048/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D
- ENGSERVICE EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA.
- RONIE ACENDINO MOURA DA CRUZ

Processo Nº AIRR-0020876-43.2019.5.04.0011

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ERICSSON GESTÃO E SERVIÇOS
DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogada DRA. ANA PAULA PAIVA DE
MESQUITA BARROS(OAB:
113793/SP)
AGRAVADO(S) EASY GESTAO E SERVICOS DE
TELECOM LTDA.
Advogado DR. DANIEL RAMON MACHADO
JACOBY(OAB: 62288/RS)
AGRAVADO(S) EMERSON MARTINS MACHADO
Advogado DR. IBOTI OLIVEIRA BARCELOS
JÚNIOR(OAB: 65382/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EASY GESTAO E SERVICOS DE TELECOM LTDA.
- EMERSON MARTINS MACHADO
- ERICSSON GESTÃO E SERVIÇOS DE
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-0020937-56.2015.5.04.0232

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO
DE UTILIDADES DOMÉSTICAS
Advogado DR. PAULO DE TARSO ROTT
TEDESCO(OAB: 24686/RS)
AGRAVADO(S) RODRIGO NUNES BAPTISTA
Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI
TENTARDINI(OAB: 57215/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES
DOMÉSTICAS
- RODRIGO NUNES BAPTISTA

Processo Nº AIRR-0021032-30.2019.5.04.0561

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) GIOVANI DE LIMA PEREIRA
Advogado DR. MARCOS HUGO DELLA
LATTA(OAB: 31698/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GIOVANI DE LIMA PEREIRA

Processo Nº AIRR-0021126-83.2015.5.04.0733

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) SINDIURBANOS - SINDICATO DOS
EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE
PASSAGEIROS URBANOS E
ESCOLARES DE SANTA CRUZ DO
SUL E REGIAO
Advogado DR. ANTÔNIO MARTINS DOS
SANTOS(OAB: 10492/RS)
AGRAVADO(S) STADTBUS TRANSPORTES LTDA.
Advogada DRA. LIZIANE RAQUEL FREY
FISCHER(OAB: 26674/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDIURBANOS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE
PASSAGEIROS URBANOS E ESCOLARES DE SANTA CRUZ DO
SUL E REGIAO
- STADTBUS TRANSPORTES LTDA.

Processo Nº AIRR-0025430-19.2015.5.24.0071

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA.
Advogada DRA. ANA CAROLINA DE SOUZA
COTRIM(OAB: 11630/MS)
Advogada DRA. ROBERTA LOURENÇO DO
CARVALHAL COUTO(OAB:
109626/RJ)
Advogado DR. DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES
TORRES FREIRE(OAB: 56543/MG)
AGRAVADO(S) JOAO GOES SANTANA
Advogado DR. VANDERLEI JOSÉ DA
SILVA(OAB: 7598/MS)
Advogada DRA. DANIELLE DE ALMEIDA(OAB:
9218/MS)
AGRAVADO(S) SUZANO S.A. (SUCESSORA DE
FÍBRIA CELULOSE S.A.)
Advogado DR. LEANDRO HENRIQUE MOSELLO
LIMA(OAB: 103952/MG)
Advogado DR. MARCELO SENA SANTOS(OAB:
30007/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO GOES SANTANA
- SUZANO S.A. (SUCESSORA DE FÍBRIA CELULOSE S.A.)
- WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº AIRR-0100210-60.2020.5.01.0081

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PLANETÁRIO DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA
SILVA
AGRAVADO(S) CLAUFRAN SEGURANÇA
PATRIMONIAL EIRELI
AGRAVADO(S) JOSE RENATO SOUZA DE OLIVEIRA
Advogado DR. BEROALDO ALVES
SANTANA(OAB: 40039/RJ)

Advogado DR. GUILHERME RODRIGUES
ALVES SANTANA(OAB: 178731/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- FUNDAÇÃO PLANETÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
- JOSE RENATO SOUZA DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0100213-40.2021.5.01.0223

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MESQUITA
Procurador DR. LUIZ VITOR COIMBRA
AGRAVADO(S) ALIMENTACAO GLOBAL SERVICE
EIRELI
Advogado DR. PEDRO HENRIQUE DAMACENO
DE OLIVEIRA(OAB: 28664/ES)
AGRAVADO(S) MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA
VINISSIUS
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO
BARCELLOS FREITAS(OAB:
172160/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALIMENTACAO GLOBAL SERVICE EIRELI
- MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA VINISSIUS
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Processo Nº AIRR-0100286-86.2019.5.01.0221

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MESQUITA
Advogado DR. LUIZ VITOR COIMBRA(OAB:
108961/RJ)
Advogado DR. LUIZ VITOR ARAGÃO MADEIRA
COIMBRA(OAB: 108961/RJ)
AGRAVADO(S) COOPSEGE COOPERATIVA DE
TRABALHO
AGRAVADO(S) JESSICA LUZIA DA SILVA MARIA
NASCIMENTO
Advogado DR. VANDERSON DA SILVA
JOSÉ(OAB: 156681/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- JESSICA LUZIA DA SILVA MARIA NASCIMENTO
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Processo Nº AIRR-0100340-20.2017.5.01.0222

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE MESQUITA
Advogado DR. LUIZ VITOR COIMBRA(OAB:
108961/RJ)
AGRAVADO(S) COOPSEGE COOPERATIVA DE
TRABALHO
AGRAVADO(S) JORGE LUIZ MARQUES DE
ALMEIDA
Advogado DR. VANDERSON DA SILVA
JOSÉ(OAB: 156681/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- JORGE LUIZ MARQUES DE ALMEIDA
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Processo Nº AIRR-0100359-41.2021.5.01.0204

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO (S)

Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE
OLIVEIRA

AGRAVANTE(S) E INSTITUTO BRASIL SAÚDE
AGRAVADO (S)

Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA
LACERDA(OAB: 300694/SP)

AGRAVADO(S) ANDREA CHAVES VAZ

Advogado DR. ALESSANDRO BAPTISTA DE
AMORIM(OAB: 105045/RJ)

Advogado DR. PAULO VICTOR ASSUMPÇÃO
MOREIRA DE SOUZA(OAB:
150491/RJ)

Advogado DR. JOSÉ RICARDO RAMALHO(OAB:
134032/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA CHAVES VAZ
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE

Processo Nº AIRR-0100499-24.2020.5.01.0006

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO (S)

Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE
OLIVEIRA

AGRAVANTE(S) E PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO
AGRAVADO (S) BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E HOSPITALAR

Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO
FOJO(OAB: 155577/SP)

AGRAVADO(S) NATALIA PEREIRA VIEGAS DA
QUINTA

Advogado DR. MARCELO MARCHON
LEÃO(OAB: 174134/RJ)

Advogado DR. CARLOS ARTUR GIANNINI
DOMINGUES(OAB: 166734/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- NATALIA PEREIRA VIEGAS DA QUINTA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0100517-73.2021.5.01.0341

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. PAULA BAHIANSE DE
ALBUQUERQUE E SILVA

AGRAVADO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS
EIRELI

AGRAVADO(S) PEDRO ROBERTO DA SILVA

Advogada DRA. NEIDE DAIANA
CELESTINO(OAB: 180820/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- PEDRO ROBERTO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0100531-82.2020.5.01.0053

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) JEFFERSON MARTINS DA SILVA

Advogado DR. ROBERTO FORTES DE
ARRUDA(OAB: 1725/RJ)

Advogado DR. CÉSAR FREDERICO BARROS
PESSOA(OAB: 70977/RJ)

Advogado DR. LEO RICHARD DARMONT(OAB:
87776/RJ)

Advogado DR. ALBERTO BENOLIEL(OAB: 88741/RJ)
Advogado DR. ELISABETE MOREIRA DA SILVA(OAB: 133876/RJ)
Advogado DR. FABIANA PINHEIRO ALVES GLORIA(OAB: 91315/RJ)
Advogado DR. LEANDRO FEITOSA DOS SANTOS(OAB: 176201/RJ)
AGRAVADO(S) PRIMA 6 LEMAX MANDELA HAMBURGUERIA LTDA - ME
Advogado DR. CARLOS FREDERICO MEDINA MASSADAR(OAB: 76595/RJ)
Advogado DR. GUSTAVO MEDINA MAIA REZENDE DE OLIVEIRA(OAB: 145281/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEFFERSON MARTINS DA SILVA
- PRIMA 6 LEMAX MANDELA HAMBURGUERIA LTDA - ME

Processo Nº AIRR-0100644-02.2020.5.01.0226

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES
Procuradora DRA. ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA
AGRAVADO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S. SURRAGE RODRIGUES RIBEIRO(OAB: 132868/RJ)
Advogado DR. LUÍS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615/RJ)
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO SIERRA PAULUCCI(OAB: 300715/SP)
Advogado DR. VIVIANE MARCHESANO FERREIRA(OAB: 160596/RJ)
Advogado DR. MARIANA BUENO DE SOUZA(OAB: 166036/RJ)
AGRAVADO(S) IOHANA CORREIA PYRRHO RIBEIRO
Advogado DR. CANDIDA VIRGINIA DA SILVA(OAB: 137161/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- IOHANA CORREIA PYRRHO RIBEIRO

Processo Nº AIRR-0100797-25.2019.5.01.0079

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. DANIELE FARIAS DANTAS DE ANDRADE
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S) LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. DANIEL PEREIRA DA COSTA(OAB: 120745/RJ)
AGRAVADO(S) SUELEN LIMA ROSA
Advogado DR. MICHEL CARLOS RAMALHO MOREIRA(OAB: 127295/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SUELEN LIMA ROSA

Processo Nº AIRR-0100797-83.2020.5.01.0016

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. INGRID ANDRADE SARMENTO LEAL
AGRAVADO(S) IABAS - INSTITUTO DE ATENCAO BASICA E AVANCADA A SAUDE
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
AGRAVADO(S) PEDRO LAGO FERRER
Advogado DR. LUCIANO MOURÃO SILVEIRA(OAB: 136458/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- IABAS - INSTITUTO DE ATENCAO BASICA E AVANCADA A SAUDE
- PEDRO LAGO FERRER

Processo Nº AIRR-0100870-70.2018.5.01.0551

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) KARLA CRISTINY DE SOUSA ALVES
Advogado DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
AGRAVADO(S) SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRA MANSA
Advogado DR. GABRIELLE NOGUEIRA LEAL(OAB: 164087/RJ)
Advogado DR. NATALIA AGUIAR SAMPAIO(OAB: 222137/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- KARLA CRISTINY DE SOUSA ALVES
- SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRA MANSA

Processo Nº AIRR-0100919-22.2019.5.01.0246

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. PAULA BAHIANSE DE ALBUQUERQUE E SILVA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
Advogado DR. ÉRICO PEREIRA COUTINHO GUEDES(OAB: 19618/BA)
AGRAVADO(S) NUTRINDO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
Advogado DR. LEONARDO JOSÉ PALMIER AMORIM(OAB: 171185/RJ)
AGRAVADO(S) THOBIAS DA SILVA VELASCO
Advogada DRA. DÉBORA PINTO ANTUNES PAIVA(OAB: 197239/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
- NUTRINDO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
- THOBIAS DA SILVA VELASCO

Processo Nº AIRR-0100950-37.2020.5.01.0204

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. FLAVIO COSTA BEZERRA FILHO

AGRAVADO(S) INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA A SAÚDE - IABAS
Advogado DR. LUÍS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615/RJ)
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO SIERRA PAULUCCI(OAB: 300715/SP)
AGRAVADO(S) STEPHANE ALVES REZENDE
Advogado DR. ALESSANDRO BAPTISTA DE AMORIM(OAB: 105045/RJ)
Advogada DRA. ROSENEIDE DE ALMEIDA RIBEIRO(OAB: 118592/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA A SAÚDE - IABAS
- STEPHANE ALVES REZENDE

Processo Nº AIRR-0101006-08.2020.5.01.0063

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. FERNANDA TABOADA
AGRAVADO(S) SABRINA REIS DE OLIVEIRA
Advogado DR. THAIS CHRISTINA COSTA DE MAGALHAES(OAB: 218569/RJ)
Advogado DR. IVAN SILVESTRE PEREIRA DA PAZ(OAB: 207829/RJ)
AGRAVADO(S) VIVA RIO
Advogado DR. DANIEL MARTINS CARVALHO LABANCA(OAB: 166054/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SABRINA REIS DE OLIVEIRA
- VIVA RIO

Processo Nº AIRR-0101027-36.2020.5.01.0078

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. INGRID ANDRADE SARMENTO LEAL
AGRAVADO(S) CAMILA QUEIROZ
Advogado DR. RAFAEL ÁVILA SILVA(OAB: 167957/RJ)
AGRAVADO(S) GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIIM NUNES(OAB: 100008/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA QUEIROZ
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0227000-70.1990.5.01.0007

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Procuradora DRA. LUCIANA HOFF
AGRAVADO(S) ADEVALDO DOS SANTOS
Advogado DR. RODRIGO LOPES MAGALHÃES(OAB: 96669/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEVALDO DOS SANTOS
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

Processo Nº AIRR-0273800-97.2003.5.02.0032

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) SELINUNTE PARTICIPACOES LTDA.
Advogada DRA. FERNANDA MACEDO CHIAVEGATI VIVIANI(OAB: 310015/SP)
AGRAVADO(S) BRICK CONSTRUTORA LTDA.
AGRAVADO(S) CEOS COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA.
AGRAVADO(S) CMZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
AGRAVADO(S) CONSORCIO DR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR
AGRAVADO(S) EXPEDITO PEREIRA
Advogado DR. ANDRÉ RIBEIRO SOARES(OAB: 146677/SP)
Advogado DR. OLÍCIO SABINO MATEUS(OAB: 192803/SP)
AGRAVADO(S) FLOWTEX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
AGRAVADO(S) FRLZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
AGRAVADO(S) MGS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
AGRAVADO(S) PONTE DI FERRO PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogado DR. CRISTIANO FERREIRA GALRÃO(OAB: 184944/SP)
Advogado DR. FLÁVIA MARCANDORO(OAB: 257374/SP)
AGRAVADO(S) SAGE PARTICIPACOES LTDA
AGRAVADO(S) TERMINI S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- BRICK CONSTRUTORA LTDA.
- CEOS COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA.
- CMZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- CONSORCIO DR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR
- EXPEDITO PEREIRA
- FLOWTEX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
- FRLZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
- MGS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
- PONTE DI FERRO PARTICIPAÇÕES LTDA.
- SAGE PARTICIPACOES LTDA
- SELINUNTE PARTICIPACOES LTDA.
- TERMINI S.A.

Processo Nº AIRR-1000232-92.2021.5.02.0255

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) CL2-OBRS E MONTAGENS INDUSTRIAIS - EIRELI
Advogado DR. WILLIAM SIDNEY SULEIBE(OAB: 166636/SP)
Advogado DR. ANTÔNIO CELSO SOARES SAMPAIO(OAB: 132849/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA
Advogado DR. WILLIAM SIDNEY SULEIBE(OAB: 166636/SP)
Advogado DR. ANTÔNIO CELSO SOARES SAMPAIO(OAB: 132849/SP)
AGRAVADO(S) ARAO DE ALMEIDA ARAUJO
Advogado DR. MARIO ANTONIO DE SOUZA(OAB: 131032/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARAO DE ALMEIDA ARAUJO
- CL2-OBRS E MONTAGENS INDUSTRIAIS - EIRELI
- HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA

Processo Nº AIRR-1000263-13.2021.5.02.0482

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) DENILSON DOS SANTOS
Advogado DR. FÁBIO BORGES BLAS RODRIGUES(OAB: 153037/SP)
Advogado DR. JOSÉ ROBERTO LIMA DE ASSUMPCÃO JÚNIOR(OAB: 137551/SP)
Advogado DR. DEMIS RICARDO GUEDES DE MOURA(OAB: 148671/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procuradora DRA. MAGALI VENTILII MARQUES
AGRAVADO(S) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - CODESAVI
Advogado DR. MARIA CAROLINA FERNANDES PEREIRA LISBOA(OAB: 336520/SP)
Advogada DRA. AMANDA SERRA CARVALHO AFONSO BARBOSA(OAB: 242727/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - CODESAVI
- DENILSON DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº AIRR-1000281-36.2022.5.02.0373

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. FÁBIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)
AGRAVADO(S) IVANLEI REIS DE ALMEIDA
Advogado DR. JOSÉ LUIZ MOLARI(OAB: 293423/SP)
AGRAVADO(S) ROBDAY TRANSPORTES LTDA. - ME E OUTRA
Advogado DR. DOUGLAS ALVES DOS SANTOS(OAB: 354015/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVANLEI REIS DE ALMEIDA
- ROBDAY TRANSPORTES LTDA. - ME E OUTRA
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº AIRR-1000340-44.2022.5.02.0431

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogada DRA. EVELIZE REGINA MENDES DE SOUZA(OAB: 205748/SP)
AGRAVADO(S) ROBSON FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogado DR. OTAVIO ORSI TUENA(OAB: 342339/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- ROBSON FERNANDES DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-1000416-14.2019.5.02.0386

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) DIÁRIO DE SÃO PAULO COMUNICAÇÕES LTDA.
Procurador DR. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL

Advogado DR. BRUNA MAIA LEDO(OAB: 309431/SP)
AGRAVADO(S) EDITORA FONTANA LTDA
Procurador DR. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL
Advogado DR. BRUNA MAIA LEDO(OAB: 309431/SP)
AGRAVADO(S) FRANCISCO VALDIR BARBOSA DA SILVA
Advogado DR. JOSE ROBERTO DE SOUZA MACIEL(OAB: 99602/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIÁRIO DE SÃO PAULO COMUNICAÇÕES LTDA.
- EDITORA FONTANA LTDA
- FRANCISCO VALDIR BARBOSA DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000434-65.2021.5.02.0709

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
Procurador DR. FÁBIO FERNANDO JACOB
AGRAVADO(S) VERA LUCIA NASCIMENTO BERNARDINO
Advogado DR. DANIEL FRANCO PEDREIRA(OAB: 266927/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- VERA LUCIA NASCIMENTO BERNARDINO

Processo Nº AIRR-1000554-02.2019.5.02.0088

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador DR. NAZÁRIO CLEODON DE MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) JOAO FERNANDES DE PAULA
Advogado DR. RAUL ANTUNES SOARES FERREIRA(OAB: 101399/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- JOAO FERNANDES DE PAULA

Processo Nº AIRR-1000668-52.2018.5.02.0030

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) SOCIEDADE BENEFICIENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SIRIO LIBANES
Advogado DR. FÁBIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)
Advogado DR. HERALDO JUBILUT JÚNIOR(OAB: 23812/SP)
AGRAVADO(S) PALOMA TAINA SOUSA ROCHA
Advogado DR. ALEXANDRE GOMES DA SILVA(OAB: 335899/SP)
AGRAVADO(S) QUARTZ SERVICOS GERAIS LTDA
Advogado DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PALOMA TAINA SOUSA ROCHA
- QUARTZ SERVICOS GERAIS LTDA
- SOCIEDADE BENEFICIENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SIRIO LIBANES

Processo Nº AIRR-1000759-67.2021.5.02.0021

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, Pousadas, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMBLHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP
Advogado DR. RENATA DANTAS DE JESUS(OAB: 274390/SP)
Advogada DRA. NATHALIA LÉ PEREIRA RIBEIRO(OAB: 444674/SP)
Advogado DR. LAIS SANTANA(OAB: 445861/SP)
AGRAVADO(S) CAMPO OITO LANCHONETE LTDA - ME
Advogado DR. MICHEL PINTO DA SILVA(OAB: 447321/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMPO OITO LANCHONETE LTDA - ME
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, Pousadas, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMBLHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP

Processo Nº AIRR-1000854-72.2021.5.02.0482

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador DR. PAULO FERNANDO ALVES JUSTO
Procuradora DRA. MAGALI VENTILII MARQUES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)
AGRAVADO(S) VALDENICE ALVES DA SILVA
Advogado DR. VITOR RODRIGUES MARQUES(OAB: 248382/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
- VALDENICE ALVES DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000894-57.2021.5.02.0481

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - CODESAVI
Advogado DR. AMANDA SERRA C. A. BARBOSA(OAB: 242727/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador DR. PAULO FERNANDO ALVES JUSTO
AGRAVADO(S) RENILDA VENANCIO LOPES FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. CLEIA LEILA BATISTA(OAB: 269611/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - CODESAVI
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

- RENILDA VENANCIO LOPES FERREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000914-45.2021.5.02.0482

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procuradora DRA. MAGALI VENTILII MARQUES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)
AGRAVADO(S) JANIRA JORGE RODRIGUES
Advogada DRA. VIVIAN LOPES DE MELLO(OAB: 303830/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANIRA JORGE RODRIGUES
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Processo Nº AIRR-1001001-98.2021.5.02.0482

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procuradora DRA. MAGALI VENTILII MARQUES
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)
AGRAVADO(S) LUCIMAR MACEDO LEONARDO CID SANMAMED
Advogada DRA. VIVIAN LOPES DE MELLO(OAB: 303830/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIMAR MACEDO LEONARDO CID SANMAMED
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Processo Nº AIRR-1001185-57.2021.5.02.0481

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador DR. PAULO FERNANDO ALVES JUSTO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE
Advogado DR. DJANAINA KOZIKOSKI FAILLA(OAB: 203492/SP)
Advogado DR. JAIME DA COSTA(OAB: 113484/SP)
AGRAVADO(S) THALITA GOMES FERNANDES
Advogado DR. VITOR RODRIGUES MARQUES(OAB: 248382/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- THALITA GOMES FERNANDES
- UNIAO PELA BENEFICENCIA COMUNITARIA E SAUDE

Processo Nº AIRR-1001235-69.2020.5.02.0012

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora DRA. RAQUEL EDLAINE PRATES
AGRAVADO(S) JOSEFA CLEIDILENE GOMES RODRIGUES

Advogado DR. EDMILSON JORGE SOARES DA SILVA(OAB: 314322/SP)
Advogado DR. OTAVIO ORSI TUENA(OAB: 342339/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- JOSEFA CLEIDILENE GOMES RODRIGUES

Processo Nº AIRR-1001243-83.2017.5.02.0066

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado DR. FABIANA GUIMARAES DE PAIVA(OAB: 201213/SP)
Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)
Advogado DR. CLÉBER PINHEIRO(OAB: 94092/SP)
AGRAVADO(S) DAYANE CRISTINA MORATA FERNANDES
Advogado DR. JOÃO PAULO NUNES DE ANDRADE(OAB: 239624/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- DAYANE CRISTINA MORATA FERNANDES

Processo Nº AIRR-1001401-82.2017.5.02.0020

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) MARCOS ALVES DE ALMEIDA
Advogado DR. JOAQUIM OCÍLIO BUENO DE OLIVEIRA(OAB: 121229/SP)
AGRAVADO(S) ANDERSON JESUS DOS SANTOS
Advogado DR. ROBSON EDUARDO ANDRADE RIOS(OAB: 86361/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON JESUS DOS SANTOS
- MARCOS ALVES DE ALMEIDA

Processo Nº AIRR-1001836-35.2017.5.02.0706

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)
AGRAVADO(S) FRANCISCO ICARO NOGUEIRA PEREIRA
Advogado DR. ROGÉRIO MAZZA TROISE(OAB: 188199/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FRANCISCO ICARO NOGUEIRA PEREIRA

Processo Nº AIRR-1002211-02.2019.5.02.0242

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) VERZANI & SANDRINI S.A.
Advogado DR. CLÉBER MAGNOLER(OAB: 181462/SP)
AGRAVADO(S) DANIELA CARDOSO DANTAS
Advogado DR. CHRISTIAN REGIS DA CRUZ(OAB: 271195/SP)

AGRAVADO(S) SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE
Advogada DRA. BORISKA FERREIRA ROCHA(OAB: 162564/SP)
Advogado DR. JOÃO BATISTA PEREIRA NETO(OAB: 285684/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA CARDOSO DANTAS
- SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE
- VERZANI & SANDRINI S.A.

Processo Nº ARR-0000885-03.2014.5.03.0038

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS MELO(OAB: 118263/MG)
Advogada DRA. POLLYANA RESENDE NOGUEIRA DO PINHO(OAB: 120000/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CLARO S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
Advogada DRA. MÁRCIA APARECIDA SODRÉ ROGEL(OAB: 83516/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FERNANDA LUCIA LIMA FURTADO
Advogada DRA. LÍGIA RODRIGUES MARTINS DE OLIVEIRA(OAB: 111425/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- CLARO S.A.
- FERNANDA LUCIA LIMA FURTADO

Processo Nº ARR-0012764-63.2017.5.15.0136

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARIA CRISTINA RODRIGUES DE SOUSA
Advogada DRA. TAMIRIS GONÇALVES FAUSTO(OAB: 322907/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA
Advogado DR. VALTER TADEU CAMARGO DE CASTRO(OAB: 83082/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA CRISTINA RODRIGUES DE SOUSA
- MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA

Processo Nº ARR-1000374-07.2018.5.02.0254

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) ADRIANA DE OLIVEIRA
Advogada DRA. IVY FERNANDA C. TOBIAS(OAB: 312123/SP)
AGRAVANTE(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO
Procurador DR. MAURICIO CRAMER ESTEVES
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE REVOLUÇÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE REVOLUÇÃO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000009-84.2015.5.06.0020

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
ADMINISTRADOR JUDICIAL CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
Advogado DR. LUÍS CLÁUDIO MONTORO MENDES(OAB: 150485/SP)
EMBARGANTE LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
EMBARGADO(A) ARIANE ALVES DA SILVEIRA
Advogado DR. RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALÁBRIA(OAB: 21804/PE)
EMBARGADO(A) HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIANE ALVES DA SILVEIRA
- CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA.
- HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A.
- LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ED-AIRR-0000152-34.2021.5.11.0017

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE ESTADO DO AMAZONAS
Procurador DR. LUIS CARLOS DE PAULA E SOUSA
Procurador DR. FABIANO BURIOL
EMBARGADO(A) GILMAR JUNHO SOUZA DE ALMEIDA
Advogado DR. FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS(OAB: 1960/AM)
Advogado DR. KAIKE DE SOUZA NASCIMENTO(OAB: 15649/AM)
EMBARGADO(A) INVICTA COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA - ME
Advogado DR. KAUI SEIXAS MENDES(OAB: 13244/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- GILMAR JUNHO SOUZA DE ALMEIDA
- INVICTA COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA - ME

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000235-38.2019.5.06.0412

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
Advogado DR. LEONARDO JOSÉ MONTEIRO DE MACEDO(OAB: 14783/PB)
Advogado DR. JOÃO BATISTA SOUSA JÚNIOR(OAB: 1025/PE)
EMBARGADO(A) MARCONE LOPES DOS SANTOS
Advogado DR. SAMUEL DE JESUS BARBOSA(OAB: 25851/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
- MARCONE LOPES DOS SANTOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000458-19.2016.5.12.0027

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE MD REPRESENTACAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI
Advogada DRA. NORMA MARIA DE SOUZA FERNANDES MARTINS(OAB: 8890/SC)
EMBARGADO(A) MANOEL RENATO FAGUNDES
Advogado DR. FÁBIO COSTA LUIZ(OAB: 25269/SC)
Advogada DRA. MARGARETE MARTINS EUFRÁZIO(OAB: 29599/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL RENATO FAGUNDES
- MD REPRESENTACAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI

Processo Nº ED-AIRR-0000604-84.2015.5.11.0201

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE AMAZONAS ENERGIA S.A.
Advogada DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231/AM)
EMBARGADO(A) OSMARIO MACENO DA COSTA
Advogado DR. MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA(OAB: 7552/AM)
Advogado DR. MARIO JORGE SOUZA DA SILVA(OAB: 2159/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- OSMARIO MACENO DA COSTA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001007-69.2013.5.07.0028

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE ESTADO DO CEARÁ
Procurador DR. RIZOMAR NUNES PEREIRA
Procurador DR. FILIPE SILVEIRA AGUIAR
EMBARGADO(A) JACIMARA FERREIRA BARROS VIEIRA
Advogado DR. ARTUR LIVÔNIO TAVARES DE SAMPAIO(OAB: 21405/CE)
Advogado DR. MARCEL TAVARES SAMPAIO(OAB: 18745/CE)
EMBARGADO(A) SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO CEARÁ
- JACIMARA FERREIRA BARROS VIEIRA
- SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001059-83.2016.5.06.0191

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE SALGADO AGROPECUARIA SA
Advogado DR. BRUNO MOURY FERNANDES(OAB: 18373/PE)
Advogado DR. SAULO LUSTOSA BARROS BEZERRA(OAB: 26645/PE)
EMBARGADO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador DR. WALDIR DE ANDRADE BITU FILHO

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- SALGADO AGROPECUARIA SA

Processo Nº ED-RRAg-0001131-52.2018.5.10.0009

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE BRASILIA
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
EMBARGADO(A) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARLON RODRIGUES BARROSO(OAB: 7236/DF)
Advogado DR. RAFAEL LEANDRO VIRMOND PERDIGÃO NOGUEIRA(OAB: 19339/DF)
Advogada DRA. MÔNICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 658/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE BRASILIA

Processo Nº ED-RR-0001203-03.2018.5.10.0021

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE BRASILIA
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
EMBARGADO(A) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. RAFAEL LEANDRO VIRMOND PERDIGÃO NOGUEIRA(OAB: 19339/DF)
Advogada DRA. MÔNICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 658/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE BRASILIA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010992-25.2017.5.15.0117

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
Advogado DR. WANDERLEY MATHEUS GARCIA(OAB: 323159/SP)
EMBARGADO(A) GIOVANNA BARATELLE GUEDES
Advogado DR. FERNANDO ATTÍE FRANÇA(OAB: 187959/SP)
Advogado DR. GUSTAVO ARAN BERNABÉ(OAB: 263416/SP)
Advogada DRA. LUCIENE SERIBELLI PANICE(OAB: 327107/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GIOVANNA BARATELLE GUEDES
- MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

Processo Nº ED-Ag-RR-0011569-50.2017.5.15.0069

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE ENSEG SERVIÇOS PRÉ-HOSPITALARES LTDA.
Advogado DR. DANIEL FERNANDES MARQUES(OAB: 194380/SP)
Advogado DR. BENTO MARQUES PRAZERES(OAB: 221157/SP)
EMBARGADO(A) CRYSTIAN DA CUNHA RIBAS
Advogado DR. CELIO ROBERTO CORREA(OAB: 62833/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRYSTIAN DA CUNHA RIBAS
- ENSEG SERVIÇOS PRÉ-HOSPITALARES LTDA.

Processo Nº ED-RR-0011653-16.2018.5.15.0037

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE ANGELITA CRISTINA CASAGRANDE
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO BOSCHESI DE FREITAS(OAB: 312393/SP)
EMBARGADO(A) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
EMBARGADO(A) SS SANEAMENTO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELITA CRISTINA CASAGRANDE
- ESTADO DE SÃO PAULO
- SS SANEAMENTO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0069600-65.2008.5.19.0005

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE J.V.A.O.
Advogado DR. SANDRO LUIZ SORDI DIAS(OAB: 185379/SP)
EMBARGADO(A) V.A.S.
Advogado DR. CLISTHENES BARBOSA DA SILVA(OAB: 4820/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- J.V.A.O.
- V.A.S.

Processo Nº ED-Ag-RR-1000220-30.2019.5.02.0035

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE JANE FERNANDES DA SILVA MORUCCI
Advogado DR. JEFFERSON LEONARDO ALVES NOBILE DE GERARD RECHILLING E BLASMOND(OAB: 315314/SP)
Advogada DRA. ANA CAROLINE FARIAS GOMES(OAB: 61702/DF)
Advogado DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384/DF)
EMBARGADO(A) COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado DR. NELSON MARQUES DO VAL FILHO(OAB: 177150/SP)
Advogada DRA. ALICE SIQUEIRA PEU MONTANS DE SÁ(OAB: 268364/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- JANE FERNANDES DA SILVA MORUCCI

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000457-76.2019.5.02.0031

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado DR. MARCELO HIROYUKI SATO(OAB: 211348/SP)
Advogada DRA. ALICE SIQUEIRA PEU MONTANS DE SÁ(OAB: 268364/SP)
Advogado DR. JOAO BATISTA PINHEIRO JUNIOR(OAB: 249155/SP)
EMBARGADO(A) JÚLIO RODRIGUES MACEDO REZENDE

Advogado DR. JEFFERSON LEONARDO ALVES
NOBILE DE GERARD RECHILLING E
BLASMOND(OAB: 315314/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- JÚLIO RODRIGUES MACEDO REZENDE

Processo Nº ED-Ag-RR-1001259-15.2019.5.02.0471

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE LENIR ANTONIA DE JESUS OLIVEIRA
Advogado DR. CLÓVIS MÁRCIO DE AZEVEDO
SILVA(OAB: 65284/SP)
EMBARGADO(A) JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA
DUENAS(OAB: 99584/SP)
EMBARGADO(A) MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO
SUL
Procuradora DRA. MARIA CECÍLIA DA COSTA

Intimado(s)/Citado(s):

- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
- LENIR ANTONIA DE JESUS OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

Processo Nº ED-RR-1001407-68.2017.5.02.0609

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
EMBARGANTE WILSON DAVID DOS ANJOS
Advogado DR. ROBSON EDUARDO ANDRADE
RIOS(OAB: 86361/SP)
Advogado DR. SÉRGIO RICARDO PORTO(OAB:
270961/SP)
EMBARGADO(A) CAN COMÉRCIO ATACADISTA DE
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
EMBARGADO(A) COMERCIAL HZ DE ALIMENTOS
LTDA.
EMBARGADO(A) COMERCIAL QZ DE ALIMENTOS
LTDA
EMBARGADO(A) COMERCIAL ZHQ DE ALIMENTOS
LTDA.
EMBARGADO(A) HQ MERCANTIL DE ALIMENTOS
LTDA
EMBARGADO(A) HQZ COMERCIO DE ALIMENTOS
LTDA.
EMBARGADO(A) LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA
RENNO
EMBARGADO(A) MATHEUS TONIN DUARTE
EMBARGADO(A) MERCANTIL DE ALIMENTOS QHZ
LTDA
EMBARGADO(A) MERCANTIL DE ALIMENTOS ZQ
LTDA.
EMBARGADO(A) NTM COMERCIO E SERVICOS LTDA.
EMBARGADO(A) QH COMERCIO DE ALIMENTOS
LTDA.
EMBARGADO(A) QZH COMERCIO DE ALIMENTOS
LTDA
EMBARGADO(A) ZQH COMERCIO DE ALIMENTOS
LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
- COMERCIAL HZ DE ALIMENTOS LTDA.
- COMERCIAL QZ DE ALIMENTOS LTDA
- COMERCIAL ZHQ DE ALIMENTOS LTDA.
- HQ MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA
- HQZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

- LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA RENNO
- MATHEUS TONIN DUARTE
- MERCANTIL DE ALIMENTOS QHZ LTDA
- MERCANTIL DE ALIMENTOS ZQ LTDA.
- NTM COMERCIO E SERVICOS LTDA.
- QH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
- QZH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- WILSON DAVID DOS ANJOS
- ZQH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Processo Nº RR-0000037-73.2021.5.05.0342

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. OSMAN BAGDÊDE
Procurador DR. RONALDO NUNES FERREIRA
RECORRIDO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À
MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE
CASTRO ALVES
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA
SOBRINHO(OAB: 28491/BA)
Advogado DR. MARCIO TEIXEIRA
BARRETTO(OAB: 31319/BA)
Advogada DRA. MARÍLIA SOUZA
BARBOSA(OAB: 53756/BA)
RECORRIDO(S) MANUELLA MIRELA SENA SOUZA
Advogada DRA. LUDIMILA COELHO
LOIOLA(OAB: 27713/BA)
Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA
SOARES(OAB: 27621/BA)
Advogado DR. CARLA EMANUELY CARDOSO
DANTAS(OAB: 51100/BA)
Advogado DR. JOAO GILBERTO SILVA
BANDEIRA(OAB: 55963/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
- ESTADO DA BAHIA
- MANUELLA MIRELA SENA SOUZA

Processo Nº RR-0000259-40.2020.5.14.0402

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DO ACRE
Procurador DR. DANIEL GURGEL LINARD
Procurador DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
RECORRIDO(S) COOPERATIVA DOS
TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM
SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
RECORRIDO(S) DUCELI DO NASCIMENTO DE
SOUZA
Advogada DRA. KRYRNA MARCELA RAMIREZ
FERREIRA(OAB: 4773/AC)
Advogada DRA. ANNE GRAYCE DE OLIVEIRA
SILVA PAIVA(OAB: 5417/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- DUCELI DO NASCIMENTO DE SOUZA
- ESTADO DO ACRE

Processo Nº RR-0000288-31.2019.5.05.0029

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE SALVADOR
Procuradora DRA. CAMILA LEMOS AZI PESSOA
RECORRIDO(S) PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO
BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E HOSPITALAR

Advogada DRA. LAÍS MARCHETTI
ZAPAROLLI(OAB: 367715/SP)
Advogado DR. YURI CAETANO DE
VASCONCELOS(OAB: 356596/SP)
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO
FOJO(OAB: 155577/SP)
Advogado DR. RODRIGO MONTEIRO DE
SOUZA(OAB: 260487/SP)
Advogado DR. REINALDO ANTÔNIO DE
ARAÚJO MIRANDA(OAB: 323748/SP)
Advogado DR. INGRID SANTOS
CARDOZO(OAB: 407269/SP)
RECORRIDO(S) REJANE FERREIRA DOS SANTOS
Advogado DR. PALOMA COSTA PERUNA(OAB:
18681/BA)
Advogado DR. MARCO ANTONIO BORGES DE
BARROS(OAB: 20530/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SALVADOR
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- REJANE FERREIRA DOS SANTOS

Processo Nº RR-0000337-35.2021.5.05.0342

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. OSMAN BAGDÊDE
Procurador DR. MARCO AURÉLIO DE CASTRO
JÚNIOR
RECORRIDO(S) ARIVALDO ALVES PEREIRA
Advogada DRA. LUDIMILA COELHO
LOIOLA(OAB: 27713/BA)
Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA
SOARES(OAB: 27621/BA)
Advogado DR. JOAO GILBERTO SILVA
BANDEIRA(OAB: 55963/BA)
RECORRIDO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À
MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE
CASTRO ALVES
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA
SOBRINHO(OAB: 28491/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIVALDO ALVES PEREIRA
- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
- ESTADO DA BAHIA

Processo Nº RR-0000381-15.2014.5.04.0702

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA - UFSM
Procurador DR. JULIANO DE ANGELIS
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO DE APOIO À
TECNOLOGIA E CIÊNCIA - FATEC
Advogado DR. HILTON BRUST(OAB: 51922/RS)
RECORRIDO(S) GLADIS FERLA BAIERLE
Advogado DR. ALEXANDRE JAENISCH
MARTINI(OAB: 51403/RS)
Advogado DR. WAGNER AUGUSTO
HUNDERTMARCK POMPEO(OAB:
79122/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA E CIÊNCIA - FATEC
- GLADIS FERLA BAIERLE
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

Processo Nº RR-0000433-27.2020.5.09.0325

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) INSTITUTO CHICO MENDES DE
CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE - ICMBIO
Procurador DR. RICARDO RUI NOGUEIRA
BENAMOR
RECORRIDO(S) CRISTIANO DA COSTA PASSADOR
Advogado DR. MAYKON JOSÉ GIACOMELLI
FERREIRA(OAB: 57434/PR)
Advogado DR. MATHEUS PADILHA
CORREA(OAB: 102355/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANO DA COSTA PASSADOR
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

Processo Nº RR-0000545-41.2021.5.13.0004

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DA PARAÍBA
Procuradora DRA. ANÁLIA ARAÚJO DE MELO
MAIA
RECORRIDO(S) GIRLENE FERNANDES DE LUCENA
Advogado DR. ESTEVAM MARTINS DA COSTA
NETTO(OAB: 13461/PB)
RECORRIDO(S) INSTITUTO GERIR
Advogado DR. ANTONIO RICARDO
MOREIRA(OAB: 27647/GO)
Advogado DR. RODRIGO QUEIROZ
FERNANDES(OAB: 36968/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA PARAÍBA
- GIRLENE FERNANDES DE LUCENA
- INSTITUTO GERIR

Processo Nº RR-0000795-26.2020.5.23.0006

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO
Procuradora DRA. LUCIANA DIAS DE ALMEIDA
NÓBREGA
RECORRIDO(S) CIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS
LTDA.
RECORRIDO(S) GENILDO ROBERTINO REGIS
Advogado DR. ANTÔNIO JOÃO DOS
SANTOS(OAB: 10408/MT)
Advogado DR. ANTONIO JOÃO DOS SANTOS
JÚNIOR(OAB: 15950/MT)
RECORRIDO(S) MJB INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE
CONCRETO LTDA. - EPP
RECORRIDO(S) MJB LOCADORA DE VEÍCULOS
LTDA. - EPP
RECORRIDO(S) MJB VIGILÂNCIA E SEGURANÇA
LTDA. E OUTRO
Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO GASPARELO
JÚNIOR(OAB: 7191-O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS LTDA.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
- GENILDO ROBERTINO REGIS
- MJB INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. - EPP
- MJB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. - EPP
- MJB VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. E OUTRO

Processo Nº RR-0010143-93.2021.5.15.0123

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO
Procuradora DRA. TELMA APARECIDA ROSTELATO
RECORRIDO(S) BRUNO AUGUSTO FERNANDES MOREIRA
Advogada DRA. CAMILA MARIA GEROTTO CORDEIRO DE MIRANDA(OAB: 347982/SP)
RECORRIDO(S) CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO BONITO
Advogado DR. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 260164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO AUGUSTO FERNANDES MOREIRA
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO BONITO
- MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO

Processo Nº RR-0010410-12.2020.5.15.0055

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
Procuradora DRA. CAMILLA ROCHA LESSA BOMFIM MARQUES
RECORRIDO(S) ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
Advogada DRA. SOLANGE FAZION COSTA DANIEL(OAB: 291628/SP)
RECORRIDO(S) KAREN FERNANDA DOS SANTOS MOTA
Advogado DR. PAULO SIZENANDO DE SOUZA(OAB: 141083/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- KAREN FERNANDA DOS SANTOS MOTA

Processo Nº RR-0010433-64.2021.5.15.0073

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. RENAN OLIVEIRA E RAINHO CUNHA
RECORRIDO(S) LETICIA PEREIRA RIBEIRO
Advogado DR. JOAO ROBERTO VANCETTO FILHO(OAB: 215027/SP)
RECORRIDO(S) SOF CONSERVACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- LETICIA PEREIRA RIBEIRO
- SOF CONSERVACAO LTDA

Processo Nº RR-0010613-31.2015.5.15.0125

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR
Advogado DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUES(OAB: 35707/RJ)
RECORRIDO(S) ACTYON REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDO(S) CALSERT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI

Advogada DRA. CARLA DA ROCHA BERNARDINI MARTINS(OAB: 148074/SP)
RECORRIDO(S) FUZI-TEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI
Advogado DR. MAURICIO SURIANO(OAB: 190293/SP)
RECORRIDO(S) JOSE CARLOS DA SILVA
Advogado DR. JURANDIR ROCHA RIBEIRO(OAB: 143305/SP)
RECORRIDO(S) MITRE ENGENHARIA LTDA.
Advogado DR. FERNANDA PAULA DE PINA ARDUINI(OAB: 252132/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACTYON REPRESENTAÇÕES LTDA.
- CALSERT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI
- ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR
- FUZI-TEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI
- JOSE CARLOS DA SILVA
- MITRE ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº RR-0010777-46.2021.5.15.0008

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogada DRA. ALINE BADURES(OAB: 321722/SP)
Advogada DRA. ANDRÉA NUNES DE PIANNI(OAB: 347261/SP)
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102/SP)
RECORRIDO(S) DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado DR. ODAIR EDUARDO IVASCO(OAB: 312072/SP)
RECORRIDO(S) JOEL PEREIRA DE ALMEIDA
Advogado DR. JOÃO PAULO LOPES RIBEIRO(OAB: 269891/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- JOEL PEREIRA DE ALMEIDA

Processo Nº RR-0010814-21.2020.5.15.0069

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO(S) JOAO BATISTA DE CASTRO NETO
Advogado DR. JOSÉ JOANES PEREIRA JÚNIOR(OAB: 326388/SP)
RECORRIDO(S) REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JOAO BATISTA DE CASTRO NETO
- REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Processo Nº RR-0011254-12.2019.5.15.0082

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado DR. RODOLFO MOTTA SARAIVA(OAB: 300702/SP)

Advogada DRA. ALINE BADURES(OAB: 321722/SP)
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102/SP)
RECORRIDO(S) GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP
RECORRIDO(S) VALDIR MENDONCA FILHO
Advogada DRA. LUCIANA LÍLIAN CALÇAVARA(OAB: 155351/SP)
Advogado DR. CLÁUDIO LÉLIO RIBEIRO DOS ANJOS(OAB: 145207/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP
- VALDIR MENDONCA FILHO

Processo Nº RR-0011300-10.2016.5.15.0016

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procurador DR. RENATA ELOISA DA SILVA HADDAD
RECORRIDO(S) MARIVALDA SANTOS VIANA
Advogado DR. MARCELO ALEXANDRE MENDES OLIVEIRA(OAB: 147129/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIVALDA SANTOS VIANA
- MUNICÍPIO DE SOROCABA

Processo Nº RR-0011663-86.2020.5.15.0038

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogada DRA. ANDRÉA NUNES DE PIANNI(OAB: 347261/SP)
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102/SP)
Advogado DR. VICTOR HUGO PAZINI BALTAZAR HERCULANO DA SILVA(OAB: 420129/SP)
RECORRIDO(S) CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado DR. SÉRGIO DA SILVA TOLEDO(OAB: 223002/SP)
RECORRIDO(S) PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA
Advogada DRA. MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA(OAB: 73776/SP)
Advogado DR. OSCAR RENATO DE OLIVEIRA(OAB: 223157/SP)
Advogado DR. JOSE GERALDO DE OLIVEIRA(OAB: 100547/SP)
Advogado DR. BRUNA MARTINS VICCHINI(OAB: 318914/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA

Processo Nº RR-0011670-10.2020.5.15.0093

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 169709/SP)

RECORRIDO(S) EQUISYSTEM SERVICOS DE REFORMA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA
RECORRIDO(S) JOAO CARLOS CARDOSO COSTA
Advogado DR. EDUARDO MONTEIRO XAVIER(OAB: 256892/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EQUISYSTEM SERVICOS DE REFORMA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA
- FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- JOAO CARLOS CARDOSO COSTA

Processo Nº RR-0016189-62.2020.5.16.0008

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO MARANHÃO
Advogado DR. THIAGO REZENDE ARAGÃO(OAB: 9529/MA)
Advogado DR. MAYARA KESSIA SAMPAIO LOBAO DOS SANTOS(OAB: 17750/MA)
Advogado DR. THIAGO REZENDE ARAGÃO(OAB: 9529/MA)
Advogado DR. MAYARA KESSIA SAMPAIO LOBAO DOS SANTOS(OAB: 17750/MA)
RECORRIDO(S) ROSILENE MEIRELES DA COSTA
Advogado DR. FRANCINOR SILVA LEITE(OAB: 12159/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO MARANHÃO
- ROSILENE MEIRELES DA COSTA

Processo Nº RR-0020214-71.2022.5.04.0012

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogado DR. BENÔNÍ CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)
RECORRIDO(S) JULIA SAMURIO DE SOUZA
Advogado DR. RAFAEL DIAS DO CANTO(OAB: 76095/RS)
RECORRIDO(S) MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE PIENIS(OAB: 81757/RS)
Advogado DR. MAIARA NUNES PEREIRA(OAB: 119861/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- JULIA SAMURIO DE SOUZA
- MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA.

Processo Nº RR-0021173-05.2018.5.04.0005

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Advogada DRA. PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE(OAB: 900002/RS)
RECORRIDO(S) M L CORREA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL EIRELI
Advogado DR. PAULO RENATO CARDOZO(OAB: 112134/RS)
RECORRIDO(S) NARA ROSANGELA LORETO LOPES
Advogado DR. JORGE LUIZ GOMES LONGARAY(OAB: 30405/RS)

Advogado DR. GILCEU RIBAS DE CAMPOS(OAB: 49295/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- M L CORREA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL EIRELI
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- NARA ROSANGELA LORETO LOPES

Processo Nº RR-0100683-96.2020.5.01.0226

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. HENRIQUE BASTOS ROCHA
RECORRIDO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
RECORRIDO(S) LETICIA DE SOUZA SANTOS
Advogado DR. ROGÉRIO LEITE SAMPAIO(OAB: 164013/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- LETICIA DE SOUZA SANTOS

Processo Nº RR-0100888-62.2017.5.01.0281

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procuradora DRA. RENATA GOMES BARRETO COUTINHO
RECORRIDO(S) ATRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIUM NUNES(OAB: 100008/RJ)
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ BORGES SIMÕES SOBRINHO(OAB: 174032/RJ)
RECORRIDO(S) LENON BOMGOSTO CANELLA
Advogado DR. RODRIGO DA SILVA PESSANHA(OAB: 153416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
- LENON BOMGOSTO CANELLA
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Processo Nº RR-1000241-28.2019.5.02.0254

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO(OAB: 183805/SP)
Advogada DRA. MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY(OAB: 127335/SP)
RECORRIDO(S) ANTONIO HILARIO DOS SANTOS E OUTROS
Advogada DRA. MELINA ELIAS VILLANI MACEDO PINHEIRO(OAB: 233374/SP)
RECORRIDO(S) PHD ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO HILARIO DOS SANTOS E OUTROS
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- PHD ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Processo Nº RR-1001152-32.2021.5.02.0040

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

RECORRENTE(S) ESTADO DE SAO PAULO
Procuradora DRA. CAMILLA ROCHA LESSA BOMFIM MARQUES
RECORRIDO(S) JAIRO IVAN CRUZ SILVEIRA
RECORRIDO(S) JOSE MARTINS LEITE
Advogada DRA. ADRIANA DE LOURDES GIUSTI DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 138603/SP)
Advogado DR. JAIR JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 104034/SP)
Advogado DR. SILVIO CESAR MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 137084/SP)
RECORRIDO(S) MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SAO PAULO
- JAIRO IVAN CRUZ SILVEIRA
- JOSE MARTINS LEITE
- MÉRITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Processo Nº RR-1001253-48.2020.5.02.0511

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO(S) INGRID CASTRO DA SILVA
Advogado DR. LUCAS GABRIEL CORREIA SILVA(OAB: 406041/SP)
RECORRIDO(S) ZAMPTEC SERVICOS LTDA
Advogado DR. LEANDRO SANKARI DE CAMARGO ROSA(OAB: 316821/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- INGRID CASTRO DA SILVA
- ZAMPTEC SERVICOS LTDA

Processo Nº RR-1001458-19.2021.5.02.0713

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
RECORRENTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogada DRA. ALINE BADURES(OAB: 321722/SP)
Advogada DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102/SP)
RECORRIDO(S) ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.
RECORRIDO(S) BEATRIZ SILVA PESSOA
Advogado DR. RICARDO FLORENTINO BRITO(OAB: 268500/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTDA.
- BEATRIZ SILVA PESSOA
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

Processo Nº RRAg-0000080-64.2015.5.05.0004

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO BMG S.A.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 52530/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LOURENÇO E LOURENÇO CONSULTORIA E SERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.

Advogado DR. NERIVALDO LIRA ALVES(OAB: 111386/RJ)
AGRAVADO(S) E MARILIA MOTA DE OLIVEIRA
RECORRIDO(S)
Advogado DR. DIOGO OLIMPIO LIBORIO GOMES MARTINS(OAB: 28154/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BMG S.A.
- LOURENÇO E LOURENÇO CONSULTORIA E SERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.
- MARILIA MOTA DE OLIVEIRA

Processo Nº RRAg-0000102-91.2019.5.10.0021

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) DISTRITO FEDERAL
Procurador DR. SEDEUR FERNANDES CORRÊA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) JOSENILDA DE FARIAS TEIXEIRA
Advogada DRA. MARIA LUCIENE TEIXEIRA DA SILVA(OAB: 47608/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
Advogado DR. MARIA ELISANGELA PESSOA VALETINS(OAB: 21442/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRITO FEDERAL
- JOSENILDA DE FARIAS TEIXEIRA
- SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA

Processo Nº RRAg-0000290-64.2021.5.05.0341

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. BRUNO SAMPAIO PERES FAGUNDES
Procurador DR. ADRIANO FERRARI SANTANA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
Advogado DR. HERMES HILARIÃO TEIXEIRA SOBRINHO(OAB: 28491/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LEONILSON OSVALDO DA SILVA
Advogada DRA. LUDIMILA COELHO LOIOLA(OAB: 27713/BA)
Advogada DRA. ANA AUGUSTA LIMA SOARES(OAB: 27621/BA)
Advogado DR. CARLA EMANUELY CARDOSO DANTAS(OAB: 51100/BA)
Advogado DR. JOAO GILBERTO SILVA BANDEIRA(OAB: 55963/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASTRO ALVES
- ESTADO DA BAHIA
- LEONILSON OSVALDO DA SILVA

Processo Nº RRAg-0000518-94.2019.5.05.0022

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) FUNDACAO JOSE SILVEIRA

Advogado DR. HARRISON FERREIRA LEITE(OAB: 17719/BA)
AGRAVADO(S) E TALITA SANTOS SIMAS
RECORRIDO(S)
Advogado DR. ELI FRANCISCO ALVES(OAB: 55371/BA)
Advogado DR. ALEXANDRO MACHADO OLIVEIRA(OAB: 44673/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO JOSE SILVEIRA
- TALITA SANTOS SIMAS

Processo Nº RRAg-0001097-52.2019.5.10.0006

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogado DR. PEDRO ARAÚJO COSTA(OAB: 31411/DF)
Advogado DR. CARLOS EDUARDO DE CAMPOS(OAB: 267325/SP)
Advogado DR. WEMERSON PEREIRA DE ANDRADE(OAB: 118629/MG)
Advogado DR. RENATO DE ALMEIDA GENTIL(OAB: 54205/DF)
Advogado DR. GIANFRANCO BOSCATTO(OAB: 36931/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) RODRIGO OTAVIO SOARES CORREA
Advogado DR. ALEX LUCIANO VALADARES DE ALMEIDA(OAB: 99065/MG)
Advogado DR. FABIULA MARTINS DE JESUS(OAB: 132950/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- RODRIGO OTAVIO SOARES CORREA

Processo Nº RRAg-0011003-71.2017.5.15.0079

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado DR. ANDRÉ DO AMARAL VAN TOL(OAB: 211167/SP)
Advogada DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665/SP)
Advogado DR. MARCIO RODRIGUES(OAB: 250096/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) GATTO & SILVA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) RODRIGO PIENEGONDA LULIO
Advogado DR. MATEUS LEONARDO CONDE(OAB: 235884/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- GATTO & SILVA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP
- RODRIGO PIENEGONDA LULIO

Processo Nº RRAg-0011368-69.2017.5.15.0130

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SERGIO DANIEL DOS SANTOS

Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Advogada DRA. GABRIELA DA COSTA CERVIERI(OAB: 108924/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
- SERGIO DANIEL DOS SANTOS

Processo Nº RRAg-0011663-37.2017.5.15.0153

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. E OUTRO

Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LEANDRO MUNHOZ MARI

Advogado DR. RAMON CAETANO CELESTINO(OAB: 322878/SP)

Advogado DR. ANDREY LEMOS LEONEL(OAB: 321813/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. E OUTRO
- LEANDRO MUNHOZ MARI

Processo Nº RRAg-0011694-81.2017.5.15.0145

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE ITATIBA

Advogado DR. DANIEL RUGERI MOREIRA(OAB: 205585/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA

Advogado DR. EDU MONTEIRO JÚNIOR(OAB: 98688/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) DEBORA CASTANHA PERES

Advogado DR. LUÍS EDUARDO RICCI(OAB: 273613/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
- DEBORA CASTANHA PERES
- MUNICÍPIO DE ITATIBA

Processo Nº RRAg-0020067-42.2018.5.04.0511

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradora DRA. REBECA SANTOS MACHADO

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOCELI DIAS

Advogado DR. VANDERLEI ZORTÉA(OAB: 29727/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MASSA FALIDA de PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI

Advogada DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOCELI DIAS

- MASSA FALIDA de PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI

Processo Nº RRAg-0020699-28.2018.5.04.0104

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) DEBORA SIMONE KILPP

Advogado DR. LEÔNIDAS COLLA(OAB: 31704/RS)

AGRAVANTE(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH

Advogado DR. SERGIO FEITOSA DIAS JÚNIOR(OAB: 90605/RS)

Advogada DRA. JULIANA LIMA FALCÃO RIBEIRO(OAB: 114308/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEBORA SIMONE KILPP
- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH

Processo Nº RRAg-0100026-83.2020.5.01.0282

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.

Advogado DR. ALEXANDRE VIANA SILVA(OAB: 216621/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARCIA REGINA VIEIRA

Advogado DR. THIAGO RIBEIRO RANGEL(OAB: 126255/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.
- MARCIA REGINA VIEIRA

Processo Nº RRAg-0100112-66.2022.5.01.0223

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ADEISA DA SILVA RIBEIRO

Advogado DR. ROGÉRIO LEITE SAMPAIO(OAB: 164013/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INSTITUTO GNOSIS

Advogado DR. LUÍS EDUARDO GUIMARÃES BORGES BARBOSA(OAB: 109033/RJ)

Advogado DR. MARIO HENRIQUE GUIMARAES BITTENCOURT(OAB: 110415/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEISA DA SILVA RIBEIRO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO GNOSIS

Processo Nº RRAg-0100178-40.2020.5.01.0571

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. AMANDA COLCHETE PINTO
AGRAVADO(S) E FÓRMULA SERVIÇOS E
RECORRIDO(S) CONSTRUÇÃO LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE VIANA SILVA(OAB:
216621/RJ)
AGRAVADO(S) E NAYERE DAS NEVES
RECORRIDO(S)
Advogado DR. EDUARDO ANTONIO BATISTA
SILVA(OAB: 219591/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- FÓRMULA SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA.
- NAYERE DAS NEVES

Processo Nº RRAg-0100188-54.2021.5.01.0020

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. ANNA CAROLINA MIGUEIS
PEREIRA
AGRAVADO(S) E GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA
RECORRIDO(S) E SERVIÇOS LTDA.
Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA
CUIM NUNES(OAB: 100008/RJ)
AGRAVADO(S) E NATHALIA DA SILVEIRA NUNES
RECORRIDO(S)
Advogada DRA. EDNA QUEIROZ DE BRITTO
MACHADO(OAB: 83344/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
- NATHALIA DA SILVEIRA NUNES

Processo Nº RRAg-0100194-68.2020.5.01.0029

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE(S)
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA
SILVA
AGRAVADO(S) E KAREN EBREZ KLIGERMAN
RECORRIDO(S)
Advogado DR. DANIEL DE ALMEIDA
MARTINS(OAB: 120814/RJ)
AGRAVADO(S) E VIVA RIO
RECORRIDO(S)
Advogada DRA. PAULINE DE ARAÚJO
GUIMARÃES(OAB: 172009/RJ)
Advogado DR. DANIEL MARTINS CARVALHO
LABANCA(OAB: 166054/RJ)
Advogado DR. MARIANA LIMA MORAES(OAB:
159737/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAREN EBREZ KLIGERMAN
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VIVA RIO

Processo Nº RRAg-0100263-88.2021.5.01.0054

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E INSTITUTO ESTADUAL DO
RECORRENTE(S) AMBIENTE - INEA
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF
AGRAVADO(S) E MARIA DAS DORES DOMINGOS DA
RECORRIDO(S) SILVA MOREIRA
Advogada DRA. MARINA LONDRES
WARWAR(OAB: 94894/RJ)

Advogado DR. GILDA MARIA NUNES DA SILVA
DE POLI(OAB: 141930/RJ)
AGRAVADO(S) E RIO DE JANEIRO SERVICOS E
RECORRIDO(S) COMERCIO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
- MARIA DAS DORES DOMINGOS DA SILVA MOREIRA
- RIO DE JANEIRO SERVICOS E COMERCIO LTDA

Processo Nº RRAg-0100517-75.2018.5.01.0051

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procurador DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA
AGRAVADO(S) E CICILYA AMARAL SILVA
RECORRIDO(S)
Advogado DR. CÉSAR DA SILVA
PEREIRA(OAB: 183278/RJ)
AGRAVADO(S) E TELCO DO BRASIL CALL CENTER
RECORRIDO(S) LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CICILYA AMARAL SILVA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- TELCO DO BRASIL CALL CENTER LTDA.

Processo Nº RRAg-0100544-36.2019.5.01.0047

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE(S)
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA
SILVA
AGRAVADO(S) E LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS
RECORRIDO(S) EIRELI
AGRAVADO(S) E MARILENE SILVA DE ASSIS
RECORRIDO(S)
Advogada DRA. SIMONE BATISTA REGIS(OAB:
134150/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MARILENE SILVA DE ASSIS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100548-78.2020.5.01.0034

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE(S)
Procuradora DRA. TATIANA PEREIRA MORAES
LEITE
AGRAVADO(S) E AGILE CORP SERVIÇOS
RECORRIDO(S) ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO
DIAS(OAB: 92784/RJ)
Advogado DR. CLAUDIO COELHO REGO(OAB:
99183/RJ)
AGRAVADO(S) E MARIA APARECIDA FRANCISCA
RECORRIDO(S) PAES SALES
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS MEDRADO
DOS SANTOS(OAB: 177919/RJ)
Advogado DR. DILCINEA BOLCHAT
MARQUES(OAB: 105821/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- MARIA APARECIDA FRANCISCA PAES SALES

Processo Nº RRAg-0100567-14.2020.5.01.0025

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ENILSON FERREIRA BARBOSA
Advogado DR. VALDO BRETAS VALADÃO(OAB: 68914/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) L G DA SILVA SERVICOS COMBINADOS
Advogado DR. LEANDRO FERREIRA(OAB: 157707/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENILSON FERREIRA BARBOSA
- L G DA SILVA SERVICOS COMBINADOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100571-72.2020.5.01.0018

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CARMEM DOS REIS GUIMARAES
Advogado DR. MAURO ANTÔNIO DA SILVA(OAB: 147473/RJ)
Advogado DR. FELIPE LUCIANO ALVES(OAB: 146696/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) L G DA SILVA SERVICOS COMBINADOS
Advogada DRA. EVA AZEREDO GUEDES ROSA DA SILVA(OAB: 115979/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARMEM DOS REIS GUIMARAES
- L G DA SILVA SERVICOS COMBINADOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100585-91.2019.5.01.0244

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. PAULA BAHIANSE DE ALBUQUERQUE E SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) RIVALDO ALMEIDA PAULINO
Advogado DR. DIOGO MELLO DOS SANTOS(OAB: 154845/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- RIVALDO ALMEIDA PAULINO

Processo Nº RRAg-0100586-52.2019.5.01.0058

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)

Advogado DR. LEO RICHARD DARMONT(OAB: 87776/RJ)
Advogado DR. ALBERTO BENOLIEL(OAB: 88741/RJ)
Advogado DR. ELISABETE MOREIRA DA SILVA(OAB: 133876/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- DANILO FRANCISCO PEREIRA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100628-34.2020.5.01.0069

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ANA CARLA FERNANDES WANDERLEY
Advogado DR. ANDERSON ROSA SANTOS(OAB: 132894/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) L G DA SILVA SERVICOS COMBINADOS
Advogado DR. LEANDRO FERREIRA(OAB: 157707/RJ)
Advogado DR. RENAN BELAN(OAB: 172518/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CARLA FERNANDES WANDERLEY
- L G DA SILVA SERVICOS COMBINADOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100655-09.2020.5.01.0201

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado DR. LUÍS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615/RJ)
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JANES DA SILVA MELO
Advogado DR. ALESSANDRO BAPTISTA DE AMORIM(OAB: 105045/RJ)
Advogado DR. JOSÉ RICARDO RAMALHO(OAB: 134032/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- JANES DA SILVA MELO

Processo Nº RRAg-0100676-24.2019.5.01.0070

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. INGRID ANDRADE SARMENTO LEAL

AGRAVANTE(S),
RECORRENTE(S) E
RECORRIDO(A)(S)
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
JOSE ELIZEU RAMOS SAUDE

Advogado DR. SAMIR CHARLES MATTAR(OAB: 134858/RJ)

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
SAVIOR MEDICAL SERVICE LTDA.

Advogado DR. EDUARDO RODRIGUES JUNIOR(OAB: 147208/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JOSE ELIZEU RAMOS SAUDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SAVIOR MEDICAL SERVICE LTDA.

Processo Nº RRAg-0100733-28.2019.5.01.0010

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. RICARDO LEVY SADICOFF

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
SIMONE DA SILVA MENDONCA

Advogado DR. AUGUSTO MÁRCIO PARANHOS DE ABREU(OAB: 156447/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- SIMONE DA SILVA MENDONCA

Processo Nº RRAg-0100798-55.2019.5.01.0064

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S)
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
ADRIANA PEREIRA TEMOTEO

Advogada DRA. ANNA CAROLINA VIEIRA CÔRTEZ(OAB: 165814/RJ)

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA PEREIRA TEMOTEO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100912-71.2019.5.01.0491

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. VERONICA PINHEIRO VIDAL

Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
MAXCYNEE LEONARDO MARTINS

Advogada DRA. VIVIANE GOES DELZI(OAB: 162042/RJ)

Advogado DR. JEFFERSON MOZA DO NASCIMENTO SCARPINI(OAB: 217391/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MAXCYNEE LEONARDO MARTINS

Processo Nº RRAg-0100941-86.2017.5.01.0202

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA

Procurador DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Advogado DR. FRANCINY TÓFFOLI(OAB: 265123/SP)

Advogada DRA. WANESSA PORTUGAL(OAB: 279794/SP)

Advogado DR. ROBERTO RICOMINI PICCELLI(OAB: 310376/SP)

Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

Advogada DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB: 424563/SP)

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
SIDNEY DE CARVALHO SIMOES

Advogada DRA. MARIANA PORTUGAL DIAS FRANCO(OAB: 203182/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- SIDNEY DE CARVALHO SIMOES

Processo Nº RRAg-0100973-23.2020.5.01.0029

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S)
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
ANA PAULA VIEIRA DE LIMA

Advogado DR. KARLA LUIZA CAIANA GOMES DE BRITO SOUZA(OAB: 107862/RJ)

Advogado DR. GUSTAVO EUGENIO DE BRITO SOUZA(OAB: 163823/RJ)

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
ATRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIUM NUNES(OAB: 100008/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA VIEIRA DE LIMA
- ATRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0100982-54.2020.5.01.0491

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. BRUNO FERNANDES DIAS

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)
INSTITUTO DOS LAGOS - RIO

Advogado DR. GIULLIANO HENRIQUE CORRÊA MANHOLER(OAB: 244157/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SHIRLEY PIRES RICCIARDI RODRIGUES LIMA
Advogado DR. FERNANDO DE ANDRADE(OAB: 103716/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DOS LAGOS - RIO
- SHIRLEY PIRES RICCIARDI RODRIGUES LIMA

Processo Nº RRAg-0100989-14.2020.5.01.0049

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PATRICIA ALEXANDRE DUQUE ESTRADA
Advogado DR. THIAGO DOS SANTOS FERREIRA(OAB: 203778/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) VIVA RIO
Advogada DRA. PAULINE DE ARAÚJO GUIMARÃES(OAB: 172009/RJ)
Advogado DR. DANIEL MARTINS CARVALHO LABANCA(OAB: 166054/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- PATRICIA ALEXANDRE DUQUE ESTRADA
- VIVA RIO

Processo Nº RRAg-0100996-78.2017.5.01.0059

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
Procurador DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) DENISE DE FIGUEIRO CORREA
Advogado DR. MARCELO FERNANDES BISPO(OAB: 119042/RJ)
Advogado DR. PAULO RODRIGO DA SILVA MACHADO TAVARES BARRETO(OAB: 211068/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PROL STAFF LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- DENISE DE FIGUEIRO CORREA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº RRAg-0100996-27.2019.5.01.0021

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FABRICIA PESSOA TEIXEIRA
Advogado DR. LEONARDO FILIPE IGREJA SANTANA(OAB: 104006/RJ)

Advogado DR. GILSON GERALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 198729/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) IABAS - INSTITUTO DE ATENCAO BASICA E AVANÇADA A SAUDE
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIA PESSOA TEIXEIRA
- IABAS - INSTITUTO DE ATENCAO BASICA E AVANÇADA A SAUDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0101033-11.2019.5.01.0003

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. FERNANDA TABOADA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado DR. ANA LYGIA ROSA DOS S. SURRAGE RODRIGUES RIBEIRO(OAB: 132868/RJ)
Advogado DR. LUÍS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615/RJ)
Advogado DR. RAFAEL DE SOUZA LACERDA(OAB: 300694/SP)
Advogado DR. THIAGO AUGUSTO SIERRA PAULUCCI(OAB: 300715/SP)
Advogado DR. VIVIANE MARCHESANO FERREIRA(OAB: 160596/RJ)
Advogado DR. MARIANA BUENO DE SOUZA(OAB: 166036/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SIMONE VERDAM DINIZ
Advogado DR. RAFAEL MAMEDE GOMES(OAB: 179216/RJ)
Advogado DR. THIAGO RODRIGUES PEREIRA(OAB: 176685/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SIMONE VERDAM DINIZ

Processo Nº RRAg-0101057-23.2019.5.01.0073

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Advogado DR. MARCIO LUIZ BATISTA FERREIRA(OAB: 172048/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA

Processo Nº RRAg-0101188-02.2019.5.01.0007

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARILENE DE OLIVEIRA SILVA
Advogada DRA. MÁRCIA DENISE AMARAL MOREIRA ALVES(OAB: 85088/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARILENE DE OLIVEIRA SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0101204-33.2019.5.01.0046

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. TATIANA PEREIRA MORAES LEITE
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ARILZA PEREIRA DA SILVA
Advogado DR. BRUNO AZEVEDO FARIAS(OAB: 127705/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PROL STAFF LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ARILZA PEREIRA DA SILVA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº RRAg-0101253-13.2018.5.01.0207

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA
Advogado DR. LUCIANO SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 217674/RJ)
Advogado DR. ANDERSON WILLY SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 217830/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PRÓ SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA
- PRÓ SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº RRAg-0101262-80.2018.5.01.0075

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ALAN DOS SANTOS MATHEUS
Advogado DR. CÉLIO MAIA FERREIRA(OAB: 98480/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN DOS SANTOS MATHEUS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-1000640-44.2018.5.02.0205

Relator MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ANDRE CHINKOVIAKI LEVINSKI
Advogado DR. RODRIGO ANDRÉ DA SILVA(OAB: 188598/SP)
Advogada DRA. LILIAN MARIA PEREIRA MASSARI(OAB: 268805/SP)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094/SP)
Advogado DR. DAWIS PAULINO DA SILVA(OAB: 159926/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE CHINKOVIAKI LEVINSKI
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO

REGINALDO DE OZEDA ALA
Secretário da 8ª Turma

**Secretaria da Oitava Turma
Edital**

EDITAL DE CANCELAMENTO

Para ciência dos advogados, partes e demais interessados, informo o cancelamento do julgamento do processo **Ag-AIRR - 10532-12.2020.5.18.0291** na 21ª Sessão Ordinária, modalidade plenário virtual, com votação no período de 08/08/2023 a 15/08/2023. Fica assim CANCELADA a eficácia da publicação realizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 20/07/2023.

PROCESSO: Ag-AIRR - 10532-12.2020.5.18.0291 (eSIJ)

RELATOR: MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE(S): MINERVA S.A.

ADVOGADO: DR. RAFAEL LARA MARTINS

AGRAVADO(S): BRUNO LENO OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: DR. FABIANO JOSÉ SAAD MANOEL

AGRAVADO(S): L JUNIOR DOS SANTOS COMERCIO DE PLANTAS - ME

Brasília, 25 de julho de 2023.

Reginaldo de Ozêda Ala

Secretário da 8ª Turma

Notificação

Processo Nº AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

Relator SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE CIA. HERING
ADVOGADO JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922/RJ)
AGRAVADO JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA
AGRAVADO ELIAS FERREIRA LEMOS
AGRAVADO ELIANA APARECIDA DE SOUZA

ADVOGADO LEO RESENDE DE OLIVEIRA(OAB:
37574/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA. HERING

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

PROCESSO Nº TST-AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

AGRAVANTE: **CIA. HERING**

ADVOGADO: Dr. JOAO PEDRO EYLER POVOA

AGRAVADA: **ELIANA APARECIDA DE SOUZA**

ADVOGADO: Dr. LEO RESENDE DE OLIVEIRA

AGRAVADA: **JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA**

AGRAVADO: **ELIAS FERREIRA LEMOS**

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA. CONTRATO DE FACÇÃO. VALIDADE**”, “**DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**”, “**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO**” e “**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**”.

SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE”.

Inicialmente, destaca-se que a insurgência quanto à majoração dos honorários advocatícios devidos pela segunda reclamada não será analisada, por se tratar de inovação recursal, na medida em que não suscitada na razões do recurso de revista.

Quanto ao **terceiro tema** (“*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no § 9º do artigo 896 da CLT.

Todavia, a segunda reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a segunda reclamada se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro tema** (“*Responsabilidade Subsidiária. Empresa privada. Contrato de facção. Validade*”), a segunda reclamada sustenta que o contrato mantido entre as reclamadas era de facção, de natureza civil, não havendo o fornecimento de mão-de-obra mediante a intermediação de empresa prestadora de serviços. Afirma que não restou evidenciada a ingerência sobre a atividade da contratada, não havendo provas de que o referido contrato foi desvirtuado. Renova as alegações de divergência jurisprudencial, má-aplicação da Súmula 331, IV, do TST e violação do artigo 5º, II, da Constituição da República. Alega ainda ofensa aos artigos 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

Os destaques realizados na transcrição de fls. 554/562 atendem ao disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Compulsando os autos, verifico que as empresas reclamadas celebraram um Contrato de Facção (ID. f463ad8). Vejamos o objeto contratado, verbis:

(...)

Pois bem.

Ao que se extrai, nessa modalidade de relação jurídica, fica configurada autônoma prestação de serviços e fornecimento de bens por parte da empresa de facção, bem comum na indústria têxtil. Não havendo que se falar, em princípio, em configuração de terceirização.

Percebe-se também que não há estipulação de exclusividade com a 3ª reclamada (Cia. Hering), tampouco era o trabalho desenvolvido em suas dependências.

Entretanto, em virtude do princípio de primazia da realidade, é preciso apurar se houve desvirtuamento desse objeto contratual, com interferência da Cia Hering no trabalho dos empregados do 1º reclamado.

Conforme bem salientado na sentença, *verbis*: 'O preposto da 1ª reclamada, em seu depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 confessou que no período trabalhado pela reclamante, a confecção trabalhou apenas para a 3ª reclamada. O 2º reclamado em depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 afirmou que houve um acordo com a 3ª reclamada, no qual ela efetuou o pagamento dos três primeiros salários dos empregados da 1ª reclamada'.

Ora, perceba quão forte foi a ingerência da Hering no caso em estudo, onde a empresa contratante pagou os três primeiros salários dos empregados do 1º Réu.

Outro fortíssimo elemento a respeito da ingerência da Cia Hering é que ela financiou o estabelecimento para aquisição de máquinas e equipamentos, conforme se depura do ADITAMENTO AO CONTRATO DE FACÇÃO E OUTRAS AVENÇAS Nº 2.05.0849, nos autos em ID. bf576f0. A Cia Hering, além de contratar empresa para a produção em regime de exclusividade, avançou ao ponto de financiar o estabelecimento (adiantamento de R\$48.000,00) para que ele 'promova a expansão e atualização de seu maquinário', mais uma evidência de sua ingerência na produção do estabelecimento contratado'.

De fato, esta Corte tem decidido que o contrato de facção promovido pela Cia Hering é desvirtuado por sua ingerência. Nesse sentido:

(...)

Esse é precisamente o mesmo caso dos autos: a ingerência de Cia Herign sobre o contrato de facção celebrado com E. Ferreira Lemos está caracterizada porque a prova documental produzida por iniciativa da própria recorrente revela: (i) foi vedada a subcontratação de mão de obra pela primeira reclamada, (ii) a Cia Hering fiscalizava o cumprimento das obrigações trabalhistas, (iii) o seguro corre por conta da contratante porque a contratada é inidônea, obviamente.

Mantenho a sentença que reconheceu a responsabilidade subsidiária da Cia Hering ao pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias, o que abrange salários; saldo de salários; aviso prévio indenizado; férias e gratificação natalina proporcionais; FGTS de todo o contrato, mais a indenização de 40%, bem como multas dos artigos 467 e 477 da CLT, na forma da jurisprudência mansa e pacífica trabalhista (súmula 331, VI, TST)." (fls. 487/496 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo somente se viabiliza por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Logo, as alegações de divergência jurisprudencial e violação de preceito de lei infraconstitucional não viabilizam a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.

Igualmente, a alegação de violação do artigo 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição não se presta a impulsionar o recurso de revista, visto configurar inovação recursal.

Ademais, o regional registrou expressamente que o contrato de facção firmado entre as reclamadas foi desvirtuado em face da ingerência da segunda reclamada nas atividades exercidas pela primeira reclamada, estando caracterizada a terceirização da prestação de serviço.

Nesse contexto, a pretensão recursal, fundada em premissas fáticas diversas, esbarra no óbice previsto na Súmula 126 do TST, segundo a qual é incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.

Ante a aplicação do referido óbice processual, mostra-se inviável o exame da controvérsia, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Quanto ao **segundo** tópico ("*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*"), a segunda reclamada sustenta que jamais manteve qualquer vínculo empregatício com a reclamante, não podendo ser responsabilizada por qualquer condenação, principalmente a relativa aos danos morais. Afirma que não há nos autos qualquer prova da existência de prejuízo sofrido pela reclamante, não tendo ela se desincumbido do seu ônus. Renova a alegação de violação dos artigos 5º, II e X, da Constituição da República, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

A transcrição realizada às fls. 586/587 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Consta na sentença, mantida pelo regional por seus próprios fundamentos:

"Conforme tópico anterior, restou reconhecido o não pagamento dos salários dos meses de setembro/2021 a fevereiro/2022.

As parcelas objetos de atraso possuem índole eminentemente alimentar, sendo consideradas indispensáveis tanto para a subsistência da parte reclamante quanto de sua família, sendo certo que a conduta da reclamada causou-lhe inegável intranquilidade emocional.

Nesse sentido, foi o recente julgado do C. TST sobre o tema:

(...)

Desse modo, entendo caracterizado o dano moral e passo à fixação do seu quantum." (fls. 496/498).

Como destacado anteriormente, a arguição de violação a artigo de lei infraconstitucional não se presta ao processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do § 9º do artigo 896 da CLT.

Ainda, o regional registrou expressamente que houve o atraso reiterado no pagamento dos salários da reclamante, por 6 meses. Nesse contexto, não se verifica a violação aos preceitos constitucionais suscitados, pois a decisão está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o atraso reiterado de salários enseja dano moral *in re ipsa*, presumindo-se a lesão a direito da personalidade do trabalhador.

Nesse sentido, o seguinte julgado da Sessão uniformizadora interna:

"(...) II - EMBARGOS. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. DANO MORAL. A mora reiterada no pagamento de salários gera dano moral, classificado como 'in re ipsa', pois presumida a lesão a direito da personalidade do trabalhador, consistente na aptidão de honrar compromissos assumidos e de prover o sustento próprio e da família. No caso, a reclamante experimentou atrasos no pagamento de três salários e das verbas rescisórias. Embargos de que se conhece e a que se dá provimento" (TST-E-ED-RR-77200-52.2008.5.02.0251, **SbDI-1**, Rel. Min. Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT de 14/6/2019 – destaques acrescidos).

Ademais, afastada a existência do contrato de facção, a responsabilidade da segunda reclamada quanto aos danos morais possui espeque na Súmula 331, VI, do TST.

Por fim, quanto ao **quarto** tema ("*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão da exigibilidade*"), a segunda reclamada argumenta que a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais deve ser afastada a partir do momento em que há, na demanda, o reconhecimento de crédito devido à parte autora, pois fica comprovada a inexistência da insuficiência de recursos. Reitera as alegações de violação dos artigos 7º, X, da Constituição da República, 791-A, §§ 2º e 4º, da CLT e 85, § 14, do CPC.

No particular, o Regional decidiu:

"Como visto, a reclamada continua sucumbente e o faz novamente nesta sede recursal.

O reclamante também foi condenado a pagar honorários sucumbenciais aos procuradores dos Réus, fixados em 10% sobre o valor atribuído a pedidos integralmente rejeitados.

Não houve recurso sobre a base de cálculo, apenas sobre a aplicação da condição suspensiva da exigibilidade, por dois anos. Considerando que a parte Autora detém os benefícios da justiça gratuita, verifico que a sentença está em conformidade com a decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 5.76: mesmo sendo beneficiária da justiça gratuita, a parte autora é devedora de honorários de sucumbência, entretanto os valores devidos deverão ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, pelo prazo de dois anos, tendo em vista que o STF decidiu pela inconstitucionalidade de parte do artigo 791-A, § 4º, da CLT.

Avançando, incide o parágrafo 11 do artigo 85 do CPC: 'O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal (...)'.
Entendo que o acréscimo de trabalho nesta instância revisora para fins de majoração da parcela honorária está atrelada ao critério da sucumbência firmada pelo caput do artigo 791-A da CLT.

Assim sendo, entendo necessário operar, de ofício, a majoração dos honorários sucumbenciais devidos pela parte Ré, dos 10% fixados na sentença, para 12%." (fls. 499/500 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu na CLT o artigo 791-A, com a seguinte redação:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Ocorre que, em sessão realizada no dia 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI-5766/DF, tendo constado do voto do redator do acórdão, Ministro Alexandre de Moraes, a seguinte conclusão:

“Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão ‘ainda que beneficiária da justiça gratuita’, constante do caput do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; declarar a inconstitucionalidade da expressão ‘desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa’, constante do § 4º do art. 791-A; para declarar constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017.” (destaque acrescido).

Em seguida, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão, a excelsa Corte complementou:

“Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, há perfeita congruência com o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República (doc. 1, pág. 71-72), assim redigido:

Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para declarar inconstitucionalidade das seguintes normas, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017:

- a) da expressão ‘ainda que beneficiária da justiça gratuita’, do caput, e do § 4º do art. 790-B da CLT;
- b) da expressão ‘desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa’ do § 4º do art. 791-A da CLT;
- c) da expressão ‘ainda que beneficiário da justiça gratuita,’ do § 2º do art. 844 da CLT.” (destaques acrescidos).

Nesse contexto, verifica-se que, em relação ao § 4º do artigo 791-A da CLT, a declaração de inconstitucionalidade alcançou apenas a expressão “desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa”, remanescendo a possibilidade de condenação do beneficiário da Justiça Gratuita ao pagamento de honorários advocatícios, com a previsão de que as obrigações decorrentes da sucumbência “ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de

existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário”.

A propósito, a compreensão de que remanesce tal possibilidade vem sendo, reiteradamente, reconhecida pela jurisprudência desta Corte Superior, sem que se divise vício de inconstitucionalidade do texto legal preservado. A título de ilustração, citam-se julgados nesse sentido: TST-RR-1000045-02.2019.5.02.0402, 1ª Turma, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-11154-89.2018.5.03.0029, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 16/09/2022; TST-RRAg-388-90.2019.5.09.0411, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 30/09/2022; TST-RRAg-1000441-11.2020.5.02.0089, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT de 30/09/2022; TST-Ag-RRAg-11103-10.2020.5.15.0018, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 30/09/2022; TST-AIRR-1000216-77.2020.5.02.0319, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-242-49.2021.5.12.0038, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT de 16/09/2022; TST-RR-20620-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 03/10/2022.

Dessa forma, ante a conformidade do acórdão regional com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, dotada de eficácia erga omnes e efeito vinculante, e com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 333 do TST), mostra-se inviável o processamento do seu recurso de revista, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **não conheço** do presente agravo de instrumento quanto ao tema “*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*”, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal, e, quanto aos temas “*Responsabilidade Subsidiária. Empresa Privada. Contrato De Fecção. Validade*”, “*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*” e “*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão Da Exigibilidade*”, **negotio sequi**, com fundamento no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

Relator

SERGIO PINTO MARTINS

AGRAVANTE CIA. HERING
ADVOGADO JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922/RJ)
AGRAVADO JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA
AGRAVADO ELIAS FERREIRA LEMOS
AGRAVADO ELIANA APARECIDA DE SOUZA
ADVOGADO LEO RESENDE DE OLIVEIRA(OAB: 37574/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA APARECIDA DE SOUZA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

PROCESSO Nº TST-AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

AGRAVANTE: **CIA. HERING**
ADVOGADO: Dr. JOAO PEDRO EYLER POVOA
AGRAVADA: **ELIANA APARECIDA DE SOUZA**
ADVOGADO: Dr. LEO RESENDE DE OLIVEIRA
AGRAVADA: **JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA**
AGRAVADO: **ELIAS FERREIRA LEMOS**

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA. CONTRATO DE FACÇÃO. VALIDADE**”, “**DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**”, “**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO**” e “**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE**”.

Inicialmente, destaca-se que a insurgência quanto à majoração dos honorários advocatícios devidos pela segunda reclamada não será analisada, por se tratar de inovação recursal, na medida em que não suscitada na razões do recurso de revista.

Quanto ao **terceiro tema** (“*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no § 9º do artigo 896 da CLT.

Todavia, a segunda reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a segunda reclamada se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro** tema (“*Responsabilidade Subsidiária. Empresa privada. Contrato de facção. Validade*”), a segunda reclamada sustenta que o contrato mantido entre as reclamadas era de facção, de natureza civil, não havendo o fornecimento de mão-de-obra mediante a intermediação de empresa prestadora de serviços. Afirma que não restou evidenciada a ingerência sobre a atividade da contratada, não havendo provas de que o referido contrato foi desvirtuado. Renova as alegações de divergência jurisprudencial, má-aplicação da Súmula 331, IV, do TST e violação do artigo 5º, II, da Constituição da República. Alega ainda ofensa aos artigos 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

Os destaques realizados na transcrição de fls. 554/562 atendem ao disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Compulsando os autos, verifico que as empresas reclamadas celebraram um Contrato de Facção (ID. f463ad8). Vejamos o objeto contratado, verbis:

(...)

Pois bem.

Ao que se extrai, nessa modalidade de relação jurídica, fica configurada autônoma prestação de serviços e fornecimento de bens por parte da empresa de facção, bem comum na indústria

têxtil. Não havendo que se falar, em princípio, em configuração de terceirização.

Percebe-se também que não há estipulação de exclusividade com a 3ª reclamada (Cia. Hering), tampouco era o trabalho desenvolvido em suas dependências.

Entretanto, em virtude do princípio de primazia da realidade, é preciso apurar se houve desvirtuamento desse objeto contratual, com interferência da Cia Hering no trabalho dos empregados do 1º reclamado.

Conforme bem salientado na sentença, *verbis*: 'O preposto da 1ª reclamada, em seu depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 confessou que no período trabalhado pela reclamante, a confecção trabalhou apenas para a 3ª reclamada. O 2º reclamado em depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 afirmou que houve um acordo com a 3ª reclamada, no qual ela efetuou o pagamento dos três primeiros salários dos empregados da 1ª reclamada'.

Ora, perceba quão forte foi a ingerência da Hering no caso em estudo, onde a empresa contratante pagou os três primeiros salários dos empregados do 1º Réu.

Outro fortíssimo elemento a respeito da ingerência da Cia Hering é que ela financiou o estabelecimento para aquisição de máquinas e equipamentos, conforme se depura do ADITAMENTO AO CONTRATO DE FACÇÃO E OUTRAS AVENÇAS Nº 2.05.0849, nos autos em ID. bf576f0. A Cia Hering, além de contratar empresa para a produção em regime de exclusividade, avançou ao ponto de financiar o estabelecimento (adiantamento de R\$48.000,00) para que ele 'promova a expansão e atualização de seu maquinário', mais uma evidência de sua ingerência na produção do estabelecimento contratado'.

De fato, esta Corte tem decidido que o contrato de facção promovido pela Cia Hering é desvirtuado por sua ingerência. Nesse sentido:

(...)

Esse é precisamente o mesmo caso dos autos: a ingerência de Cia Herign sobre o contrato de facção celebrado com E. Ferreira Lemos está caracterizada porque a prova documental produzida por iniciativa da própria recorrente revela: (i) foi vedada a subcontratação de mão de obra pela primeira reclamada, (ii) a Cia Hering fiscalizava o cumprimento das obrigações trabalhistas, (iii) o seguro corre por conta da contratante porque a contratada é inidônea, obviamente.

Mantenho a sentença que reconheceu a responsabilidade subsidiária da Cia Hering ao pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias, o que abrange salários; saldo de salários; aviso prévio indenizado; férias e gratificação natalina proporcionais; FGTS de

todo o contrato, mais a indenização de 40%, bem como multas dos artigos 467 e 477 da CLT, na forma da jurisprudência mansa e pacífica trabalhista (súmula 331, VI, TST)." (fls. 487/496 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo somente se viabiliza por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Logo, as alegações de divergência jurisprudencial e violação de preceito de lei infraconstitucional não viabilizam a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.

Igualmente, a alegação de violação do artigo 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição não se presta a impulsionar o recurso de revista, visto configurar inovação recursal.

Ademais, o regional registrou expressamente que o contrato de facção firmado entre as reclamadas foi desvirtuado em face da ingerência da segunda reclamada nas atividades exercidas pela primeira reclamada, estando caracterizada a terceirização da prestação de serviço.

Nesse contexto, a pretensão recursal, fundada em premissas fáticas diversas, esbarra no óbice previsto na Súmula 126 do TST, segundo a qual é incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.

Ante a aplicação do referido óbice processual, mostra-se inviável o exame da controvérsia, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Quanto ao **segundo** tópico ("*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*"), a segunda reclamada sustenta que jamais manteve qualquer vínculo empregatício com a reclamante, não podendo ser responsabilizada por qualquer condenação, principalmente a relativa aos danos morais. Afirma que não há nos autos qualquer prova da existência de prejuízo sofrido pela reclamante, não tendo ela se desincumbido do seu ônus. Renova a alegação de violação dos artigos 5º, II e X, da Constituição da República, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

A transcrição realizada às fls. 586/587 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Consta na sentença, mantida pelo regional por seus próprios fundamentos:

"Conforme tópico anterior, restou reconhecido o não pagamento dos salários dos meses de setembro/2021 a fevereiro/2022.

As parcelas objetos de atraso possuem índole eminentemente alimentar, sendo consideradas indispensáveis tanto para a subsistência da parte reclamante quanto de sua família, sendo certo que a conduta da reclamada causou-lhe inegável intranquilidade emocional.

Nesse sentido, foi o recente julgado do C. TST sobre o tema:

(...)

Desse modo, entendo caracterizado o dano moral e passo à fixação do seu quantum." (fls. 496/498).

Como destacado anteriormente, a arguição de violação a artigo de lei infraconstitucional não se presta ao processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do § 9º do artigo 896 da CLT.

Ainda, o regional registrou expressamente que houve o atraso reiterado no pagamento dos salários da reclamante, por 6 meses. Nesse contexto, não se verifica a violação aos preceitos constitucionais suscitados, pois a decisão está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o atraso reiterado de salários enseja dano moral *in re ipsa*, presumindo-se a lesão a direito da personalidade do trabalhador.

Nesse sentido, o seguinte julgado da Sessão uniformizadora interna:

"(...) II - EMBARGOS. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. DANO MORAL. A mora reiterada no pagamento de salários gera dano moral, classificado como 'in re ipsa', pois presumida a lesão a direito da personalidade do trabalhador, consistente na aptidão de honrar compromissos assumidos e de prover o sustento próprio e da família. No caso, a reclamante experimentou atrasos no pagamento de três salários e das verbas rescisórias. Embargos de que se conhece e a que se dá provimento" (TST-E-ED-RR-77200-52.2008.5.02.0251, **SbDI-1**, Rel. Min. Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT de 14/6/2019 – destaques acrescidos).

Ademais, afastada a existência do contrato de facção, a responsabilidade da segunda reclamada quanto aos danos morais possui espeque na Súmula 331, VI, do TST.

Por fim, quanto ao **quarto** tema ("*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão da exigibilidade*"), a segunda reclamada argumenta que a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais deve ser afastada a partir do momento em que há, na demanda, o reconhecimento de crédito devido à parte autora, pois fica comprovada a inexistência da insuficiência de recursos. Reitera as alegações de violação dos artigos 7º, X, da Constituição

da República, 791-A, §§ 2º e 4º, da CLT e 85, § 14, do CPC.

No particular, o Regional decidiu:

"Como visto, a reclamada continua sucumbente e o faz novamente nesta sede recursal.

O reclamante também foi condenado a pagar honorários sucumbenciais aos procuradores dos Réus, fixados em 10% sobre o valor atribuído a pedidos integralmente rejeitados.

Não houve recurso sobre a base de cálculo, apenas sobre a aplicação da condição suspensiva da exigibilidade, por dois anos. Considerando que a parte Autora detém os benefícios da justiça gratuita, verifico que a sentença está em conformidade com a decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 5.76: mesmo sendo beneficiária da justiça gratuita, a parte autora é devedora de honorários de sucumbência, entretanto os valores devidos deverão ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, pelo prazo de dois anos, tendo em vista que o STF decidiu pela inconstitucionalidade de parte do artigo 791-A, § 4º, da CLT.

Avançando, incide o parágrafo 11 do artigo 85 do CPC: 'O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal (...)'.
Entendo que o acréscimo de trabalho nesta instância revisora para fins de majoração da parcela honorária está atrelada ao critério da sucumbência firmada pelo caput do artigo 791-A da CLT.

Assim sendo, entendo necessário operar, de ofício, a majoração dos honorários sucumbenciais devidos pela parte Ré, dos 10% fixados na sentença, para 12%." (fls. 499/500 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu na CLT o artigo 791-A, com a seguinte redação:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente

poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Ocorre que, em sessão realizada no dia 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI-5766/DF, tendo constado do voto do redator do acórdão, Ministro Alexandre de Moraes, a seguinte conclusão:

"Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão 'ainda que beneficiária da justiça gratuita', constante do caput do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; declarar a inconstitucionalidade da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa', constante do § 4º do art. 791-A; para declarar constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017." (destaque acrescido).

Em seguida, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão, a excelsa Corte complementou:

"Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, há perfeita congruência com o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República (doc. 1, pág. 71-72), assim redigido:

Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para declarar inconstitucionalidade das seguintes normas, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017:

- a) da expressão 'ainda que beneficiária da justiça gratuita', do caput, e do § 4º do art. 790-B da CLT;
- b) da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa' do § 4º do art. 791-A da CLT;
- c) da expressão 'ainda que beneficiário da justiça gratuita,' do § 2º do art. 844 da CLT." (destaques acrescidos).

Nesse contexto, verifica-se que, em relação ao § 4º do artigo 791-A da CLT, a declaração de inconstitucionalidade alcançou apenas a expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", remanescendo a possibilidade de condenação do beneficiário da

Justiça Gratuita ao pagamento de honorários advocatícios, com a previsão de que as obrigações decorrentes da sucumbência "ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário".

A propósito, a compreensão de que remanesce tal possibilidade vem sendo, reiteradamente, reconhecida pela jurisprudência desta Corte Superior, sem que se divise vício de inconstitucionalidade do texto legal preservado. A título de ilustração, citam-se julgados nesse sentido: TST-RR-1000045-02.2019.5.02.0402, 1ª Turma, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-11154-89.2018.5.03.0029, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 16/09/2022; TST-RRAg-388-90.2019.5.09.0411, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 30/09/2022; TST-RRAg-1000441-11.2020.5.02.0089, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT de 30/09/2022; TST-Ag-RRAg-11103-10.2020.5.15.0018, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 30/09/2022; TST-AIRR-1000216-77.2020.5.02.0319, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-242-49.2021.5.12.0038, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT de 16/09/2022; TST-RR-20620-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 03/10/2022.

Dessa forma, ante a conformidade do acórdão regional com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, dotada de eficácia erga omnes e efeito vinculante, e com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 333 do TST), mostra-se inviável o processamento do seu recurso de revista, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **não conheço** do presente agravo de instrumento quanto ao tema "*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*", com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal, e, quanto aos temas "*Responsabilidade Subsidiária. Empresa Privada. Contrato De Facção. Validade*", "*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*" e "*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão Da Exigibilidade*", **negou-lhe seguimento**, com fundamento no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

Relator SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE CIA. HERING
ADVOGADO JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922/RJ)
AGRAVADO JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA
AGRAVADO ELIAS FERREIRA LEMOS
AGRAVADO ELIANA APARECIDA DE SOUZA
ADVOGADO LEO RESENDE DE OLIVEIRA(OAB: 37574/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

PROCESSO Nº TST-AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

AGRAVANTE: **CIA. HERING**
ADVOGADO: Dr. JOAO PEDRO EYLER POVOA
AGRAVADA: **ELIANA APARECIDA DE SOUZA**
ADVOGADO: Dr. LEO RESENDE DE OLIVEIRA
AGRAVADA: **JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA**
AGRAVADO: **ELIAS FERREIRA LEMOS**

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do

Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA. CONTRATO DE FACÇÃO. VALIDADE**”, “**DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**”, “**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO**” e “**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE**”.

Inicialmente, destaca-se que a insurgência quanto à majoração dos honorários advocatícios devidos pela segunda reclamada não será analisada, por se tratar de inovação recursal, na medida em que não suscitada na razões do recurso de revista.

Quanto ao **terceiro tema** (“*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no § 9º do artigo 896 da CLT.

Todavia, a segunda reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a segunda reclamada se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro tema** (“*Responsabilidade Subsidiária. Empresa privada. Contrato de facção. Validade*”), a segunda reclamada sustenta que o contrato mantido entre as reclamadas era de facção, de natureza civil, não havendo o fornecimento de mão-de-obra mediante a intermediação de empresa prestadora de serviços. Afirma que não restou evidenciada a ingerência sobre a atividade da contratada, não havendo provas de que o referido contrato foi desvirtuado. Renova as alegações de divergência jurisprudencial, má-aplicação da Súmula 331, IV, do TST e violação do artigo 5º, II, da Constituição da República. Alega ainda ofensa aos artigos 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

Os destaques realizados na transcrição de fls. 554/562 atendem ao disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Compulsando os autos, verifico que as empresas reclamadas celebraram um Contrato de Facção (ID. f463ad8). Vejamos o objeto contratado, verbis:

(...)

Pois bem.

Ao que se extrai, nessa modalidade de relação jurídica, fica configurada autônoma prestação de serviços e fornecimento de bens por parte da empresa de facção, bem comum na indústria têxtil. Não havendo que se falar, em princípio, em configuração de terceirização.

Percebe-se também que não há estipulação de exclusividade com a 3ª reclamada (Cia. Hering), tampouco era o trabalho desenvolvido em suas dependências.

Entretanto, em virtude do princípio de primazia da realidade, é preciso apurar se houve desvirtuamento desse objeto contratual, com interferência da Cia Hering no trabalho dos empregados do 1º reclamado.

Conforme bem salientado na sentença, *verbis*: 'O preposto da 1ª reclamada, em seu depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 confessou que no período trabalhado pela reclamante, a confecção trabalhou apenas para a 3ª reclamada. O 2º reclamado em depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 afirmou que houve um acordo com a 3ª reclamada, no qual ela efetuou o pagamento dos três primeiros salários dos empregados da 1ª reclamada'.

Ora, perceba quão forte foi a ingerência da Hering no caso em estudo, onde a empresa contratante pagou os três primeiros salários dos empregados do 1º Réu.

Outro fortíssimo elemento a respeito da ingerência da Cia Hering é que ela financiou o estabelecimento para aquisição de máquinas e equipamentos, conforme se depura do ADITAMENTO AO CONTRATO DE FACÇÃO E OUTRAS AVENÇAS Nº 2.05.0849, nos autos em ID. bf576f0. A Cia Hering, além de contratar empresa para a produção em regime de exclusividade, avançou ao ponto de financiar o estabelecimento (adiantamento de R\$48.000,00) para que ele 'promova a expansão e atualização de seu maquinário', mais uma evidência de sua ingerência na produção do estabelecimento contratado'.

De fato, esta Corte tem decidido que o contrato de facção promovido pela Cia Hering é desvirtuado por sua ingerência. Nesse sentido:

(...)

Esse é precisamente o mesmo caso dos autos: a ingerência de Cia Herign sobre o contrato de facção celebrado com E. Ferreira Lemos está caracterizada porque a prova documental produzida por iniciativa da própria recorrente revela: (i) foi vedada a subcontratação de mão de obra pela primeira reclamada, (ii) a Cia Hering fiscalizava o cumprimento das obrigações trabalhistas, (iii) o seguro corre por conta da

contratante porque a contratada é inidônea, obviamente.

Mantenho a sentença que reconheceu a responsabilidade subsidiária da Cia Hering ao pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias, o que abrange salários; saldo de salários; aviso prévio indenizado; férias e gratificação natalina proporcionais; FGTS de todo o contrato, mais a indenização de 40%, bem como multas dos artigos 467 e 477 da CLT, na forma da jurisprudência mansa e pacífica trabalhista (súmula 331, VI, TST)." (fls. 487/496 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo somente se viabiliza por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Logo, as alegações de divergência jurisprudencial e violação de preceito de lei infraconstitucional não viabilizam a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.

Igualmente, a alegação de violação do artigo 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição não se presta a impulsionar o recurso de revista, visto configurar inovação recursal.

Ademais, o regional registrou expressamente que o contrato de facção firmado entre as reclamadas foi desvirtuado em face da ingerência da segunda reclamada nas atividades exercidas pela primeira reclamada, estando caracterizada a terceirização da prestação de serviço.

Nesse contexto, a pretensão recursal, fundada em premissas fáticas diversas, esbarra no óbice previsto na Súmula 126 do TST, segundo a qual é incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.

Ante a aplicação do referido óbice processual, mostra-se inviável o exame da controvérsia, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Quanto ao **segundo** tópico ("*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*"), a segunda reclamada sustenta que jamais manteve qualquer vínculo empregatício com a reclamante, não podendo ser responsabilizada por qualquer condenação, principalmente a relativa aos danos morais. Afirmar que não há nos autos qualquer prova da existência de prejuízo sofrido pela reclamante, não tendo ela se desincumbido do seu ônus. Renova a alegação de violação dos artigos 5º, II e X, da Constituição da República, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

A transcrição realizada às fls. 586/587 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Consta na sentença, mantida pelo regional por seus próprios fundamentos:

"Conforme tópico anterior, restou reconhecido o não pagamento dos salários dos meses de setembro/2021 a fevereiro/2022.

As parcelas objetos de atraso possuem índole eminentemente alimentar, sendo consideradas indispensáveis tanto para a subsistência da parte reclamante quanto de sua família, sendo certo que a conduta da reclamada causou-lhe inegável intranquilidade emocional.

Nesse sentido, foi o recente julgado do C. TST sobre o tema:

(...)

Desse modo, entendo caracterizado o dano moral e passo à fixação do seu quantum." (fls. 496/498).

Como destacado anteriormente, a arguição de violação a artigo de lei infraconstitucional não se presta ao processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do § 9º do artigo 896 da CLT.

Ainda, o regional registrou expressamente que houve o atraso reiterado no pagamento dos salários da reclamante, por 6 meses. Nesse contexto, não se verifica a violação aos preceitos constitucionais suscitados, pois a decisão está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o atraso reiterado de salários enseja dano moral *in re ipsa*, presumindo-se a lesão a direito da personalidade do trabalhador.

Nesse sentido, o seguinte julgado da Sessão uniformizadora interna:

"(...) II - EMBARGOS. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. DANO MORAL. A mora reiterada no pagamento de salários gera dano moral, classificado como 'in re ipsa', pois presumida a lesão a direito da personalidade do trabalhador, consistente na aptidão de honrar compromissos assumidos e de prover o sustento próprio e da família. No caso, a reclamante experimentou atrasos no pagamento de três salários e das verbas rescisórias. Embargos de que se conhece e a que se dá provimento" (TST-E-ED-RR-77200-52.2008.5.02.0251, **SbDI-1**, Rel. Min. Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT de 14/6/2019 – destaques acrescidos).

Ademais, afastada a existência do contrato de facção, a responsabilidade da segunda reclamada quanto aos danos morais possui esboço na Súmula 331, VI, do TST.

Por fim, quanto ao **quarto** tema ("*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão da exigibilidade*"), a segunda reclamada

argumenta que a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais deve ser afastada a partir do momento em que há, na demanda, o reconhecimento de crédito devido à parte autora, pois fica comprovada a inexistência da insuficiência de recursos. Reitera as alegações de violação dos artigos 7º, X, da Constituição da República, 791-A, §§ 2º e 4º, da CLT e 85, § 14, do CPC.

No particular, o Regional decidiu:

"Como visto, a reclamada continua sucumbente e o faz novamente nesta sede recursal.

O reclamante também foi condenado a pagar honorários sucumbenciais aos procuradores dos Réus, fixados em 10% sobre o valor atribuído a pedidos integralmente rejeitados.

Não houve recurso sobre a base de cálculo, apenas sobre a aplicação da condição suspensiva da exigibilidade, por dois anos. Considerando que a parte Autora detém os benefícios da justiça gratuita, verifico que a sentença está em conformidade com a decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 5.76: mesmo sendo beneficiária da justiça gratuita, a parte autora é devedora de honorários de sucumbência, entretanto os valores devidos deverão ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, pelo prazo de dois anos, tendo em vista que o STF decidiu pela inconstitucionalidade de parte do artigo 791-A, § 4º, da CLT.

Avançando, incide o parágrafo 11 do artigo 85 do CPC: 'O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal (...)'.

Entendo que o acréscimo de trabalho nesta instância revisora para fins de majoração da parcela honorária está atrelada ao critério da sucumbência firmada pelo caput do artigo 791-A da CLT.

Assim sendo, entendo necessário operar, de ofício, a majoração dos honorários sucumbenciais devidos pela parte Ré, dos 10% fixados na sentença, para 12%." (fls. 499/500 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu na CLT o artigo 791-A, com a seguinte redação:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Ocorre que, em sessão realizada no dia 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI-5766/DF, tendo constado do voto do redator do acórdão, Ministro Alexandre de Moraes, a seguinte conclusão:

"Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão 'ainda que beneficiária da justiça gratuita', constante do caput do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; declarar a inconstitucionalidade da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa', constante do § 4º do art. 791-A; para declarar constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017." (destaque acrescido).

Em seguida, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão, a excelsa Corte complementou:

"Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, há perfeita congruência com o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República (doc. 1, pág. 71-72), assim redigido:

Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para declarar inconstitucionalidade das seguintes normas, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017:

- a) da expressão 'ainda que beneficiária da justiça gratuita', do caput, e do § 4º do art. 790-B da CLT;
- b) da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa' do § 4º do art. 791-A da CLT;
- c) da expressão 'ainda que beneficiário da justiça gratuita,' do § 2º do art. 844 da CLT." (destaques acrescidos).

Nesse contexto, verifica-se que, em relação ao § 4º do artigo 791-A da CLT, a declaração de inconstitucionalidade alcançou apenas a expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", remanescendo a possibilidade de condenação do beneficiário da Justiça Gratuita ao pagamento de honorários advocatícios, com a previsão de que as obrigações decorrentes da sucumbência "ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário".

A propósito, a compreensão de que remanesce tal possibilidade vem sendo, reiteradamente, reconhecida pela jurisprudência desta Corte Superior, sem que se divise vício de inconstitucionalidade do texto legal preservado. A título de ilustração, citam-se julgados nesse sentido: TST-RR-1000045-02.2019.5.02.0402, 1ª Turma, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-11154-89.2018.5.03.0029, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 16/09/2022; TST-RRAg-388-90.2019.5.09.0411, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 30/09/2022; TST-RRAg-1000441-11.2020.5.02.0089, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT de 30/09/2022; TST-Ag-RRAg-11103-10.2020.5.15.0018, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 30/09/2022; TST-AIRR-1000216-77.2020.5.02.0319, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-242-49.2021.5.12.0038, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT de 16/09/2022; TST-RR-20620-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 03/10/2022.

Dessa forma, ante a conformidade do acórdão regional com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, dotada de eficácia erga omnes e efeito vinculante, e com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 333 do TST), mostra-se inviável o processamento do seu recurso de revista, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **não conheço** do presente agravo de instrumento quanto ao tema "*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*", com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal, e, quanto aos temas "*Responsabilidade Subsidiária. Empresa Privada. Contrato De Facção. Validade*", "*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*" e "*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão Da Exigibilidade*", **nego-**

Ihe seguimento, com fundamento no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	CIA. HERING
ADVOGADO	JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922/RJ)
AGRAVADO	JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA
AGRAVADO	ELIAS FERREIRA LEMOS
AGRAVADO	ELIANA APARECIDA DE SOUZA
ADVOGADO	LEO RESENDE DE OLIVEIRA(OAB: 37574/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIAS FERREIRA LEMOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

PROCESSO Nº TST-AIRR-0010274-32.2022.5.18.0129

AGRAVANTE: **CIA. HERING**
ADVOGADO: Dr. JOAO PEDRO EYLER POVOA
AGRAVADA: **ELIANA APARECIDA DE SOUZA**
ADVOGADO: Dr. LEO RESENDE DE OLIVEIRA
AGRAVADA: **JESSE BEZERRA DE OLIVEIRA LTDA**
AGRAVADO: **ELIAS FERREIRA LEMOS**

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do

Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA. CONTRATO DE FACÇÃO. VALIDADE**”, “**DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**”, “**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO**” e “**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE**”.

Inicialmente, destaca-se que a insurgência quanto à majoração dos honorários advocatícios devidos pela segunda reclamada não será analisada, por se tratar de inovação recursal, na medida em que não suscitada na razões do recurso de revista.

Quanto ao **terceiro tema** (“*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no § 9º do artigo 896 da CLT.

Todavia, a segunda reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a segunda reclamada se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro tema** (“*Responsabilidade Subsidiária. Empresa privada. Contrato de facção. Validade*”), a segunda reclamada sustenta que o contrato mantido entre as reclamadas era de facção, de natureza civil, não havendo o fornecimento de mão-de-obra mediante a intermediação de empresa prestadora de serviços. Afirma que não restou evidenciada a ingerência sobre a atividade da contratada, não havendo provas de que o referido contrato foi desvirtuado. Renova as alegações de divergência jurisprudencial, má-aplicação da Súmula 331, IV, do TST e violação do artigo 5º, II, da Constituição da República. Alega ainda ofensa aos artigos 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

Os destaques realizados na transcrição de fls. 554/562 atendem ao disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Compulsando os autos, verifico que as empresas reclamadas celebraram um Contrato de Facção (ID. f463ad8). Vejamos o objeto contratado, verbis:

(...)

Pois bem.

Ao que se extrai, nessa modalidade de relação jurídica, fica configurada autônoma prestação de serviços e fornecimento de bens por parte da empresa de facção, bem comum na indústria têxtil. Não havendo que se falar, em princípio, em configuração de terceirização.

Percebe-se também que não há estipulação de exclusividade com a 3ª reclamada (Cia. Hering), tampouco era o trabalho desenvolvido em suas dependências.

Entretanto, em virtude do princípio de primazia da realidade, é preciso apurar se houve desvirtuamento desse objeto contratual, com interferência da Cia Hering no trabalho dos empregados do 1º reclamado.

Conforme bem salientado na sentença, *verbis*: ‘O preposto da 1ª reclamada, em seu depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 confessou que no período trabalhado pela reclamante, a confecção trabalhou apenas para a 3ª reclamada. O 2º reclamado em depoimento prestado nos autos de nº 0010055.19.2022.5.18.0129 afirmou que houve um acordo com a 3ª reclamada, no qual ela efetuou o pagamento dos três primeiros salários dos empregados da 1ª reclamada’.

Ora, perceba quão forte foi a ingerência da Hering no caso em estudo, onde a empresa contratante pagou os três primeiros salários dos empregados do 1º Réu.

Outro fortíssimo elemento a respeito da ingerência da Cia Hering é que ela financiou o estabelecimento para aquisição de máquinas e equipamentos, conforme se depura do ADITAMENTO AO CONTRATO DE FACÇÃO E OUTRAS AVENÇAS Nº 2.05.0849, nos autos em ID. bf576f0. A Cia Hering, além de contratar empresa para a produção em regime de exclusividade, avançou ao ponto de financiar o estabelecimento (adiantamento de R\$48.000,00) para que ele ‘promova a expansão e atualização de seu maquinário’, mais uma evidência de sua ingerência na produção do estabelecimento contratado’.

De fato, esta Corte tem decidido que o contrato de facção promovido pela Cia Hering é desvirtuado por sua ingerência. Nesse sentido:

(...)

Esse é precisamente o mesmo caso dos autos: a ingerência de Cia Herign sobre o contrato de facção celebrado com E.

Ferreira Lemos está caracterizada porque a prova documental produzida por iniciativa da própria recorrente revela: (i) foi vedada a subcontratação de mão de obra pela primeira reclamada, (ii) a Cia Hering fiscalizava o cumprimento das obrigações trabalhistas, (iii) o seguro corre por conta da contratante porque a contratada é inidônea, obviamente.

Mantenho a sentença que reconheceu a responsabilidade subsidiária da Cia Hering ao pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias, o que abrange salários; saldo de salários; aviso prévio indenizado; férias e gratificação natalina proporcionais; FGTS de todo o contrato, mais a indenização de 40%, bem como multas dos artigos 467 e 477 da CLT, na forma da jurisprudência mansa e pacífica trabalhista (súmula 331, VI, TST).” (fls. 487/496 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo somente se viabiliza por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Logo, as alegações de divergência jurisprudencial e violação de preceito de lei infraconstitucional não viabilizam a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.

Igualmente, a alegação de violação do artigo 5º, XXXIX, LV, LIV da Constituição não se presta a impulsionar o recurso de revista, visto configurar inovação recursal.

Ademais, o regional registrou expressamente que o contrato de facção firmado entre as reclamadas foi desvirtuado em face da ingerência da segunda reclamada nas atividades exercidas pela primeira reclamada, estando caracterizada a terceirização da prestação de serviço.

Nesse contexto, a pretensão recursal, fundada em premissas fáticas diversas, esbarra no óbice previsto na Súmula 126 do TST, segundo a qual é incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.

Ante a aplicação do referido óbice processual, mostra-se inviável o exame da controvérsia, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Quanto ao **segundo** tópico (“*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*”), a segunda reclamada sustenta que jamais manteve qualquer vínculo empregatício com a reclamante, não podendo ser responsabilizada por qualquer condenação, principalmente a relativa aos danos morais. Afirma que não há nos autos qualquer prova da existência de prejuízo sofrido pela reclamante, não tendo

ela se desincumbido do seu ônus. Renova a alegação de violação dos artigos 5º, II e X, da Constituição da República, 818 da CLT e 373, I, do CPC.

A transcrição realizada às fls. 586/587 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Consta na sentença, mantida pelo regional por seus próprios fundamentos:

"Conforme tópico anterior, restou reconhecido o não pagamento dos salários dos meses de setembro/2021 a fevereiro/2022.

As parcelas objetos de atraso possuem índole eminentemente alimentar, sendo consideradas indispensáveis tanto para a subsistência da parte reclamante quanto de sua família, sendo certo que a conduta da reclamada causou-lhe inegável intranquilidade emocional.

Nesse sentido, foi o recente julgado do C. TST sobre o tema:

(...)

Desse modo, entendo caracterizado o dano moral e passo à fixação do seu quantum." (fls. 496/498).

Como destacado anteriormente, a arguição de violação a artigo de lei infraconstitucional não se presta ao processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do § 9º do artigo 896 da CLT.

Ainda, o regional registrou expressamente que houve o atraso reiterado no pagamento dos salários da reclamante, por 6 meses. Nesse contexto, não se verifica a violação aos preceitos constitucionais suscitados, pois a decisão está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o atraso reiterado de salários enseja dano moral *in re ipsa*, presumindo-se a lesão a direito da personalidade do trabalhador.

Nesse sentido, o seguinte julgado da Sessão uniformizadora interna:

"(...) II - EMBARGOS. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. DANO MORAL. A mora reiterada no pagamento de salários gera dano moral, classificado como 'in re ipsa', pois presumida a lesão a direito da personalidade do trabalhador, consistente na aptidão de honrar compromissos assumidos e de prover o sustento próprio e da família. No caso, a reclamante experimentou atrasos no pagamento de três salários e das verbas rescisórias. Embargos de que se conhece e a que se dá provimento" (TST-E-ED-RR-77200-52.2008.5.02.0251, **SbDI-1**, Rel. Min. Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT de 14/6/2019 – destaques acrescidos).

Ademais, afastada a existência do contrato de facção, a responsabilidade da segunda reclamada quanto aos danos morais possui espeque na Súmula 331, VI, do TST.

Por fim, quanto ao **quarto** tema ("*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão da exigibilidade*"), a segunda reclamada argumenta que a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais deve ser afastada a partir do momento em que há, na demanda, o reconhecimento de crédito devido à parte autora, pois fica comprovada a inexistência da insuficiência de recursos. Reitera as alegações de violação dos artigos 7º, X, da Constituição da República, 791-A, §§ 2º e 4º, da CLT e 85, § 14, do CPC.

No particular, o Regional decidiu:

"Como visto, a reclamada continua sucumbente e o faz novamente nesta sede recursal.

O reclamante também foi condenado a pagar honorários sucumbenciais aos procuradores dos Réus, fixados em 10% sobre o valor atribuído a pedidos integralmente rejeitados.

Não houve recurso sobre a base de cálculo, apenas sobre a aplicação da condição suspensiva da exigibilidade, por dois anos. Considerando que a parte Autora detém os benefícios da justiça gratuita, verifico que a sentença está em conformidade com a decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 5.76: mesmo sendo beneficiária da justiça gratuita, a parte autora é devedora de honorários de sucumbência, entretanto os valores devidos deverão ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, pelo prazo de dois anos, tendo em vista que o STF decidiu pela inconstitucionalidade de parte do artigo 791-A, § 4º, da CLT.

Avançando, incide o parágrafo 11 do artigo 85 do CPC: 'O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal (...)'.
Entendo que o acréscimo de trabalho nesta instância revisora para fins de majoração da parcela honorária está atrelada ao critério da sucumbência firmada pelo caput do artigo 791-A da CLT.

Assim sendo, entendo necessário operar, de ofício, a majoração dos honorários sucumbenciais devidos pela parte Ré, dos 10% fixados na sentença, para 12%." (fls. 499/500 – destaques acrescidos).

Inicialmente, cumpre registrar que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu na CLT o artigo 791-A, com a seguinte redação:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão

devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Ocorre que, em sessão realizada no dia 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI-5766/DF, tendo constado do voto do redator do acórdão, Ministro Alexandre de Moraes, a seguinte conclusão:

"Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão 'ainda que beneficiária da justiça gratuita', constante do caput do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; declarar a inconstitucionalidade da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa', constante do § 4º do art. 791-A; para declarar constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017." (destaque acrescido).

Em seguida, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão, a excelsa Corte complementou:

"Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, caput e § 4º, e 79-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, há perfeita congruência com o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República (doc. 1, pág. 71-72), assim redigido:

Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para declarar inconstitucionalidade das seguintes normas, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017:

- a) da expressão 'ainda que beneficiária da justiça gratuita', do caput, e do § 4º do art. 790-B da CLT;
- b) da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que

em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa' do § 4º do art. 791-A da CLT;

- c) da expressão 'ainda que beneficiário da justiça gratuita,' do § 2º do art. 844 da CLT." (destaques acrescidos).

Nesse contexto, verifica-se que, em relação ao § 4º do artigo 791-A da CLT, a declaração de inconstitucionalidade alcançou apenas a expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", remanescendo a possibilidade de condenação do beneficiário da Justiça Gratuita ao pagamento de honorários advocatícios, com a previsão de que as obrigações decorrentes da sucumbência "ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário".

A propósito, a compreensão de que remanesce tal possibilidade vem sendo, reiteradamente, reconhecida pela jurisprudência desta Corte Superior, sem que se divise vício de inconstitucionalidade do texto legal preservado. A título de ilustração, citam-se julgados nesse sentido: TST-RR-1000045-02.2019.5.02.0402, 1ª Turma, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-11154-89.2018.5.03.0029, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 16/09/2022; TST-RRAg-388-90.2019.5.09.0411, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 30/09/2022; TST-RRAg-1000441-11.2020.5.02.0089, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT de 30/09/2022; TST-Ag-RRAg-11103-10.2020.5.15.0018, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 30/09/2022; TST-AIRR-1000216-77.2020.5.02.0319, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-242-49.2021.5.12.0038, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT de 16/09/2022; TST-RR-20620-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 03/10/2022.

Dessa forma, ante a conformidade do acórdão regional com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, dotada de eficácia erga omnes e efeito vinculante, e com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 333 do TST), mostra-se inviável o processamento do seu recurso de revista, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **não conheço** do presente agravo de instrumento quanto ao tema "*Indenização Por Danos Morais. Valor Arbitrado*",

com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal, e, quanto aos temas “*Responsabilidade Subsidiária. Empresa Privada. Contrato De Facção. Validade*”, “*Dano Moral. Atraso No Pagamento Dos Salários*” e “*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Suspensão Da Exigibilidade*”, **negotia-se o seguimento**, com fundamento no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000917-98.2021.5.02.0320

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	LEANDRO BENTO
ADVOGADO	RICARDO SANCHES GUILHERME(OAB: 180694/SP)
ADVOGADO	RENATA SANCHES GUILHERME(OAB: 232686/SP)
AGRAVADO	EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO BENTO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR-1000917-98.2021.5.02.0320

AGRAVANTE: **LEANDRO BENTO**

ADVOGADO: Dr. RICARDO SANCHES GUILHERME

ADVOGADA: Dra. RENATA SANCHES GUILHERME

AGRAVADA: **EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E
INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A**

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do

Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**NULIDADE DA DECISÃO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA**”, “**HORAS EXTRAS**”, “**INTERVALO INTRAJORNADA**” e “**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. JUSTIÇA GRATUITA**”.

Quanto ao **segundo e terceiro temas** (“*Horas Extras*” e “*Intervalo Intrajornada*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro nas Súmulas 221 e 297 do TST e na alínea “a” do artigo 896 da CLT.

Todavia, o reclamante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação dos referidos óbices, tendo se limitado a tecer considerações genéricas, se insurgindo contra óbice não previsto na decisão recorrida.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo o reclamante se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro tema** (“*Nulidade Da Decisão Por Cerceamento Do Direito De Defesa*”), o reclamante sustenta que pequenas divergências entre os depoimentos são aceitáveis e até inevitáveis quando as pessoas depõem de forma espontânea, sem serem instruídas e sem preparação prévia, e, portanto, tal circunstância, por si só, não invalida nem subtrai a força probatória dos depoimentos. Afirma que a sentença, antes de desconsiderar o teor da prova, deve expor de modo satisfatório as razões concretas pelas quais o conteúdo não será utilizado. Alega divergência jurisprudencial e violação dos artigos 5º, XXXV e LV, da Constituição da República.

A transcrição realizada às fls. 469/470 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“I - VALIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA

Rejeito o recurso no particular na medida em que o cotejo da prova oral produzida e dos termos da R. Sentença revela que o magistrado conduziu o seu trabalho com perfeição, formulando as perguntas necessárias para o deslinde do processo, e realizando o devido balizamento e consideração aos argumentos apresentados pela testemunha obreira.

Demais disto, não há que se falar em invalidade de depoimentos,

tendo em vista que a valoração da prova cabe aos magistrados que atuam no processo. O depoimento não é válido ou inválido, ele prova ou não prova os fatos, conforme a leitura da prova feita pelos julgadores.” (fls. 457).

Como se verifica, o Regional, examinando a nulidade apontada, consignou que “o magistrado conduziu o seu trabalho com perfeição, formulando as perguntas necessárias para o deslinde do processo, e realizando o devido balizamento e consideração aos argumentos apresentados pela testemunha obreira.” (fls. 457).

Nesse contexto, não se divisa violação dos preceitos constitucionais invocados, porque o juízo *a quo* tão somente valorou os depoimentos testemunhais no exercício próprio da atividade judicante.

Não há violação, portanto, dos incisos XXXV e LV do art. 5º da Constituição da República, carecendo de transcendência o apelo no tópico.

Quanto ao **quarto tema** (“*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Justiça Gratuita*”), o reclamante sustenta que o STF, no julgamento da ADI 5.766, declarou inconstitucional a redação do § 4º do artigo 791-A da CLT. Afirma que, na hipótese de fixação de indenização inferior ao montante postulado na inicial, não há responsabilidade do reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais. Pugna pela exclusão da referida verba e, sucessivamente, pela redução do valor arbitrado. Alega violação do artigo 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição da República.

Atendido o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT (fls. 479/481).

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Assim, fico convencido de que o pagamento dos honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita não pode ocorrer com prejuízo de sua própria subsistência, de modo que as disposições da Lei 13.467/2017 devem ser interpretadas à luz das garantias processuais consagradas na Constituição Federal.

Destaco ainda que em recente decisão prolatada pelo C. STF, ainda pendente de trânsito em julgado, restou decidido pela aludida corte que é indevido o pagamento de honorários periciais e sucumbenciais pelo beneficiário da justiça gratuita.

Logo, tendo em vista que, na hipótese dos autos, o valor deferido ao reclamante não será capaz de retirá-lo da situação de insuficiência econômica, mantenho a decisão de primeiro grau que determinou a suspensão da exigibilidade dos honorários devidos ao patrono da reclamada, nos moldes do art.791-A, §4º, da CLT.

Porém, diante do provimento parcial do apelo do autor, e de acordo com os critérios do art. 791-A da CLT ao caso em exame, tendo em vista o (i) grau de zelo do patrono da parte, (ii) o local da prestação

dos serviços, (iii) a natureza e a importância da causa e (iv) o trabalho e tempo despendido pelo patrono, acolho parcialmente o apelo para fixar honorários sucumbenciais a serem pagos pela parte reclamada no importe de 5% sobre o valor que resultar da liquidação.

Dá-se provimento parcial no particular.” (fls. 458/460).

Inicialmente, cumpre registrar que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu na CLT o artigo 791-A, com a seguinte redação:

“Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.”

Ocorre que, em sessão realizada no dia 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI-5766/DF, tendo constado do voto do redator do acórdão, Ministro Alexandre de Moraes, a seguinte conclusão:

“Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão ‘*ainda que beneficiária da justiça gratuita*’, constante do *caput* do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; **declarar a inconstitucionalidade da expressão ‘desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa’**, constante do **§ 4º do art. 791-A**; para declarar constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017.” (destaque acrescido).

Em seguida, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão, a excelsa Corte complementou:

“Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, *caput* e § 4º, e 79-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, há perfeita congruência com o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República (doc. 1, pág. 71-72), assim redigido:

Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para **declarar inconstitucionalidade das seguintes normas**, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017:

a) da expressão ‘*ainda que beneficiária da justiça gratuita*’, do *caput*, e do § 4º do art. 790-B da CLT;

b) da expressão ‘desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa’ do § 4º do art. 791-A da CLT;

c) da expressão ‘*ainda que beneficiário da justiça gratuita*,’ do § 2º do art. 844 da CLT.” (destaques acrescidos).

Nesse contexto, verifica-se que, em relação ao § 4º do artigo 791-A da CLT, a declaração de inconstitucionalidade alcançou apenas a expressão “*desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa*”, remanescendo a possibilidade de condenação do beneficiário da Justiça Gratuita ao pagamento de honorários advocatícios, com a previsão de que as obrigações decorrentes da sucumbência “*ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário*”.

A propósito, a compreensão de que remanesce tal possibilidade vem sendo, reiteradamente, reconhecida pela jurisprudência desta Corte Superior, sem que se divise vício de inconstitucionalidade do texto legal preservado. A título de ilustração, citam-se julgados nesse sentido: TST-RR-1000045-02.2019.5.02.0402, 1ª Turma, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-11154-89.2018.5.03.0029, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 16/09/2022; TST-RRAg-388-90.2019.5.09.0411, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 30/09/2022; TST-RRAg-1000441-11.2020.5.02.0089, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT de 30/09/2022; TST-Ag-RRAg-11103-10.2020.5.15.0018, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 30/09/2022; TST-AIRR-1000216-77.2020.5.02.0319, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-242-49.2021.5.12.0038, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro

Pereira Valadão Lopes, DEJT de 16/09/2022; TST-RR-20620-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 03/10/2022.

No caso dos autos, o reclamante foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, com suspensão de sua exigibilidade. Pretende, porém, ver-se eximido dessa condenação. Todavia, ante a conformidade do acórdão regional com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, dotada de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, e com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 333 do TST), mostra-se inviável o processamento do seu recurso de revista, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Por fim, quanto ao valor arbitrado, a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é faculdade do Tribunal, que examina cada caso em concreto.

No caso dos autos, o valor fixado na origem de 5% sobre o valor da causa se mostra razoável.

Nesse contexto, **não conheço** do presente agravo de instrumento quanto aos temas “*Horas Extras*” e “*Intervalo Intrajornada*”, e, quanto aos temas “Nulidade Da Decisão Por Cerceamento Do Direito De Defesa” e “Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Justiça Gratuita”, **nego seguimento**, com fundamento nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal. Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000917-98.2021.5.02.0320

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	LEANDRO BENTO
ADVOGADO	RICARDO SANCHES GUILHERME(OAB: 180694/SP)
ADVOGADO	RENATA SANCHES GUILHERME(OAB: 232686/SP)
AGRAVADO	EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A

Intimado(s)/Citado(s):

- EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR-1000917-98.2021.5.02.0320

AGRAVANTE: **LEANDRO BENTO**

ADVOGADO: Dr. RICARDO SANCHES GUILHERME

ADVOGADA: Dra. RENATA SANCHES GUILHERME

AGRAVADA: **EZENTIS - SERVICOS, ENGENHARIA E
INSTALACAO DE COMUNICACOES S.A**

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**NULIDADE DA DECISÃO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA**”, “**HORAS EXTRAS**”, “**INTERVALO INTRAJORNADA**” e “**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. JUSTIÇA GRATUITA**”.

Quanto ao **segundo e terceiro temas** (“*Horas Extras*” e “*Intervalo Intra jornada*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro nas Súmulas 221 e 297 do TST e na alínea “a” do artigo 896 da CLT.

Todavia, o reclamante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação dos referidos óbices, tendo se limitado a tecer considerações genéricas, se insurgindo contra óbice não previsto na decisão recorrida.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo o reclamante se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro tema** (“*Nulidade Da Decisão Por Cerceamento Do Direito De Defesa*”), o reclamante sustenta que pequenas divergências entre os depoimentos são aceitáveis e até inevitáveis quando as pessoas depõem de forma espontânea, sem serem instruídas e sem preparação prévia, e, portanto, tal circunstância,

por si só, não invalida nem subtrai a força probatória dos depoimentos. Afirma que a sentença, antes de desconsiderar o teor da prova, deve expor de modo satisfatório as razões concretas pelas quais o conteúdo não será utilizado. Alega divergência jurisprudencial e violação dos artigos 5º, XXXV e LV, da Constituição da República.

A transcrição realizada às fls. 469/470 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“I - VALIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA

Rejeito o recurso no particular na medida em que o cotejo da prova oral produzida e dos termos da R. Sentença revela que o magistrado conduziu o seu trabalho com perfeição, formulando as perguntas necessárias para o deslinde do processo, e realizando o devido balizamento e consideração aos argumentos apresentados pela testemunha obreira.

Demais disto, não há que se falar em invalidade de depoimentos, tendo em vista que a valoração da prova cabe aos magistrados que atuam no processo. O depoimento não é válido ou inválido, ele prova ou não prova os fatos, conforme a leitura da prova feita pelos julgadores.” (fls. 457).

Como se verifica, o Regional, examinando a nulidade apontada, consignou que “*o magistrado conduziu o seu trabalho com perfeição, formulando as perguntas necessárias para o deslinde do processo, e realizando o devido balizamento e consideração aos argumentos apresentados pela testemunha obreira.*” (fls. 457).

Nesse contexto, não se divisa violação dos preceitos constitucionais invocados, porque o juízo *a quo* tão somente valorou os depoimentos testemunhais no exercício próprio da atividade judicante.

Não há violação, portanto, dos incisos XXXV e LV do art. 5º da Constituição da República, carecendo de transcendência o apelo no tópico.

Quanto ao **quarto tema** (“*Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Justiça Gratuita*”), o reclamante sustenta que o STF, no julgamento da ADI 5.766, declarou inconstitucional a redação do § 4º do artigo 791-A da CLT. Afirma que, na hipótese de fixação de indenização inferior ao montante postulado na inicial, não há responsabilidade do reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais. Pugna pela exclusão da referida verba e, sucessivamente, pela redução do valor arbitrado. Alega violação do artigo 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição da República.

Atendido o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT (fls. 479/481).

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Assim, fico convencido de que o pagamento dos honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita não pode ocorrer com prejuízo de sua própria subsistência, de modo que as disposições da Lei 13.467/2017 devem ser interpretadas à luz das garantias processuais consagradas na Constituição Federal.

Destaco ainda que em recente decisão prolatada pelo C. STF, ainda pendente de trânsito em julgado, restou decidido pela aludida corte que é indevido o pagamento de honorários periciais e sucumbenciais pelo beneficiário da justiça gratuita.

Logo, tendo em vista que, na hipótese dos autos, o valor deferido ao reclamante não será capaz de retirá-lo da situação de insuficiência econômica, mantenho a decisão de primeiro grau que determinou a suspensão da exigibilidade dos honorários devidos ao patrono da reclamada, nos moldes do art.791-A, §4º, da CLT.

Porém, diante do provimento parcial do apelo do autor, e de acordo com os critérios do art. 791-A da CLT ao caso em exame, tendo em vista o (i) grau de zelo do patrono da parte, (ii) o local da prestação dos serviços, (iii) a natureza e a importância da causa e (iv) o trabalho e tempo despendido pelo patrono, acolho parcialmente o apelo para fixar honorários sucumbenciais a serem pagos pela parte reclamada no importe de 5% sobre o valor que resultar da liquidação.

Dá-se provimento parcial no particular.” (fls. 458/460).

Inicialmente, cumpre registrar que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu na CLT o artigo 791-A, com a seguinte redação:

“Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.”

Ocorre que, em sessão realizada no dia 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI-5766/DF, tendo constado do voto do redator do acórdão, Ministro Alexandre de Moraes, a seguinte conclusão:

“Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão ‘*ainda que beneficiária da justiça gratuita*’, constante do *caput* do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; **declarar a inconstitucionalidade da expressão ‘desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa’**, constante do § 4º do art. 791-A; para declarar constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017.” (destaque acrescido).

Em seguida, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão, a excelsa Corte complementou:

“Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, *caput* e § 4º, e 79-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, há perfeita congruência com o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República (doc. 1, pág. 71-72), assim redigido:

Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para **declarar inconstitucionalidade das seguintes normas**, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017:

a) da expressão ‘*ainda que beneficiária da justiça gratuita*’, do *caput*, e do § 4º do art. 790-B da CLT;

b) **da expressão ‘desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa’ do § 4º do art. 791-A da CLT;**

c) da expressão ‘*ainda que beneficiário da justiça gratuita*,’ do § 2º do art. 844 da CLT.” (destaques acrescidos).

Nesse contexto, verifica-se que, em relação ao § 4º do artigo 791-A da CLT, a declaração de inconstitucionalidade alcançou apenas a expressão “*desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa*”, remanescendo a possibilidade de condenação do beneficiário da Justiça Gratuita ao pagamento de honorários advocatícios, com a previsão de que as obrigações decorrentes da sucumbência “*ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a*

concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário".

A propósito, a compreensão de que remanesce tal possibilidade vem sendo, reiteradamente, reconhecida pela jurisprudência desta Corte Superior, sem que se divise vício de inconstitucionalidade do texto legal preservado. A título de ilustração, citam-se julgados nesse sentido: TST-RR-1000045-02.2019.5.02.0402, 1ª Turma, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-11154-89.2018.5.03.0029, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 16/09/2022; TST-RRAg-388-90.2019.5.09.0411, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 30/09/2022; TST-RRAg-1000441-11.2020.5.02.0089, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT de 30/09/2022; TST-Ag-RRAg-11103-10.2020.5.15.0018, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 30/09/2022; TST-AIRR-1000216-77.2020.5.02.0319, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 30/09/2022; TST-RR-242-49.2021.5.12.0038, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT de 16/09/2022; TST-RR-20620-98.2018.5.04.0023, 8ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 03/10/2022.

No caso dos autos, o reclamante foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, com suspensão de sua exigibilidade. Pretende, porém, ver-se eximido dessa condenação. Todavia, ante a conformidade do acórdão regional com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, dotada de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, e com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 333 do TST), mostra-se inviável o processamento do seu recurso de revista, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Por fim, quanto ao valor arbitrado, a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é faculdade do Tribunal, que examina cada caso em concreto.

No caso dos autos, o valor fixado na origem de 5% sobre o valor da causa se mostra razoável.

Nesse contexto, **não conheço** do presente agravo de instrumento quanto aos temas “*Horas Extras*” e “*Intervalo Intrajornada*”, e, quanto aos temas “Nulidade Da Decisão Por Cerceamento Do Direito De Defesa” e “Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Justiça Gratuita”, **nego seguimento**, com fundamento nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal. Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001680-15.2019.5.02.0015

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	ALEX CONCEICAO DA SILVA
ADVOGADO	RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO(OAB: 162813/SP)
AGRAVADO	REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA
ADVOGADO	FABIOLA COBIANCHI NUNES(OAB: 149834/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX CONCEICAO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR-1001680-15.2019.5.02.0015

AGRAVANTE: **ALEX CONCEICAO DA SILVA**

ADVOGADO: Dr. RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

AGRAVADA: **REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA**

ADVOGADA: Dra. FABIOLA COBIANCHI NUNES

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Contraminuta ao agravo de instrumento apresentada às fls. 3.646/3.652 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 3.637/3.645.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**HORAS EXTRAS. REGIME DE COMPENSAÇÃO VÁLIDO**”, “**DIFERENÇA SALARIAL. DESVIO DE FUNÇÃO**” e “**ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**”.

Quanto ao **primeiro tema** (“*Horas Extras. Regime De Compensação Válido*”), foi denegado seguimento ao recurso de

revista com fulcro na Súmula 126 do TST.

Todavia, o reclamante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo o reclamante se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **segundo** tema (“Diferença Salarial. *Desvio de função*”), o reclamante sustenta que é incontroverso que atuou em desvio/acúmulo de funções. Afirma que a ausência de quadro de carreira não é óbice ao regular reconhecimento de desvio funcional, sendo necessária apenas a comprovação de que houve alteração lesiva do contrato de trabalho do recorrente, como no presente caso. Renova sua alegação de divergência jurisprudencial.

A transcrição realizada às fls. 3.541 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Insiste o autor que, no cargo de Auxiliar de Central de Regulação, trabalhava em igualdade de condições que os Analistas de Regulação, tal qual Carol Azevedo, como relatado pela sua testemunha.

Todavia, há confissão expressa no depoimento do reclamante, no sentido de que ‘o depoente era assistente, mas no decorrer do tempo fazia o mesmo serviço do analista, ligava para as operadoras pedindo autorizações; cobrava relatórios médicos; (...) como assistente ligava para as operadoras, cobrava relatório médico, cobrava diárias de internação de pacientes; que o analista analisava o que o depoente fazia para ver se estava tudo certo; que o depoente não verificava nenhum assistente.’ (ID. 20c1fbf, grifos meus).

Patente que, embora o autor pudesse fazer parte do trabalho do Analista, eram diferentes suas responsabilidades.

Mantenho a sentença.” (fls. 3.499).

Como se verifica, o Regional registrou expressamente que as atividades realizadas pelo reclamante tinham responsabilidades distintas do cargo de analista.

Dessa forma, os arestos transcritos para o cotejo de teses são manifestamente inespecíficos (Súmula 296, I, do TST), uma vez que não partem da premissa registrada no presente caso, em que o autor desenvolvia atividades distintas dos cargos em que pleiteia o

reconhecimento do desvio funcional.

Ante a aplicação do referido óbice processual, mostra-se inviável o exame da controvérsia, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Já quanto ao **terceiro** tópico (“*Adicional De Insalubridade*”), o reclamante sustenta que, apesar de desenvolver atividades eminentemente administrativas, laborou em ambiente hospitalar, estando sujeito à contaminação. Afirma que esteve exposto a contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, bem como com materiais não previamente esterilizados, fazendo *jus* ao adicional de insalubridade. Renova suas alegações de violação do artigo 192 da CLT e divergência jurisprudencial.

A transcrição realizada às fls. 3.544/3.545 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

No particular, o Regional decidiu:

“No laudo pericial de ID. 45a163c o vistor apurou que o reclamante - como Auxiliar Documentação Clínica até maio de 2015, passando a Auxiliar Central Regulação em 01/06/15 - atuava em atividades administrativas, na primeira função em posto de enfermagem próximo aos quartos de internação, na segunda função em local próximo à recepção principal. Afirmou o perito que ‘Segundo informações prestadas pelo próprio Reclamante durante a prova técnica, não mantinha contato físico com os pacientes internados, sangue, secreções, com objetos de uso dos enfermos contaminados, nem com materiais infecto contagiantes utilizados nos procedimentos médico-hospitalares.’, concluindo pela inexistência de insalubridade.

Não há como dar crédito à afirmação da testemunha do reclamante, no sentido de que ‘o reclamante tinha contato com os pacientes’, porque do seu relato das funções do autor não consta nenhuma atividade que implicava contato com pacientes, ficando desconectada esta afirmação do contexto, e porque a circunstância foi negada pela testemunha da ré.

Prevalecem, pois, as percepções do Vistor, segundo o qual ‘O AUTOR NÃO MANTINHA CONTATO FÍSICO COM OS PACIENTES, NEM COM OBJETOS DE USO DESTES INFECTADOS, CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA INSALUBRIDADE POR AGENTES BIOLÓGICOS’ (esclarecimentos ID. e85887f-caixa alta e negrito no original).

Neste contexto, irrelevante a quantidade ou percentual de pacientes com doenças infectocontagiosas, eis que com eles o reclamante não mantinha contato, sem olvidar que a norma regulamentar exige ‘contato permanente’, o que não restou provado no caso concreto.

Mantenho a improcedência." (fls. 3.500/3.501 – destaques acrescidos).

Nota-se que a pretensão recursal implica, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório, posto que a alegação do recorrente encontra-se diametralmente oposta à conclusão adotada pelo Tribunal Regional. Incide no caso, mais uma vez, o óbice previsto na Súmula 126 do TST, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **nego seguimento** ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001680-15.2019.5.02.0015

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	ALEX CONCEICAO DA SILVA
ADVOGADO	RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO(OAB: 162813/SP)
AGRAVADO	REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA
ADVOGADO	FABIOLA COBIANCHI NUNES(OAB: 149834/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR-1001680-15.2019.5.02.0015

AGRAVANTE: **ALEX CONCEICAO DA SILVA**

ADVOGADO: Dr. RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

AGRAVADA: **REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA**

ADVOGADA: Dra. FABIOLA COBIANCHI NUNES

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Contraminuta ao agravo de instrumento apresentada às fls. 3.646/3.652 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 3.637/3.645.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas **“HORAS EXTRAS. REGIME DE COMPENSAÇÃO VÁLIDO”**, **“DIFERENÇA SALARIAL. DESVIO DE FUNÇÃO”** e **“ADICIONAL DE INSALUBRIDADE”**.

Quanto ao **primeiro tema** (*“Horas Extras. Regime De Compensação Válido”*), foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro na Súmula 126 do TST.

Todavia, o reclamante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo o reclamante se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **segundo** tema (*“Diferença Salarial. Desvio de função”*), o reclamante sustenta que é incontroverso que atuou em desvio/acúmulo de funções. Afirma que a ausência de quadro de carreira não é óbice ao regular reconhecimento de desvio funcional, sendo necessária apenas a comprovação de que houve alteração lesiva do contrato de trabalho do recorrente, como no presente caso. Renova sua alegação de divergência jurisprudencial.

A transcrição realizada às fls. 3.541 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“Insiste o autor que, no cargo de Auxiliar de Central de Regulação, trabalhava em igualdade de condições que os Analistas de Regulação, tal qual Carol Azevedo, como relatado pela sua testemunha.

Todavia, há confissão expressa no depoimento do reclamante, no sentido de que ‘o depoente era assistente, mas no decorrer do tempo fazia o mesmo serviço do analista, ligava para as operadoras

pedindo autorizações; cobrava relatórios médicos; (...) como assistente ligava para as operadoras, cobrava relatório médico, cobrava diárias de internação de pacientes; que o analista analisava o que o depoente fazia para ver se estava tudo certo; que o depoente não verificava nenhum assistente.’ (ID. 20c1bf, grifos meus).

Patente que, embora o autor pudesse fazer parte do trabalho do Analista, eram diferentes suas responsabilidades.

Mantenho a sentença.” (fls. 3.499).

Como se verifica, o Regional registrou expressamente que as atividades realizadas pelo reclamante tinham responsabilidades distintas do cargo de analista.

Dessa forma, os arestos transcritos para o cotejo de teses são manifestamente inespecíficos (Súmula 296, I, do TST), uma vez que não partem da premissa registrada no presente caso, em que o autor desenvolvia atividades distintas dos cargos em que pleiteia o reconhecimento do desvio funcional.

Ante a aplicação do referido óbice processual, mostra-se inviável o exame da controvérsia, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Já quanto ao **terceiro** tópico (“*Adicional De Insalubridade*”), o reclamante sustenta que, apesar de desenvolver atividades eminentemente administrativas, laborou em ambiente hospitalar, estando sujeito à contaminação. Afirma que esteve exposto a contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, bem como com materiais não previamente esterilizados, fazendo *jus* ao adicional de insalubridade. Renova suas alegações de violação do artigo 192 da CLT e divergência jurisprudencial.

A transcrição realizada às fls. 3.544/3.545 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

No particular, o Regional decidiu:

“No laudo pericial de ID. 45a163c o vistor apurou que o reclamante - como Auxiliar Documentação Clínica até maio de 2015, passando a Auxiliar Central Regulação em 01/06/15 - atuava em atividades administrativas, na primeira função em posto de enfermagem próximo aos quartos de internação, na segunda função em local próximo à recepção principal. Afirmou o perito que ‘Segundo informações prestadas pelo próprio Reclamante durante a prova técnica, não mantinha contato físico com os pacientes internados, sangue, secreções, com objetos de uso dos enfermos contaminados, nem com materiais infecto contagiantes utilizados nos procedimentos médico-hospitalares.’, concluindo pela inexistência de insalubridade.

Não há como dar crédito à afirmação da testemunha do reclamante, no sentido de que ‘o reclamante tinha contato com os pacientes’, porque do seu relato das funções do autor não consta nenhuma atividade que implicava contato com pacientes, ficando desconectada esta afirmação do contexto, e porque a circunstância foi negada pela testemunha da ré.

Prevalecem, pois, as percepções do Vistor, segundo o qual ‘O AUTOR NÃO MANTINHA CONTATO FÍSICO COM OS PACIENTES, NEM COM OBJETOS DE USO DESTES INFECTADOS, CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA INSALUBRIDADE POR AGENTES BIOLÓGICOS’ (esclarecimentos ID. e85887f-caixa alta e negrito no original).

Neste contexto, irrelevante a quantidade ou percentual de pacientes com doenças infectocontagiosas, eis que com eles o reclamante não mantinha contato, sem olvidar que a norma regulamentar exige ‘contato permanente’, o que não restou provado no caso concreto. Mantenho a improcedência.” (fls. 3.500/3.501 – destaques acrescidos).

Nota-se que a pretensão recursal implica, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório, posto que a alegação do recorrente encontra-se diametralmente oposta à conclusão adotada pelo Tribunal Regional. Incide no caso, mais uma vez, o óbice previsto na Súmula 126 do TST, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **nego seguimento** ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000153-74.2019.5.02.0614

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	MARECHAL TITO POINT COMESTIVEIS LTDA.
ADVOGADO	DENIS SARAQ(OAB: 252006/SP)
AGRAVADO	SANDRA APARECIDA CAIAFA
ADVOGADO	EDGARD RODRIGUES TRAVASSOS(OAB: 138151/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARECHAL TITO POINT COMESTIVEIS LTDA.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR-1000153-74.2019.5.02.0614

AGRAVANTE: **MARECHAL TITO POINT COMESTIVEIS LTDA.**

ADVOGADO: Dr. DENIS SARAK

AGRAVADA: **SANDRA APARECIDA CAIAFA**

ADVOGADO: Dr. EDGARD RODRIGUES TRAVASSOS

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas **“CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NULIDADE DAS PROVAS PERICIAL E TESTEMUNHAL”, “INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT” e “ADICIONAL DE INSALUBRIDADE”**.

Quanto ao **terceiro** tema (*“Adicional De Insalubridade”*), foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro na Súmula 126 do TST.

Todavia, a reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a reclamada se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro** tema (*“Cerceamento Do Direito De Defesa. Nulidade Das Provas Pericial e Testemunhal”*), a reclamada sustenta que a decisão cerceou seu direito de defesa ao não declarar a nulidade das provas impugnadas. Afirma que o laudo

pericial inicialmente registrava a inexistência de insalubridade e, posteriormente, foi modificado com base tão somente no depoimento da testemunha da reclamante. Assevera que ficou demonstrado que havia interesse da testemunha e que o depoimento estava carregado de incertezas e falsas alegações. Afirma que colacionou aos autos provas suficientes para afastar a alegação de atividade insalubre. Alega violação dos artigos 457, § 2º, 472, 473, IV, 477, § 2º, I, 479 e 480 do CPC.

A transcrição realizada às fls. 400/401 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“III - DOS ESCLARECIMENTOS EXTEMPORÂNEOS DO PERITO/DA VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA

Aduz a reclamada que houve violação à segurança jurídica, na medida em que após a produção da prova oral, o Sr. Perito retificou a conclusão do trabalho técnico apresentado.

Sem razão.

Não há nada nos autos a gerar a nulidade pretendida. Em verdade a postulante está insatisfeita com o resultado alcançado por meio do trabalho pericial.

Tenho, portanto, que as razões do recurso não apontam qualquer vício capaz de ensejar nulidade processual. Ao contrário do alegado, após a produção de prova sobre as reais atividades desenvolvidas pela obreira foram prestados os esclarecimentos que o Julgador considerou pertinentes para formação de seu entendimento, bem como foram exauridas as análises necessárias pelo Perito.

Com efeito, o Juiz não está adstrito ao laudo pericial (artigo 479 do Código de Processo Civil). Assim, eventuais lapsos do estudo podem ser dirimidos pelos demais elementos de prova.

Rejeito.

IV - DA TESTEMUNHA CONTRADITADA

Insiste a reclamada na contradita da testemunha apresentada pela recorrida.

Inquirida, a testemunha negou a amizade íntima com a reclamante, ‘disse que conheceu a reclamante na reclamada, não frequentam a casa uma da outra, não saem juntas fora do ambiente de trabalho; exibida pelo patrono da reclamada fotografia publicada em rede social, afirma que tratou-se de encontros com o pessoal da reclamada, incluindo happy hour e festa de Natal da empresa; confirmou que compareceu ao chá de bebê do funcionário Anderson, sendo que compareceram várias pessoas do trabalho, inclusive a reclamante.’ (fls. 302)

Ora, o simples coleguismo presente nas relações de trabalho, o que inclusive é salutar ao ambiente laboral, não se confunde com

amizade íntima.

Acréscase a isso que inexistiu no processo qualquer elemento a evidenciar interesse da testemunha em beneficiar a reclamante e prejudicar a reclamada.

Ademais, nos termos do art. 371 do CPC1, o magistrado é livre na apreciação e valoração das provas.

Rejeito." (fls. 380/381 – destaques acrescidos).

Como se verifica, o Regional, analisando soberanamente o conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 126 do TST), registrou que não há qualquer vício na prova técnica produzida pelo perito, tampouco ficou provado interesse da testemunha capaz de invalidar seu depoimento. Dessa forma, não se verifica a violação aos artigos invocados, carecendo de transcendência o apelo no tópico.

Quanto ao **segundo** tópico ("*Intervalo Do Artigo 384 Da CLT*"), a reclamada afirma que a concessão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT não deve prosperar, pois fere o princípio da igualdade entre homem e mulher. Renova a alegação de violação do *caput* do artigo 5º da Constituição da República.

A transcrição realizada às fls. 404/405 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

No particular, o Regional decidiu:

"Inicialmente, entendo que, por se tratar de norma afeta ao direito material do trabalho, deve ser aplicada a legislação vigente à época dos fatos. Assim, antes da vigência da Lei 13.467/2017 (portanto, até 10/11/2017), possível a aplicação do quanto preconizado no artigo 384 da CLT. Após tal período, não há que se falar em intervalo previsto no artigo 384 da CLT, ante a ausência de previsão legal.

Ademais, até 10/11/2017, se por um lado a CRFB/88 consagrou a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, por outro, tal princípio não retirou a vigência do art. 384 da CLT.

Após a decisão pelo STF, no julgamento do RE 658.312/SC, com repercussão geral reconhecida, não mais se discute que o art. 384 da CLT tenha sido recepcionado pela CF, sendo a jurisprudência pacífica do C. TST no sentido de que referida pausa ostenta caráter de norma cogente, pois busca assegurar a higidez física e mental da trabalhadora, razão pela qual a sua inobservância não acarreta mera infração administrativa, mas impõe o efetivo pagamento do aludido intervalo como hora extraordinária, na forma preconizada pelo art. 71, § 4º, da CLT.

No âmbito deste Regional, a jurisprudência foi uniformizada com edição da Súmula n.º 28 que tanto destacou a recepção do dispositivo em comento pela Constituição Federal, quanto reconheceu às mulheres o direito de perceber como horas extras a

supressão do intervalo do art. 384 da CLT.

Nessa medida, a não concessão do intervalo pelo empregador acarreta-lhe a condenação no pagamento de 15 (quinze) minutos, a título de horas extras alusivas ao intervalo previsto no artigo 384 da Consolidação das Leis do Trabalho, não se tratando de mera infração administrativa.

No caso dos autos, incontroversas as prorrogações de jornada e que o intervalo de 15 minutos em tais ocasiões não foi respeitado, como demonstram os cartões de ponto (ID. cddad26) e o não pagamento do intervalo previsto no art. 384 da CLT, já que a defesa foi limitada a sustentar o caráter administrativo da eventual infração ao referido intervalo.

Desta feita, considerando que a autora foi admitida em 01/11/2011, e dispensada em 19/04/2018, e tendo em vista o advento da Lei 13467/2017, restam devidas as horas extras, como deferido na origem, porém até 10/11/2017.

Reformo a sentença de origem para limitar a condenação das horas extras decorrentes da supressão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT até 10/11/2017." (fls. 381/382 – destaques acrescidos).

Com expressa ressalva de entendimento deste Relator, a jurisprudência do TST se firmou no sentido de que o artigo 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição da República e o seu descumprimento gera o direito ao pagamento de horas extras. Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

"(...) INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. CONSTITUCIONALIDADE. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 658312 em 14/9/2021 (Tema 528 da Tabela de Repercussão Geral), confirmou a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição Federal, fixando a tese jurídica de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma aplica-se a todas as mulheres trabalhadoras. Ademais, a inobservância do citado dispositivo consolidado não constitui mera infração administrativa, mas enseja o pagamento do aludido intervalo como hora extraordinária, na forma do art. 71, § 4º, da CLT. Precedentes. Agravo a que se nega provimento. (...)" (TST-Ag-AIRR-3304-85.2013.5.02.0061, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 3/6/2022)

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do tema nº 528 da tabela de repercussão geral, fixou tese jurídica vinculante a todo o Poder Judiciário (inciso III do art. 927 do CPC c/c inciso II do § 5º do art. 988 do CPC) no sentido de que o artigo

384 da CLT não afronta ao princípio da isonomia e se aplica a todas as mulheres trabalhadoras.

No caso em análise, o Tribunal Regional consignou premissa fática insuscetível de reapreciação nessa instância extraordinária (Súmula nº 126 do TST), que foi reconhecido à reclamante o direito a horas extras, sendo incontroversa a ausência de concessão do intervalo do art. 384 da CLT.

Assim, a decisão regional está em conformidade com o entendimento exarado pelas Cortes Superiores, incidindo o óbice previsto na Súmula 333 do TST, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **não conheço** do agravo de instrumento quanto ao tema “*Adicional de insalubridade*”, e, quanto aos demais temas, **nego seguimento** ao apelo, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000153-74.2019.5.02.0614

Relator	SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE	MARECHAL TITO POINT COMESTIVEIS LTDA.
ADVOGADO	DENIS SARAQ(OAB: 252006/SP)
AGRAVADO	SANDRA APARECIDA CAIAFA
ADVOGADO	EDGARD RODRIGUES TRAVASSOS(OAB: 138151/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRA APARECIDA CAIAFA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AIRR-1000153-74.2019.5.02.0614

AGRAVANTE: **MARECHAL TITO POINT COMESTIVEIS LTDA.**

ADVOGADO: Dr. DENIS SARAQ

AGRAVADA: **SANDRA APARECIDA CAIAFA**

ADVOGADO: Dr. EDGARD RODRIGUES TRAVASSOS

GMSPM/rr/mvs

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Destaque-se que o acórdão regional foi publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017.

Estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade quanto à tempestividade, regularidade de representação e preparo.

As discussões cingem-se aos temas “**CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NULIDADE DAS PROVAS PERICIAL E TESTEMUNHAL**”, “**INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT**” e “**ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**”.

Quanto ao **terceiro** tema (“*Adicional De Insalubridade*”), foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro na Súmula 126 do TST.

Todavia, a reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que foi proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a reclamada se eximido desse ônus, mostra-se inviabilizada a admissão do seu agravo de instrumento. Portanto, **não conheço** do presente apelo, no particular.

Quanto ao **primeiro** tema (“*Cerceamento Do Direito De Defesa. Nulidade Das Provas Pericial e Testemunhal*”), a reclamada sustenta que a decisão cerceou seu direito de defesa ao não declarar a nulidade das provas impugnadas. Afirma que o laudo pericial inicialmente registrava a inexistência de insalubridade e, posteriormente, foi modificado com base tão somente no depoimento da testemunha da reclamante. Assevera que ficou demonstrado que havia interesse da testemunha e que o depoimento estava carregado de incertezas e falsas alegações. Afirma que colacionou aos autos provas suficientes para afastar a alegação de atividade insalubre. Alega violação dos artigos 457, § 2º, 472, 473, IV, 477, § 2º, I, 479 e 480 do CPC.

A transcrição realizada às fls. 400/401 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Na fração de interesse, o Regional registrou:

“III - DOS ESCLARECIMENTOS EXTEMPORÂNEOS DO PERITO/DA VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA

Aduz a reclamada que houve violação à segurança jurídica, na medida em que após a produção da prova oral, o Sr. Perito retificou a conclusão do trabalho técnico apresentado.

Sem razão.

Não há nada nos autos a gerar a nulidade pretendida. Em verdade a postulante está insatisfeita com o resultado alcançado por meio do trabalho pericial.

Tenho, portanto, que as razões do recurso não apontam qualquer vício capaz de ensejar nulidade processual. Ao contrário do alegado, após a produção de prova sobre as reais atividades desenvolvidas pela obreira foram prestados os esclarecimentos que o Julgador considerou pertinentes para formação de seu entendimento, bem como foram exauridas as análises necessárias pelo Perito.

Com efeito, o Juiz não está adstrito ao laudo pericial (artigo 479 do Código de Processo Civil). Assim, eventuais lapsos do estudo podem ser dirimidos pelos demais elementos de prova.

Rejeito.

IV - DA TESTEMUNHA CONTRADITADA

Insiste a reclamada na contradita da testemunha apresentada pela recorrida.

Inquirida, a testemunha negou a amizade íntima com a reclamante, 'disse que conheceu a reclamante na reclamada, não frequentam a casa uma da outra, não saem juntas fora do ambiente de trabalho; exibida pelo patrono da reclamada fotografia publicada em rede social, afirma que tratou-se de encontros com o pessoal da reclamada, incluindo happy hour e festa de Natal da empresa; confirmou que compareceu ao chá de bebê do funcionário Ânderson, sendo que compareceram várias pessoas do trabalho, inclusive a reclamante.' (fls. 302)

Ora, o simples coleguismo presente nas relações de trabalho, o que inclusive é salutar ao ambiente laboral, não se confunde com amizade íntima.

Acresça-se a isso que inexistiu no processo qualquer elemento a evidenciar interesse da testemunha em beneficiar a reclamante e prejudicar a reclamada.

Ademais, nos termos do art. 371 do CPC1, o magistrado é livre na apreciação e valoração das provas.

Rejeito." (fls. 380/381 – destaques acrescidos).

Como se verifica, o Regional, analisando soberanamente o conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 126 do TST), registrou que não há qualquer vício na prova técnica produzida pelo perito, tampouco ficou provado interesse da testemunha capaz de invalidar seu depoimento. Dessa forma, não se verifica a violação aos artigos invocados, carecendo de transcendência o apelo no tópico.

Quanto ao **segundo** tópico ("*Intervalo Do Artigo 384 Da CLT*"), a reclamada afirma que a concessão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT não deve prosperar, pois fere o princípio da igualdade entre homem e mulher. Renova a alegação de violação do *caput* do artigo 5º da Constituição da República.

A transcrição realizada às fls. 404/405 atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

No particular, o Regional decidiu:

"Inicialmente, entendo que, por se tratar de norma afeta ao direito material do trabalho, deve ser aplicada a legislação vigente à época dos fatos. Assim, antes da vigência da Lei 13.467/2017 (portanto, até 10/11/2017), possível a aplicação do quanto preconizado no artigo 384 da CLT. Após tal período, não há que se falar em intervalo previsto no artigo 384 da CLT, ante a ausência de previsão legal.

Ademais, até 10/11/2017, se por um lado a CRFB/88 consagrou a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, por outro, tal princípio não retirou a vigência do art. 384 da CLT.

Após a decisão pelo STF, no julgamento do RE 658.312/SC, com repercussão geral reconhecida, não mais se discute que o art. 384 da CLT tenha sido recepcionado pela CF, sendo a jurisprudência pacífica do C. TST no sentido de que referida pausa ostenta caráter de norma cogente, pois busca assegurar a higidez física e mental da trabalhadora, razão pela qual a sua inobservância não acarreta mera infração administrativa, mas impõe o efetivo pagamento do aludido intervalo como hora extraordinária, na forma preconizada pelo art. 71, § 4º, da CLT.

No âmbito deste Regional, a jurisprudência foi uniformizada com edição da Súmula n.º 28 que tanto destacou a recepção do dispositivo em comento pela Constituição Federal, quanto reconheceu às mulheres o direito de perceber como horas extras a supressão do intervalo do art. 384 da CLT.

Nessa medida, a não concessão do intervalo pelo empregador acarreta-lhe a condenação no pagamento de 15 (quinze) minutos, a título de horas extras alusivas ao intervalo previsto no artigo 384 da Consolidação das Leis do Trabalho, não se tratando de mera infração administrativa.

No caso dos autos, incontroversas as prorrogações de jornada e que o intervalo de 15 minutos em tais ocasiões não foi respeitado, como demonstram os cartões de ponto (ID. cddad26) e o não pagamento do intervalo previsto no art. 384 da CLT, já que a defesa foi limitada a sustentar o caráter administrativo da eventual infração ao referido intervalo.

Desta feita, considerando que a autora foi admitida em 01/11/2011, e dispensada em 19/04/2018, e tendo em vista o advento da Lei

13467/2017, restam devidas as horas extras, como deferido na origem, porém até 10/11/2017.

Reformo a sentença de origem para limitar a condenação das horas extras decorrentes da supressão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT até 10/11/2017." (fls. 381/382 – destaques acrescidos).

Com expressa ressalva de entendimento deste Relator, a jurisprudência do TST se firmou no sentido de que o artigo 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição da República e o seu descumprimento gera o direito ao pagamento de horas extras. Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

"(...) INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. CONSTITUCIONALIDADE. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 658312 em 14/9/2021 (Tema 528 da Tabela de Repercussão Geral), confirmou a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição Federal, fixando a tese jurídica de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma aplica-se a todas as mulheres trabalhadoras. Ademais, a inobservância do citado dispositivo consolidado não constitui mera infração administrativa, mas enseja o pagamento do aludido intervalo como hora extraordinária, na forma do art. 71, § 4º, da CLT. Precedentes. Agravo a que se nega provimento. (...)" (TST-Ag-AIRR-3304-85.2013.5.02.0061, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 3/6/2022)

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do tema nº 528 da tabela de repercussão geral, fixou tese jurídica vinculante a todo o Poder Judiciário (inciso III do art. 927 do CPC c/c inciso II do § 5º do art. 988 do CPC) no sentido de que o artigo 384 da CLT não afronta ao princípio da isonomia e se aplica a todas as mulheres trabalhadoras.

No caso em análise, o Tribunal Regional consignou premissa fática insuscetível de reapreciação nessa instância extraordinária (Súmula nº 126 do TST), que foi reconhecido à reclamante o direito a horas extras, sendo incontroversa a ausência de concessão do intervalo do art. 384 da CLT.

Assim, a decisão regional está em conformidade com o entendimento exarado pelas Cortes Superiores, incidindo o óbice previsto na Súmula 333 do TST, não havendo como reconhecer a transcendência da causa (artigo 896-A da CLT), em qualquer de suas modalidades.

Nesse contexto, **não conheço** do agravo de instrumento quanto ao tema "Adicional de insalubridade", e, quanto aos demais temas,

nego seguimento ao apelo, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2023.

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Secretaria de Processamento de Recursos

Extraordinários

Despacho

Processo Nº ED-ARR-0000109-22.2013.5.01.0061

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX - MOBILTEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	RODRIGO DOS SANTOS DIAS
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Pedro Emygdio Cabral de Vasconcellos(OAB: 146062-A/RJ)
Advogada	Karina Graça de Vasconcellos Rêgo(OAB: 92896-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX - MOBILTEL S.A.
- RODRIGO DOS SANTOS DIAS

Mediante petição de **nº 106401/2023-6, CONTAX S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, notícia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100. Ainda, solicita que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de Cristiano de Lima Barreto Dias – OAB/RJ nº 92.784,

Desta forma, requer: **a)** a manutenção da suspensão processual determinada na ação trabalhista até o prazo final de 180 (cento e oitenta) dias; **b)** a proibição de atos constritivos; **c)** que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa; **d)** que seja reconhecida, a partir de 09/06/2022, a isenção de depósitos recursais para a interposição de recursos, bem como reconhecida a desnecessidade de garantia do Juízo para futura condenação; **e)** que existindo garantias creditadas nos autos

do processo pela Reclamada, que sejam imediatamente liberadas em favor da Companhia; **f)** que sejam habilitados nos autos da Recuperação Judicial todo crédito trabalhista, inclusive os retardatários, para que a quitação do débito seja realizada nos termos do Plano de Pagamento já aprovado pelo Juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais; e **g)** também que seja determinada a suspensão de eventual crédito oriundo deste feito trabalhista junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.

Quanto à petição de nº **319073/2023-6**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** (Seq.52 a 54) de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se as partes requerentes para que se manifestem no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não constam no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0020551-88.2017.5.04.0124

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
Procurador	Juliano de Angelis
Recorrente	MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora	Lucília Furtado
Recorrido	SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Marta Adriana Silveira(OAB: 36451-A/RS)
Recorrido	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
Procurador	Juliano de Angelis
Recorrido	MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora	Lucília Furtado
Recorrido	MARILAINÉ GARCIA MACHADO DOS SANTOS

Advogado

Vanessa Enderle Bohns(OAB: 73510-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARILAINÉ GARCIA MACHADO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
- SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Por meio da petição nº **176863/2023-3**, SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA vem informar que foi deferido o processamento de sua recuperação judicial. Formula os seguintes requerimentos: **(a)** a retificação do polo passivo, para que conste ao final do nome empresarial a expressão "em recuperação judicial"; **(b)** a suspensão das execuções e de todo e qualquer meio expropriatório em decorrência do deferimento do processamento da recuperação judicial; **(c)** o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, com o julgamento de improcedência do pedido de honorários sucumbenciais em favor dos advogados da parte autora, ou, sucessivamente, a suspensão do crédito honorário, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT; **(d)** que os critérios de juros e correção monetária obedeçam aos critérios definidos no art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005; **(e)** que não sejam aplicadas as multas dos arts. 467 e 477.

Determino:

1. **Defiro** o pedido de letra **"(a)"**, relativo à retificação do polo passivo.
2. No tocante ao requerimento de letra **"(b)"**, **indefiro** o pedido de suspensão/prorrogação da ação/execução, diante do que dispõe o art. 6º, caput, c/c §2º, da Lei nº 11.101/2005.
3. Quanto ao pleito de letra **"(c)"**, em que pese à possibilidade de concessão de gratuidade de justiça à pessoa jurídica, conforme art.98 do CPC é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de arcar com as despesas do processo, o que não foi feito pelo requerente. O documento intitulado "Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital", juntado pela parte, indica que, para o ano de 2022, o ativo da empresa foi exatamente igual ao passivo, no montante de R\$ 49.746.510,32, demonstrando se tratar de empresa com capital. Assim, **indefiro** o pedido.
4. Em relação aos pedidos de letras **"(d)"** e **"(e)"**, **nada a deferir**, uma vez que pretende a parte que a Vice-Presidência adote providências cuja análise foge às suas atribuições, a teor do disposto no art. 42 do RITST.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos

conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-Ag-RRAg-0020406-07.2018.5.04.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
Procurador	Juliano de Angelis
Procuradora	Renata de Carvalho Accioly Lima
Recorrido	SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Henrique Cusinato Hermann(OAB: 46523/RS)
Advogado	Simone Machado dos Reis(OAB: 83763-A/RS)
Recorrido	LIDIO JESUS ROMERO CARDOSO
Advogado	Vanessa Enderle Bohns(OAB: 73510-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIDIO JESUS ROMERO CARDOSO
- SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Por meio da petição nº **176892/2023**, SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA vem informar que foi deferido o processamento de sua recuperação judicial. Formula os seguintes requerimentos: **(a)** a retificação do polo passivo, para que conste ao final do nome empresarial a expressão "em recuperação judicial"; **(b)** a suspensão das execuções e de todo e qualquer meio expropriatório em decorrência do deferimento do processamento da recuperação judicial; **(c)** o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, com o julgamento de improcedência do pedido de honorários sucumbenciais em favor dos advogados da parte autora, ou, sucessivamente, a suspensão do crédito honorário, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT; **(d)** que os critérios de juros e correção monetária obedeçam aos critérios definidos no art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005; **(e)** que não sejam aplicadas as multas dos arts. 467 e 477.

Determino:

- Defiro** o pedido de letra **"(a)"**, relativo à retificação do polo passivo.
- No tocante ao requerimento de letra **"(b)"**, **indefiro** o pedido de suspensão/prorrogação da ação/execução, diante do que dispõe

o art. 6º, caput, c/c §2º, da Lei nº 11.101/2005.

- Quanto ao pleito de letra **"(c)"**, em que pese à possibilidade de concessão de gratuidade de justiça à pessoa jurídica, conforme art.98 do CPC é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de arcar com as despesas do processo, o que não foi feito pelo requerente. O documento intitulado "Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital", juntado pela parte, indica que, para o ano de 2022, o ativo da empresa foi exatamente igual ao passivo, no montante de R\$ 49.746.510,32, demonstrando se tratar de empresa com capital. Assim, **indefiro** o pedido.
- Em relação aos pedidos de letras **"(d)"** e **"(e)"**, **nada a deferir**, uma vez que pretende a parte que a Vice-Presidência adote providências cuja análise foge às suas atribuições, a teor do disposto no art. 42 do RITST.

À SEPREG para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0020037-10.2018.5.04.0122

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora	Lucília da Silva Furtado
Recorrido	SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Henrique Cusinato Hermann(OAB: 46523/RS)
Advogado	Simone Machado dos Reis(OAB: 83763-A/RS)
Advogado	Joanna Rosa Conzatti de Souza(OAB: 102044-A/RS)
Recorrido	LIDIANE DINIZ DA SILVA
Advogado	Vanessa Enderle Bohns(OAB: 73510-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIDIANE DINIZ DA SILVA
- MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
- SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Por meio da petição nº **177917/2023**, SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA vem informar que foi deferido o processamento de sua recuperação judicial. Formula os seguintes

requerimentos: **(a)** a retificação do polo passivo, para que conste ao final do nome empresarial a expressão "em recuperação judicial"; **(b)** a suspensão das execuções e de todo e qualquer meio expropriatório em decorrência do deferimento do processamento da recuperação judicial; **(c)** o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, com o julgamento de improcedência do pedido de honorários sucumbenciais em favor dos advogados da parte autora, ou, sucessivamente, a suspensão do crédito honorário, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT; **(d)** que os critérios de juros e correção monetária obedeçam aos critérios definidos no art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005; **(e)** que não sejam aplicadas as multas dos arts. 467 e 477.

Determino:

1. **Defiro** o pedido de letra **"(a)"**, relativo à retificação do polo passivo.
2. No tocante ao requerimento de letra **"(b)"**, **indefiro** o pedido de suspensão/prorrogação da ação/execução, diante do que dispõe o art. 6º, caput, c/c §2º, da Lei nº 11.101/2005.
3. Quanto ao pleito de letra **"(c)"**, em que pese à possibilidade de concessão de gratuidade de justiça à pessoa jurídica, conforme art.98 do CPC é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de arcar com as despesas do processo, o que não foi feito pelo requerente. O documento intitulado "Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital", juntado pela parte, indica que, para o ano de 2022, o ativo da empresa foi exatamente igual ao passivo, no montante de R\$ 49.746.510,32, demonstrando se tratar de empresa com capital. Assim, **indefiro** o pedido.
4. Em relação aos pedidos de letras **"(d)"** e **"(e)"**, **nada a deferir**, uma vez que pretende a parte que a Vice-Presidência adote providências cuja análise foge às suas atribuições, a teor do disposto no art. 42 do RITST.

À SEPREG para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-RR-0010256-55.2017.5.15.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

Advogado	Juliana de Oliveira Costa Gomes Sato(OAB: 228657-A/SP)
Agravado(s)	MARIANA LOPES DA SILVA LIMA
Advogado	Marcelo Soares Magnani(OAB: 156460-A/SP)
Agravado(s)	MULTFIN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIANA LOPES DA SILVA LIMA
- MULTFIN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP
- SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

Juntem-se as petições nº 185129/2023-0 e nº 67440/2023-3.

Por meio da petição nº **185129/2023-0**, em resposta ao despacho de seq. 43, a reclamante MARIANA LOPES DA SILVA LIMA **manifesta seu pedido de renúncia** ao direito em relativamente à responsabilidade do 2º reclamado SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV.

Desse contexto, considerando os poderes específicos outorgados ao advogado subscritor da petição, homologo a renúncia formulada e, diante da perda do objeto do recurso extraordinário sobrestado por esta c. Corte, interposto pelo SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, **determino** à Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG que, após as anotações que se fizerem necessárias, proceda à remessa do processo ao Tribunal de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0101065-52.2020.5.01.0206

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	Amanda Colchete Pinto
Recorrido	KARIN CRISTINA MATTOS AZEVEDO
Advogado	Alessandro Baptista de Amorim(OAB: 105045-A/RJ)
Advogado	Paulo Victor Assumpção Moreira de Souza(OAB: 150491-A/RJ)
Advogado	José Ricardo Ramalho(OAB: 134032-A/RJ)
Recorrido	INSTITUTO BRASIL SAÚDE
Advogado	Rafael de Souza Lacerda(OAB: 300694-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- INSTITUTO BRASIL SAÚDE
- KARIN CRISTINA MATTOS AZEVEDO

Por meio das petições de **nº284286/2023-3 e 284269/2023-5**, ESTADO DO RIO DE JANEIRO apresenta desistência do recurso extraordinário interposto por Procuradora Estadual, na forma da Súmula nº 436 do C. TST.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, **acolho** o pleito formulado e **determino**:
I. A perda do objeto do recurso extraordinário, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II. À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES para que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis. Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0001499-70.2012.5.01.0058

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Recorrido	GILCEA DIAS PEREIRA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- GILCEA DIAS PEREIRA

Mediante petição de **nº 29395/2023-9**, LIQ CORP S.A., noticia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100. Ainda, solicita que todas as **intimações e**

publicações sejam emitidas **exclusivamente** em nome de Cristiano de Lima Barreto Dias – OAB/RJ nº 92.784, Desta forma, requer: **a)** a manutenção da suspensão processual determinada na ação trabalhista até o prazo final de 180 (cento e oitenta) dias; **b)** a proibição de atos constritivos; **c)** que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa; **d)** que seja reconhecida, a partir de 09/06/2022, a isenção de depósitos recursais para a interposição de recursos, bem como reconhecida a desnecessidade de garantia do Juízo para futura condenação; **e)** que existindo garantias creditadas nos autos do processo pela Reclamada, que sejam imediatamente liberadas em favor da Companhia; **f)** que sejam habilitados nos autos da Recuperação Judicial todo crédito trabalhista, inclusive os retardatários, para que a quitação do débito seja realizada nos termos do Plano de Pagamento já aprovado pelo Juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais; e **g)** também que seja determinada a suspensão de eventual crédito oriundo deste feito trabalhista junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, bem como que regularize a sua representação processual, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social e regularização processual da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000514-31.2010.5.01.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	TNL CONTAX
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)
Advogado	Eduardo Chalfin(OAB: 53588/RJ)
Recorrido	HEDLAINE MATTOS WINTER
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.

- HEDLAINE MATTOS WINTER
- TNL CONTAX

Mediante petição de nº 313410/2023-1, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da TNL CONTAX.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000105-49.2012.5.01.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO CITICARD S.A.
Advogado	Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Recorrido	LEONARDO BILHALBA DE CARVALHO
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITICARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- LEONARDO BILHALBA DE CARVALHO

Mediante petição de nº 316073/2023-7, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (nova denominação de LIQ CORP S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de

modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono.

Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifestem no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0121600-93.2009.5.01.0074

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogada	Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)
Recorrido	LÍDIA FERREIRA PORTER
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- LÍDIA FERREIRA PORTER

Mediante petição de nº 316102/2023, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos

autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-ED-ED-ARR-0000583-74.2010.5.01.0068

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Recorrido	LILIAN PAIVA LOURENÇO
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- LILIAN PAIVA LOURENÇO

Mediante petição de nº **316113/2023-5**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-ED-RR-0001473-19.2012.5.01.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	MARCELO SOUZA DA SILVA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- MARCELO SOUZA DA SILVA

Mediante petição de nº **191916/2023-0**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requerer a juntada dos documentos em anexo, para regularização de sua representação processual, ratificando os atos antes praticados e requerendo o conhecimento da petição apresentada.

Quanto à petição nº **316576/2023-5**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPREX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000745-44.2011.5.01.0065

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente CONTAX - MOBITELE S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Recorrido RAQUEL PATRICIA SOUZA DA SILVA
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX - MOBITELE S.A.
- RAQUEL PATRICIA SOUZA DA SILVA

Mediante petição de nº **318430/2023**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITELE S.A. Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento. À SEPREG para as providências cabíveis. Publique-se. Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0010523-53.2014.5.01.0026

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente CONTAX-MOBITELE S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/SP)
Recorrido PAULO CÉSAR RODRIGUES BATISTA

Advogada Lígia Magalhães Ramos Barbosa(OAB: 73808-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX-MOBITELE S.A.
- ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
- PAULO CÉSAR RODRIGUES BATISTA

Mediante petição de nº **318921/2023-9**, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITELE S.A. Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento. À SEPREG para as providências cabíveis. Publique-se. Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0001520-46.2011.5.01.0037

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente CONTAX-MOBITELE S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido BANCO ITAUCARD S.A. E OUTRO
Advogado Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Recorrido OI MÓVEL S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado Sérgio Coelho e Silva Pereira(OAB: 75789/RJ)
Recorrido SUZANE FERREIRA BURITY
Advogado Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A. E OUTRO
- CONTAX-MOBITELE S.A.
- OI MÓVEL S.A.

- SUZANE FERREIRA BURITY

Mediante petição de nº 319111/2023-7, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRESX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-000011-59.2010.5.01.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogada	Karina Graça de Vasconcellos Rêgo(OAB: 92896-A/RJ)
Advogado	Carina Furtado de Lima(OAB: 179969-A/RJ)
Recorrido	SARIDIELLY SARAH FLORESTA SOARES
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- SARIDIELLY SARAH FLORESTA SOARES

Mediante petição de nº 319160/2023, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus**

atos constitutivos e do instrumento de procuração de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRESX para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0000132-80.2011.5.01.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Advogado	Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 355271/RJ)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Priscila Mathias de Moraes Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)
Advogado	Eduardo Chalfin(OAB: 53588/RJ)
Recorrido	VALÉRIA MARIA DE ALMEIDA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- VALÉRIA MARIA DE ALMEIDA

Quanto à petição de nº 319386/2023-8, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo

passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0000086-19.2011.5.01.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 2513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Carlos Eduardo Bosísio(OAB: 16162/RJ)
Recorrido	VALESKA SALES ROCHA SIPAUBA
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- VALESKA SALES ROCHA SIPAUBA

Quanto à petição de nº 319392/2023-8, CONTAX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (requer a **juntada atualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração** de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **Raphael Rajão Reis de Caux**, OAB/RJ nº 215.387, para fins do art. 272, §5º, do CPC.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da CONTAX-MOBITEL S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000208-59.2021.5.12.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	JULIANA VICHIEIT DEMETRIO
Advogado	Gabriel Mendes dos Santos(OAB: 45711-A/SC)
Advogada	Aline Cristiane Corrêa dos Santos(OAB: 41126-A/SC)
Recorrido	MUNICIPIO DE IMBITUBA
Advogado	Diego da Rosa Sena Silveira(OAB: 23867-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANA VICHIEIT DEMETRIO
- MUNICIPIO DE IMBITUBA

Por meio da petição de nº332961/2023-3, JULIANA VICHIEIT DEMETRIOapresenta desistência do **recurso extraordinário** interposto e há nos autos procuração outorgando poderes ao advogado subscritor da peça, com poderes para desistir, conforme fl. 11.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, **acolho** o pleito formulado e **determino**:

I. A perda do objeto do recurso extraordinário (SEQ. 19), nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II. À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES para que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-RRAg-0010836-25.2018.5.03.0153

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Recorrido	CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S.A.
Advogado	André Luís Torres Pessoa(OAB: 19503 -A/BA)
Recorrido	HUDSON JOSÉ DA SILVA

Advogado Joaquim Donizeti Crepaldi(OAB: 40924/MG)

- RAMSES COSTA CASTANHEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S.A.
- HUDSON JOSÉ DA SILVA

Junte-se.

Inicialmente, **corrija-se a autuação**, para que conste como parte recorrente “CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.” e como partes recorridas “HUDSON JOSÉ DA SILVA” e “CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S.A.”.

Mediante petição de nº 35567/2023-9, CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A apresenta desistência do recurso extraordinário interposto e há nos autos procuração outorgando poderes ao advogado subscritor da peça, com poderes para desistir, conforme procuração e substabelecimento de seqs. 41 e 42.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC,**acolho** pleito formulado **edetermino**:

I - A perda de objeto do recurso, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II - À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ARE-1000752-98.2016.5.02.0361

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado	Fernando Teixeira Abdala(OAB: 24797 -A/DF)
Agravado(s)	RAMSES COSTA CASTANHEIRO
Advogado	Luiz Fernando Pereira(OAB: 142670-D/SP)
Agravado(s)	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogada	Tattiany Martins Oliveira(OAB: 300178/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA.
- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Junte-se.

Mediante petição de nº 358806/2023-1, CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA apresenta desistência do agravo em recurso extraordinário interposto e há nos autos procuração outorgando poderes ao advogado subscritor da peça, com poderes para desistir, conforme fl. 619.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC,acolho pleito formulado edetermino:

I - A perda de objeto do recurso, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II - À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPREG que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0000096-76.2010.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrido	BANCO ITAÚ CARTÕES S.A.
Advogado	Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Pedro Emygdio Cabral de Vasconcellos(OAB: 146062-A/RJ)
Advogada	Karina Graça de Vasconcellos Rêgo(OAB: 92896-A/RJ)
Recorrido	CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Raphael Rajão Reis de Caux(OAB: 106383/MG)
Recorrido	BRUNO SANTA ANNA DOS SANTOS
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAÚ CARTÕES S.A.
- BRUNO SANTA ANNA DOS SANTOS
- CONTAX S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Mediante petição de nº 35940/2023-6, CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, noticia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São

Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requer a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos. Requer, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Por fim, requerem que todas as publicações sejam emitidas exclusivamente em nome de Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias. Em relação à prorrogação do *stay period*, **indefiro** o pedido de suspensão/prorrogação da ação/execução, diante do que dispõe o art. 6º, caput, c/c §2º, da Lei nº 11.101/2005.

Sobre o requerimento de proibição de atos constritivos, nada a deferir, uma vez que pretende a parte que a Vice-Presidência adote providências cuja análise foge às suas atribuições, a teor do disposto no art. 42 do RITST.

Em relação ao pedido de intimação e notificações exclusivas, **indefiro**, uma vez que novo patrono foi constituído no presente processo, em petição mais recente de nº 311255/2023-4.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0020596-90.2018.5.04.0372

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	SOCIEDADE BENEFICENTE SAPIRANGUENSE
Advogada	Márcia Pessin(OAB: 30305/RS)
Recorrido	CRISTIANO LUIS SCHWABE
Advogada	Paula Renata Pereira(OAB: 83369-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANO LUIS SCHWABE
- SOCIEDADE BENEFICENTE SAPIRANGUENSE

Junte-se.

Mediante petição de nº 360083/2023-0, SOCIEDADE BENEFICENTE SAPIRANGUENSE apresenta desistência do recurso extraordinário interposto e há nos autos procuração

outorgando poderes ao advogado subscritor da peça, com poderes para desistir, conforme fl. 49.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, acolho pleito formulado e determino:

I - A perda de objeto do recurso, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II - À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe os autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001283-27.2014.5.03.0174

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Cristiano Freitas Fontoura(OAB: 116196/MG)
Recorrido	CLAUDINEI MARCELINO
Advogado	Moises Almeida Barbosa(OAB: 114148/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDINEI MARCELINO
- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.

Junte-se.

Mediante petição de nº 377312/2023-2, FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A apresenta desistência do recurso extraordinário interposto e há nos autos procuração outorgando poderes ao advogado subscritor da peça, com poderes para desistir, conforme fls. 298-300.

Considerando que o pedido de desistência é ato unilateral e independe de anuência do recorrido ou dos litisconsortes, nos termos do art. 998 do CPC, acolho pleito formulado e determino:

I - A perda de objeto do recurso, nos termos do art. 485, VIII, do CPC;

II - À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários - SEPRES que, observadas as formalidades pertinentes, encaminhe

os autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000779-53.2015.5.05.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente	LIQ CORP S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Antônio Braz da Silva(OAB: 12450/PE)
Recorrido	JORGE RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR
Advogada	Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- JORGE RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR
- LIQ CORP S.A.

Mediante petição de nº **45683/2023-0**, CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e demais Empresas do Grupo Econômico, noticiam que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requerem a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos. Requerem, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Intimem-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, eis que não foram juntados aos autos documentos a fim de comprovar a alteração na denominação social da LIQ CORP S.A.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0001710-68.2010.5.03.0140

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	LIQ CORP S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Embargado(a)	CLÁUDIA MACIEL SENA
Advogado	Juliano Pereira Nepomuceno(OAB: 73683-A/MG)
Embargado(a)	OI MÓVEL S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIA MACIEL SENA
- LIQ CORP S.A.
- OI MÓVEL S.A.

Mediante petição de nº **48946/2023**, CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, e demais empresas do grupo econômico, noticiam que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requer a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos. Requer, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Intime-se a requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, bem como que os advogados subscritores da petição apresentem procuração válida nos autos para representar a CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0002152-23.2012.5.03.0024

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Agravante(s) CONTAX S.A.
Advogada Loyanna de Andrade Miranda(OAB: 111202-A/MG)
Agravado(s) LEONARDO ELIAS DE MACEDO E OUTRA
Advogado Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa(OAB: 134459-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX S.A.
- LEONARDO ELIAS DE MACEDO E OUTRA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Mediante petição de nº **49030/2023**, CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL noticia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requer a prorrogação do stay period pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos.

Requer, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Quanto aos requerimentos, **indefiro os pedidos**, uma vez que o advogado subscritor da petição não possui procuração válida nos autos para representar a CONTAX S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0000005-17.2013.5.03.0015

Complemento Processo Eletrônico
Embargante TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Embargado(a) CONTAX S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Embargado(a) CÉLIA SOARES E OUTRA
Advogado Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa(OAB: 134459-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX S.A.
- CÉLIA SOARES E OUTRA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Mediante petições de nº **51223/2023** e nº **51232/2023**, ambas iguais, CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, noticia que o Juízo Empresarial da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa em questão e de todo o seu Grupo Econômico nos autos do Processo nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Desta forma, requer a prorrogação do stay period pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e abstenção da Justiça Trabalhista de quaisquer atos constritivos. Requer, ainda, que os credores sejam advertidos caso insistam na perseguição de seu crédito em via diversa.

Intime-se a requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias a que vem nos autos, já que não consta no polo passivo do presente processo, bem como que regularize a sua representação processual.

Ultrapassado o prazo sem manifestação, voltem-me os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

À SEPRES para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000603-80.2013.5.03.0011

Complemento Processo Eletrônico
Embargante LIQ CORP S.A.
Advogado Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918/SP)
Agravante(s) TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado Wellington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)
Agravado(s) STEPHANIE RODRIGUES IZAIAS

Advogado Fernando Antônio Monteiro de Souza
Costa(OAB: 134459-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIQ CORP S.A
- STEPHANIE RODRIGUES IZAIAS
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Em relação à petição denº 697330/2022,a requerente informa que houve alteração na razão social da CONTAX MOBITELE S.A. para LIQ CORP S/A. Assim, requer **ajuntadaatualizada dos seus atos constitutivos e do instrumento de procuração**de modo a solicitar a retificação de sua qualificação e habilitação de patrono. Requer, ainda, que todas as **intimações e publicações** sejam emitidas **exclusivamente** em nome de **DANIEL BATTIPAGLIA SGAI,OAB/SP n. 214.918**, para fins do art. 272, §5º, do CPC. Verifica-se que o requerente juntou aos autos os seguintes documentos: ata da assembleia geral extraordinária de transformação (Seq. 62) procuração e substabelecimento, devidamente assinados, com discriminação dos poderes ao advogado constituído (Seq. 63 e 64).

Nestes termos,**defiro os pedidos**e determino a alteração da qualificação da reclamada e a habilitação, com intimações e publicações exclusivas, em relação ao patrono indicado.

À SEPREG para as providências cabíveis.

Após, cumpridas as providências determinadas, retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0101018-03.2016.5.01.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Advogado	Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Agravado(s)	GUILHERME DOS SANTOS VARELA
Advogada	Carolina Castelo Branco Ribeiro(OAB: 138197/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- GUILHERME DOS SANTOS VARELA

Por meio da petição de nº 111760/2021-7,GUILHERME DOS SANTOS VARELAinforma que **renuncia ao pedido relativo à "aplicação do divisor 200 às horas extras"**, produzindo efeitos na forma do artigo 487, II, "c", do CPC, e a perda de objeto do recurso extraordinário da reclamada. Requer, ainda, que os autos remetidos ao TRT da 1º região para o regular prosseguimento do feito.

Importante destacar que tal matéria é o único tema objeto do recurso extraordinário interposto pela reclamada COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.

De tal modo, **determino** a intimação da reclamada COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAEpara que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste sobre o pedido de renúncia apresentado pela reclamante e eventual perda do objeto de seu recurso.

Após, voltem-me os autos conclusos.

À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários – SEPREG para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0000017-75.2011.5.03.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Luiz Flávio Valle Bastos(OAB: 52529/MG)
Recorrente(s)	BANCO BMG S.A.
Advogada	Carla Luíza de Araújo Lemos(OAB: 122249-A/RJ)
Recorrido(s)	PÉRSIA LÚCIA E SILVA
Advogado	Juliano Pereira Nepomuceno(OAB: 73683-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- PÉRSIA LÚCIA E SILVA

Mediantepetição nº 336521/2023-9, em **resposta ao despacho de seq. 43**, a reclamante PÉRSIA LÚCIA E SILVA informa quepossuiinteressena designação de audiência de conciliaçãocom o reclamado BANCO BMG S.A., conforme requerido pela referida parte napetição nº 268805/2023-7. Juntem-se as petições nº 336521/2023-9enº 349727/2023-8.

Assim, considerando o interessado reclamante e do reclamado BANCO BMG S.A., **determino** encaminhamento ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para o agendamento de pauta de audiência de conciliação e demais providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0011436-49.2017.5.03.0131

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	TRANSCARGAS CAMILO DOS SANTOS LTDA
Advogado	Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718/RJ)
Agravante(s) e Agravado(s)	WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Tatiane De Cicco Nascimben Chadid(OAB: 201296-A/SP)
Agravado(s)	TIAGO DE JESUS CARVALHO
Advogado	Mardem Souza Macedo(OAB: 102765-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- TIAGO DE JESUS CARVALHO
- TRANSCARGAS CAMILO DOS SANTOS LTDA
- WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Mediante petição de nº **344591/2023-5**, TRANSCARGAS CAMILO DOS SANTOS LTDA informa que **possui interesse na designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001408-32.2012.5.09.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada	Ana Regina Marques Brandão(OAB: 4891/AL)
Advogado	Rafael Sganzerla Durand(OAB: 211648-A/SP)
Embargado(a)	ESTADO DO PARANÁ
Procurador	Jorge Haroldo Martins
Embargado(a)	CLEVERSON RODRIGUES
Advogado	Mainar Rafael Viganó(OAB: 25798-A/PR)
Embargado(a)	ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
Embargado(a)	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogada	Solange Rita Marczyński(OAB: 14268-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
- BANCO DO BRASIL S.A.
- CLEVERSON RODRIGUES
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- ESTADO DO PARANÁ

Mediante petição de nº **351131/2023-4**, CLEVERSON RODRIGUES manifesta interesse na composição entre as partes.

Diante do pedido de conciliação apresentado nos autos, ao **Centro**

Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0100738-91.2019.5.01.0061

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Ricardo Almeida Ribeiro da Silva
Agravado(s)	ANDRE LUIS DE MORAIS FERREIRA
Advogado	Mariana Fidelis de Aragao Page(OAB: 218296-A/RJ)
Advogado	Tatiane Oliveira de Aragao(OAB: 202078-A/RJ)
Agravado(s)	AMBIENTAL SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	Rodrigo Galante do Prado(OAB: 199635-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTAL SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
- ANDRE LUIS DE MORAIS FERREIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Mediante petição de nº **354597/2023-4**, há **interesse** na **designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0010196-09.2016.5.03.0180

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SERGIO ZVEITER
Advogado	Antônio Fabrício de Matos Gonçalves(OAB: 59472-A/MG)
Advogado	Alex Santana de Novais(OAB: 64101/MG)
Agravado(s)	IDEILDO DE OLIVEIRA REIS
Advogada	Maria Clara Pessoa Moreira de Lellis(OAB: 124709-A/MG)
Agravado(s)	EDIMINAS S.A. - EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS E OUTRA
Advogado	Leandro Tadeu Prates de Freitas(OAB: 91804/MG)
Agravado(s)	CENTRAL TVA TELEVISÃO POR ASSINATURA E RÁDIO DIFUSÃO LTDA.
Advogado	Mateus de Moura Lima Gomes(OAB: 105880/MG)
Advogado	Alex Santana de Novais(OAB: 64101/MG)
Agravado(s)	DEL REY RÁDIO DIFUSÃO LTDA. E OUTRA
Advogado	Daniel Costa Reis Pereira(OAB: 137628/MG)
Advogado	Luiz Felipe Mucci Barbosa(OAB: 123899/MG)
Agravado(s)	BRUNO JACQUES CARNEIRO E OUTROS
Advogado	Ronaldo Mariani Bittencourt(OAB: 53508/MG)
Advogado	Dênio Moreira de Carvalho Júnior(OAB: 41796-A/MG)
Agravado(s)	LUCIANO RESENDE MARTINS DE SOUZA
Agravado(s)	THIAGO QUEIROZ BORGES MUNIZ
Agravado(s)	RUY ADRIANO BORGES MUNIZ
Agravado(s)	ISAAC MOTEL ZVEITER
Agravado(s)	LUIZ ZVEITER

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO JACQUES CARNEIRO E OUTROS
- CENTRAL TVA TELEVISÃO POR ASSINATURA E RÁDIO DIFUSÃO LTDA.
- DEL REY RÁDIO DIFUSÃO LTDA. E OUTRA

- EDIMINAS S.A. - EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS E OUTRA
- IDEILDO DE OLIVEIRA REIS
- ISAAC MOTEL ZVEITER
- LUCIANO RESENDE MARTINS DE SOUZA
- LUIZ ZVEITER
- RUY ADRIANO BORGES MUNIZ
- SERGIO ZVEITER
- THIAGO QUEIROZ BORGES MUNIZ

Mediante petição de nº **354604/2023-8**, as partes informam que **possuem interesse** na **designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001630-42.2012.5.06.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO S.A. - CELPE
Advogado	Erick Wilson Pereira(OAB: 20519/DF)
Advogada	Maria de Fátima Teixeira(OAB: 56341/DF)
Advogada	Letícia Moreira Silva(OAB: 62967/DF)
Agravado(s)	IRANILSON VICENTE FERREIRA
Advogado	Antônio Henrique da Fonseca(OAB: 10432/PE)
Advogado	Emir Menezes de Freitas Júnior(OAB: 12265/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO S.A. - CELPE
- IRANILSON VICENTE FERREIRA

Mediante petição de nº **356999/2023-6**, COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO S.A. - CELPE informa que **possui interesse** na **designação de audiência de conciliação**.

Juntem-se as petições nº **356999/2023-6** e nº **367790/2023-6**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000981-09.2014.5.17.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ÁGUIA BRANCA LOGÍSTICA S.A.
Advogado	Sandro Vieira de Moraes(OAB: 6725-A/ES)
Agravado(s)	MANOEL MENDES DOS SANTOS
Advogado	Ari Fontes de Oliveira(OAB: 9006/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL MENDES DOS SANTOS
- ÁGUIA BRANCA LOGÍSTICA S.A.

Mediante petição de nº **361075/2023-9**, ÁGUIA BRANCA LOGÍSTICA S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-E-ED-ARR-0023100-41.2010.5.17.0161

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074-A/RO)
Advogado	Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264-A/RO)
Agravado(s)	VIX LOGISTICA S/A
Advogado	Sandro Vieira de Moraes(OAB: 6725-A/ES)
Agravado(s)	RYCHELME BINDACO ROSA
Advogado	Thyago Salvador de Freitas(OAB: 14975-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RYCHELME BINDACO ROSA
- VIX LOGISTICA S/A

Mediante petição de nº **362067/2023-8**, VIX LOGISTICA S/A informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-RRAg-0101148-21.2017.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	VIX LOGÍSTICA S.A. E OUTRO
Advogado	Mário Cláudio Gonçalves Roballo(OAB: 99133/RJ)
Agravante(s) e Agravado(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037/RJ)
Agravado(s)	JACSON PASSOS DE OLIVEIRA
Advogado	Oswaldo Luiz Galaxe de Andrade(OAB: 145714-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JACSON PASSOS DE OLIVEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VIX LOGÍSTICA S.A. E OUTRO

Mediante petição de nº **371003/2023-7**, VIX LOGÍSTICA S/A e VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA informam que possuem interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0102459-50.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Agravante(s) VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA.
Advogado Mario Claudio Goncalves Roballo(OAB: 99133-A/RJ)
Advogado Michele Huber da Silveira Moreira(OAB: 186913-A/RJ)
Advogado Vinicius Elmor Duarte(OAB: 199971-A/RJ)
Agravado(s) MARCO ANTONIO SABADINE DE SOUZA
Advogado Carlos Renato Guerra da Fonseca(OAB: 104487-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCO ANTONIO SABADINE DE SOUZA
- VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA.

Mediante petição de nº **371087/2023-8**, VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA.informa que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0002109-85.2013.5.03.0110

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente(s) BANCO BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A.
Advogado José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Recorrente(s) ATENTO BRASIL S.A.
Advogado Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Recorrido(s) BRUNA GOMES AZEVEDO
Advogado James Anderson Narciso Filho(OAB: 120613/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A.
- BRUNA GOMES AZEVEDO

Mediante petição de nº **375899/2023-9**, BANCO BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A.informa que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº

2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-1000140-69.2020.5.02.0443

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS
Advogado Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Advogada Andressa Pimentel de Almeida Batista(OAB: 286454-A/SP)
Agravado(s) JOSE DOMINGOS PEREIRA
Advogada Maria Carolina de Oliveira Soares(OAB: 139401-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE DOMINGOS PEREIRA
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS

Mediante petição de nº **353536/2023-7**, há**interessena designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-RR-1000983-42.2017.5.02.0442

Complemento Processo Eletrônico
Recorrente(s) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS
Advogado Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Advogada Andressa Pimentel de Almeida Batista(OAB: 286454-A/SP)
Recorrido(s) JOSÉ MARCELO GUILHERMINO DE OLIVEIRA
Advogada Maria Carolina de Oliveira Soares(OAB: 139401-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ MARCELO GUILHERMINO DE OLIVEIRA

- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO
PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS

Mediante petição de nº **353542/2023-7**, a parte informa
que **possui interesse na designação de audiência de
conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de
Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº
2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-1000451-24.2015.5.02.0447

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO
Advogado	Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Advogado	Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639/MG)
Agravado(s)	VALDIR MARTINS DE FRANCA
Advogada	Maria Carolina de Oliveira Soares(OAB: 139401-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VALDIR MARTINS DE FRANCA
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO
PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO

Mediante petição de nº **353547/2023-5**, há **interesse na
designação de audiência de conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de
Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº
2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0101202-25.2017.5.01.0049

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Recorrente(s)	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Felipe Derbli de Carvalho Baptista
Procuradora	Raquel do Nascimento Ramos
Recorrido(s)	CARLOS EDUARDO TEIXEIRA DOS SANTOS
Advogado	Eduardo Leal Silva(OAB: 119563- A/RJ)
Recorrido(s)	PROL GESTÃO AMBIENTAL LTDA.
Advogado	Thiago Brock(OAB: 166794-A/RJ)
Advogado	Luigi Cataldo Batista(OAB: 120021/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS EDUARDO TEIXEIRA DOS SANTOS
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
- PROL GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Mediante petição de nº **354594/2023-3**, há **interesse na
designação de audiência de conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de
Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº
2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0100729-71.2019.5.01.0048

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	Elisa Grinsztejn
Procurador	Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro
Procurador	Ricardo Almeida Ribeiro da Silva
Agravado(s)	DAYANA APARECIDA DA SILVA LOPES
Advogado	Mariana Fidelis de Aragao Page(OAB: 218296-A/RJ)
Advogado	Tatiane Oliveira de Aragao(OAB: 202078-A/RJ)
Agravado(s)	AMBIENTAL SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	Rodrigo Galante do Prado(OAB: 199635-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTAL SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
- DAYANA APARECIDA DA SILVA LOPES
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Mediante petição de nº **354601/2023-7**, há **interesse na**

designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.
Publique-se.
Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-RRAg-0100775-89.2019.5.01.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Ricardo Almeida Ribeiro da Silva
Agravado(s)	AMBIENTAL SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	Jomar Vargas Fontes(OAB: 145067-A/RJ)
Advogado	Rodrigo Galante do Prado(OAB: 199635-A/RJ)
Agravado(s)	CHIMANY QUISBERT DE PAULA OLIVEIRA
Advogado	Mariana Fidelis de Aragao Page(OAB: 218296-A/RJ)
Advogado	Tatiane Oliveira de Aragao(OAB: 202078-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTAL SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
- CHIMANY QUISBERT DE PAULA OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Mediante as petições de nº **354599/2023-1** e **356290/2023-1**, CHIMANY QUISBERT DE PAULA OLIVEIRA informa que **possui interesse na designação de audiência de conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.
Publique-se.
Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-1000240-45.2016.5.02.0255

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado	Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Agravado(s)	ADRIANO GABRIEL SILVA RODRIGUES E OUTROS
Advogada	Melina Elias Villani Macedo Pinheiro(OAB: 233374/SP)
Agravado(s)	MCE ENGENHARIA S.A.
Advogado	Tasso Luiz Pereira da Silva(OAB: 178403/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO GABRIEL SILVA RODRIGUES E OUTROS
- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Mediante petição de nº **360889/2023-5**, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS informa que **possui interesse na designação de audiência de conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.
Publique-se.
Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001315-39.2011.5.02.0441

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	Talissa Naiara Elias Lima(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	Alisson Arsolino Albuquerque(OAB: 7264/RO)
Agravado(s)	VIX LOGÍSTICA S.A.
Advogado	Sandro Vieira de Moraes(OAB: 6725-A/ES)
Agravado(s)	ALEXANDER MACEDO NECCHI
Advogado	Andréa Braguim(OAB: 147964-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDER MACEDO NECCHI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VIX LOGÍSTICA S.A.

Mediante petição de nº **360936/2023-8**, VIX LOGÍSTICA S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-ARE-0046200-77.2012.5.17.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	VIX LOGÍSTICA S.A.
Advogado	Sandro Vieira de Moraes(OAB: 6725-A/ES)
Agravado(s)	BENEDITO VASSOLER
Advogado	Wellington Ribeiro Vieira(OAB: 8115-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO VASSOLER
- VIX LOGÍSTICA S.A.

Mediante petição de nº **360942/2023-7**, VIX LOGÍSTICA S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000268-52.2014.5.17.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ÁGUIA BRANCA LOGÍSTICA S.A.
Advogado	Sandro Vieira de Moraes(OAB: 6725-A/ES)
Agravado(s)	DEUCIMAR OLIVEIRA DA SILVA
Advogado	José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)

Agravado(s)	RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA.
Advogada	Letícia Zucatelli da Silva(OAB: 18232-A/ES)
Agravado(s)	HAMMER COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DEUCIMAR OLIVEIRA DA SILVA
- HAMMER COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA. - ME
- RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA.
- ÁGUIA BRANCA LOGÍSTICA S.A.

Mediante petição de nº **361582/2023-0**, ÁGUIA BRANCA LOGÍSTICA S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001031-14.2015.5.03.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	VIX LOGÍSTICA S/A
Advogado	Renato de Andrade Gomes(OAB: 63248/MG)
Agravado(s)	ANDERSON MARTINS ALVES FREITAS
Advogada	Fernanda Araújo Rocha(OAB: 141375-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON MARTINS ALVES FREITAS
- VIX LOGÍSTICA S/A

Mediante petição de nº **362511/2023-0**, VIX LOGÍSTICA S/A informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RRAg-0011440-40.2017.5.03.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	BANCO CITIBANK S.A.
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Agravado(s) e Recorrido(s)	EDSON ROBERTO PINTAUDE
Advogada	Luciana Papini Costa Furtado Reis(OAB: 55250-A/MG)
Advogado	Renato Senna Abreu e Silva(OAB: 56500/MG)
Advogada	Maria Cristina de Araújo(OAB: 61044-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- EDSON ROBERTO PINTAUDE

Mediante petição de nº **364673/2023-3**, BANCO CITIBANK S.A.informa que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AgR-AIRR-0024711-29.2015.5.24.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA CAARAPÓ LTDA
Advogado	Luís Felipe de Almeida Pescada(OAB: 208670-A/SP)
Advogado	Guilherme José Theodoro de Carvalho(OAB: 216553-A/SP)
Agravado(s)	MAXIMIANO CAVALHEIRO
Advogado	Vítor Estevão Benitez(OAB: 12362/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAXIMIANO CAVALHEIRO
- NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA CAARAPÓ LTDA

Mediante petição de nº **365150/2023-2**, NOVA AMÉRICA

AGRÍCOLA CAARAPÓ LTDA informa que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0024747-71.2015.5.24.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDA
Advogado	Luís Felipe de Almeida Pescada(OAB: 208670-A/SP)
Embargado(a)	JOEL CARDOSO
Advogado	Vítor Estevão Benitez(OAB: 12362/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL CARDOSO
- NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDA

Mediante petição de nº **370160/2023-2**, NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDAinforma que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação**.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001168-10.2016.5.07.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	VIA SUL CONDOMÍNIO E OUTRA
Advogado	Carlos Henrique da Rocha Cruz(OAB: 5496/CE)
Embargado(a)	EMICARLOS SANTANA DA SILVA
Advogada	Carolina Pinto Marzagão(OAB: 22522-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMICARLOS SANTANA DA SILVA
- VIA SUL CONDOMÍNIO E OUTRA

Mediante petição de nº **371118/2023-5**, VIA SUL CONDOMÍNIO informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001804-03.2014.5.03.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	BANCO BMG S.A.
Advogado	Paulo Dimas de Araújo(OAB: 55420-A/MG)
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Advogado	Rafael Ramos Abrahão(OAB: 151701-A/MG)
Agravante(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado(s)	JESSICA FERNANDA BATISTA DE PAULA
Advogado	Tiago Alcides Francia Silva(OAB: 119892-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- JESSICA FERNANDA BATISTA DE PAULA

Mediante petição de nº **375791/2023-4**, BANCO BMG S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-RR-0000449-46.2011.5.03.0136

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Luiz Flávio Valle Bastos(OAB: 52529/MG)
Agravante(s)	BANCO BMG S.A.
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Agravado(s)	FLÁVIA REGINA DO AMARAL
Advogado	Paulo Roberto Bedete da Silva(OAB: 108971-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- FLÁVIA REGINA DO AMARAL

Mediante petição de nº **375795/2023-9**, BANCO BMG S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0010428-86.2015.5.03.0105

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BANCO BMG S.A.
Advogado	Paulo Dimas de Araújo(OAB: 55420-A/MG)
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Advogado	Rafael Ramos Abrahão(OAB: 151701-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado(s)	CRISTIANE ALINE BREIJ GIL JUNIOR
Advogado	Adriano Mariano Alves da Costa(OAB: 142983/MG)
Agravado(s)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada	Valéria Ramos Esteves de Oliveira(OAB: 46178/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- CRISTIANE ALINE BREIJ GIL JUNIOR
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Mediante petição de nº 375803/2023-6, BANCO BMG S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0001324-30.2011.5.03.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Luiz Flávio Valle Bastos(OAB: 52529/MG)
Recorrente(s)	BANCO BMG S.A.
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Recorrido(s)	MICHELE DOS SANTOS
Advogado	Juliano Pereira Nepomuceno(OAB: 73683-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- MICHELE DOS SANTOS

Mediante petição de nº 375806/2023-7, BANCO BMG S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0000016-23.2011.5.03.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	ATENTO BRASIL S.A.

Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Recorrente(s)	BANCO BMG S.A.
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Recorrido(s)	VERA LÚCIA DOS SANTOS
Advogado	Paulo Roberto Bedete da Silva(OAB: 108971-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- VERA LÚCIA DOS SANTOS

Mediante petição nº 375887/2023-7, BANCO BMG S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001730-25.2014.5.03.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BANCO CIFRA S.A.
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Agravante(s) e Agravado(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918/SP)
Agravado(s)	DANIELA DAFNE JENIFER PARREIRAS DA SILVA
Advogado	Adriano Mariano Alves da Costa(OAB: 142983/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO CIFRA S.A.
- DANIELA DAFNE JENIFER PARREIRAS DA SILVA

Mediante petição de nº 375903/2023-1, BANCO CIFRA S.A. informa que possui interesse na designação de audiência de conciliação.

Ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST), nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001393-18.2014.5.03.0112

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S.A.
Advogado	José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Agravante(s) e Agravado(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado(s)	ÉRICA MARIA SALVIANO
Advogado	James Anderson Narciso Filho(OAB: 120613/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S.A.
- ÉRICA MARIA SALVIANO

Mediante petição de nº **375908/2023-0**, BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A.informa que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-1000536-11.2014.5.02.0264

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	LABSYNTH PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA
Advogado	Patricia Eufrosino(OAB: 104018/SP)
Embargado(a)	PAULO SEBASTIÃO DA SILVA
Advogado	Adilson José da Silva(OAB: 317627-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LABSYNTH PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA
- PAULO SEBASTIÃO DA SILVA

Mediante petição de nº **379786/2023-3**, VLBSYNTH PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDAinforma que**possuiinteressena designação de audiência de conciliação.**

Ao **Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST)**, nos termos Resolução Administrativa nº 2.398, de 5/12/2022, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001512-97.2014.5.03.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado(s)	RAFFER GOUVEIA DE OLIVEIRA
Advogado	Juliano Pereira Nepomuceno(OAB: 73683-A/MG)
Agravado(s)	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Advogado	Alberto Eustáquio Pinto Soares(OAB: 28072/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- RAFFER GOUVEIA DE OLIVEIRA
- ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.

Por meio da petição nº **73771/2019-0**, RAFFER GOUVEIA DE OLIVEIRA apresenta pedido de **renúncia do direito em que se funda a ação** quanto à reclamada, ATENTO BRASIL S.A., referente aos pedidos objetos do Recurso Extraordinário – ilicitude de terceirização –. Requer seja extinto o feito somente em relação à prestadora de serviços e quanto a tais pedidos, sem resolução de mérito, devendo prosseguir o feito em face da tomadora, sob o argumento de que houve reconhecimento do vínculo de emprego com a primeira reclamada,ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., que se trata de responsabilidade solidária, que não há litisconsorte unitário e que o recurso extraordinário interposto pela ATENTO BRASIL S.A. não aproveita a tomadora.

Requer, ainda, seja **certificado o trânsito em julgado, com retorno dos autos à origem**, na medida em que, diante do pedido de renúncia, o Recurso Extraordinário da ATENTO BRASIL S.A. Contudo, no julgamento do IncJulgRREmbRep-RR-1000-

71.2012.5.06.0018 o c. Tribunal Pleno decidiu que a hipótese dos autos é de litisconsórcio necessário e unitário, e que a homologação do pedido de renúncia gera efeitos idênticos à parte prestadora de serviços e à parte tomadora de serviços, o que inviabiliza a homologação, nos termos em que pretendida.

A jurisprudência desta Corte, por outro lado, definiu-se no sentido de não homologar o pedido de renúncia, com o alcance ora requerido, quando efetuado antes da definição da jurisprudência explicitada, conforme precedente do c. Órgão Especial:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RENÚNCIA DO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO UNICAMENTE EM FACE DE UM DOS LITISCONSORTES. HOMOLOGAÇÃO INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO E UNITÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TESE FIRMADA PELO TRIBUNAL PLENO DO TST NO IncJulgRREmbRep-RR-1000-71.2012.5.06.0018. No presente caso, há evidente litisconsórcio passivo necessário, uma vez que na relação jurídica em exame a condenação decorre, essencialmente, da atuação conjunta da prestadora e tomadora de serviços (artigo 114 do CPC/2015). Isso porque, embora o vínculo de emprego tenha sido reconhecido diretamente com a tomadora, formou-se a partir da intermediação da mão de obra promovida pela prestadora de serviço, responsável pelo recrutamento, contratação e encaminhamento da reclamante ao posto de trabalho. Nesse sentido, o Tribunal Pleno deste Tribunal Superior do Trabalho, ao julgar o IncJulgRREmbRep-RR-1000-71.2012.5.06.0018, embora tenha definido que o pedido de renúncia ao direito em que se funda ação não depende de anuência da parte contrária e pode ser requerida a qualquer tempo e grau de jurisdição, firmou a tese de que o litisconsórcio passivo, in casu, é necessário e unitário, de modo que o ato de renúncia, uma vez praticado, provoca a extinção do processo em relação a todas as reclamadas e, por ficção legal, resolve o mérito da causa e produz a coisa julgada, não sendo permitido ajuizar nova demanda em face da prestadora-contratada e/ou da tomadora-contratante, amparada na mesma causa de pedir (ilicitude da terceirização da atividade-fim), cabendo ao magistrado averiguar, previamente, se o advogado signatário da renúncia possui poderes para tanto. Assim, na esteira da tese consagrada no Tribunal Pleno do TST, em ordem inicial, verifica-se que o advogado subscritor da renúncia ostenta poder específico para a prática do ato. Por outro lado, ainda na linha da tese estabelecida, o litisconsórcio é necessário e unitário. Por essa razão, o pedido de renúncia apenas em relação a uma das partes demandadas, deduzido antes da fixação da referida tese, não encontra sintonia

com a decisão proferida pelo Tribunal Pleno. Desse modo, unicamente por meio de novo pedido expresso da parte no sentido de renunciar a ação, desta feita exclusivamente a um dos litisconsortes necessários, nos moldes do posicionamento adotado nesta Corte, é que se poderá proceder à homologação da renúncia com todos os efeitos advindos deste ato, em homenagem aos princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva. Agravo interno não provido" (Ag-Ag-AIRR-1812-82.2012.5.03.0023, Órgão Especial, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 10/10/2022).

Indefiro, portanto.

À Secretaria.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0179400-90.2012.5.17.0151

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - INCAPER
Advogado	Marcelo Amaral Chequer(OAB: 13188/ES)
Recorrido(s)	HELIO PEREIRA DE AGUIAR E OUTRO
Advogado	Eliane Cardoso de Oliveira Araujo(OAB: 15995/ES)
Recorrido(s)	MASTER PETRO SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
Recorrido(s)	BRUNA FONSECA MANOEL
Advogado	Eliane Cardoso de Oliveira Araujo(OAB: 15995/ES)
Recorrido(s)	BRUNO FONSECA MANOEL
Advogado	Eliane Cardoso de Oliveira Araujo(OAB: 15995/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA FONSECA MANOEL
- BRUNO FONSECA MANOEL
- HELIO PEREIRA DE AGUIAR E OUTRO
- INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - INCAPER
- MASTER PETRO SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.

Por meio da petição de nº **523728/2021-0** (Seq. 70), os herdeiros Bruna Fonseca Manoel (CPF nº 175.760.627-03) e Bruno Fonseca Manoel (CPF nº 178.663.707-37, representado por sua genitora e representante legal Jose Karla Rangel Fonseca), por meio de seu

procurador estabelecido (Seq.77), noticia o falecimento do reclamante, VICENTE JOSÉ SONCINI MANOEL, em 17/03/2015, com comprovação pela certidão de óbito anexada. Requerem assim a sua habilitação como sucessores do de cujus, para que possam prosseguir na reclamação trabalhista, assim como suspensão do processo e a concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Nos termos do art. 110 do CPC, "ocorrendo à morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º, CPC". Os herdeiros Bruna Fonseca Manoel e Bruno Fonseca Manoel colacionaram: petição de habilitação de sucessão (Seq.70); documentação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (I.N.S.S.) (Seq.76), no qual constam como dependentes do de cujus; certidão de casamento/divorcio do falecido (Seq.75); Declaração e hipossuficiência (Seq.78), e certidão de óbito do Sr. VICENTE JOSÉ SONCINI MANOEL (Seq.74).

Determino:

1. Retifique-se a autuação, para que conste no rol de recorridos Bruna Fonseca Manoel (CPF nº 175.760.627-03) e Bruno Fonseca Manoel (CPF nº 178.663.707-37, representado por sua genitora e representante legal Jose Karla Rangel Fonseca) como sucessores de VICENTE JOSÉ SONCINI MANOEL.
2. Em razão da notícia do falecimento do reclamante, **defiro** a suspensão do processo, nos termos do art. 313, caput, I e §1º do CPC.
3. À Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários – SEPRES para que **intime as reclamadas**, MASTER PETRO SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA e INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - INCAPER para que, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, manifestem-se a respeito do pedido de habilitação.
4. Em relação ao requerimento de concessão de gratuidade da justiça, verifico que os sucessores juntaram declaração de hipossuficiência econômica por eles firmadas, a qual possui presunção de veracidade (art. 99, §3º, do CPC). Atendido o requisito do art. 790, §4º da CLT, **defiro** a gratuidade de justiça postulada, com efeitos a partir da presente data.

À SEPRES, para as providências cabíveis.

Após o prazo do item "3", retornem os autos conclusos, mantido o sobrestamento.

Publique-se.

Brasília, 21 de julho de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Gabinete da Vice-Presidência

Notificação

Processo Nº AR-1000178-43.2019.5.00.0000

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AUTOR	MURILO DUARTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCELO KANITZ(OAB: 14116/DF)
ADVOGADO	JULIANO DA CUNHA FROTA MEDEIROS(OAB: 16421/DF)
ADVOGADO	ADILSON MAGALHAES DE BRITO(OAB: 12111/DF)
ADVOGADO	CARLOS VINICIUS DUARTE AMORIM(OAB: 25937/DF)
RÉU	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL SA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 324, § 2º, do RITST, fica(m) a(s) parte(s) recorrida(s), por intermédio de seu(s) advogado(s), intimada(s) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Extraordinário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Brasília/DF, 24 de julho de 2023.

ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA

Secretária de Processamento de Recursos Extraordinários

Processo Nº AR-1000498-88.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AUTOR	MARCOS ANTONIO VITORIA
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
RÉU	MARTE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB: 25936/PR)
RÉU	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 324, § 2º, do RITST, fica(m)
a(s) parte(s) recorrida(s), por intermédio de seu(s) advogado(s),
intimada(s) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso
Extraordinário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Brasília/DF, 24 de julho de 2023.

ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA

Secretária de Processamento de Recursos Extraordinários

Processo Nº AR-1000498-88.2022.5.00.0000

Relator ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AUTOR MARCOS ANTONIO VITORIA
ADVOGADO FRANCISCO JOSE EMIDIO
NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
RÉU MARTE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA DE
OLIVEIRA(OAB: 25936/PR)
RÉU FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.
ADVOGADO CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA
CASTRO(OAB: 20283/RJ)
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTE ENGENHARIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 324, § 2º, do RITST, fica(m)
a(s) parte(s) recorrida(s), por intermédio de seu(s) advogado(s),
intimada(s) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso
Extraordinário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Brasília/DF, 24 de julho de 2023.

ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA

Secretária de Processamento de Recursos Extraordinários

SUMÁRIO

Presidência	1
Notificação	1
Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho	5

Decisão Monocrática	5
Secretaria-Geral Judiciária	25
Despacho	25
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	51
Despacho	51
Secretaria do Órgão Especial	52
Notificação	52
Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais	53
Despacho	53
Secretaria da Terceira Turma	53
Despacho	53
Secretaria da Quarta Turma	54
Pauta	54
Secretaria da Quarta Turma	108
Pauta	108
Secretaria da Quinta Turma	110
Despacho	110
Secretaria da Quinta Turma	111
Decisão Monocrática	111
Despacho	115
Secretaria da Sexta Turma	115
Despacho	115
Secretaria da Sexta Turma	116
Pauta	116
Secretaria da Sétima Turma	118
Decisão Monocrática	118
Secretaria da Oitava Turma	194
Despacho	194
Pauta	221
Secretaria da Oitava Turma	285
Edital	285
Notificação	285
Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários	315
Despacho	315
Gabinete da Vice-Presidência	342
Notificação	342